PDUI

REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO (PDUI)

REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ - PR

Relatório de Atividades 03

Etapa 03 - Diagnóstico, Diretrizes e Propostas Setoriais Metropolitanas Prioritárias

Julho, 2022

URBTEC Planejamento Engenharia Consultoria

ODS

PARANACIDADE

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DE OBRAS PÚBLICAS

APRESENTAÇÃO

O presente documento técnico corresponde ao *Relatório de Atividades 03*, produzido durante a *Etapa 03 – Diagnóstico, Diretrizes e Propostas Setoriais Metropolitanas Prioritárias* do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Maringá, decorrente da Concorrência Pública 001/2019 e Contrato de Prestação de Serviços N° 008/2020, celebrado no dia 08 de outubro de 2020, entre a URBTEC™ Engenharia, Planejamento e Consultora e o Serviço Social Autônomo PARANACIDADE.

EQUIPE DE SUPERVISÃO (ES)

VIRGÍNIA THEREZA NALINI
GESTORA DO CONTRATO 008/2020
entre 08 de outubro de 2020 e 17 de fevereiro de 2022

GERALDO LUIZ FARIAS
GESTOR DO CONTRATO 008/2020
a partir de 18 de fevereiro de 2022

CARLOS AUGUSTO STORER
FISCAL DO CONTRATO
entre 08 de outubro de 2020 e 17 de fevereiro de 2022

FERNANDO DOMINGUES CAETANO
FISCAL DO CONTRATO 008/2020

GLAUCO PEREIRA JUNIOR
FISCAL DO CONTRATO
a partir de 18 de fevereiro de 2022

REPRESENTANTES DAS INSTITUIÇÕES ESTADUAIS

RODRIGO PINA DE ALMEIDA
CASA CIVIL

FABRICIO CASTILHO HAESBAERT
JOZEMAR LOSANO
SERGIO AUGUSTO PORTELA
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ – SANEPAR

EVERTON LUIS DA COSTA SOUZA
ANTONIO CARLOS C. MORETO
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DO TURISMO - SEDEST

JOSIL DO ROCIO VOIDELA BAPTISTA | TITULAR
LUCIANA BRUEL PEREIRA | SUPLENTE
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA – SEIL

FABRICIO MIYAGIMA
GUSTAVO MACHADO
SONIA MARIA DOS SANTOS
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E PROJETOS ESTRUTURANTES - SEPL

VERSÃO PRELIMINAR

REPRESENTANTES DAS INSTITUIÇÕES ESTADUAIS

ROBERTO ABAGGE DOS SANTOS | TITULAR
OCTÁVIO JOSÉ SILVEIRA DA ROCHA | SUPLENTE
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM DO PARANÁ - DER

GISLAINE ELIZETE BELOTO | ARQUITETA DOCENTE DA UEM | TITULAR
HITOMI MUKAI | ARQUITETA DOCENTE DA UNIOESTE | SUPLENTE
SUPERINTENDENCIA GERAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR - SETI

RAPHAEL ROLIM DE MOURA | DIRETOR GERAL | TITULAR
FERNANDO PAULO DA SILVA MACIEL FILHO | COORDENADOR JURÍDICO | SUPLENTE
COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – COMEC

EQUIPE DE APOIO (EA)

FERNANDO BRAMBILLA
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SETENTRIÃO PARANAENSE - AMUSEP

ALEXANDRE CANTAGALLO
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO IVAÍ - AMUVI

ADRIANA DE SOUZA RICARDO GAIO
EDGAR SILVESTRE
FABIO FUMAGALLI VILHENA DE PAIVA
FERNANDO HENRIQUE BOSCHINI LEMUCCH
ESCRITÓRIO REGIONAL DO PARANACIDADE DE MARINGÁ - ERMGA

BRUNA BARBOSA BARROCA
SAMIRA ELIAS SILVA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ

VERSÃO PRELIMINAR

EQUIPE DE ACOMPANHAMENTO MUNICIPAL (EAM)

MUNICÍPIO DE ÂNGULO
DONIZETE NEGRI
EDIMILSON MOREIRA
EDSON BUZATTO
JOSÉ MARCIO VILHENA
TAIS VITORINO DOS SANTOS

MUNICÍPIO DE ASTORGA
ALEXANDRE O. GONÇALVES
EDINEIA MELAGUTTI

MUNICÍPIO DE ATALAIA
EDUARDO SIROTE BORGES
GEISIMONE BENTO DE LIMA
JOSÉ ANDREY CESTARO
JULIANA SILVA RODRIGUES
PAULO CESAR TRASSI
RENATA VILHENA DE PAIVA
RODRIGO CRISTIANO AFONSO
VANDERLEI BERTI

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO
BRUNA ZONIN MUNARETTO
DANIEL LUCAS DE SOUZA
DANIELE CRISTHINE PAREIRA
FABIANE R. C. DA SILVA
EMANUEL DE PAULA SILVA
MARCOS AURELIO MENDONÇA
PEDRO GABRIEL SIMILI
PEDRO JAIRO DA COSTA MELO
RONITA A. DE CARVALHO

MUNICÍPIO DE CAMBIRA
EDIPO ALVES SOARES
JULIO CESAR B. SAPATINI
JORGE MARCATO DONATO
RAFAEL TRINDADE SPERANDIO
ROGRIGO RODRIGUES

MUNICÍPIO DE DOUTOR CAMARGO
DANIELI OLIVEIRA DE PONTE
DOUGLAS RIBEIRO DO PRADO
JOSÉ ALBERTO DE MENDONÇA
NAZARENO MARÓSTICA
RAFAEL JACOMINI REIS

MUNICÍPIO DE FLORAÍ
AMANDA TULER BELUOMINI
BRUNA CARLA FERNANDES
EDSON VIOTTO
ELISANGELA C. GANAZZA
MARCOS TULIO C. GIMENEZ
JOÃO DONIZETE LONGO
PAULO SERGIO CONTIN

MUNICÍPIO DE FLORESTA
ADEMIR LUIZ MACIEL
EDIVALDO DIAS
JAIANE CAMILA OLIVEIRA
LARYSSA REGINA PIROLA
MARCELA INACIO DE BRITO
RODRIGO CESR MARANGONI

MUNICÍPIO DE FLÓRIDA
MARIA LUIZA B. P. DE SOUZA

MUNICÍPIO DE IGUARAÇU
ADALBERTO JOSÉ MOREIRA
ANGELO ZAMPIERI NETO
DELCRECIO JOSÉ DRIUSSI
GUSTAVO SOUZA KUHN
HEITOR LOPES CANAVEZI
OTÁVIO H. G. DE ALMEIDA
VINICIUS MENDES PARLADORE

MUNICÍPIO DE ITAMBÉ
BARBARA SANTOS GARCIA
CARLOS HENRIQUE J. NAUFEL
HELTON E. DE CAMARGO
LUIZ FLORENTINO RIBEIRO
MARIA A. ALINO ROSA

MUNICÍPIO DE IVATUBA
ODEIR PEREIRA DE MELO
REINALDO DA SILVA
ROBERTO AUGUSTO GOVERNO
VALTER VASSOLER JUNIOR

VERSÃO PRELIMINAR

MUNICÍPIO DE JANDAIA DO SUL
ELVIS JUNIOR PONTARA
MILENI CRISTINA DA SILVA
THAYNÁ R DE O. BOLDRIN
VITOR M. ELIAS HASHIMOTO

MUNICÍPIO DE LOBATO
ANA PAULA KANEKO
EDINO WILSON F. NEVES
ODAIR LAURENTINO
PASCOAL A. PALHARES
TIHARA KELI M.S. MANTOVANI

MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU
ADALBERTO W. F. DA SILVA
ELTON A. M. DA SILVA
JOÃO RENATO ANTONIAZI
MAURICIO ROBERTO CEOLIM

MUNICÍPIO DE MANDAGUARI
DIONI DE SOUZA GOMES
GILBERTO A. DOMINGUES JR
PATRICIA SALVADOR CANDIDO
RAFAEL ROSSETTO RIBEIRO
RONALDO DEO SILVA

MUNICÍPIO DE MARIALVA
PAULO UNGARI

MUNICÍPIO DE MARINGÁ
ANA LÚCIA RODRIGUES
BRUNA BARBOSA BARROCA
LAURA GRANZOTTO
LEONARDO RAMOS FABIAN
RODOLFO VASSOLER DA SILVA
ROGÉRIO YABIKU
SAMIRA ELIAS SILVA
SIDNEI OLIVEIRA TELLES FILHO

MUNICÍPIO DE MUNHOZ DE MELO
LEANDRO A. DO PRADO
LETICIA BORGES DOS REIS
LEILA MARIA SPESSATO
MIRIÃ NUNES VENANCIO

MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA
ALYSON RODOLFO OZAKO
BRUNA MICHELLY PRESNAL
MICHEL A. DE ABREU GOMES
RODRIGO FRANCO SIQUEIRA
VINICIUS FATOBENI SALVATERRA

MUNICÍPIO DE OURIZONA
FABIANI FERRAREZI
OSWALDO MAGGI FILHO
RAFAELA DE ALEMAR FARDIN
ROSA M. DA SILVA MARTINS
RUBENS VANÇO

MUNICÍPIO DE PAIÇANDU
MARI CATIENE LORENÇONE
MAYCON RENATO T. BELÉM

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO
ADEMIR CRISPIM DA SILVA
ADRIANO LEINER FACCIN
DIONÍSIO GIL CARRARO
EWERTON GUELSSI
HYAGO MAGALHÃES SEVILHA
JOSÉ ANTONIO TROLEIS
LILIANE SCHILIVE FACCIN
MARCO AURÉLIO ROQUE

MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
CARLOS ENEIAS F. A DA SILVA
HELOISA RIGHETTO SENISE
JAIME BERLESEI JÚNIOR
LIGYA FERNANDES LUCIER
MARIAN ANGELA JAMBERS SACANDELAI
RENATA ALVEZ PEREZ

MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO IVAÍ
CAIO HENRIQUE JUVÊNCIO
CÍNTIA DE SOUZA QUELIN
RENAN GHIRALDI DE OLIVEIRA
VALCI PERDOMO DA SILVA
YOHANA MACKERT

MUNICÍPIO DE SARANDI
EDUARDO APARECIDO S. KUN
FABIANO NEVES GONÇALVEZ
MAURÍCIO ROGÉRIO DA SILVA
NÍDIA YURI KURATA

VERSÃO PRELIMINAR

EQUIPE TÉCNICA PRINCIPAL URBTEC™

LUIZ HAYAKAWA | DR. ARQUITETO URBANISTA

COORDENADOR GERAL

LUIS HENRIQUE FRAGOMENI | MSC. ARQUITETO URBANISTA
RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

CELSO ANTONIO LAGO BECKMAN | MSC. ADMINISTRAÇÃO
RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

GIL FERNANDO BUENO POLIDORO |MSC. GEÓLOGO
RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE MEIO AMBIENTE

GUSTAVO TANIGUCHI | MSC. ENG. CIVIL
RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE MOBILIDADE URBANA

SUELY FISCHER DE MORAIS | SOCIÓLOGA
RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO

GUILHERME KIRCHER FRAGOMENI | MSC. ADVOGADO
RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE DIREITO URBANÍSTICO E AMBIENTAL

PEDRO LUIZ FUENTES DIAS | MSC. ENGENHEIRO FLORESTAL
RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE SANEAMENTO BÁSICO

ESPECIALISTAS

MAXIMO A. SILVA MIQUELES | ENGENHEIRO CARTÓGRAFO
GEOPROCESSAMENTO E CARTOGRAFIA

PAULO VICTOR GREIN | JORNALISTA
REDATOR

JOSE GERALDO LOPES DE NORONHA FILHO
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

LUARA ANDRADE GODOI
SECRETARIADO EXECUTIVO

APOIO

VERSÃO PRELIMINAR

EQUIPE TÉCNICA COMPLEMENTAR URBTEC™

GUSTAVO TANIGUCHI | MSC. ENGENHEIRO CIVIL
COORDENADOR GERAL ADJUNTO

MANOELA FAJGENBAUM FEIGES | MSC. ARQUITETA URBANISTA
COORDENADORA ADJUNTA

LISSANDRA BALDISSERA | ARQUITETA URBANISTA
SUPERVISORA

MARIA EDUARDA DIRCKSEN AGUIAR | ARQUITETA URBANISTA
ANALISTA DO CONTRATO

AUGUSTO DOS SANTOS PEREIRA | DR. GEÓGRAFO

ANNELISSA GOBEL DONHA | MSC. ENGENHEIRA AGRÔNOMA

CECÍLIA PAROLIM FERRAZ | ENGENHEIRA CARTÓGRAFA E AGRIMENSORA

CLAUDIO MARCELO RODRIGUES IAREMA | ADVOGADO

LUCIANE LEIRIA TANIGUCHI | ADVOGADA

MARIANO DE MATOS MACEDO | DR. ECONOMISTA

MATHEUS ROCHA CARNEIRO | JORNALISTA

SÉRGIO LUIZ ZACARIAS | JORNALISTA
EQUIPE TÉCNICA COMPLEMENTAR URBTEC™

MARIANA SACOMAN KSZAN
MARIA VITÓRIA CAVALOTTI KULTCHEK
ESTAGIÁRIOS DE ARQUITETURA E URBANISMO

BARBARA NEHLS
GABRIELA BORN
ESTAGIÁRIAS DE GEOGRAFIA

VERSÃO PRELIMINAR

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 16

2. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 01 – SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA DE MARINGÁ 18

3. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 02 – SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA E DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PARANÁ 23

4. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 03 – COORDENAÇÃO 31

5. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 04 - APRESENTAÇÃO DO DIAGNÓSTICO DAS FUNÇÕES PÚBLICAS DE INTERESSE COMUM PRIORITÁRIAS 40

6. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 05 – COORDENAÇÃO 53

7. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 06 – ESCRITÓRIO REGIONAL DO IAT/ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS (ABAS) 58

8. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 07 – COORDENAÇÃO 61

9. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 08 – COORDENAÇÃO 68

10. REUNIÃO TÉCNICA 05 – CARTA DE ADESÃO 77

11. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 09 – COORDENAÇÃO 89

12. REUNIÃO TÉCNICA 06 – WORKSHOP PRELIMINAR 96

13. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 10 – CISPAR 104

14. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 11 – COORDENAÇÃO DOS PDUIs DAS RMs DE LONDRINA E MARINGÁ 107

15. OFICINA TÉCNICA 02 113

16. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 12 – IPPLAM 138

17. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 13 – COORDENAÇÃO 149

18. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 14 – SECRETARIAS E DEMAIS ÓRGÃOS ESTADUAIS 155

VERSÃO PRELIMINAR

19. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 15 – COORDENAÇÃO 165
20. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 16 – COORDENAÇÃO 174
21. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 17 – COORDENAÇÃO 180
22. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 18 – COORDENAÇÃO 185
23. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 19 – COORDENAÇÃO 193
24. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 20 – COORDENAÇÃO 197
25. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 21 – COORDENAÇÃO 205
26. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 22 – IPPLAM 210
27. AUDIÊNCIA PÚBLICA 01 219
27.1. FORMAS DE PARTICIPAÇÃO 220
27.2. RESULTADOS DE PARTICIPAÇÃO 222
27.3. FORMAS DE DIVULGAÇÃO 223
27.4. DOCUMENTOS E REGISTROS 238
27.5. CONTRIBUIÇÕES E RESPOSTAS 285
28. REUNIÃO TÉCNICA 07 – WORKSHOP FINAL 348
29. PRÓXIMOS PASSOS 358

VERSÃO PRELIMINAR

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Reunião Técnica Complementar 01 20
Figura 2 - Apresentação Reunião Técnica Complementar 01 21
Figura 3 - Reunião Técnica Complementar 02 27
Figura 4 - Apresentação Reunião Técnica Complementar 02 28
Figura 5 - Reunião Técnica Complementar 03 36
Figura 6 - Apresentação Reunião Técnica Complementar 03 37
Figura 7 - Reunião Técnica Complementar 04 44
Figura 8 - Apresentação Reunião Técnica Complementar 04 45
Figura 9 - Reunião Técnica Complementar 05 55
Figura 10 - Apresentação Reunião Técnica Complementar 05 56
Figura 11- Reunião Técnica Complementar 06 60
Figura 12 - Reunião Técnica Complementar 07 65
Figura 13 – Apresentação Reunião Técnica Complementar 07 66
Figura 14 - Reunião Técnica Complementar 08 71
Figura 15 - Apresentação Reunião Técnica Complementar 08 72
Figura 16 - Reunião Técnica 05: participação dos prefeitos municipais 81
Figura 17 - Reunião Técnica 05: participação dos municípios 81
Figura 18 - Reunião Técnica 05: assinatura da Carta de Adesão 82
Figura 19 - Reunião Técnica 05 – Carta de Adesão 83
Figura 20 - Apresentação Reunião Técnica 05 – Carta de Adesão 84
Figura 21 – Lista de Presença Reunião Técnica 05 – Carta de Adesão 88
Figura 22 - Reunião Técnica Complementar 09 92
Figura 23 - Apresentação Reunião Técnica Complementar 09 93
Figura 24 - Reunião Técnica 06 100
Figura 25 - Apresentação Reunião Técnica 06 100
Figura 26 - Reunião Técnica Complementar 10 106
Figura 27 - Reunião Técnica Complementar 11 110
Figura 28 - Apresentação Reunião Técnica Complementar 11 111
Figura 29 - Oficina Técnica 02: participação dos municípios 118
Figura 30 - Oficina Técnica 02: participação integral na enquete 119
Figura 31 - Oficina Técnica 02: participação na enquete 120
Figura 32 - Número de respostas à enquete por município 121
Figura 33 - Respostas à enquete: "1. No contexto de seu município, seria benéfico o auxílio do ente metropolitano na aprovação de processos de licenciamento ambiental?" 122
Figura 34 - Respostas à enquete: "2. Seu município enfrenta dificuldades na gestão de

VERSÃO PRELIMINAR

resíduos sólidos?" 122
Figura 35 - Respostas à enquete: "3. Seu município enfrenta dificuldades na elaboração de projetos de saneamento (drenagem, abastecimento de água e coleta de esgoto)?" 123
Figura 36 - Respostas à enquete: "4. Seu município tem necessidade de implantação de mais linhas do transporte coletivo, com conexões intermunicipais?" 124
Figura 37 - Respostas à enquete: "5. Em sua opinião, o município que representa tem condições técnicas e financeiras de elaborar um Plano de Mobilidade, caso ainda não conte com um, ou de implementá-lo e monitorá-lo, caso já elaborado?" 124
Figura 38 - Respostas à enquete: "6. Os deslocamentos realizados em seu município seriam aprimorados com a implantação de mais vias de integração com municípios vizinhos?" 125
Figura 39 - Respostas à enquete: "7. O processo de revisão do Plano Diretor de seu município está próximo ou em andamento?" 126
Figura 40 - Respostas à enquete: "8. Atualmente o município é o responsável pela aprovação de processos de parcelamento urbano. Em sua opinião a participação do novo Ente Interfederativo nesses processos seria benéfica ao seu município?" 126
Figura 41 - Respostas à enquete: "9. Em sua opinião o uso do solo de seu município leva em consideração o uso do solo de municípios limítrofes?" 127
Figura 42 - Lista de Presença Oficina Técnica 02 128
Figura 43 - Oficina Técnica 02 131
Figura 44 - Apresentação Oficina Técnica 02 132
Figura 45 - Reunião Técnica Complementar 12 148
Figura 46 - Reunião Técnica Complementar 13 151
Figura 47 - Apresentação Reunião Técnica Complementar 13 152
Figura 48 - Lista de Presença Reunião Técnica Complementar 13 154
Figura 49 - Reunião Técnica Complementar 14 160
Figura 50 - Lista de Presença Reunião Técnica Complementar 14 161
Figura 51 - Apresentação Reunião Técnica Complementar 14 162
Figura 52 - Reunião Técnica Complementar 15 169
Figura 53 - Lista de Presença Reunião Técnica Complementar 15 170
Figura 54 - Apresentação Reunião Técnica Complementar 15 170
Figura 55 - Reunião Técnica Complementar 16 177
Figura 56 - Apresentação Reunião Técnica Complementar 16 178
Figura 57 - Lista de Presença Reunião Técnica Complementar 17 183
Figura 58 - Reunião Técnica Complementar 17 184
Figura 59 – Lista de Presença Reunião Técnica Complementar 18 188
Figura 60 - Reunião Técnica Complementar 18 189

VERSÃO PRELIMINAR

Figura 61 - Apresentação Reunião Técnica Complementar 18 190
Figura 62 – Lista de Presença Reunião Técnica Complementar 19 195
Figura 63 - Reunião Técnica Complementar 19 196
Figura 64 – Lista de Presença Reunião Técnica Complementar 20 201
Figura 65 - Reunião Técnica Complementar 20 202
Figura 66 - Apresentação Reunião Técnica Complementar 20 203
Figura 67 - Reunião Técnica Complementar 21 207
Figura 68 - Apresentação Reunião Técnica Complementar 21 208
Figura 69 - Reunião Técnica Complementar 22 214
Figura 70 - Apresentação Reunião Técnica Complementar 22 214
Figura 71 – Lista de Presença Reunião Complementar 21 – IPPLAM 218
Figura 72 – Formas de Participação na Primeira Audiência Pública 221
Figura 73 – Quantitativo de participações presenciais na Primeira Audiência Pública 222
Figura 74 - Municípios que encaminharam contribuições sobre o conteúdo da Primeira Audiência Pública 223
Figura 75 – Resumo do cronograma de divulgações da Primeira Audiência Pública 224
Figura 76 - Modelo de convite formal à Primeira Audiência Pública - Prefeitos Municipais e Equipe de Apoio 225
Figura 77 - Registro do grupo de whatsapp - Responsáveis pelos CAMs da Primeira Audiência Pública 227
Figura 78 - Publicação da Primeira Audiência Pública em Diário Oficial 227
Figura 79 - Publicação da Primeira Audiência Pública na AEN 228
Figura 80 - Publicação da Primeira Audiência Pública no site do PARANACIDADE 229
Figura 81 - Divulgação da Primeira Audiência Pública no site do PDUI 230
Figura 82 - Publicação Jornal do Povo 231
Figura 83 - Publicação O Maringá 232
Figura 84 - Publicação O Maringá 233
Figura 85 - Publicação O Maringá 234
Figura 86 - Publicação Prefeitura de Maringá 234
Figura 87 - Documento de Procedimentos Aplicáveis à Primeira Audiência Pública 239
Figura 88 – Manual dos CAMs instalados para a Primeira Audiência Pública 241
Figura 89 – Apresentação da Primeira Audiência Pública 246
Figura 90 – Listas de Presença do Evento Sede – Primeira Audiência Pública 261
Figura 91 – Registro Fotográfico do Evento Sede – Primeira Audiência Pública 263
Figura 92 – Relação dos Centros de Apoio Municipais definidos para a Primeira Audiência Pública 264

VERSÃO PRELIMINAR

Figura 93 – Registros da transmissão do evento via Zoom 285
Figura 94 – Lista de Presença Reunião Técnica Complementar 18 353
Figura 95 - Reunião Técnica 07 354
Figura 96 - Apresentação Reunião Técnica 07 354

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Etapa 03: síntese dos eventos 16
Quadro 2 - Relação dos Convites Complementares à Primeira Audiência Pública 226

VERSÃO PRELIMINAR

SIGLAS

CAM – Centro de Apoio Municipal

CISPAR - Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná

COMEC - Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba

COMEL - Coordenação da Região Metropolitana de Londrina

COMEM - Coordenação da Região Metropolitana de Maringá

DER/PR - Departamento de Estradas de Rodagem – Paraná

EA – Equipe de Apoio

EAM – Equipe de Acompanhamento Técnico Municipal

ES – Equipe de Supervisão

ETE – Estação de Tratamento de Esgoto

FPIC – Função Pública de Interesse Comum

IAT - Instituto Água e Terra

IPPLAM - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Maringá

IPPUL - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

PARANACIDADE – Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

PDM – Plano Diretor Municipal

PDUI – Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana

RMM – Região Metropolitana de Maringá

SEDU – Secretaria do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas – Paraná

SWOT - Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças

TR – Termo de Referência

VERSÃO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

O presente documento corresponde ao Relatório de Atividade 03, revisado pelo PARANACIDADE, o qual compõe o conteúdo técnico previsto no Termo de Referência para a *Etapa 03 – Diagnósticos, Diretrizes e Propostas Setoriais Metropolitanas Prioritárias*. Esta etapa tem como finalidade a produção de uma síntese das principais questões relativas as três Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) prioritárias.

O Relatório de Atividades 03 contém a memória dos eventos realizados ao longo desta fase. As memórias dos eventos contemplam os registros da data, do horário, do local e dos participantes do evento, o registro fotográfico, listas de presença, a apresentação dos materiais de apoio utilizados e o relato dos principais tópicos abordados, conclusões e recomendações. O relato está embasado em anotações colhidas durante o evento, e, quando necessário, em gravações audiovisuais.

Em concordância com o TR, os eventos previstos na Etapa 03 consistiam em duas Reuniões Técnicas em formato de *workshop*, uma Reunião Técnica para assinatura da Carta de Adesão ao PDUI, uma Oficina Técnica e a 1ª Audiência Pública. No quadro 1 é possível observar a síntese dos eventos realizados na etapa.

Quadro 1 - Etapa 03: síntese dos eventos

Eventos da Etapa 03 – Diagnósticos, Diretrizes e Propostas Setoriais Metropolitanas Prioritárias	Data
Reunião Técnica Complementar 01	26/03/2021
Reunião Técnica Complementar 02	30/03/2021
Reunião Técnica Complementar 03	21/05/2021
Reunião Técnica Complementar 04	20/07/2021
Reunião Técnica Complementar 05	29/07/2021
Reunião Técnica Complementar 06	26/08/2021
Reunião Técnica Complementar 07	10/09/2021
Reunião Técnica Complementar 08	28/09/2021
Reunião Técnica 05 – Carta de Adesão	05/10/2021
Reunião Técnica Complementar 09	25/10/2021

VERSÃO PRELIMINAR

Eventos da Etapa 03 – Diagnósticos, Diretrizes e Propostas Setoriais Metropolitanas Prioritárias	Data
Reunião Técnica 06 – *Workshop* Preliminar	03/11/2021
Reunião Técnica Complementar 10	05/11/2021
Reunião Técnica Complementar 11	08/11/2021
Oficina Técnica 02	10/11/2021
Reunião Técnica Complementar 12	18/11/2021
Reunião Técnica Complementar 13	30/11/2021
Reunião Técnica Complementar 14	01/12/2021
Reunião Técnica Complementar 15	14/12/2021
Reunião Técnica Complementar 16	07/01/2021
Reunião Técnica Complementar 17	25/01/2022
Reunião Técnica Complementar 18	10/03/2022
Reunião Técnica Complementar 19	17/03/2022
Reunião Técnica Complementar 20	08/04/2022
Reunião Técnica Complementar 21	03/05/2022
Reunião Técnica Complementar 22	06/05/2022
Primeira Audiência Pública	11/05/2022
Reunião Técnica 07 – *Workshop* Final	03/06/2022

Fonte: URBTEC™, 2022

A seguir são apresentadas as memórias detalhadas dos eventos da Etapa 03 em ordem cronológica.

VERSÃO PRELIMINAR

2. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 01 – SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA DE MARINGÁ

Data: 26/03/2021

Horário: 16h

Local: Videoconferência –Plataforma *Microsoft Teams*

Participantes: Elise Savi, Gustavo Taniguchi, João Paulo da Rosa, Leonardo Fernandes de Campos, Lissandra Baldissera, Manoela Feiges, Ricardo Mendanha.

MEMÓRIA DE EVENTO

A reunião teve início com breve explanação do coordenador adjunto e especialista em mobilidade do plano, Gustavo Taniguchi, o qual abordou os seguintes tópicos:

- Definição do PDUI e seus objetivos;
- Etapas de elaboração e escopo de cada etapa do plano;
- Exigências do Termo de Referência para a Função Pública de Interesse Comum (FPIC) de Mobilidade Metropolitana.

Na sequência, Gustavo tratou sobre a importância da integração entre o PDUI e o Plano de Mobilidade Urbana de Maringá, o qual está em processo de elaboração, e abriu a discussão para os demais participantes.

A arquiteta e urbanista e representante da Secretaria de Mobilidade Urbana de Maringá, Elise Savi, mencionou que a pandemia de Covid-19 prejudicou o andamento dos trabalhos, mas que foi possível retomar as pesquisas em novembro de 2020.

O representante da consultora técnica, Ricardo Mendanha, complementou a fala de Elise Savi, informando que as pesquisas foram realizadas entre novembro de 2020 e janeiro de 2021. De acordo com o mesmo, uma vez que a situação do trânsito for normalizada, serão realizadas pesquisas de tráfego complementares para refinar os dados produzidos até o momento. Ademais, mencionou que as pesquisas de origem e destino foram realizadas não apenas no município de

VERSÃO PRELIMINAR

Maringá, mas também nos municípios de Sarandi e Paiçandu e que as pesquisas operacionais foram realizadas com dados de 2019, anteriores à pandemia.

Em relação ao andamento dos trabalhos de elaboração do plano, Ricardo Mendanha informou que é prevista a publicação dos resultados das pesquisas realizadas no início de abril de 2021. Nesse mesmo mês, espera-se consolidar também o diagnóstico. Segundo Ricardo, há a expectativa de encerramento do plano para o mês de julho de 2021, porém esse cronograma depende da realização dos eventos comunitários.

Gustavo Taniguchi questionou se os dados da pesquisa de origem e destino estavam sendo classificados por município e se fazia parte do escopo do trabalho a indicação de um modelo tarifário. Ricardo Mendanha respondeu que a análise das pesquisas de origem e destino considerava o agrupamento por regiões, porém que os dados poderiam ser desagregados, caso necessário. Em relação ao modelo tarifário, Ricardo informou que essa questão pode ser abordada como uma diretriz geral no plano, mas que seu detalhamento não faz parte do escopo do trabalho.

Ricardo Mendanha sugeriu uma nova reunião para que a consultora apresentasse os resultados obtidos durante a etapa de diagnóstico do Plano de Mobilidade Urbana.

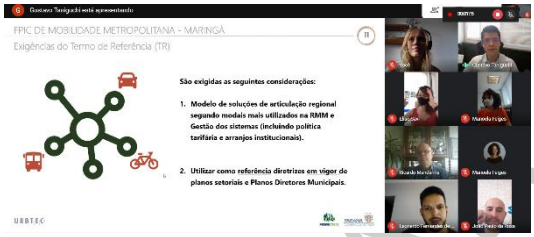
Gustavo Taniguchi agradeceu e complementou informando os presentes sobre a importância de que as diretrizes de mobilidade contidas no Plano de Desenvolvimento da Metrópole Paraná Norte fossem observadas também no Plano de Mobilidade Urbana de Maringá.

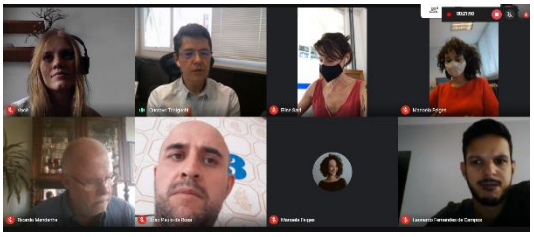
Ao final, Gustavo Taniguchi finalizou a reunião agradecendo a presença de todos.

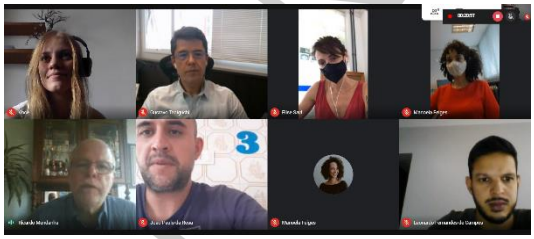
VERSÃO PRELIMINAR

REGISTROS

Figura 1 - Reunião Técnica Complementar 01





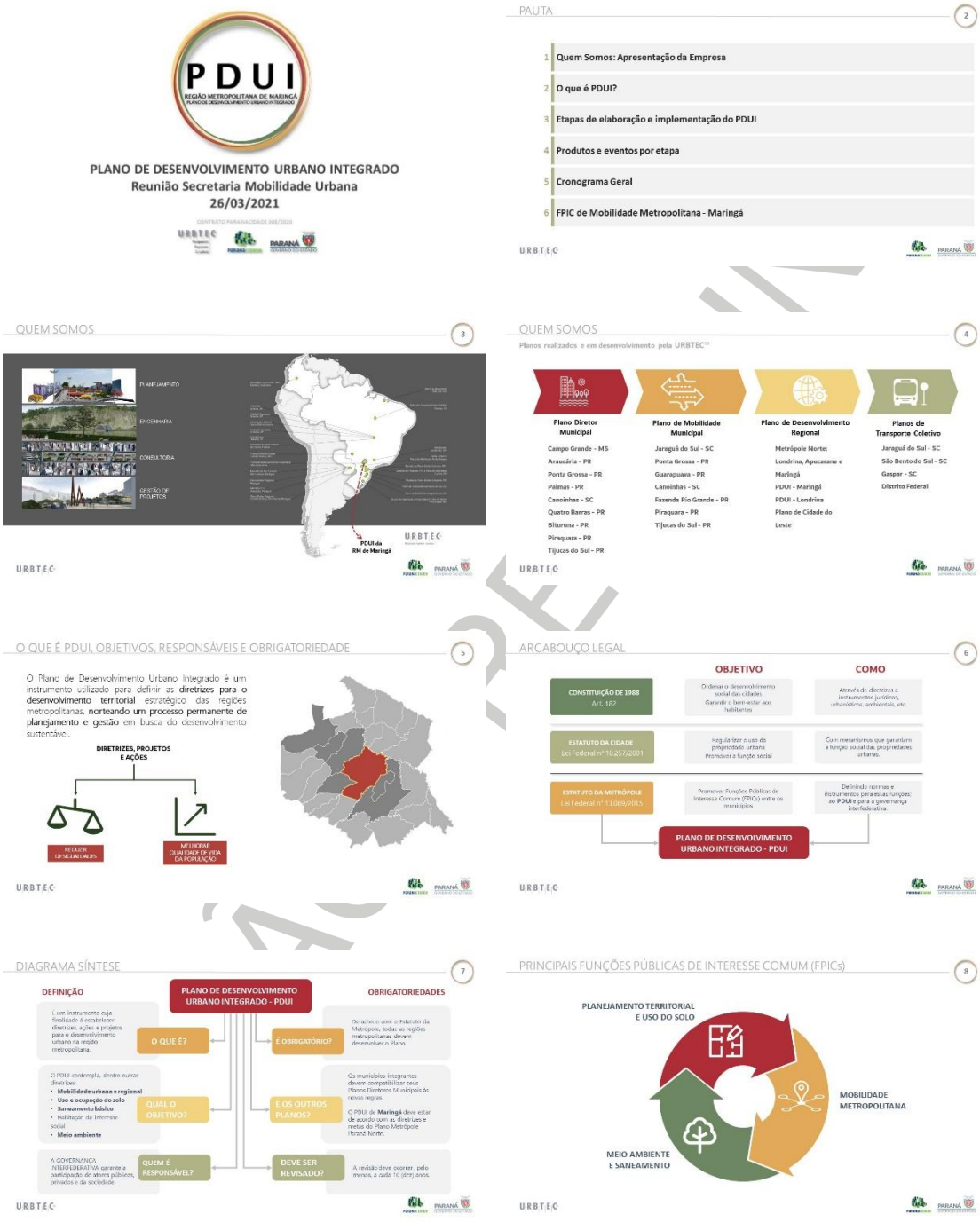


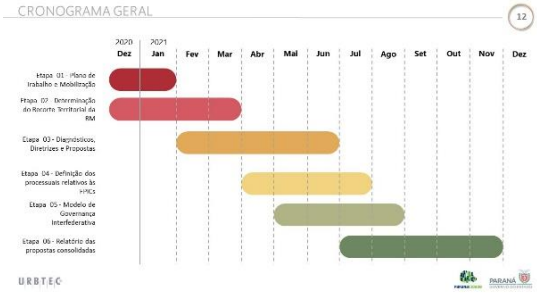
Fonte: URBTEC™, 2021.

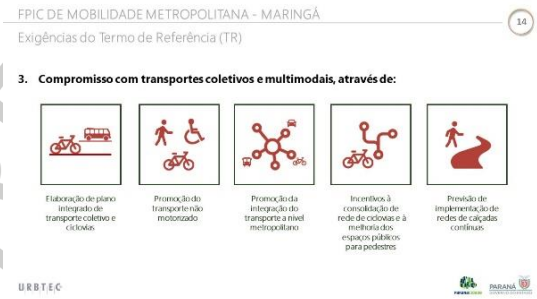
VERSÃO PRELIMINAR

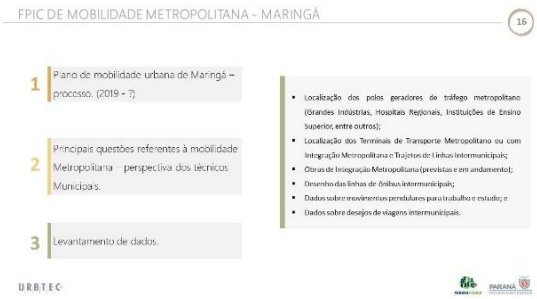
APRESENTAÇÃO

Figura 2 - Apresentação Reunião Técnica Complementar 01









Fonte: URBTEC™, 2021.

3. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 02 – SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA E DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PARANÁ

Data: 30/03/2021

Horário: 14h

Local: Videoconferência –Plataforma *Microsoft Teams*

Participantes: Álvaro José Cabrini Junior, André Contrin Abdo, Bruno Mendes, Camila Mileke Scucato, Carlos Storer, Denise Ziober, Fabio Vilhena, Fernando Caetano, Fernando Lemucch, Gislaine Beloto, Glauco Pereira Junior, Gustavo Taniguchi, João Luiz G. de Almeida, Josil Voidela, Jose Soccorro, Leonardo Fernandes, Lissandra Baldissera, Luciane Bruel Pereira, Luiz Hayakawa, Luiz Gustavo P. dos Santos, Manoela Feiges, Maria Inês Terbeck, Maria Eunice, Monica, Nayara Romano, Nelson Martins, Roberta Guimarães, Roberto Abagge, Rodolfo Purpur Junior, Sandra Moya, Tamiris Berton, Tami Szuchman, Vania Mara Welte, Virgínia Thereza Nalini.

MEMÓRIA DE EVENTO

A abertura da reunião foi feita pela representante da Equipe de Supervisão do PDUI da Região Metropolitana (RM) de Londrina, Maria Inês Terbeck, que agradeceu a presença de todos e explanou brevemente sobre os objetivos gerais da reunião.

Na sequência a palavra foi passada ao Diretor Executivo da URBTEC™, Gustavo Taniguchi, que realizou uma apresentação pautada nos seguintes tópicos:

- Apresentação URBTEC™ – Planejamento, Engenharia e Consultoria.
- Arcabouço legal - Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI).
- PDUI no contexto das Regiões Metropolitanas do Paraná.
- PDUI das Regiões Metropolitanas de Maringá e de Londrina.
- Participação da Secretaria de Infraestrutura e Logística – Paraná.

VERSÃO PRELIMINAR

O coordenador do PDUI da RM de Maringá, Luiz Hayakawa, complementou a fala de Gustavo Taniguchi lembrando que as diretrizes do plano serão rebatidas nos Planos Diretores Municipais. Ressaltou que as infraestruturas de caráter logístico têm profundo impacto no desenvolvimento econômico da região. Ademais, segundo Luiz Hayakawa, ainda que o PDUI seja revisado a cada 10 (dez) anos, as infraestruturas de transporte devem ser pensadas em longo prazo.

A Chefe de Planejamento da Secretaria de Estado de Infraestrutura Logística (SEIL), Josil Voidela, ressaltou a importância da atividade de planejamento na gestão pública, parabenizando o desenvolvimento do estudo. Josil Voidela explanou que não seria possível tratar de todas as questões pontuadas em uma única reunião, mas se colocou à disposição para mais esclarecimentos e informações. De acordo com Josil Voidela, atualmente, os esforços da Secretaria estão concentrados na consolidação do corredor ferroviário leste-oeste, o qual deverá ligar o Município de Dourados (MS) ao Município de Paranaguá (PR). No contexto das regiões metropolitanas de Londrina e Maringá, Josil mencionou que haveria a possibilidade de discutir uma integração a partir de um sistema de trens metropolitanos, considerando estudos já existentes.

No que diz respeito à infraestrutura aeroportuária, Josil Voidela explanou que a SEIL possui uma função macro estratégica, participando da elaboração do Plano Aeroviário Estadual e acompanhando as diretrizes de caráter nacional. Porém, a Secretaria não é executora. Nesse sentido, Josil Voidela expôs que a atuação da SEIL poderá ser mais efetiva a partir das concessões, sugerindo obras necessárias para melhoria da infraestrutura aeroviária.

Josil Voidela encerrou sua fala informando que foram sistematizados dados relevantes para a reunião, os quais poderiam ser compartilhados e agradeceu a troca de informações.

O representante do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER/PR), João Luiz G. de Almeida, informou não possuir informações precisas sobre a situação dos contornos previstos nos municípios de Jandaia do Sul, Peabiru e Arapongas. Porém, expôs que é prevista a inclusão de uma terceira pista na rodovia entre os municípios de Marialva e Sarandi. Para este último, também é prevista a implantação de trincheiras. Também mencionou que são previstas poucas

VERSÃO PRELIMINAR

praças de pedágios a serem instaladas nessas regiões.

Roberto Abagge, também representante do DER, expôs que não acompanhou os estudos das novas concessões, sugerindo que, em uma próxima oportunidade, fosse realizada uma reunião junto ao grupo técnico que está acompanhando o processo. No entanto, Roberto Abagge mencionou outras obras de interesse metropolitano previstas, a saber:

- Duplicação do trecho entre Mauá da Serra e Irerê.
- Duplicação do trecho entre Maringá e Iguaraçu.
- Projetos de adequação da capacidade: Trecho entre Iguaraçu e São Paulo.
- Projetos de adequação da capacidade: Trecho entre Rolândia e São Paulo.

Ademais, Roberto Abagge enfatizou os impactos das rodovias federais nos contextos metropolitanos, informando que é prevista a implementação de contornos rodoviários metropolitanos nas regiões de Londrina e de Maringá.

José Soccorro, representante da Prefeitura de Maringá e participante da Equipe de Apoio do PDUI da RM de Maringá, lembrou que o leito da ferrovia que passa pela área urbana do município foi rebaixado. Destacou, no entanto, que nos municípios de Sarandi e Paiçandu a passagem dos trilhos ainda ocorre em nível.

Em relação ao contorno rodoviário sul metropolitano, previsto para a região de Maringá, José Soccorro pontuou que o projeto inicial incide entre a mancha urbana de Maringá, seu Aeroporto e a mancha urbana de Paiçandu. O técnico mencionou os impactos que o traçado proposto e agradeceu a oportunidade de discutir essa questão.

O representante do DER-PR, João Luiz G. de Almeida, mencionou que a situação do contorno sul ainda está sendo avaliada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT).

Josil Voidela questionou se a Consultora já teve acesso aos relatórios dos estudos referentes às concessões no Paraná. Gustavo Taniguchi afirmou que os dados disponibilizados *online* já foram consultados, porém questionou se seria possível o acesso a dados de deslocamento através do DER.

Josil Voidela sugeriu a aquisição dos dados através de operadoras de celular. Gustavo Taniguchi explanou que essa solução estava sendo estudada, mas

VERSÃO PRELIMINAR

como não faz parte do escopo do trabalho, seria necessário verificar junto às Equipes de Supervisão.

Denise Ziober, representante do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina, expôs que foi realizada uma reunião específica sobre mobilidade junto à Consultora. Porém, não foi discutida a opção de integração através de um trem metropolitano, uma vez que Londrina retirou os trilhos do centro da cidade. A técnica mencionou que a prioridade para o município seria a implantação do contorno norte e que, a partir da consolidação dessa infraestrutura, seria possível discutir a integração ferroviária entre as regiões metropolitanas para transporte de passageiros.

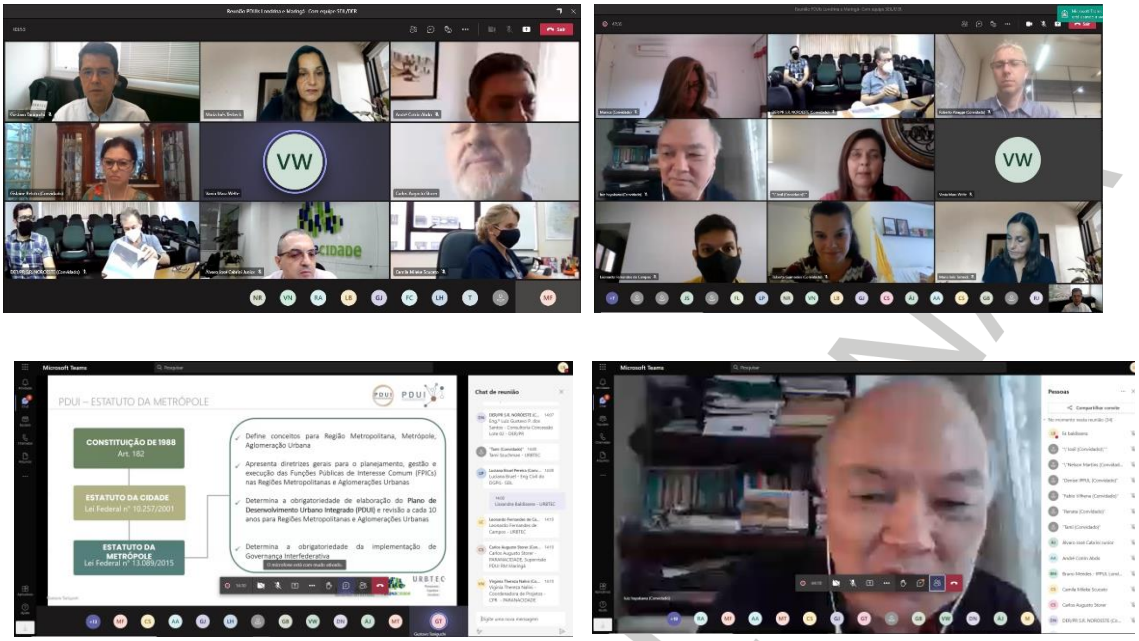
O coordenador do PDUI da RM de Maringá, Luiz Hayakawa, pontuou que foi feito um estudo para utilização da EF-369 para transporte de passageiros e cargas, sendo que os resultados apontaram que em alguns trechos seria possível que os transportes fossem feitos de maneira concomitante. Destacou que a complementação da infraestrutura ferroviária existente para o transporte de passageiros traria grandes benefícios para o desenvolvimento urbano sustentável da região, bem como para ocupação de vazios e requalificação urbana dos entornos ferroviários que incidem sobre a mancha urbana.

Ao final, Gustavo Taniguchi agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião.

VERSÃO PRELIMINAR

REGISTROS

Figura 3 - Reunião Técnica Complementar 02



Fonte: URBTEC™, 2021.

VERSÃO PRELIMINAR

APRESENTAÇÃO

Figura 4 - Apresentação Reunião Técnica Complementar 02

3 PDUI NO CONTEXTO DAS REGIÕES METROPOLITANAS DO PARANÁ

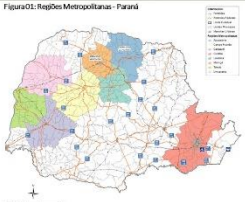
PDUI – REGIÕES METROPOLITANAS DO PARANÁ

Regiões Metropolitanas no Estado do Paraná – base legal

Curitiba	Lei Federal Complementar nº 14/1973
Londrina	Lei Estadual Complementar nº 81/1998
Maringá	Lei Estadual Complementar nº 83/1998
Cascavel	Lei Estadual Complementar nº 186/2015
Apucarana	Lei Estadual Complementar nº 187/2015
Campo Mourão	Lei Estadual Complementar nº 185/2015
Toledo	Lei Estadual Complementar nº 184/2015
Umuarama	Lei Estadual Complementar nº 149/2012

Fonte: PARANACIDADE, 2015

Figura01: Regiões Metropolitanas - Paraná



A proposta da **Política de Desenvolvimento Urbano e Regional (2017)** define, por conta da implantação do **Estatuto da Metrópole**, a manutenção de quatro Regiões Metropolitanas: Cascavel (2015), Curitiba (1973), **Londrina (1998) e Maringá (1998).**

Fonte: GEOLETTE, 2021

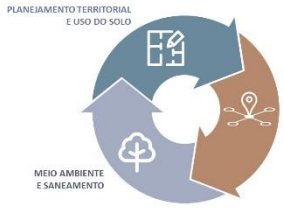
PARANÁ GOVERNO DO ESTADO | PARANACIDADE | URBTEC

PDUI RML e RMM – OBJETIVOS

Os objetivos do PDUI se traduzem em seus principais subprodutos/etapas:

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO | PARANACIDADE | URBTEC

FUNÇÕES PÚBLICAS DE INTERESSE COMUM (FPICs) PRIORITÁRIAS



PARANÁ GOVERNO DO ESTADO | PARANACIDADE | URBTEC

FPIC DE MOBILIDADE METROPOLITANA

Especificações do Termo de Referência (TR)

Considerações e análises sobre:

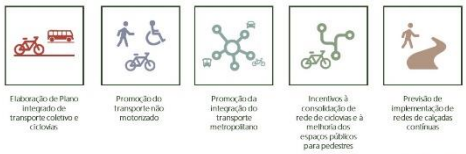
1. **Modelo de soluções de articulação regional segundo modais mais utilizados nas RMs e Gestão dos sistemas (incluindo política tarifária e arranjos institucionais).**
2. **Utilizar como referência diretrizes em vigor de planos setoriais e Planos Diretores Municipais.**

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO | PARANACIDADE | URBTEC

FPIC DE MOBILIDADE METROPOLITANA

Especificações do Termo de Referência (TR)

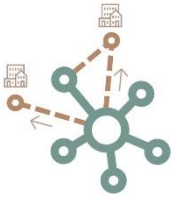
3. Compromisso com transportes coletivos e multimodais, através de:



PARANÁ GOVERNO DO ESTADO | PARANACIDADE | URBTEC

FPIC DE MOBILIDADE METROPOLITANA

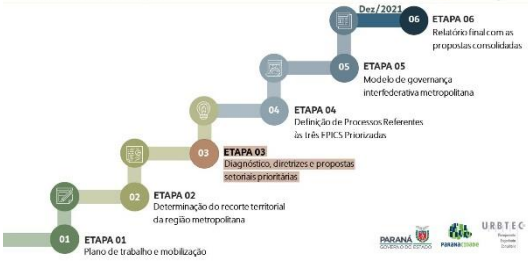
Especificações do Termo de Referência (TR)



4. **Levar em consideração todas as análises e diretrizes existentes nos municípios no tema da Mobilidade Metropolitana, assim como as de caráter regional.**
5. **Priorizar as análises referentes às carências de articulação entre o município polo e os municípios do recorte metropolitano.**
6. **Propor a expansão do sistema viário de modo a orientar o crescimento urbano da RM.**

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO | PARANACIDADE | URBTEC

ETAPAS DE ELABORAÇÃO



PARANÁ GOVERNO DO ESTADO | PARANACIDADE | URBTEC

4 PARTICIPAÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

4.1 INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

CONSIDERAÇÕES - CONCESSÃO DAS RODOVIAS INTEGRADAS DO PARANÁ

- Alterações nas relações de fluxo, acesso e integração entre as cidades que compõem as regiões metropolitanas.
- As atividades e usos de interesse comum metropolitano podem ser afetadas, como Polos de Serviços de Suncumento e sobrecarregar estradas vicinais.
- **Considerar as alternativas locais para os cidadãos metropolitanos se deslocarem (sem o ônus do pedágio),** uma vez que os Polos de Maringá e Londrina são irradiadores da economia de subsistência e agroindústria local, além de centralizarem as áreas de educação e os Núcleos de Excelência em Saúde.

Figura02: Lotes de Concessão das Rodovias e pedágios existentes e propostos.

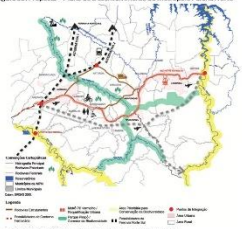
Fonte: Programa de Parceria de Investimentos, 2021. Disponível em: https://bit.ly/3x23zds

INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

QUESTIONAMENTOS - CONCESSÃO DAS RODOVIAS INTEGRADAS DO PARANÁ

- Confirmação sobre as praças novas de pedágio.
- Há a contrapartidas físico territoriais e ambientais contempladas na Concessão?
- O que pertence à esfera federal e a parte estadual nessa concessão?
- Qual é a interface com a ferrovia NORTE SUL , onde se prevê na região Metropolitana de Maringá, o Terminal polo de Cargas, próximo ao aeroporto e no futuro com o porto fluvial no rio Ivaí, previsto desde o MULTIRIONOR, no município de Dr. Camargo?
- Quais as interfaces das rodovias de contorno com os AEROPORTOS, lembrando que as duas cidades (LONDRINA e MARINGÁ) pleiteiam para o futuro as respectivas expansões para um Terminal Internacional de Cargas , além de passageiros?

Figura03: Proposta – Plano de Desenvolvimento da Metrópole Paraná Norte



INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

SOLICITAÇÃO DE DADOS

- **Informações** sobre obras, projetos e investimentos previstos.

Figura04: Projetos, obras e concessões em andamento e previstas para as rodovias

INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

SOLICITAÇÃO DE DADOS

Transporte metropolitano:

- Situação atual:
  - Linhas de integração/conexão entre os municípios das Regiões Metropolitanas.
  - Tipo de serviço oferecido por linha.
  - Tarifas.
  - Informações de origem e destino das viagens intermunicipais.
  - Número de passageiros nas viagens de ida e volta.
- Demais dados:
  - Viagens intermunicipais realizadas através do transporte coletivo nos últimos 10 (dez) anos.
  - Há previsão para instalação de novos terminais ou integração tarifária?

4.2 INFRAESTRUTURA FERROVIÁRIA

INFRAESTRUTURA FERROVIÁRIA

FERROVIA NORTE-SUL

CONSIDERAÇÕES

- Há a divulgação da ligação do trecho Belém , Palmas (TO) , Goiânia- GO, Estrela do Oeste SP e até SANTOS SP operada pela RUMO.
- MS objetiva a conexão Estrela do Oeste até o Mato Grosso do SUL, e deste trecho a ligação com o Pacífico, através da Bolívia e Chile.

QUESTIONAMENTOS

- Quais as **informações sobre a concessão da FERROVIA NORTE SUL e suas conexões com a ferrovia ESTADUAL** de bitola métrica, e sua adaptação ao projeto de integração nacional, como vem ocorrendo no estado de São Paulo?
- Há a previsão **da concessão da ferrovia, nos moldes da rodovia, com a inclusão de obras complementares** para serem absorvidas pela iniciativa privada?

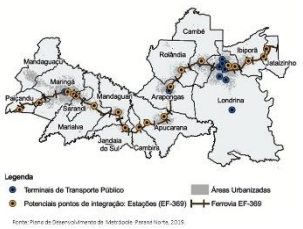
Figura05: Tramas complementares à Ferrovia Norte-Sul

INFRAESTRUTURA FERROVIÁRIA

FERROVIA EF - 369

- O traçado antigo da ferrovia no norte do Paraná é obsoleto e com séries de restrições e conflitos em trechos CONTÍNUOS URBANOS, desde Paiçandu a Ibiporã, atingindo diretamente quinze cidades, em menos de 110 km. Mais de um milhão e meio de habitantes.
- É como se de Curitiba a Ponta Grossa tivéssemos quinze cidades, com a ferrovia passando em áreas centrais.

Figura06: Ferrovia EF-369



Fonte: Plano de Desenvolvimento da Metrópole Paraná Norte, 2019.

INFRAESTRUTURA FERROVIÁRIA

TRAÇADO FERROVIA NORTE-SUL X EF - 369

- Diretrizes estabelecidas no PLANO DA MULTIRIOSUL (parceria do Governo do Estado com o Banco Mundial) e da participação dos representantes dos municípios envolvidos desde Londrina a Maringá?

Diretrizes do Plano de Desenvolvimento da Metrópole Paraná Norte:

- Traçado Ferrovia Norte-Sul: Alternativa 2 – integração de modais.
- Contorno ferroviário – em relação à LF-369.
- EF-369: Ligação Expressa entre Londrina e Maringá.

Figura07: Proposta – Plano de Desenvolvimento da Metrópole Paraná Norte

URBTEC™
Engenharia, Planejamento e Consultoria

Av. João Gualberto,1721
Curitiba/PR - CEP 80030-001

Tel.: (41) 3281-1900
Site: www.urbtec.com.br
E-mail: contato@urbtec.com.br

Zulma Schussel
Coordenadora Geral – PDUI Londrina
zschussel@gmail.com

Luiz Hayakawa
Coordenador Geral – PDUI Maringá
luizhayakawa@yahoo.com.br

Gustavo Taniguchi
Coordenador URBTEC™
gustavo@urbtec.com.br

Manoela Feiges
Coordenadora URBTEC™
manoela@urbtec.com.br

Leonardo de Campos
Gerente de Projeto - Londrina
leonardo@urbtec.com.br

Lissandra Baldissera
Gerente de Projeto - Maringá
lissandra@urbtec.com.br

PDUI REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ
PDUI REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA
plano de desenvolvimento urbano integrado

www.pduimaringa.com.br www.pduilondrina.com.br

Fonte: URBTEC™, 2021.

4. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 03 – COORDENAÇÃO

Data: 21/05/2021

Horário: 9h30 – 11h00

Local: Videoconferência –Plataforma *Microsoft Teams*

Participantes: Adriana de Souza Ricardo Gaio, André Contrin Abdo, Carlos Storer, Fabio Vilhena, Fernando Caetano, Glauco Pereira Junior, Gustavo Taniguchi, Leonardo Fernandes, Lissandra Baldissera, Luiz Hayakawa, Manoela Feiges, Maria Inês Terbeck, Virgínia Thereza Nalini.

MEMÓRIA DE EVENTO

A abertura da reunião foi feita pela representante da Equipe de Supervisão do PDUI da Região Metropolitana (RM) de Londrina, Maria Inês Terbeck, que agradeceu a presença de todos e explanou brevemente sobre os objetivos gerais da reunião.

Na sequência, a palavra foi passada ao Diretor Executivo da URBTEC™, Gustavo Taniguchi, que realizou uma apresentação pautada nos seguintes tópicos:

- Encerramento da Etapa 02 – Determinação do Recorte Territorial Metropolitano;
- Participação no Fórum Metropolitano;
- Composição da Equipe de Acompanhamento Municipal (EAM);
- Respostas aos questionários das Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs)
- Cronograma previsto;
- Agendamento das reuniões técnicas com as secretarias estaduais.

Após a apresentação, a fiscal do contrato do PDUI Londrina, Maria Inês Terbeck, questiona se o levantamento apresentado pela Consultora com relação à participação no Fórum Metropolitano diz respeito apenas a presença dos prefeitos municipais. O Diretor da URBTEC™ explica que o levantamento considerou qualquer

VERSÃO PRELIMINAR

representante do município, seja ele prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, técnicos municipais, secretários, entre outros.

Com relação à nomeação dos representantes da Equipe de Acompanhamento Técnico Municipal (EAM), Terbeck ressalta que algumas nomeações podem ter ficado retidas no e-mail do PARANACIDADE e irá verificar para repassar à Consultora.

Em seguida, Fábio Vilhena se pronuncia a respeito da pouca adesão dos prefeitos no Fórum Metropolitano. Segundo ele, alguns municípios entraram em contato relatando a dificuldade em acessar o evento através do link disponibilizado.

O Fiscal do contrato do PDUI da RM de Maringá, Fernando Caetano, ressalta que muitos municípios não possuem uma conscientização com relação ao pertencimento a uma região metropolitana. Assim sendo, a participação ativa no PDUI pode não ser uma prioridade para alguns. Caetano considera que o evento foi satisfatório diante da divulgação extensiva que foi realizada via ofício, e-mail e através do WhatsApp.

Maria Inês Terbeck considera que o evento foi satisfatório, porém concorda que alguns municípios tiveram dificuldade de acesso à plataforma *online*. Ela considera que a assinatura da carta de adesão deve contar com a participação de todos os municípios, visto que será um momento de decisão do recorte metropolitano. Terbeck sugere realizar uma nova reunião apenas com os prefeitos municipais. Ademais, também propõe que seja estimulada a participação das autoridades durante a realização das oficinas técnicas anteriores à realização da 1ª Audiência Pública.

Na sequência, a representante do escritório regional do PARANACIDADE em Maringá, Adriana de Souza, relata que dois municípios entraram em contato, demonstrando dificuldade na nomeação da Equipe de Acompanhamento Municipal (EAM) através do decreto. O Diretor da URBTEC, Gustavo Taniguchi, afirma que, de fato, os municípios menores possuem dificuldades na nomeação. Segundo o engenheiro, alguns municípios inclusive entraram em contato com a empresa Consultora e foram orientados de como deve ser realizada a nomeação, caso não tenham representantes dos segmentos indicados via ofício. Taniguchi afirma ainda que os municípios foram informados sobre como fazer a nomeação da EAM durante

VERSÃO PRELIMINAR

a realização das Oficinas Técnica 01.

Adriana de Souza comenta que, além da nomeação propriamente dita, é importante que pelo menos um dos representantes participem de todos os eventos de elaboração do PDUI para que não haja um questionamento futuro com relação ao processo participativo.

Em seguida, o Fiscal do contrato do PDUI da RM de Maringá, Fernando Caetano, comenta que o termo de referência traz alguns segmentos da sociedade civil para compor a EAM apenas como sugestão e não como obrigatoriedade. Além disso, relata a dificuldade em reunir todos os prefeitos no mesmo dia e horário em função das agendas dos prefeitos municipais. Caetano afirma que pode haver uma tentativa, mas considera pouco provável que todos os prefeitos consigam participar.

Fernando Caetano questiona à Consultora como está prevista a realização dos próximos eventos, se no formato presencial, *online* ou híbrido. O engenheiro civil, Gustavo Taniguchi, afirma que tudo depende da flexibilidade dos decretos vigentes com relação às medidas sanitárias no combate à pandemia do COVID-19. O engenheiro ressalta, no entanto, que caso não seja possível realizar no formato presencial, é possível realizar no formato *online.*

Nesse momento, Maria Inês Terbeck sugere que nos próximos eventos, os técnicos de cada município sejam responsáveis pela preparação da sala virtual e articulação com os prefeitos. Ela acredita que dessa forma a adesão das autoridades no processo de elaboração do PDUI será facilitada.

O Arquiteto Urbanita e coordenador do PDUI da RM de Maringá, Luiz Hayakawa, complementa a fala de Terbeck, mencionando que há dificuldade para os prefeitos em participar dos eventos *online* por diversas questões. O arquiteto sugere que a Coordenação das Regiões Metropolitanas de Londrina e Maringá participem de todo o processo de elaboração do PDUI fazendo a articulação entre os municípios, mesmo que a composição das coordenações seja enxuta atualmente.

Na sequência, Adriana de Souza informa que existem as coordenações das regiões metropolitanas, mas que não é possível aos técnicos nomeados desempenharem todas as atribuições previstas para as coordenações. Dessa forma, considera pouco provável que os nomeados consigam participar dos Planos

VERSÃO PRELIMINAR

enquanto articuladores entre os municípios.

Em seguida, o Fiscal do contrato do PDUI da RM de Maringá, Fernando Caetano, comenta que há uma incerteza sobre as diretrizes federais e estaduais, principalmente com relação a obras de mobilidade. Ele sugere, no entanto, que o plano deve considerar estas variáveis, mas ao mesmo tempo se impor com relação às melhores alternativas identificadas pelos técnicos. Caetano também reflete sobre a dificuldade de constituir um Órgão Interfederativo nos moldes do Estatuo da Metrópole e acredita que deve ser realizada uma transição gradativa entre o modelo atual e o modelo a ser proposto pelo PDUI.

Maria Inês Terbeck ressalta que o termo de referência já prevê que o PDUI apresente diretrizes gerais, sendo que as discussões deverão ser continuadas pelo Ente Interfederativo, mesmo que com uma equipe inicialmente pequena. Terbeck acredita também que será uma transição gradativa com suporte financeiro do estado nos anos iniciais.

Na sequência, o fiscal do contrato do PDUI da RM de Maringá, Carlos Augusto Storer, sugere que o PDUI deva contemplar oportunidades, desafios e condicionantes frente aos planos e projetos que estão em discussão, elaborando assim os cenários possíveis para o futuro. Storer afirma também que é o PDUI não se restringe aos limites físicos administrativos dos municípios. Em função disso, argumenta que devem ser analisadas as localidades urbanas que são mais próximas da sede de outros municípios do que do município em que se encontram, avaliando também como isso reflete no planejamento territorial metropolitano. Além disso, sugere que na realização da 3º Audiência Pública seja apresentado um histórico do processo de elaboração do PDUI para situar os participantes que ainda não tinham conhecimento do plano sobre o andamento dos trabalhos.

O Arquiteto Urbanita, Luiz Hayakawa, concorda com a colocação do Storer e argumenta que o PDUI não pode se furtar em tratar sobre projetos que estão em discussão no âmbito estadual e federal, considerando o interesse metropolitano nesses contextos. Hayakawa afirma também que, além das discussões internas da Consultora, já vinha participando ativamente das discussões com outros órgãos de planejamento, a exemplo do Instituto de Pesquisa e Planejamento de Maringá (IPPLAM).

VERSÃO PRELIMINAR

Storer concorda com o posicionamento do arquiteto Luiz Hayakawa e afirma que encara e elaboração do PDUI como uma grande oportunidade de avaliar a viabilidade dos projetos que estão em discussão.

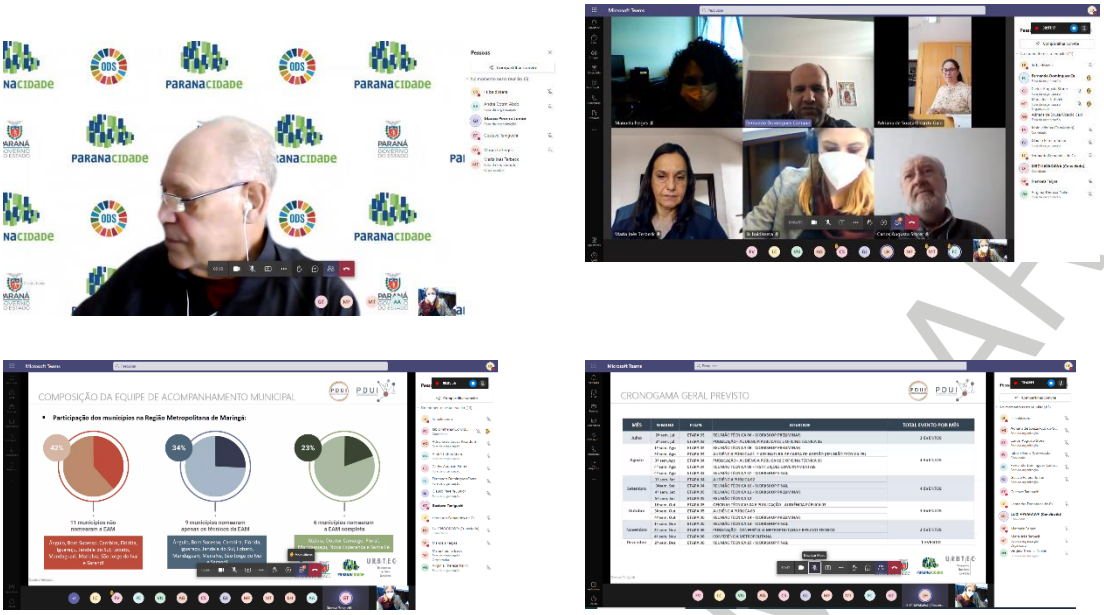
Na sequência, a arquiteta urbanista, Manoela Feiges, explica que, com a finalização da Etapa 02, é de extrema importância o agendamento das reuniões com as secretarias estaduais para que seja possível avançar na Etapa 03 – Diagnóstico, Diretrizes e Propostas Setoriais Metropolitanas. A fiscal do contrato do PDUI Londrina, Maria Inês Terbeck, afirma que já foram feitas várias tentativas, mas que ainda enfrenta dificuldade no agendamento. Relatou, no entanto, que há possibilidade de agendar uma reunião com a SEDEST na próxima semana.

Terbeck afirma ainda a importância da reunião e das discussões que foram colocadas em pauta no processo de elaboração do PDUI.

Ao final, a arquiteta urbanista, Manoela Feiges, agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião.

VERSÃO PRELIMINAR

Figura 5 - Reunião Técnica Complementar 03



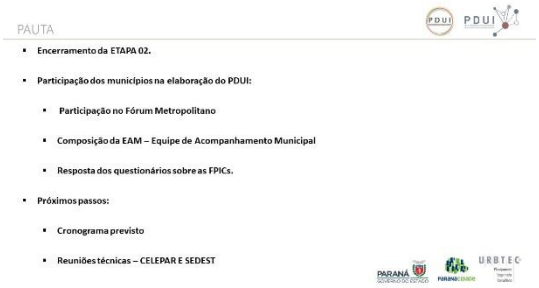
REGISTROS

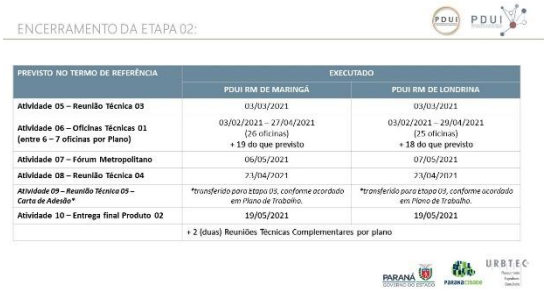
Fonte: URBTEC™, 2021.

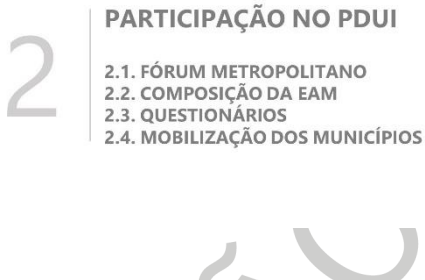
VERSÃO PRELIMINAR

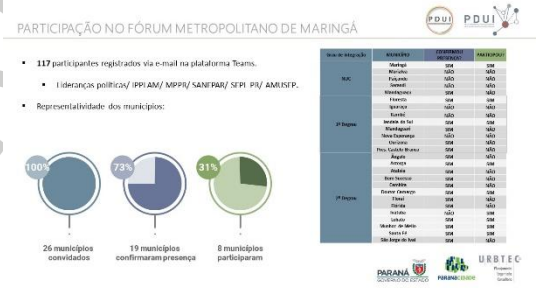
APRESENTAÇÃO

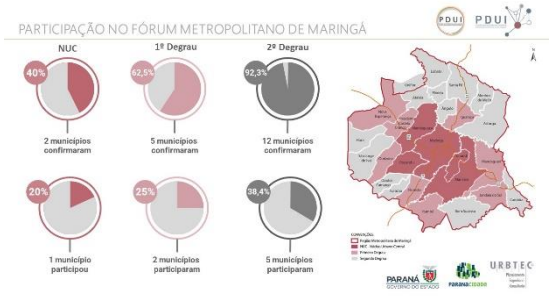
Figura 6 - Apresentação Reunião Técnica Complementar 03

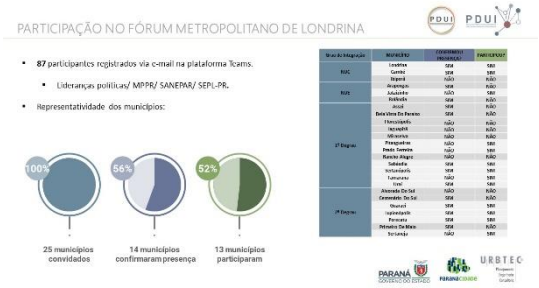




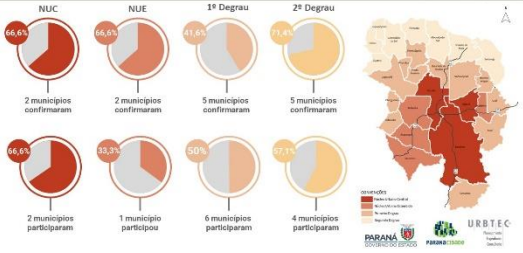






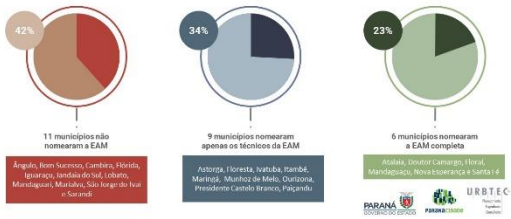


PARTICIPAÇÃO NO FÓRUM METROPOLITANO DE LONDRINA



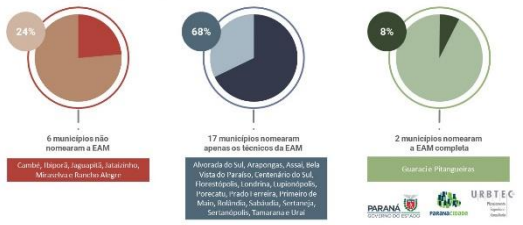
COMPOSIÇÃO DA EQUIPE DE ACOMPANHAMENTO MUNICIPAL

- **Participação dos municípios na Região Metropolitana de Maringá:**



COMPOSIÇÃO DA EQUIPE DE ACOMPANHAMENTO MUNICIPAL

- **Participação dos municípios na Região Metropolitana de Londrina:**



QUESTIONÁRIOS DAS FPICS – PDUI MARINGÁ

- **Participação dos municípios:**

	Função Pública de Interesse Comum	Adesão dos municípios (em relação aos 26 participantes da RMM atual)		
		Questionários	Nº de respostas	%
Região Metropolitana de Maringá	Meio Ambiente e Saneamento	Unidades de Conservação	21	81%
		Fragilidade Ambiental	19	73%
		Licenciamento e Outorga	18	69%
		Resíduos Sólidos	17	65%
		Saneamento Básico	16	62%
	Mobilidade Metropolitana	Mobilidade Metropolitana	17	65%
	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Planejamento Territorial e Uso do Solo	11	42%

QUESTIONÁRIOS DAS FPICS – PDUI LONDRINA

- **Participação dos municípios:**

	Função Pública de Interesse Comum	Adesão dos municípios (em relação aos 25 participantes da RMI atual)		
		Questionários	Nº de respostas	%
Região Metropolitana de Londrina	Meio Ambiente e Saneamento	Unidades de Conservação	19	76%
		Fragilidade Ambiental	19	76%
		Licenciamento e Outorga	19	76%
		Resíduos Sólidos	17	68%
		Saneamento Básico	14	56%
	Mobilidade Metropolitana	Mobilidade Metropolitana	18	72%
	Planejamento Territorial e Uso do Solo	Planejamento Territorial e Uso do Solo	13	52%

MOBILIZAÇÃO DAS EQUIPES MUNICIPAIS

Etapa 01:
- Contato preliminar via telefone e e-mail com assessorias de imprensa – ou órgão competente - dos municípios da RM para articular a divulgação de cada plano.
- Contato preliminar via telefone e e-mail com as prefeituras municipais para solicitação de dados/informações de cada plano.

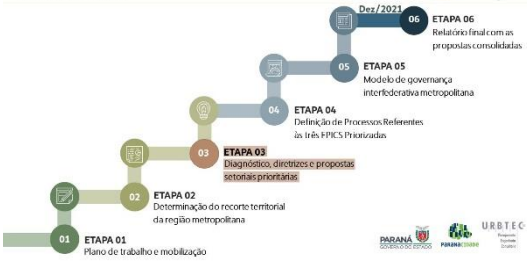
Etapa 02:
- Consolidação dos contatos em cada uma das Prefeituras – técnicos (planejamento e comunicação).
- Envio de ofícios solicitando a nomeação dos representantes da sociedade civil da Equipe de Acompanhamento Municipal EAM.
- Envio de questionários/ solicitação de dados/ endereço do site para verificação dos produtos e eventos para os técnicos municipais.
- Realização das oficinas técnicas 01 (+ 50 visitas técnicas).

Etapa 03:
- **Sugestões?**

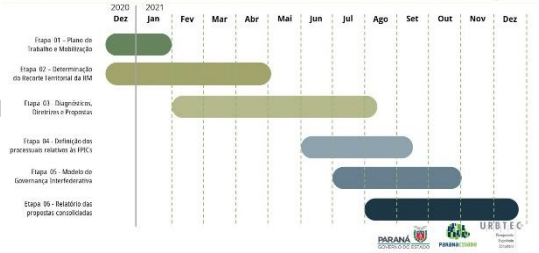
2 PRÓXIMOS PASSOS

2.1. CRONOGRAMA GERAL
2.2. REUNIÕES COM SECRETARIAS ESTADUAIS

PRÓXIMAS ETAPAS

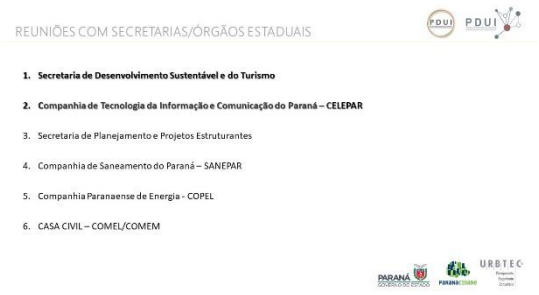


CRONOGAMA GERAL PREVISTO

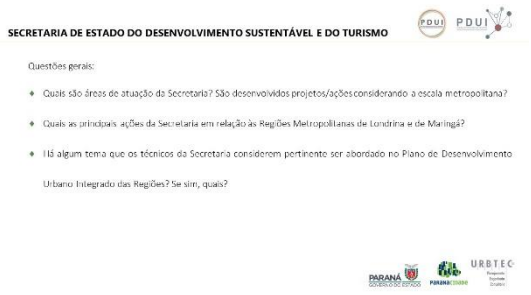


CRONOGAMA GERAL PREVISTO

MÊS	SEMANA	ETAPA	ATIVIDADE	TOTAL EVENTO POR MÊS
Julho	2ª sem. Jul	ETAPA 03	REUNIÃO TÉCNICA 06 - WORKSHOP PRELIMINAR	2 EVENTOS
	3ª sem. Jul	ETAPA 03	PUBLICAÇÃO - AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E OFICINA TÉCNICA 02	
Agosto	1ª sem. Ago	ETAPA 04	REUNIÃO TÉCNICA 08 - WORKSHOP PRELIMINAR	5 EVENTOS
	2ª sem. Ago	ETAPA 03	AUDIÊNCIA PÚBLICA 03 - 1. FOMENTO AO USO E OCUPAÇÃO (REUNIÃO CLÍNICA 05)	
	3ª sem. Ago	ETAPA 03	PUBLICAÇÃO - AUDIÊNCIA PÚBLICA 02 E OFICINA TÉCNICA 03	
	4ª sem. Ago	ETAPA 04	REUNIÃO TÉCNICA 09 - INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	
	4ª sem. Ago	ETAPA 03	REUNIÃO TÉCNICA 07 - WORKSHOP FINAL	
Setembro	1ª sem. Set	ETAPA 04	AUDIÊNCIA PÚBLICA 03	4 EVENTOS
	35ª sem. Set	ETAPA 04	REUNIÃO TÉCNICA 10 - WORKSHOP FINAL	
	4ª sem. Set	ETAPA 05	REUNIÃO TÉCNICA 11 - WORKSHOP PRELIMINAR	
	5ª sem. Set	ETAPA 05	REUNIÃO TÉCNICA 12	
Outubro	1ª sem. Out	ETAPA 05	OFICINAS TÉCNICAS 04 E PUBLICAÇÃO - AUDIÊNCIA PÚBLICA 03	3 EVENTOS
	1ª sem. Out	ETAPA 05	AUDIÊNCIA PÚBLICA 03	
	4ª sem. Out	ETAPA 06	REUNIÃO TÉCNICA 14 - WORKSHOP PRELIMINAR	
Novembro	3ª sem. Nov	ETAPA 05	REUNIÃO TÉCNICA 13 - WORKSHOP FINAL	2 EVENTOS
	4ª sem. Nov	ETAPA 06	PUBLICAÇÃO - CONFERÊNCIA METROPOLITANA E RESUMO TÉCNICO	
	4ª sem. Nov	ETAPA 06	CONFERÊNCIA METROPOLITANA	
Dezembro	2ª sem. Dez	ETAPA 06	REUNIÃO TÉCNICA 15 - WORKSHOP FINAL	1 EVENTO

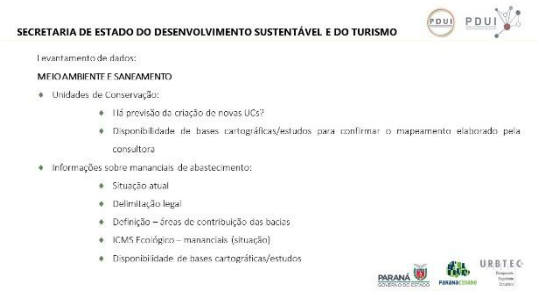

REUNIÕES COM SECRETARIAS/ÓRGÃOS ESTADUAIS

1. **Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e do Turismo**
2. **Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – CELEPAR**
3. Secretaria de Planejamento e Projetos Estruturantes
4. Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR
5. Companhia Paranaense de Energia - COPEL
6. CASA CIVIL – COMEL/COMEM


SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DO TURISMO

Questões gerais:

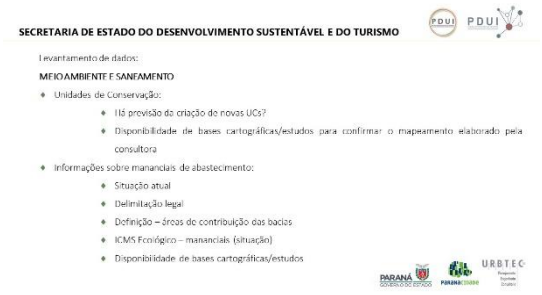
- Quais são áreas de atuação da Secretaria? São desenvolvidos projetos/ações considerando a escala metropolitana?
- Quais as principais ações da Secretaria em relação às Regiões Metropolitanas de Londrina e de Maringá?
- Há algum tema que os técnicos da Secretaria considerem pertinente ser abordado no Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado das Regiões? Se sim, quais?


SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DO TURISMO

Levantamento de dados:

MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

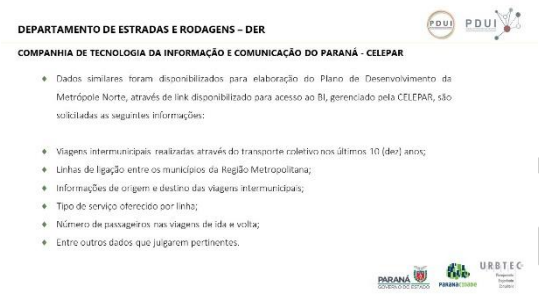
- Unidades de Conservação:
  - Há previsão de criação de novas UCs?
  - Disponibilidade de bases cartográficas/estudos para confirmar o mapeamento elaborado pela consultora
- Informações sobre mananciais de abastecimento:
  - Situação atual
  - Delimitação legal
  - Definição – áreas de contribuição das bacias
  - ICMS Ecológico – mananciais (situação)
  - Disponibilidade de bases cartográficas/estudos


SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DO TURISMO

Levantamento de dados:

MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

- Unidades de Conservação:
  - Há previsão de criação de novas UCs?
  - Disponibilidade de bases cartográficas/estudos para confirmar o mapeamento elaborado pela consultora
- Informações sobre mananciais de abastecimento:
  - Situação atual
  - Delimitação legal
  - Definição – áreas de contribuição das bacias
  - ICMS Ecológico – mananciais (situação)
  - Disponibilidade de bases cartográficas/estudos


DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGENS – DER

COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ - CELEPAR

- Dados similares foram disponibilizados para elaboração do Plano de Desenvolvimento da Metrópole Norte, através de link disponibilizado para acesso ao BI, gerenciado pela CELEPAR, são solicitadas as seguintes informações:
- Viagens intermunicipais realizadas através do transporte coletivo nos últimos 10 (dez) anos;
- Linhas de ligação entre os municípios da Região Metropolitana;
- Informações de origem e destino das viagens intermunicipais;
- Tipo de serviço oferecido por linha;
- Número de passageiros nas viagens de ida e volta;
- Entre outros dados que julgarem pertinentes.

PDUI REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

PDUI REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA

www.pduimaringa.com.br

www.pduilondrina.com.br

URBTEC™
Engenharia, Planejamento e Consultoria

Av. João Gualberto, 1721
Curitiba/PR - CEP 80030-001

Tel.: (41) 3781-1900
Site: www.urbtec.com.br
E-mail: contato@urbtec.com.br

Fonte: URBTEC™, 2021.

VERSÃO PRELIMINAR

5. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 04 - APRESENTAÇÃO DO DIAGNÓSTICO DAS FUNÇÕES PÚBLICAS DE INTERESSE COMUM PRIORITÁRIAS

Data: 20/07/2021

Horário: 14h00

Local: Videoconferência –Plataforma *Microsoft Teams*

Participantes: Adriana de Souza Ricardo Gaio, Albari Alves Medeiros, Bruna Barbosa Barroca, Bruno Rigon, Carlos Augusto Storer, Fabio Fumagalli Vilhena de Paiva, Fernando Domingues Caetano, Gil Polidoro, Glauco Pereira Junior, Guilherme Catani, Gustavo Taniguchi, José Socorro, Lissandra Baldissera, Lolziley Chimatt, Luis Henrique Cavalcanti Fragomeni, Luiz Hayakawa, Manoela Feiges, Mayara Azzulin, Natalia Gentilin, Paloma Carpena de Assis, Pedro Dias, Renato Ricardo Derner, Rodolfo Purpur Junior, Théo Marcello Moro Zanardo, Vinicius Tessari, Virgínia Thereza Nalini.

MEMÓRIA DE EVENTO

O evento teve início com a fala do especialista em mobilidade, Gustavo Taniguchi, que saudou os participantes e agradeceu a presença de todos. Na sequência, Gustavo Taniguchi tratou sobre o andamento das atividades do PDUI da RMM, abordando:

- As etapas de elaboração do PDUI;
- O andamento do cronograma e próximos eventos previstos;
- A necessidade de consolidar as Equipe de Acompanhamento Municipal;
- A pauta da reunião: apresentação do diagnóstico das Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs).

Então, a palavra foi passada ao especialista em planejamento e gestão do uso e ocupação do solo, o arquiteto e urbanista, Luís Henrique Fragomeni. O arquiteto apresentou o diagnóstico da FPIC de Planejamento Territorial e Uso do Solo, em que destacou os seguintes pontos:

VERSÃO PRELIMINAR

- O Mapa Síntese - produzido através da espacialização das principais condicionantes para a FPIC;
- A matriz SWOT (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças) – elaborada como síntese dos principais resultados obtidos para a FPIC;
- Quadros de processuais – apresentando as análises realizadas para as escalas regional e municipal;
- Quadro Síntese dos processuais;
- Recomendações preliminares para FPIC de Planejamento Territorial e Uso do Solo.

Gustavo Taniguchi retomou a palavra para apresentar o diagnóstico da FPIC de Mobilidade Metropolitana. O especialista em mobilidade apresentou a estruturação do relatório e na sequência apresentou os principais pontos levantados no estudo, considerando os sistemas de mobilidade da região (sistema viário, ferroviário, hidroviário, aeroportuário, transporte coletivo e modais ativos) e aspectos institucionais.

Ao final, foi apresentada uma matriz SWOT (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças) contendo a síntese das análises realizadas ao longo do diagnóstico.

Na sequência, Gil Polidoro, Geólogo e especialista em Meio Ambiente, apresentou o diagnóstico para a FPIC de Meio Ambiente e Saneamento. Gil Polidoro enfatizou os principais resultados obtidos para os temas: recursos hídricos, saneamento básico (Abastecimento de água; Drenagem; Resíduos Sólidos; Coleta de esgoto) e meio ambiente (Unidades de Conservação e áreas verdes; Serviços Ecossistêmicos; Áreas de risco). Ademais, o especialista também expôs as seguintes análises realizadas no âmbito do diagnóstico da FPIC de Meio Ambiente e Saneamento:

- Matriz de conflitos, entraves e problemas na gestão dos temas de Meio Ambiente e Saneamento na RMM;
- Níveis de Integração dos municípios da RMM, segundo a perspectiva da referida FPIC;
- Matriz SWOT – contendo a síntese dos principais pontos levantados ao longo do diagnóstico.

VERSÃO PRELIMINAR

Com encerramento da apresentação da Consultora, o arquiteto e urbanista e coordenador do PDUI, Luiz Hayakawa, falou sobre a importância da participação dos técnicos municipais na complementação das análises sobre o PDUI. Ademais, destacou a importância da articulação da Região Metropolitana no aproveitamento das oportunidades mencionadas ao longo da apresentação para todas as FPICs.

A representante do PARANACIDADE, Adriana de Souza Ricardo Gaio, sugeriu que o diagnóstico sobre a situação dos Planos Diretores Municipais (PDMs) da RMM fosse atualizado, uma vez que ao longo da elaboração do PDUI, o processo de revisão dos PDM já havia avançado em alguns municípios. Adriana também mencionou que achou interessante o levantamento da questão do Pagamento por Serviços Ambientais no diagnóstico da FPIC de Meio Ambiente e Saneamento e solicitou mais informações sobre o tema.

Os especialistas em Meio Ambiente e Saneamento, Gil Polidoro e Pedro Dias, responderam ao questionamento afirmando que há intenção de que essa ferramenta seja utilizada na Região Metropolitana de Maringá. Gil Polidoro mencionou que também estão sendo avaliadas outras formas de promover a preservação em áreas urbanas. O coordenador do PDUI, Luiz Hayakawa, complementou lembrando que há instrumentos do Estatuto da Cidade, como a transferência do potencial construtivo, que poderiam ser utilizados com este viés.

O membro da Equipe de Apoio do PDUI e representante da Prefeitura de Maringá, José Alves Soccorro, comentou que os diagnósticos do Plano Diretor e do Plano de Mobilidade de Maringá já estão em fase de conclusão e que o intercâmbio de informações entre os Planos e o PDUI será muito proveitoso para a coesão das diretrizes e propostas.

Albari Alves de Medeiros, pontuou que o traçado do contorno rodoviário sul de Maringá foi aperfeiçoado e que não está mais em conflito com a instalação de novo aterro sanitário em Sarandi e solicitou que os técnicos do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Maringá (IPPLAM) encaminhassem à Consultora o desenho do novo traçado. Albari também informou que há previsão de que a licitação para a realização da obra ocorra ainda em 2021.

A técnica da Prefeitura Municipal de Maringá, Paloma Carpena de Assis, ressaltou que o grande desafio da elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano

VERSÃO PRELIMINAR

Integrado da Região Metropolitana de Maringá será a elaboração do arranjo institucional da região e seu rebatimento nos municípios.

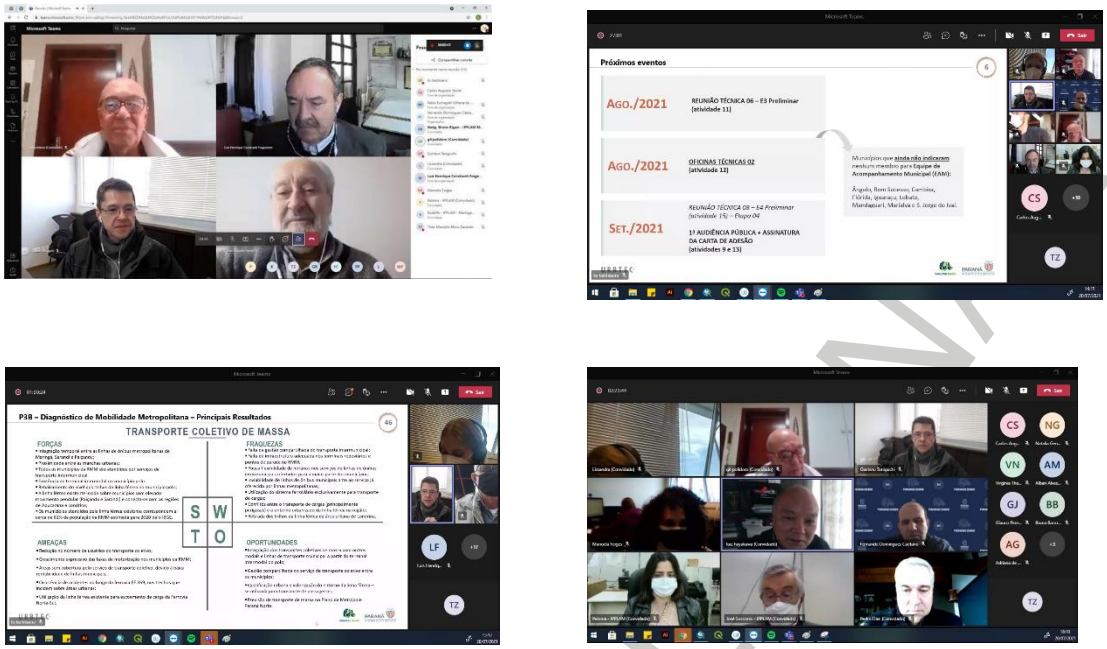
O membro da equipe de supervisão do contrato, Fernando Caetano, sugeriu um esforço conjunto para a consolidação da Equipe de Acompanhamento Municipal – EAM. Fernando questionou a Consultora se haviam dados a serem solicitados às secretarias e aos órgãos estaduais. Ademais, o técnico reforçou que o Plano da Metrópole Paraná Norte deve ser considerado, tanto no diagnóstico, quanto nas proposições do PDUI. Por fim, aconselhou que a apresentação a ser realizada em Audiência Pública seja mais breve.

Gustavo Taniguchi agradeceu as colocações de Fernando, avisando que a Consultora entraria em contato para tratar sobre esses temas. Por fim, Gustavo Taniguchi encerrou a reunião agradecendo a participação de todos.

VERSÃO PRELIMINAR

REGISTROS

Figura 7 - Reunião Técnica Complementar 04

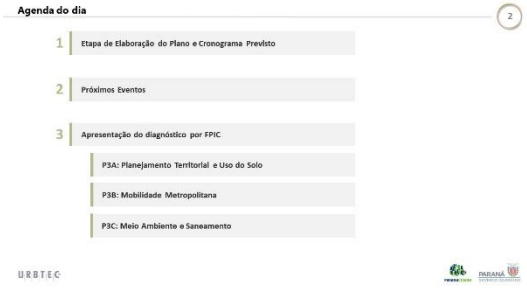


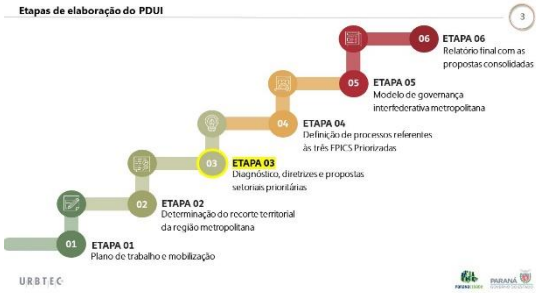
Fonte: URBTEC™, 2021.

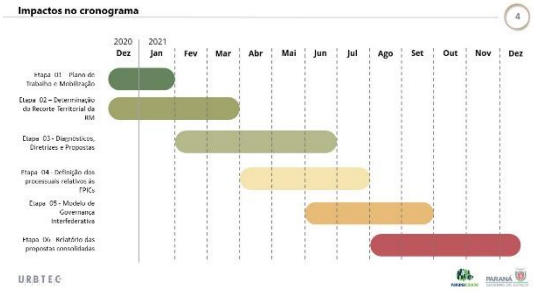
VERSÃO PRELIMINAR

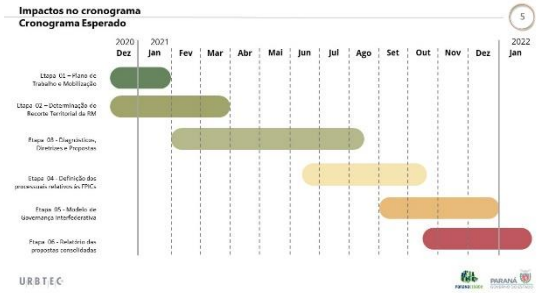
APRESENTAÇÃO

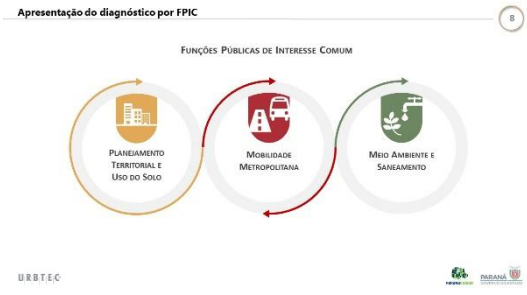
Figura 8 - Apresentação Reunião Técnica Complementar 04











FPIC DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E USO DO SOLO

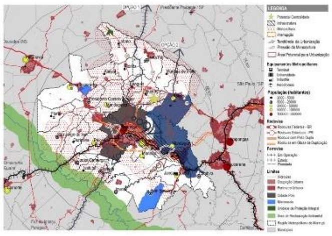
P3C – Diagnóstico Uso e Ocupação do Solo – Principais Resultados (10)

Cronograma

1. **MAPA SÍNTESE** – Mapa com todos os dados coletados pela FPIC Uso e Ocupação do Solo
2. **MATRIZ SWOT** – Forças, Fraquezas, Ameaças e Oportunidades
3. **QUADROS PROCESSUAIS** – Atores e Escala Municipal
4. **RECOMENDAÇÕES** – Recomendações Da FPIC De Planejamento E Uso do Solo

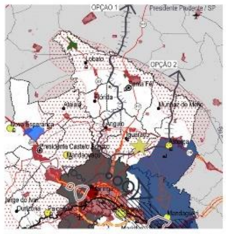
P3C – Diagnóstico Uso e Ocupação do Solo – Principais Resultados (11)

1 – Mapa Síntese



P3C – Diagnóstico Uso e Ocupação do Solo – Principais Resultados (12)

1 – Mapa Síntese



2 – MATRIZ SWOT: GRANDES COMPARTIMENTOS REGIONAIS (13)

- Compartimentos **exploração agropecuária** ao Norte e Sul
- Compartimento de alta **concentração de recursos hídricos** a Oeste da RMM.
- **Eixo regional de articulação de funções urbanas** Leste/Oeste BR 376 - PR 323. (Londrina Maringá) (Marialva- Maringá- Paiçandu)

FORÇAS (S)

- Tendência a integração do tecido urbano ao longo do eixo rodoferroviário BR 376. Na última década, todos mantiveram altas taxas de expansão da malha urbana entre 43,5 % e 75,9%, à exceção de Paiçandu 21,65%.
- Manancial captação superficial do Pirapó e Ivaí abastecem 70% da região.
- Tendência de estabilidade na expansão territorial da atividade agropecuária com respeito aos "fundos de vale".

FRAQUEZAS (W)

- Baixa "acessibilidade" entre o eixo regional e os demais centros urbanos.
- Hiatos de três níveis hierárquicos na rede urbana entre Capital Regional B (Maringá) e Centro de Zona (Jandaia do Sul).
- Manejo inadequado do solo em áreas suscetíveis no compartimento concentração recursos hídricos (Noroeste) e expansão de áreas urbanas sobre áreas de mananciais (Jandaia do Sul e Mandaguari).

AMEAÇAS (T)

- Desarticulação entre as diretrizes macrorregionais, os PDs Municipais e as vocações dos grandes compartimentos regionais.
- Dissociação do planejamento integrado da Grande Metrópole Norte.

OPORTUNIDADES (O)

- Ampliar a mobilidade e a integração de funções no eixo regional central.
- Estabelecer diretrizes macrorregionais segundo a vocação dos grandes compartimentos regionais.

2 – MATRIZ SWOT: DIRETRIZES PARA O USO DO SOLO DE PLANOS REGIONAIS E FPIC's (14)

(Metrópole Norte, PDU PR, Concessões)

FORÇAS (S)

- PD Metrópole Norte recomenda adensamento e investimentos no Eixo Articulação Urbana.
- Plano de Bacia do Baixo Ivaí e Paraná I identificam áreas de proteção de mananciais.
- Projeto do Contorno Metropolitano de Maringá induzirá a expansão ao Sul.

FRAQUEZAS (W)

- Desarticulação entre os planos de transporte regional (PDA Aeroporto, Contorno Metropolitano de Maringá, Ferrovia Norte Sul, Duplicação da PR - 317) os PDs e os processuais de planejamento do uso do solo Municipais.
- Desarticulação entre o Plano de Bacia do Baixo Ivaí e Paraná I e os PDs.

AMEAÇAS (T)

- Ocupação inadequada de áreas de servidão das infraestruturas regionais. Região sul de Maringá e Paiçandu.
- A ocupação do solo na região dos mananciais ameaça as diretrizes do Plano de Bacia do Baixo Ivaí e Paraná I.

OPORTUNIDADES (O)

- Ampliar a mobilidade e a integração de funções urbanas no eixo regional central.
- Inserir áreas de proteção de mananciais no macrozoneamento municipal
- Integrar as diretrizes dos planos setoriais na FPIC planejamento territorial e uso do solo do PDUI da RMM
- Estabelecer as diretrizes da FPIC uso do solo para caracterizar as tipologias de do macrozoneamento municipal.

2 – MATRIZ SWOT: TENDÊNCIAS DA EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANO E RURAL (15)

FORÇAS (S)

- Áreas urbanas e de expansão urbana tem apresentado taxas expressivas de crescimento embora em ritmo decrescente. Na última década a expansão foi de 29% representando 3,3 % do território da RMM.
- Os municípios que integram o eixo de articulação urbana Maringá (cerca de 20 km do centro de Maringá, Mandaguaçu, Marialva, Mandaguari, Paiçandu e Sarandi) representam 76,1% da área urbana total ocupada e Maringá, isoladamente, 47,3%, seguida por Sarandi 10,7%.

FRAQUEZAS (W)

- Estratificação social centro- periferia em relação ao polo Maringá com hiatos na hierarquia urbana e disparidades socioeconômicas significativas. (Arranjos populacionais, o IBGE 2017 e índice Firjan com variação de até 30%).

AMEAÇAS (T)

- Perímetros urbanos "ociosos" estimulam a expansão urbana sobre áreas agricultáveis e de importância ambiental.
- Predomínio de expansão de culturas de curto ciclo, em detrimento de lavouras tradicionais.

OPORTUNIDADES (O)

- Manutenção da fronteira agrícola.
- Há oportunidade para adoção de políticas de aumento da densidade urbana, com melhor aproveitamento da infraestrutura e liberação de áreas residuais para conservação ambiental (taxas de expansão do tecido urbano declinantes)

2 – MATRIZ SWOT: TENDÊNCIAS DA EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANO E RURAL (16)

FORÇAS (S)

- A agropecuária (inclusive florestas) representa 86,5% da superfície da região apresentando estabilidade e pequena redução no território ocupado. Entre 2010 e 2019 foi a soja que liderou a expansão (28%) sobrepondo-se a outras culturas.

FRAQUEZAS (W)

- Crescimento do tecido urbano mais acelerado e com menor qualidade de infraestrutura e serviços nas periferias do "Núcleo" Metropolitano.
- A área urbana legal (macrozoneamento municipal) equivale a quase o dobro do território efetivamente ocupado.

AMEAÇAS (T)

- O crescimento das áreas de soja expandiu 30% na última década, sendo que na região de Astorga a "mancha" de soja é a mais representativa.

OPORTUNIDADES (O)

- Corredor do Rio Ivaí é a principal Área Estratégica para a Conservação e a Recuperação da Biodiversidade para a formação de corredores ecológicos e manutenção da estabilidade física do ambiente na política estadual do meio ambiente.
- Considerar a FPIC Uso do Solo uma ferramenta estratégica para orientar as tendências de uso e ocupação do solo regional, tendo por contexto a experiencia da AGEM, instituindo diretrizes e mecanismos integrados para o desenvolvimento socioeconômico regional sustentável (promover as forças e corrigir as fraquezas).

P3C – Diagnóstico Uso e Ocupação do Solo – Principais Resultados (17)

3 – Análise dos Processuais de Uso e Ocupação do Solo

Atores	Formulação de políticas considerando a escala regional ou intermunicipal	Processos de licenciamento com participação de atores e instrumentos regionais ou intermunicipais	Processos de licenciamento municipal em conformidade com o PDM vigente e utilização de instrumentos urbanísticos
Coordenação da Aglomeração Metropolitana de Maringá - COMEM	- Pouca articulação com planejamento municipal na região. - Potencial para normalização das diretrizes do macrozoneamento municipal.	- Eventual. Predomina função assistencial aos municípios. - Potencial para integrar ações regionais e, orientar e colaborar com os municípios.	- Somente análises de vínculo com PDM em contratação de projetos financiados pelo Paranacidade.
IAT e Concessionárias de serviços públicos (Copel, Sanepar, Compagaz, e Concessionárias de rodovias).	- IAT, Planos de bacias, ZEEs. - Concessionarias somente ações de interesse corporativo dissociadas dos PDMs. - Oportunidade para exposição/negociação das politicas regionais ao "ente" metropolitano.	- Somente quando consultados pelos municípios.	- Ações independentes do PDM e do licenciamento municipal.

P3C – Diagnóstico Uso e Ocupação do Solo – Principais Resultados (18)

3 – Análise dos Processuais de Uso e Ocupação do Solo

Atores	Formulação de políticas considerando a escala regional ou intermunicipal	Processos de licenciamento com participação de atores e instrumentos regionais ou intermunicipais	Processos de licenciamento municipal em conformidade com o PDM vigente e utilização de instrumentos urbanísticos
Comitês de Bacias Piraponema e Baixo Ivaí e Paraná I	- Os Planos de Bacias existentes tem pouco rebatimento nos PDMs. - Potencial para estabelecer as diretrizes da FPIC uso do solo contemplando as demais FPICs para as tipologias de macrozoneamento rural e urbano dos municípios.	- Comitês de bacia com participação de representantes municipais, porém, com atuação apenas eventual de câmaras técnicas. - Carência de instrumentos efetivos para o licenciamento de uso do solo regional.	- Ausência de instrumento efetivo para o licenciamento interfederativo do uso do solo.
Comitês de Bacias Piraponema e Baixo Ivaí e Paraná I	- Os Planos de Bacias existentes tem pouco rebatimento nos PDMs. - Potencial para estabelecer as diretrizes da FPIC uso do solo contemplando as demais FPICs para as tipologias de macrozoneamento rural e urbano dos municípios.	- Comitês de bacia com participação de representantes municipais, porém, com atuação apenas eventual de câmaras técnicas. - Carência de instrumentos efetivos para o licenciamento de uso do solo regional.	- Ausência de instrumento efetivo para o licenciamento interfederativo do uso do solo.

P3C – Diagnóstico Uso e Ocupação do Solo – Principais Resultados

19

3 – Análise dos Processuais de Uso e Ocupação do Solo

Escala Municipal			
Ângulo	- Inexiste.	- Destina resíduos sólidos para Maringá. - Não há política integrada para o uso do solo.	PDM revisado e em aprovação na Câmara de Vereadores. Não dispõem de SIM Geo
Astorga	- Inexiste. - Desconhecem benefícios e responsabilidades em participar de uma região metropolitana.	- O município depende do polo Maringá para acesso a serviços de saúde, comércio e lazer. - Não há política integrada para o uso do solo.	PDM atualizado em 2020. Não dispõem de SIM Geo
Atalaia	- Inexiste.	- Carência de diretrizes metropolitanas para uso do solo e meio ambiente para fornecer critérios que auxiliem os municípios no processo de aprovação de novos empreendimentos. - Dependente de Maringá para serviços de saúde e educação superior.	PD vigente de 2008. Revisão em processo de contratação. Não dispõem de SIM Geo.
Doutor Camargo	- Inexiste.	- Depende de Maringá para trabalho e estudo. - Não há política integrada para o uso do solo - Necessidade de gestão conjunta dos recursos hídricos, rios chegam poluídos ao Ivaí.	- Não dispõem do SIM Geo.

P3C – Diagnóstico Uso e Ocupação do Solo – Principais Resultados

20

3 – Análise dos Processuais de Uso e Ocupação do Solo

Escala Municipal			
Floraí	- Inexiste.	-Habitacional COHAPAR. - Depende de Maringá (com pedágio) e de Nova Esperança (sem pedágio) para acesso a comércio, serviços, educação e saúde, sendo que os serviços especializados se encontram exclusivamente em Maringá.	CMC existe e atua. Instrumentos, Parcelamento, Edificação ou Utilização compulsórios, Direito de Preempção, EIV. Transferência do direito de construir não utilizado. PDM Carece de atualização. Não possui SIMGeo.
Floresta	- Inexiste	- Depende de Maringá/Sarandi para serviços e trabalho. - Transporte Coletivo intermunicipal carece de diretrizes. - Há carência de diretrizes de uso do solo integradas. Transbordamento de Maringá conjuntos residências em área rural. Eixo industrial Floresta Maringá.	- Não possui SIMGeo.
Flórida	- Somente COHAPAR.	- Mencionada referência AMUSEP	- Não dispõem de SIMGeo.

P3C – Diagnóstico Uso e Ocupação do Solo – Principais Resultados

21

3 – Análise dos Processuais de Uso e Ocupação do Solo

Escala Municipal			
Iguaraçu	CMC discute questões de interesse do município na região. Duplicação e revitalização do trecho rodoviário Iguaraçu – Maringá PR 317. Transbordamento de Maringá.	- Mencionada referência AMUSEP - Previsto Parque Industrial próximo a Maringá.	- PDM revisado em 2020. - CMC existe e atua. - Instrumentos: Parcelamento, Edificação ou Utilização compulsórios, IPTU Progressivo e Desapropriação com pagamento de títulos, Direito de Preempção, Transferência do direito de construir, Direito de superfície, Outorga Onerosa do Direito de Construir. Não são aplicados. Carência de técnicos. Não possui SIMGeo.
Itambé	- Associações e Consórcios intermunicipais.	- Forte relação com Maringá e Marialva, acesso a comércio, educação e trabalho. Dependência rodoviária de Maringá.	- CMC existe - Não possui SIMGeo.

P3C – Diagnóstico Uso e Ocupação do Solo – Principais Resultados

22

3 – Análise dos Processuais de Uso e Ocupação do Solo

Escala Municipal			
Ivatuba	- Inexiste.	- Mencionado: AMUSEP, Consórcio público intermunicipal de gestão da AMUSEP - proamusep; consórcio público intermunicipal de saúde do setentrião paranaense - cisamusep; consórcio público intermunicipal para o desenvolvimento sustentável da região do vale do médio do Ivaí do estado do paraná - cimvale;	- PD em fase final de revisão. - Somente EIV. Não possui Instrumentos legalizados. Não possui SIMGeo.
Lobato	- Inexiste.	IAP/IAT para parcelamento. Cisamusep, Cisvap, Cias Casa Lar, Pro Amusep, Parana Saúde e Cindepar. AMUSEP	Não possui CMC. Instrumentos Edificação ou Utilização compulsórios, IPTU Progressivo e Desapropriação com pagamento de títulos, Direito de Preempção, Transferência do direito de construir, Direito de superfície, Outorga Onerosa do Direito de Construir, Operações Urbanas Consorciadas. Utilizados apenas , Parcelamento, Edificação ou Utilização compulsórios. - Não possui SIMGeo.

P3C – Diagnóstico Uso e Ocupação do Solo – Principais Resultados

23

3 – Análise dos Processuais de Uso e Ocupação do Solo

Escala Municipal			
Mandaguaçu	Inexiste	AMUSEP, Paranacidade. - "Dormitório" de Maringá. - Necessidade de compatibilização dos tetos de financiamento de programas habitacionais.	- PD em revisão 2021. - Possui CMC - Instrumentos aprovados, Parcelamento, Edificação ou Utilização compulsórios, IPTU Progressivo e Desapropriação com pagamento de títulos, Direito de Preempção. Utilizados, Parcelamento, Edificação ou Utilização compulsórios, EIV. - Possui SIMGeo.
Maringá	- Regional inexistente. - Somente específicos: Projetos rodoferroviário, ampliação do aeroporto e linhas de alta tensão.	- Consórcio de Saúde - CISAMUSEP. - Necessidade de integração das políticas de uso do solo com vizinhos. Experiência do AGTM Maringá na promoção do desenvolvimento intermunicipal.	Sim, IMPLAM Possui CMC. Instrumentos aprovados, Parcelamento, Edificação ou Utilização compulsórios, IPTU Progressivo e Desapropriação com pagamento de títulos, transferência do direito de construir, Outorga Onerosa do Direito de Construir. Utilizados, Outorga Onerosa do Direito de Construir, Outorga Onerosa do Direito de Construir, EIV - Dispõe de SIMGeo.

P3C – Diagnóstico Uso e Ocupação do Solo – Principais Resultados

24

3 – Análise dos Processuais de Uso e Ocupação do Solo

Escala Municipal			
Marialva	- Inexiste. "Vários planos que não saem do papel"	- Carência diretrizes para o uso do solo do NUC da RMM.	- CMC atuante. Não dispõe de SIMGeo.
Munhoz de Melo	- Inexiste.	- O município depende do polo para acesso a serviços de saúde, ao comércio e ao aterro sanitário. - Carência de diretrizes para parcelamento do solo metropolitano.	- PD em revisão. Não dispõe de SIMGeo.
Nova Esperança	- Inexiste. - Desconhecem benefícios e responsabilidades em participar de uma região metropolitana	- Mencionados: AMUSEP IAT, DER,COPEL, SANEPAR Amusep, CisaAmusep, PROAmusep e CINDEPAR. - Necessidade de compatibilização dos tetos de financiamento de programas habitacionais. - Cidadãos de Municípios do entorno, inclusive fora do recorte da RMM, oneram serviços públicos.	Sim, PD revisado em 2020. Instrumentos aprovados e utilizados, IPTU Progressivo e Desapropriação com pagamento de títulos, Outorga Onerosa do Direito de Construir. - Possui SIMGeo.

P3C – Diagnóstico Uso e Ocupação do Solo – Principais Resultados

25

3 – Análise dos Processuais de Uso e Ocupação do Solo

Escala Municipal			
Ourizona	- Inexiste.	- Mencionados: AMUSEP, CISAMUSEP, IAT, DER, COPEL, SANEPAR. - Depende de serviços relativos à educação e à saúde de outros municípios.	Sim, PD revisado em 2020. Possui CMC pouco ativo. Não possui Instrumentos aprovados e utilizados. Não possui SIMGeo.
Paiçandu	- Inexiste.	- Forte integração com Maringá. Falta de integração do planejamento do uso do solo no limite com Maringá. - Falta integração transporte intermunicipal	- PDM 2015. - Possui CMC - Não possui SIMGeo.
Presidente Castelo Branco	- Inexiste. -Desconhecem benefícios e responsabilidades em participar de uma região metropolitana.	- Mencionados: CIEA, PROAMUSEP, AMUSEP - Dependência com o polo Maringá para acesso a emprego, comércio e a serviços de saúde.	- PDM em revisão sem participação da COMEM. - Não há sequer lei de uso e ocupação do solo aprovada que dê base para a referida gestão. Não possui nenhum instrumento aprovado e regulamentado. Não possui SIMGeo.

P3C – Diagnóstico Uso e Ocupação do Solo – Principais Resultados

26

3 – Análise dos Processuais de Uso e Ocupação do Solo

Escala Municipal			
Santa Fé	- Inexiste	Mencionados: COMEM, porém não é ativa. ProAmusep, SISAAmusep, Consórcio InterGestores Paraná Saúde, Sindepar e CIAS.	Não possui CMC. Instrumentos aprovados e utilizados, IPTU Progressivo e Desapropriação com pagamento de títulos, EIV. - Possui apenas mapa digital.
São Jorge do Ivaí	Inexiste.	- Altamente dependente do polo para acesso ao trabalho, estudo e saúde. - Participa do consórcio para resíduos e do corredor Águas do Ivaí. - Carência na integração da mobilidade intermunicipal. - Participação na RMM e AMUSEP contribui para melhorias municipais.	- Revisão do PD em andamento. - Não dispõem de SIMGeo.
Sarandi	- Inexiste. Apenas diálogo com Maringá.	- Depende do comércio em Maringá. - Transporte coletivo prejudicado por linhas de Maringá.	- Não possui SIMGeo. - PVG desatualizado.

4 - QUADRO SÍNTESE

27

4 - QUADRO SÍNTESE

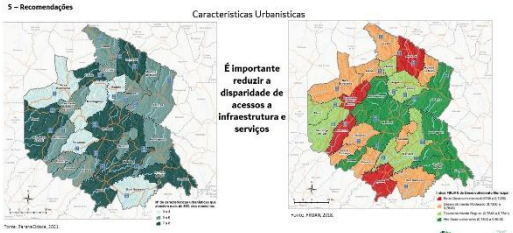
28

ETAPA 03 – DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES E PROPOSTAS SETORIAIS METROPOLITANAS PRIORITÁRIAS 29

P3C – Diagnóstico Uso e Ocupação do Solo – Principais Resultados

5 – Recomendações

Características Urbanísticas



URBTEC

P3C – Diagnóstico Uso e Ocupação do Solo – Principais Resultados 30

5 – Recomendações

- Há potencial para ou aumento das densidades demográficas, preferencialmente, das sedes municipais fora da área de mananciais, segundo princípios de sustentabilidade e desde que se amplie a coleta e tratamento de esgoto. (135 hab/Km²).
- A ampliação das densidades demográficas ao longo do corredor de articulação urbana em direção a Londrina, deverá ser integrada a FPIC mobilidade como estratégia do "Transporte Indutor de Desenvolvimento" (ou TOD "Transport Oriented Development")
- Considerar a inclusão do município de Arapongas na FPIC uso do solo quando o tema for pertinente às nascentes do Rio Pirapó. "O macrozoneamento não necessariamente precisa expressar a totalidade do território das RMs, mas sim a territorialização das FPICs"
- As tendências da evolução do uso do solo, bem como a localização de equipamentos metropolitanos na RMM, estão direcionadas no sentido Londrina, caracterizando ainda a interdependência das duas redes urbanas. O planejamento interfederativo da da RMM Maringá deverá contemplar instrumentos de articulação para as diretrizes de planejamento territorial da "Macro Metrópole Norte".

URBTEC

P3C – Diagnóstico Uso e Ocupação do Solo – Principais Resultados 31

5 – Recomendações

- Necessária a proposição de diretrizes que reduzam as disparidades intermunicipais para a governança das FPICs . Neste sentido, as diretrizes para as FPICs e, em especial para macrozoneamento regional, deverão contribuir para a capacitação do planejamento territorial municipal e metropolitano, padrões menos díspares de qualidade no acesso à infraestrutura e serviços públicos, e não menos importante, para o incremento de novas centralidades. Num contexto mais amplo, poderão ser discutidos, inclusive, critérios para a criação ou mesmo fusão de municípios.
- Atualização com a FPIC Mobilidade
- A implementação do PDUI dependerá em grande parte da organização de um Sistema de Informações Metropolitanas que, de início, poderá contar com SIMGeo de Maringá.
- As FPICs na região metropolitana de Maringá devem, em suma, considerar que a questão rural tem dimensão diferenciada na elaboração do PDUI da RMM. A relação rural urbana primordial ocorre pelos recursos hídricos e pelo potencial de geração de riqueza do agronegócio. Esta questão deve ser pactuada para integração do desenvolvimento das propostas das FPICs.

URBTEC

FPIC DE MOBILIDADE METROPOLITANA

P3B – Diagnóstico de Mobilidade Metropolitana – Principais Resultados 33

Estruturação do Diagnóstico de Mobilidade Metropolitana

URBTEC

P3B – Diagnóstico de Mobilidade Metropolitana – Principais Resultados 34

Sistemas de Mobilidade

1.Sistema Viário

1.1. Principais vias de ligação na RMM: BR 376; PR 317.

1.2. Elevado volume de deslocamentos nos trechos entre: Paiçandu – Maringá; Mandaguaçu – Maringá; Marialva – Maringá (ANTT,2021)

1.3. Principal eixo de escoamento de cargas – BR 376 (Sarandi-Cambira). (SEPLAN,2019)

1.4. Praças de Pedágio:

- Maior movimentação: praça de pedágio de Marialva (ANTT,2021);
- Maior variação (2009 – 2019): praça de pedágio de Floresta (ANTT,2021).

URBTEC

P3B – Diagnóstico de Mobilidade Metropolitana – Principais Resultados 35

Sistemas de Mobilidade

1.Sistema Viário

1.4. Obras/Projetos:

- Duplicação da PR 323 (Maringá – Rio Ivaí);
- Duplicação da PR 317 (Maringá – Iguaraçu);
- Ampliação da Capacidade
  - PR 317 (Iguaraçu – Santo Inácio);
  - PR 218 (Atalaia – Arapongas);
- Implantação do Contorno Sul Metropolitano.

URBTEC

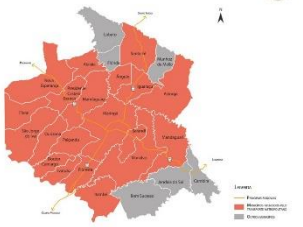
P3B – Diagnóstico de Mobilidade Metropolitana – Principais Resultados 36

Sistemas de Mobilidade

1.Transporte Coletivo

1.1. Municípios atendidos pelo Transporte Coletivo Metropolitano (DER/Técnicos Municipais);

**De acordo com as técnicas municipais, Presidente Castelo Branco e Curiúva também são atendidos pelo Transporte Metropolitano.*



URBTEC

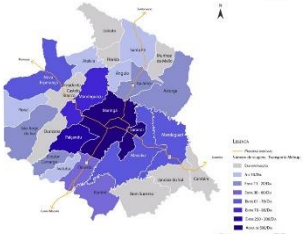
P3B – Diagnóstico de Mobilidade Metropolitana – Principais Resultados 37

Sistemas de Mobilidade

1.Transporte Coletivo

1.1. Municípios atendidos pelo Transporte Coletivo Metropolitano (DER/Técnicos Municipais);

1.2. Número de viagens diárias do Transporte Coletivo Metropolitano (DER);



URBTEC

P3B – Diagnóstico de Mobilidade Metropolitana – Principais Resultados 38

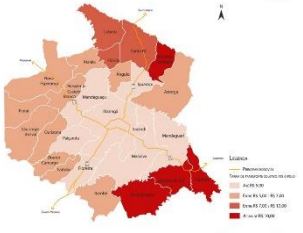
Sistemas de Mobilidade

1.Transporte Coletivo

1.1. Municípios atendidos pelo Transporte Coletivo Metropolitano (DER/Técnicos Municipais);

1.2. Número de viagens diárias do Transporte Coletivo Metropolitano (DER);

1.3. Tarifas – integração Maringá, Paiçandu e Sarandi;



URBTEC

P3B – Diagnóstico de Mobilidade Metropolitana – Principais Resultados 39

Sistemas de Mobilidade

1.Transporte Coletivo

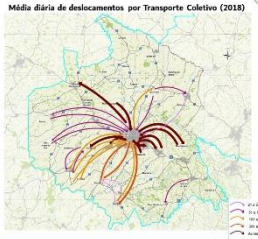
1.1. Municípios atendidos pelo Transporte Coletivo Metropolitano (DER/Técnicos Municipais);

1.2. Número de viagens diárias do Transporte Coletivo Metropolitano (DER);

1.3. Tarifas – integração Maringá, Paiçandu e Sarandi;

1.4. Deslocamentos através do Transporte Coletivo (Rodoviário e Metropolitano).

Média diária de deslocamentos por Transporte Coletivo (2018)



URBTEC

P3B – Diagnóstico de Mobilidade Metropolitana – Principais Resultados 40

Sistemas de Mobilidade

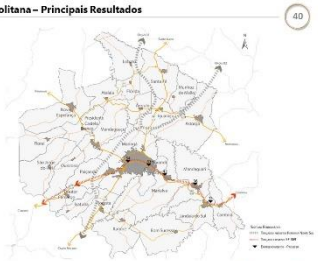
1.Sistema Ferroviário

1.1. EF 369 – opera apenas para escoamento de cargas.

Principais produtos com origem na RMM (2019):
- Estações de Maringá e Marialva – Soja.
- Estação de Sarandi – Álcool.

Principais produtos com destino a RMM (2019):
- Estação de Maringá: Cimento Acondicionado e Cloreto de Potassio.
- Estação de Sarandi: Óleo Diesel.

Fonte: FPI , 2019.



URBTEC

P3B – Diagnóstico de Mobilidade Metropolitana – Principais Resultados 41

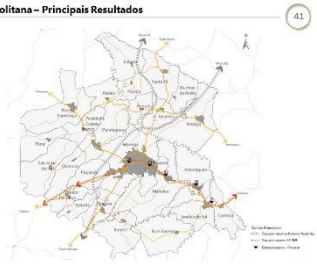
Sistemas de Mobilidade

1.Sistema Ferroviário

1.1. Projetos previstos:

- Prosefer – Programa de Segurança Ferroviária em Áreas Urbanas.
- Ferrovia Norte Sul.

1.2. Possíveis usos do eixo da atual EF 369.



URBTEC

P3B – Diagnóstico de Mobilidade Metropolitana – Principais Resultados 42

Sistemas de Mobilidade

1.Sistema Aeroportuário e Hidroviário

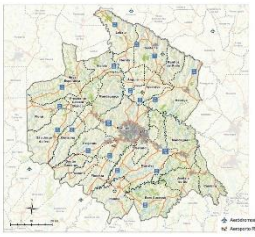
1.1. Aeroporto de Maringá – classificado no Plano Estadual Aeroviário (2014) como Aeroporto Nacional/ Turístico.

1.2. Ampliação de pista e Terminal de Cargas – permite que o Aeroporto receba aviões cargueiros internacionais.

1.3. Qualificação de Maringá como um HUB Logístico

1.4. Previsão de novas obras – ampliação do TP.

1.5. Hidrovia do Rio Ivaí:
- Reconhecido o trecho entre o Rio Paraná e Cândido de Abreu (Lei Federal nº 17.379/2011).
- Trecho navegável entre o Rio Paraná e Doutor Camargo (Labirara, 2013).
- A utilização do trecho navegável entre Doutor Camargo e o Rio Paraná é mencionado no Plano da Metrópole Paraná Norte.



URBTEC

P3B – Diagnóstico de Mobilidade Metropolitana – Principais Resultados 43

Sistemas de Mobilidade

1. Modais Ativos

1.1. Falta de conexão entre a malha urbana de municípios conurbados – deslocamento principal através das rodovias;

1.2. Falta de continuidade das infraestruturas para pedestres e ciclistas entre os municípios;

1.3. Proximidade entre as manchas urbanas.

1.4. Existência de infraestrutura para integração de modais e de **iniciativas de conexão da malha cicloviária.**

URBTEC

P3B – Diagnóstico de Mobilidade Metropolitana – Principais Resultados 44

Aspectos Institucionais

1.1. Existência da Coordenação da Região Metropolitana de Maringá – COMEM;

1.2. Protagonismo das Associações de Municípios e dos Consórcios como forma de atuação conjunta;

1.3. Necessidade de centralizar a coordenação de ações. Há muitas iniciativas para mobilidade metropolitana ocorrendo através de diversos atores:
- **Desconto no pedágio entre Marialva e Mandaguari** – Movimentos Sociais, lideranças políticas locais e regionais, entre outros;
- **integração do Transporte Coletivo entre Maringá, Sarandi e Paiçandu** – Prefeituras Municipais, Governo Estadual e Governo Federal, entre outros;
- **Projeto de Duplicação da PR 317** – Conselhos, setor produtivo, associações, Prefeituras Municipais, Governo Estadual, entre outros;
- **Ciclovias entre distritos e municípios (vários)** – associação de moradores, lideranças políticas locais, movimentos sociais, entre outros.

1.4. Apenas três municípios afirmaram possuir PlanMob, outros cinco estão em elaboração.

URBTEC

P3B – Diagnóstico de Mobilidade Metropolitana – Principais Resultados 45

SISTEMA VIÁRIO

FORÇAS
- Infraestrutura existente na BR 376 no trecho que inclui sobre a região (pavimentação da via, contornos rodoviários, duplicações, estruturas de apoio, entre outros);
- Proximidade dos centros urbanos com as vias de ligação da RMM;
- Infraestrutura disponível nos principais trechos estaduais nos trechos situados na região.

FRAQUEZAS
- Conflitos entre o tráfego das rodovias e o espraiamento da mancha urbana dos municípios da RMM – ocorrência de acidentes; redução da velocidade média de circulação;
- Falta de conexão entre as vias urbanas nos municípios já conurbados;
- Elevada dependência dos modais motorizados para a mobilidade urbana e intermunicipal;
- falta de infraestrutura adequada em algumas rodovias estaduais e estradas municipais utilizadas para o deslocamento intermunicipal.

S W T O

AMEAÇAS
- Permitência dos conflitos entre o tráfego das rodovias e áreas urbanas na implantação do contorno rodoviário sul devido a proximidade entre o traçado projeto e áreas já urbanizadas;
- Espraiamento das manchas urbanas dos municípios na RMC sem previsão de integração da malha viária;
- Inibição do crescimento urbano através de obras de infraestrutura viária na região, sem o devido ordenamento do uso do solo em áreas com fragilidade ambiental ou com presença de mananciais de abastecimento.

OPORTUNIDADES
- Fortalecimento da ligação entre os municípios do norte da RMM e Maringá, através da duplicação da PR 317 entre Maringá e Santa Fé;
- Redução no custo das tarifas dos pedágios a partir das novas concessões;
- Melhoria na infraestrutura da PR 218, promovendo a conexão com a Região Metropolitana de Londrina;
- Implantação de corredor rodoviário ao sul de Maringá.

URBTEC

P3B – Diagnóstico de Mobilidade Metropolitana – Principais Resultados 46

TRANSPORTE COLETIVO DE MASSA

FORÇAS
- Integração temporal entre as linhas de ônibus metropolitanas de Maringá, Sarandi e Paiçandu;
- Intensidade entre as manchas urbanas;
- Todos os municípios da RMM são atendidos por serviços de transporte intermunicipal;
- Existência de terminal intermodal no município polo;
- Embarcamento do nível com linhas da linha férrea no município polo;
- A linha férrea existente incide sobre municípios com elevado movimento pendular (Paiçandu e Sarandi) e conectava-se com as regiões de Apucarana e Londrina;
- Os municípios atendidos pela linha férrea existente correspondem a cerca de 81% da população da RMM estimada para 2020 pelo IBGE.

FRAQUEZAS
- Falta de gestão compartilhada do transporte intermunicipal;
- Falta de infraestrutura adequada nos terminais rodoviários e pontos de parada na RMM;
- Pouca flexibilidade de horários nos serviços de linhas de ônibus intermunicipais oferecidos para a maior parte dos municípios;
- Instabilidade de linhas de ônibus municipais ante ao serviço já oferecido por linhas metropolitanas;
- Utilização do sistema ferroviário exclusivamente para transporte de cargas;
- Conflitos entre o transporte de cargas (principalmente perigosas) e o entorno urbanizado da linha férrea na região;
- Retirada das trilhos da linha férrea da área urbana de Londrina.

S W T O

AMEAÇAS
- Redução no número de usuários do transporte coletivo;
- Crescimento expressivo das taxas de motorização nos municípios da RMM;
- Áreas sem cobertura pelo serviço de transporte coletivo, devido à baixa rentabilidade de linhas municipais;
- Ocorrência de acidentes ao longo da ferrovia EF 366, nos trechos que incidem sobre áreas urbanas;
- Utilização da linha férrea existente para escoamento de carga da Ferrovia Norte-Sul.

OPORTUNIDADES
- Integração nos transportes coletivos de massa com outros modais e linhas do transporte municipal a partir do terminal intermodal do polo;
- Gestão compartilhada do serviço de transporte coletivo entre os municípios;
- Qualificação urbana e valorização do entorno da linha férrea – se utilizada para transporte de passageiros;
- Previsão de transporte de massa no Plano da Metrópole Paraná Norte.

URBTEC

P3B – Diagnóstico de Mobilidade Metropolitana – Principais Resultados 47

INTEGRAÇÃO E LOGÍSTICA

FORÇAS
- Proximidade entre o Aeroporto de Maringá (Terminal de Cargas) e as rodovias BR 376 e PR 323 e a linha férrea;
- Ampliação da pista do Aeroporto de Maringá para recebimento de aviões de carga internacionais;
- Duplicação da PR 323, entre Maringá, Paiçandu e Doutor Camargo;
- Existência de Terminal de Cargas junto ao Aeroporto de Maringá;
- Infraestrutura das rodovias na região (pavimentação da via, contornos rodoviários, duplicações, estruturas de apoio, entre outros);
- Existência de linha férrea em operação;
- Travessia da Hidrovia do Rio Ivaí, a qual se conecta a Hidrovia Paraná-Tietê.

FRAQUEZAS
- falta de integração entre os modais para transporte de cargas;
- Descontinuidade sucessiva do sistema rodoviário para o escoamento da produção da região;
- Excesso de pátios e armazéns de cargas;
- Conflitos entre as ocupações urbanas e o tráfego de veículos em alta velocidade (rodovias) ou de cargas (via ferrovia).

S W T O

AMEAÇAS
- Incertezas sobre o traçado da Ferrovia Norte Sul no território da RMM;
- Utilização da linha férrea existente para escoamento da carga da ferrovia Norte Sul;
- Baixa navegabilidade do Rio Ivaí.

OPORTUNIDADES
- Utilização da hidrovia do Rio Ivaí na integração entre modais em Doutor Camargo;
- Duplicação da PR 317, fortalecendo a ligação da região de Maringá com São Paulo;
- Ampliação da capacidade da PR 218, fortalecendo a ligação da região de Maringá com a de Londrina;
- Implantação de corredor ferroviário para transporte de cargas;
- Inclusão da RMM na dinâmica nacional de escoamento de produtos através da implantação da Ferrovia Norte-Sul.

URBTEC

P3B – Diagnóstico de Mobilidade Metropolitana – Principais Resultados 48

MODAIS ATIVOS

FORÇAS
- Existência de ciclovias voltadas para o lazer na maior parte dos municípios da Região Metropolitana;
- Proximidade entre as áreas urbanas dos municípios da RMM;
- Existência de estudos para implantação de Estrada turística com ciclovias entre os municípios da região;
- Existência de infraestrutura cicloviária junto aos limites do polo com Sarandi e Paiçandu;
- Existência de terminal intermodal no município polo..

FRAQUEZAS
- Fragmentação dos modos motorizados no deslocamento intermunicipal;
- Desconexão entre a malha urbana dos municípios conurbados;
- Falta de infraestrutura que possibilite a integração entre diferentes modais na RMM;
- Falta de infraestrutura para garantir a utilização de modais ativos de forma segura no entorno das estações e da linha férrea, que cruzam áreas urbanas consolidadas.

S W T O

AMEAÇAS
- Dificuldade de planejamento integrado entre os municípios conurbados da RMM para modais ativos;
- Continua priorização dos modais motorizados sobre os modais ativos.

OPORTUNIDADES
- Elaboração dos planos de mobilidade dos municípios mais populosos da Região – Maringá e Sarandi;
- Implementação da malha cicloviária prevista no PDM de Maringá;
- Previsão de infraestrutura cicloviária ligando Maringá e Mandaguaçu;
- Possibilidade de conexão da malha cicloviária existente entre os municípios da RMM a longo prazo;
- Viabilização da implantação de Estrada Turística com ciclovias entre os municípios da região.

URBTEC

FPIC DE MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

P3C – Diagnóstico Meio Ambiente e Saneamento – Principais Resultados 50

1. Recursos Hídricos

- UGRH BAIXO IVAÍ E PARANÁ I
- UGRH ALTO IVAÍ
- UGRH PIRAPONEMA Pirapó e Paranapanema 3 e 4

Principais "Deficits" Hídricos
- UGRH Piraponema Abastecimento Público, Irrigação e Industrial
- UGRH Baixo Ivaí/Paraná I – Abastecimento Público

Fonte: Planos setoriais

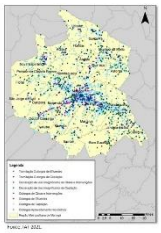
BACIAS HIDROGRÁFICAS PIRAPÓ, IVAÍ E PARANAPANEMA

Município	UGRH Piraponema 3 e 4	UGRH Alto Ivaí	UGRH Baixo Ivaí/Paraná I	Bacia do Transbordo (Out) UGRH Piraponema 3 e 4	Bacia do Transbordo (Out) UGRH Alto Ivaí	Bacia do Transbordo (Out) UGRH Baixo Ivaí/Paraná I
Angulo	S			10.092	-	-
Astorga (*)	S			76.049	-	-
Atalaia	S			13.772	-	-
Bom Sucesso (*)		S		-	13.140	-
Cambira (*)	S	S		6.318	12.341	-
Ivaiporã			S	-	-	19.810
Jaguapitã			S	-	-	9.914
Jandaia do Sul		S	S	-	7.945	10.222
Florestópolis	S			8.714	-	-
Sabáudia	S			14.105	-	-
Santa Mônica		S		-	10.140	-
Santa Inês			S	-	-	3.908
Jardim Alegre (*)	S	S		1.732	17.969	-
Lobato	S			13.980	-	-
Manoel Ribas	S		S	10.013	-	7.012
Marquinho (*)	S	S		14.180	9.436	-
Mato Rico (*)	S	S		12.197	16.381	-
Marilândia do Sul	S	S	S	10.955	11.599	9.918
Marilena	S			12.769	-	-
Nova Esperança (*)	S		S	17.141	-	22.741
Ourizona			S	-	-	7.732
Paiçandu			S	-	-	77.936
Pres. Castelo Branco	S		S	8.191	-	7.918
Santa Fé (*)	S			29.294	-	-
São Jorge do Ivaí		S		-	10.475	-
Sarandi	S	S		6.677	9.936	-
TOTAL				305.201	126.469	180.266

URBTEC

P3C – Diagnóstico Meio Ambiente e Saneamento – Principais Resultados 51

2. Recursos Hídricos Superficiais e Subterrâneos / Outorgas



Fonte: IAT 2021.

Os mesmos recursos hídricos superficiais utilizados para abastecimento de água visando o consumo humano, servem também para diluição de efluentes – esgotos domésticos e industriais

Há excessos de Outorgas na Bacia do Rio Pirapó, sobrecarregando-a.

Principais Recursos Hídricos Subterrâneos: Serra Geral e Caiuá

URBTEC

P3C – Diagnóstico Meio Ambiente e Saneamento – Principais Resultados 52

Áreas Críticas Quanto ao Uso Declaradas pelo IAT

Fonte: Adaptado Mapa Unidades Hidrográficas do Paraná

Áreas Críticas

Fluxo da Contribuição da Carga Poluidora

Corpos D'água	Origem das Cargas Poluidoras
Ribeirão Peroba	Paiçandu e Maringá
Ribeirão Pinguim	Maringá, Sarandi e Marialva
Córregos Mandacaru e Lindoia	Maringá, Sarandi e Marialva
dos Cedros	Marialva

Principais Cargas – DBO E P_{TOTAL}
Esgotos Domésticos e Poluição Difusa

URBTEC

P3C – Diagnóstico Meio Ambiente e Saneamento – Principais Resultados 53

3. Mananciais

- Recebem ICMS Ecológico – Fator Manancial de Abastecimento (provedores)
  Astorga, Bom Sucesso, Cambira, Jandaia do Sul, Mandaguari e Marialva.
- Ausência de Diploma Legal.
- Não há delimitação geográfica de bacias de contribuição.
- Diferenças conceituais de "mananciais" nos Planos Diretores.
- Áreas de mananciais são condicionantes ao planejamento estratégico.

Captações Superficiais

Captações Subterrâneas

URBTEC

P3C – Diagnóstico Meio Ambiente e Saneamento – Principais Resultados 54

4. Saneamento Básico e Abastecimento de Água

PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS (SANEPAR, 2017)

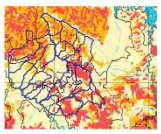
- **Criticidade dos SAA/Mananciais**
  * **Vulnerabilidades**
  Bacia do Rio Pirapó
  - Astorga
  - Mandaguari
- **Criticidade dos SAA/Produção**
  * **Vulnerabilidades**
  Bacia do Rio Pirapó
  - Marialva
  Bacia do Baixo Ivaí
  - Floresta, Ivatuba e Ourizona

URBTEC

P3C – Diagnóstico Meio Ambiente e Saneamento – Principais Resultados 65

10. Meio Ambiente: Áreas de Risco

Movimentos de Massa, Queda de Blocos e Erosão



Classes de Vulnerabilidades
Baixa
Média
Alta

Fonte: Mapeamento realizado pelo Laboratório de Geoprocessamento do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas (ITCF) em 2021.

Municípios com ocorrência do Grupo Bauru – RM Maringá

Municípios com Ocorrências do Grupo Bauru na RM de Maringá

Fonte: Adaptado Mapa Geológico disponível do Paraná, 2006

URBTEC

P3C – Diagnóstico Meio Ambiente e Saneamento – Principais Resultados 66

11. Entraves identificados e matriz de conflitos e problemas quanto ao meio ambiente e saneamento

AUSÊNCIA DE GESTÃO METROPOLITANA INTEGRADA GESTÃO DE MANANCIAIS E DOS RECURSOS HÍDRICOS

GESTÃO	ENTRAVES	CONFLITOS	PROBLEMAS
Ausência do Política de Gestão e de Proteção das Áreas de Mananciais	Inexistência de Mecanismos Legais e de Estrutura Institucional para a Proteção dos Mananciais e de Controles de Uso, da Ocupação do Solo e de Atividades nestas Áreas.	Urbanização das Áreas de Contribuições Hídricas dos Mananciais, Usos Múltiplos dos Recursos Hídricos e Concorrentes ao Abastecimento Público.	Vulnerabilidades e Criticidades quanto à qualidade e a quantidade Hídrica dos Mananciais que se destinam ao Abastecimento Público e; Riscos de Desabastecimentos em momentos de acessos de demandas e pouca disponibilidades de vazões para todos os usos requeridos.
Ausência do Plano Implementação de Políticas de Recursos Hídricos	Inexistência de Enquadramentos já adotados dos Cursos D'água dos Bacias dos Rios Pirapó, Paranapanema 3 e Ivaí. Inexistência do Plano de Bacia para a UGRH do Alto Ivaí	Parâmetros distintos de qualidade e que poderão ou diversos usos dos recursos hídricos e suas outorgas. Falta de compatibilidades e regramentos dos usos múltiplos dos recursos hídricos frente a realidade física e territorial da UGRH do Alto Ivaí	Comprometimento do Alcance das Diretrizes, das Metas e dos Objetivos estabelecidos pelos Planos de Bacias das UGRHs do Piraponema e do Paraná I e Baixo Ivaí; Vulnerabilidade hídrica da UGRH do Alto Ivaí.
Ausência de controles eficazes para a Emissão de Outorgas aos diferentes usos dos Recursos Hídricos	Emissões de Outorgas para Uso dos Recursos Hídricos além das vazões possíveis ou disponíveis	Competição pelos mesmos vazões disponibilizadas pelas diretrizes outorgantes.	Comprometimento das vazões necessárias ao abastecimento público e à diluição de cargas poluentes – lançamentos e poluição difusa. (degradação da qualidade hídrica).

URBTEC

P3C – Diagnóstico Meio Ambiente e Saneamento – Principais Resultados 67

11. Entraves identificados e matriz de conflitos e problemas quanto ao meio ambiente e saneamento

AUSÊNCIA DE GESTÃO METROPOLITA NA INTEGRADA GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO

GESTÃO	ENTRAVES	CONFLITOS	PROBLEMAS
Ausência de investimentos em infraestrutura para o Abastecimento de Água – Implantação, Ampliação e Manutenção dos Sistemas.	Contratos de Concessão dos Serviços vencidos ou necessidade de revisões diante do novo Marco do Saneamento – Lei Federal nº 14.026/2020. Falta de capacidade financeira e econômico dos prestadores dos serviços e/ou de viabilidade dos investimentos necessários. Ausência de integração física dos diversos sistemas.	Necessidade de ampliações ou de implantação de novos sistemas de abastecimento de água Frente às demandas. Necessidade de integrações dos Sistemas de Abastecimento de Água.	Vulnerabilidades dos Sistemas de Abastecimento de Água pelos "déficits" no atendimento e elevadas perdas na distribuição.
Ausência de investimentos em infraestrutura e em tecnologias voltadas à coleta e ao tratamento de esgotos	Contratos de Concessão dos Serviços vencidos ou necessitando de revisões diante do novo Marco do Saneamento Lei Federal nº 14.026/2020. Falta de capacidade financeira e econômico dos prestadores dos serviços e/ou de viabilidade dos investimentos necessários. Ausência de integração física dos diversos sistemas.	Necessidade de ampliações ou de implantação de novos sistemas de coleta e tratamento de esgotos. Necessidades de integrações dos Sistemas de Coleta e Tratamento. Necessidade de implantação e adoção de tecnologias mais eficazes para o tratamento dos esgotos.	Carência no atendimento dos serviços, especialmente nas pequenas cidades. Lançamento de efluentes remanescentes dos tratamentos com elevada carga poluidora. Comprometimento da qualidade hídrica superficial.
Inexistência da Gestão Integrada e Integrada e do Plano Municipal para a Gestão dos Resíduos Sólidos – Investimentos ou Inviáveis	Incipientes iniciativas para o Associativismo visando a gestão consorciada dos resíduos sólidos. Iniciativas municipais de se instalar a destinação final dos resíduos sólidos de outros municípios em seus domínios territoriais.	Inexistência de inter-relações para com as políticas de gestão dos recursos hídricos e do uso e ocupação do solo. Licenciamento de lixões na região.	Riscos de degradação da qualidade hídrica e atmosférica e de contaminações do solo, do subsolo e de águas subterrâneas.

URBTEC

P3C – Diagnóstico Meio Ambiente e Saneamento – Principais Resultados 68

11. Entraves identificados e matriz de conflitos e problemas quanto ao meio ambiente e saneamento

AUSÊNCIA DE GESTÃO METROPOLITANA INTEGRADA GESTÃO AMBIENTAL

GESTÃO	ENTRAVES	CONFLITOS	PROBLEMAS
Gestão Ambiental Centralizada no Poder Público Estadual	Inexistência da efetiva participação municipal e de uma visão regional e integrada no processo de gestão ambiental, motivadas principalmente pela falta de estruturas qualificadas para tanto – Administrações Municipais e COMDM	Carência de harmonia entre as gestões Ambiental de Uso e Ocupação do Solo.	Sobrecarga do Órgão Estadual, com comprometimento de sua atuação. Outorgas para uso dos recursos hídricos e Licenciamento Ambiental de atividades distantes da realidade de organização territorial metropolitana e de suas tendências. Comprometimento de sustentabilidade ambiental metropolitana.

AUSÊNCIA DE GESTÃO METROPOLITANA INTEGRADA INEXISTÊNCIA DE GESTÃO DAS ÁREAS DE RISCOS

GESTÃO	ENTRAVES	CONFLITOS	PROBLEMAS
Inexistência da Gestão de Áreas de Riscos.	Inexistência de informações básicas, de mecanismos legais, de estruturas institucionais e de ações preventivas voltadas às áreas de riscos.	Desenvolvimento de povoados, uso e ocupação em áreas de riscos ou com potencial de riscos.	Perdas de vidas e de patrimônios públicos e privados. Necessidades de despesas públicas para socorro e o atendimento às situações de sinistros.

URBTEC

P3C – Diagnóstico Meio Ambiente e Saneamento – Principais Resultados 69

11. Entraves identificados e matriz de conflitos e problemas quanto ao meio ambiente e saneamento

AUSÊNCIA DE GESTÃO METROPOLITANA INTEGRADA
GESTÃO DE UC's (incluindo mananciais) e de ÁREAS VERDES/PARQUES

GESTÃO	ENTRAVES	CONFLITOS	PROBLEMAS
Inexistência de Política de Organização Territorial Metropolitana, pautada pelo planejamento de UC's e de Áreas Verdes e Parques.	Adoção de incipientes e insuficientes mecanismos de estímulo e incentivo à criação e à manutenção de UC´s e de Áreas Verdes e Parques.	Uso e Ocupação indevida de funcos de vale e de áreas com importantes remanescentos florestais. Implantação de atividades inadequadas em áreas de relevância ambiental e/ou de riscos.	Impactos sobre a qualidade e a quantidade dos recursos hídricos. Comprometimentos do conforto climático e da qualidade atmosférica. Aumento de probabilidade de eventos críticos de inundações, de enxurradas, de alagamentos e de processos erosivos.

URBTEC

P3C – Diagnóstico Meio Ambiente e Saneamento – Principais Resultados 70

12. Níveis de Integração das FPICs do Saneamento (FPIC/S) e do Meio Ambiente (FPIC/MA)

FPIC'S de Saneamento (FPIC/S) Analisadas

- Sistema Integrado de Abastecimento – Atual e Futuro (FPIC/S1).
- Áreas de Mananciais - Provedor/Recebedor (FPIC/S2).
- Sistema Integrado de Esgotamento Sanitário – Atuais e Futuros (FPIC/S3).
- Bacias Hidrográficas Receptoras de Cargas – Esgotos/Poluição Difusa (FPIC/S4).
- Destinação de RSU – Atuais / Potenciais para receber CTR (FPIC/S5).

Relações Avaliadas

.Existentes	.Com Município Polo
.Potenciais	.Entre Municípios da RMM
.Não Identificadas	.Com Município de fora da RMM

FPIC'S do Meio Ambiente (FPIC/MA) Analisadas

- UC's (FPIC/MA-1) de Proteção Integral/Uso Sustentável.
- Áreas Verdes (FPIC/MA-2)
- .Parques Urbanos
- .Parques Lineares (incluindo controle de cheias)
- .AE'S para Constituição para Controle de Cheias

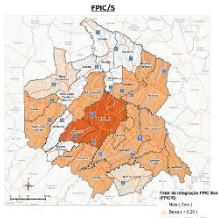
- **.Alto – 3 pontos:** Forte relação com Maringá.
- **.Médio – 2 pontos:** Entre municípios da RMM, excluindo Maringá.
- **.Baixo – 1 ponto:** Com relevância restrita ao município da RMM ou com importância para município fora da RMM.
- **.Nulo – zero:** Sem relevância para RMM ou sem informações.

URBTEC

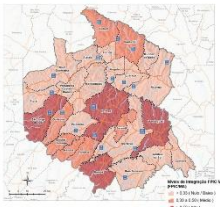
P3C – Diagnóstico Meio Ambiente e Saneamento – Principais Resultados 71

12. Níveis de Integração das FPICs do Saneamento (FPIC/S) e do Meio Ambiente (FPIC/MA)

FPIC/S



FPIC/MA



URBTEC

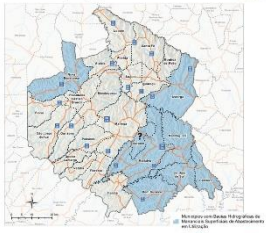
P3C – Diagnóstico Meio Ambiente e Saneamento – Principais Resultados 72

12. Níveis de Integração das FPICs do Saneamento (FPIC/S) e do Meio Ambiente (FPIC/MA)

Mananciais do Abastecimento Público
Organização Espacial

Condicionantes físico-territoriais

- **Cenário Atual**
- **Cenário Tendencial - Não se Altera/Piora (2030)**
- **Cenário Futuro:** Dependente PDUI / Do Arranjo do Ente Metropolitano
- Há Política de Recursos Hídricos, de Resíduos Sólidos, de Saneamento Básico e de Meio Ambiente.
- Não há, no momento: Política Metropolitana, Planejamento Metropolitano Integrado e Atuação do Atual Ente Metropolitano.



URBTEC

P3C – Diagnóstico Meio Ambiente e Saneamento – Principais Resultados 73

UC's – ÁREAS VERDES – AE's

FORÇAS	FRAQUEZAS
•Presença de AE's ao longo do Rio Ivaí e Afluentes.	•Concentração de UC's/Áreas Verdes no município polo. •Distribuição de AE's exclusivamente ao longo do Rio Ivaí e seus Afluentes. •Poucos Parques Lineares/Urbanos para controle de cheias.
AMEAÇAS	**OPORTUNIDADES**
•Desarticulação com as demais diretrizes regionais, em especial as de organização territorial da RMM.	•Formação de novas AE's, UC's, Áreas Verdes e Parques Urbanos/Lineares melhor distribuídos com vistas à manutenção e preservação dos recursos naturais e organização territorial da RMM. •Maior participação da RMM no rateio do ICMS Ecológico. •Implantação de PSA (Pagamento por Serviços Ambientais).

S W T O

URBTEC

P3C – Diagnóstico Meio Ambiente e Saneamento – Principais Resultados 74

LICENCIAMENTO AMBIENTAL E OUTORGA DO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS (GESTÃO AMB.)

FORÇAS	FRAQUEZAS
•Participação efetiva de Maringá nos processos de Licenciamento Ambiental.	•Pouca participação municipal e do atual ente metropolitano (COMTM) nos processos de Licenciamento Ambiental e Outorga do Uso dos Recursos Hídricos limitada às informações do uso e da ocupação do solo.
AMEAÇAS	**OPORTUNIDADES**
•Ausência de estruturas municipais e metropolitana e de pessoal qualificado para o exercício das atividades inerentes à Gestão Ambiental.	•Descentralização dos Processos de Licenciamento Ambiental e Outorgas dos Recursos Hídricos propiciando maior agilidade administrativa aos mesmos e à fiscalização, monitoramento e acompanhamento das atividades licenciadas.

S W T O

URBTEC

P3C – Diagnóstico Meio Ambiente e Saneamento – Principais Resultados 75

ÁREAS DE RISCOS

FORÇAS	FRAQUEZAS
•Atendimento aos danos provocados pelos eventos críticos por parte da Defesa Civil dos Municípios e da Defesa Civil Estadual.	•Inexistência de informações básicas, de mecanismos legais e de ações preventivas municipais.
AMEAÇAS	**OPORTUNIDADES**
•Carência de Recursos e Estruturas municipais e metropolitana e de pessoal qualificado para o exercício das atividades. •Desarticulação com as demais diretrizes regionais.	•Constituição do Sistema Metropolitano de Gestão Integrada das Áreas de Riscos (Informações, Monitoramento e Alertas), com ações preventivas voltadas ao ordenamento territorial da RMM. •Recuperação de Áreas de Risco.

S W T O

URBTEC

P3C – Diagnóstico Meio Ambiente e Saneamento – Principais Resultados 76

MANANCIAIS

FORÇAS	FRAQUEZAS
•Existência de Recursos Hídricos Superficiais e Subterrâneos em utilização (ou com potencial) para fins de abastecimento público de água.	•Inexistência de Mecanismos Legais e de Estrutura Institucional para a Proteção dos Mananciais. •Mananciais super demandados (Bacia do Pirapó).
AMEAÇAS	**OPORTUNIDADES**
•Carência de Recursos e Estrutura Metropolitana e de pessoal qualificado para o exercício das atividades. •Desarticulação com as demais diretrizes regionais (particularmente para com as do uso e da ocupação do solo) e consequentemente ocupação inadequada das áreas de mananciais.	•Constituição de Sistema Metropolitano para a Gestão Integrada, da Proteção e da Manutenção dos Mananciais (Informações, Monitoramento, Acompanhamento, Arranjo Jurídico, Institucional e Deliberativo). •Melhor participação da RMM no rateio do ICMS Ecológico (Fator Manancial). •Implantação do PSA.

S W T O

URBTEC

P3C – Diagnóstico Meio Ambiente e Saneamento – Principais Resultados 77

RECURSOS HÍDRICOS

FORÇAS	FRAQUEZAS
•Existência dos Comitês de Bacias do Piraponema, do Baixo Ivaí e Paraná I e do Alto Ivaí. •Existência dos Planos de Bacias das UGRH's do Piraponema e do Baixo Ivaí e Paraná I.	•Inexistência do Plano de Bacia da UGRH do Alto Ivaí. •Ausência de controles eficazes para a Emissão, o Acompanhamento e o Monitoramento das Outorgas aos diferentes usos dos recursos hídricos. •Inexistência de Enquadramentos Atualizados dos Cursos D'água das Bacias dos Rios Pirapó, Paranapanema e Ivaí (Classes). •Vazões Necessárias ao Abastecimento Público e à diluição de cargas poluentes atualmente comprometidas tanto na Bacia do Rio Pirapó quanto na Bacia do Rio Ivaí.
AMEAÇAS	**OPORTUNIDADES**
•Desarticulação com as demais diretrizes, programas, objetivos e metas referentes aos demais temas de caráter metropolitano. •Presença de Estruturas atuais ou futuras de circulação de cargas perigosas (BR 376, PR 317, Contornos Rodoviários, Ferrovia Norte/Sul, Sistema Dutoviário e de Transporte Fluvial) que representam ou podem representar riscos à qualidade hídrica da RMM.	•Plena implementação da Política Estadual dos Recursos Hídricos com visão integrada dos usos dos recursos hídricos para com os demais temas de natureza metropolitana. •Implantação do PSA – Pagamento por Serviços Ambientais.

S W T O

URBTEC

P3C – Diagnóstico Meio Ambiente e Saneamento – Principais Resultados 78

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

FORÇAS	FRAQUEZAS
•Índice de atendimento de maneira geral satisfatório para Maringá, Mandaguari, Cambira, Jandaia do Sul e Paiçandu (100% de Atendimento)	•Ausência de Integração Física dos diversos Sistemas de Abastecimento de Água (municipais e SANEPAR). •Perdas elevadas na distribuição d'água a partir dos seus sistemas produtores (+20%). •Índices do Atendimento aos pequenos municípios com "déficits" médios de 9%.
AMEAÇAS	**OPORTUNIDADES**
•Falta de Capacidade Financeira e Econômica ou de Viabilidade para Investimentos com novas Estruturas e na Manutenção dos Sistemas existentes, especialmente em se tratando de pequenos Municípios.	•Regionalização da Prestação de Serviços e Universalização dos mesmos, Marco de Saneamento (Lei 14.026/2070), com Integração dos Sistemas e diminuição de perdas.

S W T O

URBTEC

Fonte: URBTEC™, 2021.

VERSÃO PRELIMINAR

6. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 05 – COORDENAÇÃO

Data: 29/07/2021

Horário: 16h

Local: Videoconferência –Plataforma *Microsoft Teams*

Participantes Carlos Storer, Fernando Caetano, Glauco Pereira, Gustavo Taniguchi, Lissandra Baldissera, Maria Eduarda Aguiar, Maria Inês Terbeck, Manoela Feiges.

MEMÓRIA DE EVENTO

A reunião teve início com uma breve apresentação da Consultora, abordando as seguintes questões:

- Realização das Oficinas Técnicas 02;
- Composição da Equipe de Acompanhamento Municipal;
- Realização da 1ª Audiência Pública e Assinatura de Carta de Adesão;
- Cronograma previsto;
- Feedback das equipes de supervisão, apoio e acompanhamento sobre os relatórios preliminares encaminhados ao PARANACIDADE.

Em relação à realização das Oficinas Técnicas 02, tratou-se sobre a importância de que a composição da Equipe de Acompanhamento Municipal fosse consolidada antes do agendamento do evento. Manoela Feiges, coordenadora operacional da URBTEC™, sugeriu que fosse realizada uma reunião com os prefeitos municipais para reforçar a importância das nomeações. De acordo com Maria Inês Terbeck, seria necessário prever um tempo extra para a mobilização dos prefeitos municipais.

Acordou-se entre os participantes que a Audiência Pública e a Assinatura da Carta de Adesão deveriam ser realizadas em eventos distintos. Maria Inês Terbeck mencionou que a Assinatura da Carta é um momento muito importante para os Planos, sendo que na ocasião será necessário fazer uma retrospectiva dos trabalhos,

VERSÃO PRELIMINAR

explanando as razões técnicas pelas quais o município é considerado metropolitano ou não e tratando sobre o ônus e o bônus de participar de uma região metropolitana.

Maria Inês também mencionou que o chamamento para reunião e assinatura da Carta deve ser feito através da SEDU/PARANACIDADE. De maneira complementar, Glauco Pereira informou que já há um processo ocorrendo na Secretaria para que todos os municípios do Paraná assinem carta de compromisso referente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Segundo Glauco, uma ação semelhante pode ser feita para a assinatura da carta de adesão da região metropolitana.

Carlos Storer lembrou que havia um comitê específico para implementação do Estatuto da Metrópole no Paraná, o qual poderia ser reativado para participar dos eventos. Em resposta a Carlos Storer, Maria Inês mencionou que esse era um assunto a ser decidido internamente, uma vez que já há nova indicação dos representantes das demais secretariais estaduais para acompanhar o PDUI.

Fernando Caetano pontuou a dificuldade em reunir todos os diferentes representantes mencionados em um único evento e questionou se isso havia sido realizado na elaboração de outros PDUIs no PDUI. Ademais, Fernando também destacou que é preciso focar na consolidação das equipes de acompanhamento municipal antes de dar continuidade às demais atividades do Plano.

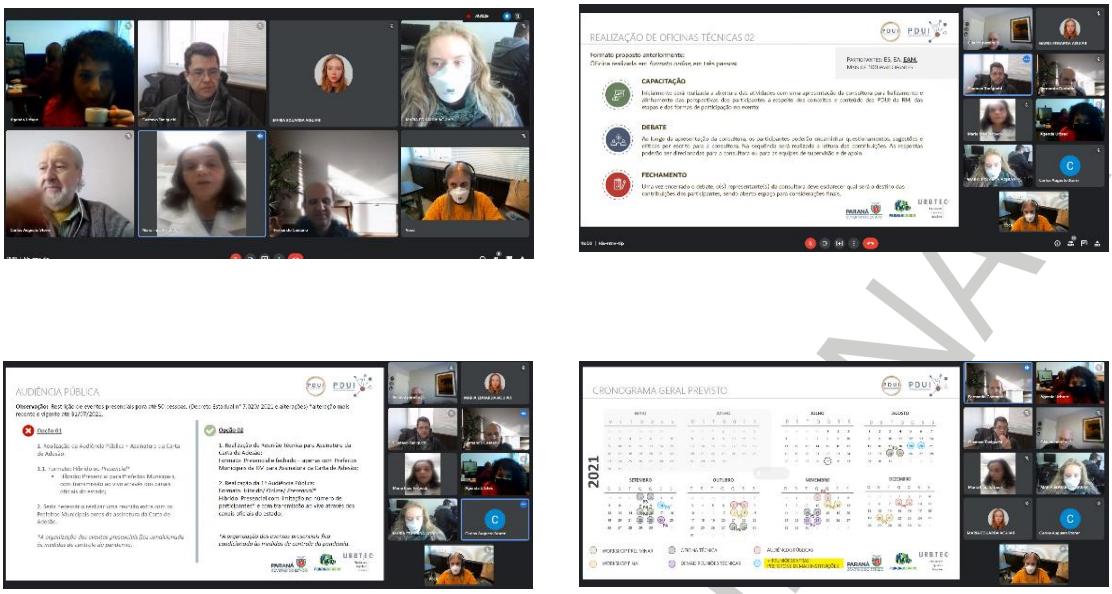
De acordo com os participantes da reunião, nenhum dos PDUIs havia recebido algum retorno sobre o conteúdo produzido para o diagnóstico das funções públicas prioritárias.

No que diz respeito ao cronograma de andamento dos Planos, Fernando Caetano pontuou que o prazo de execução já era enxuto em contrato e que o envolvimento e participação de todos irá demandar bastante tempo. Gustavo Taniguchi destacou a importância da participação de todos os interessados na elaboração dos Planos. Ademais, Gustavo lembrou que o prolongamento excessivo do cronograma poderá coincidir com o período eleitoral no ano de 2022, prejudicando a continuidade das discussões do PDUI.

VERSÃO PRELIMINAR

REGISTROS

Figura 9 - Reunião Técnica Complementar 05

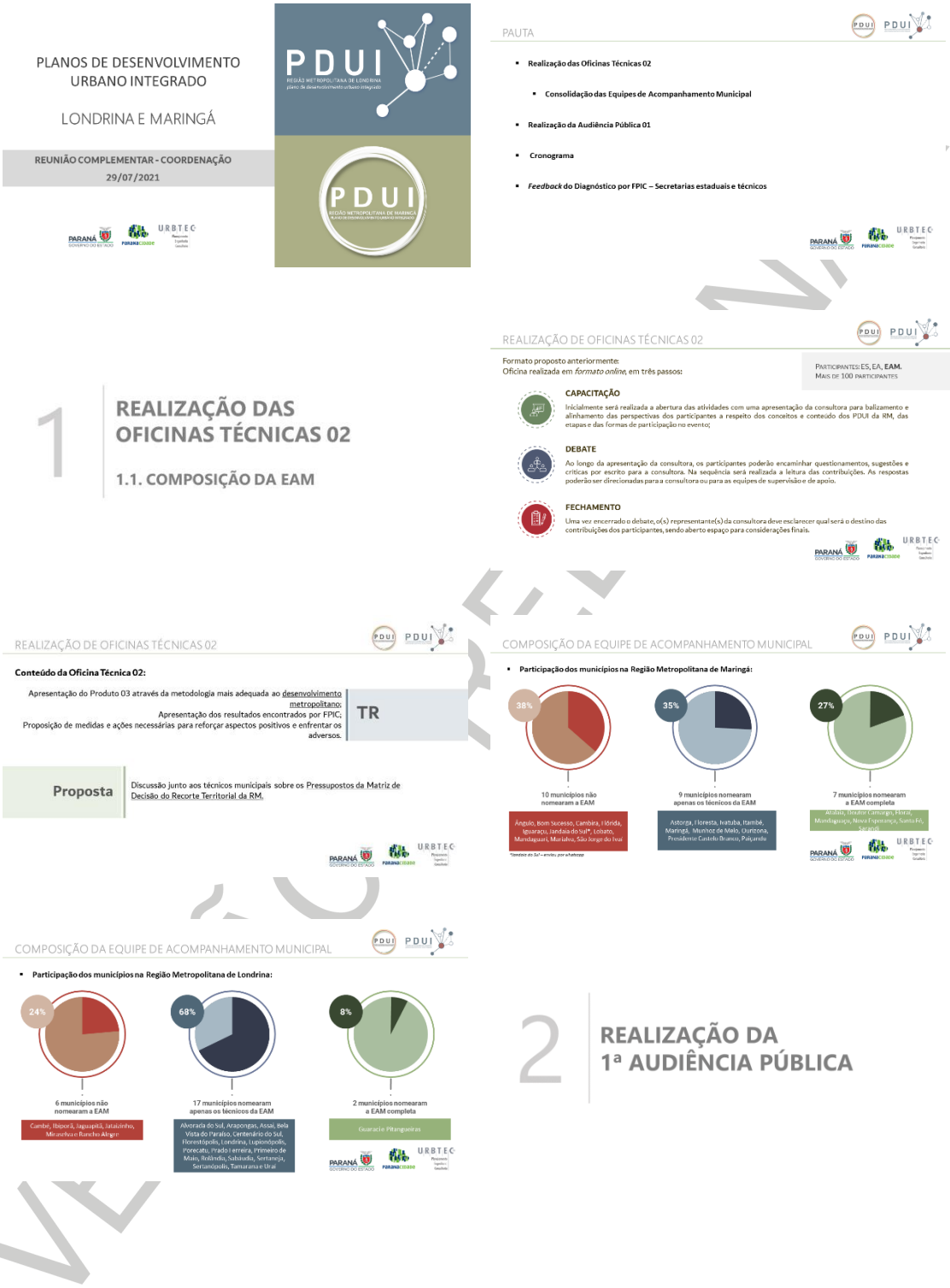


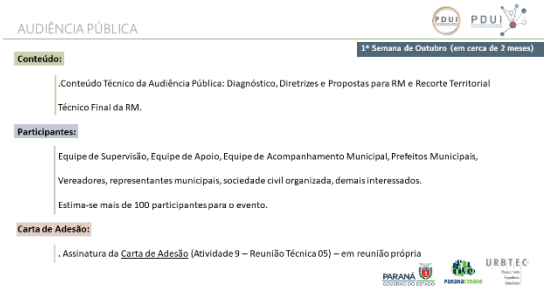
Fonte: URBTEC™, 2021.

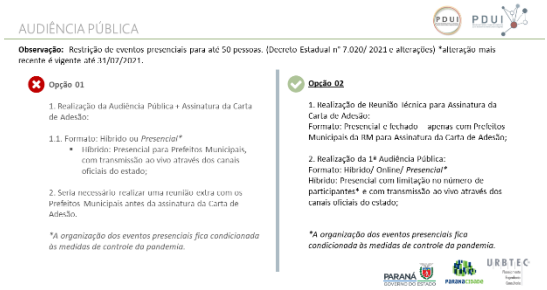
VERSÃO PRELIMINAR

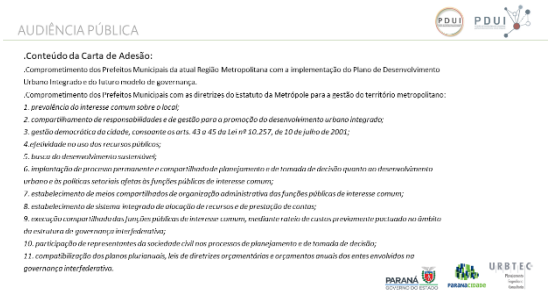
APRESENTAÇÃO

Figura 10 - Apresentação Reunião Técnica Complementar 05



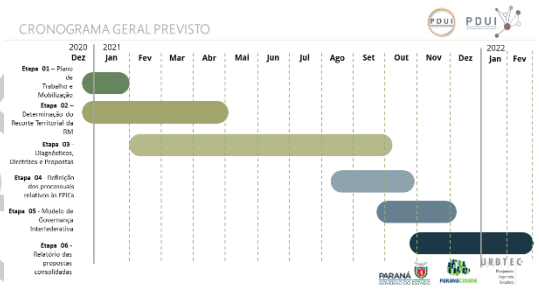






3 FEEDBACK SOBRE P3 PRELIMINAR - DIAGNÓSTICO

4 CRONOGRAMA



Fonte: URBTEC™, 2021.

7. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 06 – ESCRITÓRIO REGIONAL DO IAT/ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS (ABAS)

Data: 26/08/2021

Horário: 10h

Local: Videoconferência –Plataforma *Microsoft Teams*

Participantes: Gil Polidoro, Herman Vargas Silva, Lissandra Baldissera, Marcia Polidoro, Maria Eduarda Aguiar.

MEMÓRIA DE EVENTO

A reunião teve por objetivos principais tratar sobre: (i) o conteúdo preliminar do diagnóstico elaborado para a FPIC de Meio Ambiente e Saneamento no âmbito dos PDUIs das Regiões de Londrina e Maringá; (ii) a tratativa conferida ao tema das águas subterrâneas nos PDUIs. Apesar de realizada junto ao geólogo representante da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas e do Escritório Regional do IAT de Maringá, Hermam Vargas Silva, a reunião tratou também sobre questões relacionadas à Região de Londrina.

Em um primeiro momento, o especialista em Meio Ambiente do PDUI da RMM, Gil Polidoro, explanou como os trabalhos técnicos têm sido desenvolvidos, contextualizando os estudos para a FPIC de Meio Ambiente e Saneamento e as sub temáticas implicadas na função pública em questão.

Na sequência, Hermam afirmou que entrou em contato com o material preliminar de diagnóstico produzido para a FPIC e que considerava o trabalho pertinente, porém se colocava a disposição para auxiliar na indicação de dados mais atualizados. Hermam tratou sobre a importância da gestão integrada das águas superficiais e subterrâneas, destacando uma série de recomendações para a melhor gestão das águas subterrâneas. Ao final, Hermam se colocou à disposição para coloborar na elaboração do Plano.

Gil agradeceu a disponibilidade de Hermam e relatou a dificuldade de acesso a dados mais atualizados. Também mencionou que as propostas

VERSÃO PRELIMINAR

preliminares elaboradas para o PDUI já consideram algumas das recomendações pontuadas por Hermam.

Na sequência, a especialista em Meio Ambiente do PDUI da RML, Marcia Polidoro, explanou sobre o conteúdo técnico produzido para a RML e destacou a problemática referente à falta de definição cartográfica das áreas de manancial da região. De acordo com Marcia, a dificuldade de acesso a informações atualizadas sobre o Meio Ambiente é comum para ambas as regiões. Ademais, Marcia mencionou que o auxílio dos técnicos locais nessa questão seria pertinente.

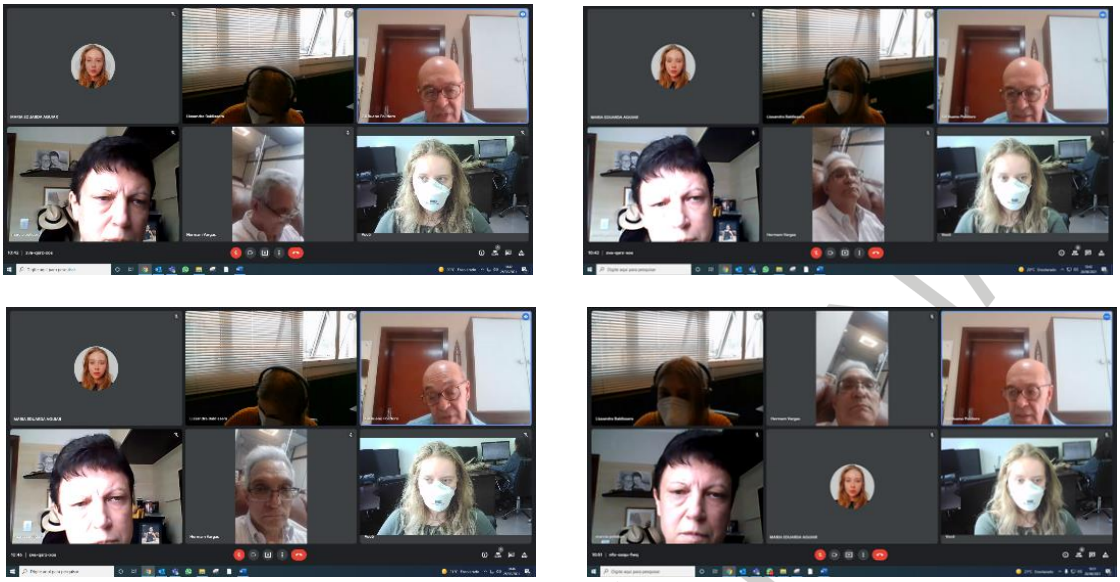
Hermam se colocou à disposição para contatar colegas da Região Metropolitana de Londrina para o fornecimento de dados e para o agendamento de uma nova reunião. Também citou acompanha o Plano Diretor de Maringá e que mencionaria a reunião junto à equipe de elaboração do Plano.

A arquiteta Lissandra explanou que há representantes do município de Maringá envolvidos com a elaboração do Plano Diretor que também participam da Equipe de Apoio do PDUI da RMM e que eles seriam informados sobre a reunião. Ao final, as arquitetas Lissandra e Maria Eduarda agradeceram a participação de todos e avisaram que entrariam em contato com Hermam para a coleta de dados e agendamento de novas reuniões.

VERSÃO PRELIMINAR

REGISTROS

Figura 11 - Reunião Técnica Complementar 06



Fonte: URBTEC™, 2021.

VERSÃO PRELIMINAR

8. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 07 – COORDENAÇÃO

Data: 10/09/2021

Horário: 09h30

Local: Videoconferência –Plataforma *Microsoft Teams*

Participantes: Carlos Storer, Fernando Caetano, Gil Polidoro, Glauco Pereira Junior, Guilherme Fragomeni, Gustavo Taniguchi, Lissandra Baldissera, Manoela Feiges, Marcia Polidoro, Maria Eduarda Aguiar, Maria Inês Terbeck, Mariano de Matos Macedo, Virgínia Nalini.

MEMÓRIA DE EVENTO

A reunião teve início com a fala da coordenadora operacional da URBTEC™, a arquiteta e urbanista, Manoela Feiges. Manoela agradeceu a participação de todos e informou os assuntos a serem abordados na reunião, a saber:

- Retomada das atividades previstas nas Etapas 03 e 04;
- Debate sobre o conteúdo da Etapa 04 e outros questionamentos;
- Composição das Equipes de Acompanhamento Municipal;
- Prorrogação do prazo de execução dos contratos;
- Solicitação de dados à Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná.

Em seguida, a arquiteta e urbanista, Lissandra Baldissera, que integra a equipe de apoio da URBTEC™, explanou aos presentes os pontos a serem balizados para realização da Etapa 04 e introduziu os principais questionamentos da Consultora às Equipes de Supervisão do PARANACIDADE.

O especialista em meio ambiente do PDUI da Região Metropolitana de Maringá, Gil Polidoro, perguntou como seria abordada a Lei Complementar n° 4/2021, que instituí microrregiões de saneamento no Paraná, no âmbito do PDUI e na proposta do novo ente metropolitano. De forma complementar, Guilherme Fragomeni - especialista em direito urbanístico e ambiental do PDUI da RMM - questionou às Equipes sobre o andamento do processo de aprovação das alterações

VERSÃO PRELIMINAR

propostas para a Constituição do Paraná.

De acordo com Fernando Caetano, membro da Equipe de Supervisão do PDUI da RMM, os questionamentos apresentados evidenciam a necessidade de uma governança e/ou comissão regional que pudesse prover respostas mais detalhadas. Fernando relatou a dificuldade em fornecer um parecer técnico sobre as questões, considerando que o PARANACIDADE não tem experiência na gestão de territórios metropolitanos.

Na sequência, Lissandra apresentou propostas de abordagem sobre os conteúdos da Etapa 04, conforme o conteúdo do Termo de Referência. Gustavo Taniguchi, especialista em mobilidade metropolitana do PDUI da RMM, acrescentou que há grandes desafios para implementar uma cultura metropolitana onde ainda não há um ente administrativo de fato.

Carlos Storer, também membro da ES do PDUI da Região de Maringá, orientou que fossem seguidas as disposições do Termo de Referência. De acordo com Carlos, seria interessante realizar uma análise sobre a compatibilidade das disposições na Lei Complementar n° 4/2021 e o trabalho desenvolvido para os PDUIs, no entanto sem alterar o escopo previsto no Termo.

Carlos também recomendou que fossem avaliadas as soluções adotadas nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte e do Vale do Aço para proposição de formas de rateio de custos do ente metropolitano.

Maria Inês Terbeck, membro da Equipe de Supervisão do PDUI da Região Metropolitana de Londrina, lembrou que, atualmente, a maior parte dos municípios que participam das regiões metropolitanas têm poucos habitantes e possuem limitações no que diz respeito à gestão. Há expectativa de que a nova governança metropolitana possa auxiliar esses municípios.

Em conformidade com o proposto por Carlos Storer, Maria Inês pontuou que a questão do saneamento básico deve ser tratada no PDUI conforme consta no Termo de Referência.

Ainda, segundo Maria Inês, a SEDU havia desenvolvido uma proposta preliminar para implementação de uma agência metropolitana, na qual o rateio de custos do novo ente considerava a capacidade de pagamento dos municípios e o grau

VERSÃO PRELIMINAR

de integração destes às regiões metropolitanas.

No que diz respeito às propostas de alteração da Constituição do Paraná, Maria Inês informou que as propostas haviam sido encaminhadas à Casa Civil, mas que acreditava estarem "paradas" devido à elaboração dos PDUIs das Regiões de Maringá e Londrina. Ressaltou que há uma outra proposta de lei, coordenada pela Secretaria de Planejamento do estado do Paraná, propondo a criação de uma Agência Estadual Metropolitana.

O economista Mariano Macedo afirmou que gostaria de ter acesso à proposta de minuta de lei, se possível. Maria Inês se comprometeu em verificar a possibilidade de encaminhar à Consultora o documento.

Gil Polidoro perguntou se havia expectativa do estado do Paraná participar do rateio de custos do novo ente metropolitano. Guilherme Fragomeni complementou a fala de Gil, lembrando que havia uma proposta no estudo de Referências para Política de Desenvolvimento Urbano Regional (PDUR) para que o estado arcasse com uma parte dos custos do ente.

De acordo com Maria Inês, há um entendimento de que o estado deve auxiliar na implementação do órgão metropolitano em um primeiro momento. Entretanto, a definição de como seria a participação do estado nessa questão irá depender da proposta institucional a ser apresentada. Maria Inês destacou que os PDUIs devem ser o ponto de partida para essa discussão.

Gil Polidoro agradeceu a colocação de Maria Inês e disse compreender ser necessário refletir sobre o rateio de custos do novo ente em duas frentes: manutenção da estrutura e execução das FPICs. Ademais, Gil ressaltou que a forma de participação no ente metropolitano pode variar de acordo com a função pública tratada. Segundo ele, o recorte territorial da região para a função pública de meio ambiente pode considerar municípios que possuem mananciais de abastecimento público, mas que não possuem movimento pendular expressivo ou conurbação – considerados critérios importantes em estudos referência.

Fernando Caetano ponderou sobre a dificuldade em detalhar procedimentos do novo ente, considerando que não há uma estrutura administrativa ativa hoje. Fernando recomendou que fossem analisados os PDUIs

VERSÃO PRELIMINAR

elaborados para outras regiões metropolitanas e solicitou que fosse verificado se havia no Brasil algum modelo de referência que pudesse ser adaptado para as realidades das regiões de Londrina e de Maringá.

Encerrada a discussão sobre o conteúdo da Etapa 04, tratou-se sobre a nomeação das Equipes de Acompanhamento Municipal. A equipe da Consultora lembrou que havia entrado em contato novamente com os municípios que ainda não haviam nomeado toda a EAM e que aguardava o reforço dos convites pelos escritórios regionais do PARANACIDADE. De acordo com a supervisora dos PDUIs, Virgínia Nalini, a solicitação para que os escritórios entrassem em contato com os municípios já havia sido feita.

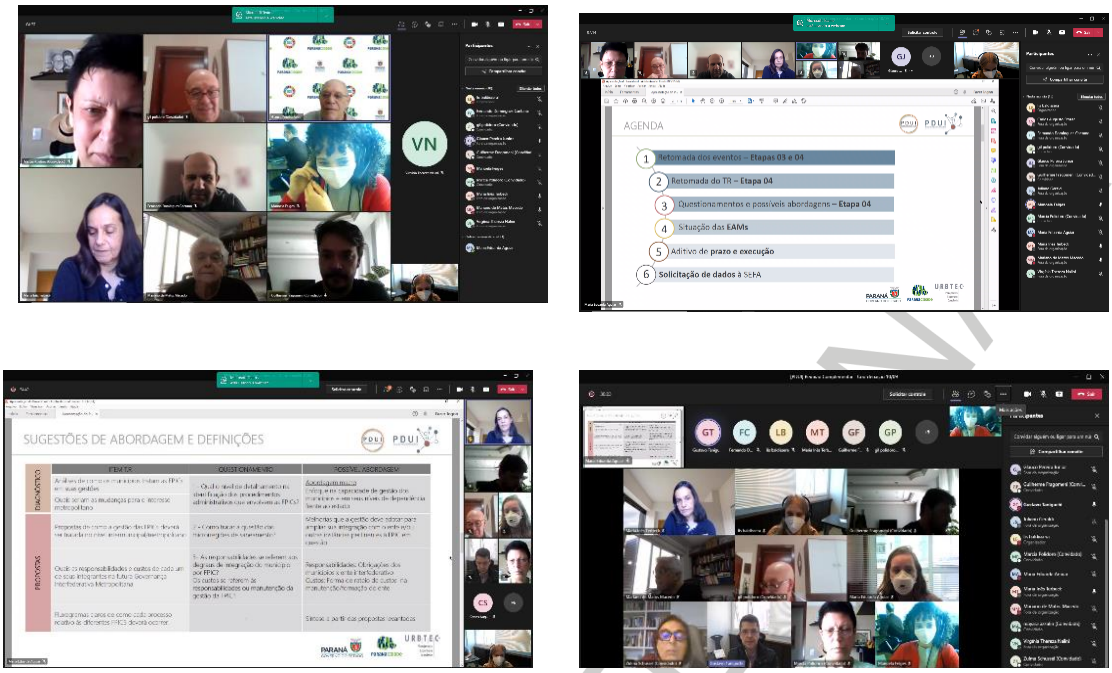
Tratou-se brevemente sobre o retorno dos ofícios para prorrogação do prazo de execução dos planos. As equipes de supervisão dos planos se comprometeram em verificar a situação dos ofícios.

Ao final, Gustavo Taniguchi encerrou a reunião, agradecendo a participação e disponibilidade de todos.

VERSÃO PRELIMINAR

REGISTROS

Figura 12 - Reunião Técnica Complementar 07

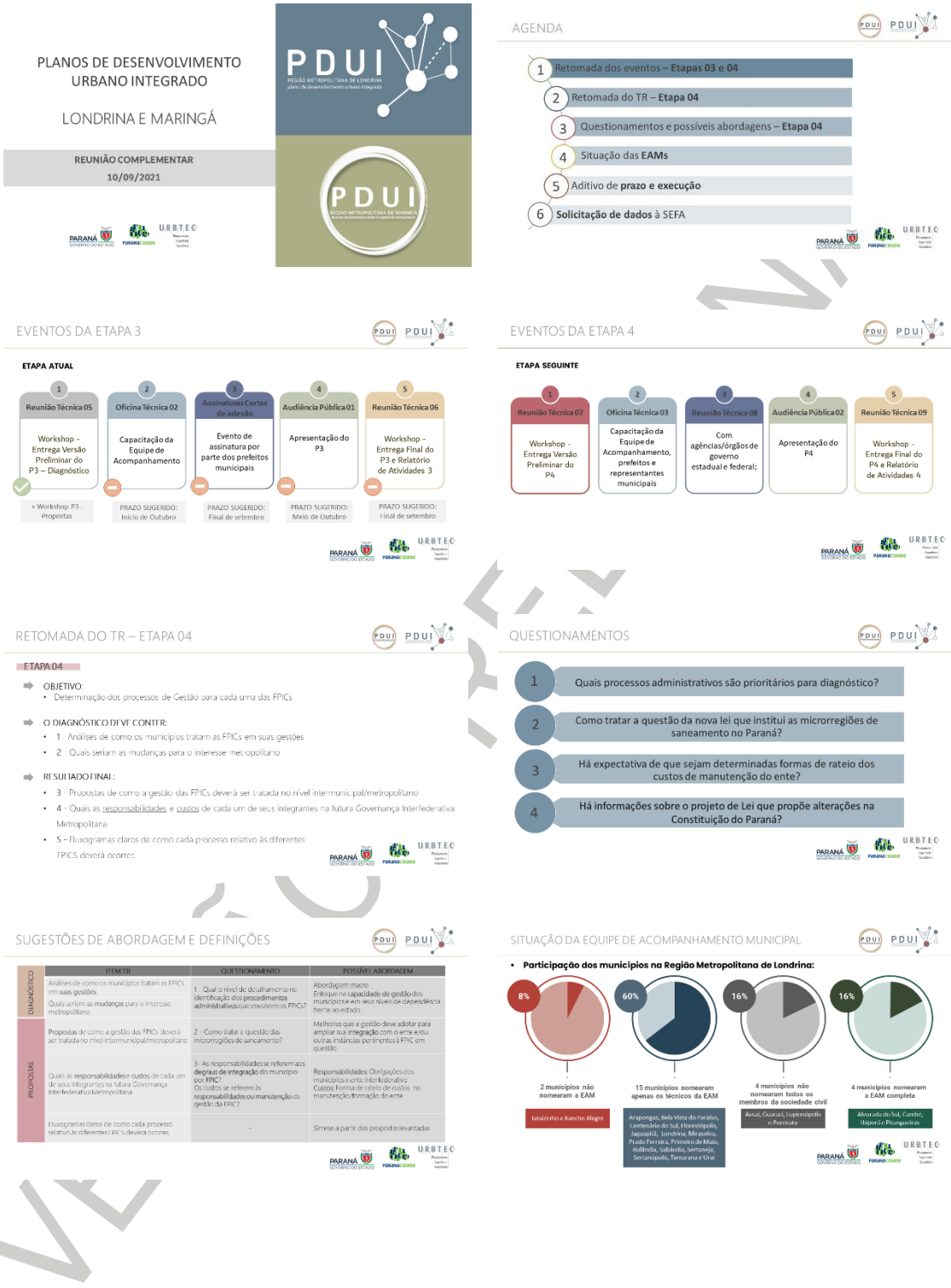


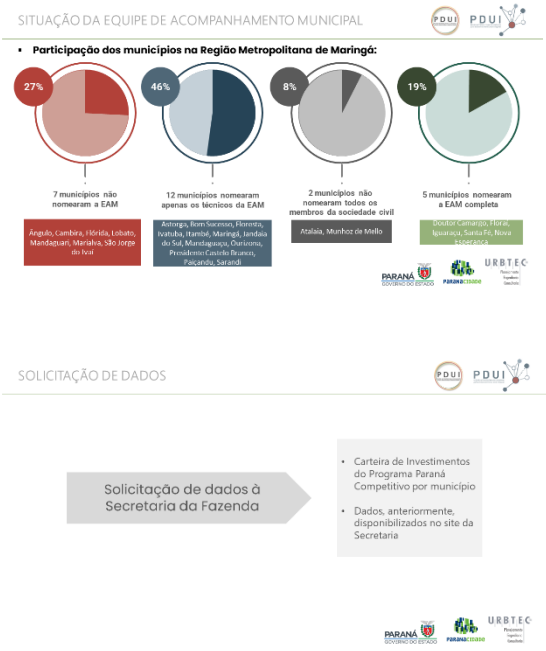
Fonte: URBTEC™, 2021.

VERSÃO PRELIMINAR

APRESENTAÇÃO

Figura 13 – Apresentação Reunião Técnica Complementar 07





Fonte: URBTEC™, 2021.

VERSÃO PRELIMINAR

9. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 08 – COORDENAÇÃO

Data: 28/09/2021

Horário: 14h

Local: Videoconferência –Plataforma *Microsoft Teams*

Participantes: Carlos Augusto Storer, Edgar Silvestre, Fernando Domingues Caetano, Gustavo Taniguchi, Lissandra Baldissera, Manoela Feiges, Maria Eduarda Aguiar, Maria Inês Terbeck e Mariana Kszan.

MEMÓRIA DE EVENTO

A reunião teve início com a saudação do Diretor da URBTEC™, Gustavo Taniguchi, aos participantes. O representante da Equipe de Supervisão (ES) do PDUI da RMM, Fernando Caetano, apresentou aos demais o senhor Edgar Silvestre, ex-prefeito de Marialva e representante da COMEM, que irá auxiliar na mobilização dos prefeitos municipais para participação do plano e na consolidação da Equipe de Acompanhamento Municipal (EAM) da RMM.

Na sequência, a representante da ES do PDUI da RML, Maria Inês Terbeck, ressaltou a importância dos eventos em questão, os quais correspondem a um momento delicado, porém determinante à continuidade dos PDUIs.

Gustavo iniciou a apresentação da pauta da reunião, explanando as informações gerais, formas de participação e de manifestação dos participantes, convenções e programações sugeridas para os eventos. Maria Inês solicitou que as inscrições para participação ao vivo fossem realizadas, também, através da opção "levantar a mão" na plataforma *Teams*. A solicitação foi acatada por todos. Gustavo informou que haveria a possibilidade de ser feita uma chamada por município para manifestação.

Maria Inês comentou que julga importante a inserção de um momento de fala dos representantes da COMEL (Sandra Moya) e COMEM (Edgar Silvestre) na programação dos eventos. Edgar concordou e sugeriu que o tempo de fala seja de

VERSÃO PRELIMINAR

dois minutos. Fernando complementou, argumentando que a fala poderia ser um convite de manifestação dos prefeitos durante o evento.

Quanto às datas de reforço do convite para o evento, Maria Inês explanou que os representantes da COMEM e da COMEL entrariam em contato novamente com prefeitos. A Consultora, conforme explanou Gustavo, reforçaria o convite através dos contatos com os técnicos municipais. Gustavo ressaltou a importância dos representantes das Coordenações na devolutiva da carta de adesão pelos prefeitos.

Maria Inês questionou qual será o procedimento caso alguém entre atrasado no evento, Gustavo respondeu que eles serão aceitos na sala normalmente.

Gustavo sugeriu que, após o evento, a carta de adesão seja encaminhada aos prefeitos através da SEDU. Também questionou quais membros da Equipe de Supervisão (ES) iriam se manifestar no evento. Maria Inês confirmou que ela e Glauco iriam participar para o evento do PDUI da RML.

O representante da ES do PDUI da RMM, Carlos Storer, solicitou que fosse reforçado na apresentação que a assinatura ou não da carta de adesão não implica na inserção ou exclusão do município na região. Os recortes territoriais derivados da gestão de cada Função Pública de Interesse Comum (FPIC) prioritária e a formação da Governança Interfederativa serão decisivos para identificação dos municípios participantes da região metropolitana.

Fernando frisou que, em sua visão, a assinatura da carta não tem por objetivo determinar o pertencimento ou não do município às regiões metropolitanas. A assinatura seria uma forma de oficializar a participação e o posicionamento dos municípios nos processos de elaboração dos PDUIs.

Gustavo questionou qual será o procedimento caso algum município se recuse a firmar a carta. Fernando respondeu que a carta é a representação do processo democrático e sugeriu que neste caso, o município contrário manifeste formalmente tal recusa.

Em relação à possibilidade de incluir o município de Apucarana nas discussões sobre a delimitação das regiões metropolitanas, Fernando questionou se a carta de adesão seria enviada ao município. Maria Inês argumentou que os

VERSÃO PRELIMINAR

representantes municipais poderiam ser convidados aos eventos. No entanto, visto que a Região Metropolitana de Apucarana segue determinada por lei, a inclusão de Apucarana em alguma das regiões deveria ser assunto para uma reunião específica com representantes locais.

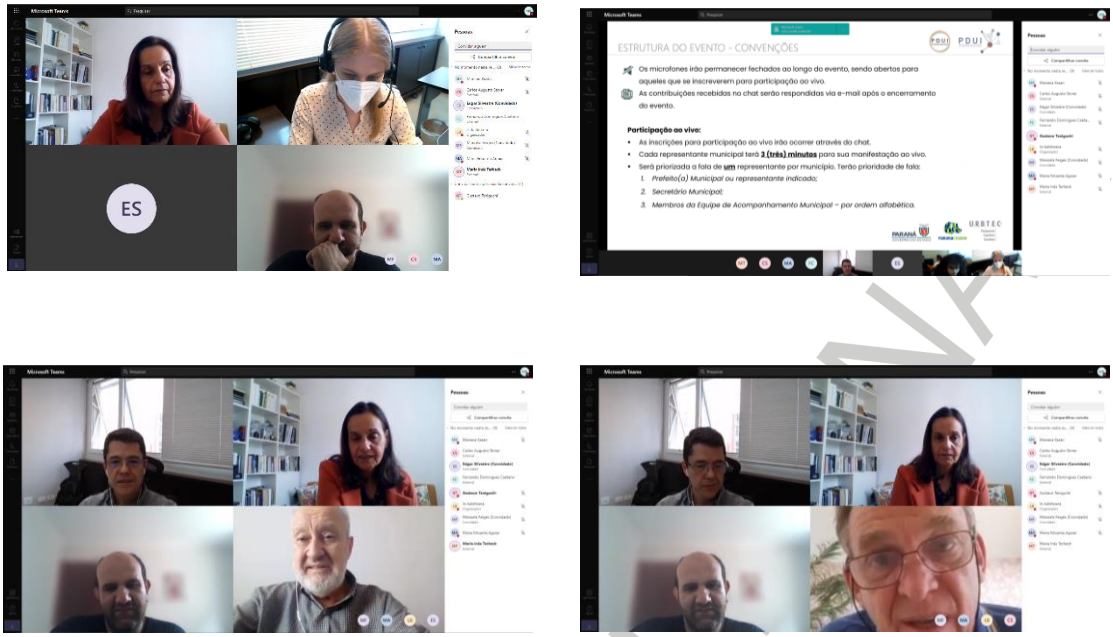
Fernando disse se preocupar com a interpretação de que este seria um evento aberto, uma vez que há possibilidade de que o link de acesso ao evento seja divulgado por terceiros. Gustavo comentou que por esse motivo é prevista prioridade para manifestação de prefeitos e representantes do poder público nos espaços de participação ao vivo. Maria Inês complementou, ressaltando que a realização do evento viabiliza a 1ª Audiência Pública.

Por fim, Maria Inês solicitou o envio da apresentação utilizada no evento para compartilhar com demais interessados. Gustavo agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião.

VERSÃO PRELIMINAR

REGISTROS

Figura 14 - Reunião Técnica Complementar 08

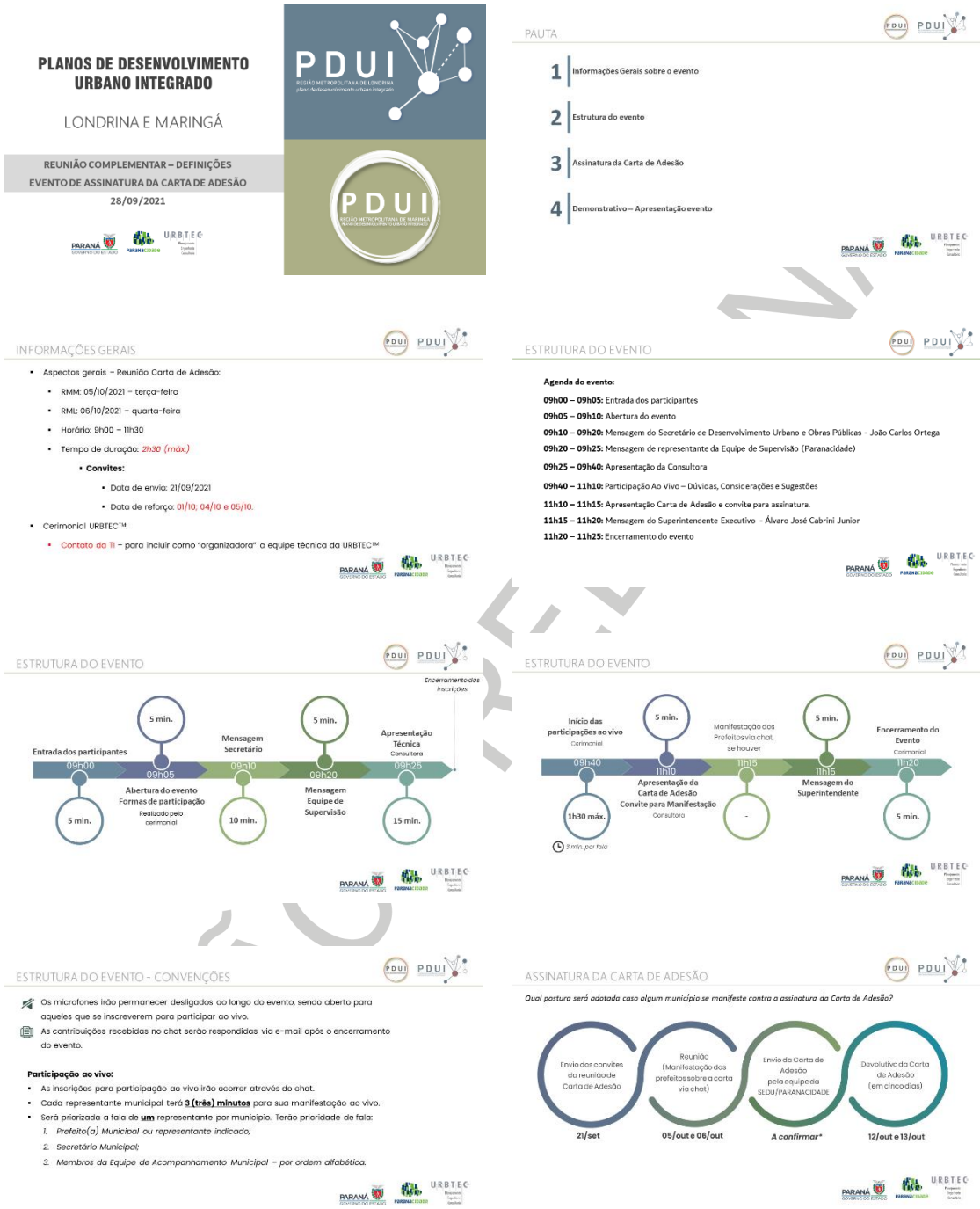


Fonte: URBTEC™, 2021.

VERSÃO PRELIMINAR

APRESENTAÇÃO

Figura 15 - Apresentação Reunião Técnica Complementar 08



DEFINIÇÕES - RESUMO

- Contato da TI – para incluir como "organizadora" a equipe técnica da URBTEC™
- Como/Quando será enviada a Carta para assinatura dos Prefeitos?
- Quem da Equipe de Supervisão irá falar durante o evento para cada Plano?
- Manifestação dos Prefeitos via chat – se alguém se recusar a assinar a carta?

DEMONSTRATIVO DA APRESENTAÇÃO DO EVENTO

09h00 – 09h05	Entrada dos Participantes Tela de boas vindas
09h05 – 09h10	Abertura do evento Cerimonial irá realizar a abertura do evento, saudando a todos e informando: • O objetivo do evento e sua programação; • As convenções do evento; • Formas de participação.
09h10 – 09h20	Mensagem do Secretário

09h20 – 09h25	Mensagem Equipe de Supervisão
	• Definir representantes da ES:
	  • RM de Maringá: ?
	  • RM de Londrina:?

09h25 – 09h40	Apresentação Consultora

REGIÕES METROPOLITANAS NO BRASIL

PAUTA

1. REGIÕES METROPOLITANAS NO BRASIL
2. O PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO (PDUI)
3. DIAGNÓSTICO DAS FUNÇÕES PÚBLICAS DE INTERESSE COMUM (FPICs)
4. DEFINIÇÃO DOS DEGRAUS METROPOLITANOS
5. PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NA REGIÃO METROPOLITANA
6. CARTA DE ADESÃO
7. GOVERNANÇA INTERFEDERATIVA

REGIÕES METROPOLITANAS NO BRASIL

1973 – Criação das primeiras regiões metropolitanas pela **União.**

1988 – Competência dos **estados.**

2015 – **Estatuto da metrópole**

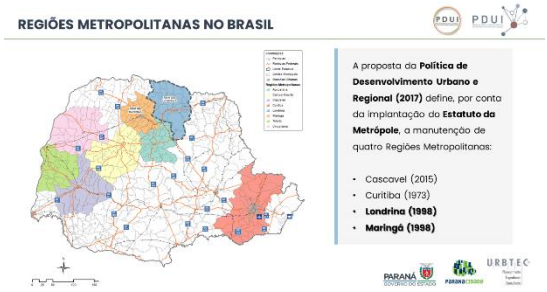
ESTATUTO DA METRÓPOLE

Determina:

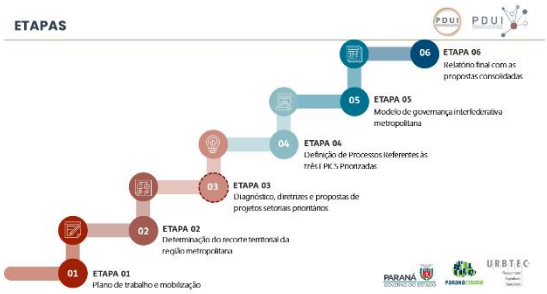
- obrigatoriedade de elaboração do **Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI)** para Regiões Metropolitanas
- revisão a cada 10 anos

Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI)

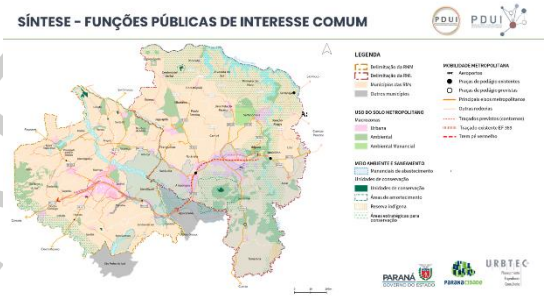
- instrumento utilizado para definir as diretrizes para o desenvolvimento territorial estratégico das **Regiões Metropolitanas**
- norteia um processo permanente de planejamento e gestão em busca do desenvolvimento sustentável



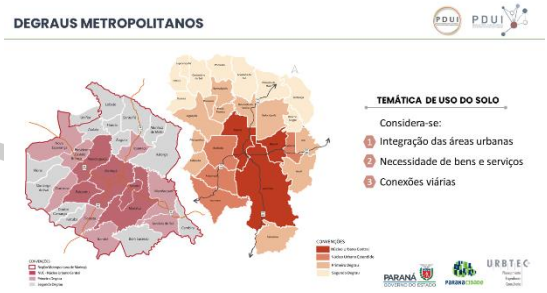
O PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO (PDUI)



DIAGNÓSTICO DAS FUNÇÕES PÚBLICAS DE INTERESSE COMUM (FPICs)

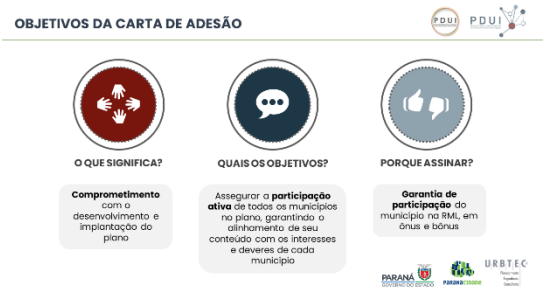


DEFINIÇÃO DOS DEGRAUS METROPOLITANOS



PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NA REGIÃO METROPOLITANA

OBJETIVOS DA CARTA DE ADESÃO

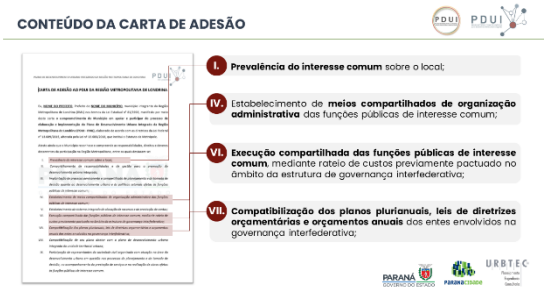


GOVERNANÇA INTERFEDERATIVA

09h40 – 11h10	Participações ao vivo

11h10 – 11h15	Conteúdo da carta de Adesão, convite para assinatura e manifestação no Chat A ser realizado pela Equipe da Consultora

CONTEÚDO DA CARTA DE ADESÃO



11h15 – 11h20	Mensagem do Superintendente
11h20 – 11h25	Encerramento do evento A ser realizado pelo cerimonial

Fonte: URBTEC™, 2021.

VERSÃO PRELIMINAR

10. REUNIÃO TÉCNICA 05 – CARTA DE ADESÃO

Data: 05/10/2021

Horário: 09h

Local: Videoconferência –Plataforma *Microsoft Teams*

Participantes: Ademir Maciel, Adriana de Souza, Ricardo Gaio, Agnaldo Carvalho Guimarães, Albarini Alves de Medeiros, Álvaro José Cabrini Júnior, André Rivelini, Bárbara, Bruna Barroca, Bruna Zonin Munaretto, Camila Hernades, Camila Mileke Scucato, Carlos Augusto Storer, Cecília Gomes, Doutor Marcondes, Edgar Sivestre, Edna Contin, Elizângela Fritzen, Estevão Palmieri, Everaldo Moraes, Fabiani Ferrazeri, Fabio Vihena , Gil Polidoro, Glauco Pereira Junior, Guilherme Fragomeni, Gustavo Tanaguchi, Helton Eugenio de Camargo, Jacilene Feitosa Dantas, Jacinto, João Carlos Ortega, João Leiria, João Pericles Martinati, Jorge, Jorge Donato, Junior Vassoler , Junior Volpato, Lauro Junior, Leandro Augusto, Letícia Eidam, Letícia Reis, Ligia Lucier, Lissandra Baldissera, Lucas Tognato, Luiz Hayakawa, Manoel Rodrigo Amado, Manoela Feiges, Maria Eduarda Aguiar, Maria Inês Terbeck, Maria Luiza Begnossi, Maria Vitória Cavalotti, Matheus Rocha, Maurício Aparecido da Silva, Mayara, Miro Falkemback, Moacir Olivatti, Nelson Martins, Orival Centenaro Junior, Osmar Angelo Rocon, Paloma Caroena de Assis, Rafael Jacomini Reis, Rafaela Fardin , Renata Alvez Perez, Renata Vilhena, Rogério Bernardo, Rosilda, Sérgio José Santi, Tamires Berton , Thiago Alves Cefalo, Victor Volpi, Vilma Regina Gonçalves Dias, Walter Volpato, Sérgio Zacarias.

MEMÓRIA DE EVENTO

A reunião teve como objetivos principais: (i) Apresentar a etapa que o PDUI se encontra no presente momento. (ii) Apresentar o conteúdo e a salientar a importância da concordância dos municípios a carta de adesão do PDUI.

O mestre de cerimônias realizou a abertura do evento com uma breve explanação da programação da reunião, bem como as formas de manifestação dos participantes. Na sequência, passou a palavra ao secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas do Paraná (SEDU/PR), João Carlos

VERSÃO PRELIMINAR

Ortega, que salientou a importância de uma ação conjunta dos municípios da Região Metropolitana de Maringá (RMM). O secretário solicitou o apoio dos representantes municipais participantes na elaboração do PDUI da RMM por meio da assinatura da carta de adesão.

Após a fala do Secretário, Carlos Augusto Storer, membro da Equipe de Supervisão do PDUI da RMM, frisou a importância da carta de adesão e se colocou à disposição para o acompanhamento das fases de desenvolvimento do PDUI. Fernando Caetano, também membro da Equipe de Supervisão do PDUI da RMM, complementou a fala de Carlos Storer, se colocando à disposição para auxiliar os municípios em participarem do Plano.

Em consonância com os membros da Equipe de Supervisão, o representante do Escritório Regional de Maringá do PARANACIDADE, Edgar Silvestre, salientou a importância da discussão do Plano entre os municípios da RMM.

Em seguida, a palavra foi passada a Gustavo Taniguchi, diretor da URBTEC™, que apresentou a conceituação básica sobre o que é Plano, seus objetivos e etapas, as determinações do Estatuto da Metrópole e da Política Estadual de Desenvolvimento Urbano do Paraná sobre a instituição das Regiões Metropolitanas, o andamento dos trabalhos e as formas de participação dos municípios na região. Finalizada a apresentação da Consultora, foi aberto espaço no evento para os representantes municipais para se manifestarem.

O primeiro a se manifestar foi o Secretário Municipal de Urbanismo e Habitação de Maringá, Estevão Palmieri. Estevão Palmieri expôs que participativa da reunião representando o Prefeito Municipal de Maringá e afirmou o interesse do município de Maringá nos assuntos da RMM e do PDUI.

Em seguida, a palavra foi passada a Rogério Aparecido Bernardo, Prefeito Municipal de Ângulo, que salientou suas preocupações com os recursos e repasses aos municípios participantes da região metropolitana. Em resposta, Álvaro José Cabrini Júnior, Superintendente Executivo do PARANACIDADE, destacou que a participação em uma região metropolitana é um compromisso de longo prazo, que deve contar com ações políticas para que os municípios não sejam excluídos do planejamento e sejam integrados ao seu entorno.

VERSÃO PRELIMINAR

Em concordância com o Rogério Bernardo, Moacir Olivatti - Prefeito Municipal de Nova Esperança - e Mauricio Aparecido da Silva - Prefeito Municipal de Mandaguaçu - também apresentaram suas ressalvas em relação à participação dos municípios na RMM. Os prefeitos pontuaram questões relacionadas à habitação e à expansão da mancha urbana, destacando a importância da articulação dos municípios da região para corrigir injustiças.

Gustavo Taniguchi respondeu aos Prefeitos, destacando o papel do planejamento regional em buscar sanar as discrepâncias no valor de terras, no acesso ao transporte coletivo e entre os municípios.

Tamires Berton, Arquiteta e Urbanista e representante do IPPLAM, focalizou sua fala na necessidade do planejamento integrado da RMM para o desenvolvimento dos municípios de forma a favorecer a exploração das potencialidades regionais. A arquiteta se colocou à disposição para auxiliar no bom desenvolvimento do PDUI.

O Prefeito Municipal de Floresta, Ademir Maciel, igualmente tratou a necessidade da organização da RMM e da importância do desenvolvimento do PDU, reforçando que é necessário esclarecer os ônus e bônus ao município de participar da região.

Em concordância com Ademir Maciel, Walter Volpato, Prefeito Municipal de Sarandi, ressaltou que devem ser consideradas as necessidades dos municípios menores. Pontuou as dificuldades enfrentadas por esses municípios na implantação de infraestruturas e na captação de novos investimentos. Walter Volpato terminou sua contribuição enfatizando a necessidade de que o PDUI observe a qualidade de vida de todas as cidades da RMM.

Considerando as preocupações levantadas pelo Prefeito Municipal de Sarandi, Álvaro José Cabrini Júnior manifestou a necessidade de se pensar no planejamento como um todo, pontuando que o Estatuto da Metrópole vai além de uma integração entre municípios, devendo ser e sim uma ação de governança em conjunto de toda a RMM.

Em acordo com os pontos levantados pelo Superintendente executivo do PARANACIDADE, Maria Inês Terbeck, representante do PARANACIDADE salienta a

VERSÃO PRELIMINAR

importância de definir, organizar e integrar a RMM para conseguir sanar as funções públicas de interesse comum.

Com o fim das manifestações dos representantes municipais, a palavra voltou a Gustavo Taniguchi, que apresentou o conteúdo da carta de adesão e expõe que a mesma será encaminhada a todos que manifestaram concordância com seu conteúdo por parte do PARANACIDADE e deverá ser retornada, em até cinco dias úteis, firmada pelo Prefeito municipal.

Em sequência da fala do diretor da URBTEC™, Gustavo Taniguchi, José Cabrini Júnior enfatiza a importância do PDUI para planejar e integrar a RMM, valorizando o interesse metropolitano ao implementar o PDUI, redigido de forma democrática e colegiada. Após a fala do Superintendente executivo do PARANACIDADE, o cerimonialista finalizou a reunião e agradeceu a todos os presentes.

RESULTADOS DE PARTICIPAÇÃO

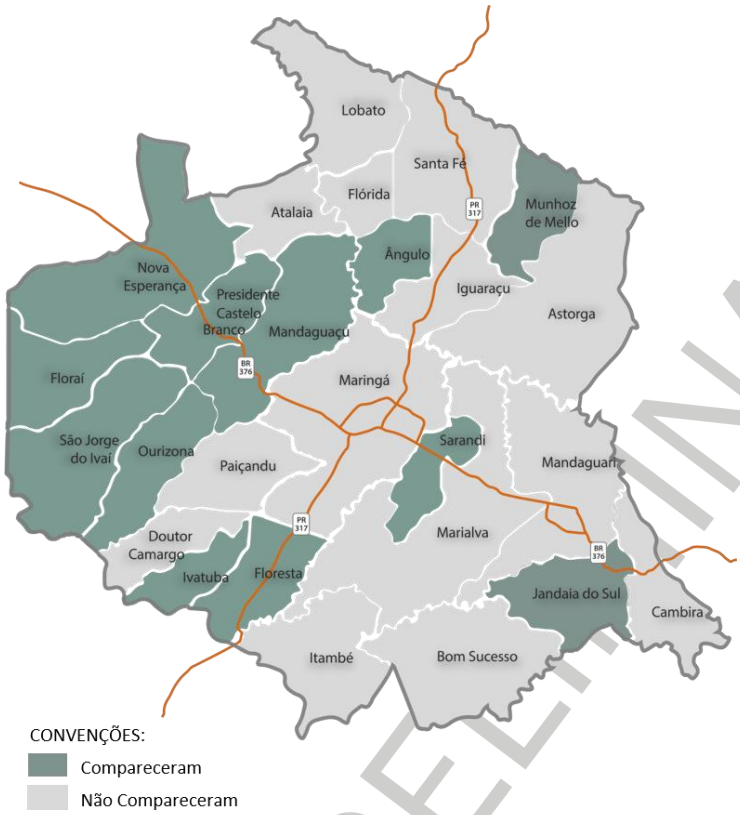
Os convites para participação da Reunião Técnica 05 foram enviados por e-mail para os prefeitos e prefeitas municipais dos 26 municípios integrantes da RMM. Dos 26 prefeitos convidados, 12 compareceram ao evento, correspondendo a 44% do total. Conforme a Figura 16, participaram os prefeitos municipais de Ângulo, Floraí, Floresta, Ivatuba, Jandaia do Sul, Mandaguaçu, Munhoz de Mello, Nova Esperança, Ourizona, Presidente Castelo Branco, São Jorge do Ivaí e Sarandi.

Alguns dos prefeitos que não puderam comparecer enviaram outros representantes municipais em seu lugar, a saber: Astorga, Atalaia, Bom Sucesso, Cambira, Doutor Camargo, Flórida, Itambé, Mandaguari, Maringá, Paiçandu e Santa Fé. Três prefeitos municipais não participaram e não enviaram representantes, sendo eles Iguaraçu, Lobato e Marialva, de acordo com a Figura 17.

No total, 23 dos 26 municípios da RMM foram representados.

VERSÃO PRELIMINAR

Figura 16 - Reunião Técnica 05: participação dos prefeitos municipais



Fonte: URBTEC™, 2021.

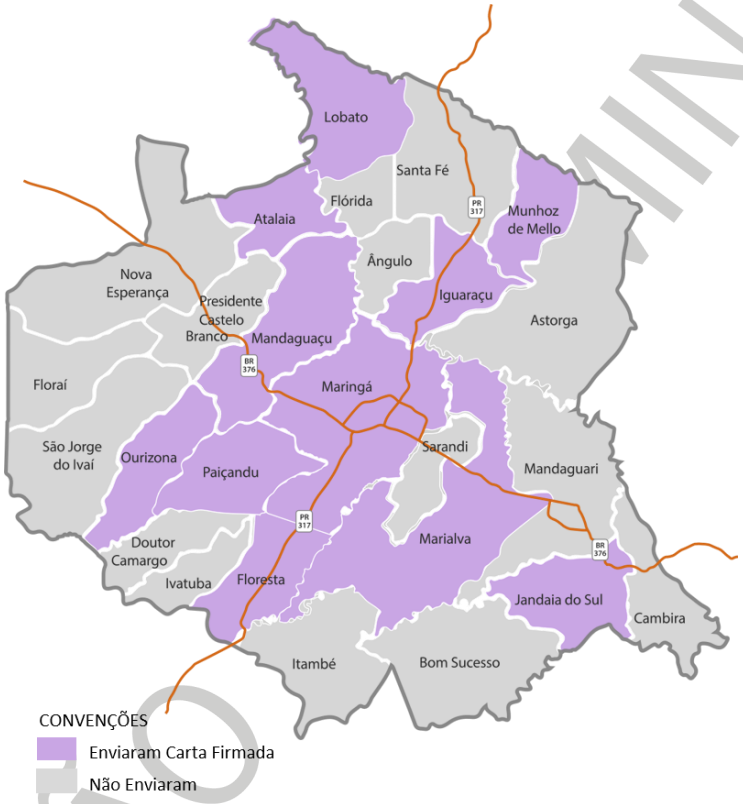
Figura 17 - Reunião Técnica 05: participação dos municípios

VERSÃO PRELIMINAR

Fonte: URBTEC™, 2021.

Após a Reunião Técnica 05, até janeiro de 2022, somente 11 municípios haviam firmado a Carta de Adesão, entre eles Atalaia, Floresta, Iguaraçu, Jandaia do Sul, Lobato, Mandaguaçu, Marialva, Maringá, Munhoz de Mello, Ourizona e Paiçandu, conforme figura a seguir. Nota-se que os municípios mais próximos de Maringá firmaram a carta, com exceção de Sarandi.

Figura 18 - Reunião Técnica 05: assinatura da Carta de Adesão

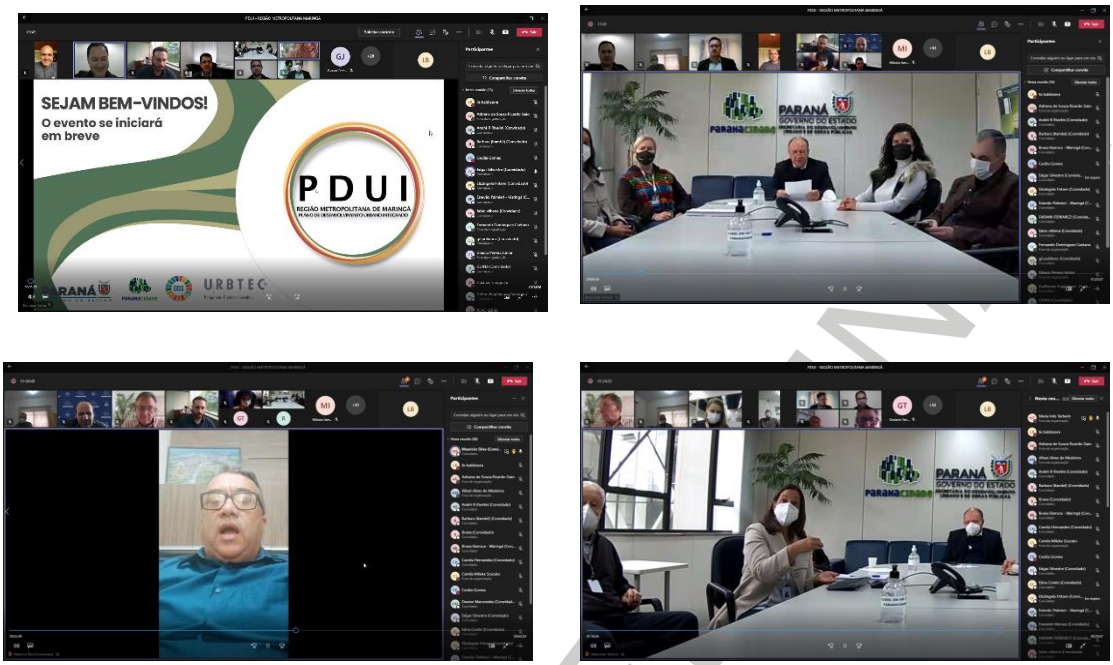


Fonte: URBTEC™, 2021.

VERSÃO PRELIMINAR

REGISTROS

Figura 19 - Reunião Técnica 05 – Carta de Adesão

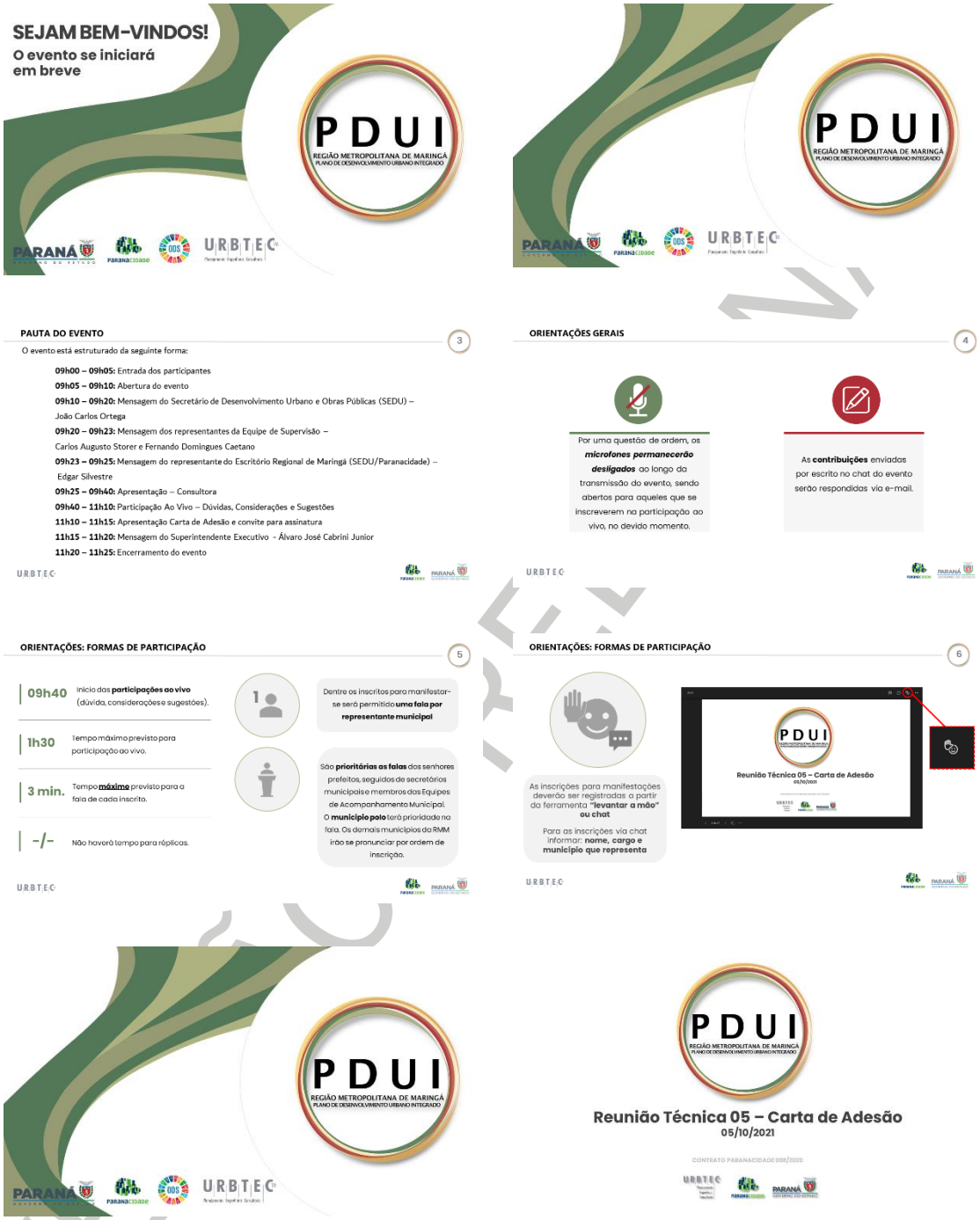


Fonte: URBTEC™, 2021.

VERSÃO PRELIMINAR

APRESENTAÇÃO

Figura 20 - Apresentação Reunião Técnica 05 – Carta de Adesão



PAUTA 9

1 INSTITUIÇÃO DAS REGIÕES METROPOLITANAS NO BRASIL
2 O PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO (PDUI)
3 DIAGNÓSTICO DAS FUNÇÕES PÚBLICAS DE INTERESSE COMUM (FPICs)
4 DEFINIÇÃO DOS DEGRAUS METROPOLITANOS
5 PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NA REGIÃO METROPOLITANA
6 CARTA DE ADESÃO
7 GOVERNANÇA INTERFEDERATIVA

URBTEC

INSTITUIÇÃO DAS REGIÕES METROPOLITANAS NO BRASIL

REGIÕES METROPOLITANAS NO BRASIL 11

1973 — Criação das primeiras regiões metropolitanas pela **União.**
1988 — Competência dos **estados.**
2015 — Estatuto da metrópole

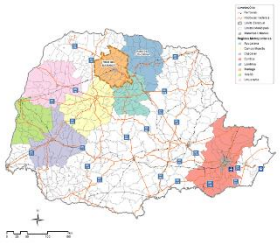
ESTATUTO DA METRÓPOLE

Determina:
- obrigatoriedade de elaboração do **Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI)** para Regiões Metropolitanas
- revisão a cada 10 anos

Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI)
- instrumento utilizado para definir as diretrizes para o desenvolvimento territorial estratégico das **Regiões Metropolitanas**
- norteia um processo permanente de planejamento e gestão em busca do desenvolvimento sustentável

URBTEC

REGIÕES METROPOLITANAS NO BRASIL 12

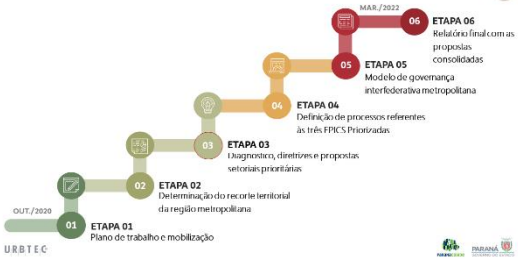


A proposta da **Política de Desenvolvimento Urbano e Regional (2017)** define, por conta da implantação do **Estatuto da Metrópole**, a manutenção de quatro Regiões Metropolitanas:
- Cascavel (2015)
- Curitiba (1973)
- Londrina (1998)
- **Maringá (1998)**

URBTEC

O PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO (PDUI)

ETAPAS 14



URBTEC

DIAGNÓSTICO DAS FUNÇÕES PÚBLICAS DE INTERESSE COMUM (FPICs)

FUNÇÕES PÚBLICAS DE INTERESSE COMUM 16

FPICs

São as políticas públicas ou ações que não podem ser realizadas por um município de forma isolada.

Devem ser **concebidas de forma conjunta** para efetivar sua gestão.

FPICs PRIORITÁRIAS

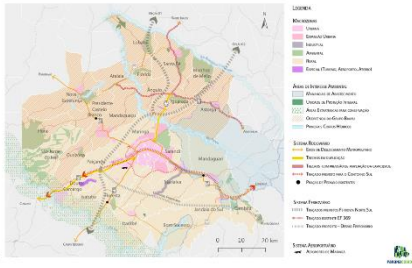
MOBILIDADE METROPOLITANA
- Articulação regional dos **sistemas e dos modais**
- Expansão do **sistema viário** visando o desenvolvimento orientado metropolitano

PLANEJAMENTO TERRITORIAL E USO DO SOLO
- Determinação de **Grandes Unidades Regionais**
- Definição das diretrizes do desenvolvimento urbano

MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO
- Determinação de **grandes unidades ambientais**
- Identificação dos entraves na **gestão ambiental** a nível intermunicipal

URBTEC

SÍNTESE - DIAGNÓSTICO 17



URBTEC

DEFINIÇÃO DOS DEGRAUS METROPOLITANOS

DEGRAUS METROPOLITANOS 19

A PARTIR DA DELIMITAÇÃO ATUAL DA REGIÃO

ANÁLISE DAS RELAÇÕES METROPOLITANAS

DEFINIÇÃO DE NÍVEIS METROPOLITANOS POR FPIC

URBTEC

DEGRAUS METROPOLITANOS 20

Considera-se:

1. Integração das áreas urbanas
2. Presença de Mananciais
3. Movimentos pendulares

CONVENÇÕES

- Região Metropolitana de Maringá
- NUC - Núcleo Urbano Central
- Primeiro Degrau
- Segundo Degrau

URBTEC

PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NA REGIÃO METROPOLITANA

DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES 22

RECURSOS PÚBLICOS

- Acessar **recursos públicos** direcionados às RMs
- Contribuir com **recursos humanos e materiais** para a gestão da RMM
- Contribuir com o **Fundo Metropolitano**

AUTONOMIA

- Participar dos **Conselhos Metropolitanos**
- **Revisar o Plano Diretor Municipal** para atender ao disposto no PDUI
- **Acatar as decisões do Conselho Metropolitano** - gestão das FPICs

PROCESSOS DE PLANEJAMENTO

- Receber **assessoria técnica** do Ente Metropolitano
- Necessidade de **anuência nos processos de aprovação** do parcelamento do solo

URBTEC

OBJETIVOS DA CARTA DE ADESÃO

OBJETIVOS DA CARTA DE ADESÃO 24

O QUE SIGNIFICA?	QUAIS OS OBJETIVOS?	POR QUE ASSINAR?
Comprometimento com o desenvolvimento e implantação do plano	Assegurar a **participação ativa** de todos os municípios no plano, garantindo o alinhamento de seu conteúdo com os interesses e deveres de cada município	**Garantia de participação** do município na RMM, em ônus e bônus

URBTEC

GOVERNANÇA INTERFEDERATIVA

GOVERNANÇA INTERFEDERATIVA 26

CONCEITUAÇÃO

GESTÃO METROPOLITANA ATUAL

FUTURA GOVERNANÇA INTERFEDERATIVA

URBTEC

GOVERNANÇA INTERFEDERATIVA 27

ABORDAGEM NO PLANO – GESTÃO POR FUNÇÃO PÚBLICA

FPICS

- USO DO SOLO
- MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO
- MOBILIDADE

ABRANGÊNCIA POR FPIC

*Definição de rateios e municípios participantes

FORMAÇÃO DA GOVERNANÇA

URBTEC

PDUI

REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO

www.pduimaringa.com.br

URBTEC™
Engenharia, Planejamento e Consultoria

Av. João Gualberto, 1721
Curitiba/PR - CEP 80030-001

Tel.: (41) 3281-1900
Site: www.urbtec.com.br
E-mail: contato@urbtec.com.br

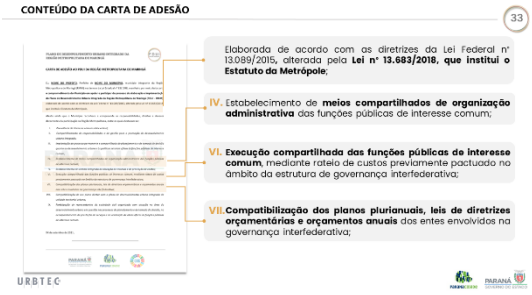
Gustavo Taniguchi
Diretor URBTEC™
gustavo@urbtec.com.br

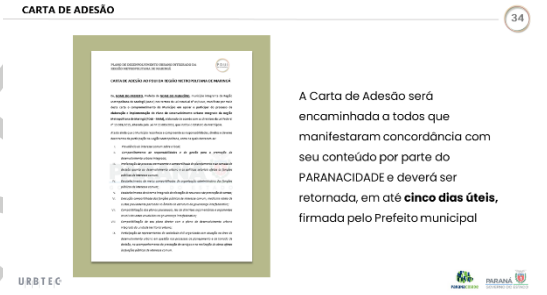
Luis Hayakawa
Coordenador Geral - PDUI Maringá
luishayakawa@yahoo.com.br

Manoela Feigas
Coordenadora UAU-LC™
manoela@urbtec.com.br

Lissandra Baldissera
Gerente de Projeto - Maringá
lissandra@urbtec.com.br

CONTEÚDO DA CARTA DE ADESÃO





Fonte: URBTEC™, 2021.

VERSÃO PRELIMINAR

LISTA DE PRESENÇA

A lista de presença se refere ao relatório gerado pela plataforma *Microsoft Teams*. Os nomes listados se referem aos nomes de usuário da plataforma.

Figura 21 – Lista de Presença Reunião Técnica 05 – Carta de Adesão

Nome Completo
Adriana de Souza Ricardo Gaio
Albarini Alves de Medeiros
André R Rivelini
Bárbara (Itambé)
Bruna
Bruna Barroca - Maringá
Camila Hernades
Camila Mileke Scucato
Cecília Gomes
Doutor Marcondes
Edgar Sivestre
Edna Contin
Elizângela Fritzen
Estevão Palmieri - Maringá
Everaldo Moraes
FABIANI FERRAREZI
fabio vilhena
gil polidoro
Glauco Pereira Junior
Guilherme Fragomeni - Funpar
GUINA
Gustavo Tanaguchi
Helton Eugenio de Camargo
JACILENE FEITOSA
JOAO LEIRIA
João Martinat - Prefeito PCB
Jorge - Cambira
Jorge Donato
Junior Vassoler
Junior Volpato
Leandro Augusto
Letícia Eidam
Letícia Reis
lis baldissera
Lucas Tognato - Prefeitura de Mandaguari
luiz hayakawa
LYGIA LUCIER
Manoela Feiges
Maria Eduarda Aguiar
Maria Inês Terbeck
Maria Inês Terbeck
Maria Inês Terbeck
Maria Inês Terbeck
Maria Luiza Begnossi
Maria Vitória Cavalotti Kulchek
Matheus Rocha
mayara a.
Miro Falkemback
Mônica Iamamoto
Nelson Martins
Orival Centenaro
OSMAR RONCON
Paloma - IPPLAN
Pref. Lauro Junior - Jandaia do Sul
Prefeito Ademir Maciel -
Rafael Jacomini Reis
Rafaela Fardin
RENATA
Renata vilhena
Rodrigo Amado
Rogério Bernardo
ROSILDA
Sérgio José Santi
Tamires Berton - IPPLAM Maringá
Thiago Alves Cefalo
Maurício Aparecido
VICTOR
Vilma Regina Gonçalves Dias
Walter Volpato
Zac

Fonte: URBTEC™, 2021.

11. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 09 – COORDENAÇÃO

Data: 25/10/2021

Horário: 14h

Local: Videoconferência –Plataforma *Microsoft Teams*

Participantes: Carlos Storer, Fernando Caetano, Edgar Silvestre, Sandra Moya, Gustavo Taniguchi, Lissandra Baldissera, Maria Eduarda Aguiar, Glauco Pereira Junior, Manoela Feiges, André Abdo, Mariana Kszan.

Pauta: Estratégias de mobilização dos municípios metropolitanos

MEMÓRIA DE EVENTO

O integrante da Equipe de Supervisão do PDUI de Maringá, Fernando Caetano, deu início à reunião esclarecendo o objetivo de alinhar a mobilização dos próximos eventos participativos.

Especificamente à Região Metropolitana de Maringá, Fernando ressaltou o papel de Edgar Silvestre, representante do Escritório Regional de Maringá, na articulação da Equipe de Acompanhamento Municipal (EAM). Questionou à Sandra Moya – integrante da Equipe de Apoio do PDUI da RM de Londrina - se ela poderia desempenhar o mesmo papel para a Região de Londrina. Sandra respondeu que está trabalhando na articulação junto aos prefeitos, em conjunto com a servidora da Casa Civil, Ana Claudia Freitas.

Edgar comentou que tem se dedicado exclusivamente à mobilização dos municípios da RM de Maringá e relatou os desafios desse processo. De acordo com o mesmo, os gestores públicos possuem dúvidas sobre como o envolvimento no processo de elaboração do PDUI pode afetar a participação dos municípios nos consórcios intermunicipais.

Fernando ressaltou sua preocupação a respeito desta situação. Comentou que os municípios consorciados podem ter receio de que tais organizações serão

VERSÃO PRELIMINAR

dissolvidas com a realização dos PDUIs e implantação da governança interfederativa.

Sandra afirmou que entrará em contato com os representantes dos municípios da RM de Londrina para verificar se a situação se repete na região. Gustavo Taniguchi, coordenador da URBTEC™, comentou que identifica a necessidade de aproximar os consórcios intermunicipais do processo de elaboração dos PDUIs de ambas RMs. Gustavo sugeriu a possibilidade da realizar de reuniões específicas com os consórcios.

Na sequência, Manoela deu início à apresentação da Consultora, expondo os resultados obtidos a partir da reunião de assinatura da carta de adesão aos PDUIs. Seguiu apresentando a situação das EAMs, frisando que na RM de Londrina parte dos municípios não indicaram todos os integrantes da sociedade civil, assim como na RM de Maringá.

Em seguida, abordando a temática dos próximos eventos participativos, apresentou a estrutura de realização proposta para as Oficinas Técnicas. Questionou se os membros das Equipes de Supervisão e de Apoio desejariam ter espaços de fala no evento. Fernando Caetano respondeu que considera válido, desde que a fala tenha conteúdo operacional e não institucional.

Sandra sugeriu a inclusão da possível fala de um representante da COMEC, (Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba) como exemplo de uma estrutura gestora da região metropolitana, motivando assim as RMs de Londrina e Maringá na criação de suas próprias gestões. Fernando propôs que a situação dos consórcios intermunicipais nas regiões metropolitanas fosse considerada na porção didática do evento, trazendo também o exemplo de Curitiba. Manoela concordou e seguiu apresentando a estratégia de divulgação do evento.

Fernando manifestou concordância perante a estratégia apresentada, em especial nas atividades relativas ao PARANACIDADE, ressaltando novamente o papel do Edgar na divulgação do evento para RM de Maringá. Sandra Moya se colocou à disposição para realização da divulgação na RM de Londrina.

Edgar comentou que, apesar de não se tratar da forma mais eficiente de mobilização, considera relevante o envio de convites para o evento via *e-mail* por

VERSÃO PRELIMINAR

parte do PARANACIDADE. A pedido de Fernando, Edgar e Sandra concordaram em repassar a listagem de endereços eletrônicos com os quais o contato se mostrou mais efetivo.

Manoela finalizou a apresentação, frisando as datas previstas para cada forma de divulgação planejada.

Fernando retomou a pauta referente à composição das EAMs. Edgar afirmou que sua intenção é concluir a nomeação dos integrantes faltantes o mais brevemente possível, visto que são fundamentais para a realização das oficinas técnicas. Quanto à nomeação dos membros da sociedade civil em Maringá, Edgar afirmou que resta apenas a nomeação de um membro.

Sandra questionou sobre a situação da nomeação dos representantes de Londrina. Maria Eduarda, gerente do PDUI da RM de Londrina, respondeu afirmando que não houve retorno do contato realizado junto ao IPPUL. Sandra afirmou que tentará contato novamente, inclusive com os demais municípios da RML, que ainda não completaram a nomeação da sociedade civil.

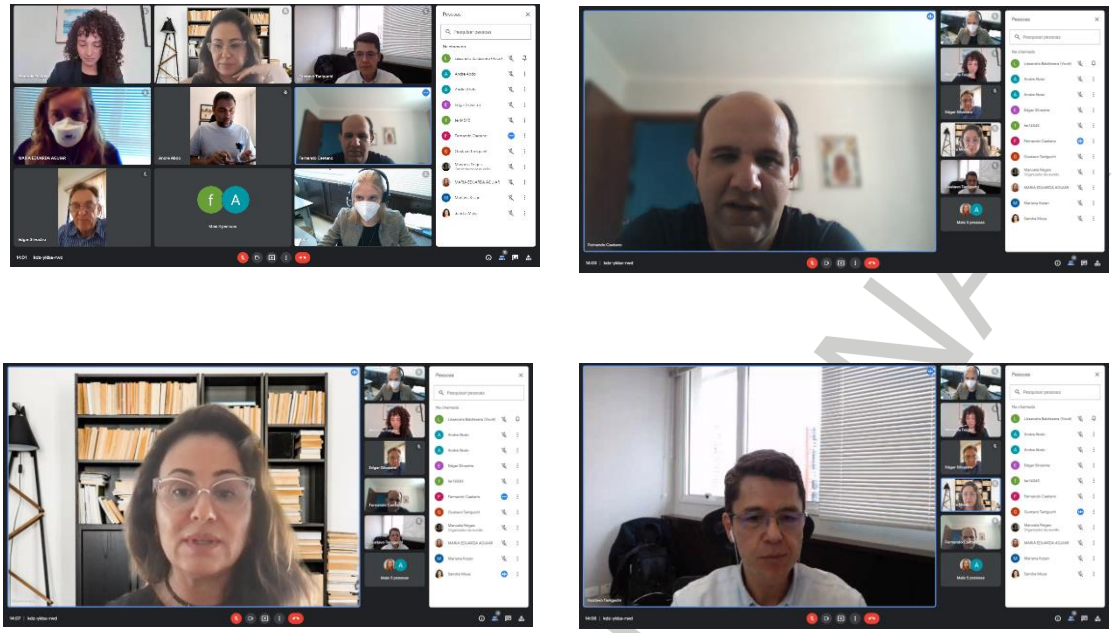
Ao final, Fernando questionou sobre qual formato seria adotado para a realização da 1ª Audiência Pública. Manoela respondeu que a intenção é adotar uma abordagem "híbrida", mesclando transmissões e participações virtuais com a realização do evento presencial no município polo de cada RM. Em virtude da complexidade do tema, Manoela recomendou a realização de uma reunião específica para tratar sobre esse evento.

Em seguida a reunião foi encerrada.

VERSÃO PRELIMINAR

REGISTROS

Figura 22 - Reunião Técnica Complementar 09

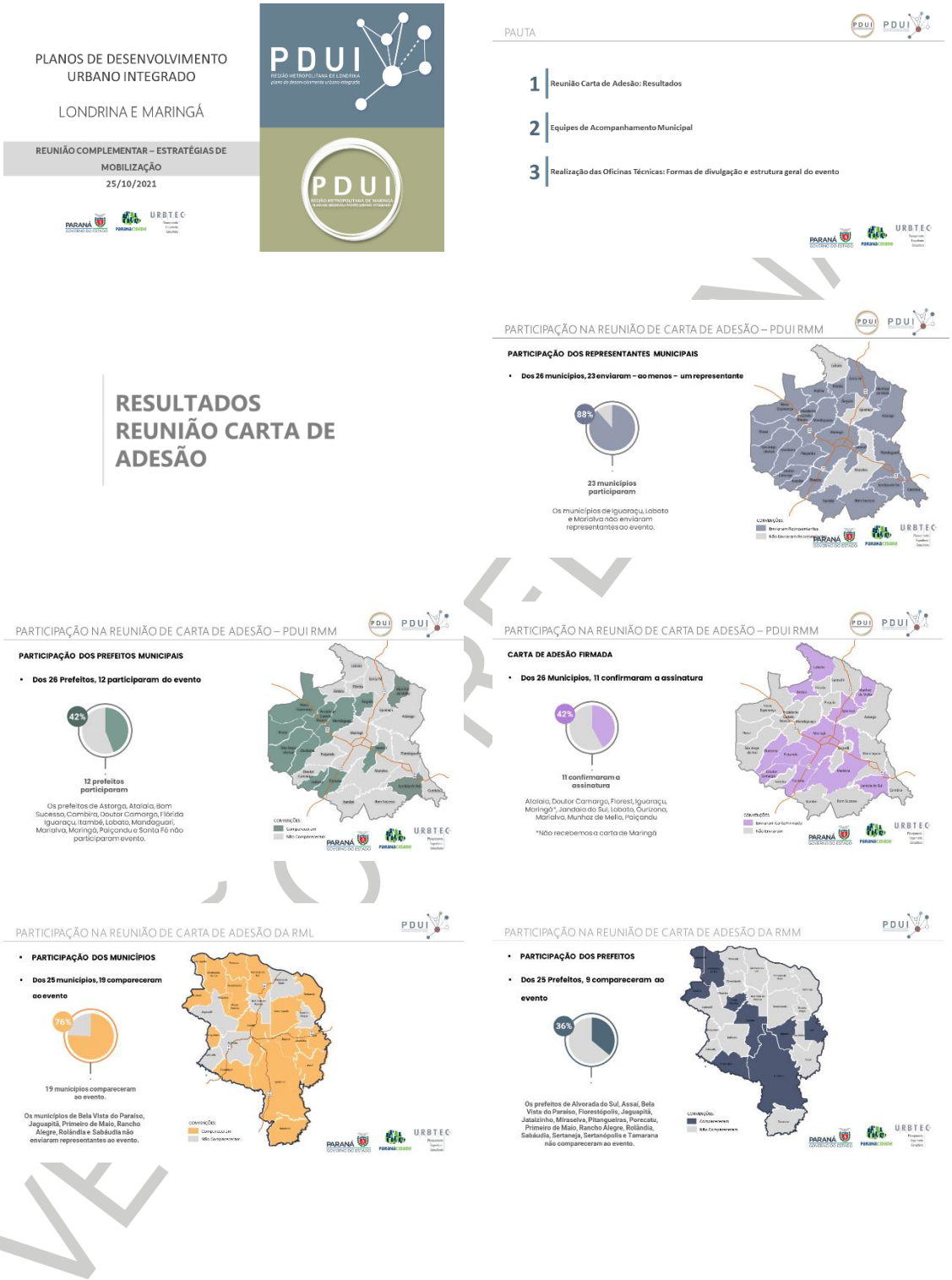


Fonte: URBTEC™, 2021.

VERSÃO PRELIMINAR

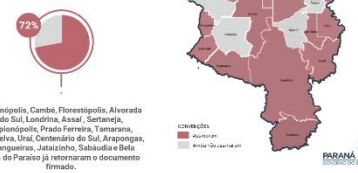
APRESENTAÇÃO

Figura 23 - Apresentação Reunião Técnica Complementar 09



PARTICIPAÇÃO NA REUNIÃO DE CARTA DE ADESÃO DA RMM

- **CARTA DE ADESÃO FIRMADA**
- **Dos 25 municípios, até então, 18 firmaram a carta de adesão**



Sertanópolis, Cambé, Florestópolis, Alvorada do Sul, Londrina, Assaí, Sertaneja, Lupionópolis, Prado Ferreira, Tamarana, Miraselva, Uraí, Centenário do Sul, Arapongas, Pitangueiras, Jataizinho, Sabáudia e Bela Vista do Paraíso já retornaram o documento firmado.

EQUIPES DE ACOMPANHAMENTO MUNICIPAL

NOMEAÇÃO DAS EQUIPES DE ACOMPANHAMENTO MUNICIPAL

- **Nomeações das Equipes de Acompanhamento Municipal: Região de Londrina**

05 ou + nomeados

Alvorada do Sul, Arapongas, Assaí, Cambé, Centenário do Sul, Florestópolis, Guaraci, Ibiporã, Jaguapitã, **Londrina**, Lupionópolis, Miraselva, Pitangueiras, Porecatu ,Prado Ferreira, Sabáudia, Sertaneja, Sertanópolis, Tamarana

**Londrina não nomeou integrantes da sociedade civil*

2 a 4 nomeados

Bela Vista do Paraíso, Primeiro de Maio, Rancho Alegre, Rolândia, Uraí, Jataizinho

** Também sem representantes da sociedade civil, com exceção de Rancho Alegre*

NOMEAÇÃO DAS EQUIPES DE ACOMPANHAMENTO MUNICIPAL

- **Nomeações das Equipes de Acompanhamento Municipal: Região de Maringá**

05 ou + nomeados

Ângulo, Atalaia, Bom Sucesso, Cambira, Doutor Camargo, Floral, Floresta, Iguaraçu, Itambé, Mandaguari, Nova Esperança, Ourizona, Presidente Castelo Branco, Santa Fé

2 a 4 nomeados

Astorga, Ivatuba, Jandaia do Sul, Lobato, Mandaguaçu, **Maringá**, Munhoz de Mello, Paiçandu, São Jorge do Ivaí, Sarandi

0 a 1 nomeados

Flórida, Marialva

OFICINA TÉCNICA 2

INFORMAÇÕES GERAIS DO EVENTO

Data: 10/11 (quarta-feira)

- **Horário - RM de Maringá:** 9h30 – 11h30
- **Horário - RM de Londrina:** 14h00 – 16h00
- **Local:** Via plataforma Teams
- **Participantes:** Membros da EAM, EA, ES e da equipe consultora.
  - RM de Maringá: 141 participantes (estimativa considera ES e consultora);
  - RM de Londrina: 111 participantes (estimativa considera ES e consultora).

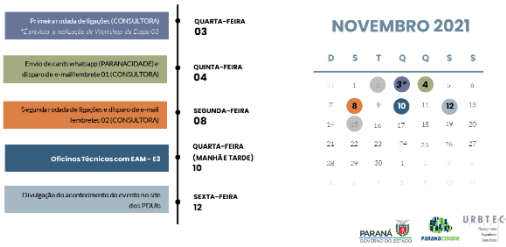
ESTRUTURA DO EVENTO

Os membros da ES ou da EA gostariam de um espaço de fala ao longo do evento?

DIVULGAÇÃO DAS OFICINAS TÉCNICAS

DIVULGAÇÃO DAS OFICINAS TÉCNICAS - CALENDÁRIO

DIVULGAÇÃO DAS OFICINAS TÉCNICAS - CALENDÁRIO



Fonte: URBTEC™, 2021.

VERSÃO PRELIMINAR

12. REUNIÃO TÉCNICA 06 – WORKSHOP PRELIMINAR

Data: 03/11/2021

Horário: 9h30

Local: Videoconferência –Plataforma *Microsoft Teams*

Participantes: Bruna Barroca, Bruno Rigon, Carlos Augusto Storer, Gil Polidoro, Gustavo Taniguchi, Fernando Caetano, Glauco Pereira Júnior, Eduardo, Edgar Silvestre, Letícia Leoni Zaguine, Lissandra Baldissera, Luís Henrique Fragomeni, Luiz Hayakawa, Marcia Polidoro, Maria Eduarda Aguiar, Maria Inês Terbeck, Mariano Macedo, Manoela Feiges, Mayara Azzulin, Natalia Gentilin, Pedro Dias, Pedro Kim, Renato Derner, Rodolfo Vassoler, Tamires Berton, Vinicius Tessari, Virgínia Nalini.

MEMÓRIA DE EVENTO

Gustavo Taniguchi, diretor da URBTEC™, iniciou a reunião apresentando a pauta e objetivos do evento. Na sequência, Gustavo Taniguchi tratou sobre como foi estruturada a produção do conteúdo da Etapa 03 e passou a palavra para o arquiteto Luís Henrique Fragomeni, especialista em planejamento territorial no PDUI da RMM.

Luís Fragomeni explanou, de maneira sintética, o processo de elaboração das propostas para a FPIC de Planejamento Territorial e Uso e Ocupação do Solo, pontuando: (i) os princípios adotados para FPIC; (ii) as diretrizes estratégicas e propostas elaboradas; (iii) a versão preliminar do macrozoneamento metropolitano. Ao final, Luís Fragomeni apresentou propostas preliminares para os processuais referentes à FPIC de Planejamento Territorial e Uso e Ocupação do Solo.

A palavra foi passada para o geólogo Gil Polidoro, especialista na área de Meio Ambiente no PDUI da RMM. Gil Polidoro apresentou os princípios definidos para as proposições da FPIC de Meio Ambiente e Saneamento, explicando a escolha de cada um deles.

VERSÃO PRELIMINAR

Na sequência, Gil Polidoro expôs as diretrizes e propostas previstas para a FPIC. O geólogo salientou que as proposições estão detalhadas em relatório, sendo que para a apresentação buscou-se sintetizar apenas as principais propostas elaboradas.

O diretor da URBTEC™ e especialista em mobilidade, Gustavo Taniguchi, retomou a palavra para apresentar os princípios, diretrizes e propostas para a FPIC de Mobilidade Metropolitana. Gustavo Taniguchi destacou que, assim como para as demais FPICs, para Mobilidade Metropolitana seriam apresentadas apenas as principais propostas.

Ao final da apresentação da equipe da Consultora, Gustavo Taniguchi lembrou aos participantes sobre os próximos eventos e agradeceu a participação da equipe do IPPLAM na reunião. Também destacou os esforços do PARANACIDADE e do Escritório Regional na mobilização da Equipe de Acompanhamento Municipal e no recolhimento das cartas de adesão.

Edgar Silvestre comentou que já agendou visitas aos municípios da RMM para reforçar a consolidação da Equipe de Acompanhamento Municipal e para que haja presença maciça dos municípios na Oficina Técnica.

A representante do IPPLAM, Letícia Leoni Zaguine, questionou qual seria o prazo para os municípios da região contribuírem com a proposta de macrozoneamento metropolitano, considerando a versão preliminar que havia sido apresentada. Letícia Zaguine também apresentou dúvidas em relação ao prazo de revisão do PDUI, ao prazo de revisão do PDM em função do PDUI e a como se daria a interface entre o macrozoneamento municipal e metropolitano. Letícia Zaguine pontuou que o mapeamento de uma das macrozonas apresentadas na reunião diferia do mapeamento apresentado no relatório que ela teve acesso.

Gustavo Taniguchi respondeu que o PDUI, assim como os Planos Diretores, deve ser revisado a cada dez anos. Em relação ao macrozoneamento, de acordo com o mesmo, a proposta preliminar foi atualizada ao longo do desenvolvimento da Etapa 03, sendo apresentado em reunião a sua versão mais recente. Gustavo mencionou que a versão do relatório atualizada seria encaminhada aos participantes da reunião.

VERSÃO PRELIMINAR

Luiz Hayakawa, arquiteto e urbanista e coordenador do PDUI da RMM, complementou a resposta de Gustavo, elogiando a participação do IPPLAM na reunião. Segundo o arquiteto, é importante que as diretrizes de transporte sejam avaliadas junto do macrozoneamento, tanto no âmbito municipal quanto metropolitano. Luiz Hayakawa pontuou que, sendo o órgão de planejamento do município polo, o IPPLAM tem um papel fundamental nessa discussão. Citando o exemplo da Região Metropolitana de Curitiba, Luiz Hayakawa tratou sobre a relevância do planejamento a longo prazo.

Maria Inês Terbeck, representante do PARANACIDADE, lembrou que o Estatuto da Metrópole estabelece que os municípios teriam o prazo de três anos para adequar o Plano Diretor ao PDUI, após sua finalização.

Gustavo Taniguchi expôs que considera importante que o PDUI busque incorporar as diretrizes dos macrozoneamentos municipais na elaboração do macrozoneamento metropolitano, de forma a evitar grandes alterações nos PDMs.

Luiz Hayakawa esclareceu que as diretrizes metropolitanas irão se sobrepor às diretrizes municipais, reforçando que a relevância da participação dos municípios na elaboração do PDUI.

A representante da Equipe de Apoio do PDUI, Tamires de Cássia Barreto Berton, solicitou um prazo para sejam encaminhadas e discutidas as diretrizes e proposições do PDM de Maringá no âmbito do PDUI. Tamires Berton pontuou a questão do Aeroporto Municipal, o qual deverá ter impacto no uso ocupação do solo de municípios de seu entorno. Afirmou que os técnicos do IPPLAM ainda estão avaliando o material encaminhado, mas que considera pertinente a questão das densidades demográficas abordadas no PDUI.

Gustavo Taniguchi sugeriu a realização de uma reunião específica para tratar sobre o planejamento territorial e uso e ocupação do solo com os técnicos do IPPLAM.

Em resposta a Tamires Berton, Luiz Hayakawa mencionou que as densidades previstas podem ser ampliadas em algumas regiões, se for considerada a implementação de eixos de transporte coletivo. De acordo com o arquiteto, há vazios urbanos ao longo do eixo da EF 369 nas áreas urbanas consolidadas dos

VERSÃO PRELIMINAR

municípios, que poderiam ser melhor aproveitados se houvesse o amplo acesso ao transporte coletivo nessas áreas.

Complementando Luiz Hayakawa, o geólogo Gil Polidoro mencionou que na organização das áreas de mananciais da Região, poderia ser prevista a troca de potencial construtivo com os eixos de adensamento de Maringá.

Fernando Caetano, membro da Equipe de Supervisão do PDUI da RMM, destacou que as etapas de diretrizes e propostas do PDUI da RMM e do PDM de Maringá estão coincidindo. Concordando com Gustavo Taniguchi, Fernando Caetano falou sobre a importância de realizar uma reunião junto ao IPPLAM para o desenvolvimento da Etapa 03.

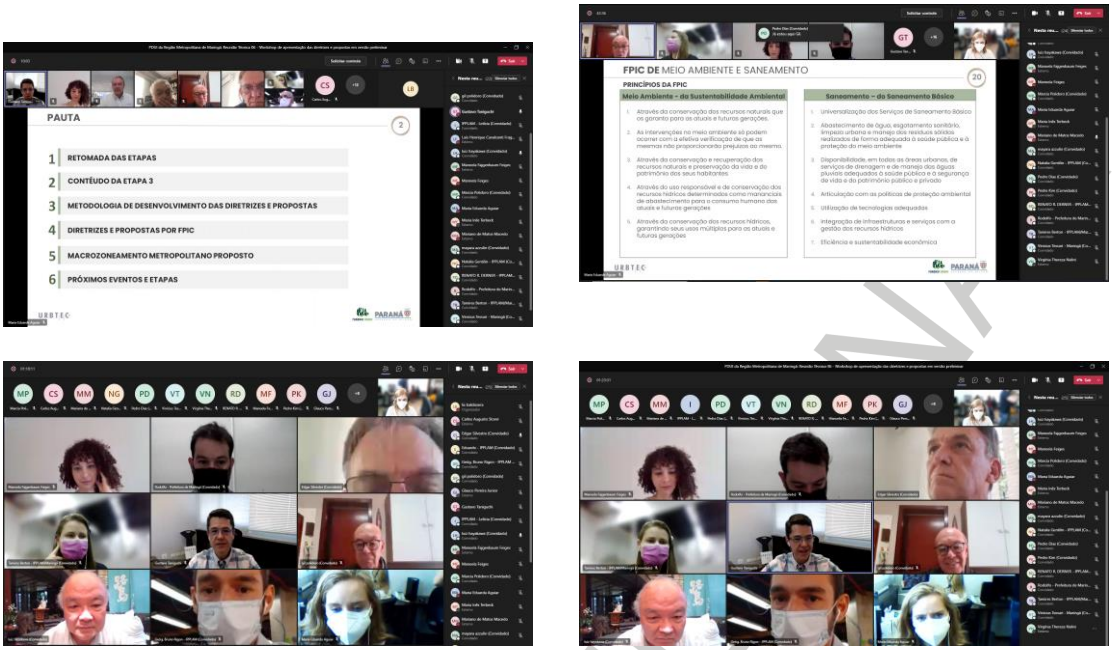
Em relação às densidades demográficas, Fernando Caetano mencionou que tem dúvidas em relação à eficácia dos estímulos para densificar certas áreas. Pontuou que a questão dos processos no novo ente metropolitano deverá ser aprofundada. Mayara Azzulin destacou que os processuais serão tratados na próxima etapa.

Gustavo Taniguchi encerrou a reunião, agradecendo a participação de todos e lembrou os participantes de reforçarem os convites para participação dos membros da Equipe de Acompanhamento Municipal na Oficina Técnica 02.

VERSÃO PRELIMINAR

REGISTROS

Figura 24 - Reunião Técnica 06



Fonte: URBTEC™, 2021.

APRESENTAÇÃO

Figura 25 - Apresentação Reunião Técnica 06

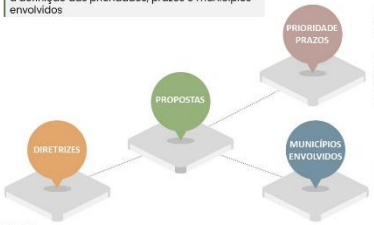
METODOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO DAS DIRETRIZES E PROPOSTAS 5

A partir da análise SWOT dos dados levantados no diagnóstico foram elaboradas as diretrizes e propostas

URBTEC PARANÁ

METODOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO DAS DIRETRIZES E PROPOSTAS 6

As diretrizes e propostas orientaram, por sua vez, a definição das prioridades, prazos e municípios envolvidos



Prioritária: ações essenciais à organização e à gestão da FPIC na RMM

Prazo: período ideal para a conclusão das propostas, levando em consideração sua complexidade, e relevância

Municípios envolvidos: identifica os principais municípios envolvidos na execução da proposta

URBTEC PARANÁ

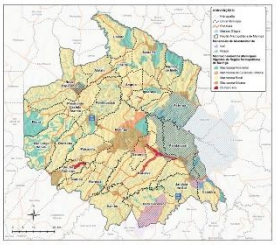
DIRETRIZES E PROPOSTAS
FPIC DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E USO DO SOLO

PDUI
REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ E PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO

URBTEC PARANÁ

FPIC DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E USO DO SOLO 8

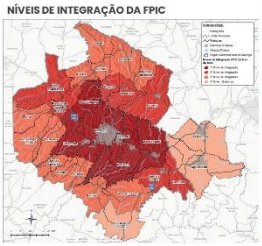
MAPA SÍNTESE



URBTEC PARANÁ

FPIC DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E USO DO SOLO 9

NÍVEIS DE INTEGRAÇÃO DA FPIC



1º Nível de integração
Municípios que fazem parte do Núcleo Metropolitano, como também da Rixo Regional de Articulação da Funções Urbanas. Obrigatoriedade de consultas mútuas para os processuais de LEO do EOS.

2º Nível de integração
Municípios que estão relacionados com os principais eixos de infraestrutura. Os municípios devem considerar os municípios limítrofes nos processuais de uso e ocupação do solo.

3º Nível de integração
Os municípios devem considerar os municípios limítrofes e especialmente aqueles que integram a mesma Unidade de Conservação ou Corredor Ambiental.

4º Nível de integração
Municípios que não estão dentro do recorte preliminar da RMM, mas por terem em seu território nascentes de bacias de mananciais ou por apresentarem proximidade ao corredor de articulação urbana deverão considerar de forma integrada com seus limítrofes o planejamento territorial e uso do solo.

URBTEC PARANÁ

FPIC DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E USO DO SOLO 10

PRINCÍPIOS DA FPIC

1. Os interesses regionais predominam em relação aos interesses locais sem ferir a autonomia constitucional municipal.
2. Haverá o compartilhamento dos direitos e das responsabilidades entre os entes governamentais sobre os pareceres e licenciamentos em conformidade com o estatuto da metrópole.
3. O macrozoneamento é o principal instrumento do planejamento territorial metropolitano e deve refletir os PDMs, as diretrizes regionais e integrar as FPICs.
4. A delimitação das FPICs poderá apresentar, "vazios territoriais" onde não há interesse metropolitano e, também, extrapolar o limite metropolitano onde houver interesse estratégico para o desempenho de uma FPIC.
5. O SIM, Sistema de Informação Metropolitano, é fundamental para o desempenho desta FPIC e deve integrar o planejamento do uso do solo regional incluindo os entes federativos e a comunidade.

URBTEC PARANÁ

FPIC DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E USO DO SOLO 11

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS DA FPIC

1. Condicionamento do planejamento territorial à conservação das Áreas de Importância Ambiental, especialmente, Mananciais
2. Estimular a consolidação "linear" do eixo de articulação urbana e de nova centralidade ao norte do núcleo metropolitano
3. Promoção da Articulação Interfederativa, visando a desburocratização, a transparência, a eficácia e agilidade dos licenciamentos, a partir dos processuais existentes na união no estado e nos municípios
4. Descentralização e redução das disparidades no acesso à infraestrutura, aos serviços e aos equipamentos no território metropolitano
5. Integração da Governança Interfederativa e das FPICs tendo por referência comum o planejamento do Uso do Solo

URBTEC PARANÁ

FPIC DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E USO DO SOLO 12

DIRETRIZ 1 Condicionamento do planejamento territorial à conservação das Áreas de Importância Ambiental

PROPOSTAS

Delimitar as Macrozonas das áreas de importância ambiental indicando os diferentes níveis de proteção para cada área.
Curto prazo - RMM

Condicionar os usos urbanos à capacidade de saturação das áreas de interesse ambiental.
Curto | Médio | Longo prazo - RMM

DIRETRIZ 2 Articulação Interfederativa sobre os conceitos e macrozoneamento de ocupação do solo

PROPOSTAS

Organizar e estruturar com a urgência necessária a entidade responsável pela implementação do PDUI e do SIM Metropolitano.
Curto prazo – RMM

Implementar o Macrozoneamento para a RMM, articulando conceitos e parâmetros regionais e municipais;
Curto prazo – RMM

Aumentar a densidade demográfica regional priorizando o eixo de articulação urbana e fortalecendo a nova centralidade norte.
Médio | Longo prazo – Maringá, Paiçandu, Sarandi, Marialva, Mandaguaçu, Mandaguari, Presidente Castelo Branco, Nova Esperança, Jandaia do Sul, Combira, Astorga e Iguaraçu

URBTEC PARANÁ

FPIC DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E USO DO SOLO 13

DIRETRIZ 3 Descentralização da Infraestrutura e dos Equipamentos Metropolitanos

PROPOSTAS

Estimular o estabelecimento de uma metrópole policêntrica, identificando as áreas com potencialidade para implementação de novos centros sub-regionais, dotando-os de equipamentos urbanos, sociais e oferta de emprego
Médio | Longo prazo – Astorga e Iguaraçu

Promover o uso do solo associado a uma estratégica de mobilidade, considerando o transporte público coletivo
Médio | Longo prazo – RMM

Reduzir as disparidades no acesso a infraestrutura e equipamentos metropolitanos, especialmente no acesso ao esgotamento sanitário, entre os municípios da RMM.
Médio | Longo prazo – RMM

DIRETRIZ 4 Integração da Governança Interfederativa do Uso do Solo

PROPOSTAS

Coordenar a nível regional a utilidade pública das áreas necessárias à implementação de investimentos e obras metropolitanos.
Curto prazo – RMM

Organizar um plano de capacitação dos recursos humanos estaduais e municipais, e comunicação para implementação do PDUI.
Curto | Médio prazo – Preferencialmente para os municípios que apresentam o Índice FIRJAN baixo ou médio.

Instituir um Fundo Metropolitano para implementação do planejamento, dos processos e investimentos na região.
Curto | Médio prazo – RMM

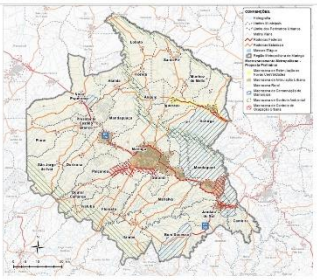
URBTEC PARANÁ

MACROZONEAMENTO METROPOLITANO PROPOSTO 14

ETAPAS DE CONCEPÇÃO

URBTEC PARANÁ

FPIC DE USO DO SOLO: MACROZONEAMENTO METROPOLITANO PROPOSTO 15



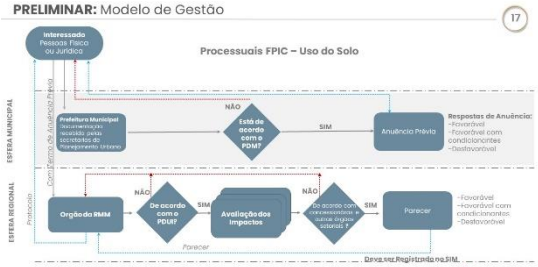
URBTEC PARANÁ

FPIC DE USO DO SOLO: MACROZONEAMENTO METROPOLITANO PROPOSTO 16

	OBJETIVOS E PARÂMETROS
Macrozona de Articulação Urbana	Estímulo à ocupação urbana associada ao corredor multimodal de transporte. Parâmetro de Ocupação: até 200 hab/ha para os pólos (zonas centrais das sedes municipais) e densidades mínimas de 50 hab/ha até 100 hab/ha nas áreas subjacentes. Densidade bruta de 1000 hab/km para a macrozona com um todo.
Macrozona de Controle de Ocupação	Controle da ocupação urbana associada à proximidade das áreas naturais. Parâmetros de Ocupação: Até 40 hab/ha em média para a macrozona a densidade bruta 400 hab/km².
Macrozona de Estímulo a Novas Centralidades	Promoção da distribuição de serviços, infraestrutura e equipamentos. Parâmetros de Ocupação: até 120 hab/ha para os pólos (zonas centrais das sedes municipais) e densidades mínimas de 40 hab/ha e de até 90 hab/ha para as áreas subjacentes. Para a macrozona com um todo densidade bruta de 600 hab/km².
Macrozona de Controle Ambiental	Proteção de áreas naturais. Parâmetros de Ocupação: 10 hab/ha em glebas isoladas e, em média, de 60 hab/km² para toda a macrozona.
Macrozona de Conservação de Mananciais	Proteção de áreas de mananciais de abastecimento público. Parâmetros de Ocupação: até 5 hab/ha em glebas isoladas e em média de 40 hab/km² para toda a macrozona.
Macrozona Rural	Destinada a infraestrutura e equipamentos de porte metropolitano de apoio às atividades produtivas, agropecuárias, turísticas e culturais. Parâmetros de Ocupação: até 4 hab/ha para glebas isoladas e 300 hab/km² para a macrozona.

URBTEC PARANÁ

PRELIMINAR: Modelo de Gestão 17



URBTEC PARANÁ

PRELIMINAR: Organização da Entidade Metropolitana da RM de Maringá 18

URBTEC PARANÁ

DIRETRIZES E PROPOSTAS
FPIC DE MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

PDUI
REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ
PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO

URBTEC PARANÁ

FPIC DE MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO 20

PRINCÍPIOS DA FPIC

Meio Ambiente – da Sustentabilidade Ambiental

1. Através da conservação dos recursos naturais que os garanta para as atuais e futuras gerações.
2. As intervenções no meio ambiente só podem ocorrer com a efetiva verificação de que as mesmas não proporcionarão prejuízos ao mesmo.
3. Através da conservação e recuperação dos recursos naturais e preservação da vida e do patrimônio dos seus habitantes.
4. Através do uso responsável e de conservação dos recursos hídricos determinados como mananciais de abastecimento para o consumo humano das atuais e futuras gerações.
5. Através da conservação dos recursos hídricos, garantindo seus usos múltiplos para as atuais e futuras gerações.

Saneamento – do Saneamento Básico

1. Universalização dos Serviços de Saneamento Básico
2. Abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de forma adequada à saúde pública e à proteção do meio ambiente
3. Disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança de vida e do patrimônio público e privado
4. Articulação com as políticas de proteção ambiental
5. Utilização de tecnologias adequadas
6. Integração de infraestruturas e serviços com a gestão dos recursos hídricos
7. Eficiência e sustentabilidade econômica

URBTEC PARANÁ

FPIC DE MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO 21

TEMA Unidade de Conservação, Áreas Verdes e Áreas Estratégicas
DIRETRIZ Fomento à Criação de UCs e AEs (Corredores da Biodiversidade) e Parques Urbanos e Lineares

PROPOSTAS

Elaborar **Projeto de Identificação e Cadastro de Áreas com Remanescentes Florestais** com importância regional que sejam passíveis de uso para implantação imediata ou futura de UCs públicas ou privadas, de Parques Urbanos e Lineares e AEs (Corredores da Biodiversidade), prioritariamente em bacias hidrográficas utilizadas para o abastecimento público de água potável.

TEMA Licenciamento ambiental e Outorgas dos Recursos Hídricos
DIRETRIZ Melhoria da Eficiência da Gestão Ambiental Metropolitana

PROPOSTAS

Elaborar e implantar Projeto de Estruturação dos Municípios da RMM e do seu Ente Metropolitano, com vistas à participação efetiva na gestão ambiental metropolitana – Licenciamento Ambiental e Outorga do Uso dos Recursos Hídricos, Fiscalização, Acompanhamento e Monitoramento.

TEMA Áreas de Risco
DIRETRIZ Constituição do Sistema Metropolitano de Gestão Integrada das Áreas de Riscos

PROPOSTAS

Elaborar e Implantar Programa de Geração de Informações Básicas e Cartográficas visando a criação de Banco de Dados Cadastrais das áreas de riscos objetivando:

- Diagnóstico, Mapeamento de Aptidão Geoambiental, Planejamento e Organização Territorial, Gestão Ambiental;
- Criação do Sistema Metropolitano de Monitoramento das Áreas de Riscos.
- Programa de Recuperação das Áreas de Riscos.

URBTEC PARANÁ

FPIC DE MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO 22

TEMA Mananciais
DIRETRIZ Constituição do Sistema Metropolitano para a Gestão Integrada de Proteção e Manutenção dos Mananciais

PROPOSTAS

Elaborar Projeto de Lei Estadual para a Criação do Sistema Integrado de Gestão e de Proteção dos Mananciais (apoiado no Ordenamento Territorial, no Conselho Gestor dos Mananciais, no Fundo de Preservação dos Mananciais e no Decreto Estadual que estabeleça as Bacias Hidrográficas consideradas como Mananciais Atuais/Futuros).

TEMA Recursos Hídricos
DIRETRIZ Plena Implementação da Política Estadual dos Recursos Hídricos.

PROPOSTAS

Elaborar e implantar o Plano de Bacia do Alto Ivaí

Deliberar Normativas junto ao CERH/Pr para o estabelecimento dos enquadramentos atualizados dos Cursos d'água das Bacias dos Rios Pirapó, Paranapanema e Ivaí.

Revisar Plano de Metas dos Planos de Bacias do Pirapoema e Baixo Ivaí /Paraná I, assegurando que sejam alcançadas até o ano de 2030.

TEMA Saneamento – Abastecimento Hídrico
DIRETRIZ Regionalização dos Serviços de Abastecimento de Água

PROPOSTAS

Elaborar Plano Regional de Saneamento Básico, atendendo a Universalização dos Serviços de Abastecimento de Água de acordo com as metas estabelecidas pela Lei Federal nº 14.026/2020 (Marco do Saneamento) com observância das Diretrizes, Metas e Objetivos dos Planos de Bacias do Piraponema, Baixo Ivaí/Paraná I e Alto Ivaí, objetivando a integração dos sistemas de produção e distribuição da água (com redução de perdas).

URBTEC PARANÁ

FPIC DE MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO 23

TEMA Saneamento: Manejo de Resíduos Sólidos
DIRETRIZ Regionalização da Prestação dos Serviços de Coleta e Tratamento dos Resíduos Sólidos.

PROPOSTA

Elaborar Plano Regional de Saneamento Básico, atendendo a Universalização dos Serviços de Coleta e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos de acordo com as metas estabelecidas pela Lei Federal nº 14.026/2020 (Marco do Saneamento) com observância das Diretrizes, Metas e Objetivos do PERS/Pr e dos Planos de Bacias do Piraponema, Baixo Ivaí/Paraná I e Alto Ivaí para o subsema, objetivando a constituição do Sistema Metropolitano Consorciado para a Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos e a Implantação da Central Regional de Tratamento e de Valorização dos Resíduos Sólidos da RMM.

TEMA Saneamento: Esgotamento Sanitário
DIRETRIZ Regionalização da Prestação dos Serviços de Coleta e Tratamento de Esgotos.

PROPOSTA

Elaborar Plano Regional de Saneamento Básico, atendendo a Universalização dos Serviços de Coleta e Tratamento de Esgotos de acordo com as metas estabelecidas pela Lei Federal nº 14.026/2020 (Marco do Saneamento) com observância das Diretrizes, Metas e Objetivos dos Planos de Bacias do Piraponema, Baixo Ivaí/Paraná I e Alto Ivaí para o subsema, objetivando a Interação Física dos Sistemas e a Adoção de Novas Tecnologias com vistas à melhoria da eficiência dos mesmos.

TEMA Saneamento: Drenagem
DIRETRIZ Regionalização dos Sistemas de Controle de Cheias, Integrado ao Controle do Uso e da Ocupação do Solo.

PROPOSTA

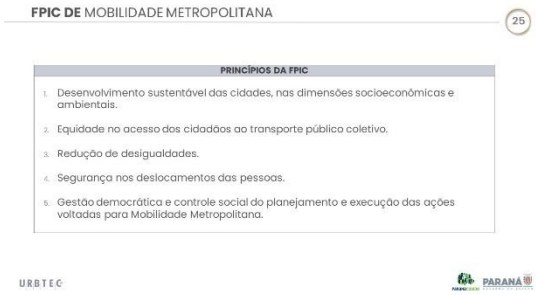
Elaborar Plano Regional de Saneamento Básico, atendendo a Universalização do escoamento das águas pluviais nas áreas urbanas da RMM, de acordo com as metas estabelecidas pela Lei Federal nº 14.026/2020 (Marco do Saneamento) com observância das Diretrizes, Metas e Objetivos dos Planos de Bacias do Piraponema, Baixo Ivaí/Paraná I e Alto Ivaí para o subsema, objetivando a implantação do Sistema Metropolitano de Controle de Cheias integrado ao Uso do Solo.

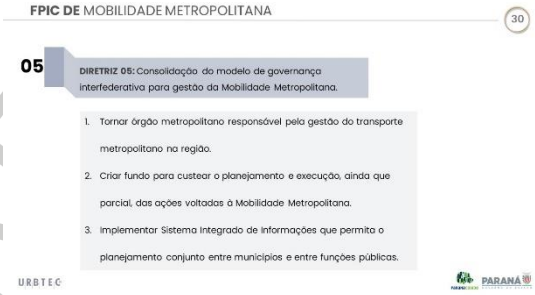
URBTEC PARANÁ

DIRETRIZES E PROPOSTAS
FPIC DE MOBILIDADE METROPOLITANA

PDUI
REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ
PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO

URBTEC PARANÁ





Fonte: URBTEC™, 2021.

13. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 10 – CISPAR

Data: 05/11/2021

Horário: 9h30

Local: Videoconferência –Plataforma *Microsoft Teams*

Participantes: Carlos Augusto Storer, Edgar Silvestre, Gil Polidoro, Gustavo Taniguchi, Lissandra Baldissera, Pedro Dias, Pedro Kim, Rebeca Rocha, Valter Bossa.

MEMÓRIA DE EVENTO

Edgar Silvestre, representante do Escritório Regional de Maringá, deu início à reunião relatando os questionamentos que recebeu dos prefeitos e representantes municipais em relação à interface dos consórcios e o planejamento da Região Metropolitana.

O Diretor do CISPAR, Valter Bossa, se apresentou, pontuando que o consórcio é a favor do planejamento da região, porém necessita de esclarecimento sobre a abordagem do saneamento básico no Plano, uma vez que é prerrogativa do município a gestão desse serviço, conforme previsto pela Constituição Federal.

Valter Bossa pontuou que há receio entre alguns prefeitos sobre como irá se dar a relação entre a autonomia municipal, a participação na Região Metropolitana e a Lei Estadual n° 272/2021 – que institui as microrregiões dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgoto sanitário no Paraná. De acordo com o Diretor do CISPAR, o consórcio tem interesse em participar das discussões do planejamento, mas busca preservar a autonomia municipal.

O geólogo Gil Polidoro agradeceu a participação de Valter Bossa e se apresentou. Relatando sua experiência na Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC), Gil Polidoro explanou que, quando na implantação do consórcio de resíduos sólidos metropolitanos na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), os municípios apresentaram dúvidas e receios semelhantes.

Gil Polidoro destacou que a Constituição Federal prevê que o município tenha

VERSÃO PRELIMINAR

autonomia sobre os serviços de saneamento básico. O Novo Marco do Saneamento (Lei Federal n° 14.026/2020), por sua vez, trata sobre a regionalização do saneamento e essa questão tem suscitado dúvidas. No caso da Região Metropolitana de Maringá, o geólogo explanou que os municípios seguiriam podendo manter sua autonomia, elaborando seus contratos, metas e prazos. No entanto, a proposta é que alguns pontos sejam regionalizados.

Para ilustrar essa questão, Gil Polidoro utilizou como exemplo a gestão dos resíduos sólidos urbanos e a possibilidade de integrar o transbordo e destinação dos resíduos a partir da implementação de estações de transferência e regionalização da operação.

Para o geólogo, não seria necessário constituir um novo consórcio para tanto. O CISPAR, por exemplo, caso se propusesse, poderia dar início a consolidação desse sistema metropolitano.

O engenheiro florestal, Pedro Dias, se apresentou e relatou sua atuação na área de ambiental e de saneamento. O engenheiro sugeriu a possibilidade de agendar uma visita técnica com os representantes do consórcio metropolitano de resíduos da RMC para que os integrantes do consórcio e demais interessados da RMM possam conhecer seu funcionamento e sanar possíveis dúvidas.

Pedro Dias mencionou que a experiência na RMC pode ser proveitosa para a proposição de um modelo para a região de Maringá. O engenheiro salientou que a elaboração do PDUI é um processo de construção coletiva.

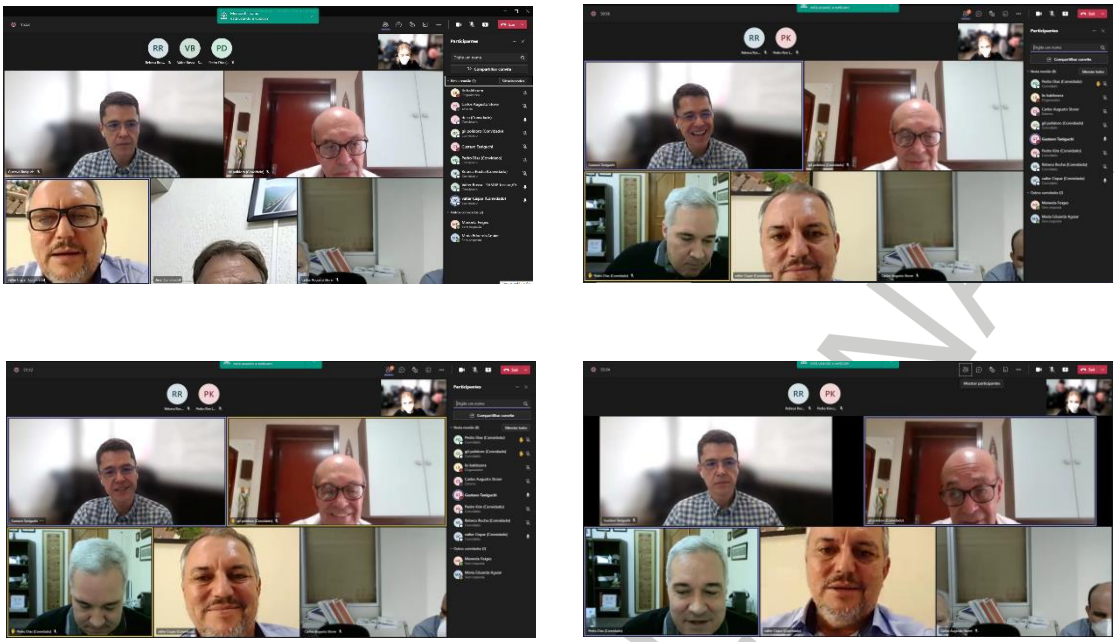
Valter Bossa agradeceu a explanação, informando que o consórcio tem sua atuação principal nos serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto, mas que uma expansão para novos serviços poderia ser pensada, dado a estrutura do consórcio. O diretor do consórcio destacou que o consórcio preza pela autonomia municipal e se colocou à disposição para realizar mais reuniões na sede do consórcio.

Ao final, Gustavo Taniguchi agradeceu a participação e disponibilidade de todos, encerramento a reunião.

VERSÃO PRELIMINAR

REGISTROS

Figura 26 - Reunião Técnica Complementar 10



Fonte: URBTEC™, 2021.

VERSÃO PRELIMINAR

14. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 11 – COORDENAÇÃO DOS PDUIs DAS RMs DE LONDRINA E MARINGÁ

Data: 08/11/2021

Horário: 10h30 – 12h15

Local: Secretaria do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas do Paraná - SEDU/PARANACIDADE

Participantes: Carlos Augusto Storer, Fernando Caetano, Glauco Pereira, Gustavo Taniguchi, Lissandra Baldissera, Manoela Feiges, Maria Eduarda Aguiar, Maria Inês Terbeck, Roberta Guimarães.

MEMÓRIA DE EVENTO

A reunião teve por objetivo geral balizar o andamento dos trabalhos de elaboração dos PDUIs das Regiões Metropolitanas de Londrina e de Maringá. De maneira específica, foram tratados os seguintes temas:

- Cronograma dos próximos eventos dos PDUIs;
- Eventos e atividades previstos para a Etapa 03 – Diagnóstico, Diretrizes e Propostas Setoriais Metropolitanas Prioritárias;
- Conteúdo e organização da Primeira Audiência Pública.

Em relação ao cronograma, o diretor da URBTEC™, Gustavo Taniguchi, frisou a importância de que a Primeira Audiência Pública fosse realizada ainda em 2021. Gustavo Taniguchi tratou sobre os demais eventos previstos na etapa. Ao final, Taniguchi argumentou que, em virtude da extensão do conteúdo produzido ao longo da Etapa 03 e considerando que a Audiência Pública é o primeiro evento público e aberto do plano, seria interessante que o conteúdo levado para Audiência contemplasse:

- Os principais resultados do diagnóstico preliminar elaborado por FPIC;
- Os níveis preliminares de integração por FPIC;
- As propostas estratégicas preliminares elaboradas por FPIC;

VERSÃO PRELIMINAR

- O Macrozoneamento Metropolitano preliminar proposto.

Em relação aos eventos previstos, Maria Inês Terbeck – membro da Equipe de Supervisão (ES) do PDUI da RML – destacou a importância de que sejam feitas reuniões complementares com representantes dos demais órgãos/instituições estaduais. Em concordância com Maria Inês Terbeck, Carlos Augusto Storer - membro da ES do PDUI da RMM – tratou sobre a importância de realizar uma reunião com representantes do Ministério Público para reforçar a participação da instituição no Plano. A equipe de Consultora se comprometeu em propor uma data para a realização de ambos os eventos.

Fernando Caetano, membro da Equipe de Supervisão (ES) do PDUI da RMM, questionou se não seria pertinente apresentar um recorte territorial da Região Metropolitana consolidado na Audiência Pública. Fernando Caetano também citou dúvidas particulares sobre como se daria a participação ou não dos municípios no recorte territorial. Os apontamentos de Caetano foram discutidos pelos presentes e, ao final, acordou-se em não apresentar um recorte territorial da região metropolitana fechado na primeira audiência.

No que diz respeito ao formato do evento, a equipe da Consultora propôs a realização de um evento em formato híbrido, com a transmissão virtual do evento presencial realizado no município polo de cada região metropolitana. Gustavo Taniguchi também explanou que, na experiência da Consultora, a realização de eventos públicos fora do horário comercial estimula maior participação popular.

Roberta Guimarães – diretora técnica da SEDU/PR – mencionou que o Palácio do Iguaçu, bem como o canal da SEDU na plataforma *YouTube*, estariam à disposição, contando com estrutura técnica para transmissão ao vivo do evento. Roberta Guimarães citou experiências recentes de sucesso na realização de audiências públicas em formato exclusivamente *online* e argumentou que os eventos em horário comercial facilitam a participação de lideranças políticas.

Na sequência, os participantes da reunião debateram quais as possibilidades para realização do evento, considerando os apontamentos da equipe da Consultora e da diretora técnica da SEDU/PR. Acordou-se que a equipe da Consultora iria averiguar a disponibilidade de espaço e estrutura para a realização dos eventos nos polos das regiões metropolitanas e entraria em contato novamente

VERSÃO PRELIMINAR

com a ES com uma nova proposta para a realização do evento.

Ao final da reunião, também foram discutidas as atribuições das equipes (do PARANACIDADE e da Consultora) na organização do evento, a saber:

- Maria Inês Terbeck argumentou que a SEDU/PARANACIDADE não possui uma equipe de cerimonial ou protocolos específicos a serem cumpridos no evento. Em concordância com Carlos Storer, Terbeck afirmou que a ES poderia auxiliar no envio de convites para os eventos e na divulgação dos mesmos através dos canais oficiais da SEDU/PARANACIDADE.
- A equipe Consultora se comprometeu a: (i) verificar a estrutura dos municípios polo das RMs para receber o evento; (ii) encaminhar ofícios solicitando a participação do Secretário de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas e do Superintendente executivo do PARANACIDADE nos eventos; (iii) encaminhar releases para auxiliar na divulgação dos eventos; (iv) encaminhar modelos de convites para envio por parte da ES.

Além das atribuições previstas para a realização da Primeira Audiência Pública, a equipe da Consultora também se comprometeu a encaminhar sugestões de datas para os demais eventos previstos na etapa 03.

Ao final, Gustavo Taniguchi encerrou a reunião, agradecendo a participação e disponibilidade de todos.

VERSÃO PRELIMINAR

REGISTROS

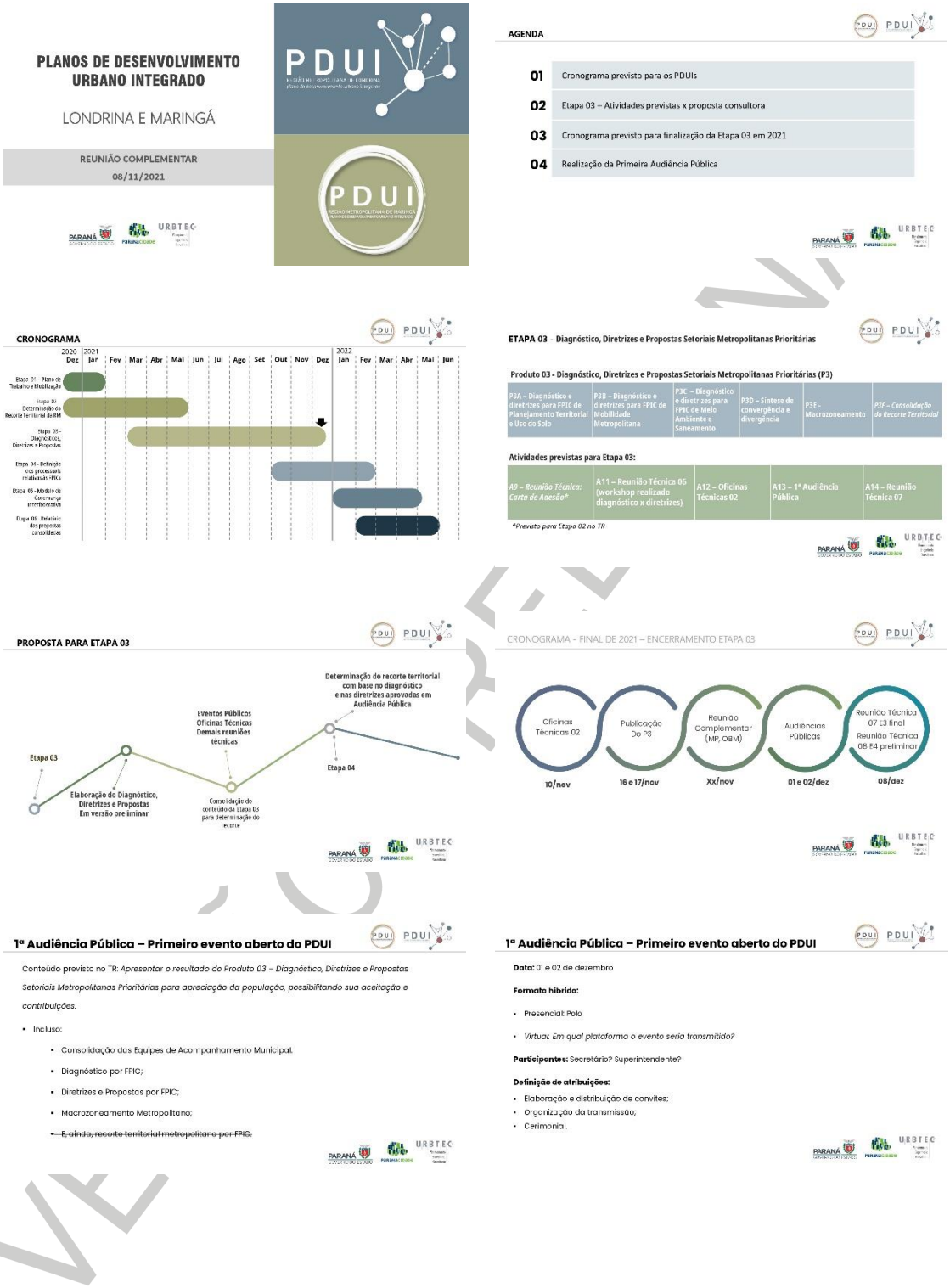
Figura 27 - Reunião Técnica Complementar 11

Fonte: URBTEC™, 2021.

VERSÃO PRELIMINAR

APRESENTAÇÃO

Figura 28 - Apresentação Reunião Técnica Complementar 11



Fonte: URBTEC™, 2021.

VERSÃO PRELIMINAR

15. OFICINA TÉCNICA 02

Data: 10/11/2021

Horário: 09h30

Local: Videoconferência –Plataforma *Microsoft Teams*

Participantes: Adriana de Souza Ricardo Gaio, Alessandro Mansano, Alexandre Gonçalves, Ana Paula Kaneko, André Bartolomeu, Annelissa, Arildo, Bruna Barroca, Bruna Munaretto, Carlos Augusto Storer, Cesar Miguel Candeo dos Santos, Consórcio Cispar, Dani, Edgar Silvestre, Edson, Eduardo Kun, Eduardo Vedovetto, Elise, Elizângela Fritzen, Rafael, Engenharia Florai, Luciano, Estevão Palmieri, Fabiani Ferrarezi, Fabinho, Fábio Chicaroli, Fernando Lemucch, Guilherme Fragomeni, Guina, Gustavo, Gustavo Kuhn, Gustavo Taniguchi, Helton Camargo, Ipplam, Jaime Alves , João Aguiar, João Leiria, João Martinati, João Paulo, José Alfredo, Juliana Daibert, Junior Vassoler, Leandro Augusto do Prado, Letícia, Letícia Zaguine, Lis Baldissera, Lucas Tognato, Luisa Amorielo, Luiz Hayakawa, Manoela Feiges, Mari Lorencone, Maria Eduarda Aguiar, Mariana Kszan, Maurício Aparecido da Silva, Mayara Bazz, Natali, Nídia Kurata, Odair Laurentino, Osmar, Otávio, Paloma, Pascoal Aparecido Palhares, Pedro, Pedro Kim, Planejamento Mandaguaçu, Prefeitura de Marialva , Prefeitura de Jandaia do Sul, Prefeitura de Santa Fé, Prefeitura de Sarandi, Rafael, Rafaela, Rebeca Rocha, Reinaldo da Silva, Renata Vilhena, Ricardo Mendanha, Roberto Carlos Modesto, Roberto, Rodolfo, Rodolfo Purpur Junior, Rodrigo Marangoni, Sérgio Santi, Stefhani Miranda, Tamires Berton, Luciane, Valci , Valter Bossa, Vanessa, Vereadora Prof. Ana Lúcia, Vinicius Salvaterra, Vitor Fedrigo, Wlademir Garbuggio, Yohana.

MEMÓRIA DE EVENTO

O evento foi aberto pela Coordenadora Operacional da URBTEC™, Manoela Feiges, que apresentou inicialmente a programação do evento, dividido em etapas para: Entrada dos participantes; Abertura; Apresentação dos membros da equipe de supervisão; Apresentação da Consultora; Apresentação do Conteúdo da Etapa 03 e

VERSÃO PRELIMINAR

a realização de enquetes, Participações ao vivo e encerramento do evento.

Na sequência, os participantes foram convidados a efetuarem as devidas identificações como lista de presença, informando o nome completo e município que representam junto ao PDUI da sua região. A coordenadora explicou os formatos de participação, a partir das apresentações e contextualização sobre a etapa 03 desenvolvida pela Consultora, e a aplicação das enquetes, que, segundo ela, têm como objetivos a coleta de informações, opiniões e percepções dos participantes da reunião em questão. Na sequência, Manoela falou da importância da participação ao vivo por meio de inscrições para fala, com prioridade de um representante por município.

Após essa breve introdução, foi então repassada a palavra aos representantes da Equipe de Supervisão do PDUI da RMM, na ocasião representada por Carlos Augusto e Fernando Domingues, designados pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano para execução dos trabalhos, os quais saudaram todos e todas que participam no evento.

Manoela retomou a palavra para relembrar sobre as trajetórias e o que compete às Regiões Metropolitanas no contexto deste PDUI, apresentando um breve histórico e o arcabouço legal. A coordenadora destacou que o Plano tem como principal objetivo nortear o processo de planejamento e gestão da região metropolitana, com vistas ao desenvolvimento sustentável da região. No decorrer da sua apresentação, Manoela discorreu sobre as Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs), destacando as três FPICs Prioritárias e explanou sobre a governança interfederativa.

A seguir, Manoela trouxe alguns conteúdos da Etapa 3 que tratam da fase de diagnóstico, diretrizes e propostas setoriais prioritárias para os próximos anos, lembrando a audiência de que os conteúdos já estão disponibilizados para consultas nos canais de comunicação reservados ao PDUI-Maringá. Destacou que o trabalho se inicia com o diagnóstico atual das FPICs para compreender as suas realidades e cenários, resultando em níveis de integração e análise SWOT, para então compreender as necessidades e os principais desafios que precisam ser respondidos nas fases de diretrizes e propostas. Enfim, chega-se no momento de definição dos processos de gestão a ser seguido na região, em obediência ao Estatuto da

VERSÃO PRELIMINAR

Metrópole, de forma a possibilitar a execução, gestão e monitoramento das propostas.

Manoela avançou com a apresentação das sínteses relativas às FPICs e a realização de enquetes, e explicou que os níveis apresentados por FPICs são resultados preliminares, com objetivo de suscitar o debate e melhor obtenção do produto técnico. Nesse sentido, destacou que os resultados das enquetes têm como objetivos apontar expectativas e receios dos técnicos municipais a respeito do PDUI. E assim, foram iniciadas as dinâmicas.

Manoela iniciou com a apresentação FPIC de Meio Ambiente e Saneamento, seguida das FPICs de Mobilidade Metropolitana e então de Planejamento Territorial e Uso do Solo. Para cada FPIC, foi exposta a síntese do diagnóstico, com os critérios considerados para chegar nos níveis de integração e então apresentar o grau de integração entre os municípios. Também para cada FPIC, foram apresentados os possíveis rebatimentos no cotidiano do município e aplicadas três enquetes na tela do chat dos participantes.

Na sequência, Manoela procurou trazer questões que já haviam sido solicitadas na área de chat, iniciando com explicações sobre o Recorte Metropolitano e os diferentes níveis de integração entre os municípios, destacando que o momento se torna oportuno para debater essas questões para que se chegue, de forma conjunta, às melhores conclusões e definições sobre qual é o melhor recorte para essa região.

A coordenadora também relembrou os indicadores técnicos usados neste momento para região de Maringá e apresentou os Degraus Metropolitanos. Por fim, Manoela apresentou a abordagem do plano com relação ao modelo de Governança Interfederativa, com gestão por FPIC, destacando que as definições nesse sentido se darão em uma próxima etapa do estudo.

Na sequência, a palavra foi dada ao Diretor da URBTEC™, Gustavo Taniguchi, que abriu a sessão de contribuições ao vivo, explicando as formas de inscrição e participação efetiva.

Valter Bossa, diretor executivo de consórcio intermunicipal de saneamento CISPAR, foi o primeiro a se manifestar apontando a necessidade de se preservar os

VERSÃO PRELIMINAR

interesses locais, mas com possibilidades de discutir interesses comuns como resíduos sólidos e outros. Afirmou que pelo menos 10 municípios da RML integram o consórcio que ele representa, mas que concorda que a Região Metropolitana deve ser pensada como um todo. Gustavo agradece a contribuição e reitera a importância da integração do planejamento, considerando os interesses metropolitanos e dos municípios.

Em seguida, Vinícius Salvaterra, diretor de planejamento de Nova Esperança, expressou dúvida sobre o parcelamento de solo, querendo saber qual seria o limite da validação e homologação que passará pelo Conselho Metropolitano, e se o mesmo será em caráter opinativo ou definitivo, e como ficará a autonomia do município perante o assunto. Gustavo afirma que, a exemplo de outras RMs, as aprovações de loteamentos devem passar pelo Conselho Metropolitano e não são de caráter opinativo. Por esse motivo, destaca a importância da participação dos municípios na compatibilização dos planejamentos municipais com o macrozoneamento metropolitano, além da participação na própria gestão da RMM.

O prefeito Fabio Chicaroli, de Lobato, expressou preocupação com a submissão dos municípios à Região Metropolitana, especialmente em relação às questões de saneamento. Afirmou que em seu município há cobertura de 100% de cobertura, e questionou se a implantação da Região Metropolitana dificultaria as ações municipais. Entretanto, concorda que a questão da gestão dos resíduos sólidos deve ser resolvida de forma integrada, mas com respeito à individualidade de cada município. Gustavo primeiramente ressalta que a participação dos municípios na construção do plano e da gestão interfederativa é essencial para trazer essas questões locais. Responde que, de acordo com a legislação federal, questões de parcelamento do solo nas RMs, por exemplo, deverão passar por aprovação do órgão de gestão metropolitana. O PDUI vem, nesse sentido, para organizar essa gestão, com o objetivo de facilitar esses processos para os municípios.

Bruna Barroca, diretora presidente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Maringá, e representando o Prefeito de Maringá, Ulisses Maia, tratou da preocupação da questão do parcelamento do solo, e disse que acredita que a as prerrogativas de ocupação do solo trazidas através do macrozoneamento, com a necessidade de se ter a licença via região metropolitana, acabam trazendo a

VERSÃO PRELIMINAR

burocratização do processo, o qual normalmente já é muito longo. Falou também da necessidade de alinhamento junto com a equipe sobre a macrozona de manancial, e compatibilização com o Plano de Mobilidade que está em elaboração. Expressou preocupação com relação às divisas dos municípios e finalizou dizendo que acredita que a Região Metropolitana deve focar no macro pensando no desenvolvimento da região. Gustavo agradeceu as contribuições e participação do IPPLAM como um todo, se colocando à disposição para dúvidas e compatibilizações com o planejamento dos municípios.

Em seguida, o Prefeito Maurício Aparecido da Silva, de Mandaguaçu, contribuiu dizendo que existe uma preocupação geral com a burocratização das ações que, segundo ele, já são complexas e com muitas dependências. Também disse concordar com o gerenciamento dos resíduos de forma conjunta, mas ressaltou que alguns pontos como a questão do parcelamento do solo rural do INCRA, precisam ser revistos. O teto da Caixa Econômica foi outro ponto considerado, afirmando que as fixações diferenciadas entre os municípios causam desiquilíbrios entre as comunidades. Falou ainda da necessidade de alinhamento e proximidade com os Comitês de Bacias, para aumentar o envolvimento com os prefeitos da região. Gustavo agradeceu as contribuições e afirmou que estas serão consideradas na construção do plano.

A arquiteta Tamires Berton, do IPPLAM, e participante do grupo de revisão do Plano Diretor de Maringá, complementou a questão do uso do solo questionando como se dará a articulação entre os municípios para a implantação e licenciamento de empreendimentos, como estações de tratamento e aterros sanitários, de forma que não cause prejuízos para os municípios envolvidos. Gustavo respondeu que para esses casos, poderão ser utilizados instrumentos como de compensação ambiental, ressaltando que o PDUI tem o papel de fazer essas definições junto aos municípios.

Já no encerramento, Gustavo lembrou que o site está em constante atualização, e que nesse sítio estão disponibilizadas todas as informações e contribuições repassadas pelos membros da equipe de gestão metropolitana. Também apresentou os próximos passos, com a realização de audiência pública e *workshop* final da E3 e preliminares da E4. Com agradecimentos finais, Gustavo encerrou a oficina e convidou para os próximos eventos que serão realizados ao

VERSÃO PRELIMINAR

longo do processo de construção do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Maringá.

A apresentação e outras informações estão disponibilizadas no site do PDUI da RM de Maringá: https://www.pduimaringa.com.br/

RESULTADOS DE PARTICIPAÇÃO

Para a realização da Oficina Técnica 02, foram convidados todos os membros da EAM através da divulgação por e-mail, conforme endereços informados no momento de inscrição dos participantes. Ademais, foram realizadas rodadas de ligação para mobilização dos técnicos municipais dos 26 municípios.

Participaram do evento ao menos um representante de 24 dos 26 municípios, correspondendo a 92% da RMM. Conforme observa-se na figura adiante. Não foram identificados membros da EAM representando Cambira ou Flórida no evento. Dois participantes não se manifestaram quanto ao município o qual representavam.

Figura 29 - Oficina Técnica 02: participação dos municípios

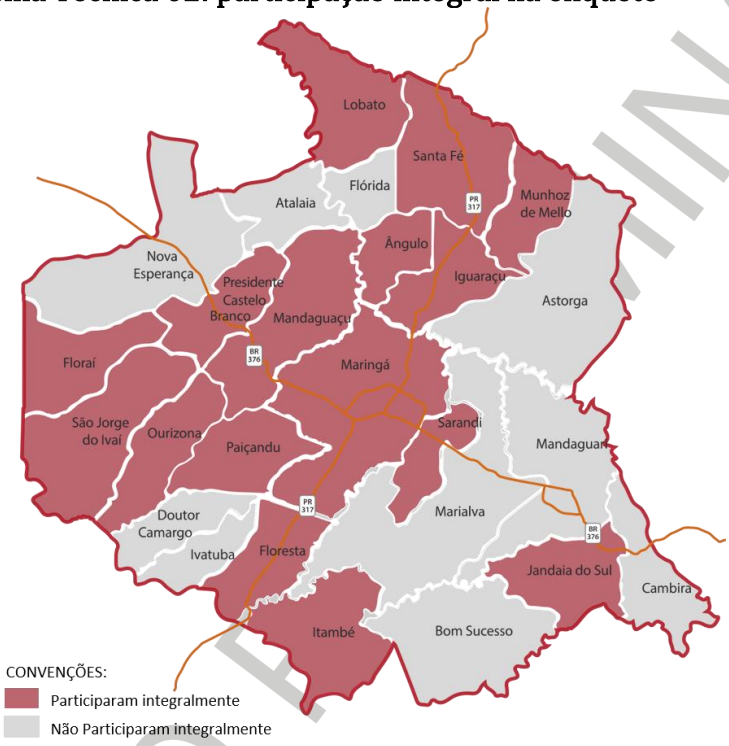
Fonte: URBTEC™, 2021.

Quanto às enquetes aplicadas ao longo do evento, participaram ativamente

VERSÃO PRELIMINAR

respondendo a todas as nove perguntas representantes de 16 municípios, conforme a Figura 30. Além destes, outros seis municípios responderam a pelo menos sete das perguntas, totalizando 22 municípios que participaram, ou 84% da RMM. Considerando os municípios que estiveram presentes, apenas os representantes de dois deles, Astorga e Marialva, não se manifestaram em nenhuma das enquetes, conforme a Figura 31.

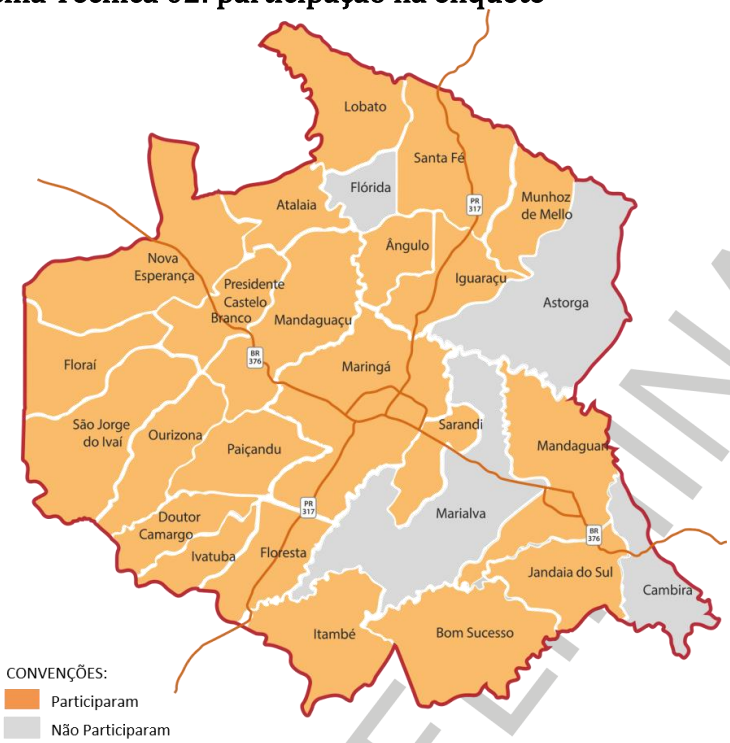
Figura 30 - Oficina Técnica 02: participação integral na enquete



Fonte: URBTEC™, 2021.

VERSÃO PRELIMINAR

Figura 31 - Oficina Técnica 02: participação na enquete



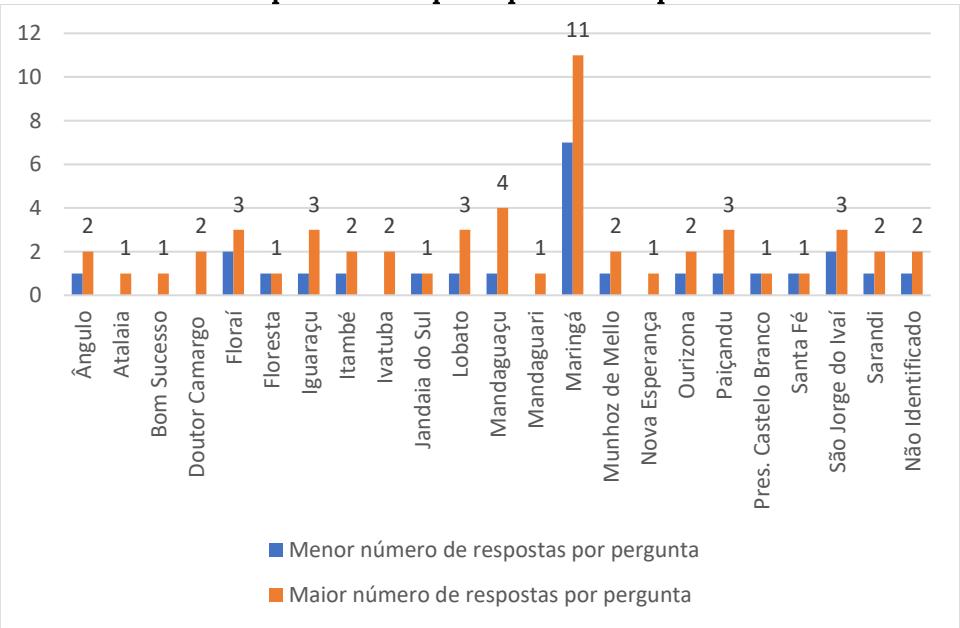
Fonte: URBTEC™, 2021.

As respostas às enquetes foram compatibilizadas e são apresentadas a seguir. No total foram nove perguntas, sendo três por FPIC. É importante pontuar que o número de respostas variou conforme o município. Nota-se que Maringá contou com mais representantes participando da reunião, sendo o número de respostas entre sete e onze por enquete. Já o restante dos municípios teve no máximo quatro respostas cada um, conforme a figura a seguir.

Ainda, conforme citado anteriormente, nem todos os municípios responderam a todas as questões e dois participantes não se identificaram quanto ao município que representaram.

VERSÃO PRELIMINAR

Figura 32 - Número de respostas à enquete por município



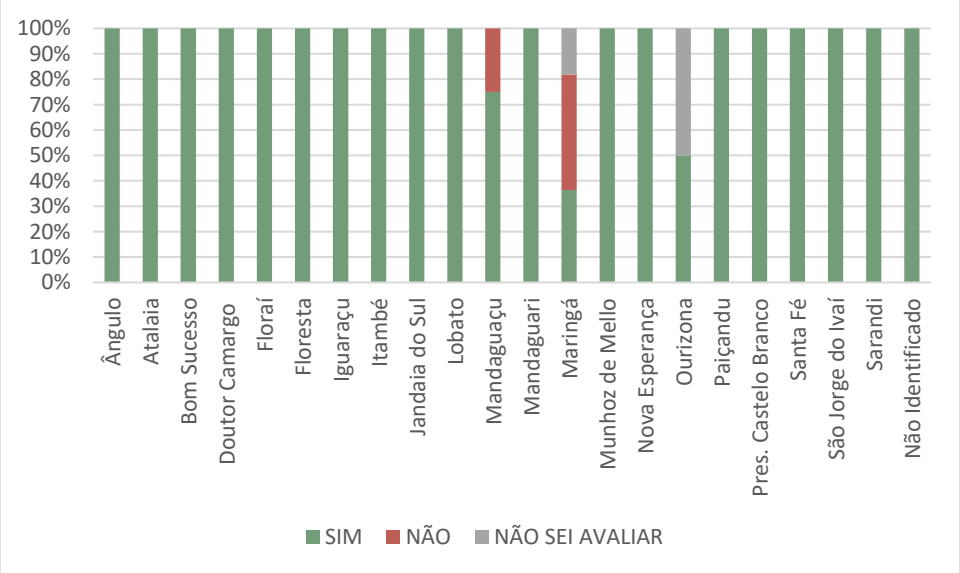
Fonte: URBTEC™, 2021.

Com relação à FPIC de Meio Ambiente e Saneamento, os resultados são apresentados nos gráficos a seguir. A maioria dos municípios que responderam à primeira questão manifestaram que seria benéfico o auxílio do ente metropolitano na aprovação de processos de licenciamento ambiental. O município de Maringá se destaca por ter quase metade das respostas contrárias a essa afirmação, conforme a Figura 33.

A respeito da gestão dos resíduos sólidos, apenas os representantes do município de Floresta expressaram não enfrentar dificuldades, assim como uma parcela de pouco mais de 20% dos representantes de Maringá (Figura 34). Já para a elaboração de projetos de saneamento, um número maior de municípios declarou não enfrentar dificuldades, entre eles Itambé, Jandaia do Sul, Nova Esperança e Ourizona, além de Maringá com aproximadamente 80% das respostas, segundo a Figura 35.

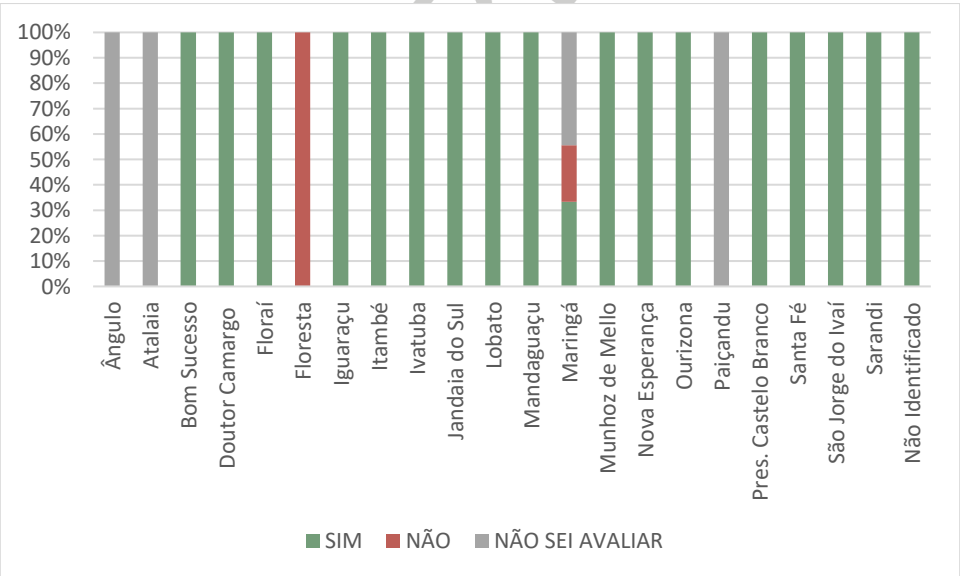
VERSÃO PRELIMINAR

Figura 33 - Respostas à enquete: "1. No contexto de seu município, seria benéfico o auxílio do ente metropolitano na aprovação de processos de licenciamento ambiental?"



Fonte: URBTEC™, 2021.

Figura 34 - Respostas à enquete: "2. Seu município enfrenta dificuldades na gestão de resíduos sólidos?"



Fonte: URBTEC™, 2021.

Figura 35 - Respostas à enquete: "3. Seu município enfrenta dificuldades na elaboração de projetos de saneamento (drenagem, abastecimento de água e coleta de esgoto)?"

Fonte: URBTEC™, 2021.

Os questionamentos relacionados à FPIC de Mobilidade Metropolitana, com suas respectivas respostas, são expostos nas figuras que seguem. Quanto à implantação de mais linhas de transporte coletivo intermunicipal, representantes da maioria dos municípios afirmaram haver essa necessidade. Apenas uma parcela das respostas de Maringá e de Sarandi apontaram que não é necessário implantar mais linhas e outros não souberam avaliar, conforme a Figura 36.

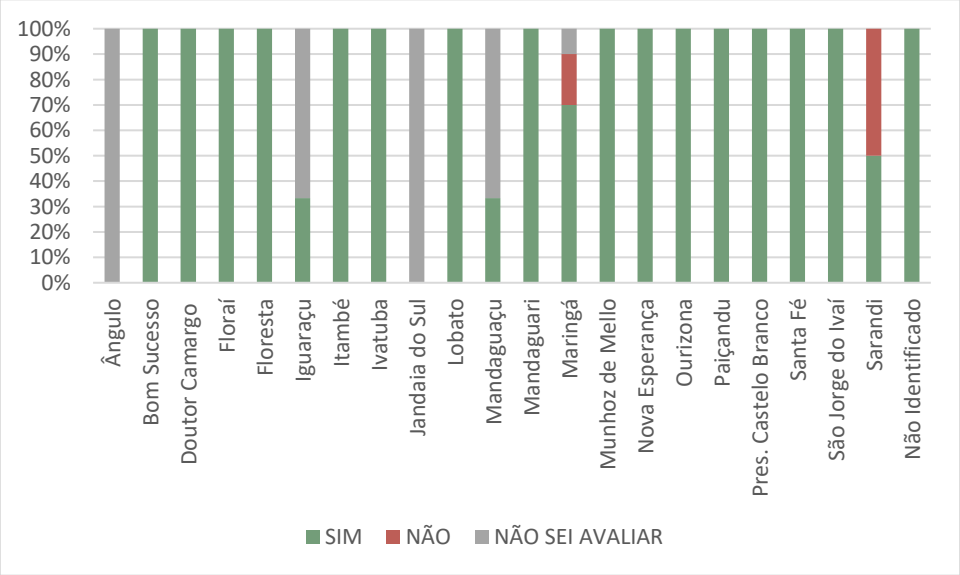
A quinta pergunta se refere à condição dos municípios da RMM de elaborar um Plano de Mobilidade. Nota-se que a maioria dos municípios que responderam manifestaram não terem condições técnicas ou financeiras de elaborar o plano. Verifica-se na Figura 37 que apenas os representantes de Jandaia do Sul, Mandaguaçu, Mandaguari, Maringá e Paiçandu afirmaram ter condições, de forma majoritária.

Para a última pergunta da FPIC de Mobilidade, a maioria das respostas confirmaram que os deslocamentos realizados no município seriam aprimorados com a implantação de mais vias de integração com municípios vizinhos. Entretanto, nota-se que nesta enquete, as respostas foram mais variadas dentre os representantes de um mesmo município, como ocorre com Floraí, Itambé, Ivatuba, Mandaguaçu, Maringá e Munhoz de Mello, como indica a Figura 38, o que pode indicar que essa questão não seja diretamente relacionada com a condição do

VERSÃO PRELIMINAR

município.

Figura 36 - Respostas à enquete: "4. Seu município tem necessidade de implantação de mais linhas do transporte coletivo, com conexões intermunicipais?"



Fonte: URBTEC™, 2021.

Figura 37 - Respostas à enquete: "5. Em sua opinião, o município que representa tem condições técnicas e financeiras de elaborar um Plano de Mobilidade, caso ainda não conte com um, ou de implementá-lo e monitorá-lo, caso já elaborado?"

Fonte: URBTEC™, 2021.

Figura 38 - Respostas à enquete: "6. Os deslocamentos realizados em seu município seriam aprimorados com a implantação de mais vias de integração com municípios vizinhos?"

Fonte: URBTEC™, 2021.

As últimas três perguntas se referem à FPIC de Uso do Solo Metropolitano. Destaca-se, primeiramente, que grande parte dos municípios da RMM está em processo de revisão de seu Plano Diretor ou próximo a ele. Considerando as respostas unânimes dos representantes, na Figura 39, são pelo menos 13 municípios, o que representa metade do total da RMM.

Já a questão da participação do Ente Interfederativo nos processos de parcelamento urbano dividiu mais as respostas, conforme indica a Figura 40. Onze municípios tiveram 100% das respostas favoráveis à participação do ente. Já os representantes de Floresta, Itambé, Lobato, Nova Esperança, Paiçandu, São Jorge do Ivaí e outros dois participantes que não se identificaram afirmaram que não seria benéfica a participação do ente, assim como alguns representantes de Iguaraçu e Mandaguaçu.

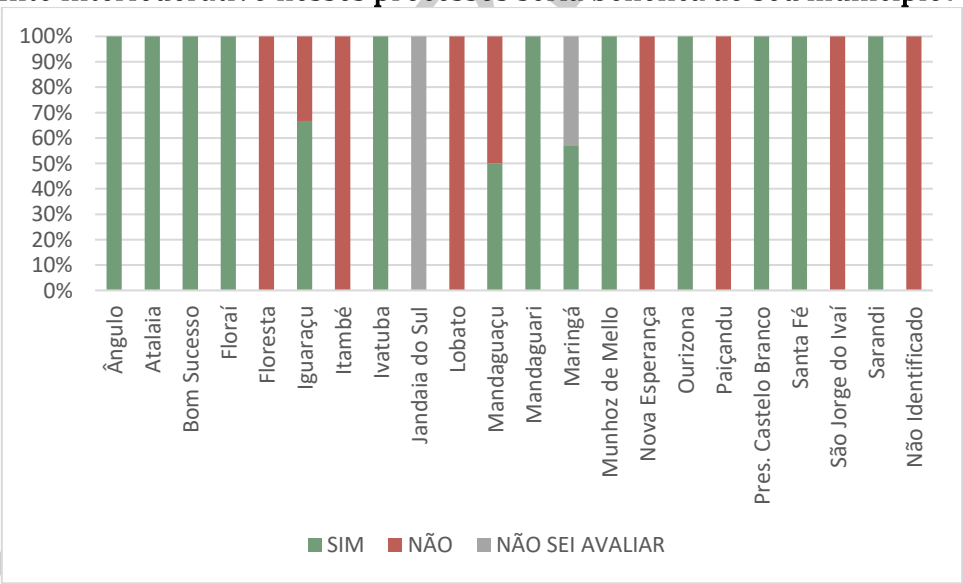
Referente à última questão, a maioria dos representantes declarou que as diretrizes de uso e ocupação do solo de seus municípios não leva em consideração a situação dos municípios limítrofes. Apenas os representantes de Atalaia, Bom Sucesso, Mandaguari e Sarandi responderam que estes consideram os municípios vizinhos, enquanto a totalidade das respostas de outros 12 municípios discordaram da afirmativa, conforme a Figura 41.

VERSÃO PRELIMINAR

Figura 39 - Respostas à enquete: "7. O processo de revisão do Plano Diretor de seu município está próximo ou em andamento?"

Fonte: URBTEC™, 2021.

Figura 40 - Respostas à enquete: "8. Atualmente o município é o responsável pela aprovação de processos de parcelamento urbano. Em sua opinião a participação do novo Ente Interfederativo nesses processos seria benéfica ao seu município?"



Fonte: URBTEC™, 2021.

Figura 41 - Respostas à enquete: "9. Em sua opinião o uso do solo de seu município leva em consideração o uso do solo de municípios limítrofes?"

Fonte: URBTEC™, 2021.

VERSÃO PRELIMINAR

LISTA DE PRESENÇA

A lista de presença se refere ao relatório gerado pela plataforma *Microsoft Teams*. Os nomes listados se referem aos nomes de usuário da plataforma.

Figura 42 - Lista de Presença Oficina Técnica 02

Resumo da Reunião	
Número Total de Participantes	119
Título da Reunião	PDUI da Região Metropolitana de Maringá: Oficina Técnica 02
Hora de início da reunião	10/11/2021 09:14
Hora de Término da Reunião	10/11/2021 11:39
Id da Reunião	962e7761-b659-4eee-9343-46bba9b92cf5

Nome Completo	Horário de Entrada	Horário de Saída	Duração
Manoela Feiges	10/11/2021 09:14	10/11/2021 09:18	3m 44s
Manoela Feiges	10/11/2021 09:22	10/11/2021 11:39	2h 17m
lis baldissera	10/11/2021 09:15	10/11/2021 11:39	2h 24m
Luisa Amorielo	10/11/2021 09:17	10/11/2021 11:39	2h 22m
JOAO LEIRIA	10/11/2021 09:18	10/11/2021 09:55	37m 12s
JOAO LEIRIA	10/11/2021 10:29	10/11/2021 11:39	1h 10m
Gustavo Taniguchi	10/11/2021 09:20	10/11/2021 11:39	2h 19m
Mariana Kszan	10/11/2021 09:22	10/11/2021 09:29	6m 47s
SERGIO JOSE SANTI (Convidado)	10/11/2021 09:25	10/11/2021 11:20	1h 54m
Mariana Kszan (Convidado)	10/11/2021 09:25	10/11/2021 09:30	5m 2s
Junior Vassoler (Convidado)	10/11/2021 09:25	10/11/2021 11:07	1h 41m
Vanessa - Engenheira Civil - Floraí (Convidado)	10/11/2021 09:25	10/11/2021 11:39	2h 13m
PREFEITURA JANDAIA DO SUL (Convidado)	10/11/2021 09:25	10/11/2021 11:39	2h 13m
Eduardo Kun	10/11/2021 09:25	10/11/2021 11:32	2h 6m
Engenharia Florai (Convidado)	10/11/2021 09:25	10/11/2021 11:39	2h 13m
Prefeitura Sarandi - Nídia Kurata (Convidado)	10/11/2021 09:25	10/11/2021 09:31	5m 13s
VINICIUS SALVATERRA (Convidado)	10/11/2021 09:25	10/11/2021 11:39	2h 13m
Bruna Munaretto (Engenharia - Bom Sucesso) (Convidado)	10/11/2021 09:25	10/11/2021 09:40	14m 10s
Sérgio Santi	10/11/2021 09:25	10/11/2021 09:59	33m 7s
João Martinati - Presidente Castelo Branco (Convidado)	10/11/2021 09:25	10/11/2021 11:39	2h 14m
Eng. Rafael - Dr. Camargo (Convidado)	10/11/2021 09:25	10/11/2021 09:28	2m 15s
Yohana (Convidado)	10/11/2021 09:25	10/11/2021 11:39	2h 14m
JAIME ALVES (Convidado)	10/11/2021 09:25	10/11/2021 10:37	1h 12m
Mari Lorencone	10/11/2021 09:25	10/11/2021 10:35	1h 9m
Mari Lorencone	10/11/2021 10:38	10/11/2021 11:02	24m 23s
Prefeitura de Marialva (Convidado)	10/11/2021 09:25	10/11/2021 11:39	2h 13m
Alexandre Gonçalves (Convidado)	10/11/2021 09:25	10/11/2021 11:39	2h 13m
Rodolfo - Prefeitura de Maringá (Convidado)	10/11/2021 09:26	10/11/2021 10:48	1h 21m
Mariana Kszan (Convidado)	10/11/2021 09:27	10/11/2021 09:28	1m 2s
PALOMA_IPPLAM (Convidado)	10/11/2021 09:27	10/11/2021 11:39	2h 12m
reinaldo da silva (Convidado)	10/11/2021 09:27	10/11/2021 11:19	1h 52m
Eduardo Vedovetto - Paiçandu-PR (Convidado)	10/11/2021 09:28	10/11/2021 11:30	2h 2m
Ricardo Mendanha da Empresa Cidade Viva (Convidado)	10/11/2021 09:28	10/11/2021 09:49	21m 35s
Mariana Kszan (Convidado)	10/11/2021 09:28	10/11/2021 11:39	2h 11m
Rafaela - Ourizona (Convidado)	10/11/2021 09:28	10/11/2021 11:39	2h 11m
Lucas Tognato - Mandaguari (Convidado)	10/11/2021 09:28	10/11/2021 09:46	17m 46s
Edgar Silvestre	10/11/2021 09:29	10/11/2021 11:39	2h 10m
Roberto governo	10/11/2021 09:29	10/11/2021 09:36	6m 56s

Nome Completo	Horário de Entrada	Horário de Saída	Duração
Maria Eduarda Aguiar	10/11/2021 09:29	10/11/2021 11:39	2h 10m
Rafael - Dr. Camargo (Convidado)	10/11/2021 09:29	10/11/2021 11:39	2h 10m
Leandro Augusto do Prado	10/11/2021 09:29	10/11/2021 10:13	43m 18s
Stefhani Miranda - Paiçandu (Convidado)	10/11/2021 09:29	10/11/2021 11:03	1h 33m
wlademir garbuggio (Convidado)	10/11/2021 09:30	10/11/2021 09:35	5m 33s
luiz hayakawa (Convidado)	10/11/2021 09:30	10/11/2021 11:39	2h 9m
Annelissa	10/11/2021 09:30	10/11/2021 11:39	2h 8m
Rodrigo Marangoni - Floresta PR (Convidado)	10/11/2021 09:30	10/11/2021 11:03	1h 32m
PREFEITURA SANTA FÉ (Convidado)	10/11/2021 09:31	10/11/2021 11:39	2h 8m
Prefeito Indio (Convidado)	10/11/2021 09:31	10/11/2021 10:37	1h 6m
Prefeito Indio (Convidado)	10/11/2021 10:41	10/11/2021 11:39	58m 24s
Valci (Convidado)	10/11/2021 09:31	10/11/2021 11:39	2h 8m
Vereador Prof. Ana Lúcia (Convidado)	10/11/2021 09:31	10/11/2021 11:39	2h 8m
planejamentomandaguacu@gmail.com	10/11/2021 09:31	10/11/2021 10:38	1h 7m
Nídia Kurata (Convidado)	10/11/2021 09:31	10/11/2021 11:35	2h 4m
Consórcio Cispar (Convidado)	10/11/2021 09:31	10/11/2021 09:39	7m 54s
Otávio (Convidado)	10/11/2021 09:32	10/11/2021 11:39	2h 7m
André Bartolomeu - Cispar (Convidado)	10/11/2021 09:32	10/11/2021 11:39	2h 7m
Gustavo (Convidado)	10/11/2021 09:32	10/11/2021 09:41	8m 53s
mayara bazz	10/11/2021 09:32	10/11/2021 11:39	2h 7m
Guilherme Fragomeni (Convidado)	10/11/2021 09:32	10/11/2021 11:39	2h 6m
Cesar Miguel Candeo dos Santos	10/11/2021 09:32	10/11/2021 09:52	19m 39s
Pedro (Convidado)	10/11/2021 09:33	10/11/2021 11:39	2h 6m
Valter Bossa (Convidado)	10/11/2021 09:33	10/11/2021 11:39	2h 6m
Guina	10/11/2021 09:33	10/11/2021 09:47	14m 12s
Edson (Convidado)	10/11/2021 09:33	10/11/2021 11:39	2h 6m
Carlos Augusto Storer	10/11/2021 09:33	10/11/2021 11:39	2h 5m
João Aguiar - Sinduscon-PR/Noroeste (Convidado)	10/11/2021 09:33	10/11/2021 11:39	2h 5m
Fábio Chicaroli "Fabinho"	10/11/2021 09:34	10/11/2021 09:38	4m 21s
JOÃO PAULO - Semob (Convidado)	10/11/2021 09:34	10/11/2021 11:24	1h 50m
José Alfredo	10/11/2021 09:34	10/11/2021 11:39	2h 5m
Helton Camargo (Prefeitura Itambé) (Convidado)	10/11/2021 09:34	10/11/2021 11:39	2h 5m
Natali (Convidado)	10/11/2021 09:34	10/11/2021 11:39	2h 5m
Tamires Berton - IPPLAM/Maringá	10/11/2021 09:35	10/11/2021 09:36	44s
Elise SEMOB Maringá (Convidado)	10/11/2021 09:35	10/11/2021 11:35	1h 59m
FABIANI FERRAREZI (Convidado)	10/11/2021 09:35	10/11/2021 11:35	1h 59m
wlademir garbuggio (Convidado)	10/11/2021 09:36	10/11/2021 11:39	2h 3m
Ana Paula Kaneko	10/11/2021 09:36	10/11/2021 11:39	2h 3m
Renata vilhena (Convidado)	10/11/2021 09:38	10/11/2021 11:26	1h 48m
Bruna Barroca - IPPLAM - Maringá (Convidado)	10/11/2021 09:38	10/11/2021 11:15	1h 36m
Tamires Berton - IPPLAM/Maringá (Convidado)	10/11/2021 09:38	10/11/2021 11:28	1h 50m
Fabinho - Lobato (Convidado)	10/11/2021 09:38	10/11/2021 11:39	2h
Bruna Munaretto - Bom Sucesso (Convidado)	10/11/2021 09:41	10/11/2021 10:34	53m 26s
Gustavo Kuhn (Convidado)	10/11/2021 09:41	10/11/2021 11:39	1h 58m
Estevão Palmieri - Maringá (Convidado)	10/11/2021 09:41	10/11/2021 11:36	1h 54m
Odair laurentino	10/11/2021 09:45	10/11/2021 11:39	1h 54m
Pedro Kim	10/11/2021 09:46	10/11/2021 11:39	1h 53m

Nome Completo	Horário de Entrada	Horário de Saída	Duração
Letícia Zaguine - IPPLAM (Convidado)	10/11/2021 09:46	10/11/2021 11:39	1h 52m
URBTEC_LUCIANE(Convidado)	10/11/2021 09:46	10/11/2021 11:07	1h 20m
Dani (Doutor Camargo) (Convidado)	10/11/2021 09:47	10/11/2021 11:39	1h 52m
Lucas Tognato - Mandaguari (Convidado)	10/11/2021 09:47	10/11/2021 11:39	1h 52m
Arildo pc (Convidado)	10/11/2021 09:49	10/11/2021 11:39	1h 49m
JAIME ALVES (Convidado)	10/11/2021 09:50	10/11/2021 10:37	47m 55s
JAIME ALVES (Convidado)	10/11/2021 11:02	10/11/2021 11:39	37m 29s
Fernando Iemucch	10/11/2021 09:50	10/11/2021 10:46	56m 28s
Adriana de Souza Ricardo Gaio	10/11/2021 09:51	10/11/2021 11:08	1h 16m
Adriana de Souza Ricardo Gaio	10/11/2021 11:15	10/11/2021 11:39	24m 5s
Juliana Daibert	10/11/2021 09:53	10/11/2021 10:33	39m 57s
Ricardo Mendanha Empresa Cidade Viva (Convidado)	10/11/2021 09:53	10/11/2021 11:39	1h 45m
Engº Luciano - São Jorge do Ivaí (Convidado)	10/11/2021 09:54	10/11/2021 09:57	3m 16s
Rodolfo Purpur Junior	10/11/2021 09:57	10/11/2021 10:10	13m 31s
Letícia - Munhoz de Mello (Convidado)	10/11/2021 09:58	10/11/2021 11:39	1h 41m
Rebeca Rocha (Convidado)	10/11/2021 10:07	10/11/2021 11:39	1h 31m
Guina	10/11/2021 10:12	10/11/2021 10:21	8m 28s
Alessandro Mansano	10/11/2021 10:13	10/11/2021 10:38	25m 3s
Alessandro Mansano	10/11/2021 10:39	10/11/2021 11:39	59m 25s
Leandro Augusto do Prado	10/11/2021 10:14	10/11/2021 11:39	1h 25m
Ipplam	10/11/2021 10:16	10/11/2021 10:28	12m 5s
Ipplam	10/11/2021 11:35	10/11/2021 11:39	4m 31s
Pascoal Aparecido Palhares	10/11/2021 10:26	10/11/2021 10:31	4m 43s
VITOR FEDRIGO - VITÃO (Convidado)	10/11/2021 10:27	10/11/2021 11:39	1h 12m
Elizângela Fritzen	10/11/2021 10:29	10/11/2021 10:30	1m 9s
osmar (Convidado)	10/11/2021 10:29	10/11/2021 11:39	1h 9m
Engº Luciano - São Jorge do Ivaí (Convidado)	10/11/2021 10:30	10/11/2021 11:39	1h 8m
Bruna Munaretto - Bom Sucesso (Convidado)	10/11/2021 10:34	10/11/2021 10:56	21m 53s
Roberto governo	10/11/2021 10:35	10/11/2021 11:39	1h 4m
Rodolfo - Prefeitura de Maringá (Convidado)	10/11/2021 10:48	10/11/2021 11:38	49m 44s
Roberto Carlos Modesto	10/11/2021 10:49	10/11/2021 11:33	43m 5s
Fernando Iemucch	10/11/2021 10:55	10/11/2021 11:11	16m 16s
Bruna Munaretto - Bom Sucesso (Convidado)	10/11/2021 10:57	10/11/2021 11:26	28m 41s
Junior Vassoler (Convidado)	10/11/2021 11:04	10/11/2021 11:14	9m 20s
URBTEC_LUCIANE(Convidado)	10/11/2021 11:08	10/11/2021 11:39	31m 48s
Junior Vassoler (Convidado)	10/11/2021 11:15	10/11/2021 11:39	24m 22s
Bruna Barroca (Convidado)	10/11/2021 11:16	10/11/2021 11:35	19m 34s
JOÃO PAULO - Semob (Convidado)	10/11/2021 11:25	10/11/2021 11:37	11m 19s
Bruna Munaretto - Bom Sucesso (Convidado)	10/11/2021 11:26	10/11/2021 11:39	13m 8s
Renata Vilhena	10/11/2021 11:27	10/11/2021 11:35	8m 43s
Tamires Berton - IPPLAM/Maringá	10/11/2021 11:29	10/11/2021 11:39	10m 16s
Fernando Iemucch	10/11/2021 11:34	10/11/2021 11:39	5m 20s

Fonte: URBTEC™, 2021.

REGISTROS

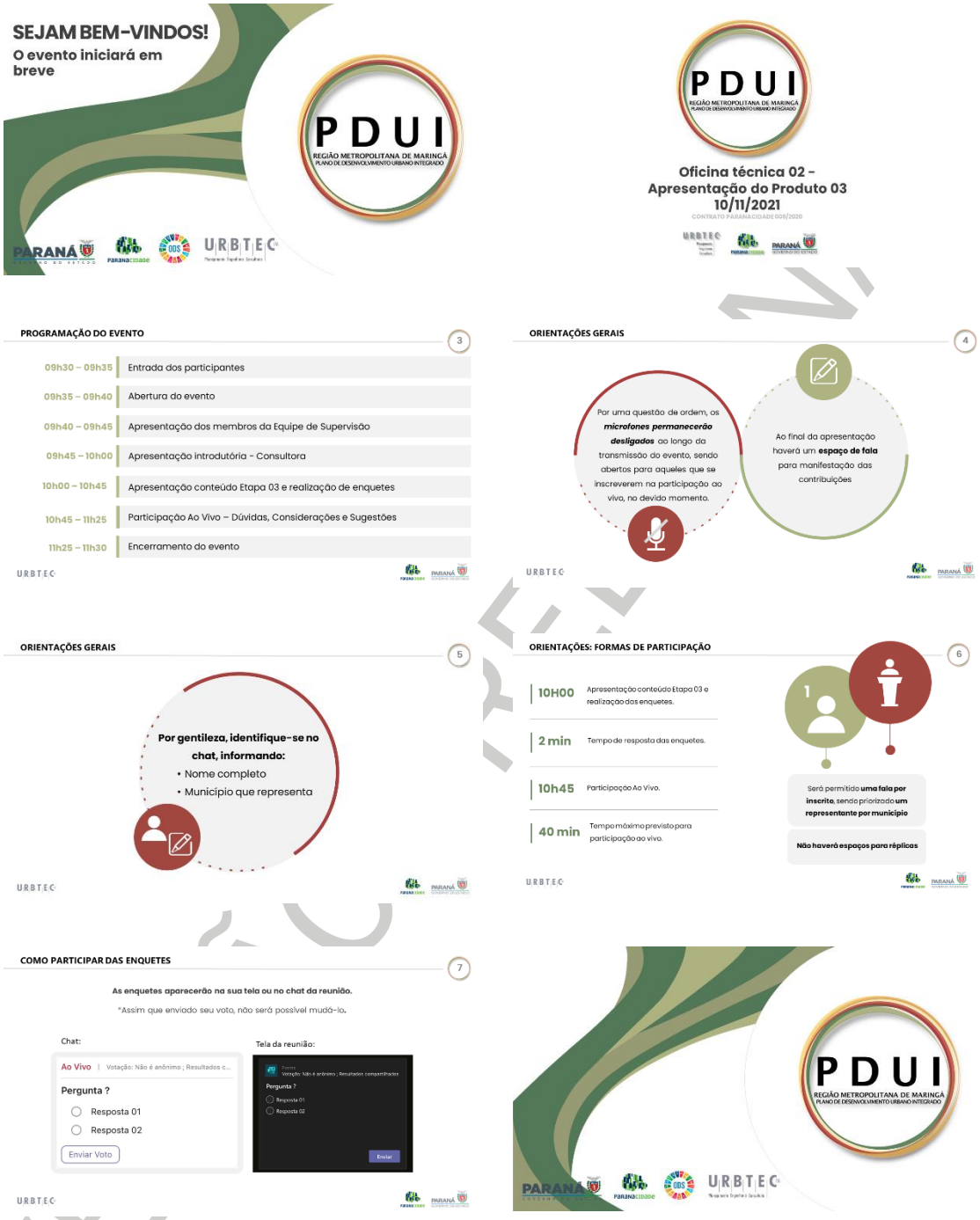
Figura 43 - Oficina Técnica 02

Fonte: URBTEC™, 2021.

VERSÃO PRELIMINAR

APRESENTAÇÃO

Figura 44 - Apresentação Oficina Técnica 02



APRESENTAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA EQUIPE DE SUPERVISÃO

PDUI
REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ
PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO

PARANÁ · paranacidade · ODS · URBTEC

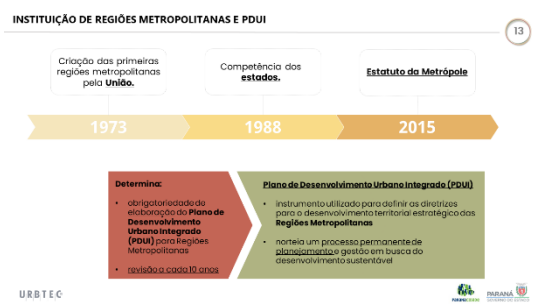
PDUI
REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ
PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO

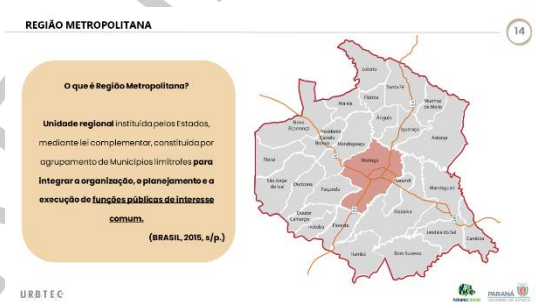
Oficina técnica 02 - Apresentação do Produto 03
10/11/2021

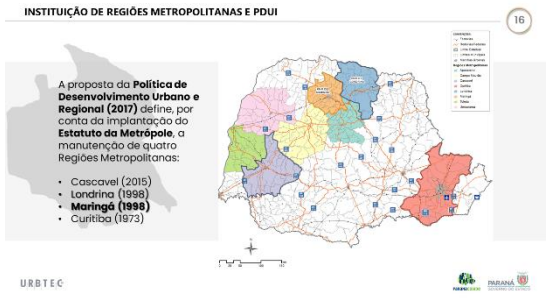
CONTRATO PARANACIDADE 008/2020

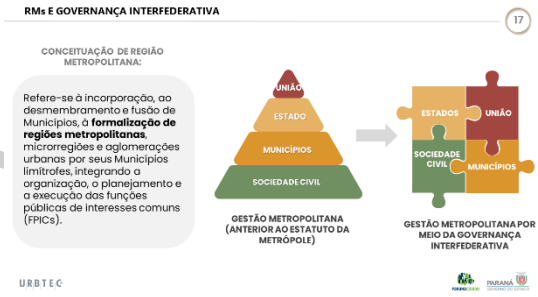
URBTEC · paranacidade · PARANÁ

INTRODUÇÃO



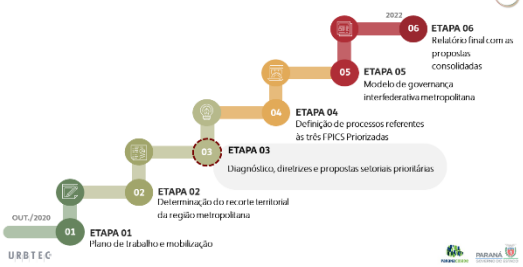






CONTEÚDO DA ETAPA 3

ETAPAS 19



URBTEC

METODOLOGIA DO PDUI 20

Todas as etapas passam pela validação das Equipes de Supervisão e Acompanhamento

URBTEC

APRESENTAÇÃO DA ETAPA 3 21

Diagnóstico, Diretrizes e Propostas Setoriais Metropolitanas Prioritárias.

Refere-se ao levantamento das principais questões relativas às FPICs, assim como proposições frente ao levantado.

SUBPRODUTOS

A, D, E
Diagnóstico, Diretrizes e Propostas para **Planejamento territorial e Uso do Solo** Síntese das Convergências e Divergências Territoriais e **Macrozoneamento**

B
Diagnóstico, Diretrizes e Propostas para **Mobilidade Metropolitana**

C
Diagnóstico, Diretrizes e Propostas para **Meio Ambiente e Saneamento Básico**

Para consultar a versão preliminar dos subprodutos citados acesse site do plano: **pduimaringa.com.br**

URBTEC

APRESENTAÇÃO POR FPIC E REALIZAÇÃO DE ENQUETES

PARTICIPAÇÕES 23

Apresentação Integração por FPIC	Apresentação rebatimentos	Visão dos participantes	Visão dos participantes
Critérios e resultados obtidos por FPIC prioritária.	Possíveis rebatimentos no cotidiano dos municípios	Avaliação por meio da resposta aos questionários	Avaliação/Contribuição via participação ao vivo

URBTEC

CONSIDERAÇÕES 24

Os níveis apresentados por FPIC são os resultados finais?	Não! Os níveis de integração são resultados preliminares, apresentados com objetivo de suscitar o debate sobre a gestão compartilhada de determinada FPIC.
Porque são apresentados possíveis rebatimentos no cotidiano do município?	O objetivo desse tópico é ilustrar os impactos que a implementação do ente metropolitano pode gerar, considerando situações que podem ser interpretadas como ônus ou bônus da participação do município na RM.
Como os resultados das enquetes serão utilizados no Plano?	Espera-se que o resultado das enquetes aponte para os aspectos em há maior expectativa/receio dos representantes municipais. Dessa forma, busca-se recolher subsídios para o refinamento das proposições para gestão de cada FPIC na RM.

URBTEC

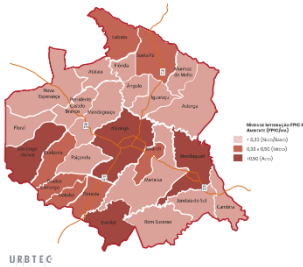
IDENTIFICAÇÃO MUNICIPAL 25

Para iniciarmos a apresentação das FPICs, por favor, **responda a enquete em sua tela ou chat**, informando qual município você representa

URBTEC

FPIC DE MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

NÍVEL DE INTEGRAÇÃO – SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO 27



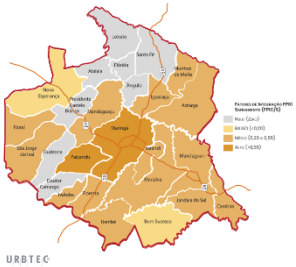
Critérios considerados para FPIC, na temática de Meio Ambiente:

1. Unidades de Conservação (incluso Áreas Estratégicas para formação de corredores de biodiversidade);
2. Áreas Verdes (parques urbanos e Unidades Municipais Protegidas com influência regional na qualidade de vida, nas condições atmosféricas e no controle de cheias).

*Considerou-se também a relação do município com a RMM nesse FPIC.

URBTEC

NÍVEL DE INTEGRAÇÃO – SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO 28



Critérios considerados para FPIC, na temática de Saneamento:

1. Sistema Integrado de Abastecimento de Água;
2. Áreas de mananciais;
3. Sistema Integrado de Esgotamento Sanitário;
4. Bacias Hidrográficas Receptoras de Cargas de Esgotos Domésticos e da Poluição Difusa;
5. Destinação/Recebimento de Resíduos Sólidos Urbanos.

*Considerou-se também a relação do município com a RMM e o potencial para a existência da FPIC.

URBTEC

REBATIMENTO NO MUNICÍPIO 29

Possíveis rebatimentos no cotidiano do município:

- O novo ente metropolitano passa a participar dos **processos de licenciamento ambiental**, junto ao IAT
- A Região Metropolitana deverá elaborar um **Plano de Saneamento Regional**, que será seguido pelos municípios
- Os municípios poderão contar com o apoio metropolitano na **gestão de resíduos sólidos**
- Os municípios poderão contar com o **auxílio técnico metropolitano** no desenvolvimento de **projetos de saneamento**
- O novo ente metropolitano passa a participar dos processos de definição de **novas Unidades de Conservação, Áreas Verdes e Parques Urbanos**

URBTEC

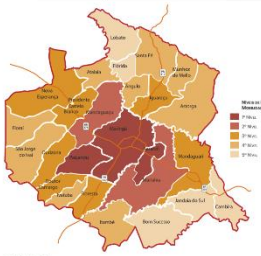
Responda a **ENQUETE** em sua tela ou chat

PDUI REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO · paranacidade · ODS · URBTEC

FPIC DE MOBILIDADE METROPOLITANA

NÍVEL DE INTEGRAÇÃO – SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO 32



URBTEC

Critérios considerados para FPIC de Mobilidade Metropolitana:

1. Transporte coletivo integrado;
2. Conexão entre as malhas viárias urbanas;
3. Ampliação da infraestrutura regional a partir de novas obras/projetos;
4. Movimentos pendulares e deslocamentos através do transporte coletivo;
5. Presença de infraestrutura viária de conexão regional.

REBATIMENTO NO MUNICÍPIO 33

Possíveis rebatimentos no cotidiano do município:

- O novo ente metropolitano passa a **determinar diretrizes para expansão do sistema viário metropolitano**
- O novo ente metropolitano passa a **definir a política tarifária do transporte público da região metropolitana**
- O novo ente metropolitano passa a **gerir as linhas metropolitanas do transporte público metropolitano**
- Os municípios deverão **compatibilizar seus planos de mobilidade** com as propostas definidas no PDUI e previstas pelo novo ente metropolitano

URBTEC

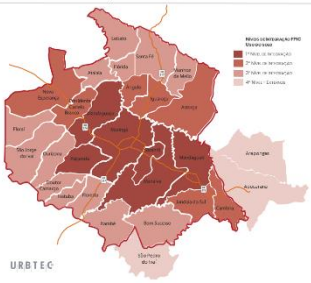
Responda a **ENQUETE** em sua tela ou chat

PDUI REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO · paranacidade · ODS · URBTEC

FPIC DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

NÍVEL DE INTEGRAÇÃO 36



URBTEC

Critérios considerados para FPIC de Planejamento Territorial e Uso e Ocupação do Solo:

1.Continuidade da mancha urbana;
2.Localização do município em relação aos eixos regionais de transporte;
3.Presença de Unidades de Conservação, Áreas Estratégicas e Mananciais;
4.Participação no recorte atual da RMM (Lei Estadual Complementar nº 83/1998).

REBATIMENTO NO MUNICÍPIO 37

Possíveis rebatimentos no cotidiano do município:

- Os municípios deverão adequar-se ao **macrozoneamento metropolitano**
- O município deverá **adequar seu Plano Diretor** às diretrizes metropolitanas de uso e ocupação do solo
- Os processos de **aprovação de novos parcelamentos urbanos** deverão passar pela consulta do ente metropolitano
- Os municípios terão acesso e contribuirão com dados para a constituição do **Sistema de Informações Metropolitanas**

URBTEC

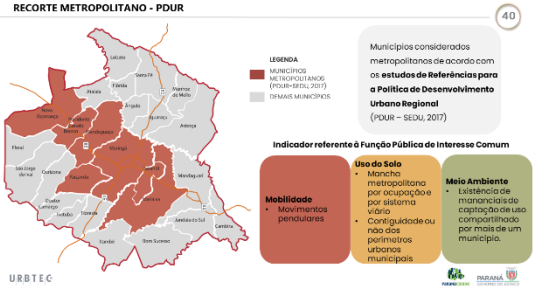
Responda a **ENQUETE** em sua tela ou chat

PDUI REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO · paranacidade · ODS · URBTEC

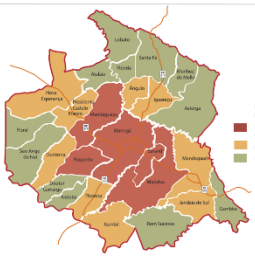
RECORTE METROPOLITANO

RECORTE METROPOLITANO - PDUR 40



INDICADORES PARA O RECORTE METROPOLITANO - PDUI 41

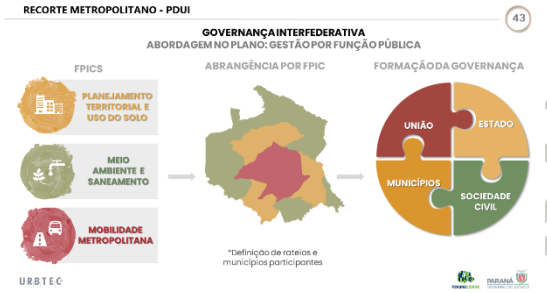
DEGRAUS METROPOLITANOS - PDUI 42



Hierarquia metropolitana
identificada no PDUI.

Objetivos:
- Direcionar a etapa de definição dos processos de gestão
- Definir recortes moldáveis por FPIC, a partir da necessidade de integração do planejamento e da realidade de cada município

RECORTE METROPOLITANO - PDUI 43



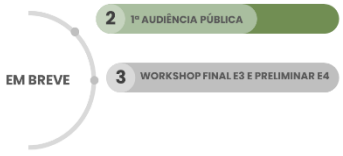
PARTICIPAÇÕES AO VIVO

PARTICIPAÇÕES AO VIVO 45

CONSIDERAÇÕES FINAIS

FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NO PLANO 47

EVENTOS PREVISTOS DA ETAPA 03 48



Fonte: URBTEC™, 2021.

VERSÃO PRELIMINAR

16. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 12 – IPPLAM

Data: 18/11/2021

Horário: 14h

Local: Videoconferência –Plataforma *Microsoft Teams*

Participantes: Eduardo (IPPLAM), Elise (SEMOB Maringá), Fernando Domingues Caetano, Bruno (IPPLAM), Gil Polidoro, Guilherme Catani (IPPLAM), Gustavo Taniguchi, IPPLAM - DGPT, Isa de Paula (IPPLAM), João Paulo (SEMob), Laura (IPPLAM), Laura Granzotto (IPPLAM), Letícia Zaguine (IPPLAM), Lissandra Baldissera, Luis, Luiz Hayakawa, Manoela Feiges, Marcia Polidoro, Marcos Juliano (SEMA), Maria Eduarda Aguiar, Mariano de Matos Macedo, Mateus (SEURBH), Mayara Azzulin, Mayara Bazz, Natalia Gentilin (IPPLAM), Paloma (IPPLAM), Pedro Dias, Pedro Kim, Renato R. Derner (IPPLAM), Rodolfo (Prefeitura de Maringá), Storer, Talita (SEURBH), Tamires Berton (IPPLAM), Vinicius Sanchez, Vinicius Tessari (Maringá).

Pauta:

1. Macrozoneamento (aeroporto, área industrial, limites rural-urbano).
2. Eixo ambiental (aterro e bacias hidrográficas de captação).
3. Mobilidade (ferrovia e contorno norte-sul).

MEMÓRIA DE EVENTO

Tamires Berton Arquiteta e Urbanista e representante do IPPLAM inicia a reunião agradecendo a disponibilidade de todos os presentes. Evidencia que a reunião servirá para sanar dúvidas, mas também para trocar pontos e questões, principalmente acerca do debate em curso do Plano Diretor. O alinhamento em relação aos planos de trabalho é essencial e este também o intuito da reunião por parte da IPPLAM.

A arquiteta Tamires Berton levanta o primeiro ponto sobre o Macrozoneamento, em que Maringá e Sarandi já possuem macrozoneamento. Isso

VERSÃO PRELIMINAR

pode gerar conflitos no momento da implementação da legislação. Para tentar sanar essa questão, a arquiteta propõe uma terminologia diferenciada para cada caso, como por exemplo: macrozoneamento metropolitano e macrozoneamento municipal. Tamires também sugere que as propostas contemplem os possíveis conflitos, com diretrizes e direcionamento de quem soluciona cada conflito. Um direcionamento ajudaria na aplicação.

Por fim a representante do IPPLAM levanta uma dúvida: cada FPIC propõe um recorte diferenciado para a aplicação, mas como a URBTEC™ e consultores pensam esse recorte na prática?

Gustavo Taniguchi, diretor da URBTEC™ responde acerca do recorte: para cada uma das funções públicas existe um conjunto dos municípios atuantes. Na proposta existe uma sobreposição de todas elas, basicamente o "recorte técnico" trata-se do conjunto de municípios de cada recorte deste. Porém, existe uma questão política. Muitos municípios, inclusive os mais afastados, demonstraram interesse em ficar na região metropolitana. Nesse sentido, o que vamos apresentar é: o "recorte técnico", baseado nas funções públicas de interesse comum, e uma consulta aos outros municípios para que possam demonstrar interesse em ficar ou não na região metropolitana.

Taniguchi salienta que essa validação será realizada nas audiências públicas. O PARANACIDADE, por exemplo, já possui um estudo nesse sentido, de qual seriam os melhores recortes, é importante ouvir eles também. Essa validação é essencial, retirar os municípios sem realizar essa consulta não contempla a construção de um PDUI. Sobre o macrozoneamento metropolitano, Gustavo passa a palavra a Luis Henrique Fragomeni, Arquiteto e Urbanista responsável pela área de planejamento e gestão do uso e ocupação do solo do plano. E comenta que **para conseguir fazer a compatibilização com a proposta de Maringá é necessário ter acesso a esse documento, o que formalmente ainda não aconteceu**.

Luis Henrique Fragomeni inicia sua fala e explica que "**macrozoneamento metropolitano**", de acordo com o Estatuto da Metrópole, diz respeito ao *programa* municipal, incluindo o "legislar sobre o uso do solo". Ou seja, quando Maringá aparece como uma "zona de articulação urbana metropolitana" e essa zona possui uma estimativa, um horizonte, de densidade demográfica, ocorre a suspensão de

VERSÃO PRELIMINAR

uma zona total. Portanto, a leitura disso, o detalhamento das zonas de Maringá, transparece sobre o macrozoneamento metropolitano. O zoneamento metropolitano, por sua vez, indica que essa "zona de articulação urbana metropolitana" é integrada. Ela possui algumas restrições em relação a zona total e as glebas, em relação a densidade. Fragomeni pondera que existe ainda a questão do licenciamento. De forma geral, tudo deve passar pelo município, isso vai estar evidente no porte de atividades, tipo de atividades. Em situações em que isso já está legislado, principalmente o eixo ambiental, entra pelo município. Se o município for contra algum interesse metropolitano na proposta, essa proposta poderá contemplar o município, desde que apresentada à Região Metropolitana. Neste caso, deve haver um Fórum de Articulação. No fim, o Plano Diretor Municipal permeia o macrozoneamento e a leitura do macrozoneamento é de diretriz e de política, o diálogo será durante a aprovação dos empreendimentos.

Após a exposição, o arquiteto e urbanista **diz aceitar a proposta apresentada pela representante do IPPLAM Tamires Berton** da diferenciação de terminologia: "macrozoneamento metropolitano" e "macrozoneamento municipal". Lembrando que anteriormente foi apresentado um mosaico demonstrando o que seria o macrozoneamento municipal. **O mapa apresentado partiu de um trabalho organizativo, com levantamento de todos os planos, resultando em uma síntese dos usos legais predominantes**. Nesse mapa também foram cruzados o uso previsto com o uso executado, a proposta do macrozoneamento metropolitano basicamente resultou desse exercício. O Consultor **conclui dizendo não haver conflito entre o estudo realizado e a separação dos macrozoneamentos**. O que o macrozoneamento municipal deve ter são referências nas diretrizes do macrozoneamento metropolitano.

Tamires Berton, retoma a palavra e salienta que o macrozoneamento de Maringá é uma lei de 2006 que se refere a um estudo de 2004, pede uma **atenção espacial a macrozona industrial** e a forte ocupação industrial na região. Existe um parque industrial sendo ocupado próximo ao distrito de Floriano. Devido os empregos que esta área **gera existe uma demanda grande de mobilidade para esta região**. Tamires levanta um questionamento em relação ao licenciamento de atividades, como se pensa isso? Levando em consideração que isso pode gerar

VERSÃO PRELIMINAR

restrições ao município vizinho, como exemplo cita a questão do aterro sanitário.

Luis Henrique Fragomeni inicia a sua resposta ao dizer que há uma grande variedade nos macrozoneamentos dos municípios no que diz respeito as áreas industriais. Elas estão pulverizadas pelo território, mas há pouca ocupação efetiva. **O macrozoneamento metropolitano industrial ainda está em aberto e, em muitas situações, tem interesse supramunicipal envolvido. Já existe um instrumento que regula esse interesse supramunicipal**. Em relação ao aterro, pode ser realizado um estudo de impacto, ambiental e de trânsito. Ainda não temos um detalhamento de todas essas atividades dos equipamentos de interesse metropolitano. **A URBTEC™ realizou um estudo rápido sobre portes de equipamentos urbanos, em relação a trafego. A proposta de mobilidade levou isso em consideração**. Entende-se em princípio, que **o município tem liberdade para propor suas macrozonas industriais**. **A depender do porte, teria que passar pelo Conselho**.

Luiz Hayakawa Arquiteto e Urbanista e Coordenador geral do PDUI de Maringá complementa dizendo que **a definição do macrozoneamento depende do recorte territorial metropolitano e o recorte, por sua vez, depende do estudo dos municípios**. O estudo abrange a importância que cada município tem, mas que vai ter daqui 20 anos, por exemplo. Por isso que o recorte não poderia vir antes. Salienta que os distritos industriais devem estar vinculados às infraestruturas. Portanto, esses distritos devem estar relacionados às rodovias e ferrovias. O aeroporto de cargas, por exemplo, alimenta uma cadeia produtiva grande. Se nós considerarmos o aeroporto de cargas e passageiros em Maringá, os municípios de São Jorge do Ivaí, Paiçandu e Ourizona tornam-se importantes para integração da cadeia produtiva. Em relação a loteamentos habitacionais, temos que evitar que ocorra próximo ao aeroporto, pois isso traz muitas restrições ao aeroporto. A definição dos distritos industriais tem interesse estadual e metropolitano e não apenas de Maringá, isso deve ser levado em consideração.

Gil Fernando Bueno Polidoro, Geólogo e responsável pela área de meio ambiente do plano, em consonância com Luiz Hayakawa, salienta que a gestão ambiental vai além do licenciamento, envolve também monitoramento, acompanhamento e principalmente fiscalização. **Com exceção de Maringá, os municípios não realizam a gestão ambiental em sua integralidade**, além da gestão

VERSÃO PRELIMINAR

ambiental estar desvinculada da política de gestão das atividades econômicas. Ou seja, o IAT não é presente no cotidiano da região metropolitana. Maringá tem algumas atribuições, que até então eram do IAT e isso é positivo. Gil Fernando Bueno Polidoro salienta que isso poderia se estender a outros municípios, mas no questionário que foi aplicado ficou evidente a impossibilidade material disso ocorrer. **Propõe então que ocorra uma infraestruturação para posterior descentralização da gestão ambiental nos demais municípios**. Evidencia que o "novo ente" não sobrepõe o papel do município, muito menos do IAT.

Pedro Luis Fuentes Dias, Engenheiro Florestal, responsável pela área de saneamento básico do plano pondera a questão do consórcio como possível solução para a localização do aterro sanitário. **Consorciar os municípios é necessário para que a região deixe de apagar incêndios**. Pedro Luis Fuentes Dias diz que se houver acordo, essa é a solução proposta.

Gil Fernando Bueno Polidoro, retoma que a gestão ambiental deve estar interligada ao uso do solo. O "ente metropolitano" (lei 6766/1979) tem a atribuição de disciplinar o uso e ocupação do solo. Assim, **as diretrizes metropolitanas não se perdem no licenciamento ambiental.** O Aterro Sanitário é um equipamento de natureza metropolitana, licenciado pelo IAT. O IAT deve ouvir o ente metropolitano, que por sua vez, ouve os municípios envolvidos. Por fim, Gil salienta que a terminologia mais adequada para "aterro sanitário" é "central de tratamento de resíduos sólidos".

Bruno Tiago Contessotto Rigon, geógrafo representante do IPPLAM pontua que **existe uma dificuldade em relação aos 1.500 metros de raio do aterro** (legislação estadual), pois na legislação municipal é 500 metros. Porém, afirma que recebeu indicações de que os 1.500 metros seriam para novos aterros. Como se enxerga essa questão numa leitura regionalista? Pensando em novos loteamentos.

Pedro Dias afirma que o impeditivo é que o aterro fique próximo às habitações existentes e não o inverso. No caso de Maringá, como a lei é menos restritiva, vale a do estado. Afirma que também falta definição clara do que seria o manancial.

Polidoro **salienta que o ente metropolitano vai ser fundamental**. A COMEC, por exemplo, tem um departamento de controle que faz a gestão de tudo isso, como

VERSÃO PRELIMINAR

loteamentos etc.

Hayakawa comenta que os distritos industriais da RMC foram pensados pela COMEC, em um processo de descentralização das áreas industriais de Curitiba. Avalia ser importante a gestão compartilhada entre o ente metropolitano e os municípios.

Bruno Rigon pontua outra dúvida, **dessa vez sobre o "ponto de captação" na bacia do manancial de Maringá**. Questiona sobre ser um "ponto" ou um "sistema de captação", o que implica na localização geográfica desta captação. Alega estarem em diálogo com a Sanepar sobre o assunto. A Bacia do Córrego do Ribeirão do Morangueiro seria uma bacia de manancial, acredita ser importante conservar a bacia dessa forma. O recorte do ponto de captação não é o suficiente.

Gil Polidoro concorda com Bruno Rigon e diz que para a questão dos mananciais não existe decreto estadual que defina. Alega que a abrangência desses mananciais não respeita os limites municipais. E alega, **uma das principais propostas é justamente estabelecer quais são os mananciais de abastecimento para que seja possível prever algum tipo de proteção no macrozoneamento metropolitano**.

Tamires Berton conta existe uma demanda muito forte para que seja alterado o macrozoneamento da área no PDM. A lei define que a área de proteção é onde se localiza o "ponto de captação" e isso permite brechas para que a proteção ao manancial seja prejudicada em alguns trechos. **É importante que isso fique evidente no macrozoneamento metropolitano também**.

Gil conta que existe uma desatualização das normativas do IAT acerca da classificação dos cursos da água na região. **Hoje se trabalha com rios que estão categorizados como mananciais, mas que são classificações da década de 90. O trabalho que está sendo realizado está considerando essa atualização.**

Eduardo Pizzolim Dibieso, geógrafo e representante do IPPLAM chama a atenção para a questão do manancial. **O que está sendo considerado como manancial no PDUI, não é o mesmo que o da Sanepar. Pergunta também se no PDUI está sendo considerado o aterro de Maringá como "aterro regional"**. Diz ter informações de que ele tem potencial para receber resíduos por mais 50 anos. O aterro está em Maringá, mas impõem restrição de uso nos municípios vizinhos. Evidencia a importância de

VERSÃO PRELIMINAR

não compensar apenas o município que possui o aterro, mas todos os impactados. Pergunta se é possível criar uma macrozona de proteção do aterro.

Gil Polidoro concorda com as contribuições levantadas por Eduardo Pizzolim Dibieso e diz que a questão dos mananciais e de eventual compensação são indispensáveis. Afirma haver instrumentos que podem ser utilizados para não prejudicar o mercado imobiliário. **O ICMS ecológico é uma forma de ter um retorno financeiro, mas se não existe exatidão sobre a área de manancial são perdidos recursos.** Em relação ao aterro sanitário, afirma ter ciência da sua utilização regional, como um equipamento de interesse regional. **Entende que o aterro de Maringá não seria o equipamento metropolitano em um planejamento estratégico (considerando 10 ou 20 anos), por conta do crescimento da cidade de Maringá.** Retoma a proposta do consórcio como uma solução metropolitana. Defende em vez de enterrar, tratar o lixo afim de trazer recursos financeiros a região. Convida o consórcio da região para uma visita a Curitiba, para não haver resistências desnecessárias a ideia.

O Engenheiro Florestal, Pedro Dias salienta a importância de considerar essa **nova solução para destinação de resíduos sólidos em tempo hábil** para propor outra solução dentro do prazo de vida útil do aterro já existente. Ou seja, não esperar "a cidade abraçar\alcançar o aterro" para pensar em uma solução sustentável.

Eduardo pergunta se há **possibilidade de criar restrições de parcelamento do solo no entorno dos aterros sanitários**, pensando no PDUI. O objetivo seria "deixar as pessoas longe do lixo". Gil responde que sim, mas seria um desdobramento do PDUI na FPIC de Uso do Solo.

Fragomeni complementa a fala de Gil e relata que existem direitos e deveres em relação ao aterro, semelhante ao aeroporto (de acordo com o Estatuto da Metrópole).

Renato Ricardo Derner representante do IPPLAM expõe que o cone de aproximação abrange mais municípios que Paiçandu. Afirma que o aterro sanitário é da cota zero para baixo, mas não vê ele como um passivo e sim como um ativo. Os dois aterros que existem na região estão cavas de pedreiras, isso os tornam ativos. Pontua que não vê alternativas para recuperar essas áreas depois. Salienta a importância das pedreiras próximas a fim de não onerar a construção civil.

VERSÃO PRELIMINAR

Pedro Dias salienta a importância de garantir outras opções a longo prazo, modelando um processo mais moderno.

Tamires **retoma o debate acerca do aeroporto**, expõe que existe uma negociação para expansão deste equipamento. Relata que hoje a legislação segue o Plano Diretor do aeroporto. Portanto, não existe uma zona específica para ele. **Seria positivo existir uma definição maior de usos, no sentido de fornecer suporte ao equipamento.** Questiona como funcionaria para os municípios vizinhos, existe algum tipo de **capacitação para os municípios da região metropolitana**? Essa questão dialoga diretamente com as "vantagens e desvantagens" de participar da região metropolitana. **Questiona sobre as densidades, a expansão das cidades**. Nesse sentido, como seria o controle dessa expansão? Salienta que, para esse controle, mais importante que a legislação sobre o parcelamento do solo, é o zoneamento. Como o **ente interfederativo** incidiria sobre isso?

Luiz Hayakawa comenta sobre sua experiência em Curitiba e Brasília**. A densidade dialoga diretamente com o conflito entre rural e urbano. Para solucionar esta questão foi estabelecida "zonas de transição"**, um degradê de tipo de ocupação, para amenizar o impacto. Em Brasília a mesma iniciativa foi chamada de "zona de contensão".

Fragomeni conta que avaliando outros planos como os de São Paulo e Recife, existe uma indicação de acompanhar o crescimento das cidades. Ou seja, **acompanhar como as atividades desenvolvidas em determinado fragmento territorial pressionam a ocupação do solo**. Nesse sentido, não existe outra maneira que não o acompanhamento da densidade. Os Planos Diretores têm que considerar as densidades a médio e a longo prazo. Essas densidades devem considerar também a saturação do uso do solo em relação a degradação ambiental, buscando parâmetros em outras cidades de portes semelhantes. O importante é a diretriz. Sobre o controle desse crescimento: **Maringá consegue controlar através dos sistemas de georreferenciamento, além da prospecção da densidade futura** com base em bancos de dados disponíveis, como os levantamentos do IBGE, por exemplo.

Tamires Berton afirma que estão estudando como realizar essa gestão.

Luiz Hayakawa pondera que o crescimento desordenado das cidades provem da ausência de diretrizes. Cita o exemplo de áreas rurais, sob regularização do

VERSÃO PRELIMINAR

INCRA, que mais tarde terão que ser incorporadas pelos centros urbanos. O que onera os cofres públicos. O controle das densidades foi a chave para conseguir lidar com a situação.

Gil Polidoro salienta que na Constituição de 88 existe um capítulo acerca da região metropolitana e sobre o ente metropolitano. Conta que em Curitiba, qualquer alteração em relação ao uso e ocupação do solo precisa anuir de antemão junto ao ente metropolitano. **Ou seja, qualquer mudança de Plano Diretor passa por esse ente metropolitano. Afirma que esta será a solução proposta pela equipe do PDUI.**

Tamires agradece as contribuições e chama Paloma Carpena De Assis, economista e representante do IPLAM para uma fala. Paloma De Assis retoma o relatório do PDUI e faz algumas ponderações: **i.** uma abordagem mais detalhada acerca das atividades produtivas, tendo em vista o novo aeroporto; **ii.** a implantação de uma zona de desenvolvimento econômico para contemplar o agronegócio presente na região metropolitana, governo federal já regulamentou ZPE e isso poderia ser considerado no momento desta implantação; **iii.** Londrina terá um aeroporto indústria e isso deve ser considerado em relação a impactos futuros; **iv.** as ocupações das áreas rurais tendem a aumentar, nesse sentido deve-se considerar os novos modelos de ocupação, como os condomínios; **v.** é necessário definir quem irá coordenar a aplicação deste plano.

Guilherme Kircher Fragomeni advogado, responsável pela área de direito urbanístico e ambiental do plano, (DGPT) expõe um mapa referente a proposta da ferrovia norte e sul (**mobilidade regional**). Pontua que estão em diálogo direto com a gestão estadual, prevendo uma efetiva implementação e relata que o projeto já está em nível executivo, em etapa de escrita de memoriais afim de efetuar as desapropriações. **O contorno sul é a expectativa de mobilidade em relação ao aeroporto.** Localiza o desenho do contorno norte em relação a metrópole: localizada abaixo da linha de transmissão (na faixa de segurança) e com desenho de via expressa, essa proposta está em nível de projeto preliminar. Explica que atualmente estão em negociação com a VALEC, responsável pelo projeto da rodovia norte-sul, acerca da passagem da ferrovia norte-sul. Expõe uma preocupação da IPPLAM em relação ao traçado desta rodovia, que passa muito próxima ao município de Paiçandu, além de prever a passagem da rodovia sobre o distrito de Floriano,

VERSÃO PRELIMINAR

cortando o distrito ao meio. Por estes motivos, a IPPLAM apresentou uma nova proposta a empresa. Comenta que a IPPLAM já considerou uma Zona Rural de contenção e uma proposta de Zona de borda para proteção do aeroporto.

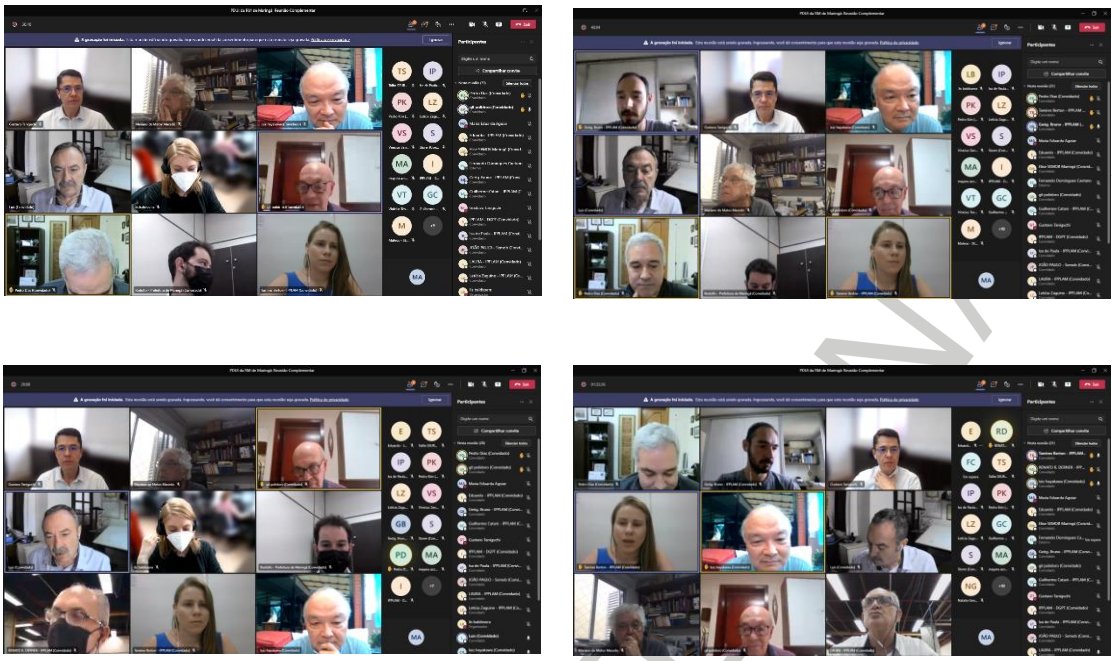
Paloma De Assis retoma a questão do aeroporto, afirma que existem muitos debates em aberto, mas que o grupo do aeroporto possui um hub-logístico fazendo um estudo para ocupação do entorno do aeroporto. Luiz Hayakawa pondera que no futuro o contorno prevista precisará de ajuda de outra diretriz, pois estará congestionado devido ao crescimento da cidade.

Lissandra Baldissera, Arquiteta e Urbanista gerente de projetos da URBTEC™ retoma o tempo da reunião, agradece as colaborações e propõe outras reuniões para sanar dúvidas mais específicas. Tamires Berton também agradece e se coloca à disposição.

VERSÃO PRELIMINAR

REGISTROS

Figura 45 - Reunião Técnica Complementar 12



Fonte: URBTEC™, 2021.

VERSÃO PRELIMINAR

17. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 13 – COORDENAÇÃO

Data: 30/11/2021

Horário: 14h

Local: Secretaria do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas do Paraná - SEDU/PARANACIDADE

Participantes: Alvaro Cabrini Jr., Fernando D. Caetano, Gustavo Taniguchi, Helder R. Nocko, Luciane L. Taniguchi, Luciano Borges dos Santos, Manoela Feiges, Maria Inês Terbeck, Nelson Brito Guimarães, Paulo Henrique Costa, Roberta Guimarães, Vilma R. G. Dias.

MEMÓRIA DE EVENTO

A reunião teve início com a fala de Superintendente Executivo do PARANACIDADE Álvaro José Cabrini Júnior, que agradeceu a participação de todos e explicou os objetivos e a pauta da reunião: a atualização do diagnóstico da FPIC de Meio Ambiente e Saneamento, em virtude da lei que institui as microrregiões de saneamento.

Na sequência, a palavra foi passada para Gustavo Taniguchi, diretor da URBTEC™, que realizou uma breve explanação sobre o conteúdo técnico elaborado para a Etapa 03 e a abordagem da Lei Estadual 237/2021 nos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado das Regiões Metropolitanas de Londrina e de Maringá.

A fala de Gustavo foi complementada pelo engenheiro ambiental Helder Nocko, especialista da área, que expôs o posicionamento técnico adotado pela equipe ante ao tema das microrregiões de saneamento. Gustavo Taniguchi informou que o referido conteúdo havia recebido pouco destaque no relatório pois até o momento de elaboração do documento, as microrregiões ainda não haviam sido aprovadas como Lei.

Após a apresentação da Equipe Consultora, foi aberto espaço para debate

VERSÃO PRELIMINAR

entre os participantes.

Acordou-se pela complementação dos relatórios técnicos referentes à FPIC de Meio Ambiente e Saneamento para ambos os PDUIs. Nesse sentido, também foi debatido o adiamento das Audiências Públicas para a complementação dos relatórios com a análise referente às microrregiões de saneamento.

A Equipe Consultora sugeriu adiar as Audiências Públicas ainda para janeiro de 2022 para tentar mitigar os impactos na mobilização dos representantes municipais em participar dos eventos e dos Planos, em geral.

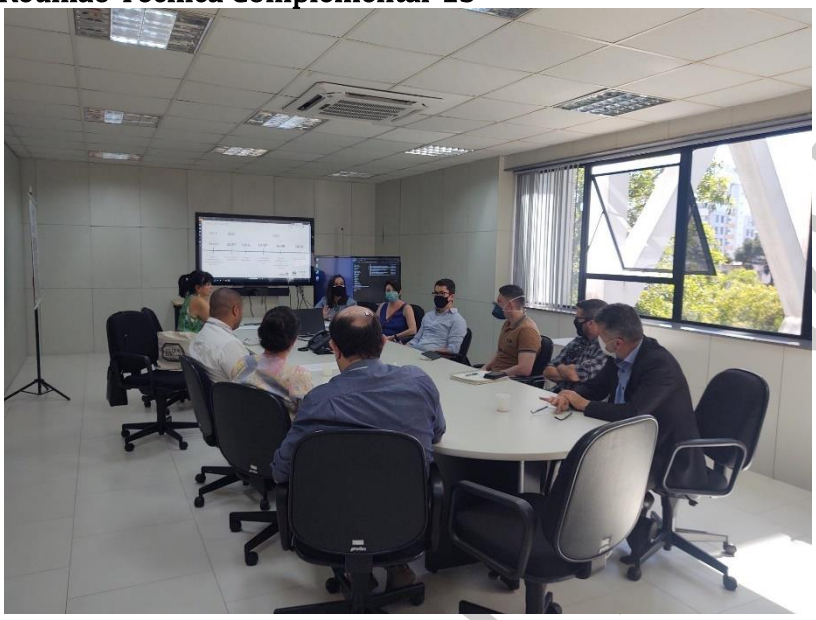
Ao final da reunião, a Equipe Consultora comprometeu-se a encaminhar o mais brevemente possível a atualização dos relatórios e informou que aguardaria o posicionamento oficial do PARANACIDADE para divulgar o adiamento dos eventos. Foi frisada a urgência de que o comunicado oficial fosse divulgado prontamente, visto que os eventos estavam programados para a semana seguinte.

Agradeceu-se a participação de todos e o evento foi encerrado.

VERSÃO PRELIMINAR

REGISTROS

Figura 46 - Reunião Técnica Complementar 13



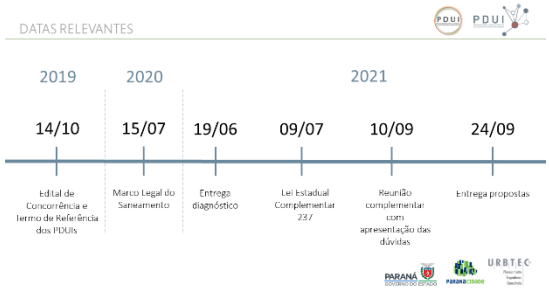
Fonte: URBTEC™, 2021.

VERSÃO PRELIMINAR

APRESENTAÇÃO

Figura 47 - Apresentação Reunião Técnica Complementar 13

VERSÃO PRELIMINAR

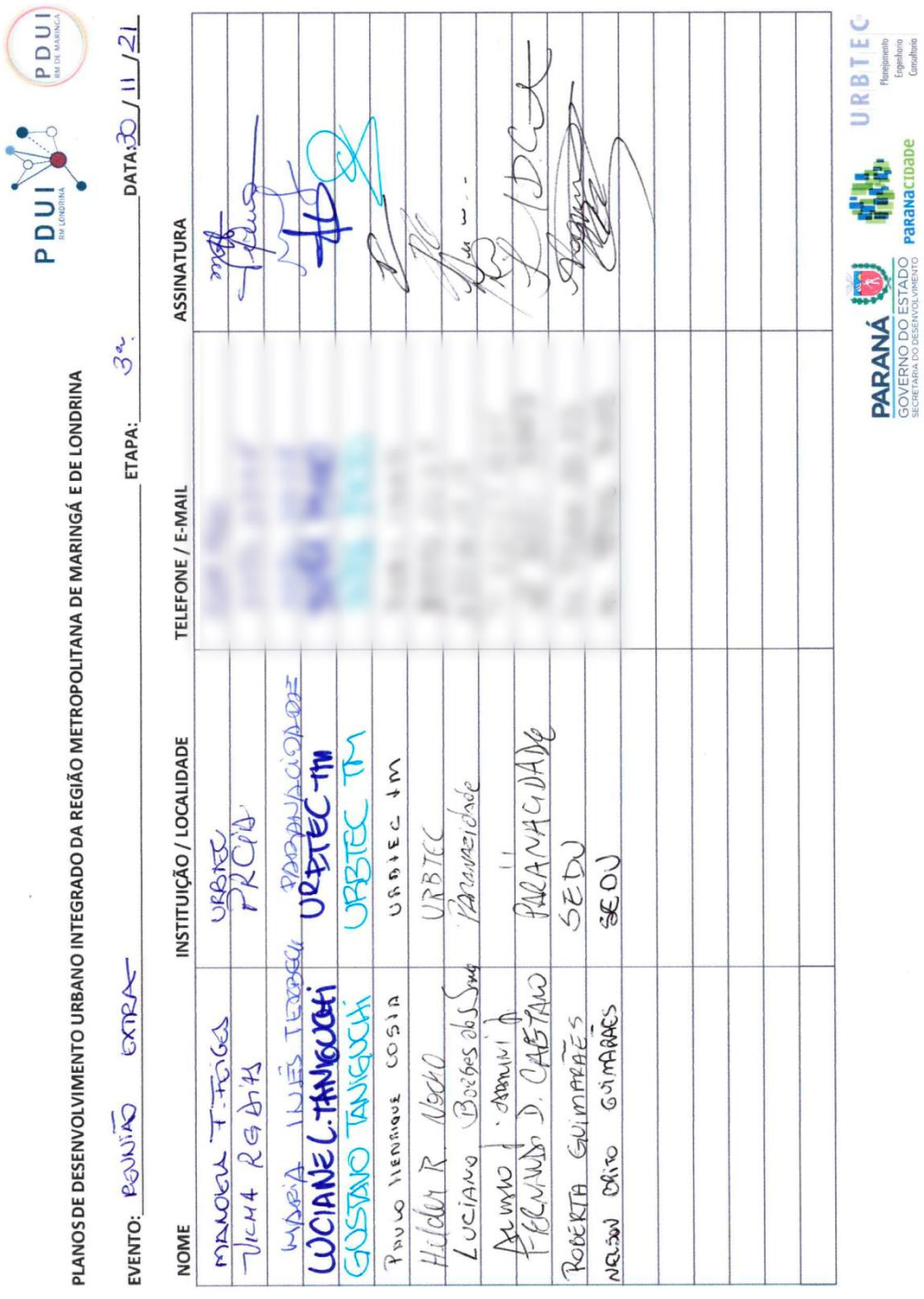


Fonte: URBTEC™, 2021.

VERSÃO PRELIMINAR

LISTA DE PRESENÇA

Figura 48 - Lista de Presença Reunião Técnica Complementar 13



Fonte: URBTEC™, 2021.

18. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 14 – SECRETARIAS E DEMAIS ÓRGÃOS ESTADUAIS

Data: 01/12/2021

Horário: 14h

Local: Evento híbrido

Presencial: Secretaria do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas do Paraná - SEDU/PARANACIDADE

Virtual: Plataforma *Microsoft Teams*

Participantes: Albari Medeiros, Fabiana Laís Stos, Fabricio Miyagima, Gustavo Machado, Gustavo Taniguchi, Lissandra Baldissera, Manoela Feiges, Maria Eduarda Aguiar, Maria Luiza Malucelli Araujo, Maria Inês Terbeck, Milton Campos, Paulo Peccioci, Ruan Oliveira, Roberta Guimaraes

MEMÓRIA DE EVENTO

Maria Inês Terbeck, membro da Equipe de Supervisão do PDUI da RM de Londrina, realizou a abertura da reunião, agradecendo a participação de todos e explanando os objetivos do evento.

Na sequência, passou a palavra para Gustavo Taniguchi, diretor da URBTEC™, que realizou uma apresentação, expondo:

- Conceito geral do PDUI.
- Os objetivos e etapas dos PDUIs das Regiões Metropolitanas de Londrina e de Maringá.
- Os eventos já realizados e os previstos no âmbito dos PDUIs.
- O conteúdo da Etapa 3, bem como seus rebatimentos nas próximas etapas.
- Os possíveis rebatimentos do PDUI no cotidiano das administrações públicas.

Abriu-se espaço então para debate entre os presentes.

VERSÃO PRELIMINAR

Raul Peccioli, diretor técnico da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC), questionou se haviam sido identificados municípios que não deveriam estar em Região Metropolitana e se o planejamento em conjunto das regiões metropolitanas havia sido considerado.

Gustavo Taniguchi esclareceu que há foram identificados municípios que possuem níveis baixos de integração para as três FPICs, mas que a permanência destes na proposta técnica para o Recorte Metropolitano ainda estava sendo avaliada. Em relação ao planejamento conjunto da RMM e da RML, Gustavo Taniguchi argumentou que estavam sendo considerados os demais planos para a região, como o Plano da Metrópole Paraná Norte, mas que os PDUIs possuem, em conjunto, um recorte mais abrangente.

Evelise Kluk, representante da Sanepar, mencionou que ainda estão em processo de aprendizagem sobre os Planos e se colocou à disposição.

O Gerente geral noroeste da Sanepar, Sérgio Augusto Portela, questionou como seria trabalhada a integração entre os municípios atendidos pela Sanepar e aqueles com sistemas municipais e também como seria a aprovação de loteamentos nos novos entes metropolitanos, visto a diversidade de legislações e parâmetros urbanísticos nas regiões.

De maneira complementar, Milton de Campos, arquiteto e urbanista da COMEC, tratou sobre sua experiência na COMEC, informando que as funções públicas haviam sido assumidas pela Coordenação, mas a competência sobre elas recai para outras agências/órgãos. Milton de Campos destacou o trabalho em conjunto da Coordenação com outros órgãos, sobretudo em relação ao licenciamento ambiental e ao controle do parcelamento do solo.

Gustavo Taniguchi explanou, em relação às demandas de saneamento básico, que o planejamento metropolitano seria submetido ao Ente Interfederativo responsável pela gestão das microrregiões de saneamento.

De acordo com Milton de Campos, as legislações propostas pela COMEC e a relação da Coordenação com as demais instituições foi sendo construída ao longo do tempo e que situação semelhante deveria ocorrer com os novos entes metropolitanos das regiões de Londrina e de Maringá.

VERSÃO PRELIMINAR

Maria Inês Terbeck complementou a fala de Milton de Campos destacando a importância da COMEC.

Albari de Medeiros questionou se seriam definidas diretrizes e perfis viários metropolitanos e se a COMEC define essas diretrizes atualmente para a Região Metropolitana de Curitiba. Pontuou a falta de conexões viárias entre municípios conurbados na Região Metropolitana de Maringá.

Conforme Raul Peccioli, as diretrizes intramunicipais são determinadas pelo próprio município e a COMEC determina as ligações de interesse metropolitano. Destacou que algumas diretrizes foram determinadas há mais de duas décadas, sendo necessário um controle do uso e ocupação do solo dessas regiões para implementação dos traçados.

Milton de Campos complementou informando que as diretrizes foram aprovadas pela Câmara Técnica e apresentadas junto ao Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI) da Região Metropolitana de Curitiba.

Maria Inês Terbeck expôs que o IPPUL também a havia questionado sobre as diretrizes viárias e de uso e ocupação do solo do PDUI, visto que o PDM de Londrina está em elaboração.

Gustavo Taniguchi respondeu afirmando que as diretrizes viárias para a Região Metropolitana seriam apresentadas no PDUI.

Milton de Campos questionou se os prefeitos municipais estão cientes que se continuarem na Região Metropolitana irão ter que se submeter ao ente metropolitano na aprovação de loteamento e na implementação de algumas diretrizes viárias.

De acordo com Gustavo Taniguchi, os prefeitos e técnicos municipais são informados nos eventos sobre os ônus e bônus de participar da região metropolitana, sendo que as questões relativas à autonomia municipal são frequentemente mencionadas.

Na sequência, Maria Luiza Malucelli Araújo, arquiteta e urbanista da COMEC, perguntou como estão sendo tratadas as questões financeiras e qual a previsão de encerramento do Plano. Argumentou sobre a dificuldade em articular os atores envolvidos em torno de um consenso.

VERSÃO PRELIMINAR

De maneira complementar, Fabrício Miyagima, representante da Coordenação de Desenvolvimento Governamental e Projetos Estruturantes, também perguntou se a maior parte dos municípios desejava permanecer na Região Metropolitana e se algum município havia manifestado interesse em sair de alguma das regiões.

Gustavo Taniguchi esclareceu que a questão financeira será debatida após a consolidação da Etapa 03. Também citou que alguns municípios haviam manifestado interesse em sair da Região Metropolitana, mas a grande maioria gostaria de continuar.

Os participantes debateram brevemente sobre as formas de determinação do recorte territorial e sobre o pagamento ao ente na prestação de serviços tais como aprovação de condomínios, de loteamentos e de habitação social.

Antonio Gil Fernandes Gameiro, representante da Sanepar, destacou que o recorte das microrregiões de saneamento no Paraná coloca Apucarana na mesma região que Londrina, ainda que o município contenha o manancial de abastecimento de Maringá. Nesse sentido, manifestou sua preocupação entre quais seriam os possíveis conflitos entre o recorte territorial das regiões metropolitanas e o das microrregiões de saneamento.

Gustavo Taniguchi explanou que, atualmente, Apucarana é polo de uma região metropolitana instituída por lei, sendo que sua inclusão em uma das regiões metropolitanas (Londrina ou Maringá) ainda precisaria ser discutida em outro momento.

Jozemar Losano, também representante da Sanepar, argumentou que os municípios de Jandaia do Sul, Cambira e Bom Sucesso estariam na mesma microrregião que Londrina. Também questionou como seria tratada a questão da tarifa, a efetivação dos comitês.

Gustavo Taniguchi respondeu que as diretrizes estaduais devem prevalecer nesses casos. Maria Inês Terbeck argumentou que na regionalização dos serviços de saúde, por exemplo, há municípios que estão na região de Londrina, mas pertencem a região metropolitana de Maringá.

Antonio Gil Fernandes Gameiro ponderou que a regionalização do

VERSÃO PRELIMINAR

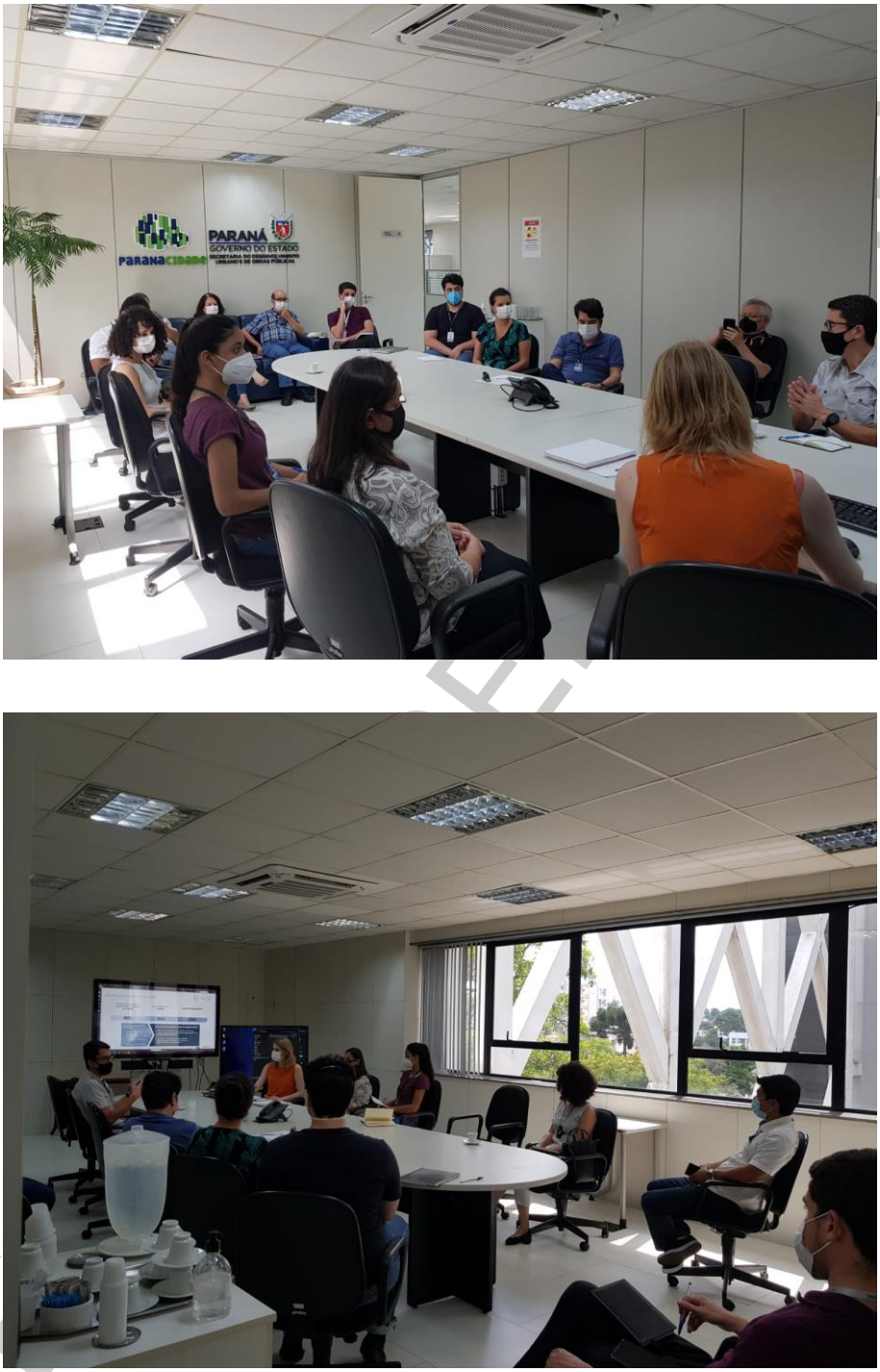
saneamento é algo novo para todos, sendo necessário observar os critérios legais instituídos.

Ao final, Maria Inês Terbeck encerrou a reunião, agradecendo a participação e a presença de todos.

VERSÃO PRELIMINAR

REGISTROS

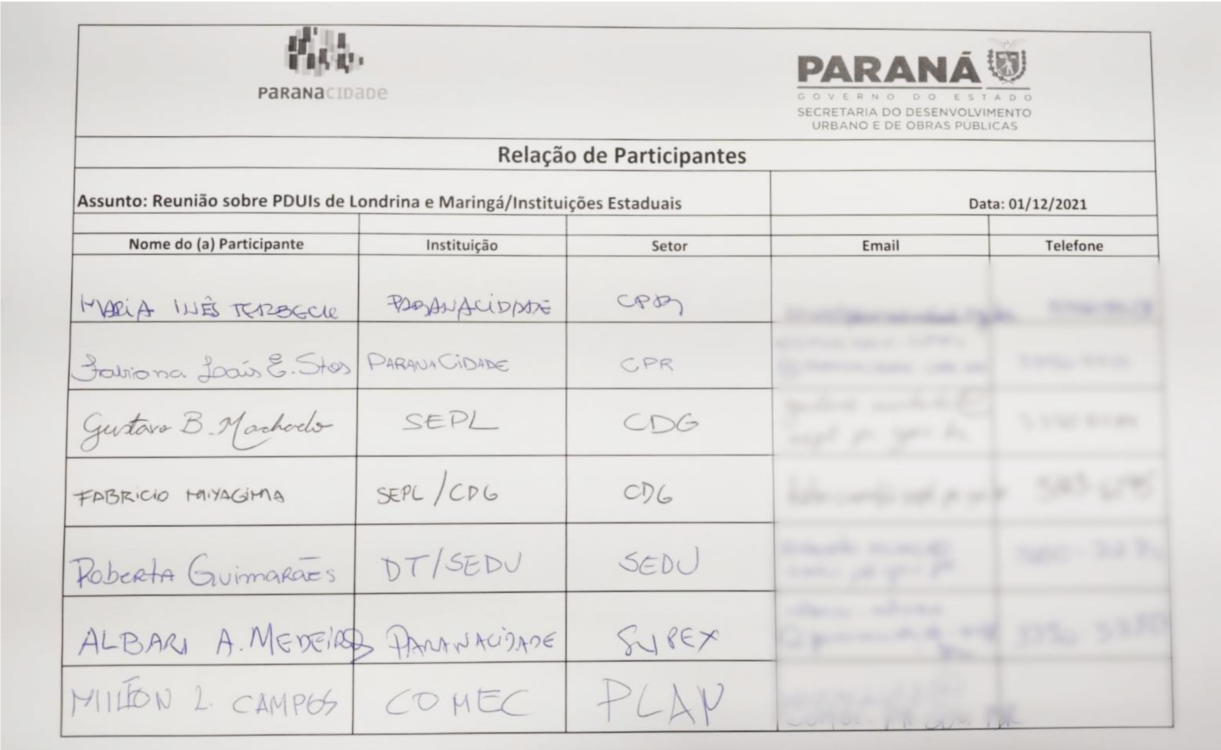
Figura 49 - Reunião Técnica Complementar 14



Fonte: URBTEC™, 2021.

LISTA DE PRESENÇA

Figura 50 - Lista de Presença Reunião Técnica Complementar 14



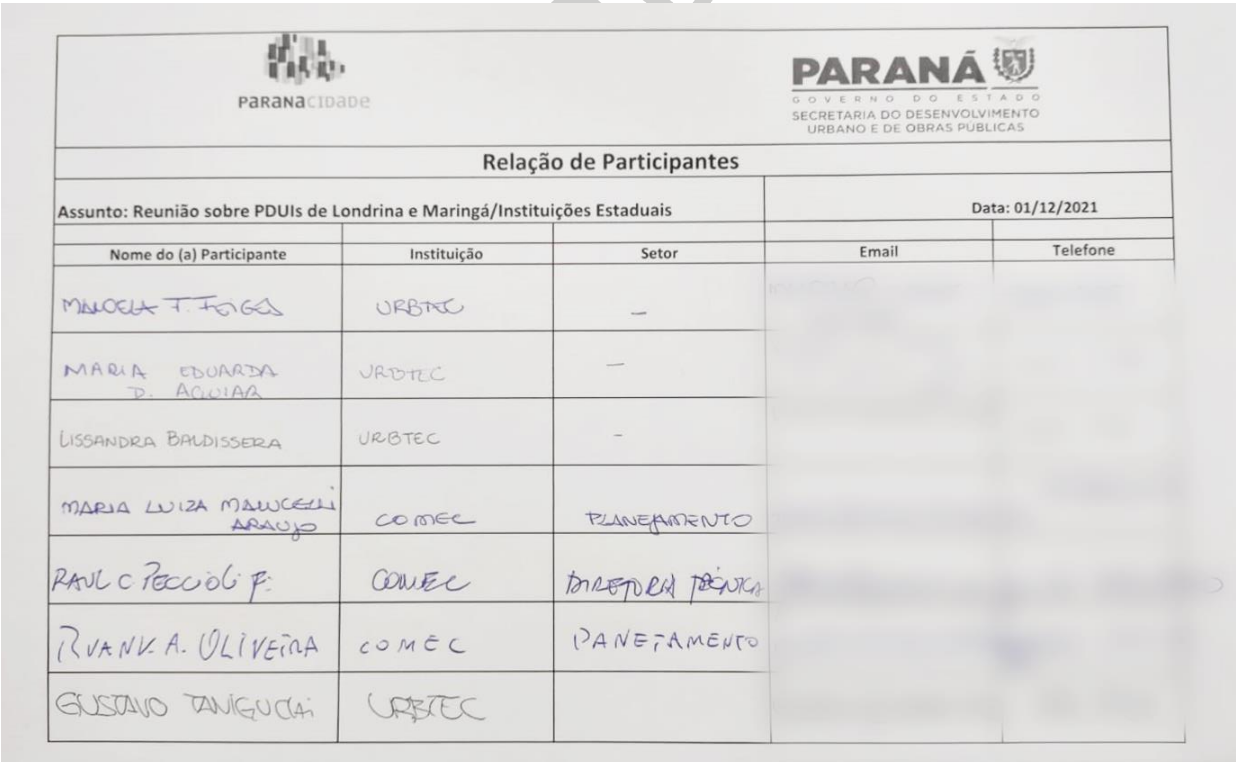
paranacidade

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DE OBRAS PÚBLICAS

Relação de Participantes

Assunto: Reunião sobre PDUIs de Londrina e Maringá/Instituições Estaduais — Data: 01/12/2021

Nome do (a) Participante	Instituição	Setor	Email	Telefone
MARIA INÊS TERBECK	PARANACIDADE	CPR	[illegible]	[illegible]
Fabiana Loaiza E. Stos	PARANACIDADE	CPR	[illegible]	[illegible]
Gustavo B. Machado	SEPL	CDG	[illegible]	[illegible]
FABRICIO MIYAGIMA	SEPL / CDG	CDG	[illegible]	[illegible]
Roberta Guimarães	DT/SEDU	SEDU	[illegible]	[illegible]
ALBARI A. MEDEIROS	PARANACIDADE	SUPEX	[illegible]	[illegible]
MILTON L. CAMPOS	COMEC	PLAN	[illegible]	



paranacidade

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DE OBRAS PÚBLICAS

Relação de Participantes

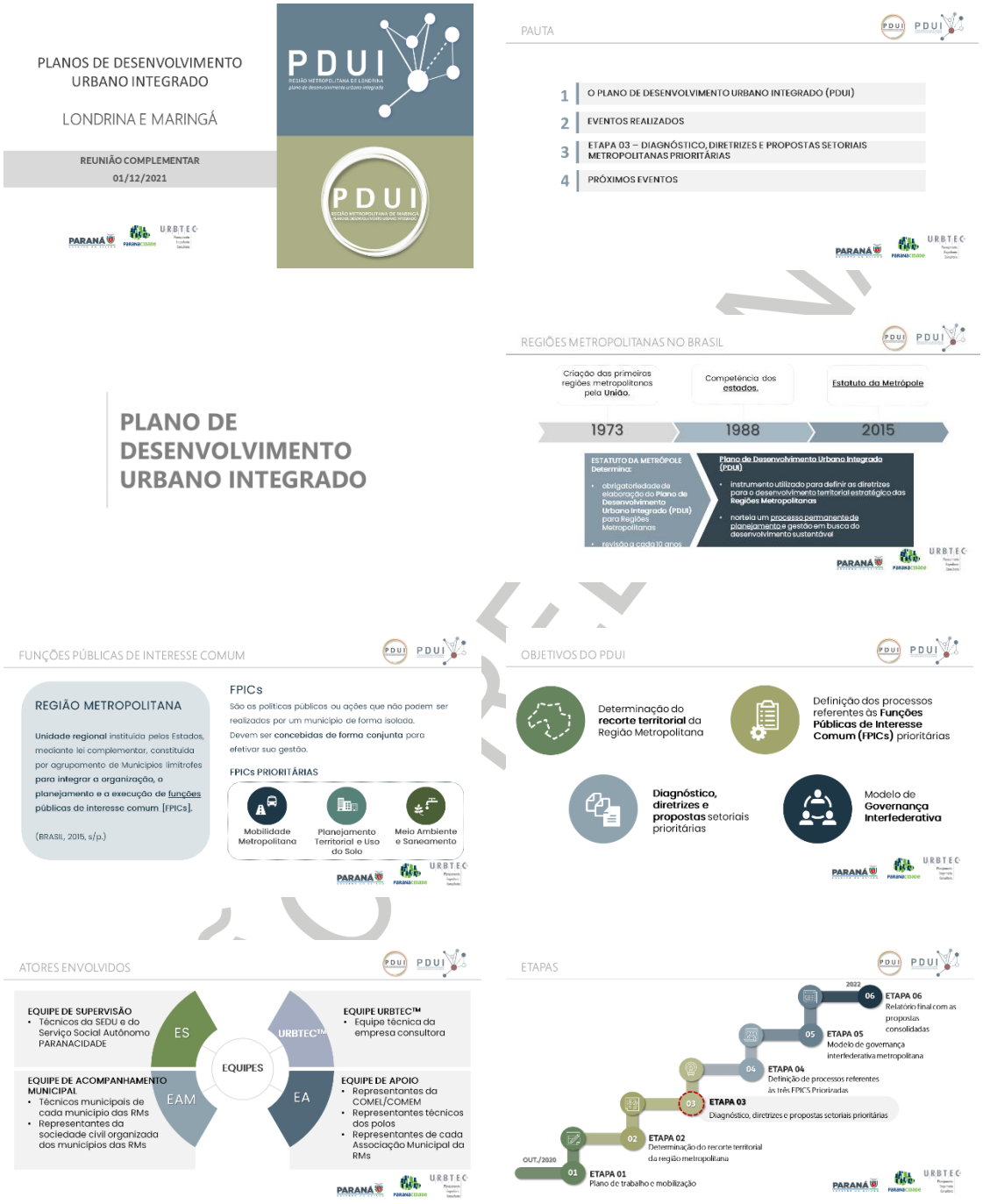
Assunto: Reunião sobre PDUIs de Londrina e Maringá/Instituições Estaduais — Data: 01/12/2021

Nome do (a) Participante	Instituição	Setor	Email	Telefone
MANOELA T. FOGGI	URBTEC	–	[illegible]	[illegible]
MARIA EDUARDA D. AGUIAR	URBTEC	–	[illegible]	[illegible]
LISSANDRA BALDISSERA	URBTEC	–	[illegible]	[illegible]
MARIA LUIZA MANCELLI ARAUJO	COMEC	PLANEJAMENTO	[illegible]	[illegible]
RAUL C PECCIOLI F.	COMEC	DIRETORIA TÉCNICA	[illegible]	[illegible]
RUANA A. OLIVEIRA	COMEC	PLANEJAMENTO	[illegible]	[illegible]
GUSTAVO TANIGUCHI	URBTEC		[illegible]	[illegible]

Fonte: URBTEC™, 2021.

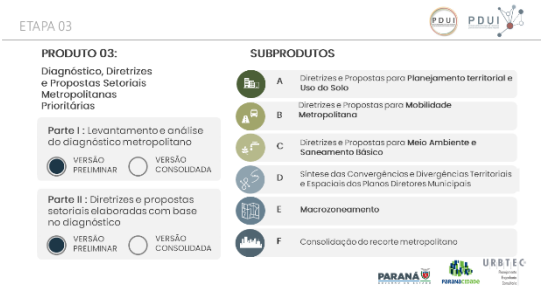
APRESENTAÇÃO

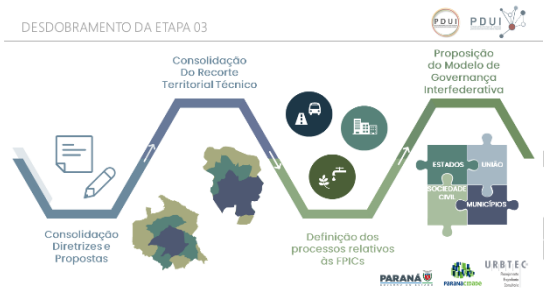
Figura 51 - Apresentação Reunião Técnica Complementar 14

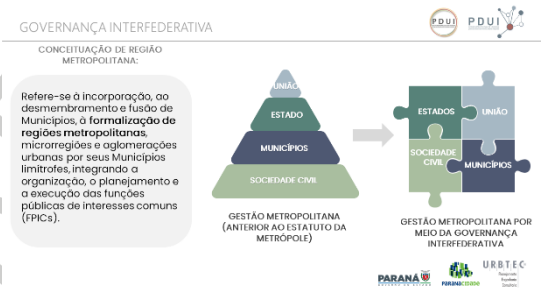


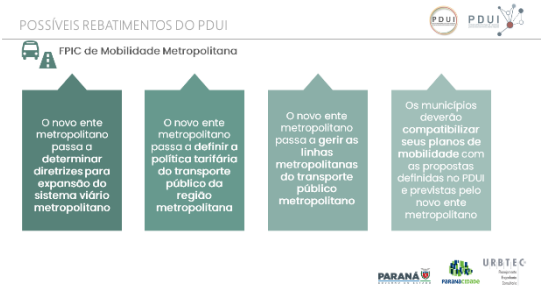
EVENTOS REALIZADOS

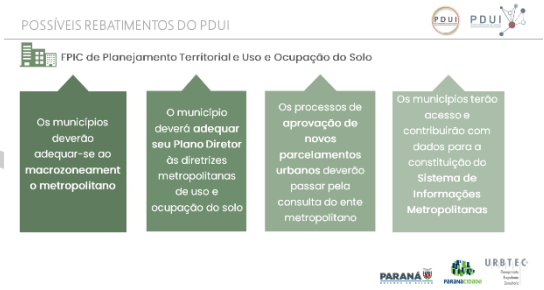
ETAPA 03: DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES E PROPOSTAS SETORIAIS METROPOLITANAS











PRÓXIMOS EVENTOS

Fonte: URBTEC™, 2021.

VERSÃO PRELIMINAR

19. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 15 – COORDENAÇÃO

Data: 14/12/2021

Horário: 14h

Local: Evento híbrido

- **Presencial:** Secretaria do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas do Paraná - SEDU/PARANACIDADE
- **Virtual:** Plataforma *Microsoft Teams*

Participantes:

Adriana de Souza Ricardo Gaio, Albari Alves de Medeiros, André Cotrin Abdo, Annelissa Gobel Donha, Bruna Barroca, Bruno Rigon, Edgar Silvestre, Fernando Caetano, Gil Polidoro, Gustavo Taniguchi, Juliano Geraldi, Lissandra Baldissera, Manoela Feiges, Marcia Polidoro, Maria Eduarda Aguiar, Maria Eunice, Maria Inês Terbeck, Mariano de Matos Macedo, Mayara Azzulin, Mayara Bazz, Paulo Henrique Costa, Pedro Dias, Pedro Kim, Renato Ricardo Derner, Roberta Guimarães, Rodolfo Purpur Junior, Tamires Beton, Vilma Regina Goncalves Dias.

MEMÓRIA DE EVENTO

Maria Inês Terbeck, representante da Equipe de Supervisão do PDUI da RML, deu início à reunião agradecendo a presença de todos e apresentando o objetivo da reunião, que se referiu à apresentação das atualizações do relatório P3C – Diagnóstico, Diretrizes e Propostas da FPIC de Meio Ambiente e Saneamento, em especial no que diz respeito à Lei Estadual Complementar n° 237 de julho de 2021.

Em seguida, Maria Inês indicou que após a aprovação da presente versão do respectivo relatório serão retomadas às publicações relativas às Primeiras Audiências Públicas dos PDUIs. A palavra é então passada à representante da Diretoria Técnica da SEDU, Roberta Guimarães, que contextualiza a aprovação da lei supracitada, assim como sua relevância. Roberta se colocou à disposição para possíveis esclarecimentos a respeito da temática.

A palavra é passada em seguida ao diretor da URBTEC™, Gustavo Taniguchi, que dá início à apresentação da consultoria. A pauta abordada segue: (i) alterações solicitadas para o relatório; (ii) atualizações realizadas no relatório do PDUI da

VERSÃO PRELIMINAR

RMM; (iii) atualizações realizadas no PDUI da RML; (iv) atualização do cronograma dos PDUIs.

Gustavo ressalta que a legislação inclusa no relatório estava em fase de aprovação durante a elaboração do diagnóstico e devido sua temporalidade não foi mencionada anteriormente. Em seguida, segue com a apresentação explanando as atualizações do PDUI da RMM.

Gil Polidoro, geólogo e especialista de Meio Ambiente do PDUI da RMM, comenta a atualização relativa à menção da Resolução nº 18 de 27 de outubro 2021, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Paraná, também anteriormente não citada em relatório devido a temporalidade conflitante. Ressalta o mesmo quanto à Lei Estadual Complementar n° 237/2021.

Maria Inês Terbeck questiona como se dá o enquadramento da RMM nas microrregiões definidas pela legislação em questão. Gil Polidoro responde que a RMM está inserida junto à Região Metropolitana de Cascavel na Microrregião Oeste. Gil complementa que, portanto, considera necessária a elaboração de um Plano Regional de Saneamento específico da RMM e ressalta a relevância da autonomia municipal na temática de saneamento.

Em resposta, Roberta comenta que a Lei Estadual Complementar n° 237/2021 foi elaborada em consulta à Procuradoria do Estado e que considera a relevância da autonomia municipal, em especial nos critérios de voto do órgão colegiado previsto.

Em seguida, Gil aborda a interseção da temática com a formação dos entes metropolitanos, previstos pelos PDUIs, visto que há a possibilidade de parte dos municípios das regiões deixarem de terem interesse na ação conjunta como região metropolitana por receio de perda da autonomia municipal. O especialista cita como exemplo os questionamentos levantados pelo Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná - CISPAR.

Pedro Dias, engenheiro florestal e especialista de Meio Ambiente do PDUI da RMM, complementa as colocações de Gil, comentando que trabalho desenvolvido considera a importância da autonomia municipal no âmbito do saneamento. Aborda ainda a necessidade de regionalização dos mananciais, visto que estes incidem sobre

VERSÃO PRELIMINAR

mais de um município e que, portanto, a articulação intermunicipal é de grande relevância.

Em continuidade, foram apresentadas às atualizações relativas ao relatório do PDUI da RML por parte do geógrafo e especialista de Meio Ambiente do PDUI da RML, Paulo Henrique Costa.

Paulo explicou que as legislações incidentes sobre a região foram abordadas em relatório no sentido de priorização da integração dos sistemas de saneamento.

Fernando Caetano, representante da Equipe de Supervisão do PDUI da RMM, comenta que o recorte metropolitano atual das regiões é tido como referência na Lei Estadual Complementar n° 237/2021 e que possíveis alterações neste recorte interferirão nessa legislação. Comenta ainda a dificuldade de compatibilizar as diferentes inclusões municipais das regiões em associações, consórcios e demais agrupamentos legais, citando como exemplo a administração regional da SANEPAR. Edgar Silvestre, Gil Polidoro e Maria Inês ratificam o afirmado por Fernando, exemplificando outros agrupamentos institucionais conflitantes.

Em sequência Gustavo Taniguchi segue com a apresentação, abordando o cronograma sugerido e reforçando a necessidade de retomar as publicações das Primeiras Audiências Públicas dos PDUIs ainda este ano, para que o evento possa ser realizado em janeiro de 2022.

Roberta questiona se há uma previsão de data para esta publicação. Gustavo comenta que essa definição depende da mobilização junto às prefeituras municipais, para que a participação de todos os municípios seja possibilitada, em vista do recesso entre dezembro e janeiro.

A relevância da audiência pública para a consolidação do diagnóstico é comentada e possíveis tópicos de saneamento que podem ser questionados no evento são citados. Albari Alves de Medeiros, representante do PARANACIDADE, comenta que acredita que a questão da incidência de poços de captação de água não outorgados pelo estado será abordada e cita o exemplo do município de Maringá.

É debatida a abordagem que deverá ser dada aos questionamentos que serão recebidos sobre os produtos e em audiência pública. Gustavo explana quais os ritos recomendados pela consultoria e explica como se dá o momento de respostas

VERSÃO PRELIMINAR

às contribuições.

Edgar Silvestre, representante do Escritório Regional do PARANACIDADE em Maringá, comenta que, em sua percepção, o horário previamente acordado para o evento (18h30) precisa ser revisto, pois em diálogo com os representantes municipais muitos questionaram o horário de fim de tarde. Sugeriu então, a princípio, o horário das 16h00, ou a realização de uma pesquisa junto aos municípios para definição de um horário mais adequado.

Maria Inês pergunta ao Edgar qual sua opinião sobre a realização do evento em janeiro. Edgar responde que acredita ser ideal a realização a partir da segunda quinzena de janeiro, para evitar conflitos com o recesso.

Em complementação, Fernando comenta que entende o horário de fim de tarde voltado à sociedade civil. No entanto, afirma que essa estratégia é mais aplicável a audiências públicas de planos municipais e não regionais, visto que a discussão destes últimos está bastante focada nos representantes municipais.

Em adendo, Albari sugere que a 1ª Audiência Pública dos PDUIs seja realizada às 14h30 para oportunizar deslocamentos intermunicipais. Edgar concorda com a proposição de Albari.

Ao final do evento são resumidos os encaminhamentos acordados, sendo: (i) envio da apresentação utilizada pela consultora em reunião; (ii) envio da revisão dos relatórios pelo PARANACIDADE; (iii) definição de uma data de republicação dos materiais e da chamada para realização das Audiências Públicas.

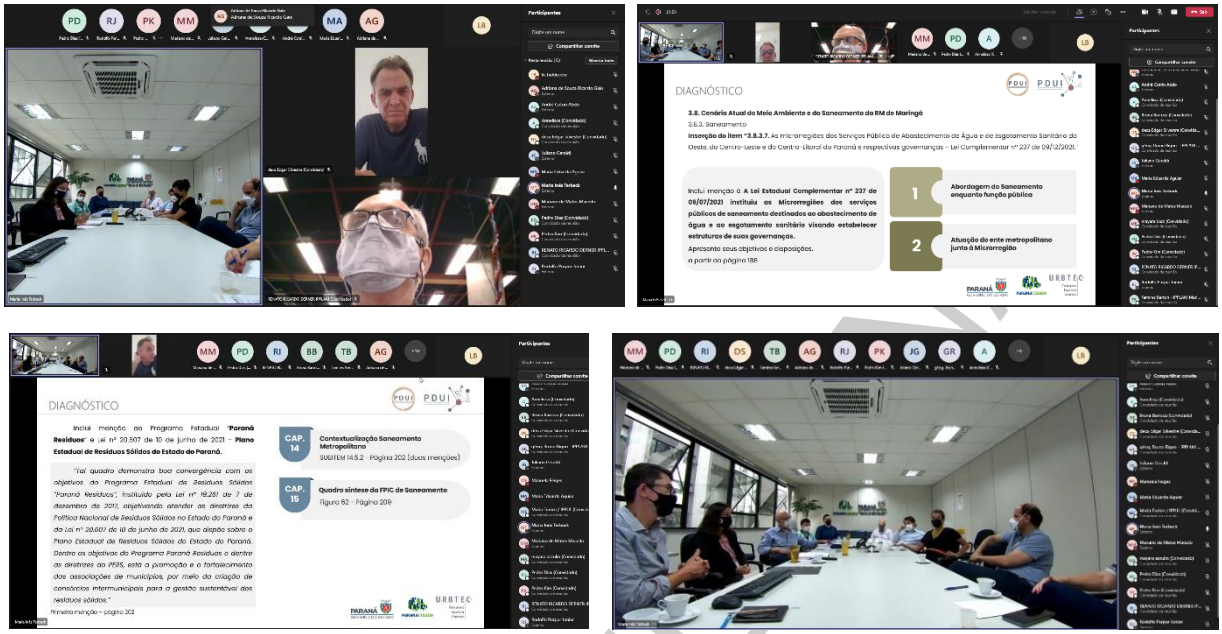
Os representantes do PARANACIDADE afirmam que estão no processo de leitura do relatório e Maria Inês comenta a necessidade de prever um prazo de leitura pelas instituições estaduais competentes e envolvidas nos Planos.

Na ausência de maiores contribuições Maria Inês finaliza a reunião e agradece a participação de todos.

VERSÃO PRELIMINAR

REGISTROS

Figura 52 - Reunião Técnica Complementar 15



Fonte: URBTEC™, 2021.

VERSÃO PRELIMINAR

LISTA DE PRESENÇA

Figura 53 - Lista de Presença Reunião Técnica Complementar 15 Fonte: URBTEC™,

PLANOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DAS REGIÕES METROPOLITANAS DE LONDRINA E DE MARINGÁ

EVENTO: Reunião Complementar ETAPA: 03 DATA: 14 / 12 / 2021

NOME	INSTITUIÇÃO / LOCALIDADE	TELEFONE / E-MAIL	ASSINATURA
GUSTAVO TANIGUCHI	URBTEC	41 3281-1900	
MARIA INÊS TERZOLI	PARANACIDADE	41 3350 3327	
VILMA R G DIAS	PJU/PRCID	41 3350 3308	
FERNANDO J. CAETANO	PARANACIDADE	41 3350-3347	
Roberta Guimarães	SEDU/DT	41 3350-7880	
ALBARI A. MEDEIROS	PARANACIDADE	41-3350-3331	
GUARUBA PEREIRA JR.	PARANACIDADE	41-3350-3309	
PAULO HENRIQUE COSTA	URBTEC	41 3281-1900	
Marcia Cintra Lima Polidoro	URBTEC	41 99991-4282	
M.C. F. B. POLIDORO	URBTEC	41 99997-7257	

Fonte: URBTEC™, 2021

APRESENTAÇÃO

Figura 54 - Apresentação Reunião Técnica Complementar 15

Alterações e complementações realizadas para o PDUI da RM de Maringá

DIAGNÓSTICO

3.2. Recursos Hídricos

3.2.3 Situação do Enquadramento dos Cursos D'água

Inclui menção à **Resolução do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Paraná – Resolução CERH nº 18 de 27/10/2021.**

A recente Resolução do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Paraná – Resolução CERH nº 18 de 27/10/2021 aprovou "o enquadramento dos corpos de água superficiais na área de abrangência do Comitê da Bacia do Piraponema, em classes, de acordo com os usos preponderantes", formalizando assim para seus efeitos legais e de gestão a Deliberação nº 01 CBH – Piraponema de 17/12/2019. p.79

Atualizações decorrentes:

Cap 3.9. **Cenário Atual do Meio Ambiente e do Saneamento da RM de Maringá**
Item " 3.9.1. Mananciais e Recursos Hídricos" p.172

Cap 3.10. **Entraves identificados e matriz de conflitos e problemas quanto ao Meio Ambiente e o Saneamento**
Matriz p.193

Cap 3.11. **Cenário tendencial e do Meio Ambiente e Saneamento na RM de Maringá, considerando horizonte de tempo de dez anos – cenário futuro**
Matriz p.197

Cap 3.14. **Síntese SWOT**
Matriz SWOT: Recursos Hídricos p. 233

DIAGNÓSTICO

3.3. Saneamento

3.3.4. Resíduos Sólidos

Inclui menção à **Lei Estadual nº 19.261 de 07/12/2017 que criou o Programa Estadual de Resíduos Sólidos** – Paraná Resíduos, apresentando os fundamentos e objetivos do programa. - p.108

Inclui menção a a **Lei Estadual nº 20.607/2021 que dispõe sobre o PERS/PR**, apresentando seu conteúdo, destacando a promoção da gestão compartilhada/regionalizada dos resíduos sólidos, conforme as disposições previstas na referida lei. - p.110

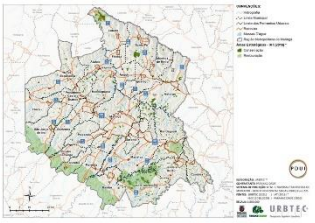
O capítulo 'Cenário tendencial e do Meio Ambiente e Saneamento na RM de Maringá – cenário futuro' também foi adaptado, citando a **Lei Estadual nº 20.607/2021** - p.209

Trecho do relatório:

O seu Artigo 5º, o qual abre o Capítulo dos objetivos, remete para a concretização da gestão associada dos serviços de tratamento e disposição final ambientalmente adequada dos RSU à criação de consórcios públicos interfederativos – municípios em conjunto com o Estado do Paraná, tendo como referências as regiões definidas pelo Plano Estadual de Regionalização da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos.

p.110

DIAGNÓSTICO



3.4. Unidades de Conservação

Inclui o mapeamento atualizado das Áreas Estratégicas para Conservação e Restauração do Estado do Paraná – arquivo vetorial disponibilizado pelo IAT em outubro/2021. – p.140

DIAGNÓSTICO

3.8. Cenário Atual do Meio Ambiente e do Saneamento da RM de Maringá

3.8.3. Saneamento

Inserção do item "3.8.3.7. As microrregiões dos Serviços Público de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Oeste, do Centro-Leste e do Centro-Litoral do Paraná e respectivas governanças – Lei Complementar nº 237 de 09/12/2021."

Inclui menção à **A Lei Estadual Complementar nº 237 de 09/07/2021 instituiu as Microrregiões dos serviços públicos de saneamento destinados ao abastecimento de água e ao esgotamento sanitário visando estabelecer estruturas de suas governanças.**
Apresenta seus objetivos e disposições.
a partir da página 186

1 **Abordagem do Saneamento enquanto função pública**

2 **Atuação do ente metropolitano junto à Microrregião**

DIAGNÓSTICO

1 **Abordagem do Saneamento enquanto função pública** Página 195

O relatório cita a legislação e busca balizar com o escopo do PDUI:

O Artigo 21 da Lei Estadual Complementar nº 237 assim estabelece: "Os serviços públicos de abastecimento de água, de manejo de águas pluviais urbanas e de esgotamento sanitário deixam de ser função pública de interesse comum das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e da Microrregiões antes existentes no Estado do Paraná".

O Parágrafo Segundo do Artigo Segundo desta lei determina que "a prestação de serviços públicos de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e de manejo de águas pluviais urbanas poderá obedecer a plano regional elaborado para o conjunto de municípios atendidos". -p.188

Desta forma, passa a ser relevante e importante a construção de diretrizes e propostas no contexto da RMM e no bojo do PDUI da região, pois assim, além de ser assegurado o necessário diálogo integrado entre o tema saneamento (incluindo resíduos sólidos) para com os demais temas – meio ambiente e uso e ocupação do solo, principalmente, os mesmos materializados num Plano Regional de Saneamento, servirão para preservar os interesses do conjunto dos seus municípios nas devidas deliberações previstas pela lei de criação das microrregiões dos serviços de saneamento no seu processo de governança. -p.188

DIAGNÓSTICO

2 **Atuação do ente metropolitano junto à Microrregião** Página 195

O relatório cita o Colegiado Microrregional e sugere uma atuação conjunta:

Dentre as várias atribuições do Colegiado Microrregional uma delas é o de "aprovar os planos microregionais e, quando couber, os planos intermunicipais e locais". -p.189

Portanto, a participação da RMM obrigatoriamente deverá ser efetiva e principalmente através de seu novo Ente Metropolitano, para que assim, as Políticas Públicas regionais e seus desejos e necessidades sejam garantidos nas deliberações do Colegiado Microrregional. -p.189

DIAGNÓSTICO

3.9. Cenário Atual do Meio Ambiente e do Saneamento da RM de Maringá

3.9.5. Áreas de Risco | 3.9.5.2. Inter-Relações com a Gestão do Uso e da Ocupação do Solo

Inclui menção a **Lei Federal nº 12.608 de 10/04/2012 que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil**

Em síntese, a incipiente gestão destas áreas não guarda relações confortáveis com os processos de planejamento e gestão urbana e territorial, **e muito menos para com o preconizado pela Lei Federal nº 12.608 de 10/04/2012 que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil que estimula a criação de sistemas de monitoramento e informações sobre desastres**

p.190

DIRETRIZES E PROPOSTAS

4. Diretrizes e Propostas – Preliminar

4.1. Detalhamento das propostas

A proposta II relativa à Diretriz 05 – **"Plena Implementação da Política Estadual dos Recursos Hídricos" foi adaptada em virtude da inclusão da** Resolução CERH nº 18 de 27/10/2021.

A mesma alteração foi feita no quadro: Diretriz 05 e propostas para FPIC de Meio Ambiente e Saneamento, no item "4.1. Detalhamento das Propostas".

Versão anterior:
Elaborar normativas deliberando-as junto ao CERH/Pr para estabelecer os Enquadramentos atualizados dos Cursos d'água das Bacias dos Rios Pirapó, Paranapanema e Ivaí (Classes).

Versão atualizada:
Elaborar normativas deliberando-as junto ao CERH/Pr para estabelecer os Enquadramentos atualizados dos Cursos d'água da Bacia do Rio Ivaí (Classes).
p. 245 e 257

Alterações e complementações realizadas para o PDUI da RM de Londrina

DIAGNÓSTICO

Incluí menção da **Deliberação nº 01 do CBH – Piraponema, de 17 de dezembro 2019, e Resolução do CERH de 27 de outubro de 2021**, que aprovou o enquadramento dos corpos de água superficiais na área de abrangência do Comitê da Bacia do Piraponema

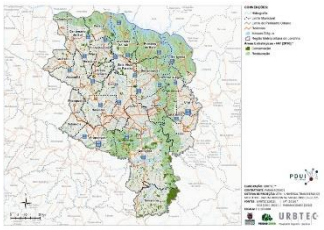
"Destaca-se, a recente Resolução CERH/PR nº 18 de 27 de outubro de 2021 aprovou o enquadramento dos corpos de água superficiais na área de abrangência do Comitê da Bacia do Piraponema, em classes, de acordo com os usos preponderantes, formalizando assim para seus efeitos legais e de gestão a Deliberação nº 01 CBH-Piraponema de 17 de dezembro 2019"

Primeira menção – página 92

CAP. 3.2 **Caracterização das UGRHs da RML**
SUBITEM 3.2.3 – Página 92

CAP. 12 **Cenário tendencial do Meio Ambiente, considerando o horizonte de 10 anos**
Páginas 155 – 156

DIAGNÓSTICO



CAP. 5 **Unidade de Conservação**
Página 125 – Figura 51

Altera a representação **das Áreas Estratégicas de Conservação** conforme o dado mais recente (2016) do IAT e atualiza sua análise.

DIAGNÓSTICO

Incluí menção à Lei Federal nº 12.608 de 10 de março de 2012 que, instituiu a **Política Nacional de Proteção e Defesa Civil**

"A inexistência de melhores informações e de base de dados relativas às áreas de riscos acaba impondo lacunas no processo de gestão destas e em suas inter-relações com a gestão do uso e da ocupação do solo, sem guardar qualquer conforto com os processos de planejamento urbano e territorial, e muito menos com o preconizado pela Lei Federal nº 12.608 de 10 de março de 2012 que, instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, a qual estimula a criação de sistemas de monitoramento e de informações sobre desastres."

CAP. 11.3 **Gestão Ambiental**
SUBITEM 11.3.4.2 – Página 154

DIAGNÓSTICO

Incluí menção à Lei Complementar nº 237, de 9 de julho de 2021, que institui as **Microrregiões dos Serviços de Saneamento no Estado do Paraná**

"Além disso, com a publicação da Lei Complementar nº 237, de 9 de julho de 2021, que instituiu as Microrregiões dos serviços de saneamento no Estado do Paraná, incluindo a Microrregião "Centro-Leste", a qual toda a RML está inserida, uma nova instância com estrutura administrativa e orçamentária própria conduzirá a organização, o planejamento e a execução dos serviços de saneamento nos municípios que a integram, trazendo novas perspectivas de integração para toda região."

Primeira menção – página 177

CAP. 14 **Contextualização Saneamento Metropolitano**
SUBITEM 14.1.1 – Página 177

CAP. 15 **Quadro síntese da FPIC de Saneamento**
Página 208 (duas menções)

CAP. 15 **Quadro síntese da FPIC de Saneamento**
Figura 62 – Página 209

DIAGNÓSTICO

Incluí menção ao Programa Estadual "**Paraná Resíduos**" e Lei nº 20.607 de 10 de junho de 2021 – **Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Estado do Paraná.**

"Tal quadro demonstra boa convergência com os objetivos do Programa Estadual de Resíduos Sólidos "Paraná Resíduos", instituído pela Lei nº 19.251 de 7 de dezembro de 2017, objetivando atender as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos no Estado do Paraná e da Lei nº 20.607 de 10 de junho de 2021, que dispõe sobre o Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Estado do Paraná. Dentre os objetivos do Programa Paraná Resíduos e dentre as diretrizes do PERS, está a promoção e o fortalecimento das associações de municípios, por meio da criação de consórcios intermunicipais para a gestão sustentável dos resíduos sólidos."

Primeira menção – página 202

CAP. 14 **Contextualização Saneamento Metropolitano**
SUBITEM 14.5.2 – Página 202 (duas menções)

CAP. 15 **Quadro síntese da FPIC de Saneamento**
Figura 62 – Página 209

PROPOSTAS

Incluí menção à Lei Complementar nº 237, de 9 de julho de 2021, que instituiu as **Microrregiões dos Serviços de Saneamento no Estado do Paraná**

CAP. 18 **Metodologia** SUBITEM 18.1 – Páginas 224 – 225
Quadro 24 – DIRETRIZES 6 e 7
Adiciona como "oportunidade" Novo Marco do Saneamento e Lei Estadual das Microrregiões

CAP. 18 **Detalhamento** SUBITEM 18.2 – Página 245
DIRETRIZ 7 – Proposta 7.3
Adiciona como justificativa a Lei Estadual das Microrregiões

CAP. 18 **Detalhamento** SUBITEM 18.2 – Página 241 – 242
DIRETRIZ 6 – Propostas 6.1 e 6.4
Adiciona como justificativa o Novo Marco do Saneamento e Lei Estadual das Microrregiões

PROPOSTAS

Atualizações gerais

CAP. 18 **Metodologia** SUBITEM 18.1 – Página 223
Quadro 24 – DIRETRIZ 5
Adiciona como "traqueja" a dificuldade no alcance das metas dos Planos de Bacias

CAP. 18 **Metodologia** SUBITEM 18.1 – Página 226
Quadro 24 – DIRETRIZ 8
Adiciona como "oportunidade" o Programa Paraná Resíduos

PDUI
REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA
plano de desenvolvimento urbano integrado

PDUI
REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ
PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO

Atualização do cronograma

VERSÃO PRELIMINAR IAT

Fonte: URBTEC™, 2021.

VERSÃO PRELIMINAR

20. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 16 – COORDENAÇÃO

Data: 07/01/2022

Horário: 14h

Local: Evento híbrido

Presencial: Secretaria do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas do Paraná - SEDU/PARANACIDADE

Virtual: Plataforma *Microsoft Teams*

Participantes: Carlos Storer, Fernando Caetano, Gustavo Taniguchi, Lissandra Baldissera, Manoela Feiges, Maria Eduarda Aguiar, Maria Inês Terbeck, Maria Vitória Cavalotti, Roberta Guimarães, Vírginia Nalini.

MEMÓRIA DE EVENTO

A presente reunião teve início com a apresentação de Gustavo Taniguchi, diretor da URBTEC™ que expôs as atribuições do PARANACIDADE e da URBTEC™ em relação a datas e prazos para as divulgações das Primeiras Audiências Públicas dos PDUIs da RML e RMM.

Maria Inês Terbeck, representante da Equipe de Supervisão, levanta o questionamento sobre as alterações nos relatórios de Meio Ambiente e Saneamento do PDUI da RMM, solicitados por parte do IAT. Gustavo afirma que as alterações já foram feitas e serão contempladas na versão dos relatórios a ser publicada para a audiência. Em seguida retoma a apresentação.

Maria Inês afirma que as atribuições do PARANACIDADE em relação as divulgações das audiências públicas terão início no dia 17 de janeiro de 2022 e se referirão essencialmente à publicação dos principais documentos.

Em resposta Taniguchi afirma que tais documentos serão enviados pela URBTEC™ no dia 14 de janeiro de 2022, para que possam ser revisados por parte do PARANACIDADE, previamente à publicação oficial em 17 de janeiro de 2022.

VERSÃO PRELIMINAR

Terbeck questiona ainda se os locais onde serão realizadas as audiências já estão confirmados. O diretor da URBTEC™ afirma que sim, tanto em Maringá quanto em Londrina.

Terbeck também assume a necessidade de avaliar e revisar as leis de cada um dos municípios em relação às medidas sanitárias de combate à pandemia de COVID-19, assim como a realização dos eventos em formato hibrido. Taniguchi responde que está questão será revisada e que o evento já está planejado para acontecer em formato hibrido.

Maria Inês também pergunta se a equipe da URBTEC™ planeja manter as mesmas estratégias de publicação já utilizadas anteriormente. Salienta a necessidade de falar com os representantes do Escritório Regional de Maringá do PARANACIDADE, Edgar Silvestre e Sandra Moya, representante da Casa Civil de Londrina, para auxiliar na divulgação do evento.

Gustavo Taniguchi consente com o colocado por Maria Inês e afirma que a atuação dos representantes citados será essencial na articulação com os representantes municipais. Ressalta ainda a responsabilidade do PARANACIDADE de comunicar-se com representantes estaduais.

O diretor da URBTEC™ pergunta ao PARANACIDADE como se dará a composição da mesa nas audiências públicas e frisa a importância da participação de um representante do estado comparecer ao evento. Manoela Feiges, coordenadora operacional da URBTEC™, concorda com Gustavo ratificando a necessidade de representatividade do PARANACIDADE nos eventos.

Roberta Guimarães, representante da diretoria técnica da SEDU, pergunta em qual horário ocorrerão as audiências. Em resposta, Taniguchi afirma que ambas terão início às 14h30.

Fernando Caetano, representante da Equipe de Supervisão, informa que gostaria de participar presencialmente dos eventos. Maria Inês afirma que Albari Alves de Medeiros, representante da SEDU, também tem interesse em comparecer aos eventos, assim como Glauco Pereira Junior, representante da Equipe de Supervisão.

Em seguida o diretor da URBTEC™ pauta a necessidade de definir qual o

VERSÃO PRELIMINAR

representante da Associação Municipal do Setentrião Paranaense (AMUSEP) será considerado na Equipe de Apoio do PDUI da RMM. Fernando Caetano afirma que não é preciso considerar necessariamente o presidente da Associação como seu representante.

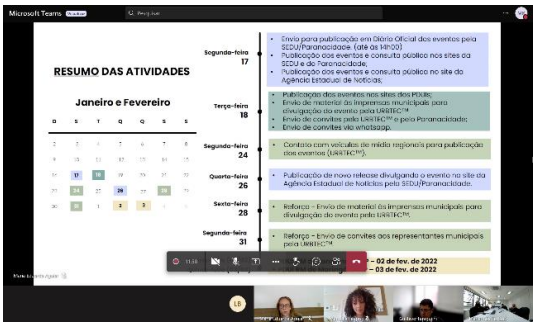
Em adendo Maria Inês pergunta se algum município das RMs não apresenta nenhuma nomeação para a Equipe de Acompanhamento Municipal (EAM). Taniguchi responde que os municípios de Marialva e Florida (RMM) não possuem representantes. Terbeck afirma que entrará em contato com Edgar Silvestre para averiguar esta questão.

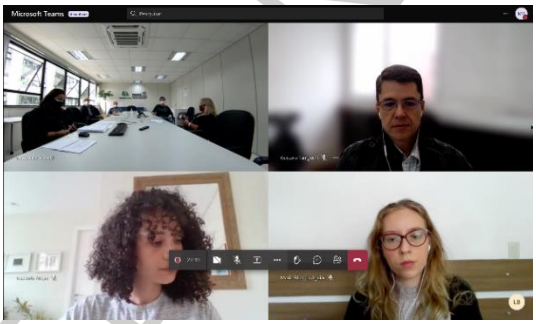
Na ausência de novas considerações a reunião é encerrada

VERSÃO PRELIMINAR

REGISTROS

Figura 55 - Reunião Técnica Complementar 16



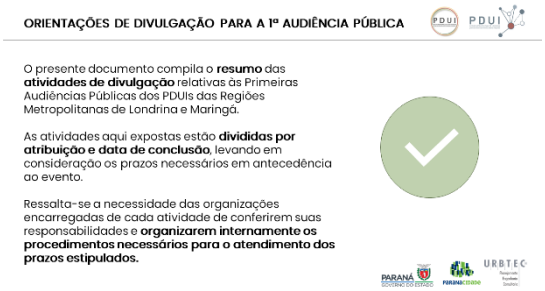


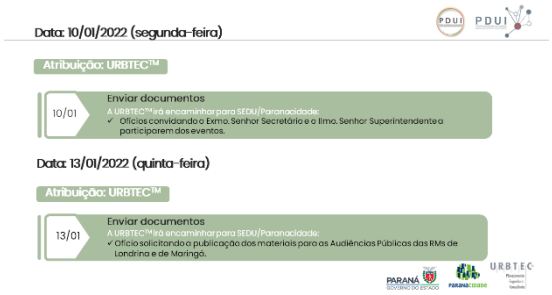
Fonte: URBTEC™, 2022

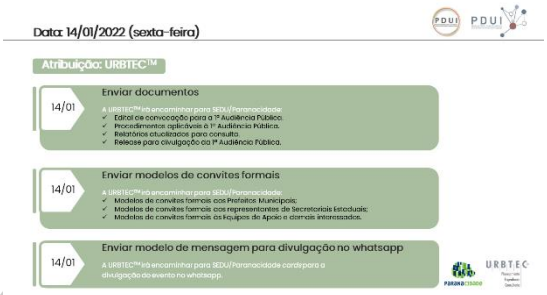
VERSÃO PRELIMINAR

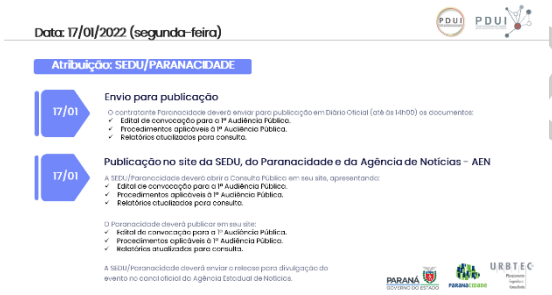
APRESENTAÇÃO

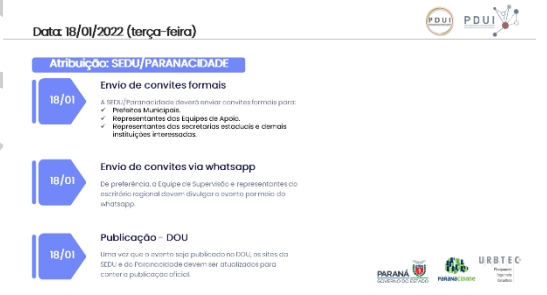
Figura 56 - Apresentação Reunião Técnica Complementar 16

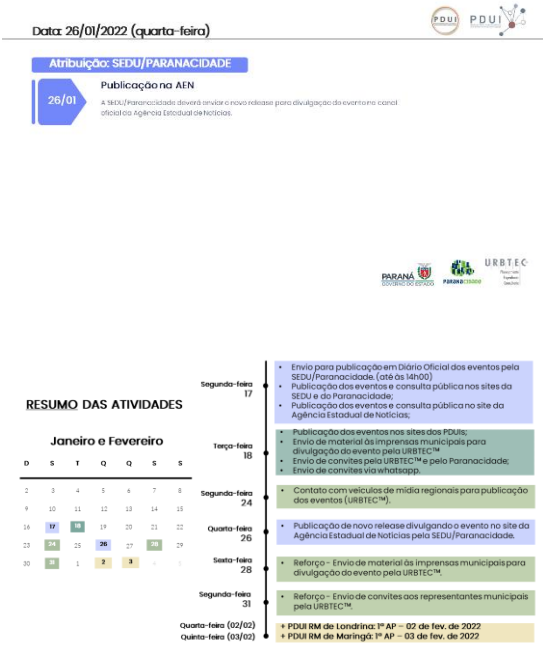


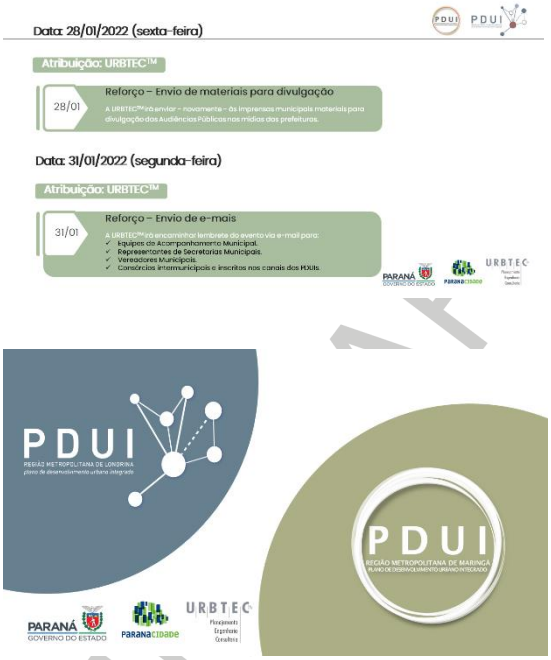












Fonte: URBTEC™, 2022

VERSÃO PRELIMINAR

21. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 17 – COORDENAÇÃO

Data: 25/01/2022

Horário: 14h

Local: Evento híbrido

Presencial: Secretaria do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas do Paraná - SEDU/PARANACIDADE

Virtual: Plataforma *Microsoft Teams*

Participantes: Álvaro José Cabrini Junior, Annelissa Gobel, Camila Mileke Scucato, Carlos Augusto Storer, Cristiano J. Zaclikevicz, Fernando D. Caetano, Gil Polidoro, Glauco Pereira Junior, Gustavo Taniguchi, Helder R. Nocko, Lissandra Baldissera, Manoela Feiges, Marcia Amorim, Marcia Polidoro, Maria Eduarda Aguiar, Maria Inês Terbeck, Mariano Macedo, Mayara Bazz, Nelson B. Guimarães, Pedro Dias, Pedro Kim, Roberta Guimarães, Rosana F. Menarin.

MEMÓRIA DE EVENTO

ATA DA PRIMEIRA (1ª) REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA DE OPERAÇÕES DO PARANACIDADE realizada aos vinte e cinco do mês de janeiro de 2022, na Sala do Conselho, estavam presentes: Diretora de Operações Senhora Camila Mileke, Superintendente Executivo Senhor Álvaro Cabrini, os Analistas de Desenvolvimento Municipal Fernando Domingues Caetano, Maria Inês Terbeck, Glauco Pereira Junior, Carlos Augusto Storer, Cristiano José Zaclikevicz, Secretário-Geral do Colegiado Microrregional Senhor Nelson Brito Guimarães, Procuradora Juridica Senhora Rosana de Fátima Menarin, e Virtual pela Plataforma Microsoft Teams a URBTEC. Pauta dos trabalhos constituiu-se de 1. Lei Complementar 237/2021 – Ajuste no Contrato de Maringá com a Consultoria Técnica da URBTEC--
---------- Item 1
A Superintendência Executiva juntamente com a Diretoria de Operações convocou uma Reunião Técnica Operacional com as Equipes PARANACIDADE, URBTEC e o Secretário Geral do Colegiado Microrregional para o ajustamento das novas diretrizes e adequações nos Contratos dos PDUIS. A finalidade é entrar em

VERSÃO PRELIMINAR

conformidade na aplicação da Lei Complementar Estadual 237/2021. O objetivo do PARANACIDADE é elucidação da aplicação da Função Pública de Interesse Comum do Saneamento Básico. Em 9 de julho entra em vigor a Lei complementar estadual nº 237/2021 e conforme disposto no Art. 21 Os serviços públicos de abastecimento de água, de manejo de águas pluviais urbanas e de esgotamento sanitário deixam de ser função pública de interesse comum das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e de Microrregiões antes existentes no Estado do Paraná. O Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado – PDUI da Região de Maringá está sendo elaborado pela equipe de Consultoria Técnica da URBTEC, em conformidade com a Lei Federal nº 13.089/2015 – Estatuto da Metrópole, e sua alteração Lei Federal nº 13.683/2018. Anteriormente à Lei Complementar 237/2021 especificamente em 19/6/2021, a versão preliminar do P3C já se encontrava em desenvolvimento pela empresa de Consultoria URBTEC referente ao Contrato 008/2020 da Região Metropolitana de Maringá, definido como - Diagnóstico, Diretrizes e Propostas Setoriais Metropolitanas Prioritárias do Meio Ambiente e Saneamento Básico, sendo as três Funções Públicas de Interesse Comum a serem desenvolvidas no PDUI, consideradas a partir do P3, definidas como - Planejamento Territorial e Uso e Ocupação do Solo, Mobilidade Metropolitana e Meio Ambiente e Saneamento Básico. Segundo consta na alínea "d" da cláusula 5ª do Contrato de Prestação de Serviços 008/2020 – A Contratada deverá entregar ao Contratante os produtos conforme definidos no Termo de Referência integrantes deste contrato", inclusive contemplando o abastecimento de água, manejo de águas pluviais urbanas e esgotamento, que deveriam ser apresentados no P3. Entretanto, de acordo com o disposto na nova Lei Estadual, a citada alínea se torna inaplicável e ultrapassada. Em consequência desse fato, a Diretoria de Operações propôs adequações no escopo Contratual - com a exclusão da abordagem das temáticas abastecimento de água, manejo de águas pluviais urbanas e esgotamento sanitário do escopo do Contrato 008/2020, como partes da Função Pública de Interesse Comum do Meio Ambiente e Saneamento Básico e, consequentemente, a tomada de providências necessárias quanto ao consubstanciamento do Termo Aditivo de Redução do Contrato. Deliberou-se sobre o assunto e, após votação, foi aprovada por unanimidade a proposta da Exclusão da abordagem das temáticas abastecimento de água, manejo de águas pluviais urbanas e esgotamento sanitário do escopo do Contrato 008/2020.

VERSÃO PRELIMINAR

A documentação deverá ser encaminhada à Procuradoria Jurídica para análise e parecer a respeito do Termo Aditivo de Redução de Valor e Prorrogação dos Prazos de Execução e Vigência do Contrato nº 8/2020, firmado entre o PARANACIDADE e a URBTEC, cujo objeto consiste em consultoria para elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Maringá. Em não havendo mais nada a tratar, a Senhora Diretora de Operações encerrou a reunião, da qual eu Vera Morais Ferreira lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

VERSÃO PRELIMINAR

LISTA DE PRESENÇA

Figura 57 - Lista de Presença Reunião Técnica Complementar 17

PDUI REM LONDRINA

PDUI REM DE MARINGÁ

PLANOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DAS REGIÕES METROPOLITANAS DE LONDRINA E DE MARINGÁ

EVENTO: REUNIÃO COMPLEMENTAR ETAPA: DATA: 25/01/2022

NOME	INSTITUIÇÃO / LOCALIDADE	TELEFONE / E-MAIL	ASSINATURA
Carlos Alberto Sousa	Cambará/PR		
Maria Inês Tezza	"		
Alvaro J. Cardoso Jr.	"		
Cristiano J. Zaculeve	"		
Rosana F. Menarin	"		
Camila M. Scucato	"		
Orlando Pereira Jr.	"		
Fernando D. Caetano	"		
Heloisa R. Nocko	URBTEC		
Mariana Guimarães	SEDU		
Adriana Guimarães	CC		
Marcelo Gonçalves	Sedu		
Lissandra Bruschera	URBTEC		

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO

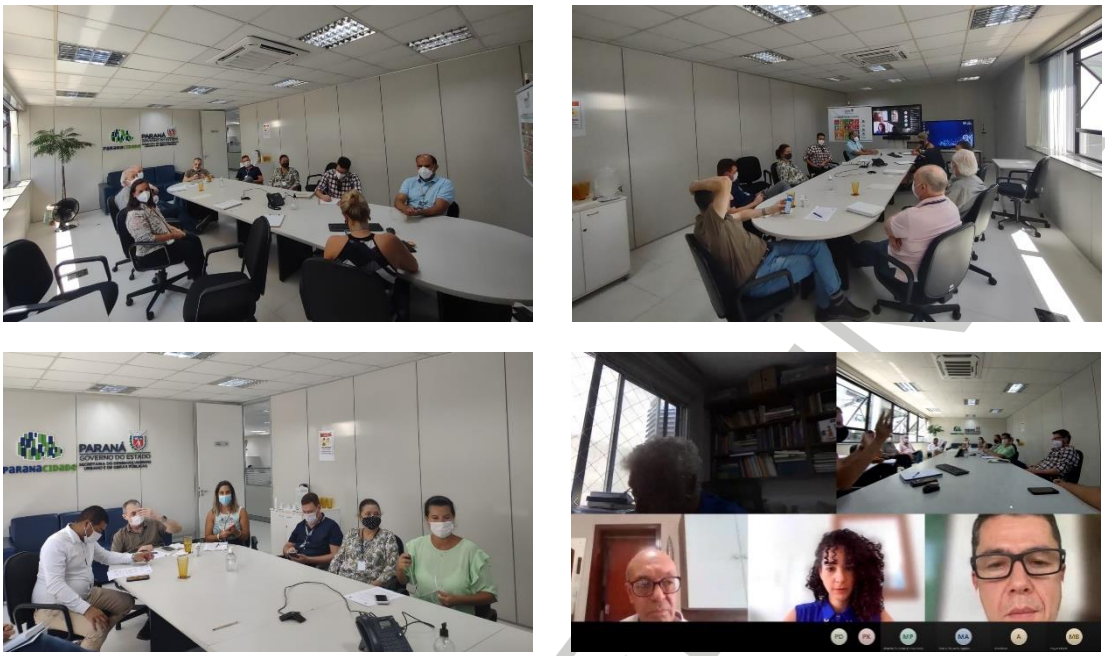
PARANACIDADE

URBTEC Planejamento Engenharia Consultoria

Fonte: URBTEC™, 2022

REGISTROS

Figura 58 - Reunião Técnica Complementar 17



Fonte: URBTEC™, 2022

VERSÃO PRELIMINAR

22. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 18 – COORDENAÇÃO

Data: 10/03/2022

Horário: 14h

Local: Evento híbrido

Presencial: Secretaria do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas do Paraná - SEDU/PARANACIDADE

Virtual: Plataforma *Microsoft Teams*

Participantes:

Albari de Medeiros, Carlos Storer, David Pierin, Fernando Caetano, Geraldo Luiz Farias, Glauco Pereira Junior, Gustavo Taniguchi, Izabel Borges, Lissandra Baldissera, Luiz Hayakawa, Manoela Feiges, Maria Eduarda Aguiar, Otavio Socachewsky.

Pauta: Andamento dos trabalhos referentes à elaboração dos PDUIs e revisão de cronograma.

MEMÓRIA DE EVENTO

A reunião teve início com a apresentação do gestor dos contratos referentes aos PDUIs das Regiões Metropolitanas de Cascavel, Londrina e Maringá, Geraldo Luiz Farias. Farias retomou as alterações ocorridas na Equipe de Supervisão (ES) dos PDUIs, introduzindo os fiscais de contrato de cada plano e solicitando que os demais participantes da reunião se apresentassem.

Na sequência, todos os participantes presenciais e virtuais se apresentaram. Albari de Medeiros, representante da diretoria do PARANACIDADE, pontuou que estaria acompanhando os planos e que esperava a consolidação de um novo ritmo de trabalho para finalização dos trabalhos.

Em sua fala, David Pierin, membro da ES do PDUI da RM de Cascavel, informou que ainda está avaliando a versão preliminar do Plano de Trabalho e Mobilização previamente encaminhada pela Consultora.

VERSÃO PRELIMINAR

Gustavo Taniguchi, diretor da URBTEC™, destacou que não foram recebidas as alterações contratuais para o PDUI da RM de Cascavel, apenas para os das RMs de Londrina e de Maringá.

Luiz Hayakawa, coordenador do PDUI da RM de Maringá, tratou sobre o papel do município polo na estruturação do novo ente metropolitano e da importância do engajamento local para a elaboração do plano.

Carlos Storer, membro da ES do PDUI da RM de Londrina, mencionou as alterações ocorridas em relação ao escopo dos contratos e falou sobre a necessidade de balizar como a questão será tratada na execução dos trabalhos.

Os participantes debateram brevemente sobre a abordagem da Função Pública de Interesse Comum (FPIC) de Meio Ambiente. Gustavo Taniguchi explanou que as alterações solicitadas pela SEDU/PARANACIDADE haviam sido atendidas nos PDUIs das RMs de Londrina e de Maringá e que os relatórios revisados seriam encaminhados na sequência. As alterações também seriam realizadas para o PDUI da RM de Cascavel, uma vez que as alterações contratuais fossem oficializadas.

Gustavo Taniguchi também lembrou aos presentes que a equipe da Consultora não havia tido acesso ao parecer técnico que justificava as alterações contratuais para os PDUIs das RMs de Londrina e de Maringá até aquele momento. Os membros das ES dos planos se comprometeram a encaminhar os pareceres para a equipe da URBTEC™.

Na sequência, Gustavo Taniguchi realizou uma breve apresentação dos planos, abordando seu andamento e os cronogramas previstos. A partir da pauta apresentada pelo diretor da URBTEC™, iniciaram-se outros debates entre os participantes.

Em um primeiro momento, os participantes trataram sobre a participação e o engajamento local na elaboração dos Planos. Geraldo Luiz Farias questionou como estava se dando a participação social e o que estava previsto no Termo de Referência (TR) para a divulgação de eventos.

Gustavo Taniguchi explanou que o TR previa que a divulgação dos eventos fosse realizada por meio das Prefeituras Municipais. Pontuou que a URBTEC™ encaminhou para as prefeituras locais materiais para divulgação, além de entrar em

VERSÃO PRELIMINAR

contato com as equipes de acompanhamento e técnicos municipais para reforçar a participação nos eventos. Destacou que o cancelamento das Audiências Públicas desincentiva os interessados e defendeu que os convites oficiais, via SEDU/PARANACIDADE, auxiliam para uma maior adesão.

Luiz Hayakawa mencionou que o envolvimento direto das universidades no processo poderia contribuir para uma maior participação no desenvolvimento dos Planos. Complementando a fala de Luiz Hayakawa, Carlos Storer lembrou que as RMs de Londrina e de Maringá contam com a presença do observatório das metrópoles e informou que poderia entrar em contato com representantes do Conselho Estadual das Cidades do Paraná (Concidades/PR) para reforçar a participação.

Carlos Storer também destacou que o principal produto dos trabalhos se trata da estruturação dos novos entes metropolitanos e que os PDUIs seriam um bônus às novas governanças.

Ao final, os presentes comentaram a importância de realizar uma reunião para tratar sobre o PDUI da RM de Cascavel o mais brevemente possível, agendando-a para a data de 17 de março (quinta-feira). Ademais, quanto ao envio dos documentos atualizados para os PDUIs das RMs de Londrina e de Maringá, foi acordada a data de 14 de março (segunda-feira).

Manoela Feiges, coordenadora adjunta da URBTEC™, questionou se os procedimentos para realização das audiências públicas permaneceriam os mesmos e seria possível o cumprimento do cronograma proposto.

Os participantes então debateram sobre os cronogramas e prazos propostos e sobre os trâmites para realização das audiências. Luciane Leiria, advogada da equipe da URBTEC™, destacou que era necessário observar os prazos e disposições relativas ao calendário eleitoral de 2022.

Geraldo Luiz Farias solicitou que a Consultora encaminhasse, junto aos relatórios atualizados para os PDUIs das RMs de Londrina e de Maringá, as propostas de cronograma para avaliação das equipes de supervisão.

Ao final, Geraldo Luiz Farias encerrou o evento, agradecendo a participação de todos e se colocando à disposição para contato.

VERSÃO PRELIMINAR

LISTA DE PRESENÇA

Figura 59 – Lista de Presença Reunião Técnica Complementar 18

PLANOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DAS REGIÕES METROPOLITANAS DE CASCAVEL DE LONDRINA E DE MARINGÁ

EVENTO: REUNIÃO COMPLEMENTAR DE COORDENAÇÃO ETAPA: 03 DATA: 10/03/22

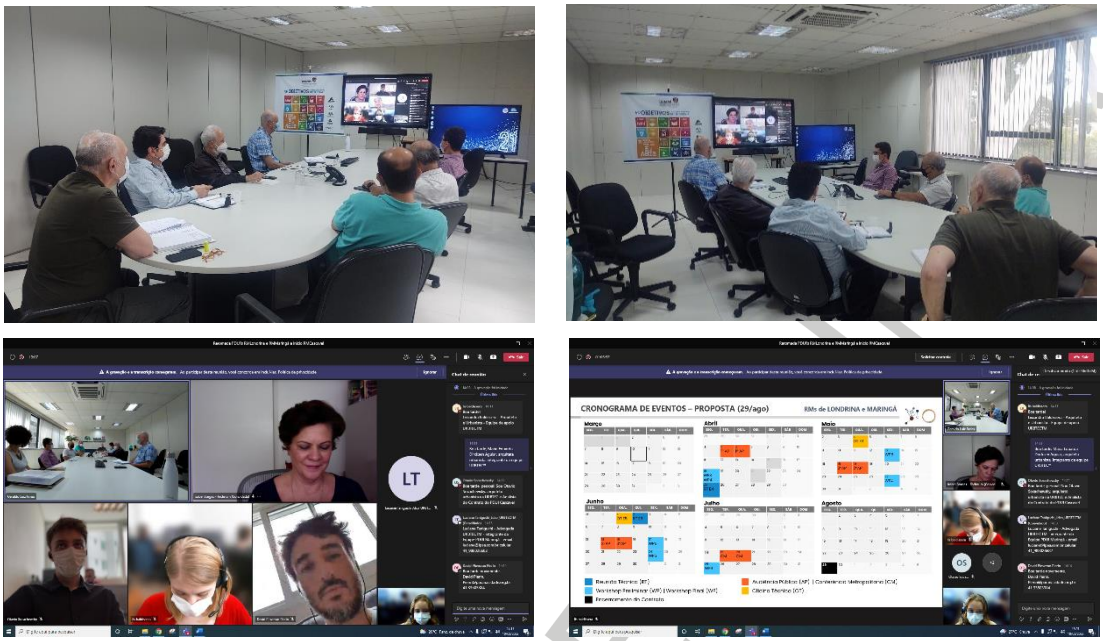
NOME	INSTITUIÇÃO / LOCALIDADE	TELEFONE / E-MAIL	ASSINATURA
MANOELA T. FIGES	URBTEC		
EDUARDO L. FARIAS	PARANACIDADE		
FERNANDO D. CAETANO	PARANACIDADE		
CARLOS A. STORCH	PARANACIDADE		
ALBARI A. MEDEIROS	SEDU/PARANACIDADE		
PAULO PEREIRA JR.	PARANACIDADE		
LUIZ HAYAKAWA	URBTEC		
GUSTAVO TANIGUCHI	URBTEC		

Fonte: URBTEC™, 2022

VERSÃO P

REGISTROS

Figura 60 - Reunião Técnica Complementar 18

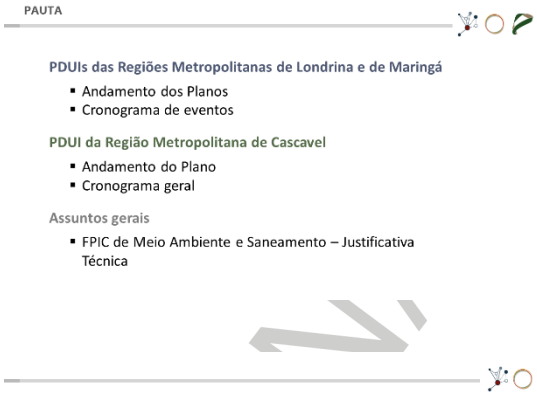


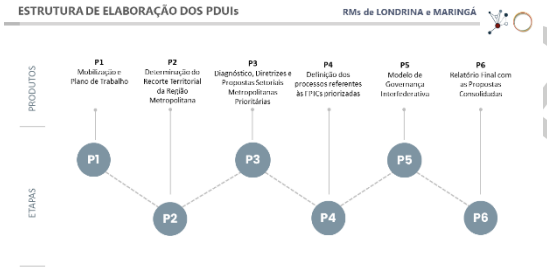
Fonte: URBTEC™, 2022

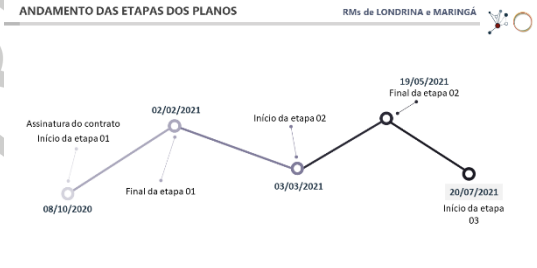
VERSÃO PRE

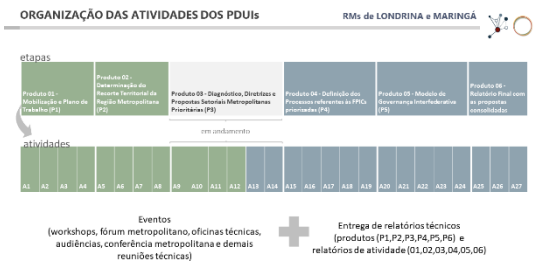
APRESENTAÇÃO

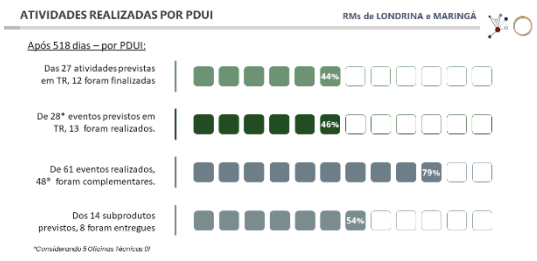
Figura 61 - Apresentação Reunião Técnica Complementar 18











ATIVIDADES E EVENTOS PRIORITÁRIOS DOS PLANOS

RMs de LONDRINA e MARINGÁ

ETAPA 01 - Plano de Trabalho e Mobilização	✓ REUNIÃO INICIAL - ASSINATURA DE CONTRATO + REUNIÃO TÉCNICA 01 - LEITURA DO TR	✓	ATIVIDADE 01
	✓ MOBILIZAÇÃO DA EC - COLETA DE DADOS E CONSTITUIÇÃO DA DAM	✓	ATIVIDADE 02
	✓ P1 – PLANO DE TRABALHO - PRELIMINAR	✓	ATIVIDADE 03
	✓ REUNIÃO TÉCNICA 02 – WORKSHOP E P1 - PLANO DE TRABALHO – FINAL E R1 - RELATÓRIO DE ATIVIDADES 01	✓	ATIVIDADE 04
ETAPA 02 - Determinação do Recorte Territorial da Região Metropolitana	✓ REUNIÃO TÉCNICA 03 – WORKSHOP E DEFINIÇÃO DO FORMATO DAS OFICINAS TÉCNICAS	✓	ATIVIDADE 05
	✓ P2 - RECORTE TERRITORIAL - PRELIMINAR	✓	ATIVIDADE 06
	✓ OFICINAS TÉCNICAS 01	✓	ATIVIDADE 07
	✓ FÓRUM METROPOLITANO 01	✓	ATIVIDADE 08
	✓ REUNIÃO TÉCNICA 04 – WORKSHOP E P2 - RECORTE TERRITORIAL – PRELIMINAR E R2 - RELATÓRIO DE ATIVIDADES 02	✓	ATIVIDADE 09
	✓ CARTA DE ADESÃO (REUNIÃO TÉCNICA 03)	✓	ATIVIDADE 10
ETAPA 03 - Diagnósticos, Diretrizes e Propostas Setoriais Metropolitanas Prioritárias	✓ REUNIÃO TÉCNICA 05 – WORKSHOP E P3 - DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES E PROPOSTAS SETORIAIS METROPOLITANAS - PRELIMINAR	✓	ATIVIDADE 11
	✓ OFICINA TÉCNICA 02	✓	ATIVIDADE 12
	AUDIÊNCIA PÚBLICA 01	✖	ATIVIDADES 13
	REUNIÃO TÉCNICA 07 WORKSHOP e P3 DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES E PROPOSTAS FINAL E R3 RELATÓRIO DE ATIVIDADES 03	✖	ATIVIDADE 14

✓ CONCLUÍDO ✖ A REALIZAR

RMs de LONDRINA e MARINGÁ

2 CRONOGRAMA DE EVENTOS

PRAZOS CONSIDERADOS PARA OS PLANOS

RMs de LONDRINA e MARINGÁ

Data de assinatura do contrato	08/10/2020
Prazo para elaboração do Plano previsto em TR *(330 dias)*	03/09/2021
Prazo de encerramento do 1º Aditivo *(180 dias)*	02/03/2022
Prazo de encerramento do 2º Aditivo *(120 dias)*	30/06/2022
3º Aditivo *(60 dias)* - sugestão	**29/08/2022**

Prorrogação de prazo total: 360 dias acima do prazo previsto em TR.

CRONOGRAMA DE EVENTOS – VIGENTE

RMs de LONDRINA e MARINGÁ

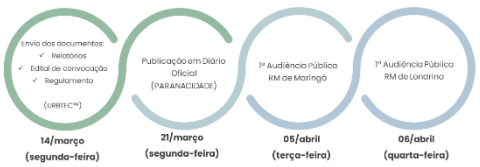
CRONOGRAMA DE EVENTOS – PROPOSTA (29/ago)

RMs de LONDRINA e MARINGÁ

CRONOGRAMA DE EVENTOS – PROPOSTA (29/ago)

RMs de LONDRINA e MARINGÁ

Primeiras Audiências Públicas dos PDUIs das RMs de Londrina e de Maringá



+ Também será encaminhado ao PRCidade a estratégia e cronograma de divulgação dos eventos.

RM de CASCAVEL

PDUI
Região Metropolitana de Cascavel

RM de CASCAVEL

1 ANDAMENTO DO PLANO

ANDAMENTO DAS ETAPAS DO PLANO

RM de CASCAVEL

ETAPA 01

- **Encaminhado:** P1 – Plano de Trabalho *Versão Preliminar*
- **Pendente:** Reunião para leitura analítica do Termo de Referência

ATIVIDADE 1 – REUNIÃO TÉCNICA 01 – Assinatura do Contrato

Objetivo: realização da leitura analítica do Termo de Referência para:

- Reiterar os procedimentos estabelecidos no contrato, e as responsabilidades e atribuições
- Identificar os dados e informações necessárias ao desenvolvimento
- Apresentação da equipe da empresa consultora
- Aprofundar pontos considerados deficientes na proposta
- Definir as rotinas administrativas da gestão do contrato e sua fiscalização, forma de pagamento, prazos etc.
- Identificar fontes de informações a serem repassadas pela SEDU/PARANACIDADE e como conduzir as solicitações de informações existentes em outras instituições do Estado
- Ajustar apoio da SEDU/PARANACIDADE para acesso a dados das Prefeituras e de outros dados necessários ao desenvolvimento dos trabalhos

Não contemplado na Reunião Técnica 01 em 14.12.2021 (assinatura do contrato)

ANDAMENTO DAS ETAPAS DO PLANO

RM de CASCAVEL

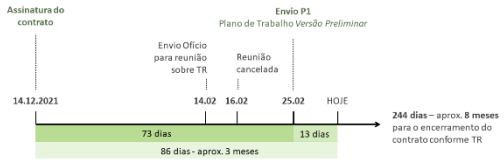
ETAPA 01

- **Encaminhado:** P1 – Plano de Trabalho *Versão Preliminar*
- **Pendente:** Reunião para leitura analítica do Termo de Referência

ATIVIDADE 01 Reunião Técnica 01 – Assinatura do Contrato e Leitura do TR (realizada parcialmente)	!	14.12.2021
ATIVIDADE 02 Mobilização da Equipe Consultora	✓	-
ATIVIDADE 03 P1 – Plano de Trabalho - Preliminar	✓	25.02.2022
ATIVIDADE 04 Reunião Técnica 02 – Workshop para P1 –Plano de Trabalho - Final e R1 - Relatório de Atividades 01	✖	-

ANDAMENTO DAS ETAPAS DO PLANO

RM de CASCAVEL

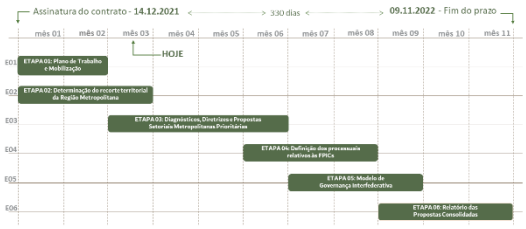


RM de CASCAVEL

2 CRONOGRAMA

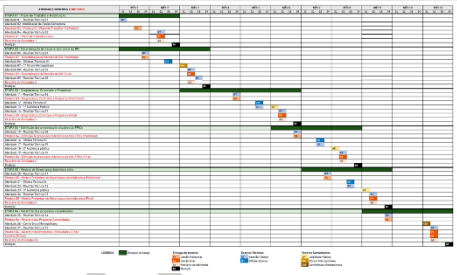
CRONOGRAMA CONFORME O TR

RM de CASCAVEL



CRONOGRAMA COM ATIVIDADES CONFORME O TR

RM de CASCAVEL



PDUIs

Região Metropolitana de Londrina
Região Metropolitana de Maringá
Região Metropolitana de Cascavel

ASSUNTOS GERAIS: FPIC DE MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

- Atualização do contrato para FPIC de Meio Ambiente e Saneamento para os três PDUIs.
- Justificativa Técnica.
- Tratativa da alteração nos relatórios técnicos.
  - Observação: Nos PDUIs das RMs de Londrina e de Maringá, os relatórios já haviam sido disponibilizados em versão preliminar para realização das Oficinas Técnicas 02,contendo as análises de saneamento em novembro de 2021.

PDUI DA RM DE LONDRINA
www.pduilondrina.com.br

PDUI DA RM DE MARINGÁ
www.pduimaringa.com.br

PDUI DA RM DE CASCAVEL
www.pduicascavel.com.br
(em desenvolvimento)

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DE OBRAS PÚBLICAS

PARANACIDADE

URBTEC™ Engenharia, Planejamento e Consultoria
Av. João Gualberto, 1721
Curitiba/PR - CEP 80030-001
Tel.: (41) 3281-1900
Site: www.urbtec.com.br
E-mail: **contato@urbtec.com.br**

Fonte: URBTEC™, 2022

VERSÃO PRELIMINAR

23. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 19 – COORDENAÇÃO

Data: 17/03/2022

Horário: 09h

Local: Evento híbrido

Presencial: Secretaria do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas do Paraná - SEDU/PARANACIDADE

Virtual: Plataforma *Microsoft Teams*

Participantes:

Albari de Medeiros, Carlos Storer, Débora Follador, David Pierin, Fernando Caetano, Geraldo Luiz Farias, Glauco Pereira Junior, Gustavo Taniguchi, Lissandra Baldissera, Manoela Feiges, Maria Eduarda Aguiar, Otavio Socachewsky.

Pauta: Andamento dos PDUIs e orientações para as Primeiras Audiências Públicas.

MEMÓRIA DE EVENTO

Geraldo Luiz Farias, gestor dos contratos dos PDUIs das Regiões Metropolitanas de Londrina e de Maringá, realizou a abertura da reunião, cumprimentando os participantes.

Gustavo Taniguchi, diretor da URBTEC™, explanou que a pauta principal do evento dizia respeito à realização das audiências públicas dos PDUIs. Complementando a fala de Taniguchi, Manoela Feiges, coordenadora adjunta da URBTEC™, pontuou que as datas das audiências públicas devem observar o calendário eleitoral.

Geraldo Luiz Farias mencionou que alguns prazos previstos em cronograma poderiam ser reduzidos. Indicou que as equipes de supervisão (ES) dos planos seguiam revisando o conteúdo dos relatórios técnicos e que a interlocução com a Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas (SEDU) para realização dos

VERSÃO PRELIMINAR

eventos seria mediada por Albari de Medeiros, representante da diretoria do PARANACIDADE.

Fernando Caetano, membro da ES do PDUI da RM de Maringá, destacou que estava avaliando os relatórios e apontamentos feitos pela equipe da Consultora. Informou que não havia necessidade de adicionar os representantes das instituições estaduais nos relatórios, mantendo apenas as equipes previstas no Termo de Referência. Também solicitou que os relatórios encaminhados fossem passíveis de edição *online,* para facilitar a revisão. Fernando Caetano informou que entraria em período de férias no mês de abril e, portanto, Glauco Pereira Junior seria seu suplente na supervisão do Plano.

Na sequência, tratou-se sobre questionamentos recebidos do Ministério Público em relação ao andamento dos Planos. Geraldo Luiz Farias solicitou que toda a correspondência recebida fosse compartilhada entre a Consultora e as equipes para conhecimento de todos.

Ao final, abordou-se ainda a questão dos registros de responsabilidade técnica de cada um dos planos.

Geraldo Luiz Farias encerrou a reunião, agradecendo a participação de todos.

VERSÃO PRELIMINAR

LISTA DE PRESENÇA

Figura 62 – Lista de Presença Reunião Técnica Complementar 19

PLANOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DAS REGIÕES METROPOLITANAS DE LONDRINA E DE MARINGÁ

EVENTO: REUNIÃO TÉCNICA OUTRA ETAPA: DATA: 17/03/22

NOME	INSTITUIÇÃO / LOCALIDADE	TELEFONE / E-MAIL	ASSINATURA
MANOELA F. FEIGES	URBTEC		
GUSTAVO TANIGUCHI	URBTEC		
CESAR L FARIAS	PARANACIDADE		
FERNANDO D. CAPITALO	PARANACIDADE		
Carlos A. STORER	Paranacidade		
GLAUCO PEREIRA JR.	PARANACIDADE/ COP		
ALBARI A MENDEIROS	SEDU/PARANACIDADE		
OTÁVIO SOCACHEWSKY	URBTEC		
DEBORA FALCÃO	URBTEC		

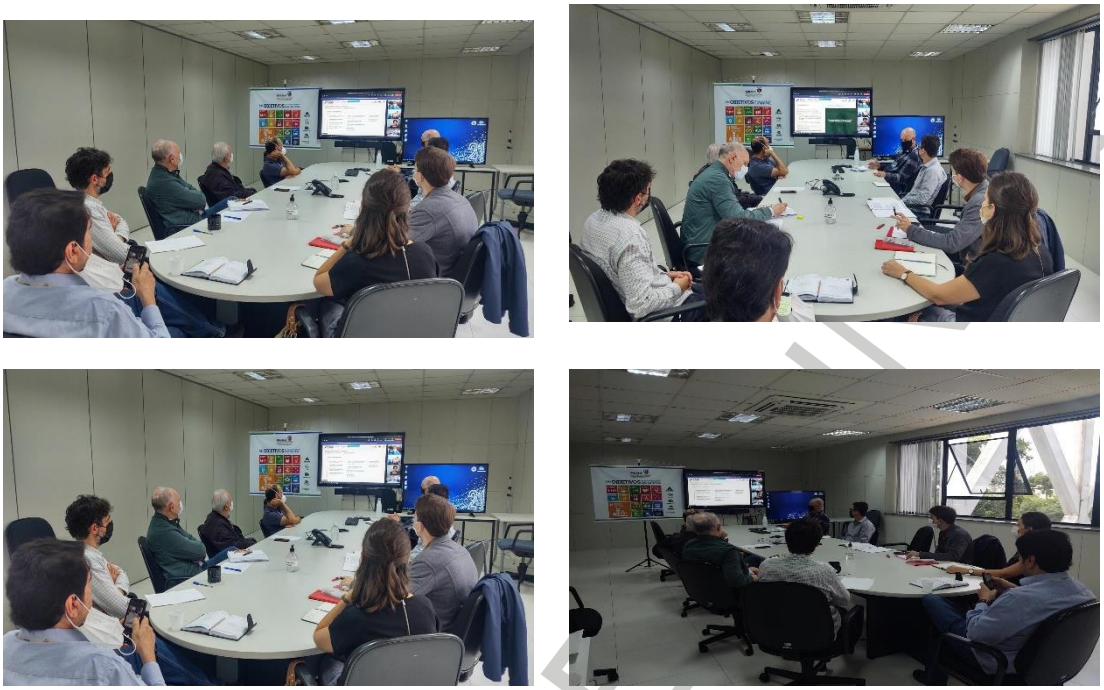
PARANÁ GOVERNO DO ESTADO SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO PARANACIDADE URBTEC

Fonte: URBTEC™, 2022

VERSÃO F

REGISTROS

Figura 63 - Reunião Técnica Complementar 19



Fonte: URBTEC™, 2022

VERSÃO PRELIMINAR

24. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 20 – COORDENAÇÃO

Data: 08/04/2022

Horário: 14h

Local: Evento híbrido

Presencial: Secretaria do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas do Paraná - SEDU/PARANACIDADE

Virtual: Plataforma *Microsoft Teams*

Participantes:

Albari Alves de Medeiros, Carlos Storer, Edgar Silvestre, Fernando Lemucch, Geraldo Luiz Farias, Glauco Pereira Junior, Gustavo Taniguchi, Juliana Caruso Puchta, José Ricardo Mattos do Amaral, Lissandra Baldissera, Marcia de Oliveira, Maria Eduarda Aguiar, Rodolfo Purpur Junior, Sandra Moya, Vilma Dias.

Pauta: Orientações para as Primeiras Audiências Públicas.

MEMÓRIA DE EVENTO

A reunião teve início com a abertura do gestor dos contratos dos PDUIs, Geraldo Luiz Farias, que agradeceu a presença de todos e explanou os tópicos que seriam tratados na ocasião. Pontuou que ao assumir a gestão dos contratos, verificou a necessidade de consolidar a estratégia para realização das Audiências Públicas.

Geraldo Luiz Farias propôs que, em observância às orientações contidas no Ofício Circular n° 005/2021 do Ministério Público do Paraná e no Estatuto da Metrópole, fossem montados centros de apoio em cada um dos municípios das regiões metropolitanas de Londrina e de Maringá, garantindo acesso de todos os munícipios às Audiências. Ademais, o gestor dos contratos também sugeriu a alteração dos horários dos eventos, que estavam previstos para ocorrer em horário comercial.

Carlos Storer, fiscal do contrato do PDUI da RM de Londrina, destacou que

VERSÃO PRELIMINAR

o referido ofício do Ministério Público tratava de processos relativos a Planos Diretores, mas que estava sendo utilizado como base para o desenvolvimento das atividades dos PDUIs.

Geraldo Luiz Farias concluiu a proposta para realização das audiências explanando que seria necessário engajamento dos municípios na montagem dos centros de apoio e na ampliação da divulgação dos eventos. Nesse sentido, destacou que uma estratégia seria contatar os representantes dos Planos Diretores ou Planos de Ação e Investimento vinculados no portal dos municípios. De acordo com o gestor, o objetivo é acordar um representante por município até 13 de abril.

Gustavo Taniguchi, diretor executivo da URBTEC™, lembrou que a realização dos eventos em horário comercial havia sido uma solicitação dos membros das Equipes de Apoio de ambos os PDUIs.

Carlos Storer citou exemplos em que audiências públicas foram realizadas em horário comercial, pontuando que deve ser considerado o contexto de elaboração do plano. Complementando a fala de Storer, Sandra Moya – membro da Equipe de Apoio do PDUI da RM de Londrina – destacou que a participação de técnicos municipais e lideranças políticas seria facilitada em horário comercial.

Albari Alves de Medeiros, assessor técnico e de planejamento do PARANACIDADE, citou que para os municípios de menor porte a montagem de centros de apoio fora de horário comercial poderia dificultar a mobilização local. Carlos Storer sugeriu que a gravação da Audiência e que canais de participação permanecessem abertos ao público por um período após o evento para possibilitar contribuições.

Acatando as considerações dos participantes, Geraldo Luiz Farias ponderou que os primeiros eventos poderiam ser realizados em horário comercial e que, se necessário, os horários poderiam ser alterados para as próximas audiências.

Gustavo Taniguchi questionou se a previsão era de que os eventos fossem realizados na primeira semana de maio e questionou como seria feita a mobilização dos municípios.

Sandra Moya lembrou aos participantes que na primeira semana do mês de maio já está prevista a realização de um evento com prefeitos e técnicos municipais.

VERSÃO PRELIMINAR

Geraldo Luiz Farias respondeu Sandra Moya afirmando que o evento ainda não havia sido confirmado e que as datas das Audiências públicas seriam informadas na sequência.

O gestor dos contratos dos PDUIs também afirmou que seria necessária uma ação contundente dos representantes regionais na mobilização de técnicos municipais e das lideranças políticas na organização e participação nos eventos. Propôs que o contato com os municípios fosse realizado até dia 13 de abril.

Gustavo Taniguchi questionou se já seria possível publicar os relatórios referentes à Etapa 03 nos sites dos PDUIs.

Geraldo Luiz Farias respondeu que os relatórios poderiam ser publicados e solicitou a criação de uma aba específica nos sites de cada um dos planos e de um espaço para envio de contribuições específico para as Audiências Públicas. Mencionou a possibilidade de disponibilizar a gravação dos eventos no canal do PARANACIDADE na plataforma Youtube.

Os participantes acordaram que o canal de contribuições poderia se manter aberto até 15 dias após a data de realização de cada evento.

Para a realização dos eventos, o gestor dos contratos dos PDUIs ressaltou que seria necessária a mobilização de, ao menos, um técnico municipal para montar um ponto de apoio no município e para auxiliar no gerenciamento do evento virtual e no registro fotográfico e em ata.

Sandra Moya questionou se as datas dos eventos já estavam definidas.

Geraldo Luiz Farias reforçou que a realização dos eventos está prevista para a primeira semana do mês de maio, mas que uma decisão seria tomada até dia 13 de abril. Albari Alves de Medeiros complementou a fala de Geraldo Luiz Farias, lembrando que a realização dos eventos nesse formato contempla exigências do Estatuto da Metrópole.

Edgar Silvestre, membro da Equipe de Apoio do PDUI da RM de Maringá, pontuou que estava com dificuldades de acompanhar as discussões devido a problemas técnicos na chamada virtual. Sandra Moya e Geraldo Luiz Farias se colocaram à disposição para entrar em contato com Edgar por telefone e repassar as definições da reunião.

VERSÃO PRELIMINAR

Edgar Silvestre também pontuou que a partir dos membros da Equipe de Acompanhamento Municipal dos planos, a mobilização seria facilitada.

Sandra Moya questionou se os representantes de outros municípios poderiam participar presencialmente do evento no polo.

Edgar Silvestre e Geraldo Luiz Farias argumentaram que, idealmente, os representantes municipais deveriam participar do evento a partir da sala instalada em seu município.

Albari Alves de Medeiros destacou a importância da mobilização de representantes do legislativo. Edgar Silvestre complementou a fala de Albari Alves de Medeiros ressaltando que seriam convidados representantes do legislativo e do executivo.

Geraldo Luiz Farias lembrou que o prazo para estabelecer o contato com todos os municípios das regiões seria até dia 13 de abril.

Glauco Pereira Júnior, membro da Equipe de Apoio de ambos os PDUIs, comentou sobre a definição do recorte metropolitano, questionando quando o tema seria apresentado. Pontuou que era uma questão aguardada pela equipe técnica.

Gustavo Taniguchi explanou a Glauco Pereira Júnior as conclusões técnicas que a equipe havia chegado até aquele momento.

Geraldo Luiz Farias destacou que a Consultora poderia publicar os relatórios referentes à Etapa 03 e que poderia ser exibida uma mensagem em vídeo do Secretário na realização dos eventos. Ademais, também destacou que os fiscais iriam participar do evento presencialmente e que deveria ser considerada a fala do prefeito do polo ou representante do mesmo na abertura de cada evento.

Geraldo Luiz Farias também argumentou que o chat da plataforma Youtube deveria permanecer fechado, sendo as contribuições centralizadas no chat da plataforma *Zoom* e nos canais específicos disponíveis nos sites dos Planos.

Ao final, Geraldo Luiz Farias encerrou a reunião, agradecendo a participação de todos.

VERSÃO PRELIMINAR

LISTA DE PRESENÇA

Figura 64 – Lista de Presença Reunião Técnica Complementar 20

PDUI

PLANOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DAS REGIÕES METROPOLITANAS DE LONDRINA E DE MARINGÁ

EVENTO: REUNIÃO COMPLEMENTAR ETAPA: 03 DATA: 06/04/2022

NOME	INSTITUIÇÃO / LOCALIDADE	TELEFONE / E-MAIL	ASSINATURA
GUSTAVO TANIGUCHI	URBTEC		
GERALDO LUIZ SOUZA	PARANACIDADE		
JULIANA CARUSO PEREIRA	PARANACIDADE		
CARLOS A. SOUZA	PARANACIDADE		
MÁRCIA de OLIVEIRA	SEDU		
ALBARI A. MEDEIROS	SEDU/PARANACIDADE		
CLÁUDIO PEREIRA JR.	PARANACIDADE		
MARIA EDUARDA D. AGUIAR	URBTEC		
TICIANA R.G. DIAS	PREFEITURA		
LISSANDRA BALDISSERA	URBTEC		

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO URBANO | PARANACIDADE | URBTEC Planejamento Engenharia Consultoria

Fonte: URBTEC™, 2022

VERSÃO PRELIMINAR

REGISTROS

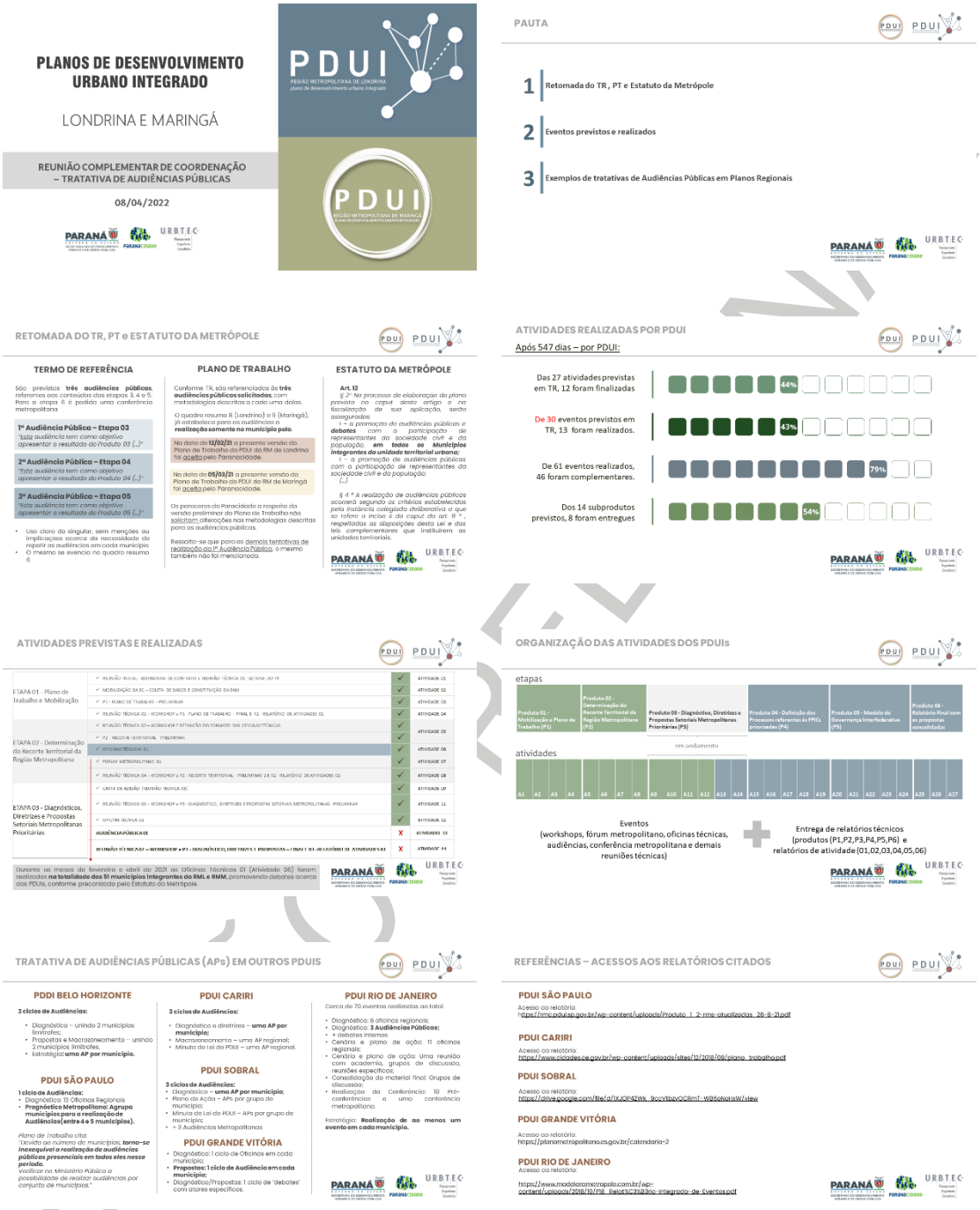
Figura 65 - Reunião Técnica Complementar 20

Fonte: URBTEC™, 2022

VERSÃO PRELIMINAR

APRESENTAÇÃO

Figura 66 - Apresentação Reunião Técnica Complementar 20



VERSÃO PRELIMINAR

PDUI RM DE MARINGÁ

www.pduimaringa.com.br

PDUI REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA plano de desenvolvimento urbano integrado

www.pduilondrina.com.br

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

PARANACIDADE

URBTEC

URBTEC™
Engenharia, Planejamento e Consultoria

Av. João Gualberto, 1721
Curitiba/PR - CEP 80030-001

Tel.: (41) 3281-1900
Site: www.urbtec.com.br
E-mail: contato@urbtec.com.br

Zulma Schussel
Coordenadora Geral - PDUI Londrina

Luiz Hayakawa
Coordenador Geral - PDUI Maringá

Gustavo Taniguchi
Diretor Executivo URBTEC™

Manoela Feijos
Coordenadora URBTEC™

Maria Eduarda Aguiar
Gerente de Projeto - Londrina

Lissandra Baldissera
Gerente de Projeto - Maringá

VERSÃO PRELIMINAR

25. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 21 – COORDENAÇÃO

Data: 03/05/2022

Horário: 15h

Local: Videoconferência –Plataforma *Microsoft Teams*

Participantes: Carlos Storer, Fernando Caetano, Geraldo Luiz Farias, Glauco Pereira Junior, Gustavo Taniguchi, Lissandra Baldissera, Manoela Feiges, Maria Eduarda Aguiar

Pauta: Orientações e alinhamento para as Primeiras Audiências Públicas

MEMÓRIA DE EVENTO

A presente reunião se iniciou com o questionamento do gestor dos contratos dos PDUIs das Regiões Metropolitanas de Londrina e de Maringá, Geraldo Luiz Farias, sobre as divulgações das Primeiras Audiências Públicas.

Em resposta à pergunta levantada, Manoela Feiges, coordenadora adjunta da URBTEC™, explica que a equipe de comunicação fez um trabalho para entender como realmente se atinge a população com as divulgações de eventos públicos. Foi constatado que, a comunicação através de veículos virtuais tem um peso maior, assim como melhor abrangência do que as divulgações físicas com faixas. Porém, afirma que, caso o PARANACIDADE sinta necessidade do uso de faixas, a URBTEC™ pode repassar esta recomendação, e material, aos municípios. Além disso, coloca a Consultora à disposição de ligar para os 51 municípios, reforçando divulgação dos eventos e as orientações aos Centros de Apoio Municipais.

Fernando Caetano, membro da Equipe de Supervisão (ES) do PDUI da RM de Maringá, questiona se a URBTEC™ entrou e contato com os Conselhos das Cidades. Além do questionamento, pergunta como serão as questões técnicas do funcionamento do formato hibrido das Audiências Públicas, e levanta a necessidade de revisar o roteiro dos eventos.

Feiges comenta que fora contratada uma empresa para organizar a transmissão dos eventos para melhor amparo da parte técnica. Em

VERSÃO PRELIMINAR

complementação, Lissandra Baldissera, arquiteta da Consultora URBTEC™, esclarece que representantes dos Conselhos das Cidades fazem parte das Equipes de Acompanhamento Municipal (EAM) dos PDUIs e que os convites à EAM serão reforçados em seguida.

Caetano pergunta se haverá reuniões técnicas com os IPPLAM e IPPUL e Baldissera confirma que estão se mobilizando para marcar as reuniões técnicas. Em Londrina a reunião acontecerá dia 11 de maio, às 10h, no IPPUL e que em relação ao município de Maringá a reunião ainda não foi confirmada.

Após as considerações, Baldissera apresenta as etapas das Primeiras Audiências Públicas e levanta algumas pendências a serem discutidas com o PARANACIDADE, tais como quais autoridades estarão presentes e qual a ordem de fala prevista.

Caetano explica que um representante do PARANACIDADE irá falar no início do evento e um representante do Escritório Regional falará no fechamento do evento. Em complementação, Carlos Storer, membro da ES do PDUI da RM de Londrina, comenta que enviou uma minuta técnica para a fala do Secretário da SEDU e que sua fala em vídeo estava sendo gravada. Além disso, frisa a importância ressaltar que a divulgação dos eventos teve início 20 dias antes das audiências e receberá contribuições até 15 dias após sua realização.

Gustavo Taniguchi, diretor da URBTEC™, afirma que incluirá essa informação em sua fala.

Caetano questiona como se dará o contato com os Centros de Apoio Municipais (CAMs) caso haja problemas técnicos. Pergunta ainda qual será o procedimento caso alguma autoridade nos CAMs com intenção de fala.

Em resposta, Taniguchi afirma que além do contato pelo aplicativo *Zoom* também fora criado um grupo de *WhatsApp* para comunicação com os CAMs. As falas das autoridades serão decididas de acordo com a demanda durante os eventos.

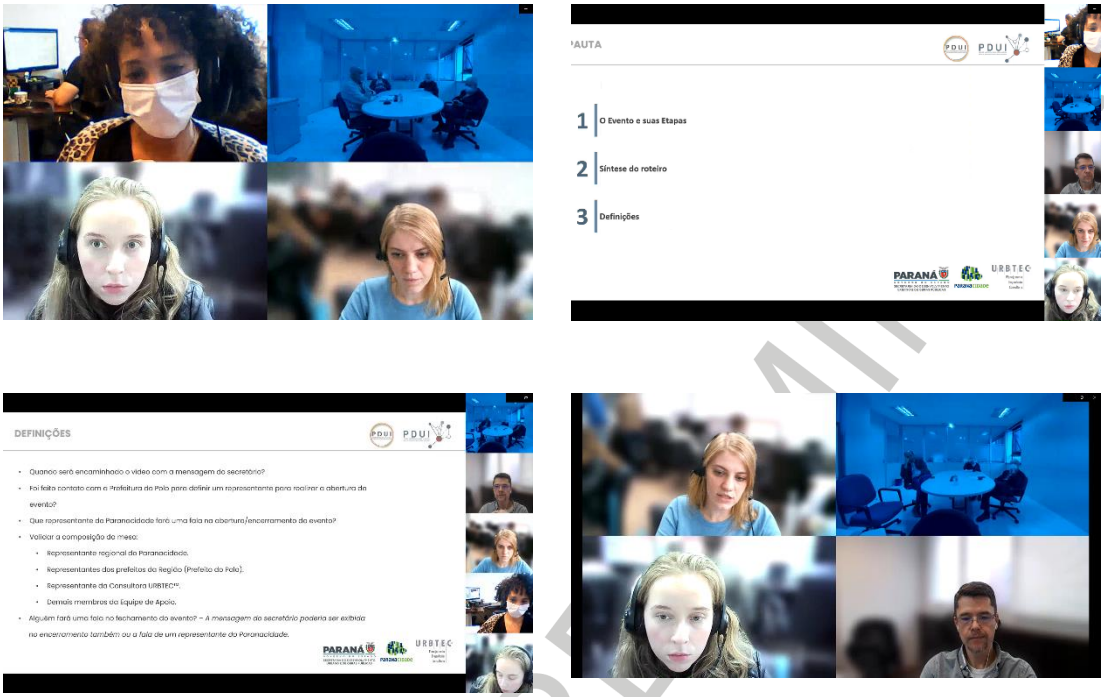
Caetano não considera necessário para a composição da mesa a presença da Equipe de Apoio. Taniguchi concorda e afirma que a composição da mesa pode sofrer alterações de acordo com as autoridades presentes nos eventos.

Por fim, Taniguchi encerrou a reunião, agradecendo a participação de todos.

VERSÃO PRELIMINAR

REGISTROS

Figura 67 - Reunião Técnica Complementar 21

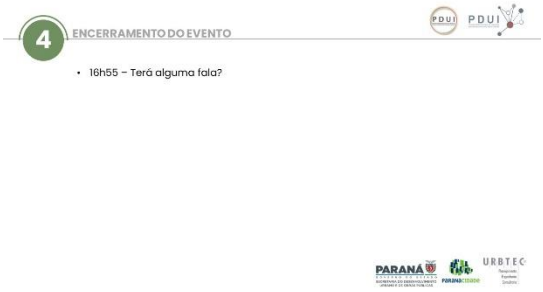


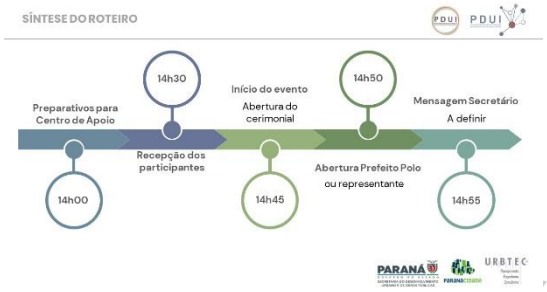
Fonte: URBTEC™, 2022

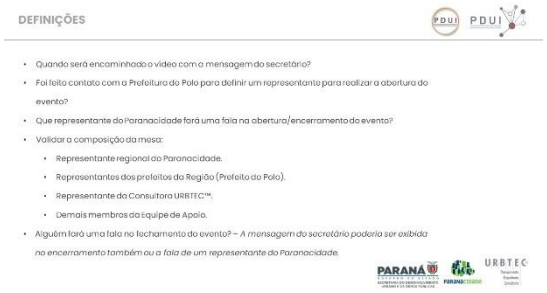
VERSÃO PRELIMINAR

APRESENTAÇÃO

Figura 68 - Apresentação Reunião Técnica Complementar 21







Fonte: URBTEC™, 2022

VERSÃO PRELIMINAR

26. REUNIÃO TÉCNICA COMPLEMENTAR 22 – IPPLAM

Data: 06/05/2022

Horário: 10h30

Local: Videoconferência –Plataforma *Microsoft Teams*

Participantes: Bruna Barroca, Fernando Domingues Caetano, Guilherme Fragomeni, Gustavo Taniguchi, Laura Granzotto, Letícia Zaguine, Lissandra Baldissera, Luis Fragomeni, Mayara Bormann Azzulin, Natalia Gentilin, Samira Elias

Pauta: Compatibilização entre o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Maringá (RMM) e a Revisão do Plano Diretor (PD) de Maringá

MEMÓRIA DE REUNIÃO

A reunião teve início com a fala de Gustavo Taniguchi, diretor da URBTEC™, sobre o andamento do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana (RM) de Maringá. Em complemento a apresentação de Taniguchi, Luis Henrique Fragomeni, consultor da URBTEC™ e responsável pela área de planejamento e gestão de uso e ocupação do solo do PDUI, disserta sobre o diagnóstico, diretrizes e propostas para a Função Pública de Interesse Comum (FPIC) de planejamento territorial e uso do solo do PDUI da RM de Maringá.

Após o discurso de Luis Fragomeni, Letícia Zaguine, arquiteta do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Maringá (IPPLAM), e membro do grupo de gestão da revisão do plano diretor de Maringá levanta algumas questões acerca de alguns pontos do PDUI:

- Qual o critério para a tendência da orientação da urbanização de Maringá.
- Macrozona de conservação ambiental apenas na extensão do rio Pirapó é insuficiente pois há um conflito com a intensão metropolitana. Além disso, nos planos de bacias a bacia do Pirapó é inexistente.

VERSÃO PRELIMINAR

- Entender que empreendimento como: aeroporto, aterro sanitário, pedreiras, estação de tratamento de esgoto (ETE), etc. Devem ser avaliados em relação ao seu raio de restrição. Portanto, quais os tipos de tratamento que o PDUI intende como adequado para evitar conflitos de uso e de vizinhança.
- Sobre o nível de integração do município de Floresta, ele está adequado, pois entende-se maior interação com o município polo, assim como com o distrito de Floriano

Zaguine finaliza sua contribuição, ao pontuar a intenção de alinhar o macrozoneamento de Maringá com a intenção metropolitana do PDUI.

Em resposta a Zaguine, Taniguchi, afirma que será feito um compilado a ser enviado ao IPPLAM, com as respostas as demandas levantadas. Sobre os dados das bacias, informa que, estes foram consultados no site do Instituto Água e Terra (IAT), e levantados insumos sobre as bacias do Piraponema. Ainda, as próximas etapas do PDUI irão discutir sobre a responsabilidade dos entes municipais, assim como, sua representatividade dentro da região.

Em complemento a fala de Taniguchi, Luís Fragomeni articula sobre as atribuições do PDUI e compreende a necessidade de maior representatividade municipal nas decisões do município, ao rever o peso do estado na tomada de decisão municipal. Além disso, o PDUI tem um intuito de trazer diretrizes estratégicas para uma melhor autonomia municipal, porém desenvolver um sistema intermunicipal minimamente integrado.

Guilherme Fragomeni, consultor da URBTEC™ e responsável pela área de direito urbanístico e ambiental do PDUI, explica que o estado tem o poder de decisão de incluir e excluir municípios da RM. Entretanto, é competência de cada município a gestão da FPICs. Guilherme Fragomeni, ainda reflete sobre a inversão do processo ao definir os processuais das FPICs para depois criar o recorte do ente metropolitano.

Bruna Barroca, diretora-presidente do IPPLAM, pronuncia sobre a importância de se desvincular critérios para ter agilidade nas tomadas de decisões. Ilustra que se o PDUI não entender como desenvolver as especificidades de o que impacta a RM, a implantação do plano não será efetiva. Além disso pede ajuda ao

VERSÃO PRELIMINAR

PARANACIDADE e a URBTEC™ para definição dos limites municipais principalmente entre os municípios de Maringá e Paiçandu.

Em consonância com os pontos levantados por Barroca. Laura Granzotto, representante do IPPLAM, levanta a reflexão acerca da mobilidade metropolitana e como fazer as conexões entre as vias das cidades conturbadas, e se o PDUI criará diretrizes para entender como planejar essa mobilidade, assim como, planejar o transporte metropolitano. Além disso entende a necessidade de alinhamento do plano de mobilidade de Maringá com o PDUI.

Em resposta a Granzotto, Taniguchi afirma que, já fora levantado pela URBTEC™ estes locais de necessidade de conexão acerca da mobilidade. Ademais, a gestão do transporte coletivo metropolitano deverá ser uma atribuição do Ente Interfederativo. Guilherme Fragomeni complementa que propostas processuais de avaliação de projetos deveriam ser aprovadas pelo órgão metropolitano. Granzotto considera fundamental o alinhamento apontado por Taniguchi e complementa a fala de Guilherme Fragomeni, que seria interessante considerar leis complementares específicas para um melhor processo de conformidade.

Fernando Domingues Caetano, representante do PARANACIDADE e fiscal de contrato do PDUI de Maringá inicia sua contribuição parabenizando Luis Fragomeni pela apresentação. Caetano considera interessante a ideia de convidar alguns municípios não metropolitanos, para integrar a câmera técnica do ente metropolitano. Levanta a necessidade de construído um planejamento botton up ao invés do atual top down, onde ocorre imposições do estado sobre definições municipais. Ademais, explica que, houve uma inversão das etapas instituídas pelo estatuto da metrópole, que consta primeiro a implantação da governança interfederativa para após, desenvolver o PDUI. Por fim, Caetano pergunta pela visão do IPPLAM o que é a RM de Maringá e quais as suas atribuições.

Em resposta a Caetano, Barroca afirma que o IPPLAM deve estar à frente da governança interfederativa da RM e que para que tal ação ocorra, eles necessitam de um aporte técnico e financeiro do governo do estado e do PARANACIDADE. Caetano concorda com as colocações de Barroca e afirma que, necessita que o PDUI de andamento as próximas fases, para melhor sintonia do PARANACIDADE com o IPPLAM.

VERSÃO PRELIMINAR

Samira Elias, representante do IPPLAM, levanta um questionamento a URBTEC™ sobre como será trabalhado o diálogo entre Maringá e os demais municípios no processo de formação do PDUI. Taniguchi, em resposta, expressa que este será um esforço local, que não é uma atribuição da URBTEC™ pois seria um processo de implantação do projeto, o que vai além da fase de execução desenvolvida por eles.

Por fim fora discutido sobre a reunião do dia 11 de maio presencialmente em Maringá, assim como a audiência pública que acontecerá no mesmo dia. Após os alinhamentos a reunião foi finalizada.

VERSÃO PRELIMINAR

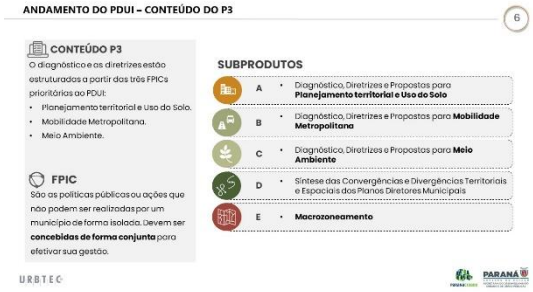
REGISTROS

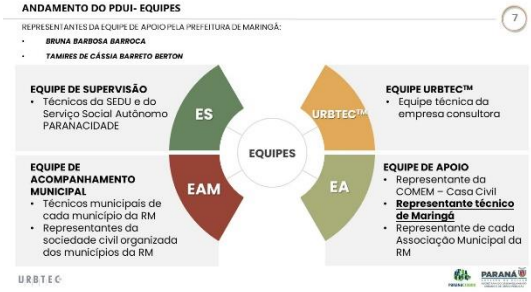
Figura 70 - Reunião Técnica Complementar 22

Fonte: URBTEC™, 2022

APRESENTAÇÃO

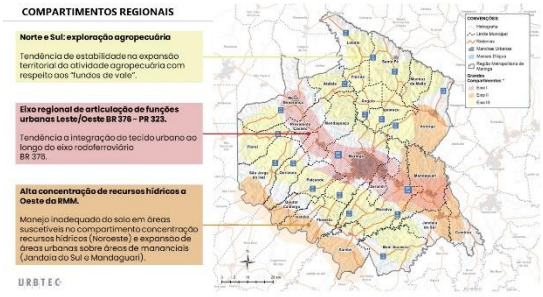
Figura 69 - Apresentação Reunião Técnica Complementar 22

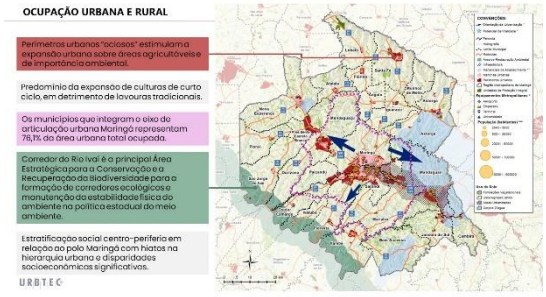


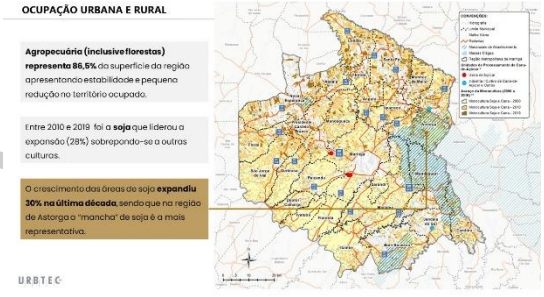


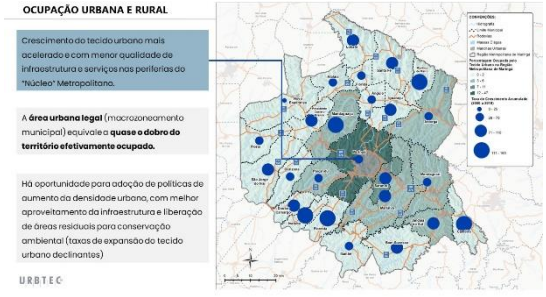
2 DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES E PROPOSTAS PARA A FPIC DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E USO DO SOLO

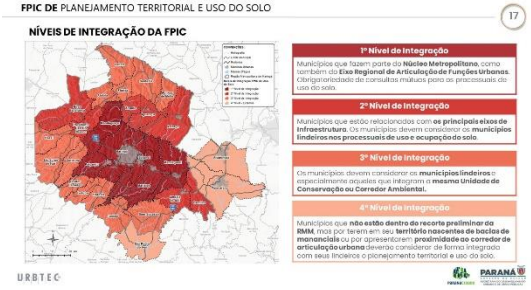
2.1 DIAGNÓSTICO





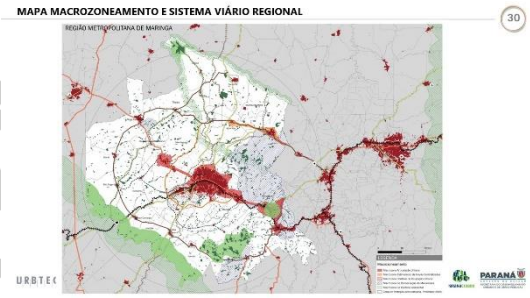


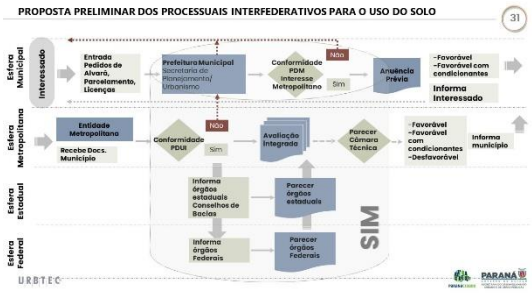




2.2 DIRETRIZES E PROPOSTAS

2.3 PROPOSTA PRELIMINAR DE MACROZONEAMENTO METROPOLITANO





PDUI
REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ
PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO

www.pduimaringa.com.br

PARANÁ URBTEC

URBTEC™
Engenharia, Planejamento e Consultoria

Av. João Gualberto, 1721
Curitiba/PR - CEP 80030-001

Tel.: (41) 3281-1900
Site: www.urbtec.com.br
E-mail: contato@urbtec.com.br

Fonte: URBTEC™, 2022

LISTA DE PRESENÇA

A lista de presença se refere ao relatório gerado pela plataforma *Microsoft Teams*. Os nomes listados se referem aos nomes de usuário da plataforma.

Figura 71 – Lista de Presença Reunião Complementar 21 – IPPLAM

lis baldissera
Luis Fragomeni
Gustavo Taniguchi
Fernando Domingues Caetano
Guilherme Fragomeni
Guilherme Fragomeni
Natalia Gentilin - IPPLAM
Letícia Zaguine - Ipplam
Laura Granzotto - IPPLAM
Samira Elias - IPPLAM Maringá
Bruna Barroca - IPPLAM Maringá
Mayara

Fonte: URBTEC™, 2022

VERSÃO PRELIMINAR

27. AUDIÊNCIA PÚBLICA 01

Data: 11/05/2022

Horário: 14h30

Local Sede: Câmara Municipal de Maringá.

Centros de Apoio Municipais: 25 locais públicos de participação na audiência, instalados nos demais municípios da Região Metropolitana.

Objetivo: Apresentar o conteúdo desenvolvido na Etapa 03 do PDUI, permitindo a participação da população e colhendo subsídios para a continuação dos trabalhos, a partir de suas contribuições.

A Primeira Audiência Pública do PDUI da Região Metropolitana de Maringá ocorreu em 11/05/2022 e teve sede no município de Maringá.

Em obediência às determinações da Lei Federal n° 13.089/2015 (Estatuto da Metrópole), em que é exigida a promoção de audiências públicas envolvendo todos os municípios da unidade territorial em questão (Região Metropolitana de Maringá), em sua realização foram seguidas as orientações do Ministério Público do Paraná, a partir do Ofício Circular nº 005/2021. O referido ofício orienta a realização híbrida de eventos participativos, a partir da instalação de Centros de Apoio.

Conforme determinações do PARANACIDADE, em aplicação ao contexto metropolitano, tais orientações levaram à instalação de 25 Centros de Apoio Municipais (CAMs), a partir da articulação dos Escritórios Regionais do PARANACIDADE com os demais municípios da RMM - com exceção do polo, onde o evento foi sediado. Os registros dessas determinações podem ser consultados no tópico referente à Reunião Complementar de Coordenação 19.

Os CAMs foram instalados com o objetivo de viabilizar o acompanhamento e participação da população municipal na Primeira Audiência Pública, por meio da plataforma *Zoom*. Cada CAM foi sediado em um local público dos municípios em questão. Sua gestão, organização e orientação foi de responsabilidade de representantes municipais designados. Estes foram orientados por parte dos Escritórios Regionais do PARANACIDADE e da equipe técnica da Consultoria, em especial a partir do envio do Manual de Instalação e Coordenação dos Centros de

VERSÃO PRELIMINAR

Apoio Municipais – apresentado adiante.

Os registros das divulgações, participações, documentos e contribuições da Primeira Audiência Pública podem ser consultados abaixo.

27.1. FORMAS DE PARTICIPAÇÃO

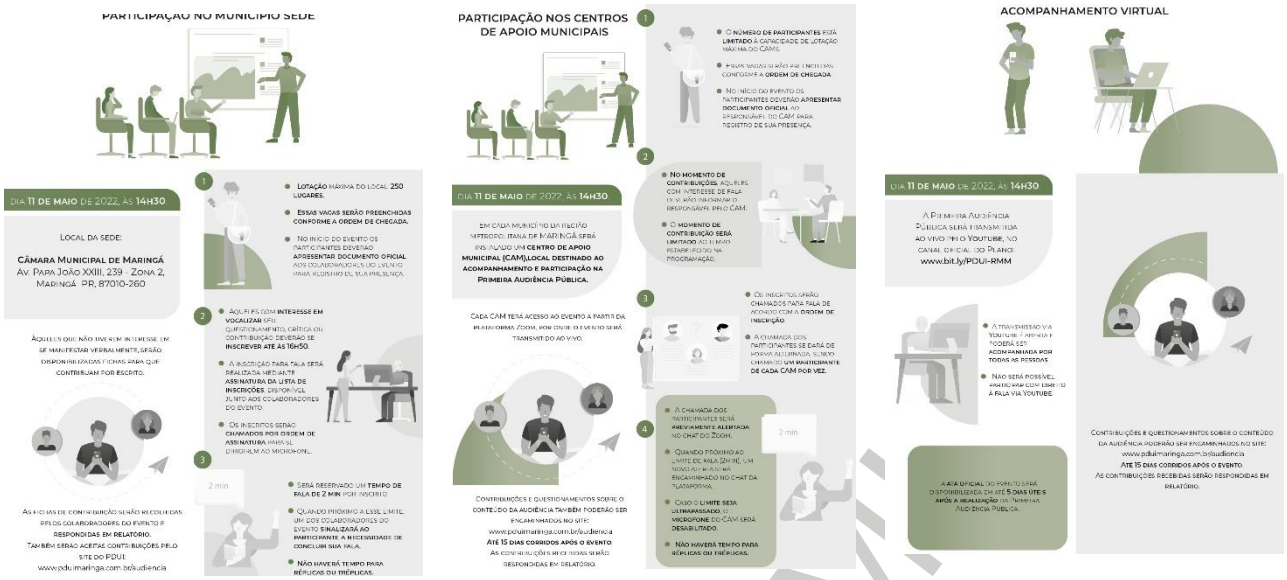
As possibilidades de participação no evento se deram de três formas: (1) Participação presencial no evento sede – em Maringá; (2) Participação presencial nos 25 Centros de Apoio Municipais definidos; (3) Acompanhamento remoto da transmissão do evento por meio do *Youtube* e envio de contribuições via site oficial do PDUI.

Ademais, a partir da publicação do evento em Diário Oficial (22/04/2022) até 15 dias corridos após sua realização (25/05/2022) esteve disponibilizado no site oficial do PDUI um espaço para o envio de contribuições acerca do conteúdo da Primeira Audiência Pública. Apesar da criação específica de canal para contribuições da Audiência Pública nesse período, ressalva-se que no site oficial também há um canal aberto para recebimento de contribuições no geral, o qual permanecerá aberto ao longo de toda a elaboração do Plano.

As formas de participação foram divulgadas no site oficial do Plano, a partir de esquemas didáticos, como colocado na figura a seguir. As publicações oficiais também contaram com explicações acerca da participação, como registrado no item de formas de participação.

VERSÃO PRELIMINAR

Figura 72 – Formas de Participação na Primeira Audiência Pública



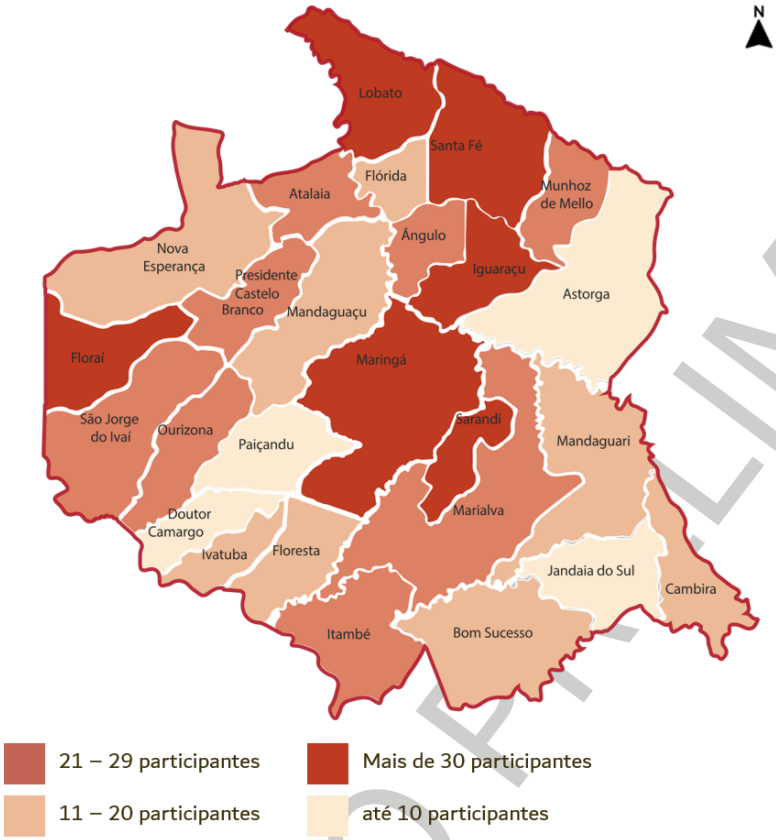
Fonte: URBTEC™, 2022

VERSÃO PRELIMINAR

27.2. RESULTADOS DE PARTICIPAÇÃO

O evento teve no total 773 participações, sendo 609 presenciais (evento sede e CAMs) e 164 remotas (*Youtube*[1]), conforme ilustra a **Figura 73** abaixo.

Figura 73 – Quantitativo de participações presenciais na Primeira Audiência Pública



Município	nº
Ângulo	19
Astorga	8
Atalaia	22
Bom Sucesso	11
Cambira	18
Doutor Camargo	9
Floraí	33
Floresta	15
Flórida	20
Iguaraçu	30
Itambé	23
Ivatuba	20
Jandaia do Sul	8
Lobato	30
Mandaguaçu	16
Mandaguari	14
Marialva	22
Maringá - Município Sede*	65
Munhoz de Mello	22
Nova Esperança	15
Ourizona	22
Paiçandu	9
Presidente Castelo Branco	26
Santa Fé	71
São Jorge do Ivaí	23
Sarandi	38
Total	609

Fonte: URBTEC™, 2022

Nota-se que o maior número de participações se deu nos municípios de Lobato, Iguaraçu, Floraí, Sarandi, Maringá e Santa Fé, sendo o último com quantidade superior de participações em relação ao polo.

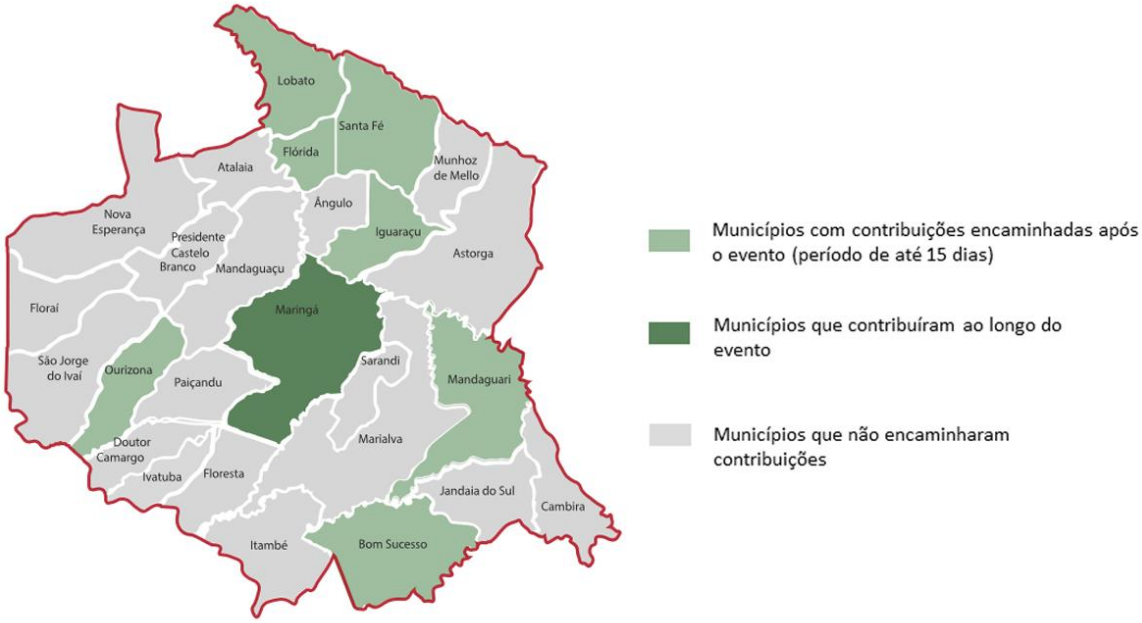
Dentre os 26 municípios da RMM, durante o evento apenas participantes no município polo se manifestaram com fala. Outros sete municípios tiveram representantes contribuindo de outras formas (seja a partir de fichas escritas, site ou envios específicos), tal relação é ilustrada na Figura 74 . O registro das

[1] A gravação da Primeira Audiência Pública do PDUI da Região Metropolitana de Maringá está disponível na plataforma *Youtube* e pode ser acessada a partir do canal oficial do Plano: www.bit.ly/PDUI-RMM

VERSÃO PRELIMINAR

contribuições recebidas e de suas respostas técnicas pode ser consultado no item de contribuições e respostas.

Figura 74 - Municípios que encaminharam contribuições sobre o conteúdo da Primeira Audiência Pública



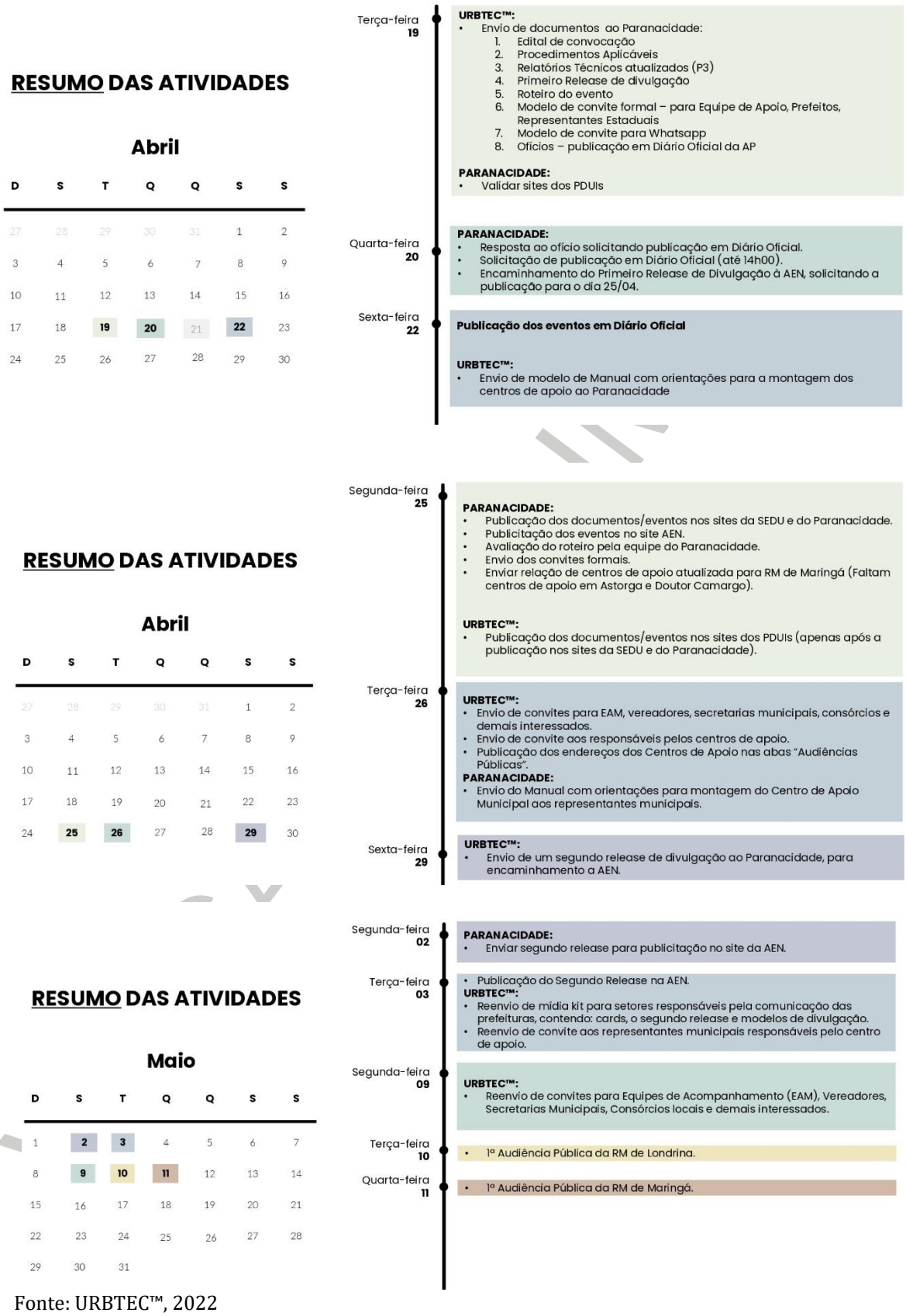
Fonte: URBTEC™, 2022

27.3. FORMAS DE DIVULGAÇÃO

As divulgações do evento se iniciaram em 22/04/2022, junto à sua publicação em Diário Oficial. Conforme acordado com a Equipe de Supervisão (via e-mail), o cronograma de divulgações abrangeu publicações oficiais, assim como o envio de materiais às imprensas municipais e disparo de convites aos principais atores da Região Metropolitana de Maringá. A listagem das atividades de divulgação, e suas datas, podem ser consultadas na figura adiante.

VERSÃO PRE

Figura 75 – Resumo do cronograma de divulgações da Primeira Audiência Pública



Fonte: URBTEC™, 2022

CONVITES

Conforme ilustrado na figura anterior, foram enviados aos principais atores da RMM dois modelos de convites:

- Convites formais – envio às principais autoridades da Região, por parte do PARANACIDADE.
- Convites complementares – envio às principais instituições da Região, assim como interessados e envolvidos no PDUI, por parte da Consultoria.

CONVITES FORMAIS

Os convites formais foram encaminhados à Equipe de Apoio do PDUI, aos Prefeitos Municipais e a representantes de instituições/órgãos estaduais. Um modelo prévio foi elaborado pela Consultoria e repassado ao PARANACIDADE, que consolidou os documentos e os enviou. Ressalta-se que os Prefeitos Municipais foram orientados a participar da Primeira Audiência Pública a partir dos CAMs de seus respectivos municípios, como forma de fortalecer e incentivar a participação nos Centros de Apoio. A seguir são apresentados os modelos de convites formais encaminhados ao PARANACIDADE.

Figura 76 - Modelo de convite formal à Primeira Audiência Pública - Prefeitos Municipais e Equipe de Apoio

PDUI

Exmo. Sr. Prefeito Ademir Luiz Maciel,

O **Governo do Estado do Paraná**, a partir da **SEDU/PARANACIDADE**, tem a satisfação de convidá-lo a participar da **1ª Audiência Pública do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Maringá**.

Este evento tem como **objetivo principal** apresentar os resultados preliminares da presente Etapa 03 do PDUI, a que confere o **diagnóstico, diretrizes e propostas setoriais metropolitanas prioritárias**, para a população da região, possibilitando sua aceitação e contribuições. Por este motivo, sua participação e seu apoio institucional são de fundamental importância.

O evento será realizado no dia **11 de maio**, presencialmente, no município de Maringá e transmitido ao Centro de Apoio de seu município. O centro possibilitará a contribuição dos presentes com direito a fala, a qual também será transmitida no evento no polo e no canal do Youtube do PDUI. Destarte, **a participação de Vossa Excelência seria imensamente enriquecedora à cerimônia.**

Certos de contarmos com seu apoio, agradecemos e nos colocamos à inteira disposição para sanar quaisquer dúvidas que porventura venham a surgir.

1ª Audiência Pública do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Maringá

Data: 11 de maio de 2022

Horário: das 14h30 às 17h

Centro de Apoio Municipal: Centro Cultural Antonio Gualter de Freitas - Rua Minas Gerais, 304 - Centro, Floresta - PR, 87120-000

Responsável pelo Centro de Apoio Municipal: Fernando Augusto Gaspar

Transmissão via *Youtube* – Canal do PDUI da Região Metropolitana de Maringá: https://bit.ly/PDUI-RMM

PARANÁ PARANACIDADE URBTEC

PDUI

Ilmo. Sr. Edgar Silvestre,

O **Governo do Estado do Paraná**, a partir da **SEDU/PARANACIDADE**, tem a satisfação de convidá-lo a participar da **1ª Audiência Pública do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Maringá**.

Este evento tem como **objetivo principal** apresentar os resultados preliminares da presente Etapa 03 do PDUI, a que confere o **diagnóstico, diretrizes e propostas setoriais metropolitanas prioritárias**, para a população da região, possibilitando sua aceitação e contribuições. Por este motivo, sua participação e seu apoio institucional são de fundamental importância.

O evento será realizado no dia **11 de maio**, presencialmente, no município de **Maringá** e possibilitará o direito a fala dos presentes, com transmissão aos Centros de Apoio Municipal e canal *Youtube* do PDUI. **Destarte, sua participação seria imensamente enriquecedora à cerimônia.**

Certos de contarmos com seu apoio, agradecemos e nos colocamos à inteira disposição para sanar quaisquer dúvidas que porventura venham a surgir.

1ª Audiência Pública do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Maringá

Data: 11 de maio de 2022

Horário: das 14h30 às 17h

Realização no Município Sede: Câmara Municipal de Maringá - Av. Papa João XXIII, 239 - Zona 2, Maringá - PR, 87010-260

Transmissão via *Youtube* – Canal do PDUI da Região Metropolitana de Maringá: https://bit.ly/PDUI-RMM

PARANÁ PARANACIDADE URBTEC

Fonte: URBTEC™, 2022

VERSÃO PRELIMINAR

CONVITES E ENVIOS COMPLEMENTARES

Os convites e envios complementares foram encaminhados por parte da Consultoria via e-mail, a partir da plataforma *Mailchimp.* Foram enviados seis e-mails, como o total de 372 destinatários. No quadro abaixo, compilam-se os e-mails enviados, seu objetivo, data de envio e quantitativo de aberturas, em relação ao número de destinatários.

Quadro 2 - Relação dos Convites Complementares à Primeira Audiência Pública

Destinatário	Objetivo	Nº de Destinatários[2]	Nº de Aberturas	Data de Envio
EAM	Convite e solicitação de reforço de divulgação	111	42	26/04/2022
Secretarias Municipais, Consórcios Intermunicipais, Inscritos no site do PDUI	Convite	65	16	26/04/2022
Câmaras Municipais de Vereadores	Convite	53	16	26/04/2022
Responsáveis pelos CAMs	Comunicado – repasse de orientações	39	13	26/04/2022
Imprensas Municipais	Envio do *mídia kit*, com solicitação de publicação – release, mídias para redes sociais	40	12	28/04/2022
Reenvio – Imprensas Municipais e Responsáveis pelos CAMs	Reenvio do *mídia kit* e solicitação de republicação	64	24	06/05/2022

Fonte: URBTEC™, 2022

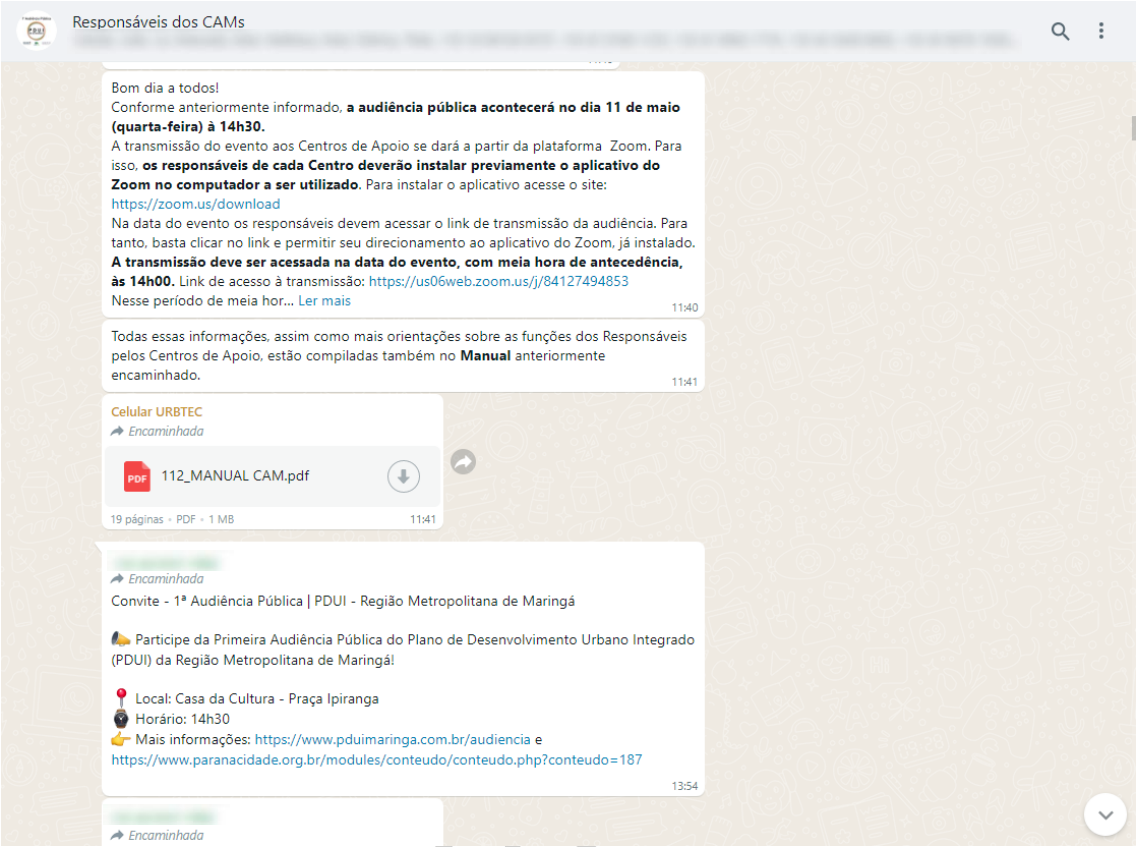
Ressalta-se que o envio de orientações aos responsáveis pelos CAMs foi posteriormente acompanhado de ligações as 25 responsáveis pelos Centros e outros envios por parte da Consultoria, em especial em encaminhamento do Manual de Coordenação e Instalação dos Centros de Apoio Municipais (conforme apresentado a seguir). Ademais, foi criado um grupo na plataforma *WhatsApp* com os

[2] Contabilizam-se aqui os destinatários colocados em cópia, sendo esses os membros da Equipe de Supervisão e parte da Equipe Consultora, visto que influenciam no número de aberturas.

VERSÃO PRELIMINAR

responsáveis, facilitando a troca de informações e o envio de dúvidas.

Figura 77 - Registro do grupo de whatsapp - Responsáveis pelos CAMs da Primeira Audiência Pública



Fonte: URBTEC™, 2022

PUBLICAÇÕES

Conforme citado anteriormente, foram realizadas publicações nos veículos oficiais referentes ao PDUI, como: Diário Oficial do Estado do Paraná, Agência Estadual de Notícias (AEN) e sites da SEDU, PARANACIDADE e PDUI.

A partir da publicação do evento nos meios supracitados e do contato com as imprensas municipais, a notícia sobre a realização do mesmo foi replicada nos veículos de comunicação regionais e locais, conforme registros compilados adiante.

COMUNICAÇÃO OFICIAL

Figura 78 - Publicação da Primeira Audiência Pública em Diário Oficial

VERSÃO P

AUDIÊNCIA PÚBLICA POPULAÇÃO É CONVOCADA PARA A PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PDUI DA REGIÃO DE MARINGÁ

Moradores de Maringá e região podem participar do evento público para exercer a cidadania A população está convidada a participar da 1ª Audiência Pública do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Maringá, que acontecerá em 11 de maio (quarta-feira), às 14h30. Será uma oportunidade para os cidadãos acompanharem o desenvolvimento do Plano contribuírem com o futuro de suas cidades. A Audiência Pública é promovida pelo Paranacidade, um Serviço Social Autônomo vinculado à Secretaria do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas do Estado do Paraná (SEDU-PR). Na ocasião, serão apresentados os principais resultados obtidos na fase de diagnóstico, diretrizes e propostas setoriais metropolitanas prioritárias. Durante o evento, a sociedade também será consultada acerca de suas opiniões relativas ao Plano. Os debates realizados com a população irão contribuir diretamente para a elaboração do PDUI, considerando os princípios estabelecidos pelo Estatuto da Metrópole (Lei Federal n° 13.089/2015). Os relatórios para consulta pública já podem ser acessados no site do Paranacidade (www.paranacidade.org.br), da SEDU-PR (www.consultapublica.sedu.pr.gov.br) e do PDUI (www.pduimaringa.com.br). As contribuições podem ser realizadas, a qualquer momento, nos canais oficiais do PDUI, onde também estão divulgadas demais informações sobre a 1ª Audiência Pública e o conteúdo que será apresentado para a população. PARTICIPAÇÃO – A Audiência Pública ocorrerá em formato híbrido, isto é, presencialmente e virtualmente. A participação presencial acontecerá no município sede do evento (Maringá) e nos Centros de Apoio Municipal — locais públicos em cada município da Região, onde a população poderá acompanhar a transmissão da Audiência e manifestar suas contribuições. Mais informações podem ser consultadas no site www.pduimaringa.com.br/audiencia. Para aqueles que quiserem somente acompanhar o evento, haverá uma transmissão pelo canal do Youtube do PDUI da RM de Maringá (www.bit.ly/PDUI-RMM). SERVIÇO Primeira Audiência Pública do PDUI-RMM. Data: 11/05/2022. Horário: 14h30. Local Sede: Câmara Municipal de Maringá - Av. Papa João XXIII, 239 - Zona 2, Maringá - PR, 87010-260. Mais informações: www.pduimaringa.com.br/audiencia Transmissão: https://bit.ly/PDUI-RMM

38708/2022

Fonte: Diário Oficial do Paraná (22/04/2022).

Figura 79 - Publicação da Primeira Audiência Pública na AEN

27/04/2022 15:39 Moradores da região de Maringá podem participar de audiência pública sobre plano metropolitano | Agência Est

Moradores da região de Maringá podem participar de audiência pública sobre plano metropolitano

Encontro é aberto à participação popular e acontece dia 11 de maio, a partir das 14h30. Será presencial em Maringá e pela internet com pontos de apoio nos municípios. Esta é a terceira fase da elaboração do PDUI da região.

Publicação
27/04/2022 - 13:00

Editoria
Desenvolvimento Urbano (/Editoria/Desenvolvimento-Urbano)

Confira o áudio desta notícia

Catedral de Maringa - 07/10/2020 - Foto Geraldo Bubniak/AEN
Foto: Geraldo Bubniak/AEN

A audiência pública do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Maringá (RMM) será no dia 11 de maio, com início às 14h30, aberta à participação popular.

https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Moradores-da-regiao-de-Maringa-podem-participar-de-audiencia-publica-sobre-plano

27/04/2022 15:39 Moradores da região de Maringá podem participar de audiência pública sobre plano metropolitano | Agência Estad

Os moradores dos 26 municípios que compõem a região poderão participar com opinião e sugestões. O encontro será em formato híbrido: presencial na Câmara de Vereadores de Maringá e pela internet, com pontos de apoio em cada município. A transmissão poderá ser acessada por **este link < *https://bit.ly/PDUI-RMM* >**. As prefeituras disponibilizarão locais onde seus cidadãos poderão acompanhar as apresentações e participar.

O evento é promovido pela Secretaria do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas e pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade.

- **Região de Londrina terá 1ª audiência pública sobre o plano de desenvolvimento integrado < *https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Regiao-de-Londrina-tera-1a-audiencia-publica-sobre-o-plano-de-desenvolvimento-integrado* >**

A elaboração do PDUI da Região Metropolitana de Maringá está na terceira fase, que é a de definição das diretrizes e propostas para a RMM nas áreas do meio ambiente, transporte, mobilidade e uso e ocupação do solo. Nas fases anteriores, foram apresentados os planos de trabalho para o desenvolvimento do PDUI e de mobilização dos municípios (fase um); além de identificação dos municípios do Recorte Metropolitano (fase dois).

- **Estado terá sistema de gestão para ajudar municípios a planejar ocupação das suas áreas < *https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Estado-tera-sistema-de-gestao-para-ajudar-municipios-planejar-ocupacao-das-suas-areas* >**

O processo prevê mais três fases: a de definição dos procedimentos de implantação dos projetos a serem realizados na região (fase quatro), a da criação do modelo de Governança Interfederativa, que terá a participação dos municípios, inclusive orçamentária (fase cinco) e a consolidação do modelo de governança pela implantação da Instituição Interfederativa e a complementação do PDUI (fase seis). A previsão é de conclusão até o fim de 2022.

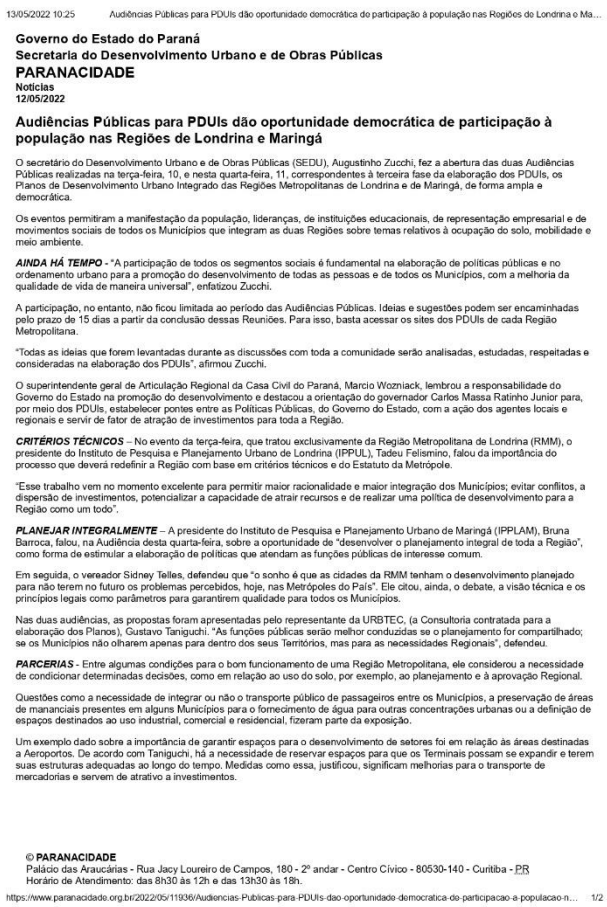
Os debates da Audiência Pública vão contribuir diretamente para a elaboração do PDUI, em atenção ao Estatuto da Metrópole (Lei Federal n° 13.089/2015). Os relatórios para Consulta Pública podem ser acessados no site da **Secretaria do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas < *https://www.desenvolvimentourbano.pr.gov.br/* >**, do **Paranacidade < *https://www.paranacidade.org.br/* >** e do **PDUI (www.pduimaringa.com.br)**.

Serviço:

https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Moradores-da-regiao-de-Maringa-podem-participar-de-audiencia-publica-sobre-plano

Fonte: AEN (2022).

Figura 80 - Publicação da Primeira Audiência Pública no site do PARANACIDADE



13/05/2022 10:25 Audiências Públicas para PDUIs dão oportunidade democrática de participação à população nas Regiões de Londrina e Ma...

Governo do Estado do Paraná
Secretaria do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas
PARANACIDADE
Notícias
12/05/2022

Audiências Públicas para PDUIs dão oportunidade democrática de participação à população nas Regiões de Londrina e Maringá

O secretário do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas (SEDU), Augustinho Zucchi, fez a abertura das duas Audiências Públicas realizadas na terça-feira, 10, e nesta quarta-feira, 11, correspondentes à terceira fase da elaboração dos PDUIs, os Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado das Regiões Metropolitanas de Londrina e de Maringá, de forma ampla e democrática.

Os eventos permitiram a manifestação da população, lideranças, de instituições educacionais, de representação empresarial e de movimentos sociais de todos os Municípios que integram as duas Regiões sobre temas relativos à ocupação do solo, mobilidade e meio ambiente.

AINDA HÁ TEMPO - "A participação de todos os segmentos sociais é fundamental na elaboração de políticas públicas e no ordenamento urbano para a promoção do desenvolvimento de todas as pessoas e de todos os Municípios, com a melhoria da qualidade de vida de maneira universal", enfatizou Zucchi.

A participação, no entanto, não ficou limitada ao período das Audiências Públicas. Ideias e sugestões podem ser encaminhadas pelo prazo de 15 dias a partir da conclusão dessas Reuniões. Para isso, basta acessar os sites dos PDUIs de cada Região Metropolitana.

"Todas as ideias que forem levantadas durante as discussões com toda a comunidade serão analisadas, estudadas, respeitadas e consideradas na elaboração dos PDUIs", afirmou Zucchi.

O superintendente geral de Articulação Regional da Casa Civil do Paraná, Marcio Wozniack, lembrou a responsabilidade do Governo do Estado na promoção do desenvolvimento e destacou a orientação do governador Carlos Massa Ratinho Junior para, por meio dos PDUIs, estabelecer pontes entre as Políticas Públicas, do Governo do Estado, com a ação dos agentes locais e regionais e servir de fator de atração de investimentos para toda a Região.

CRITÉRIOS TÉCNICOS – No evento da terça-feira, que tratou exclusivamente da Região Metropolitana de Londrina (RMM), o presidente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (IPPUL), Tadeu Felismino, falou da importância do processo que deverá redefinir a Região com base em critérios técnicos e do Estatuto da Metrópole.

"Esse trabalho vem no momento excelente para permitir maior racionalidade e maior integração dos Municípios; evitar conflitos, a dispersão de investimentos, potencializar a capacidade de atrair recursos e de realizar uma política de desenvolvimento para a Região como um todo".

PLANEJAR INTEGRALMENTE – A presidente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Maringá (IPPLAM), Bruna Barroca, falou, na Audiência desta quarta-feira, sobre a oportunidade de "desenvolver o planejamento integral de toda a Região", como forma de estimular a elaboração de políticas que atendam as funções públicas de interesse comum.

Em seguida, o vereador Sidney Telles, defendeu que "o sonho é que as cidades da RMM tenham o desenvolvimento planejado para não terem no futuro os problemas percebidos, hoje, nas Metrópoles do País". Ele citou, ainda, o debate, a visão técnica e os princípios legais como parâmetros para garantirem qualidade para todos os Municípios.

Nas duas audiências, as propostas foram apresentadas pelo representante da URBTEC, (a Consultoria contratada para a elaboração dos Planos), Gustavo Taniguchi. "As funções públicas serão melhor conduzidas se o planejamento for compartilhado; se os Municípios não olharem apenas para dentro dos seus Territórios, mas para as necessidades Regionais", defendeu.

PARCERIAS - Entre algumas condições para o bom funcionamento de uma Região Metropolitana, ele considerou a necessidade de condicionar determinadas decisões, como em relação ao uso do solo, por exemplo, ao planejamento e à aprovação Regional.

Questões como a necessidade de integrar ou não o transporte público de passageiros entre os Municípios, a preservação de áreas de mananciais presentes em alguns Municípios para o fornecimento de água para outras concentrações urbanas ou a definição de espaços destinados ao uso industrial, comercial e residencial, fizeram parte da exposição.

Um exemplo dado sobre a importância de garantir espaços para o desenvolvimento de setores foi em relação às áreas destinadas a Aeroportos. De acordo com Taniguchi, há a necessidade de reservar espaços para que os Terminais possam se expandir e terem suas estruturas adequadas ao longo do tempo. Medidas como essa, justificou, significam melhorias para o transporte de mercadorias e servem de atrativo a investimentos.

© **PARANACIDADE**
Palácio das Araucárias - Rua Jacy Loureiro de Campos, 180 - 2º andar - Centro Cívico - 80530-140 - Curitiba - PR
Horário de Atendimento: das 8h30 às 12h e das 13h30 às 18h.

VERSÃO PRELIMINAR

Figura 81 - Divulgação da Primeira Audiência Pública no site do PDUI

Fonte: URBTEC™, 2022

VERSÃO PRELIMINAR

COMUNICAÇÃO LOCAL

REPUBLICAÇÕES

Figura 82 - Publicação Jornal do Povo

ficando em 15 dias. Os números são da Celepar.

Em 2022, desde o início do ano até a primeira semana de abril, a Celepar contabilizou 18.676 manifestações e cinco dias para a resposta. "Os dados apresentados mostram que a Ouvidoria da população é possível aprimorar os serviços de saúde em todo Estado do Paraná", afirma.

ATENDIMENTO

O serviço do Sistema Único de Saúde tem como objetivo ser a ponte entre o usuário SUS e a gestão pública da saúde. No Paraná são mais de 500 ouvidores distribuídos pelos 399 municípios. Todo cidadão usuário do SUS pode participar com elogios, sugestões,

Paranaguá CABINES

CONTERPAVI

JORNAL DO POVO

COMPROMISSO COM A VERDADE

Fundado em 31/03/1991

Catedral Editora, Comunicação, Propaganda e Pesquisas
CNPJ/MF 34.283.987/0001-59 CMC 212.348
Fundador: Verdelírio Barbosa (*in memorian*)
Editora Chefe: Danyani Rafaella Barbosa Camin
Redação: Av. XV de Novembro, 462, sala 6, CEP 87013-230 - Centro - Maringá - Paraná.
Administração: Av. Gov. Parigot de Souza, 554 Sala 05 – CEP 87013-300 – Zona 01- Maringá- Paraná

Fone: (44) 3226-7111
Comercial- comercialjp@wnet.com.br
jornaldopovo.comercial@gmail.com
Redação- jornaldopovomga@gmail.com
Esporte- esportesviola@gmail.com

Os artigos assinados representam a opinião dos autores, que assumem a responsabilidade.

PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DE OBRAS PÚBLICAS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE CONSULTA PÚBLICA

AUDIÊNCIA PÚBLICA POPULAÇÃO É CONVOCADA PARA A PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PDUI DA REGIÃO DE MARINGÁ

presidencial. Agora estão procurando um outro profissional que saiba passar melhor a imagem do candidato, que fale ao coração do povo com mais emoção.

GRAÇA

A Justiça brasileira é uma graça mesmo. Não sabem se o indulto de graça que o presidente deu ao Daniel Silveira, vale ou não vale. E quem deverá acabar decidindo isso será o STF. Mas que graça tem.

PIZZA DOS AMIGOS

O Rotary Club de Maringá Cidade Ecológica promove no dia 30 de abril, a Pizza dos Amigos, com a arrecadação revertida para projetos sociais. Ao preço de R$ 30,00, a pizza poderá ser retirada na Casa da Amizade, avenida Cerro Azul, das 11 às 13h30.

ABANDONADO

Moradores da Zona 07 mandaram a foto deste ônibus que está estacionado em frente ao estádio Willie Davids já faz alguns meses, parece que está abandonado. Estes dias um caso parecido aconteceu com um carro em frente ao Parque do Ingá.

Fonte: Jornal do Povo (23/04/2022)

VERSÃO PRELIMINAR

Figura 83 - Publicação O Maringá

03/05/2022 09:43 Coordenador da Superintendência do SEDU se reúne no Gabinete do Prefeito de Sarandi e anuncia Audiência Pública

IMPRESSO O MARINGÁ O JORNAL A SERVIÇO DE MARINGÁ E REGIÃO CLASSIFICADOS

COLUNAS OBITUÁRIO PUBLICAÇÕES LEGAIS

Coordenador da Superintendência do SEDU se reúne no Gabinete do Prefeito de Sarandi e anuncia Audiência Pública

por **Redação** — 2 de maio de 2022 no **Sarandi**

03/05/2022 09:43 Coordenador da Superintendência do SEDU se reúne no Gabinete do Prefeito de Sarandi e anuncia Audiência Pública

Na manhã desta segunda-feira (02), o Coordenador da Superintendência do SEDU (Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado do Paraná) Deca Silvestre, participou de uma reunião no Gabinete do Prefeito de Sarandi Walter Volpato, juntamente com os Secretários Municipais de Sarandi, anunciando a Audiência Pública do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Maringá (RMM), que acontecerá no dia 11 de maio (quarta-feira), com início às 14h30 e será aberta à participação popular.

A transmissão será feita na Casa da Cultura, localizada na Praça Ipiranga, com início às 14h30. Atualmente, o PDUI da Região Metropolitana de Maringá está em sua terceira fase, que é a de definição das diretrizes e propostas para a RMM nas áreas do meio ambiente, transporte, mobilidade e uso e ocupação do solo. Nas fases anteriores, foram apresentados os planos de trabalho para o desenvolvimento do PDUI e de mobilização dos municípios (fase um); além de identificação dos municípios do Recorte Metropolitano (fase dois).

Fonte: https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Moradores-da-regiao-de-Maringa-podem-participar-de-audiencia-publica-sobre-plano

Fonte: Prefeitura de Sarandi

Notícias Relacionadas

https://omaringa.com.br/noticias/regiao/sarandi/coordenador-da-superintendencia-do-sedu-se-reune-no-gabinete-do-prefeito-de-sarandi-e-anunci... 2/4

Fonte: O Maringá (02/05/2022)

VERSÃO PRELIMINAR

Figura 84 - Publicação O Maringá

O MARINGÁ
O JORNAL A SERVIÇO DE MARINGÁ E REGIÃO

AUDIÊNCIA PÚBLICA: POPULAÇÃO É CONVOCADA PARA A PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PDUI DA REGIÃO DE MARINGÁ

Moradores de Maringá e região podem participar do evento público para exercer a cidadania

por Redação — 3 de maio de 2022 no Maringá

SERVIÇO

Primeira Audiência Pública do PDUI-RMM Data: 11/05/2022

Horário: 14h30

Local Sede: Câmara Municipal de Maringá – Av. Papa João XXIII, 239 – Zona 2, Maringá – PR, 87010-260

Mais informações: www.pduimaringa.com.br/audiencia

A população está convidada a participar da 1ª Audiência Pública do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Maringá, que acontecerá em 11 de maio (quarta-feira), às 14h30. Será uma oportunidade para os cidadãos acompanharem o desenvolvimento do Plano e contribuírem com o futuro de suas cidades.

A Audiência Pública é promovida pelo Paranacidade, um Serviço Social Autônomo vinculado à Secretaria do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas do Estado do Paraná (SEDU-PR).

Na ocasião, serão apresentados os principais resultados obtidos na fase de diagnóstico, diretrizes e propostas setoriais metropolitanas prioritárias. Durante o evento, a sociedade também será consultada acerca de suas opiniões relativas ao Plano.

Os debates realizados com a população irão contribuir diretamente para a elaboração do PDUI, considerando os princípios estabelecidos pelo Estatuto da Metrópole (Lei Federal nº 13.089/2015).

Os relatórios para consulta pública já podem ser acessados no site do Paranacidade (www.paranacidade.org.br), da SEDU-PR (www.sedu.pr.gov.br) e do PDUI (www.pduimaringa.com.br).

As contribuições podem ser realizadas, a qualquer momento, nos canais oficiais do PDUI, onde também estão divulgadas demais informações sobre a 1ª Audiência Pública e o conteúdo que será apresentado para a população.

PARTICIPAÇÃO – A Audiência Pública ocorrerá em formato híbrido, isto é, presencialmente e virtualmente. A participação presencial acontecerá no município sede do evento (Maringá) e nos Centros de Apoio Municipal – locais públicos em cada município da Região, onde a população poderá acompanhar a transmissão da Audiência e manifestar suas contribuições.

Mais informações podem ser consultadas no site www.pduimaringa.com.br/audiencia. Para aqueles que quiserem somente acompanhar o evento, haverá uma transmissão pelo canal do Youtube do PDUI da RM de Maringá (www.bit.ly/PDUI-RMM).

Fonte: O Maringá (02/05/2022)

Figura 85 - Publicação O Maringá

05/05/2022 10:03 Edital de Convocação para Audiência Pública do PDUI

O MARINGÁ
O JORNAL A SERVIÇO DE MARINGÁ E REGIÃO

IMPRESSO CLASSIFICADOS

COLUNAS OBITUÁRIO PUBLICAÇÕES LEGAIS

Edital de Convocação para Audiência Pública do PDUI

por Prefeitura de Itambé — 4 de maio de 2022 no Itambé

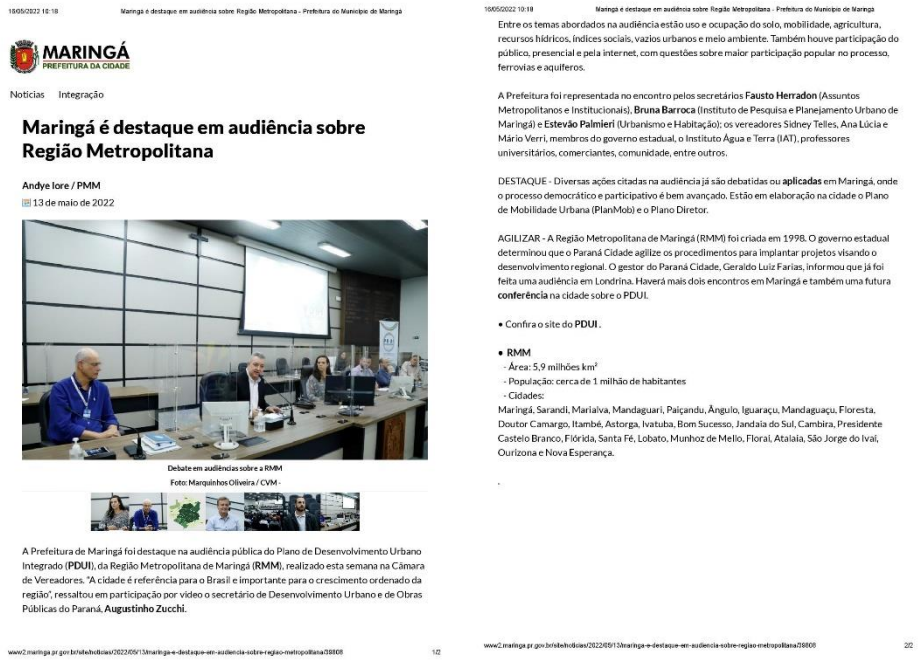
PDUI PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO
REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

O Governo do Estado do Paraná, a partir da SEDU/PARANACIDADE, e parceria do Município de Itambé, promoverá a **1ª Audiência Pública do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Maringá**, que tem como objetivo principal apresentar os resultados preliminares da Etapa 03 do PDUI, a que confere o

https://omaringa.com.br/noticias/regiao/itambe/edital-de-convocacao-para-audiencia-publica-do-pdui/ 1/3

Fonte: O Maringá (04/05/2022)

Figura 86 - Publicação Prefeitura de Maringá



16/05/2022 10:18 Maringá é destaque em audiência sobre Região Metropolitana - Prefeitura do Município de Maringá

MARINGÁ PREFEITURA DA CIDADE

Notícias Integração

Maringá é destaque em audiência sobre Região Metropolitana

Andye Iore / PMM

13 de maio de 2022

Debate em audiências sobre a RMM
Foto: Marquinhos Oliveira / CVM -

A Prefeitura de Maringá foi destaque na audiência pública do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (**PDUI**), da Região Metropolitana de Maringá (**RMM**), realizado esta semana na Câmara de Vereadores. "A cidade é referência para o Brasil e importante para o crescimento ordenado da região", ressaltou em participação por vídeo o secretário de Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas do Paraná, **Augustinho Zucchi**.

www2.maringa.pr.gov.br/site/noticias/2022/05/13/maringa-e-destaque-em-audiencia-sobre-regiao-metropolitana/38808 1/2

16/05/2022 10:19 Maringá é destaque em audiência sobre Região Metropolitana - Prefeitura do Município de Maringá

Entre os temas abordados na audiência estão uso e ocupação do solo, mobilidade, agricultura, recursos hídricos, índices sociais, vazios urbanos e meio ambiente. Também houve participação do público, presencial e pela internet, com questões sobre maior participação popular no processo, ferrovias e aquíferos.

A Prefeitura foi representada no encontro pelos secretários **Fausto Herradon** (Assuntos Metropolitanos e Institucionais), **Bruna Barroca** (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Maringá) e **Estevão Palmieri** (Urbanismo e Habitação); os vereadores Sidney Telles, Ana Lúcia e Mário Verri, membros do governo estadual, o Instituto Água e Terra (IAT), professores universitários, comerciantes, comunidade, entre outros.

DESTAQUE - Diversas ações citadas na audiência já são debatidas ou **aplicadas** em Maringá, onde o processo democrático e participativo é bem avançado. Estão em elaboração na cidade o Plano de Mobilidade Urbana (PlanMob) e o Plano Diretor.

AGILIZAR - A Região Metropolitana de Maringá (RMM) foi criada em 1998. O governo estadual determinou que o Paraná Cidade agilize os procedimentos para implantar projetos visando o desenvolvimento regional. O gestor do Paraná Cidade, Geraldo Luiz Farias, informou que já foi feita uma audiência em Londrina. Haverá mais dois encontros em Maringá e também uma futura **conferência** na cidade sobre o PDUI.

- Confira o site do **PDUI**.

- **RMM**
  - Área: 5,9 milhões km²
  - População: cerca de 1 milhão de habitantes
  - Cidades:

Maringá, Sarandi, Marialva, Mandaguari, Paiçandu, Ângulo, Iguaraçu, Mandaguaçu, Floresta, Doutor Camargo, Itambé, Astorga, Ivatuba, Bom Sucesso, Jandaia do Sul, Cambira, Presidente Castelo Branco, Flórida, Santa Fé, Lobato, Munhoz de Mello, Floraí, Atalaia, São Jorge do Ivaí, Ourizona e Nova Esperança.

www2.maringa.pr.gov.br/site/noticias/2022/05/13/maringa-e-destaque-em-audiencia-sobre-regiao-metropolitana/38808 2/2

Fonte: Prefeitura de Maringá (13/05/2022)

DIVULGAÇÃO DOS CENTROS DE APOIO MUNICIPAIS

Astorga

Atalaia

Cambira

Flórida

Itambé

Ivatuba

VERSÃO PRELIMINAR

Jandaia do Sul

Lobato

Mandaguaçu

Mandaguari

Marialva

Nova Esperança

VERSÃO PRELIMINAR

Ourizona

Paiçandu

Presidente Castelo Branco

Santa Fé

São Jorge do Ivaí

Sarandi

VERSÃO PRELIMINAR

27.4. DOCUMENTOS E REGISTROS

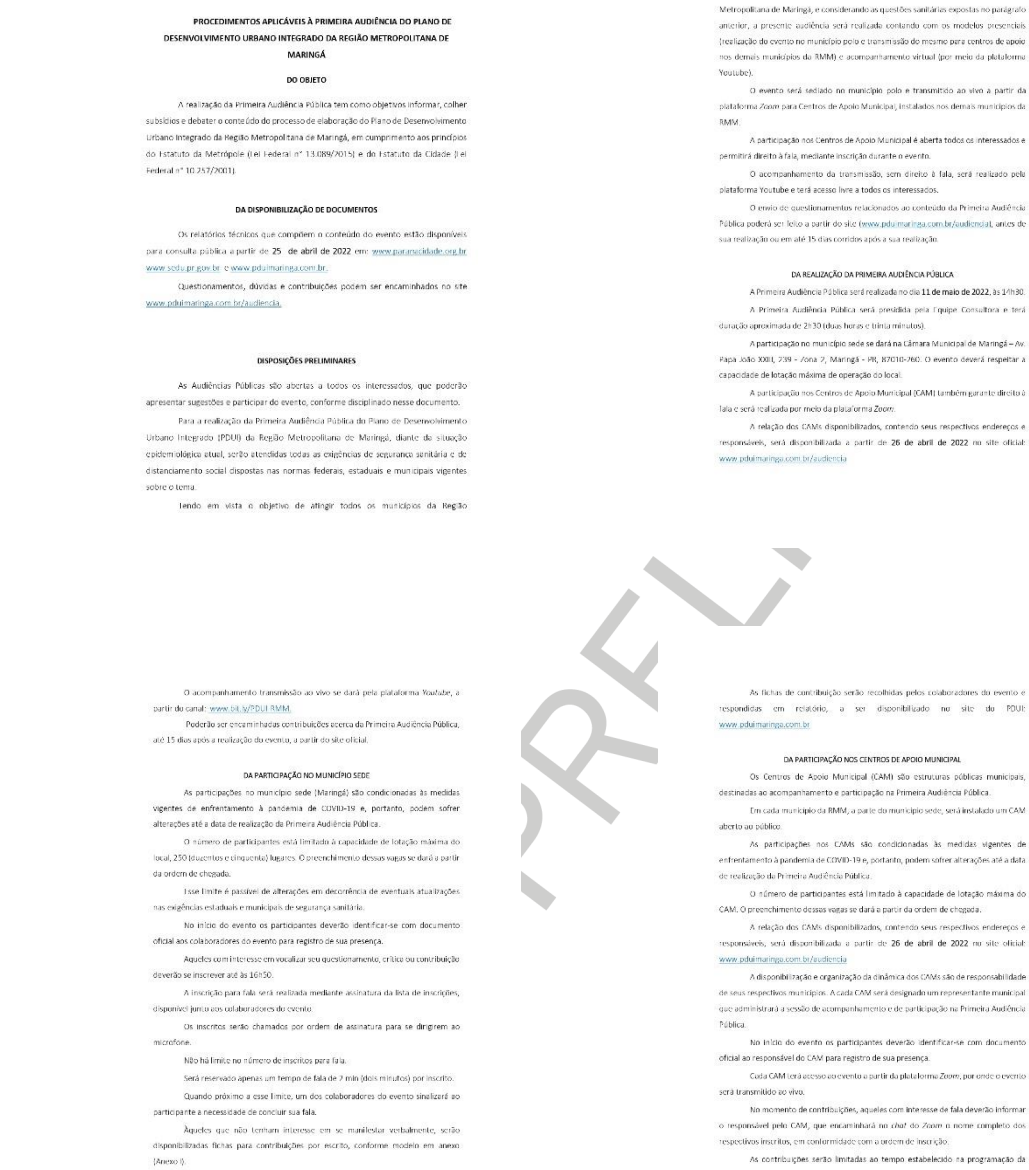
A seguir são apresentados os principais documentos utilizados na organização e realização do evento, a saber: Procedimentos aplicáveis à Primeira Audiência Pública; Manual dos Centros de Apoio e a Apresentação Técnica da Primeira Audiência Pública.

Para além desses documentos, também são apresentados os registros do evento, tanto no município polo, quanto nos CAMs. Os registros contemplam as atas, listas de presença e fotos.

VERSÃO PRELIMINAR

PROCEDIMENTOS APLICÁVEIS

Figura 87 - Documento de Procedimentos Aplicáveis à Primeira Audiência Pública



PROCEDIMENTOS APLICÁVEIS À PRIMEIRA AUDIÊNCIA DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

DO OBJETO

A realização da Primeira Audiência Pública tem como objetivos informar, colher subsídios e debater o conteúdo do processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Maringá, em cumprimento aos princípios do Estatuto da Metrópole (Lei Federal nº 13.089/2015) e do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001).

DA DISPONIBILIZAÇÃO DE DOCUMENTOS

Os relatórios técnicos que compõem o conteúdo do evento estão disponíveis para consulta pública a partir de 25 de abril de 2022 em: www.parunicidade.org.br www.sedu.pr.gov.br e www.pduimaringa.com.br.

Questionamentos, dúvidas e contribuições podem ser encaminhados no site www.pduimaringa.com.br/audiencia.

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

As Audiências Públicas são abertas a todos os interessados, que poderão apresentar sugestões e participar do evento, conforme disciplinado nesse documento.

Para a realização da Primeira Audiência Pública do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Maringá, diante da situação epidemiológica atual, serão atendidas todas as exigências de segurança sanitária e de distanciamento social dispostas nas normas federais, estaduais e municipais vigentes sobre o tema.

Tendo em vista o objetivo de atingir todos os municípios da Região Metropolitana de Maringá, e considerando as questões sanitárias expostas no parágrafo anterior, a presente audiência será realizada contando com os modelos presenciais (realização do evento no município polo e transmissão do mesmo para centros de apoio nos demais municípios da RMM) e acompanhamento virtual (por meio da plataforma Youtube).

O evento será sediado no município polo e transmitido ao vivo a partir da plataforma Zoom para Centros de Apoio Municipal, instalados nos demais municípios da RMM.

A participação nos Centros de Apoio Municipal é aberta todos os interessados e permitirá direito à fala, mediante inscrição durante o evento.

O acompanhamento da transmissão, sem direito à fala, será realizado pela plataforma Youtube e será acesso livre a todos os interessados.

O envio de questionamentos relacionados ao conteúdo da Primeira Audiência Pública poderá ser feito a partir do site (www.pduimaringa.com.br/audiencia), antes de sua realização ou em até 15 dias corridos após a sua realização.

DA REALIZAÇÃO DA PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Primeira Audiência Pública será realizada no dia 11 de maio de 2022, às 14h30.

A Primeira Audiência Pública será presidida pela Equipe Consultora e terá duração aproximada de 2h30 (duas horas e trinta minutos).

A participação no município sede se dará na Câmara Municipal de Maringá – Av. Papa João XXIII, 299 – Zona 2, Maringá – PR, 87010-760. O evento deverá respeitar a capacidade de lotação máxima de operação do local.

A participação nos Centros de Apoio Municipal (CAM) também garante direito à fala e será realizada por meio da plataforma Zoom.

A relação dos CAMs disponibilizados, contendo seus respectivos endereços e responsáveis, será disponibilizada a partir de 26 de abril de 2022 no site oficial: www.pduimaringa.com.br/audiencia

O acompanhamento transmissão ao vivo se dará pela plataforma Youtube, a partir do canal: www.bit.ly/PDUI-RMM.

Poderão ser encaminhadas contribuições acerca da Primeira Audiência Pública, até 15 dias após a realização do evento, a partir do site oficial.

DA PARTICIPAÇÃO NO MUNICÍPIO SEDE

As participações no município sede (Maringá) são condicionadas às medidas vigentes de enfrentamento à pandemia de COVID-19 e, portanto, podem sofrer alterações até a data de realização da Primeira Audiência Pública.

O número de participantes está limitado à capacidade de lotação máxima do local, 250 (duzentos e cinquenta) lugares. O preenchimento dessas vagas se dará a partir da ordem de chegada.

Esse limite é passível de alterações em decorrência de eventuais atualizações nas exigências estaduais e municipais de segurança sanitária.

No início do evento os participantes deverão identificar-se com documento oficial aos colaboradores do evento para registro de sua presença.

Aqueles com interesse em vocalizar seu questionamento, crítica ou contribuição deverão se inscrever até às 16h30.

A inscrição para fala será realizada mediante assinatura da lista de inscrições, disponível junto aos colaboradores do evento.

Os inscritos serão chamados por ordem de assinatura para se dirigirem ao microfone.

Não há limite no número de inscritos para fala.

Será reservado apenas um tempo de fala de 7 min (dois minutos) por inscrito.

Quando próximo a esse limite, um dos colaboradores do evento sinalizará ao participante a necessidade de concluir sua fala.

Àqueles que não tenham interesse em se manifestar verbalmente, serão disponibilizadas fichas para contribuições por escrito, conforme modelo em anexo (Anexo I).

As fichas de contribuição serão recolhidas pelos colaboradores do evento e respondidas em relatório, a ser disponibilizado no site do PDUI: www.pduimaringa.com.br

DA PARTICIPAÇÃO NOS CENTROS DE APOIO MUNICIPAL

Os Centros de Apoio Municipal (CAM) são estruturas públicas municipais, destinadas ao acompanhamento e participação na Primeira Audiência Pública.

Em cada município da RMM, a parte do município sede, será instalado um CAM aberto ao público.

As participações nos CAMs são condicionadas às medidas vigentes de enfrentamento à pandemia de COVID-19 e, portanto, podem sofrer alterações até a data de realização da Primeira Audiência Pública.

O número de participantes está limitado à capacidade de lotação máxima do CAM. O preenchimento dessas vagas se dará a partir da ordem de chegada.

A relação dos CAMs disponibilizados, contendo seus respectivos endereços e responsáveis, será disponibilizada a partir de 26 de abril de 2022 no site oficial: www.pduimaringa.com.br/audiencia

A disponibilização e organização da dinâmica dos CAMs são de responsabilidade de seus respectivos municípios. A cada CAM será designado um representante municipal que administrará a sessão de acompanhamento e de participação na Primeira Audiência Pública.

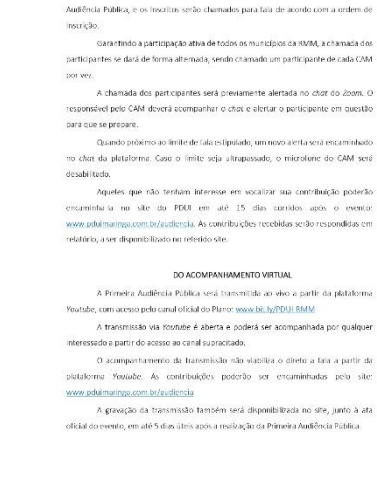
No início do evento os participantes deverão identificar-se com documento oficial ao responsável do CAM para registro de sua presença.

Cada CAM terá acesso ao evento a partir da plataforma Zoom, por onde o evento será transmitido ao vivo.

No momento de contribuições, aqueles com interesse de fala deverão informar o responsável pelo CAM, que encaminhará no chat do Zoom o nome completo dos respectivos inscritos, em conformidade com a ordem de inscrição.

As contribuições serão limitadas ao tempo estabelecido na programação da

VERSÃO PRELIMINAR



Audiência Pública, e os inscritos serão chamados para fala de acordo com a ordem de inscrição.

Garantindo a participação ativa de todos os municípios da RMM, a chamada dos participantes se dará de forma alternada, sendo chamado um participante de cada CAM por vez.

A chamada dos participantes será previamente alertada no *chat* do *Zoom*. O responsável pelo CAM deverá acompanhar o *chat* e alertar o participante em questão para que se prepare.

Quando próximo ao limite de fala estipulado, um novo alerta será encaminhado no chat da plataforma. Caso o limite seja ultrapassado, o microfone do CAM será desabilitado.

Aqueles que não tenham interesse em vocalizar sua contribuição poderão encaminhá-la no site do PDUI em até 15 dias corridos após o evento: www.pduimaringa.com.br/audiencia. As contribuições recebidas serão respondidas em relatório, a ser disponibilizado no referido site.

DO ACOMPANHAMENTO VIRTUAL

A Primeira Audiência Pública será transmitida ao vivo a partir da plataforma Youtube, com acesso pelo canal oficial do Plano: www.bit.ly/PDUI RMM

A transmissão via Youtube é aberta e poderá ser acompanhada por qualquer interessado a partir do acesso ao canal supracitado.

O acompanhamento da transmissão não viabiliza o direito a fala a partir da plataforma Youtube. As contribuições poderão ser encaminhadas pelo site: www.pduimaringa.com.br/audiencia

A gravação da transmissão também será disponibilizada no site, junto à ata oficial do evento, em até 5 dias úteis após a realização da Primeira Audiência Pública.

DA PROGRAMAÇÃO

A Primeira Audiência Pública terá início às 14:30, com a seguinte programação prevista:

14h30 – 14h45	Identificação e entrada dos participantes presenciais.
14h45 – 15h00	Abertura do evento.
15h00 – 15h50	Apresentação Técnica.
15h50 – 16h55	Participações (presenciais e remotas).
16h55 – 17h00	Encerramento do evento.

As estimativas de duração da programação podem sofrer alterações conforme o decorrer do evento.

DA CONDUÇÃO DOS TRABALHOS

A Primeira Audiência Pública será declarada aberta e seguirá com a apresentação técnica da Equipe Consultora.

Ao término da apresentação, a Equipe Consultora abrirá espaço para perguntas e contribuições dos participantes no município sede e nos Centros de Apoio Municipais.

Respeitando o disposto neste documento, o cerimonial irá anunciar a ordem de fala dos participantes.

A participação com direito à fala será ordenada em rodadas.

A cada rodada será priorizada a fala de um participante por Centro de Apoio Municipal, visando a participação equitativa dos municípios no evento.

A fala dos participantes por Centro de Apoio Municipal será organizada conforme ordem de inscrição junto ao responsável pelo CAM.

Os inscritos terão 2min (dois minutos) para realizar suas contribuições com direito à fala.

Não haverá tempo para réplicas ou tréplicas.

O tempo definido para as contribuições será de até 01 hora (uma hora e cinco minutos), cabendo ao Coordenador, caso necessário, prorrogá-lo por mais 10 (dez) minutos.

Finalizado o tempo previsto, as perguntas e as contribuições restantes serão respondidas em relatório, a ser publicado no site www.pduimaringa.com.br

Após o momento de participações com direito à fala, serão feitas as considerações finais e será encerrada a Primeira Audiência Pública do PDUI da Região Metropolitana de Maringá.

O envio de perguntas sobre a Primeira Audiência Pública poderá ser feito a partir do site (www.pduimaringa.com.br/audiencia), antes de sua realização ou em até 15 dias corridos após a sua realização.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A Equipe Consultora lavrará em até 5 dias úteis a ata da respectiva Audiência Pública e a encaminhará à Equipe de Supervisão, permanecendo uma cópia de seu arquivo digital à disposição dos interessados no site: www.pduimaringa.com.br/audiencia

ANEXO I - FICHA DE CONTRIBUIÇÃO

Fonte: URBTEC™ (2022)

VERSÃO PRELIMINAR

MANUAL DOS CENTROS DE APOIO MUNICIPAIS

Figura 88 – Manual dos CAMs instalados para a Primeira Audiência Pública

2022

MANUAL DO CENTRO DE APOIO MUNICIPAL

INSTALAÇÃO E COORDENAÇÃO

PDUI

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO

REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

PDUI PARANÁ URBTEC

INSTALAÇÃO E COORDENAÇÃO
MANUAL DO CENTRO DE APOIO MUNICIPAL

APRESENTAÇÃO

O presente documento, MANUAL DO CENTRO DE APOIO MUNICIPAL – INSTALAÇÃO E COORDENAÇÃO, foi produzido em prol da realização das Audiências Públicas do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Maringá. O manual toma como referência o Ofício Circular 005/2021 do Ministério Público do Estado do Paraná (CAOP-MAHU), em que o modelo híbrido de eventos participativos, decorrente de Planos Diretores e similares, é orientado.

VERSÃO ABRIL/2022.

URBTEC

INSTALAÇÃO E COORDENAÇÃO
MANUAL DO CENTRO DE APOIO MUNICIPAL

SUMÁRIO

1. ESTRUTURA DO MANUAL 4
2. O QUE É O PDUI? 4
3. O QUE É O CENTRO DE APOIO MUNICIPAL? 6
4. QUAL O EVENTO? 7
5. A INSTALAÇÃO DO CENTRO DE APOIO MUNICIPAL 7
5.1. ESPAÇO FÍSICO MÍNIMO 8
5.2. PESSOAL NECESSÁRIO 8
5.3. EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS 9
6. A COORDENAÇÃO DO CENTRO DE APOIO MUNICIPAL 9
6.1. O RESPONSÁVEL 9
6.2. O MOMENTO DE CONTRIBUIÇÕES 10
7. ANEXOS 13
7.1. ANEXO I - CHECK-LIST DO CENTRO DE APOIO MUNICIPAL 13
7.2. ANEXO II - MODELO DE LISTA DE PRESENÇA 14
7.3. ANEXO III - MODELO DE FICHA DE CONTRIBUIÇÃO ESCRITA 15
7.4. ANEXO IV - MODELO DE ATA – REGISTRO DAS PARTICIPAÇÕES DO CENTRO DE APOIO MUNICIPAL 16
7.5. ANEXO V - ROTEIRO DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA 19

URBTEC

INSTALAÇÃO E COORDENAÇÃO
MANUAL DO CENTRO DE APOIO MUNICIPAL

1. ESTRUTURA DO MANUAL

Este manual tem por objetivo orientar os responsáveis pela **instalação dos Centros de Apoio Municipais (CAMs)**, para a realização de eventos públicos em modelo híbrido, referentes a elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Maringá (RMM).

Este documento se estrutura em sete capítulos:

1. Breve introdução a respeito do manual;
2. Introdução ao PDUI;
3. Definição de Centro de Apoio Municipal (CAM);
4. Descrição do evento em questão, a 1ª Audiência Pública do PDUI;
5. Orientação da instalação do CAM, indicando o espaço físico, pessoal e equipamentos necessários;
6. Orientação da Coordenação do CAM, quais as responsabilidades dos envolvidos e como funcionará o momento de contribuições do evento;
7. Anexos.

Recomendamos a leitura deste manual para compreender o funcionamento do evento e assegurar sua plena execução.

No site do PDUI da RMM estão os disponíveis outros documentos que embasam a discussão do Plano e da Audiência em questão: www.pduimaringa.com.br.

2. O QUE É O PDUI?

O Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Maringá (RMM) é um instrumento urbanístico previsto na Lei Federal nº 13.089/2015 – Estatuto da Metrópole. Seu objetivo é orientar o **planejamento e a gestão da região de forma integrada**, guiado pelos aspectos de uso do solo, mobilidade e meio ambiente regionais.

A **Região Metropolitana de Maringá (RMM)** foi oficialmente criada por meio da Lei Complementar 83, de julho de 1998, abrangendo originalmente os municípios de

URBTEC

VERSÃO PRELIMINAR

Sarandi, Marialva, Mandaguari, Paiçandu, Ângulo, Iguaraçu e Mandaguaçu, além do município polo. Até 2012, ocorreram diversas anexações de municípios, totalizando **26 municípios integrantes** atualmente.

A elaboração do PDUI da RMM é decorrente da Concorrência Pública 001/2019 e Contrato de Prestação de Serviços Nº 008/2020, celebrado em 2020, entre a URBTEC™ Engenharia, Planejamento e Consultoria e o Serviço Social Autônomo Paranacidade, junto à Secretaria Estadual do Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas (SEDU/PR).

A elaboração do PDUI está estruturada em seis etapas:

A presente Etapa 03 contempla o início dos eventos de caráter público, iniciando pela 1ª Audiência Pública que será tratada neste manual.

Para mais informações consulte o site: www.pduimaringa.com.br

3. O QUE É O CENTRO DE APOIO MUNICIPAL?

O Centro de Apoio Municipal (CAM) é uma **estrutura pública municipal com o objetivo de possibilitar o acompanhamento e participação** da população nos eventos públicos do PDUI da RMM, ampliando as oportunidades de contribuições comunitárias — essenciais para a elaboração do Plano.

A cada CAM será designado, a partir do contato do Paranacidade, um **representante municipal** que será **responsável pela coordenação da estrutura e condução da participação social** dos presentes, durante o evento. Suas responsabilidades serão detalhadas ao longo deste manual.

Os CAMs serão instalados em cada município da RMM para as datas dos eventos em questão. Os responsáveis pelo centro receberão o **link de acesso ao evento na plataforma *Zoom*** pela consultora URBTEC™. **Os links serão enviados nos endereços de e-mail previamente informados** pelos representantes do centro ao Paranacidade. A partir da plataforma, o evento público será transmitido e os cidadãos presentes no CAM poderão realizar contribuições.

A organização, instalação e coordenação dos CAMs são de responsabilidade de seus respectivos municípios. Por sua vez, a convocação e orientação dos municípios é de responsabilidade do Paranacidade.

4. QUAL O EVENTO?

O presente evento que irá demandar o uso dos Centros de Apoio Municipais, se refere à **1ª Audiência Pública do PDUI da Região Metropolitana de Maringá**, que acontecerá no dia **11 de maio de 2022**, às **14h30**. O evento ocorrerá presencialmente no município de Maringá e nos CAMs instalados nos outros 25 municípios pertencentes à RMM.

A 1ª Audiência Pública do Plano tem como objetivo **apresentar à população os resultados preliminares da presente Etapa 03 do PDUI**, que se refere ao diagnóstico, diretrizes e propostas setoriais metropolitanas prioritárias. **Além da apreciação, a Audiência também possibilitará a realização de contribuições pela comunidade.**

Tendo em vista tal objetivo, e em consonância com os princípios estabelecidos no Estatuto da Metrópole, a instalação dos CAMs é fundamental para a garantia da ampla participação da população.

Mais informações e documentos acerca do evento podem ser consultados em: www.pduimaringa.com.br/audiencia

5. A INSTALAÇÃO DO CENTRO DE APOIO MUNICIPAL

A definição do endereço sede do CAM deve ser realizada previamente ao evento, conforme acordado entre o Paranacidade e o responsável pelo CAM. O espaço deverá ser de acesso público e, preferencialmente, ser um local de referência no município (como a Prefeitura ou a Câmara de Vereadores).

O CAM deverá ser instalado, na data de realização do evento, atendendo os devidos pré-requisitos para a participação da sociedade, conforme aqui informado.

Nos capítulos seguintes serão discriminados os critérios mínimos a serem cumpridos para o bom funcionamento do evento.

5.1. ESPAÇO FÍSICO MÍNIMO

A sede de instalação do CAM deve atender às **medidas sanitárias vigentes**, decorrentes da pandemia da COVID-19. Nesse sentido, deve ser garantida a devida **ventilação** do ambiente, caso possível, o **distanciamento social** também deverá ser garantido.

Recomenda-se a **capacidade mínima de 30 pessoas**, considerando os cidadãos e representantes municipais, que também estarão presentes no CAM.

A sede do CAM **obrigatoriamente** deve ter **acesso à internet**, viabilizando a transmissão e acompanhamento do evento.

5.2. PESSOAL NECESSÁRIO

Para a instalação e coordenação do CAM é necessário garantir, minimamente, a presença do **responsável pelo CAM**, designado pela Prefeitura Municipal em conjunto com o Paranacidade, no momento de contato com o município.

Se possível, é recomendável a participação de um **técnico de informática ou outra especialidade similar**, que poderá auxiliar na disponibilização e instalação dos equipamentos técnicos necessários para o acompanhamento da transmissão do evento.

Também é recomendável que seja convocado um **auxiliar** ao responsável pelo CAM, que facilitará o cumprimento das responsabilidades que são listadas nos próximos capítulos deste documento.

Dado o caráter oficial de Audiência Pública, é interessante convocar **representantes do Executivo e/ou Legislativo**, como Prefeitos (as), Secretários (as), Vereadores (as) e seus assessores para a devida representação institucional do município.

VERSÃO PREFEITURA

municipais, representantes de segmentos da sociedade civil, de associações, de movimentos sociais, de instituições de ensino superior e demais possíveis interessados.

4. Garantir a correta **instalação** do CAM, mobilizando os demais representantes municipais necessários.
5. Abrir o CAM ao público **30 minutos antes** do horário definido para o início do evento.
6. Acessar o **link do evento** (a ser disponibilizado pela URBTEC™) pela plataforma *Zoom*, a partir do computador instalado no CAM.
7. Recolher a assinatura dos participantes presentes no CAM, a partir da lista de presença. (Seu modelo consta no **Anexo II**).
8. Realizar o **registro fotográfico** do CAM e seus participantes.
9. Orientar a **contribuição** por fala dos participantes interessados (conforme momento de contribuições).
10. Disponibilizar fichas de contribuição para aqueles que quiserem contribuir por escrito **(Anexo III)**.
11. Informar os inscritos para fala no *chat* da plataforma *Zoom*.
12. Elaborar a **ata** do evento, contemplando as contribuições dos participantes presentes no CAM. O modelo da ata consta no **Anexo IV**.
13. Fechar a sede do CAM após o encerramento do evento.
14. **Encaminhar** a lista de presença, a ata do evento, as fichas de contribuição e o registro fotográfico para o e-mail: pduimaringa@gmail.com

6.2. O MOMENTO DE CONTRIBUIÇÕES

Após a apresentação técnica a respeito do conteúdo referente ao evento, será realizado o **momento de contribuições, em que os participantes terão direito à fala**. (Os principais momentos do evento podem ser consultados no **Anexo V – Roteiro**).

Assim como o acompanhamento geral, as contribuições do evento a partir do CAM serão realizadas pela **plataforma *Zoom***. Conforme colocado anteriormente, o acesso ao evento será fornecido ao responsável do CAM, por parte da URBTEC™.

Durante todo o evento, os participantes poderão se inscrever para se manifestar no momento de contribuições com o responsável pelo CAM. Aqueles que não tenham interesse em vocalizar suas contribuições, poderão escrevê-la nas fichas de contribuição, a serem disponibilizadas pelo responsável do CAM. É possível encaminhar contribuições acerca do conteúdo da Audiência no site do PDUI em até 15 dias após o evento: www.pduimaringa.com.br/audiencia.

O momento de contribuições será coordenado por diversos atores:

1. O **participante no CAM** deverá:
   - Informar ao responsável do CAM seu interesse em se manifestar
   - Ficar atento ao responsável do CAM e se aproximar do microfone (ou computador) quando for informado que será o próximo a se manifestar
   - Fazer sua contribuição, com limite de fala de 2 minutos

2. O **responsável do CAM** deverá:
   - Receber as inscrições dos participantes que tiverem interesse de realizar falas;
   - Informar no *chat* do *Zoom* o nome completo dos inscritos;
   - Observar o *chat* do *Zoom*, se atentando às mensagens enviadas pelos organizadores do evento;
   - Alertar o participante quando este for o próximo a se manifestar, orientando-o (a) a ficar próximo ao microfone (ou computador) do CAM;
   - Habilitar o microfone do *Zoom*, permitindo que a fala do participante seja ouvida.

3. Os **organizadores do evento** deverão:
   - Observar o *chat* do *Zoom*, aguardando as mensagens dos responsáveis dos CAMs;
   - Organizar a ordem de fala dos participantes, de acordo com a ordem de inscrição;
   - Informar no *chat* do *Zoom* o nome do próximo participante a se manifestar;
   - Informar no *chat* do *Zoom* quando o tempo de fala estiver terminando
   - Desabilitar microfone do *Zoom* daqueles que excederem o limite de fala de 2 minutos.

INSTALAÇÃO E COORDENAÇÃO
MANUAL DO CENTRO DE APOIO MUNICIPAL

Durante todo o evento, os participantes poderão se inscrever para se manifestar no momento de contribuições com o responsável pelo CAM. Aqueles que não tenham interesse em vocalizar suas contribuições, poderão escrevê-la nas fichas de contribuição, a serem disponibilizadas pelo responsável do CAM. É possível encaminhar contribuições acerca do conteúdo da Audiência no site do PDUI em até 15 dias após o evento: www.pduimaringa.com.br/audiencia.

O momento de contribuições será coordenado por diversos atores:

1. O **participante no CAM** deverá:
   - Informar ao responsável do CAM seu interesse em se manifestar
   - Ficar atento ao responsável do CAM e se aproximar do microfone (ou computador) quando for informado que será o próximo a se manifestar
   - Fazer sua contribuição, com limite de fala de 2 minutos

2. O **responsável do CAM** deverá:
   - Receber as inscrições dos participantes que tiverem interesse de realizar falas;
   - Informar no *chat* do *Zoom* o nome completo dos inscritos;
   - Observar o *chat* do *Zoom*, se atentando às mensagens enviadas pelos organizadores do evento;
   - Alertar o participante quando este for o próximo a se manifestar, orientando-o (a) a ficar próximo ao microfone (ou computador) do CAM;
   - Habilitar o microfone do *Zoom*, permitindo que a fala do participante seja ouvida.

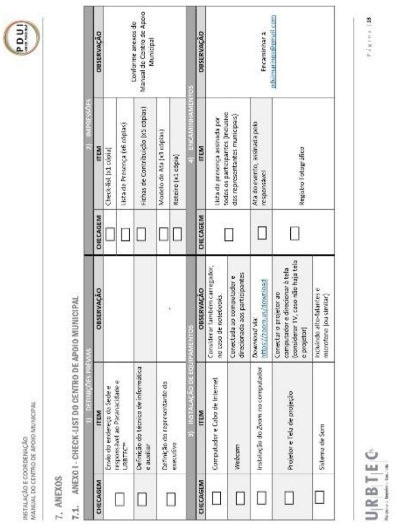
3. Os **organizadores do evento** deverão:
   - Observar o *chat* do *Zoom*, aguardando as mensagens dos responsáveis dos CAMs;
   - Organizar a ordem de fala dos participantes, de acordo com a ordem de inscrição;
   - Informar no *chat* do *Zoom* o nome do próximo participante a se manifestar;
   - Informar no *chat* do *Zoom* quando o tempo de fala estiver terminando
   - Desabilitar microfone do *Zoom* daqueles que excederem o limite de fala de 2 minutos.

4. O **mestre de cerimônias** deverá:
   - Informar o início do momento de contribuições.
   - Anunciar o nome do participante que estiver na vez de se manifestar.

Para mais detalhes, recomendamos a leitura do documento de *"Procedimentos"* disponível no site: www.pduimaringa.com.br/audiencia

Dúvidas e sugestões podem ser encaminhadas aos representantes do Paranacidade e à URBTEC™ (pduimaringa@gmail.com.br)

VERSÃO PRELIMINAR



INSTALAÇÃO E COORDENAÇÃO
MANUAL DO CENTRO DE APOIO MUNICIPAL

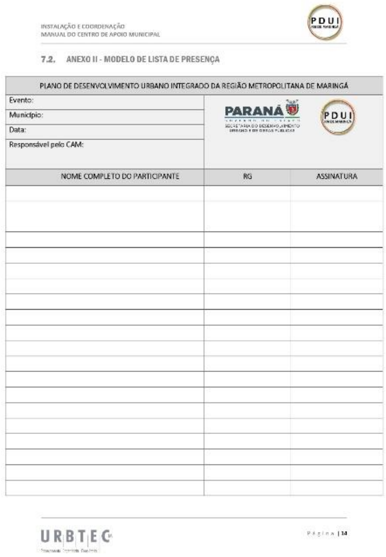
7. ANEXOS

7.1. ANEXO I - CHECK-LIST DO CENTRO DE APOIO MUNICIPAL

CHECAGEM	ITEM	OBSERVAÇÃO
1) DEFINIÇÕES PRÉVIAS		
☐	Envio do endereço da Sede e responsável ao Paranacidade e URBTEC™	
☐	Definição do técnico de informática e auxiliar	
☐	Definição do representante do executivo	
3) INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS		
☐	Computador e Cabo de Internet	Considerar também carregador, no caso de notebooks.
☐	Webcam	Conectada ao computador e direcionada aos participantes
☐	Instalação do Zoom no computador	Download via: https://zoom.us/download
☐	Projetor e Tela de projeção	Conectar o projetor ao computador e direcionar à tela (considerar TV, caso não haja tela e projetor)
☐	Sistema de Som	Incluindo alto-falantes e microfone (ou similar)

CHECAGEM	ITEM	OBSERVAÇÃO
2) IMPRESSÕES		
☐	Check-list (x1 cópia)	Conforme anexos do Manual do Centro de Apoio Municipal
☐	Lista de Presença (x6 cópias)	
☐	Fichas de Contribuição (x5 cópias)	
☐	Modelo de Ata (x3 cópias)	
☐	Roteiro (x1 cópia)	
4) ENCAMINHAMENTOS		
☐	Lista de presença assinada por todos os participantes (inclusive dos representantes municipais)	Encaminhar à pduimaringa@gmail.com
☐	Ata do evento, assinada pelo responsável	
☐	Registro Fotográfico	

URBTEC Página | 13



INSTALAÇÃO E COORDENAÇÃO
MANUAL DO CENTRO DE APOIO MUNICIPAL

7.2. ANEXO II - MODELO DE LISTA DE PRESENÇA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

Evento:
Município:
Data:
Responsável pelo CAM:

NOME COMPLETO DO PARTICIPANTE	RG	ASSINATURA

URBTEC Página | 14

INSTALAÇÃO E COORDENAÇÃO
MANUAL DO CENTRO DE APOIO MUNICIPAL

7.2. ANEXO II - MODELO DE LISTA DE PRESENÇA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

Evento:
Município:
Data:
Responsável pelo CAM:

NOME COMPLETO DO PARTICIPANTE	RG	ASSINATURA

URBTEC Página | 14

INSTALAÇÃO E COORDENAÇÃO
MANUAL DO CENTRO DE APOIO MUNICIPAL

7.3. ANEXO III – MODELO DE FICHA DE CONTRIBUIÇÃO ESCRITA

DATA: __/__/__
NOME:
E-MAIL: TELEFONE:
DÚVIDAS/CRÍTICAS/SUGESTÕES:

DATA: __/__/__
NOME:
E-MAIL: TELEFONE:
DÚVIDAS/CRÍTICAS/SUGESTÕES:

URBTEC Página | 15

VERSÃO PRELIMINAR

INSTALAÇÃO E COORDENAÇÃO
MANUAL DO CENTRO DE APOIO MUNICIPAL

7.4. ANEXO IV - MODELO DE ATA - REGISTRO DAS PARTICIPAÇÕES DO CENTRO DE APOIO MUNICIPAL

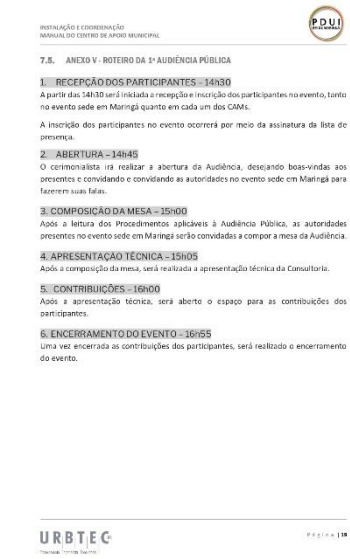
PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ	
Evento:	
Município:	
Data:	
Responsável pelo CAM:	
ATA DO EVENTO PÚBLICO	

URBTEC

INSTALAÇÃO E COORDENAÇÃO
MANUAL DO CENTRO DE APOIO MUNICIPAL

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ	
Evento:	
Município:	
Data:	
Responsável pelo CAM:	
ATA DO EVENTO PÚBLICO	
Assinatura do responsável:	

URBTEC



INSTALAÇÃO E COORDENAÇÃO
MANUAL DO CENTRO DE APOIO MUNICIPAL

7.5. ANEXO V - ROTEIRO DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

1. RECEPÇÃO DOS PARTICIPANTES – 14h30

A partir das 14h30 será iniciada a recepção e inscrição dos participantes no evento, tanto no evento sede em Maringá quanto em cada um dos CAMs.

A inscrição dos participantes no evento ocorrerá por meio da assinatura da lista de presença.

2. ABERTURA – 14h45

O cerimonialista irá realizar a abertura da Audiência, desejando boas-vindas aos presentes e convidando e convidando as autoridades no evento sede em Maringá para fazerem suas falas.

3. COMPOSIÇÃO DA MESA – 15h00

Após a leitura dos Procedimentos aplicáveis à Audiência Pública, as autoridades presentes no evento sede em Maringá serão convidadas a compor a mesa da Audiência.

4. APRESENTAÇÃO TÉCNICA – 15h05

Após a composição da mesa, será realizada a apresentação técnica da Consultoria.

5. CONTRIBUIÇÕES – 16h00

Após a apresentação técnica, será aberto o espaço para as contribuições dos participantes.

6. ENCERRAMENTO DO EVENTO – 16h55

Uma vez encerrada as contribuições dos participantes, será realizado o encerramento do evento.

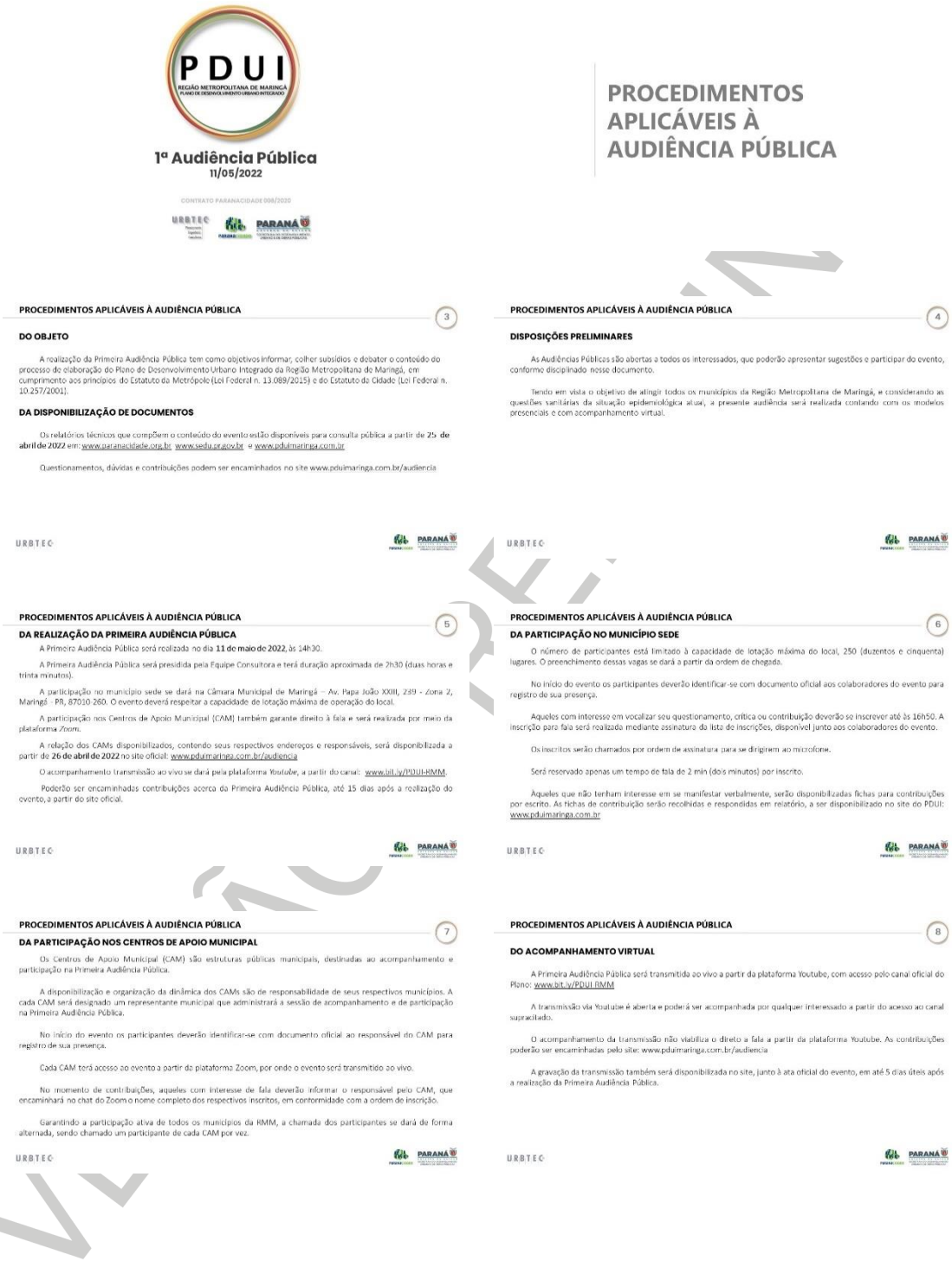
URBTEC

Fonte: URBTEC™, 2022

VERSÃO PRELIMINAR

APRESENTAÇÃO DA PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Figura 89 – Apresentação da Primeira Audiência Pública



PROCEDIMENTOS APLICÁVEIS À AUDIÊNCIA PÚBLICA 9

DA PROGRAMAÇÃO

A Primeira Audiência Pública terá início às 14h30, com a seguinte programação prevista:

14h30 – 14h45	Identificação e entrada dos participantes presenciais.
14h45 15h00	Abertura do evento.
15h00 – 15h50	Apresentação Técnica.
15h50 – 16h55	Participações (presenciais e remotas).
16h55 – 17h00	Encerramento do evento.

As estimativas de duração da programação podem sofrer alterações conforme o decorrer do evento.

URBTEC

PROCEDIMENTOS APLICÁVEIS À AUDIÊNCIA PÚBLICA 10

DA CONDUÇÃO DOS TRABALHOS

A Primeira Audiência Pública será declarada aberta e seguirá com a apresentação técnica da Equipe Consultora.

Ao término da apresentação, a Equipe Consultora abrirá espaço para perguntas e contribuições dos participantes no município sede e nos Centros de Apoio Municipais.

A cada rodada será priorizada a fala de um participante por Centro de Apoio Municipal, visando a participação equitativa dos municípios no evento.

A fala dos participantes por Centro de Apoio Municipal será organizada conforme ordem de inscrição junto ao responsável pelo CAM.

Os inscritos terão 2min (dois minutos) para realizar suas contribuições com direito à fala.

Não haverá tempo para réplicas ou tréplicas.

O tempo definido para as contribuições será de até 01H05 (uma hora e cinco minutos), cabendo ao Coordenador, caso necessário, prorrogá-lo por mais 10 (dez) minutos.

URBTEC

PROCEDIMENTOS APLICÁVEIS À AUDIÊNCIA PÚBLICA 11

DA CONDUÇÃO DOS TRABALHOS

Finalizado o tempo previsto, as perguntas e as contribuições restantes serão respondidas em relatório, a ser publicado no site www.pduimaringa.com.br

Após o momento de participações com direito à fala, serão feitas as considerações finais e será encerrada a Primeira Audiência Pública do PDUI da Região Metropolitana de Maringá.

O envio de perguntas sobre a Primeira Audiência Pública poderá ser feito a partir do site (www.pduimaringa.com.br/audiencia), antes de sua realização ou em até 15 dias corridos após a sua realização.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A Equipe Consultora lavrará em até 5 dias úteis a ata da respectiva Audiência Pública e a encaminhará à Equipe de Supervisão, permanecendo uma cópia de seu arquivo digital à disposição dos interessados no site: www.pduimaringa.com.br/audiencia

URBTEC

AGENDA 13

1. Apresentação – Consultoria URBTEC™
2. O que é o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI)?
3. Composição da Equipe de Acompanhamento Municipal
4. Diagnóstico, Diretrizes e Propostas Setoriais Prioritárias por FPIC
5. Próximos passos
6. Participação no evento

URBTEC

1 APRESENTAÇÃO CONSULTORIA URBTEC™

APRESENTAÇÃO - CONSULTORIA 15

URBTEC

URBTEC

APRESENTAÇÃO - CONSULTORIA 16

URBTEC Planos realizados e em desenvolvimento pela URBTEC™

Plano Diretor Municipal
Campo Grande – MS
João Pessoa – PB
Araucária – PR
Ponta Grossa – PR
Palmas – PR
Canoinhas – SC
Quatro Barras – PR
Bituruna – PR
Pinaquara – PR
Tijucas do Sul – PR

Plano de Mobilidade Municipal
Jaraguá do Sul – SC
Ponta Grossa – PR
Guarapuava – PR
Canoinhas – SC
Fazenda Rio Grande – PR
Pinaquara – PR
Tijucas do Sul – PR

Plano de Desenvolvimento Regional
Metrópole Norte: Região de Londrina, de Apucarana e de Maringá
PDUI – RM de Maringá
PDUI – RM de Londrina
PDUI – RM de Cascavel
Plano de Cidade da Leste
PDDI-RMBH

Planos de Transporte Coletivo
Jaraguá do Sul – SC
São Bento do Sul – SC
Gaspar – SC
Distrito Federal
Tijucas do Sul – PR
Laranjeiras do Sul – PR

URBTEC

2 O QUE É O PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO (PDUI)?

INSTITUIÇÃO DE REGIÕES METROPOLITANAS E PDUI 18

1973 Criação das primeiras regiões metropolitanas pela **União**

1988 Competência dos **estados**

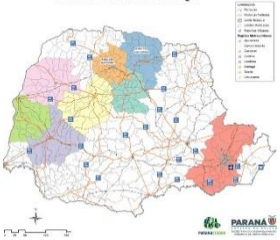
2015 **Estatuto da Metrópole**

- Obrigatoriedade de elaboração do **Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI)** para Regiões Metropolitanas
- Revisão do **PDUI** a cada 10 anos

PDUI

- Instrumento utilizado para definir as diretrizes de desenvolvimento territorial das **Regiões Metropolitanas**
- Norteia a gestão integrada em busca do desenvolvimento sustentável

A **Política de Desenvolvimento Urbano e Regional (2017)** define quatro RMs no Paraná: de Cascavel, de Curitiba, de Londrina e **de Maringá**



URBTEC

3 COMPOSIÇÃO DA EQUIPE DE ACOMPANHAMENTO MUNICIPAL

4 DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES E PROPOSTAS SETORIAIS PRIORITÁRIAS POR FPIC

4.1 FPIC DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E USO DO SOLO

DIAGNÓSTICO

TÓPICOS LEVANTADOS EM DIAGNÓSTICO 29

URBTEC

COMPARTIMENTOS REGIONAIS

Norte e Sul: exploração agropecuária

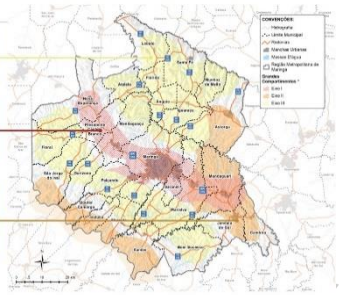
Tendência de estabilidade na expansão territorial da atividade agropecuária com respeito aos fundos de vale.

Eixo regional de articulação de funções urbanas Leste/Oeste BR 376 - PR 323.

Tendência a integração do tecido urbano ao longo do eixo rodoferroviário (BR 376/EF 369).

Concentração de recursos hídricos a Oeste da RMM.

Manejo inadequado do solo em áreas suscetíveis no compartimento concentração recursos hídricos (Noroeste) e expansão de áreas urbanas sobre áreas de mananciais.



URBTEC

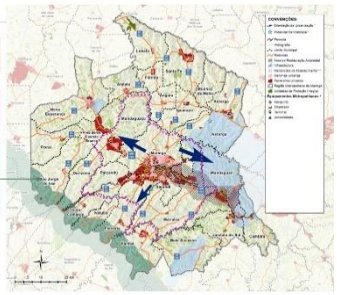
OCUPAÇÃO URBANA E RURAL

Perímetros urbanos "ociosos" estimulam a expansão urbana sobre áreas agricultáveis e de importância ambiental.

Os municípios que integram o eixo de articulação urbana Maringá representam 76,1% da área urbana total ocupada.

Corredor do Rio Ivaí é o principal Área Estratégica para a Conservação e a Recuperação da Biodiversidade para a formação de corredores ecológicos e manutenção da estabilidade física do ambiente na política estadual do meio ambiente.

Estratificação social centro-periferia em relação ao polo Maringá com hiatos na hierarquia urbana e disparidades socioeconômicas significativas.



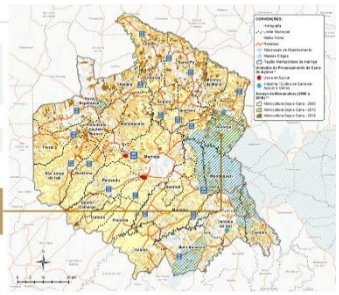
URBTEC

OCUPAÇÃO URBANA E RURAL

Agropecuária (inclusive florestas) representa 86,5% da superfície da região apresentando estabilidade e pequena redução no território ocupado.

Predomínio da expansão de culturas de curto ciclo, em detrimento de lavouras tradicionais.

O crescimento das áreas de soja **expandiu 30% na última década**, sobrepondo-se a outras culturas.



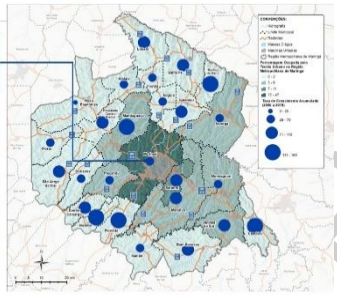
URBTEC

OCUPAÇÃO URBANA E RURAL

Crescimento do tecido urbano mais acelerado e com menor qualidade de infraestrutura e serviços nas periferias do "Núcleo" Metropolitano.

A **área urbana legal** (macrozoneamento municipal) equivale a **quase o dobro do território efetivamente ocupado.**

Há oportunidade para adoção de políticas de aumento da densidade urbana, com melhor aproveitamento da infraestrutura e liberação de áreas residuais para conservação ambiental (taxas de expansão do tecido urbano declinantes)



URBTEC

PROCESSUAIS – DESAFIOS 34

Macrozoneamentos municipais com objetivos e critérios **muito dispares.**

Projetos de alto impacto no uso do solo regional **sem** mecanismos efetivos de participação dos **governos locais.**

Desarticulação do planejamento do uso do solo entre municípios limítrofes.

Descrédito no sistema de planejamento regional interfederativo (descontinuidade, sem consequências).

Distância entre os planos setoriais, de agências estaduais e concessionárias, e os PDMs.

Inexistência de sistemas digitais de informação territorial na grande maioria dos municípios.

Inexistência de entidade capacitada e equipada **para assumir o PDUI.**

PARANÁ

PROCESSUAIS – OPORTUNIDADES 35

A grande maioria dos **municípios tem planos diretores vigentes** e atualizados, assim como **Conselhos Municipais da Cidade.**

Consciência da interdependência municipal e da necessidade de planejamento integrado do solo.

Vinculação do acesso ao crédito para projetos municipais ao Plano de Ação do PDM (Paranacidade).

Tradição e credibilidade nos consórcios municipais e nas Associações de Municípios.

Existência de planos de bacia (Baixo Ivaí e Paraná I) e Plano de saneamento para Maringá.

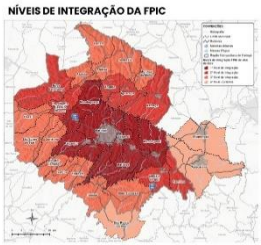
SIMGeo de Maringá poderá ser **referencial** para o SIM Metropolitano.

Potencial para **normalização das diretrizes do macrozoneamento** municipal.

PARANÁ

FPIC DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E USO DO SOLO 36

NÍVEIS DE INTEGRAÇÃO DA FPIC



1º Nível de Integração

Municípios que fazem parte do **Núcleo Metropolitano**, como também do **Eixo Regional de Articulação de Funções Urbanas.** Obrigatoriedade de consultas mútuas para os processuais de uso do solo.

2º Nível de Integração

Municípios que estão relacionados com **os principais eixos de infraestrutura.** Os municípios devem considerar os **municípios lindeiros** nos processuais de uso e ocupação do solo.

3º Nível de Integração

Os municípios devem considerar os **municípios lindeiros** e especialmente aqueles que integram a **mesma Unidade de Conservação ou Corredor Ambiental.**

4º Nível de Integração

Municípios que **não estão dentro do recorte preliminar da RMM**, mas por terem em seu **território nascentes de bacias de mananciais** ou por apresentarem **proximidade ao corredor de articulação urbana** deverão considerar de forma integrada com seus lindeiros o planejamento territorial e uso do solo.

URBTEC

PARANÁ

PROPOSTAS

FPIC DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E USO DO SOLO 38

PRINCÍPIOS DA FPIC

Os interesses regionais predominam em **relação aos interesses locais sem ferir a autonomia constitucional municipal.**

Haverá o **compartilhamento dos direitos e das responsabilidades entre os entes governamentais** sobre os pareceres e licenciamentos em conformidade com o Estatuto da Metrópole.

O macrozoneamento é o principal instrumento do planejamento territorial metropolitano e **deve refletir os PDMs, as diretrizes regionais e integrar as FPICs.**

URBTEC

PARANÁ

FPIC DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E USO DO SOLO 39

PRINCÍPIOS DA FPIC

A delimitação das FPICs poderá apresentar, "vazios territoriais" onde não há interesse metropolitano e, também, **extrapolar o limite metropolitano** onde houver interesse estratégico para o desempenho de uma FPIC.

O SIM, Sistema de Informação Metropolitano, é fundamental para o desempenho desta FPIC e deve integrar o planejamento do uso do solo regional incluindo os entes federativos e a comunidade.

URBTEC

FPIC DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E USO DO SOLO 40

DIRETRIZES	EXEMPLO - PROPOSTAS
1 Condicionamento do planejamento territorial à **conservação das Áreas de Importância Ambiental**	**Delimitar as Macrozonas** das áreas de importância ambiental. **Condicionar os usos urbanos** à capacidade de saturação das áreas de interesse ambiental.
2 **Articulação Interfederativa** sobre os conceitos e macrozoneamento de ocupação do solo	Coordenar a nível regional a utilidade pública das áreas necessárias à implementação de investimentos e obras Metropolitanas. Implementar **o Macrozoneamento** para a RMM, **articulando conceitos e parâmetros regionais e municipais.** **Aumentar a densidade demográfica** regional priorizando o eixo de articulação urbana e fortalecendo a nova centralidade norte.

URBTEC

FPIC DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E USO DO SOLO 41

DIRETRIZES	EXEMPLO - PROPOSTAS
3 **Descentralização da infraestrutura** e dos Equipamentos Metropolitanos	Estimular o estabelecimento de uma **metrópole policêntrica.** Promover o **uso do solo associado** a uma estratégica de **mobilidade.** **Reduzir as disparidades no acesso a infraestrutura** e equipamentos metropolitanos.
4 Integração da **Governança Interfederativa** do Uso do Solo	Organizar e estruturar com a urgência a entidade responsável pela implementação do PDUI e do SIM. Organizar um plano **de capacitação dos recursos humanos estaduais e municipais.** **Instituir um Fundo Metropolitano.**

URBTEC

MACROZONEAMENTO METROPOLITANO PROPOSTO 42

ETAPAS DE CONCEPÇÃO

01 SISTEMATIZAÇÃO DAS MACROZONAS MUNICIPAIS

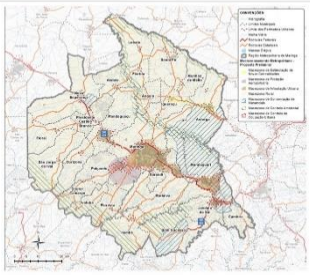
02 LEVANTAMENTO DAS INFORMAÇÕES ESPACIALIZADAS PELAS FPICs

03 DELINEAMENTO PRELIMINAR DAS MACROZONAS

04 REFINAMENTO DAS MACROZONAS

URBTEC

FPIC DE USO DO SOLO: MACROZONEAMENTO METROPOLITANO PROPOSTO 43



URBTEC

FPIC DE USO DO SOLO: MACROZONEAMENTO METROPOLITANO PROPOSTO 44

Macrozona de Articulação Urbana

Estímulo à ocupação urbana associada ao corredor multimodal de transporte.

Macrozona de Proteção Aeroportuária

Controle de ocupação urbana e rural associada para a proteção da operação aeroportuária e dos impactos decorrentes do entorno.

URBTEC

FPIC DE USO DO SOLO: MACROZONEAMENTO METROPOLITANO PROPOSTO 45

Macrozona de Controle de Ocupação

Controle da ocupação urbana associada à proximidade das áreas naturais.

Macrozona de Estimulação de novas centralidades

Promoção da distribuição de serviços, infraestrutura e equipamentos.

URBTEC

FPIC DE USO DO SOLO: MACROZONEAMENTO METROPOLITANO PROPOSTO 46

Macrozona de Controle Ambiental

Proteção de áreas naturais.

Macrozona de Conservação de Mananciais

Proteção de áreas de mananciais de abastecimento público.

URBTEC

FPIC DE USO DO SOLO: MACROZONEAMENTO METROPOLITANO PROPOSTO 47

Macrozona Rural

Destinada a infraestrutura e equipamentos de porte metropolitano de apoio às atividades produtivas, agropecuárias, turísticas e culturais.

URBTEC

4.2 FPIC DE MOBILIDADE METROPOLITANA

DIAGNÓSTICO

P3B – DIAGNÓSTICO DE MOBILIDADE METROPOLITANA – PRINCIPAIS RESULTADOS 50

Tópicos levantados em diagnóstico

1. SISTEMAS DE MOBILIDADE
2. PROGRAMAS E PROJETOS
3. ASPECTOS INSTITUCIONAIS
4. INDICADORES DE MOBILIDADE
5. SÍNTESE SWOT
6. CENÁRIOS
7. NÍVEIS DE INTEGRAÇÃO

URBTEC

SISTEMA VIÁRIO

Principais vias de ligação na RMM: **BR-376; PR-317, PR-323.**

Elevado volume de deslocamentos nos trechos entre: **Paiçandu – Maringá; Mandaguaçu – Maringá; Marialva – Maringá.** (ANTT, 2021)

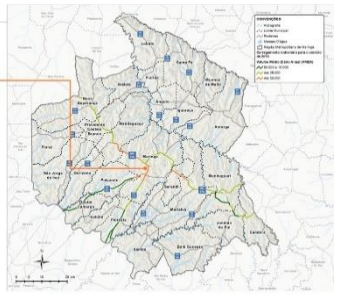
Previsão/andamento de obras para ampliação da capacidade das rodovias.

Conflitos entre a ocupação urbana e o elevado tráfego das rodovias.

Elevada **dependência dos modais motorizados e das rodovias** para deslocamento intermunicipal.

Falta de conexão da malha viária urbana entre municípios já conurbados.

Crescimento das taxas de motorização nos municípios da RMM.



URBTEC

TRANSPORTE COLETIVO DE MASSA

Integração do transporte coletivo entre os municípios de **Maringá, Sarandi e Paiçandu.**

Atendimento por linhas de transporte coletivo com **serviço metropolitano na maior parte dos municípios** da RM.

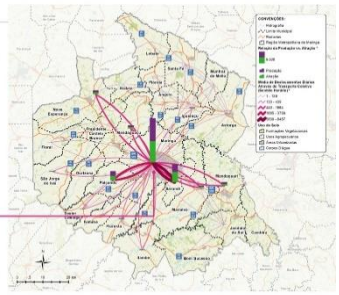
Utilização das rodovias para transporte coletivo de passageiros.

Pouca flexibilidade de horários nos serviços de linhas de ônibus intermunicipais ofertados para a maior parte dos municípios.

Existência do **terminal intermodal** no município polo.

Movimentação de passageiros expressiva entre municípios ao longo da BR 376 e do entorno imediato de Maringá.

Os municípios sobre os quais incide a linha férrea existente correspondem a cerca de 80% da população da RMM.



URBTEC

INTEGRAÇÃO E LOGÍSTICA

Proximidade entre o Aeroporto de Maringá (Terminal de Cargas) e as rodovias BR 376 e PR 323 e a linha férrea.

Ampliação da pista do Aeroporto de Maringá para recebimento de aviões de cargo internacionais.

Previsão de **implementação (ou melhoria) de infraestruturas** de transporte e de logística.

Inclusão da RMM na dinâmica nacional de escoamento de produtos através da implantação da **Ferrovia Norte-Sul.**

Escassez de pátios e armazéns de cargas.

Incertezas sobre o traçado da Ferrovia Norte Sul no território da RMM.

Dependência excessiva do sistema rodoviário para o escoamento da produção da região.

URBTEC

MODAIS ATIVOS

Existência de ciclovias voltadas para o lazer na maioria dos municípios da Região Metropolitana.

Proximidade entre as áreas urbanas dos municípios da RMM.

Existência de infraestrutura cicloviária junto aos limites do **polo com Sarandi e Paiçandu.**

Priorização dos modos motorizados no deslocamento intermunicipal.

Falta de infraestrutura que possibilite a integração entre diferentes modais na RMM.

Falta de infraestrutura para garantir a utilização de modais ativos de forma segura no entorno das rodovias e da linha férrea, que cruzam áreas urbanas consolidadas.

URBTEC

P3B – DIAGNÓSTICO DE MOBILIDADE METROPOLITANA – PRINCIPAIS RESULTADOS 55

Aspectos Institucionais

1.1. Existência institucional da Coordenação da Região Metropolitana de Maringá – COMEM;

1.2. Protagonismo das Associações de Municípios e dos Consórcios como forma de atuação conjunta;

1.3. Necessidade de centralizar a coordenação de ações. Há muitas iniciativas para mobilidade metropolitana ocorrendo através de diversos atores, por exemplo:

- **Desconto no pedágio entre Marialva e Mandaguari** – Movimentos Sociais, lideranças políticas locais e regionais, entre outros;
- **Integração do Transporte Coletivo entre Maringá, Sarandi e Paiçandu** – Prefeituras Municipais, Governo Estadual e Governo Federal, entre outros;
- **Projeto de Duplicação da PR 317** – Conselhos municipais, setor produtivo, associações, Prefeituras Municipais, Governo Estadual, entre outros;
- **Ciclovias entre distritos e municípios (vários)** – associação de moradores, lideranças políticas locais, movimentos sociais, entre outros.

1.4. Apenas três municípios afirmaram possuir PlanMob, outros cinco informaram estar em elaboração.

URBTEC

NÍVEL DE INTEGRAÇÃO – SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO 56

Critérios considerados para FPIC de Mobilidade Metropolitana:

1. Transporte coletivo integrado;
2. Conexão entre as malhas viárias urbanas;
3. Ampliação da infraestrutura regional a partir de novas obras/projetos;
4. Movimentos pendulares e deslocamentos através do transporte coletivo;
5. Presença de infraestrutura viária de conexão regional.

URBTEC

PROPOSTAS

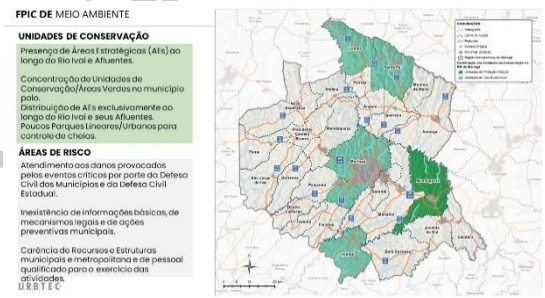
FPIC DE MOBILIDADE METROPOLITANA 58

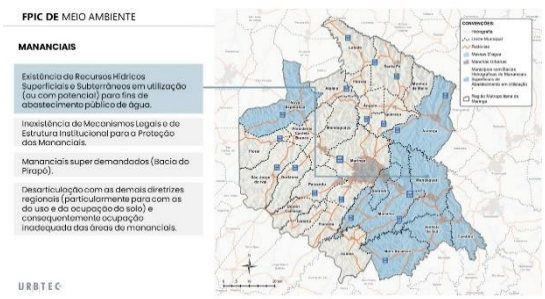
PRINCÍPIOS DA FPIC

- Desenvolvimento sustentável das cidades, nas dimensões socioeconômicas e ambientais.
- Equidade no acesso dos cidadãos ao transporte público coletivo.
- Redução de desigualdades.
- Segurança nos deslocamentos das pessoas.
- Gestão democrática e controle social do planejamento e execução das ações voltadas para Mobilidade Metropolitana.

URBTEC

4.3 FPIC DE MEIO AMBIENTE





FPIC DE MEIO AMBIENTE

RECURSOS HÍDRICOS

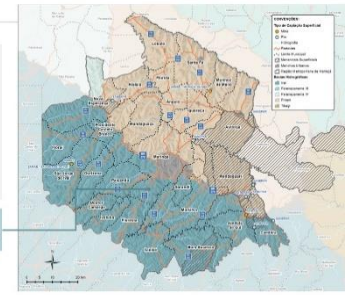
Existência dos Comitês de Bacias do Piraponema, do Baixo Ivaí e Paraná I e do Alto Ivaí.

Existência dos Planos de Bacias das Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Piraponema e do Baixo Ivaí e Paraná I.

Inexistência do Plano de Bacia da UGRH do Alto Ivaí.

Ausência de controles eficazes para a Emissão, o Acompanhamento e o Monitoramento dos Outorgas aos diferentes usos dos recursos hídricos.

Vazões necessárias ao Abastecimento Público e à diluição de cargas poluentes atualmente comprometidas tanto no Bacia do Rio Pirapó quanto na Bacia do Rio Ivaí.



URBTEC

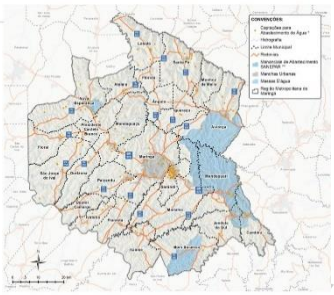
FPIC DE MEIO AMBIENTE

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Participação efetiva de Maringá nos processos de Licenciamento Ambiental.

Pouca participação municipal e do atual ente metropolitano (COMEM) nos processos de Licenciamento Ambiental e Outorga do Uso dos Recursos Hídricos limitada às informações do uso e da ocupação do solo.

Ausência de estruturas municipais e metropolitana e de pessoal qualificado para o exercício das atividades inerentes à Gestão Ambiental.



URBTEC

FPIC DE MEIO AMBIENTE 71

NÍVEIS DE INTEGRAÇÃO DAS FPICS UCS E ÁREAS VERDES

Critérios:

- Ponderou-se as UCs de Proteção Integral e de Uso Sustentável e as Áreas Verdes representadas por parques urbanos e lineares.
- Ponderadas as Áreas Estratégicas para constituição dos Corredores da Biodiversidade que se distribuem ao longo das margens do Rio Ivaí.

URBTEC

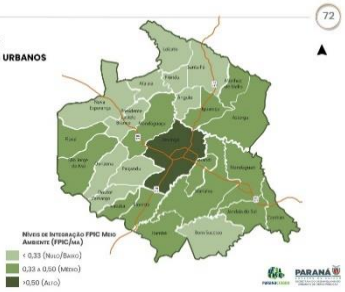
PARANÁ

FPIC DE MEIO AMBIENTE 72

NÍVEIS DE INTEGRAÇÃO DAS FPICS DE MANANCIAIS E DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

Critérios:

- Bacias de contribuição dos mananciais diante das captações existentes na RM de Maringá.
- Municípios que recebem Resíduos Sólidos Urbanos de outros municípios
- Municípios que destinam seus Resíduos Sólidos Urbanos para outros municípios.
- Potencial para localização de uma futura CTR – Central de Tratamento de Resíduos.



URBTEC

PARANÁ

PROPOSTAS

FPIC DE MEIO AMBIENTE 74

PRINCÍPIO DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Através da conservação dos recursos naturais que os garanta para as atuais e futuras gerações.

As intervenções no meio ambiente só podem ocorrer com a efetiva verificação de que as mesmas não proporcionarão prejuízos ao mesmo.

Através da conservação e recuperação dos recursos naturais e preservação da vida e do patrimônio dos seus habitantes

Através do uso responsável e de conservação dos recursos hídricos determinados como mananciais de abastecimento para o consumo humano das atuais e futuras gerações

Através da conservação dos recursos hídricos, garantindo seus usos multiplos para as atuais e futuras gerações

URBTEC

PARANÁ

FPIC DE MEIO AMBIENTE 75

DIRETRIZES

1 Fomento à Criação de UCs e AEs (Corredores da Biodiversidade) e Parques Urbanos e Lineares

EXEMPLO – PROPOSTAS

- Projeto de **identificação e cadastro de áreas com remanescentes florestais** com importância regional que sejam passíveis de uso para a implantação imediata ou futura de UCs públicas e privadas, de Parques Urbanos e Lineares e AEs
- Projeto **de implantação imediata de UCs, AEs e Parques Urbanos e Lineares** em áreas disponíveis, visando maior participação da RMM no rateio do ICMS Ecológico
- **Programa de Incentivos ou de Compensações Fiscais** voltados à conservação ambiental e, prioritariamente, localizadas em áreas de mananciais de abastecimento de água potável
- Projeto de Implantação imediata do **PSA-Pagamento por Serviços Ambientais** com prioridade às Áreas de Mananciais

URBTEC

FPIC DE MEIO AMBIENTE 76

DIRETRIZES

2 Melhora da Eficiência da Gestão Ambiental Metropolitana

EXEMPLO – PROPOSTAS

- Projeto de Estruturação dos Municípios e do seu Ente Metropolitano, com vistas à participação efetiva na gestão ambiental metropolitana – Licenciamento, Fiscalização, Acompanhamento e Monitoramento
- **Programa de Qualificação contínua** de técnicos e agentes municipais e do Ente Metropolitano para o exercício das atividades inerentes à Gestão Ambiental
- Projeto de **Integração Institucional para a Gestão Ambiental** articulada com as demais Diretrizes Regionais

URBTEC

PARANÁ

FPIC DE MEIO AMBIENTE 77

DIRETRIZES

3 Constituição através de Lei Estadual do Sistema Metropolitano de Gestão Integrada das Áreas de Riscos

EXEMPLO – PROPOSTAS

- **Geração de Informações Básicas e Cartográficas** (Banco de Dados Cadastrais das áreas de riscos)
- **Diagnóstico e mapeamento** em escala adequada das **áreas de riscos** da RMM
- **Mapeamento da Aptidão Geoambiental** com vistas ao planejamento e à organização territorial da RMM
- Projeto de **Estruturação dos Municípios e do Ente Metropolitano para gestão das áreas de risco.**
- **Projeto de Qualificação Contínua** de Técnicos e Agentes municipais e do Ente Metropolitano
- Sistema Metropolitano de **Monitoramento das Áreas de Riscos e de Alertas de Eventos Críticos**
- Programa para **Recuperação das Áreas de Riscos**

URBTEC

PARANÁ

FPIC DE MEIO AMBIENTE 78

DIRETRIZES

4 Constituição do Sistema Metropolitano para a Gestão Integrada de Proteção e Manutenção dos Mananciais

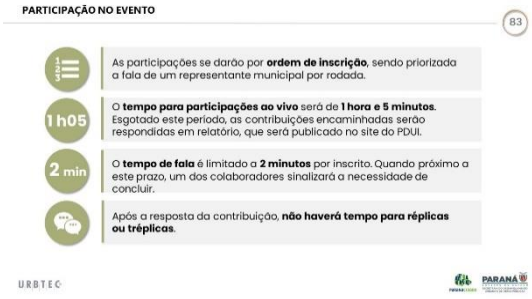
EXEMPLO – PROPOSTAS

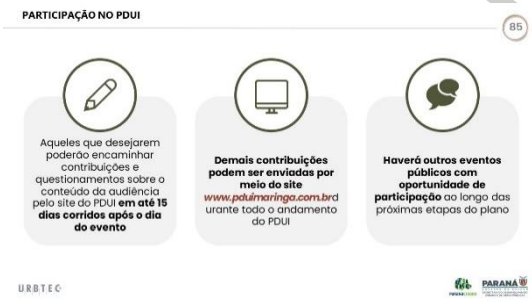
- Projeto para a Instituição do **Conselho Gestor dos Mananciais** da RMM
- Projeto de Lei Estadual para a Criação do **Sistema Integrado de Gestão e Proteção dos Mananciais**
- Decreto Estadual que estabeleça as **Bacias Hidrográficas que deverão servir como mananciais**
- Plano de **Proteção e Reordenamento Territorial em Áreas de Proteção** dos Mananciais
- Elaborar Projeto de Implantação Imediata do **PSA** (Pagamento por Serviços Ambientais)

URBTEC

5 PRÓXIMOS PASSOS

6 PARTICIPAÇÃO NO EVENTO





Fonte: URBTEC™, 2022

VERSÃO PRELIMINAR

REGISTROS - EVENTO NO POLO

ATA DA PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA

A primeira Audiência Pública do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Maringá (RMM) se iniciou às 14h30min, dedicando os primeiros minutos para a inscrição e acomodação dos participantes presenciais e virtuais.

A mestre de cerimônias deu as boas-vindas a todos em nome do Paranacidade, Serviço Social Autônomo vinculado à Secretaria do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas do Estado do Paraná.

A mesa de honra foi composta pelo diretor da empresa de consultoria URBTEC™, Sr. Gustavo Taniguchi; o coordenador do PDUI da URBTEC™, Sr. Luiz Masaru Hayakawa; a presidente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Maringá (IPPLAM), Sra. Bruna Barroca — representando o prefeito de Maringá, Sr. Ulisses de Jesus Maia Kotsifas; o primeiro secretário da Câmara de Maringá, Sr. vereador Sidnei Telles — representando o legislativo maringaense; o superintendente da Casa Civil, Sr. Marcio Wozniack; o Sr. Edgar Silvestre — representando o escritório regional do Paranacidade em Maringá; o analista de desenvolvimento municipal e supervisor do contrato, Geraldo Luiz Farias — representando o Paranacidade; e o analista de desenvolvimento municipal e fiscal do contrato, Sr. Fernando Caetano — representando o Paranacidade;

Além dessas autoridades, foi registrada a presença do coordenador regional da Casa Civil, Sr. Walter Guerlles e do vereador Sr. Mário Verri — primeiro vice-presidente da Câmara Municipal de Maringá — e vereadora Sra. Ana Lúcia Rodrigues. Prefeitos, técnicos e representantes dos municípios da RMM presentes virtualmente também foram saudados.

A fala de abertura foi feita pelo analista de desenvolvimento municipal, Geraldo Luiz Farias — representando o Paranacidade. Geraldo agradeceu a receptividade dos 26 municípios da Região e demonstrou felicidade em participar do processo de ampla parceria para um desenvolvimento urbano sustentável, inclusivo e igualitário. Pediu pelo apoio de todos os setores da sociedade civil e

VERSÃO PRELIMINAR

ressaltou que o evento estava sendo transmitido em todas as cidades da RMM por meio dos Centros de Apoio. Também deu agradecimentos especiais à dedicação em promover a participação nesta Audiência do assessor especial da Casa Civil, Sr. Edgar Silvestre — conhecido como "Deca". Finalizou entregando a palavra para o Secretário do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas, Sr. Augustinho Zucchi, que não pode estar presente no evento e discursou por meio de vídeo.

O Secretário saudou todas as pessoas e agradeceu a participação das entidades da sociedade civil organizada, da Câmara Municipal de Maringá, de prefeitos, técnicos municipais e da comunidade cientifica da Região. Em seu discurso, reforçou a importância de discutir o ordenamento da RMM para a futura aplicação de políticas públicas que prezem pela qualidade de vida, pela preservação do meio ambiente e pelo desenvolvimento socioeconômico. Garantiu que todas as contribuições serão levadas em consideração para o PDUI, relembrando que é possível enviar considerações acerca da Audiência pelo site do PDUI em até 15 dias após o evento.

Em seguida, discursou a presidente do IPPLAM, Sra. Bruna Barroca — representando o prefeito de Maringá, Sr. Ulisses Maia. Em sua fala, cumprimentou todas as autoridades e reiterou a importância do evento para a gestão regional e o desenvolvimento integrado. Em busca de um planejamento territorial abrangente, comentou que o município-sede considera os assuntos metropolitanos em suas políticas públicas, por meio da Secretaria de Assuntos Metropolitanos e pela revisão do Plano Diretor. Reforçou a importância do diálogo e da participação popular e garantiu que o Instituto e a Prefeitura estão à disposição para contribuir para o bom funcionamento e a integração da Região Metropolitana.

A fala seguinte foi do vereador Sidney Telles, representando o presidente da Câmara Municipal de Maringá — vereador Mário Hossokawa. Sidney cumprimentou os presentes e expressou receptividade e motivação por parte da Casa de Lei para receber o evento. Compartilhou sua experiência em um fórum nacional de Regiões Metropolitanas, na qual percebeu a urgência do planejamento para evitar o acúmulo de problemáticas apresentadas por cidades maiores. Defendeu que através do debate e da visão técnica é possível chegar a uma legislação que faça com que todos os municípios cresçam com qualidade.

VERSÃO PRELIMINAR

O último a discursar foi o superintendente da Casa Civil, Sr. Marcio Wozniack, que também saudou as autoridades e comentou sobre as responsabilidades de seu cargo. Pontuou sobre os potenciais econômicos a serem explorados em municípios pequenos, e a necessidade de cooperação do município-polo em quesitos como investimentos em estrutura para indústrias. Afirmou que a união dos municípios é fundamental para o futuro da Região e garantiu que o governo estadual apoia a integração entre as prefeituras.

A mesa de honra foi desfeita e a cerimonialista realizou a leitura dos Procedimentos Aplicáveis à Audiência Pública. Em seguida, o diretor da empresa de consultoria URBTEC™ Gustavo Taniguchi iniciou a Apresentação Técnica.

Após as saudações e agradecimentos iniciais, o engenheiro civil Gustavo Taniguchi reforçou que é possível realizar contribuições sobre a presente Audiência em até 15 dias pelo site do PDUI da RMM. Adiantou que a apresentação (ANEXO IV) resumirá os resultados da terceira etapa do Plano, sintetizando o diagnóstico e propostas elaboradas.

Relembrou que no site estão publicados todos os documentos do Plano na íntegra, e que a sociedade pode consultá-los e manifestar suas contribuições a qualquer momento, ensejando a construção coletiva do PDUI.

Iniciou apresentando a URBTEC™, empresa de consultoria em planejamento urbano que foi a vencedora do processo licitatório para a realização deste Plano.

Em seguida, comentou brevemente sobre a conceituação do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) e o histórico da composição das Regiões Metropolitanas no Brasil e no Paraná. Também explicou o que são as Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) e detalhou as que são priorizadas por este Plano (Mobilidade Metropolitana, Planejamento Territorial e Uso do Solo e Meio Ambiente).

Gustavo falou sobre as etapas do PDUI — que está na terceira fase, de Diagnósticos, Diretrizes e Propostas Setoriais Metropolitanas Prioritárias. Também apresentou os atores envolvidos no desenvolvimento do Plano, as equipes de supervisão, de apoio e de acompanhamento municipal.

VERSÃO PRELIMINAR

Após a introdução, Taniguchi explanou sobre os diagnósticos e propostas da FPIC de Planejamento Territorial e Uso do Solo. A análise do território foi realizada compatibilizando as informações dos planos diretores municipais e com o auxílio de metodologias como a Análise SWOT (Do inglês, forças, fraquezas, oportunidades e ameaças), quadros processuais, e síntese de convergências e divergências.

Foram apresentados e detalhados mapas que ilustram os apontamentos dos estudos, considerando os eixos e leituras de compartimentos regionais, como a influência da estrutura rodoviária, as atividades agropecuárias e os recursos hídricos. Também foi exposto a caracterização de perímetros urbanos, os desafios processuais e os níveis de integração da Região no aspecto da FPIC em questão.

Alguns dos princípios que regem as propostas são o predomínio dos interesses metropolitanos sem ferir as autonomias municipais, o compartilhamento de direitos e deveres entre os entes governamentais, e o macrozoneamento. Todas as diretrizes e propostas podem ser consultadas na íntegra nos documentos disponíveis no site do PDUI.

A segunda FPIC a ser apresentada foi a de Mobilidade Metropolitana. Nesse tema, o engenheiro civil destacou a dependência dos corredores viários, as problemáticas do transporte coletivo metropolitano e a sobrecarga do sistema rodoviário, além da oportunidade ferroviária que pode ser explorada futuramente.

Os princípios se relacionam com o desenvolvimento sustentável, a equidade de acesso ao transporte, a redução de desigualdades, a segurança nos deslocamentos e a gestão democrática. Gustavo citou algumas das propostas elaboradas, mas reforçou que todas podem ser consultadas nos documentos publicados no site.

Para a última FPIC, Meio Ambiente, foram analisados vários itens, como mananciais, resíduos sólidos, unidades de conservação, entre outras leituras. As análises realizadas envolveram o mapeamento de informações acerca de áreas de risco, licenciamento ambiental, recursos hídricos, e outros aspectos.

Os princípios gerais que norteiam as diretrizes e propostas envolvem a conservação dos recursos naturais, as intervenções sem prejuízos, e o uso

VERSÃO PRELIMINAR

responsável dos recursos hídricos.

Após exemplificar algumas propostas, Taniguchi apresentou os próximos passos do PDUI, que se encaminha para a quarta fase — na qual haverá definições processuais.

Finalizada a apresentação técnica, foi iniciada a etapa de participações da Audiência Pública. A cerimonialista detalhou a dinâmica das contribuições, que ocorreu de forma presencial e virtual.

A primeira participante foi a vereadora Ana Lúcia Rodrigues, que cumprimentou os presentes e compartilhou sua experiência acadêmica sobre planejamento metropolitano. Lamentou que falta participação no Plano e se indignou com a inexistência de um ente interfederativo para gerenciar o processo. Reforçou que considera falha a condução do Paranacidade na questão da participação popular, e também criticou o uso de dados secundários desatualizados.

Em resposta, Fernando Caetano, arquiteto e urbanista do Paranacidade e fiscal do contrato do PDUI da RMM, agradeceu a contribuição da vereadora e comentou que a execução deste Plano é um desafio. Concordou que é essencial que a governança seja instituída, e pede cooperação das diferentes instituições para que o PDUI “saia do papel”.

O coordenador do PDUI da RMM da URBTEC™, Sr. Luiz Masaru Hayakawa, também teceu comentários, resgatando histórias sobre o desenvolvimento da Região Metropolitana de Maringá. Ressaltou a importância da integração dos municípios para o benefício da Região, citando exemplos de compensação ambiental e financeira. Falou também sobre as faixas rodoviárias e integração nacional.

A participante seguinte foi Maria Antonia, representante do Instituto Água e Terra (IAT). Maria concordou com a fala anterior da vereadora Ana Lúcia, dizendo que a documentação está sendo produzida sem a devida participação dos interessados. Sugeriu utilizar informações da Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense (Amusep) para o enriquecimento dos trabalhos. Pediu que houvesse um retorno das manifestações dos participantes. Também pediu pelo fomento a cursos que incentivem a permanência dos jovens nas áreas rurais.

Gustavo agradeceu as contribuições e garantiu que será dado um retorno

VERSÃO PRELIMINAR

aos municípios sobre suas manifestações. Comentou que a maior parte dos dados utilizados são frutos dos planos diretores e de mobilidade municipais que estão sendo revisados atualmente, o que garante a qualidade e precisão das informações.

A próxima participação foi de Hermam Vargas, da Associação Brasileiras de Águas Subterrâneas. Em sua fala, ressaltou a necessidade de maior participação popular no Plano. Também pontuou sobre recursos naturais e pediu mais estudos sobre as atividades de mineração. Criticou a superficialidade da apresentação ao tratar de recursos hídricos e afirmou que é necessário levar em consideração os poços artesanais e a água subterrânea. Clamou por mais atenção pelos assuntos referentes aos recursos naturais.

Em resposta, Taniguchi agradeceu as contribuições e afirmou que os geógrafos que trabalham no PDUI estão cientes dessas questões e o convidou para continuar contribuindo no Plano. Hayakawa também comentou, relembrando sobre o potencial dos poços artesianos e das nascentes da Região, considerando que o assunto continuará sendo estudado.

O geólogo Gil Polidoro participou virtualmente e relembrou que a apresentação desta Audiência é apenas um resumo do que foi diagnosticado. Polidoro concordou com a importância das águas subterrâneas para a Região e agradeceu pelos dados concedidos anteriormente por Hermam Vargas, que estão nos relatórios completos.

Em seguida, Fernando Caetano discursou sobre o planejamento e as dificuldades que identifica em sua experiência no Paranacidade. A vereadora Ana Lucia se manifestou, comentando sobre o recorte funcional da Região Metropolitana e a importância das FPICs para a identificação dos municípios integrantes, pontuando que considera que a saúde deveria ser incluída como FPIC deste PDUI.

Por fim, o representante do escritório regional do Paranacidade em Maringá, Edgar Silvestre, fez uma fala de encerramento, na qual agradeceu a todos os presentes, dando destaque ao comprometimento dos 26 municípios que integram a RMM. Após seu discurso de encorajamento e mobilização, a cerimonialista deu por encerrada a Primeira Audiência Pública do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Maringá.

VERSÃO PRELIMINAR

LISTA DE PRESENÇA

Figura 90 – Listas de Presença do Evento Sede – Primeira Audiência Pública

PDUI RM DE MARINGÁ

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

EVENTO: 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA ETAPA: 03 DATA: 11/05/22

NOME	INSTITUIÇÃO / LOCALIDADE	TELEFONE / E-MAIL	ASSINATURA
FERNANDO D. CAETANO	PARANACIDADE	[redacted]	
HERMAM VARGAS	CEPPA - ABAS - PR	[redacted]	
Mª Antonia	IAT	[redacted]	
JOÃO AGUIAR	SINDUSCON-PR/NOROESTE	[redacted]	
ANICEIA SAVI	DMUSEP	[redacted]	
Wesley [illegible]	Amusep	[redacted]	
CELSO CRUZ JR	AMUSEP	[redacted]	
Luiz Rafael Clovis	Eng.	[redacted]	
JOZEMAR LOSANO	SANEPAR	[redacted]	
SÉRGIO A. PORTELA	SANEPAR	[redacted]	
KARLOS E. G. Colls	PARANACIDADE	[redacted]	
Diego Augusto Adamszuki	Sanepar	[redacted]	
Rodolfo Vassoler Silva	Prefeitura de Maringá	[redacted]	
Samuel Rhal	IPPLAM	[redacted]	
Natalia Gentilin	IPPLAM	[redacted]	
EDUARDO PIZOLIM DIBIESO	IPPLAM	[redacted]	
Tamires Barreto Berton	DPPT / IPPLAM	[redacted]	
BRUNO RIGON	IPPLAM	[redacted]	

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO · PARANACIDADE · URBTEC Planejamento Engenharia Consultoria

PDUI RM DE MARINGÁ

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

EVENTO: 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA - PDUI ETAPA: 3 DATA: 11 / 05 / 2022

NOME	INSTITUIÇÃO / LOCALIDADE	TELEFONE / E-MAIL	ASSINATURA
RENATO RICARDO DEBNER	IPPLAM	[redacted]	
WAGNER JUNIOR VINIC	SEJUF / MARINGÁ	[redacted]	
GISLAINE BEZOTO	SETI / UEM	[redacted]	
Valmir dos Santos	APGT	[redacted]	
N. GABRIEL BRASIL			
Silvana P. Arruda	SEJUF	[redacted]	
MARIA EDUARDA AGUIAR	URBTEC	[redacted]	
Matheus R. Carneiro	URBTEC	[redacted]	

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO · PARANACIDADE · URBTEC Planejamento Engenharia Consultoria

PDUI RM DE MARINGÁ

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

EVENTO: 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA ETAPA: 03 DATA: 11/05/2022

NOME	INSTITUIÇÃO / LOCALIDADE	TELEFONE / E-MAIL	ASSINATURA
CINTIA WOLNIAK	CASA CIVIL	[illegible]	
WAITIC GUILLEN	CASA CIVIL	[illegible]	
ROBERTO PONCE MARTINS	COPEL	[illegible]	
ALESSANDRO A. SILVA	COPEL	[illegible]	
ESTEVÃO P. PALMIERI	PREFEITURA / SEURBH	[illegible]	
Fausto Eduardo Herradon	Sec/AMETRO	[illegible]	
Arnoldo Terre	Prefeitura	[illegible]	
DIEGO VIEIRA	IAB/UNINGÁ	[illegible]	
LISSANDRA BALDISSERA	URBTEC	[illegible]	

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO · PARANACIDADE · URBTEC Planejamento Engenharia Consultoria

PDUI RM DE MARINGÁ

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

EVENTO: 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA - PDUI ETAPA: 03 DATA: 11/05/2022

NOME	INSTITUIÇÃO / LOCALIDADE	TELEFONE / E-MAIL	ASSINATURA
JOSÉ MIRO FALKEMBACK	Casa Civil Mgá	[illegible]	
MARCELO ROZIN	CONCIDADES PR	[illegible]	
MARCIO WOLNIAK	CASA CIVIL / Palácio	[illegible]	
AMANDA D. Leal	Casa Civil Reg Mgá	[illegible]	
JAIME DALLAGNOL	COHAPAR	[illegible]	
Mário Verri	C.M. MGÁ	[illegible]	
VEREAD. Ana Lúcia Rodrigues	Cam. Mun. Mgá	[illegible]	
Luiz Modesto	Câmara Municipal	[illegible]	
Adriano de S.R. Caio	PARANACIDADE	[illegible]	
Adriana Armando de Oliveira	Paranacidade	[illegible]	
Amábile C. B. Franciscon	Paranacidade	[illegible]	Amábile C. B. Franciscon
Marta [illegible]	APGTS	[illegible]	
HELIO MOREIRA JR	IAB-MARINGÁ	[illegible]	
VANDRÉ FERNANDO	GOVERNO ESTADO	[illegible]	
Gustavo Ramos Schmidt	Câmara Municipal	[illegible]	Gustavo R. Schmidt

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO · PARANACIDADE · URBTEC Planejamento Engenharia Consultoria

Fonte: URBTEC™, 2022

REGISTRO FOTOGRÁFICO

Figura 91 – Registro Fotográfico do Evento Sede – Primeira Audiência Pública

Fonte: URBTEC™, 2022

REGISTROS – EVENTOS NOS CENTROS DE APOIO

RELAÇÃO DOS CAMS DEFINIDOS

Figura 92 – Relação dos Centros de Apoio Municipais definidos para a Primeira Audiência Pública

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO (PDUI) DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ	
1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA	
CENTROS DE APOIO MUNICIPAIS	
Municípios	Endereço
Ângulo	Câmara Municipal de Ângulo - Rua Orlando B Silveira, 1
Astorga	Casa da Cultura - Av Doutor José Soares de Azevedo, 135
Atalaia	Secretaria Municipal de Educação - Rua Curitiba, Sem Número
Bom Sucesso	Câmara Municipal de Bom Sucesso - Praça Paraná ,77
Cambira	Câmara Municipal de Cambira - Av. Canadá, 105
Doutor Camargo	Câmara Municipal de Doutor Camargo - Rua Xavier da Silva, 988
Floraí	Prefeitura Municipal de Floraí - R. Getúlio Vargas, 177
Floresta	Centro Cultural Antonio Gualter de Freitas - Rua Minas Gerais, 304
Flórida	Câmara Municipal de Flórida - Rua São Pedro, 37
Iguaraçu	Prefeitura Municipal de Iguaraçu - R. Otávio Pedro da Silva, 294
Itambé	Câmara Municipal de Itambé - Praça Rui Barbosa 34, 1° andar
Ivatuba	Prefeitura Municipal de Ivatuba - Rua Marechal Floriano, 797
Jandaia do Sul	Auditório Municipal Professor Lourenço Ildefonso da Silva - Praça do Café, 514-640
Lobato	Paço Municipal de Lobato - Rua Antônio Coletto, 1260
Mandaguaçu	Câmara Municipal de Mandaguaçu - Rua Bernardino Bogo, 175
Mandaguari	Câmara Municipal de Mandaguari - Rua Manoel Antunes Pereira, 297
Marialva	Prefeitura Municipal de Marialva - Rua Santa Efigênia, 680
Maringá - Município Sede*	Câmara Municipal de Maringá - Av. Papa João XXIII, 239
Munhoz de Mello	Centro Cultural Montero Lobato - R. Domingos Ricardo De Lima,189
Nova Esperança	Câmara Municipal de Nova Esperança - Rua Gov. Manoel Ribas, 155
Ourizona	Centro Cultural Cecília Meireles - R. Vereador Wilson Jorge
Paiçandu	Câmara Municipal de Paiçandu - R. Onésio Francisco de Farias, 703
Pres. Castelo Branco	Câmara Municipal de Pres.Castelo Branco - R. Ver. Nelson Faccin, 268
Santa Fé	Câmara Municipal de Santa Fé - Rua Ponta Grossa, 504
São Jorge do Ivaí	Prefeitura Municipal de S. Jorge do Ivaí - Praça Santa Cruz, 46
Sarandi	Prefeitura Municipal de Sarandi - Rua José Emiliano Gusmão, 565

Fonte: URBTEC™, 2022

VERSÃO

ATAS

ÂNGULO

ATA – REGISTRO DAS PARTICIPAÇÕES DO CENTRO DE APOIO MUNICIPAL

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ	
Evento: 1ª Audiência Pública do PDUI da Região Metropolitana de Maringá.	
Município: ÂNGULO	
Data: 11 de maio de 2022	
Responsável pelo CAM: Renata Vilhena de Paiva	

ATA DO EVENTO PÚBLICO

Aos onze dias do mês de maio de 2022, às 14:30 horas, na Câmara Municipal de Ângulo, Rua Orlando Batista da Silveira, 01, reuniram-se dezenove participantes para realização da 1ª Audiência Pública do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Maringá, a qual envolve vinte e seis municípios da Região Metropolitana de Maringá. A 1ª Primeira Audiência foi acompanhada pelos participantes através da transmissão ao vivo, onde foi discutido diversos assuntos, dentre eles aspectos de uso do solo, mobilidade e meio ambiente regional. Foi realizado também um momento para fala, dúvidas e contribuição dos participantes sobre os assuntos abordados. Após, foi finalizada a 1ª Audiência e lavrada a presente ata, a qual segue com a lista de presença, em anexo.

ATALAIA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ	
Evento:	
Município: ATALAIA	
Data: 11 DE MAIO DE 2022	
Responsável pelo CAM:	

ATA DO EVENTO PÚBLICO

Aos onze de maio de 2022, com inicio as 14:30 hora (quatorze horas e trinta minutos), no recinto da Câmara Municipal de Atalaia-Pr, na Rua Manoel Antônio Filho, nº42, realizou-se a 1ª Audiência Pública PDUI da Região Metropolitana de Maringá com 26 municípios pertencentes a Região Metropolitana de Maringá, com a presença de 22 pessoas onde foi repassado a todos o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado PDUI, da Região Metropolitana de Maringá, onde foi falado diversos aspectos de uso do solo, mobilidade e meio ambiente regional.

Nada mais havendo a ser tratado foi lavrado a presente ata, que vai com a lista de presença em anexo.

BOM SUCESSO

ATA – REGISTRO DAS PARTICIPAÇÕES DO CENTRO DE APOIO MUNICIPAL

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ	
Evento: 1º Audiência Publica do PDUI da RM de Maringá	PARANÁ
Municipio: Bom Sucesso	
Data: 11/05/2022	
Responsável pelo CAM: Bruna Zonin Munaretto	

ATA DO EVENTO PÚBLICO

Aos onze dias do Maio de dois mil e vinte e dois no Centro de Apoio Municipal de Bom Sucesso as 14h30min teve início a 1ª Audiência Pública do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da região metropolitana de Maringá onde o Centro de Apoio de Bom Sucesso estava presente de modo virtual, sendo a audiência aberta também a população. A audiência teve como objetivo informar os resultados preliminares da etapa 3 do PDUI que consiste no Diagnostico, Diretrizes e Propostas setoriais Metropolitanas Prioritárias a respeito de Uso e Ocupação, Mobilidade Metropolitana e Meio Ambiente. Em virtude do volume de conteúdo produzido nessa fase e consoante com o previsto no Produto 01 - Plano de Trabalho e Mobilização deste Plano, o Produto 03 foi dividido em subprodutos, os temas abordados na audiência foram Diagnostico, Diretrizes e Propostas para Planejamento Territorial e Uso do Solo; Sintese das convergências e divergências, Aneramento; Diagnostico, Diretrizes e propostas para Mobilidade Metropolitana; Diagnostico, Diretrizes e Propostas para Meio Ambiente. Ao final dos resultados preliminares apresentados houve a abertura para os/as presentes e também os participantes municipais darem suas propostas de contribuição. Bom Sucesso apresentou a sua contribuição através do Diretor Professor Raimundo em relação a mobilidade entre a Região Metropolitana de Maringá e o Município de Bom Sucesso. As demais contribuições poderão ser enviados em até 15 dias e serão analisadas e respondidas pelos técnicos posteriormente. Encerrando a 1ª Audiência Pública do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Maringá, o Sr. Edgar Silvestre agradeceu a presença de todos presentes, e aos 26 municípios que fazem parte da Região Metropolitana de Maringá. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada, e transcrevo conforme os termos legais a presente ata assinada por mim, responsável pelo CAM que coordenou a presente reunião.

Bruna Munaretto
Diretora de Obras

CAMBIRA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CAMBIRA - ESTADO DO PARANA

ATA 1ª AUDIÊNCIA PDUI

- **Data**: 11/05/2022
- **Horário de início**: 14h30
- **Local**: Câmara do Município de Cambira, Rua Canadá, 320, Centro.
- **Transmissão**:

https://www.youtube.com/channel/UCQ6GwT_v6nAs8JyZC8fTNDA

Assuntos tratados: Na tarde desta quarta-feira (11), a Prefeitura Municipal de Cambira promoveu no centro de apoio municipal a 1ª Audiência Pública do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Maringá (PDUI), que teve como objetivo apresentar os principais resultados obtidos na "Etapa 03 – Diagnóstico, Diretrizes e Propostas Setoriais Metropolitanas Prioritárias", para a apreciação da população sobre os temas de uso e ocupação do solo, meio ambiente e mobilidade urbana.

O prefeito Emerson Toledo Pires realizou a abertura agradecendo a presença de todos e dizendo a importância de um plano continuado e em consonância com o desenvolvimento da região metropolitana, logo após o secretário de Administração e Planejamento expos como avançaria a transmissão do plano e qual seria o momento aberto a questionamentos.

Durante a audiência, estiveram presentes o secretário de obras Juliano Sapatini, secretário de indústria, comércio e turismo Marcos Roberto de Oliveira, a controladora interna Suzelaine Capeloto, secretário de administração e planejamento Jorge Marcato, servidores municipais e munícipes.

Como ao final da transmissão não houve questionamentos, deu-se por encerrado a 1ª Audiência Pública do PDUI.

- **Quantidade de pessoas presentes:** dezoito pessoas

Jorge Marcato Donato Junior
Secretário de Administração e Planejamento

Jorge Marcato Donato Junior
Secretário de Adm. e Planejamento

CNPJ: 75.771.287/0001-52 - E-mail: gabinete@cambira.pr.gov.br
(Criado pela Lei nº4.338, de 25/01/1961 e instalado em 22/10/1961)
Av. Canadá nº 320 – Centro – Cx. Postal 01 – Fone (43) 3436-8000
CEP 86.890-000 - CAMBIRA - PR

IGUARAÇU

7.4. ANEXO IV - MODELO DE ATA – REGISTRO DAS PARTICIPAÇÕES DO CENTRO DE APOIO MUNICIPAL

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ	
Evento: PDUI	
Município: Iguaraçu - PR	
Data: 11/05/2022	
Responsável pelo CAM: Eng. Gustavo Kuhn	

ATA DO EVENTO PÚBLICO

Por volta das 14:30 hrs do dia 11/05/2022, reuniram-se na Prefeitura de Iguaraçu, autoridades da cidade, tais como secretários, diretores, empresários.

Na ocasião foi acompanhado a 1ª audiência pública referente ao PDUI (Plano Diretor Urbano Integrado) realizada no município de Maringá e transmitida de forma virtual/online para os 26 demais municípios integrantes da região metropolitana de Maringá.

ITAMBÉ
ITA

7.4. ANEXO IV - ATA REGISTRO DAS PARTICIPAÇÕES DO CENTRO DE APOIO MUNICIPAL

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ	
Evento: 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PDUI MARINGÁ	
Município: ITAMBÉ	
Data: 11/05/2022	
Responsável pelo CAM: BARBARA	

ATA DO EVENTO PÚBLICO

Aos onze dias do mês de maio do ano de 2022, estivemos reunidos no auditório da Câmara Municipal de Vereadores de Itambé/PR, às 14:30h, a fim de participar da 1ª Audiência Pública do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Maringá, promovida pelo Governo do Estado do Paraná, a partir da SEDU/PARANACIDADE, e parceria do Município de Itambé, com o objetivo principal de apresentar os resultados preliminares da Etapa 03 do PDUI, a que confere o diagnóstico, diretrizes e propostas setoriais metropolitanas prioritárias, para a população da região, possibilitando sua aceitação e contribuições. A participação deste município se deu através da transmissão acessada pela plataforma Zoom.

Geraldo Luiz Farias representante do Paranacidade deu início agradecendo a presença dos 26 municípios e seus representantes e ressaltando a importância do PDUI a todos os setores: comércio, saúde, educação, entre outros. Agradeceu o empenho do Sr Deca e do Governo do Estado.

O Sr Secretário do desenvolvimento, por vídeo, também ressaltou a importância da participação de todos em apoio às políticas públicas buscando sempre melhorar a qualidade de vida da população.

Bruna Barroca, em nome do Sr Prefeito de Maringá, cumprimentou às autoridades presentes e fez a introdução a respeito da importância da região metropolitana e a necessidade de um plano de desenvolvimento integrado. O Sr Vereador Mário em nome do poder legislativo, falou sobre o fórum das regiões metropolitanas do Brasil que aconteceu há 6 anos, e concluiu que o objetivo principal deste PDUI deve ser para promover um crescimento ideal da nossa região sem que vigore o crescimento desordenado que traz consigo inúmeros problemas de difícil resolução no futuro.

Foi feito prosseguimento com a leitura dos objetivos e documentos referentes à 3ª etapa do PDUI que se encontram disponíveis para acesso à qualquer momento e por qualquer pessoa no site do PDUI Maringá, o Sr Gustavo prosseguiu com a apresentação do material técnico e síntese do diagnóstico e breve apresentação das propostas para os municípios.

Após as apresentações, foi aberta a palavra para o público presente na audiência presencial em Maringá e também para os responsáveis dos CAMs, também foi ressaltado que demais contribuições técnicas poderão ser encaminhadas até o dia 26 de maio para análise.

A reunião foi encerrada às 17h e os presentes assinam a lista de presença que segue.

IVATUBA

ATA – REGISTRO DAS PARTICIPAÇÕES DO CENTRO DE APOIO MUNICIPAL

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ
Evento: 1ª Audiência Pública do PDUI
Município: Ivatuba
Data: 11 de Maio de 2022
Responsável pelo CAM: Valter Vassoler Junior

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DE OBRAS PÚBLICAS

PDUI RM DE MARINGÁ

ATA DO EVENTO PÚBLICO

Aos 11 (onze) dias do mês de maio de ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), às 14h30min, na sala de reuniões do Paço Municipal, situada na Rua Marechal Floriano, 797, Centro, Município de Ivatuba, Estado do Paraná, ocorreu 1ª Audiência Pública do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Maringá (RMM), por meio virtual, transmitida via internet por meio da plataforma *Zoom*, para os centros de apoio nos demais municípios da RMM, dentre os quais estamos inseridos CAM-IVATUBA, cuja principal objetivo foi apresentar os resultados preliminares da Etapa 03 do PDUI (Diagnóstico, Diretrizes e Propostas Setoriais Metropolitanas Prioritárias) à população dos municípios que compõem a região metropolitana, possibilitando seu conhecimento, discussão, aceitação e recebimento de contribuições. Estando Presente o Senhor Prefeito Municipal, Sergio José Santi, fez a abertura da reunião no Centro de Apoio do Município, cumprimentou a todos e fez um breve relato das propostas do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Maringá (RMM), posteriormente passamos a acompanhar a transmissão com as apresentações técnicas dos conteúdos. Na sequencia foi disponibilizado a ficha de contribuição escrita aos participantes, bem como a interrogação dos presentes para manifestação, porém ninguém quis fazer uso, assim, nada mais havendo, às 17h (dezessete) horas foi encerrado a Audiência Pública, a qual fora lavrada a presente ata que segue assinada por mim, Valter Vassoler Junior, Responsável pela coordenação do Centro de Apoio Municipal de Ivatuba, bem como pelos demais presentes, conforme lista de presença anexa.

Assinatura Responsável:

FLORAÍ

Ata da 1ª audiência Pública do PDUI (plano de desenvolvimento integrado da região Metropolitana de Marìnga. Aos onze (11) dias do mês de maio de dois mil e vinte dois as 14 horas, no recinto do auditório Jonas Barreira do Amaral, nas dependências da Prefeitura Municipal de Floraí, reuniram-se representantes de secretarias e departamentos do município de Florai, onde na oportunidade presenciaram a instalação do CAM – centro de apoio municipal de Floraí, para que na oportunidade presenciassem através de meio virtual, essa audiência regional realizada na câmara Municipal de Maringá. Lá fizeram-se presentes representantes do Parana cidade, outros segmentos estadual e da cidade de Maringá. O cidadão Floraiense José Carlos Ratti, dirigiu se aos presentes neste ato, esclarecendo o motivo deste evento, e solicitando a assinatura de presença neste ato. Exatamente as 14h30minutos, deu se inicio a Audiência presencial em Maringá e os presentes em Floraí passaram a interagir remotamente. Esse ato público tem a finalidade a elaboração do PDUI (plano de desenvolvimento integrado da região Metropolitana de Maringa), no qual a cidade de Floraí entre as 26 participantes, estamos inseridos. É momento de estudar de forma integrada a participação desses municípios ora participantes da RMM – Região metropolitana de Maringá. A construção do futuro desta região tem como objetivo o desenvolvimento integrado dessas cidades participantes. Foi assim apresentado aos presentes e participantes virtuais o plano inicial e as discussões de fututo. Nada mais havendo, lavrou se a presente ata, e a assinatura dos presentes estará em anexo.

JANDAIA DO SUL

INSTALAÇÃO E COORDENAÇÃO
MANUAL DO CENTRO DE APOIO MUNICIPAL

PDUI

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

Evento: 1ª Audiência Pública do PDUI
Município: Jandaia do Sul.
Data: 11/05/2022
Responsável pelo CAM: Thayná Rafaela de O. Boldrin

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DE OBRAS PÚBLICAS

PDUI

ATA DO EVENTO PÚBLICO

O CAM de Jandaia do Sul, foi realizado no Auditório do ACEJAN, no dia 11 de maio de 2022.
Tivemos 08 participantes presentes na audiência, sendo 03 da equipe técnica e 05 da sociedade civil.
Não tivemos solicitação de participação durante a audiência, porém a reclamação foi unanime em relação à modalidade de audiência por transmissão.
Portanto deixamos como sugestão, que os próximos eventos sejam realizados de forma presencial.

Thayná Rafaela de O. Boldrin
Engenheira Civil
CREA-PR 176463/D

URBTEC
Planejamento Engenharia Consultoria

LOBATO

ATA – REGISTRO DAS PARTICIPAÇÕES DO CENTRO DE APOIO MUNICIPAL

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ	
Evento: 1ª Audiência Publica	PARANÁ · PREFEITURA LOBATO CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO
Municipio: Lobato	
Data: 11/05/20222	
Responsável pelo CAM: Patriny Leosina Maciel Siqueira Romanin	

ATA DO EVENTO PÚBLICO

Aos onze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois, as quatorze horas e trinta minutos, reuniu-se na Câmara Municipal de Lobato, Estado do Paraná, a equipe de acompanhamento do PDUI, autoridades e comunidade em geral, para primeira Audiência Pública do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana, com o objetivo de apresentar os resultados preliminares da presente etapa 03 do PDUI, referente ao diagnostico, diretrizes e propostas setoriais metropolitanas prioritárias. A primeira Audiência contou com a participação de 26 municípios da região metropolitanas, evento presencial na cidade de Maringá e demais municípios conectados em Centros de Apoio, via videoconferências a plataforma zoom. Após diagnostico e resultados preliminares abriu-se para sugestões, duvidas e críticas, para o público presencial e ao público online, via plataforma. Nada mais havendo a tratar, eu Patriny Leosina Maciel Siqueira Romanin, Assessora do Gabinete, lavrei a presente ata. Abaixo segue lista de presença do evento.

MANDAGUAÇU

ATA – REGISTRO DAS PARTICIPAÇÕES DO CENTRO DE APOIO MUNICIPAL

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ	
Evento: 1º PDUI	PARANA
Município: MANDAGUAÇU	
Data: 11/05/2022	
Responsável pelo CAM: JAIME ALVES	

ATA DO EVENTO PÚBLICO

Aos onze (11) dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois às 14:30 h, na sede de Mandaguaçu casa da cultura na rua Bernardino Borges, reuniu-se as autoridades competentes e a população local para a audiência do plano de desenvolvimento urbano integrado da região metropolitana de Maringá, iniciou-se a reunião com a apresentação realizada em Maringá e com introdução ao tema da audiência, salientando que a apresentação como um todo desta audiência ocorreu na cidade de Maringá, ficando Mandaguaçu como sede de transmissão, em sequência foi apresentado os membros da região metropolitana de Maringá sendo eles 26 municípios após a introdução o senhor Mario Verdi passa a palavra para enfatizar a participação de todos os municípios da região metropolitana, foi debatido a importância do plano de desenvolvimento mesmo que não tenham grande parte, visto que o plano segue para que os problemas não ocorram, a palavra foi passada para Maria e Nogueira falando da importância da audiência em seguida foi lido a função da reunião, que se dá com as funções de recolher, questionar e contribuir com as informações recolhidas pelo plano de desenvolvimento com questões, a palavra foi passada para o senhor Gustavo Taminurde que falou sobre os questionários dispostos no site do PDUI (plano de desenvolvimento urbano integrado), que explicou a função do PDUI, sendo seu plano principais a mobilidade entre os municípios, o gerenciamento do solo, e questões ambientais, foi apresentado a terceira etapa sendo ela a que se encontra no momento o plano atual e os itens futuros, constituindo no total seis fases ministradas pelo IPLAM de Maringá e a empresa URBTEC, com representantes de cada um dos vinte e seis municípios e por fim a população em geral através das audiências, na análise de uso e ocupação do solo que se caracteriza por um eixo formado pela BR-376 e grandes perímetros urbanos sem função e ocupação adequada, seguido de uma faixa rural, esta ata segue na próxima página

MANDAGUARI

ATA – REGISTRO DAS PARTICIPÇÕES DO CENTRO DE APOIO MUNICIPAL

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ	
Evento: 1ª Audiência Pública - PDUI	PARANÁ
Município: Mandaguari	
Data: 11/05/2022	
Responsável pelo CAM: Patrícia Salvador Candido	

ATA DO EVENTO PÚBLICO

Aos onze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois ocorreu a Primeira Audiência Pública do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Maringá, com início às 14h:30min. A Audiência Pública ocorreu na cidade de Maringá e por meio da Plataforma Zoom, a mesma foi transmitida ao vivo na cidade de Mandaguari, no Centro de Apoio Municipal localizado na Câmara de Vereadores da cidade. Durante toda a transmissão os participantes se mantiveram em silêncio, não havendo qualquer manifestação ou problema técnico a ser relatado. No momento em que foi aberto para dúvidas e sugestões os participantes do Centro de Apoio de Mandaguari se manifestaram para a responsável técnica da CAM, que não gostariam de solicitar a fala naquele momento, mas que iriam ler o material disponível no site para então encaminhar os questionamentos e sugestões dentro do prazo de 15 dias informado durante a Audiência Pública, sendo esta situação informada pela responsável pelo CAM através do grupo dos CAMs no WhatsApp. Os participantes se mantiveram no local até o encerramento da transmissão.

Responsável CAM

MARIALVA

ATA – REGISTRO DAS PARTICIPAÇÕES DO CENTRO DE APOIO MUNICIPAL

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ	
Evento: PDUI – 1ª audiência	PARANÁ
Municipio: MARIALVA/PR	
Data:	
Responsável pelo CAM: PAULO UNGARI/LUCAS SEVILHA	

ATA DO EVENTO PÚBLICO

Após todas as apresentações e explanações, foi aberto aos munícipios a participação ao vivo da audiência, por meio de inscrição, por tanto, eu Lucas Sevilha, questionei aos presentes a intencionalidade em participar, porém não houve interesse. ≃ 16:00H

Reunião encerrada às 16:57.

Ana Flávia G. Gié

Maria Renata

MUNHOZ DE MELLO

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ	
Evento: 1ª Audiência Pública	PARANÁ GOVERNO DO ESTADO SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DE OBRAS PÚBLICAS / PDUI RM DE MARINGÁ
Município: Munhoz de Mello	
Data: 11 de maio de 2022	
Responsável pelo CAM: Letícia Borges dos Reis	

ATA DO EVENTO PÚBLICO

Audiência pública do PDUI da Região Metropolitana de Maringá para apresentação dos resultados preliminares da presente Etapa 03 do PDUI, referente ao diagnóstico, diretrizes e propostas setoriais metropolitanas prioritárias, com a participação dos munícipes de Munhoz de Mello no Centro de Apoio Municipal (CAM), situado no Centro Cultural Monteiro Lobato na Rua Domingos Ricardo de Lima,189.

A audiência teve início às 14h30 com a transmissão do evento realizado na Câmara Municipal de Maringá. Após a apresentação dos trabalhos, os participantes do CAM foram convidados a fazerem os seus questionamentos e contribuições por videoconferência ou por escrito, o último modelo o escolhido. Desta forma, se deu por encerrada a participação no evento às 16 h53 do mesmo dia.

Assinatura do responsável:

Letícia Borges dos Reis
ARQUITETA E URBANISTA
CAU/PR A64513-9

Registro Fotográfico:

OURIZONA

ATA – REGISTRO DAS PARTICIPAÇÕES DO CENTRO DE APOIO MUNICIPAL

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ	
Evento: 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA – PDUI	PARANÁ
Municipio: OURIZONA	
Data: 11 DE MAIO DE 2022	
Responsável pelo CAM: OSWALDO MAGGI FILHO	

ATA DO EVENTO PÚBLICO

Aos 11 dias do mês de maio do ano de 2022, às 14:30 horas reuniram-se no Centro Cultural Cecilia Meireles na cidade de Ourizona, Estado do Paraná, funcionários públicos, Prefeito Municipal Manoel Rodrigo Amado, Vereadores, Secretários Municipais, comerciantes e população convidada através de publicações em jornais mural de aviso, publicações em redes sociais oficiais do município e convites formalizados e distribuídos em mãos, para participarem da 1ª AUDIÊNCIA DO PDUI – PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO da Região Metropolitana de Maringá. Formada a mesa das autoridades o analista de sistema, representante do Paraná Cidade abriu a reunião agradecendo a participação e explanando sobre o assunto para e relatando da importância da audiência para o desenvolvimento da Região Metropolitana de Maringá. O Secretário Augustinho Zucchi se pronunciou agradecendo a participação de todos e comentando também sobre a importância da Audiência e a participação dos municípios que fazem parte da Região Metropolitana de Maringá. Bruna Barroca, representante do Prefeito Municipal de Maringá, Sr. Ulisses Maia, fez uso da palavra passando a identificar cada município participante da RM de Maringá, e também dizendo do papel que cada um tem para o desenvolvimento e fortalecimento de toda a região. Após o pronunciamento dos integrantes da mesa, a mesma foi desfeita passando a explanação dos trabalhos a serem tratados na presente audiência. Na continuidade dos trabalhos foi repassado aos participantes os detalhes a serem discutidos, mostrando cada tópico e cada detalhe a ser desenvolvido como uso e ocupação do solo, sistema viário, transporte coletivo de massa, entre outros assuntos que contemplam o plano, buscando atender toda a RM de Maringá, trazendo melhorias e desenvolvimento aos municípios participantes. Quanto ao aspecto institucional buscar a integração das entidades para deliberação de ações voltadas ao Plano de Desenvolvimento. Foi apresentada as diretrizes e propostas como também o diagnóstico geral do Plano. Após a apresentação final foi passado ao público participante o direito de pronunciamento e assim finalizando a Audiência.

PAIÇANDU

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ	
Evento: 1º PDUI	PARANÁ – Governo do Estado – Secretaria do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas
Município: PAIÇANDU - PR	
Data: 11/05/2022	
Responsável pelo CAM: EDUARDO VEDOVETTO SANTOS	

ATA DO EVENTO PÚBLICO

- APRESENTAÇÃO
- DISCUSSÕES
- QUESTIONAMENTO CAM RELAÇÃO PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

Assinatura do responsável:

Eduardo Vedovetto Santos
Engenheiro Civil
CREA-PR 153.720/D

Scanned with CamScanner

SÃO JORGE DO IVAÍ

INSTALAÇÃO E COORDENAÇÃO
MANUAL DO CENTRO DE APOIO MUNICIPAL

PDUI RM DE MARINGÁ

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

Evento: 1ª Audiência Pública
Município: São Jorge do Ivaí PR
Data: 11/05/22
Responsável pelo CAM: Yolvano mockett

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DE OBRAS PÚBLICAS

PDUI RM DE MARINGÁ

ATA DO EVENTO PÚBLICO

Aos dias 11 de maio de 2022, às 14:30 no Centro Cultural Professora Maria Aparecida Moreno Picoli a Casa da Cultura do Município de São Jorge do Ivaí-PR, com logradouro na Rua Tiradentes nº 430. Iniciou-se a recepção dos participantes convidados para a 1ª Audiência Pública do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Maringá (RMM). Às 14h45, os 23 participantes já haviam assinado a lista de presença e tomado assento no auditório. A partir das 15h, a transmissão do evento via plataforma Zoom começou, com a composição da mesa e leitura dos procedimentos; logo após, às 15h05, houve a apresentação técnica do consultorio feito pela empresa URBTEC em conjunto com os municípios integrantes que compõem a região metropolitana. Por volta das 16h, abriu-se espaço para contribuições e questionamentos, e às 17h encerrou-se o evento e houve a dispersão dos participantes.

Assinatura do responsável:

Yolvano mockett

SARANDI

ATA – REGISTRO DAS PARTICIPAÇÕES DO CENTRO DE APOIO MUNICIPAL

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ
Evento: 1ª Audiência do PDUI da RMM
Município: Sarandi
Data: 11/05/2022
Responsável pelo CAM: Nídia Yuri Kurata
ATA DO EVENTO PÚBLICO
Aos onze dias do mês de maio de dois mil e dois, às 14:43 hs, no auditório do Centro Cultural Irmã Antona (Casa da Cultura), sito à Praça Ipiranga, nº 70 - Centro, no Município de Sarandi, Estado do Paraná, reuniram-se os cidadãos e cidadãs deste município que assinam em anexo ao email, com a finalidade de assistir à 1ª Audiência do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Maringá. Neste evento foram respeitadas as normas sanitárias referente a pandemia da COVID-19 como a disponibilização de álcool em gel 70%.
A abertura da audiência foi realizada pela mestre de cerimônia e lido as orientações referente ao evento, como a etapa em que se encontra o PDUI e seus objetivos. Foram apresentados os representantes que compuseram a mesa da referida audiência sendo eles:
- Sr. Gustavo Taniguchi (Diretor da URBTEC);
- Sr. Luiz Massaro Hayakawa (Coordenador do PDUI da Consultoria URBTEC);
- Sra. Bruna Barroca (Presidente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Maringá - IPPLAN), representando neste ato o Sr. Presidente do Município de Maringá, Ulisses Maia;
- Vereador Sidnei Telles (Primeiro Secretário da Câmara Municipal de Maringá) representando neste ato o legislativo maringaense;
- Sr. Márcio Wozniack (Superintendente da Casa Civil);
- Sr. Edgar Silvestre representando o Escritório Regional do Paranacidade em Maringá;
- Sr. Geraldo Luiz Farias (Analista de Desenvolvimento Municipal e Supervisor do Contrato) representando o Paranacidade;
- Sr. Fernando Caetano (Analista de Desenvolvimento Municipal e Fiscal do Contrato) representando o Paranacidade.
Estavam presentes também os vereadores Mário Verri, Primeiro Vice Presidente da Câmara Municipal de Maringá, e Ana Lúcia Rodrigues, e o Coordenador da Casa Civil Regional Maringá, Walter Guerlles.
De forma virtual estavam presentes autoridades e representantes e a população dos municípios pertencentes à Região Metropolitana de Maringá.
Posteriormente, foram abertas as falas para alguns representantes da mesa para seus discursos e apresentações relevantes. Nestas falas foram mencionadas que os municípios pertencentes à Região Metropolitana de Maringá totalizam 26 municípios.
Após os discursos, a mestre de cerimônia realizou a leitura dos procedimentos aplicáveis nesta audiência pública, como seu objeto, a disponibilidade de documentos, o objetivo da mesma, entre outras informações pertinentes. Foi enfatizada a existência dos Centros de Apoio Municipais, tendo cada Município pertencente um representante previamente nomeado e divulgado, assim como explanada a importância destes Centros de Apoio.
A apresentação técnica do conteúdo do PDUI foi conduzida pelo Sr. Gustavo Taniguchi. Esta apresentação contou com o esclarecimento sobre a consultoria da URBTEC, a definição do PDUI, a

SARANDI

ATA – REGISTRO DAS PARTICIPAÇÕES DO CENTRO DE APOIO MUNICIPAL

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ	
Evento: 1ª Audiência do PDUI da RMM **Município: Sarandi** **Data: 11/05/2022** **Responsável pelo CAM: Nídia Yuri Kurata**	PDUI PARANÁ

ATA DO EVENTO PÚBLICO

composição da Equipe de Acompanhamento Municipal, o diagnóstico, diretrizes e propostas setoriais prioritárias por FPIC (Funções Públicas de Interesse Comum) e a definição dos próximos passos do plano.

Com a finalização da apresentação técnica do conteúdo, foi aberto o espaço para as contribuições do público presente no auditório onde estava sendo realizada a audiência presencial e também pelo público que acompanhava esta audiência pública de forma virtual nos Centros de Apoio Municipais, sendo organizadas conforme nomeação e identificação do município informadas previamente para os responsáveis pela organização do evento.

Inicialmente a permissão da contribuição foi dada à vereadora do município de Maringá, Ana Lúcia, que por sua vez pontuou e enfatizou a necessidade da participação de todos os municípios pertencentes à Região Metropolitana de Maringá, assim como a contribuição de forma efetiva de seus respectivos munícipes. A explicação técnica ficou ao encargo do Sr. Fernando Caetano representando a mesa da referida audiência, sendo complementada pela fala do Sr. Luiz Massaro Hayakawa.

A maioria dos municípios que acompanhavam esta audiência, informaram por meio de veículo de comunicação para os organizadores do evento que iriam realizar suas devidas dúvidas e contribuições de forma escrita e encaminhada conforme orientado dentro do prazo de 15 dias após a realização desta audiência pública.

A segunda contribuição foi da Sra. Maria Antônia, representante do Instituto Água e Terra (IAT), sua fala foi em conciliação com a fala da vereadora Ana Lúcia, onde explanou que houve a falta de contribuição da população, porém pontuou que é importante este início dos trabalhos de forma pública a fim de realizar chamamentos públicos para suas devidas contribuições. O esclarecimento foi dado pelo Sr. Gustavo Taniguchi.

A terceira e última contribuição foi dada pelo Sr. Herman Vargas da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas, que por sua vez ressaltou a necessidade da participação efetiva dos municípios, onde de forma pontual demonstrou sua preocupação com a difusão dos dados quanto aos recursos naturais, assim como pontuou também erros conceituais cometidos no decorrer das etapas do plano. Nesta contribuição também o Sr. Gustavo Taniguchi realizou o esclarecimento, sendo complementado pela fala do Sr. Luiz Massaro Hayakawa e pelo geólogo responsável por estes dados quanto à questão ambiental, Sr. Gil Polidoro de forma on line.

A audiência pública foi encerrada com o agradecimento e discursos de alguns representantes da mesa desta audiência e uma última colocação da vereadora Ana Lúcia. A mestre de cerimônia finalizou o evento ressaltando a informação de que as contribuições poderão ser enviadas no email divulgado no prazo de 15 dias e respondidas através de relatório emitido pela equipe técnica, assim como as dúvidas e contribuições que não foram esclarecidas no decorrer da audiência, também serão respondidas através de relatório.

Assinatura do responsável:

SANTA FÉ

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ	
Evento: 1°Audiência Pública **Município:** Santa Fé-PR **Data:** 11/05/2022 **Responsável pelo CAM:** Onéia Cardoso de Morais.	PARANÁ

ATA DO EVENTO PÚBLICO

Ás 14:30h do dia onze do mês de Maio de 2022 (11/05/22), no auditório da Biblioteca Municipal Vereador Emílio Pedrazanni, na Avenida Arapongas 560, na cidade de Santa Fé PR, endereço este do CAM (Centro de Apoio Municipal), de Santa Fé, na qual reuniram-se secretários municipais, servidores da Prefeitura Municipal, representantes de associações e entidades da Sociedade Civil organizada, conforme lista de presença anexa, para acompanharem a transmissão ao vivo por meio do Aplicativo Zoom, da 1°Audiência Pública do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Maringá (RMM), que acontecia presencialmente na Câmara Municipal de Vereadores de Maringá. Ao início da audiência fez o uso da palavra o analista de desenvolvimento municipal, Sr. Geraldo Luiz de Farias representando o Paranácidade, a qual agradeceu imensamente os que se faziam presentes na Câmara Municipal de Vereadores de Maringá e os que acompanhavam por meio dos centros municipais de vinte e cinco municípios de forma remota, logo em seguida foi disponibilizado um vídeo do Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano de Obras Públicas, Sr. Augustinho Zucchi. A Seguir fez uso da palavra representando o Prefeito de Maringá, a senhora Bruna Barroca a qual é Presidente do instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Maringá, salientou a necessidade de serem discutidas e criadas propostas para que haja políticas públicas visando o desenvolvimento de Maringá e também de sua região metropolitana. Em continuidade a audiência pública também fez o uso da palavra representando o Presidente da Câmara de Vereadores de Maringá, o Senhor Vereador Sidnei Telles que destacou a importância das regiões metropolitanas para cidades com grande número de pessoas a qual são polo de estudo e trabalho de boa parte dessa população. A presente audiência pública teve continuidade com o uso da palavra pelo representante da Casa Civil, Sr. Márcio Wozniack que destacou a importância das políticas públicas por parte do Governo juntamente com os municípios que compõe as regiões metropolitanas de grandes centros urbanos do Estado do Paraná. Em seguida foi lido os procedimentos aplicáveis a audiência pública, sendo destacado a oportunidade de questionamentos e contribuições que poderiam ser feitos por parte dos participantes presentes no auditório da Câmara e os que acompanhavam virtualmente nos Centros de Apoio Municipal dos 25 municípios que compõe a Região Metropolitana de Maringá. Dando continuidade a audiência pública foi realizado a apresentação técnica por meio do Sr. Gustavo Tanigushi onde frisou entre vários pontos, o interesse comum de funções públicas dos municípios que compõe as regiões metropolitanas, dentre esses a mobilidade urbana, planejamento territorial e o uso do solo e também o meio ambiente. A Seguir foi aberto o espaço para as contribuições que puderam ser feitas por meio de perguntas pelos que estavam ali presentes no auditório da Câmara Municipal bem como por meio do aplicativo zoom pelos que acompanhavam dos centros municipais nos municípios que compõe a região metropolitana de Maringá, momento este o qual algumas pessoas que estavam ali presentes, puderam questionar os membros da mesa sob temas pertinentes relativos ao desenvolvimento conjunto das cidades e apresentaram ideias para projetos futuros que possam contribuir para melhoria dos serviços e a integração dessas cidades numa melhora econômica e também social para a população que nelas residem. Ao final do evento o Sr. Edgar Silvestre representante do Escritório Regional Paranácidade em Maringá, agradeceu os que ali estavam presentes e também os que acompanharam por meio do aplicativo, e enfatizou a importância dos municípios em participar com as contribuições por escrito com questionamentos, perguntas e etc. Agradeceu ainda a acolhida dos mais de 10 municípios a qual ele

visitou nos últimos dias convidando e reforçando a participação nesta audiência pública que se realizava naquele instante, enfatizando que as contribuições propostas pelos que estavam presentes no CAM (Centro de Apoio Municipal), poderão serem enviadas nos próximos dias para o endereço eletrônico (e-mail), do PDUI Maringá. Não havendo mais quem quisesse se manifestar, e como nada mais havia para ser tratado, agradecemos a presença dos que ali estavam no auditório do CAM (Centro de Apoio Municipal), de Santa Fé, do qual segue a presente ata assinada por mim e pela responsável pelo CAM de Santa Fé.

Onéia Cardoso de Morais
Responsável pelo CAM

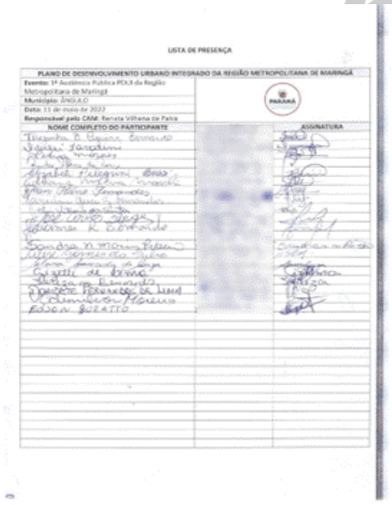
Alan Junior Santos de Oliveira
Secretário "Ad hoc"

ATA – REGISTRO DAS PARTICIPAÇÕES DO CENTRO DE APOIO MUNICIPAL

PRELIMINAR

LISTAS DE PRESENÇA

ÂNGULO

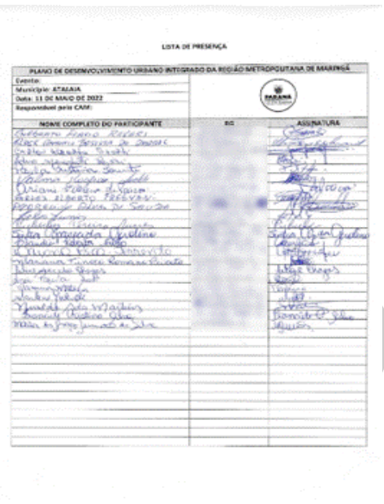

LISTA DE PRESENÇA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

Evento: 1ª Audiência Pública PDUI da Região Metropolitana de Maringá
Município: ÂNGULO
Data: 11 de maio de 2022
Responsável pelo CAM: Renata Vilhena de Paiva

NOME COMPLETO DO PARTICIPANTE	ASSINATURA

ATALAIA

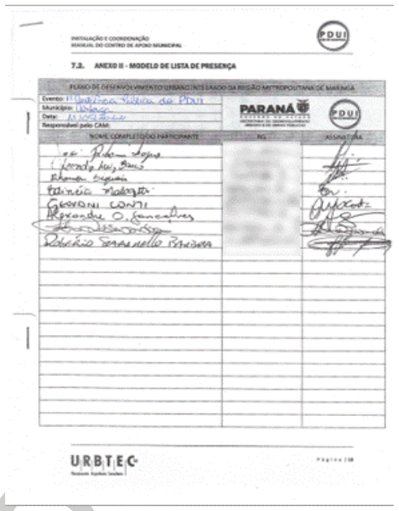

LISTA DE PRESENÇA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

Evento:
Município: ATALAIA
Data: 11 DE MAIO DE 2022
Responsável pelo CAM:

NOME COMPLETO DO PARTICIPANTE	RG	ASSINATURA

ASTORGA


INSTALAÇÃO E COORDENAÇÃO MANUAL DO CENTRO DE APOIO MUNICIPAL

7.2. ANEXO II - MODELO DE LISTA DE PRESENÇA

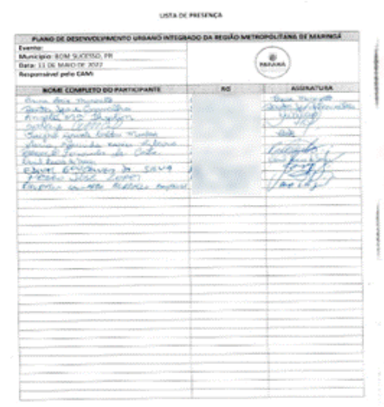
PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

Evento: 1ª Audiência Pública do PDUI
Município: Astorga
Data: 11/05/2022
Responsável pelo CAM:

NOME COMPLETO DO PARTICIPANTE	RG	ASSINATURA

URBTEC

BOM SUCESSO

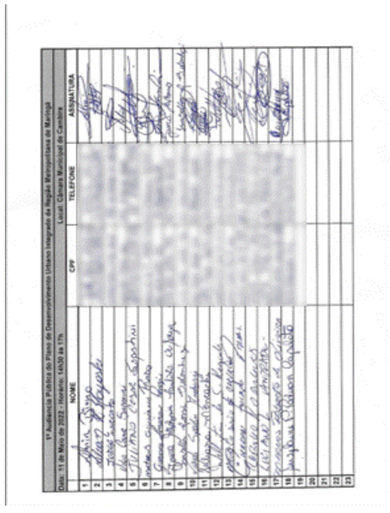

LISTA DE PRESENÇA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

Evento:
Município: BOM SUCESSO, PR
Data: 11 DE MAIO DE 2022
Responsável pelo CAM:

NOME COMPLETO DO PARTICIPANTE	RG	ASSINATURA

CAMBIRA

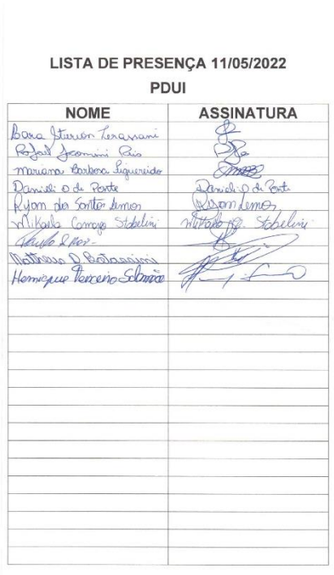

1ª Audiência Pública do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Maringá

Local: Câmara Municipal de Cambira

Data: 11 de Maio de 2022 - Horário: 14h30 às 17h

Nº	NOME	CPF	TELEFONE	ASSINATURA

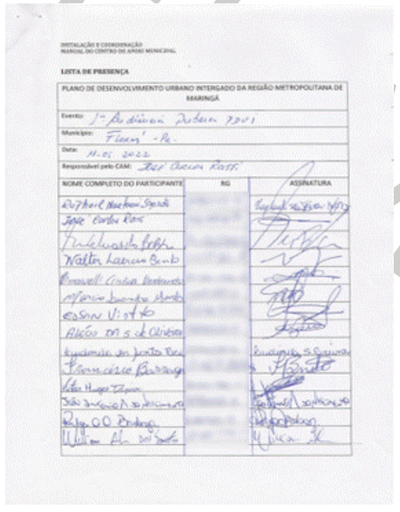
DOUTOR CAMARGO


LISTA DE PRESENÇA 11/05/2022

PDUI

NOME	ASSINATURA

FLORAÍ


INSTALAÇÃO E COORDENAÇÃO MANUAL DO CENTRO DE APOIO MUNICIPAL

LISTA DE PRESENÇA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

Evento: 1ª Audiência Pública PDUI
Município: Floraí - PR
Data: 11.05.2022
Responsável pelo CAM: José Carlos Ratti

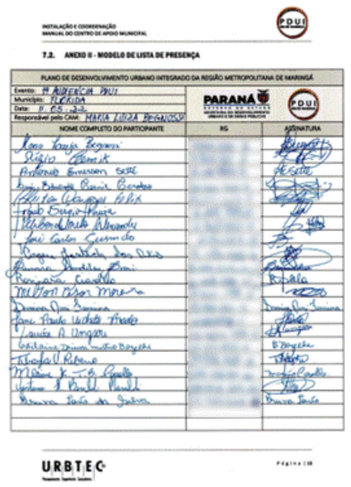
NOME COMPLETO DO PARTICIPANTE	RG	ASSINATURA

FLORAÍ

VERSÃO PRELIMINAR

FLORESTA

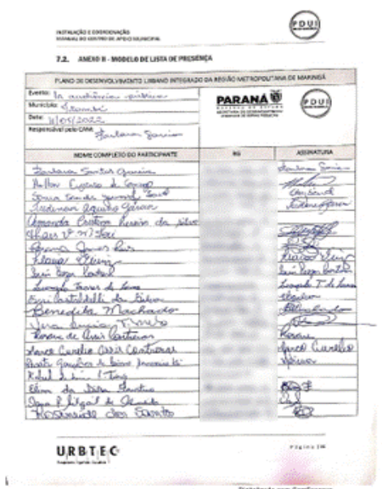
FLÓRIDA



IGUARAÇU

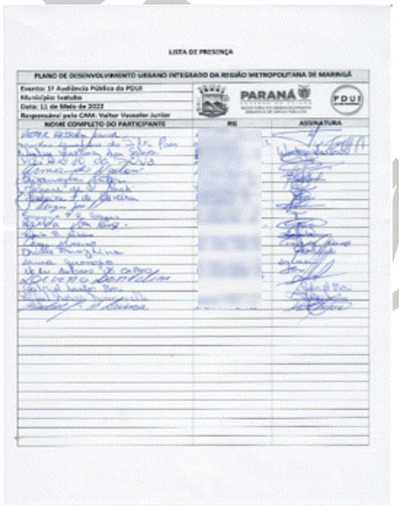
IGUARAÇU

ITAMBÉ

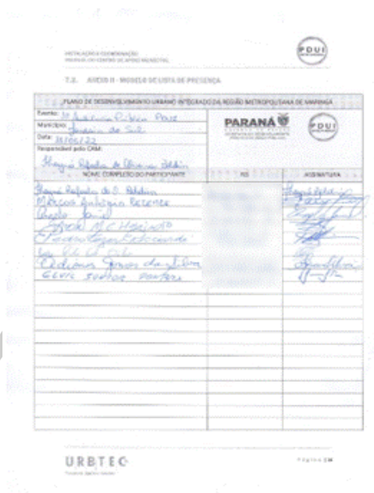


ITAMBÉ

IVATUBA

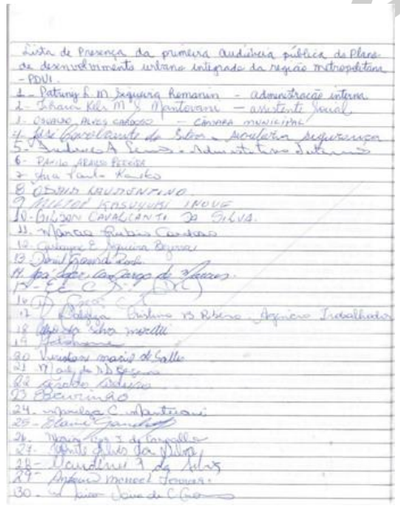


JANDAIA DO SUL



VERSÃO PRELIMINAR

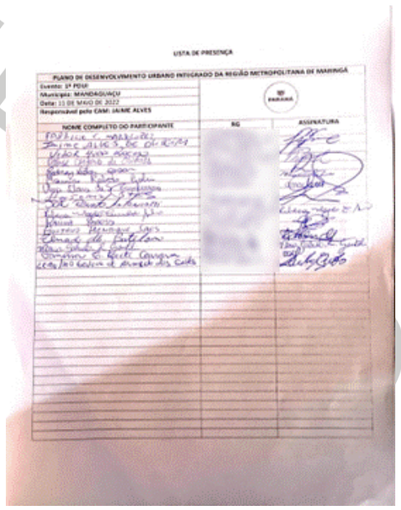
LOBATO



Lista de Presença da primeira Audiência pública do Plano de desenvolvimento urbano integrado da região metropolitana - PDUI

1 - Patrícia K. M. Siqueira Romanini - Administração interna
2 - Tatiana Reis M. Monteiro - assistente social
3 - Cleusa Alves calaça - Câmara municipal
4 - [illegible]
5 - [illegible]
6 - Maria Helena Ferreira
7 - Ana Paula Kuntz
8 - Cleuza Aparecida
9 - Rafael Rodrigues Moura
10 - Gilson Carlantonio da Silva
11 - Mariana Fabiana Cardoso
12 - [illegible]
13 - [illegible]
14 - [illegible]
15 - [illegible]
16 - [illegible]
17 - [illegible]
18 - [illegible]
19 - [illegible]
20 - [illegible]
21 - [illegible]
22 - [illegible]
23 - [illegible]
24 - [illegible]
25 - [illegible]
26 - [illegible]
27 - [illegible]
28 - [illegible]
29 - [illegible]
30 - [illegible]

MANDAGUAÇU



LISTA DE PRESENÇA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

Evento: 1º PDUI
Município: MANDAGUAÇU
Data: 11 DE MAIO DE 2022
Responsável pelo CAM: JAIME ALVES

NOME COMPLETO DO PARTICIPANTE	RG	ASSINATURA
[illegible]	[illegible]	[illegible]

MANDAGUARI

7.2. ANEXO II - MODELO DE LISTA DE PRESENÇA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

Evento: 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA - PDUI
Município: MANDAGUARI
Data: 11/05/22
Responsável pelo CAM: [illegible]

NOME COMPLETO DO PARTICIPANTE	RG	ASSINATURA
[illegible]	[illegible]	[illegible]

URBTEC

MARIALVA

LISTA DE PRESENÇA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

Evento: 1º AUDIÊNCIA PÚBLICA - PDUI
Município: MARIALVA/PR
Data: 11 DE MAIO DE 2022
Responsável pelo CAM: PAULO UNGARI/LUCAS SEVILHA

NOME COMPLETO DO PARTICIPANTE	RG/CPF	ASSINATURA
[illegible]	[illegible]	[illegible]

MUNHOZ DE MELLO

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

Evento: 3ª Audiência Pública do PDUI da Região Metropolitana de Maringá
Município: MUNHOZ DE MELLO
Data: 11/05/2022
Responsável pelo CAM: Leticia B. Reis

NOME COMPLETO DO PARTICIPANTE	RG	ASSINATURA
[illegible]	[illegible]	[illegible]

NOVA ESPERANÇA

7.2. ANEXO II - MODELO DE LISTA DE PRESENÇA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

Evento:
Município:
Data:
Responsável pelo CAM:

NOME COMPLETO DO PARTICIPANTE	RG	ASSINATURA
[illegible]	[illegible]	[illegible]

URBTEC

OURIZONA

LISTA DE PRESENÇA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

Evento: 1ª AUDIÊNCIA PUBLICA - PDUI
Município: OURIZONA
Data: 11 DE MAIO DE 2022
Responsável pelo CAM: OSVALDO MAGGI FILHO

NOME COMPLETO DO PARTICIPANTE	RG	ASSINATURA
[illegible]	[illegible]	[illegible]

PAIÇANDU

7.2. ANEXO II - MODELO DE LISTA DE PRESENÇA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

Evento: 1º PDUI
Município: PAIÇANDU-PR
Data: 11/05/2022
Responsável pelo CAM: [illegible]

NOME COMPLETO DO PARTICIPANTE	RG	ASSINATURA
[illegible]	[illegible]	[illegible]

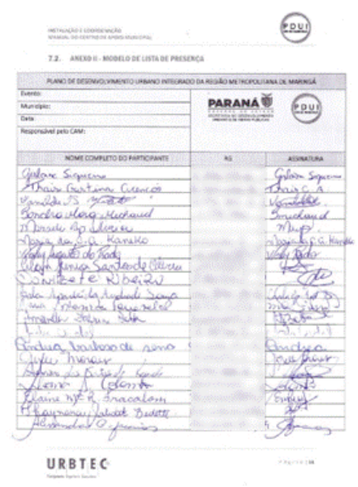
URBTEC

Scanned with CamScanner

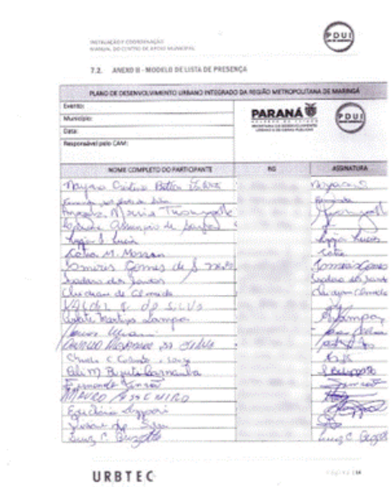
PRESIDENTE CASTELO BRANCO

SANTA FÉ

SANTA FÉ



SANTA FÉ

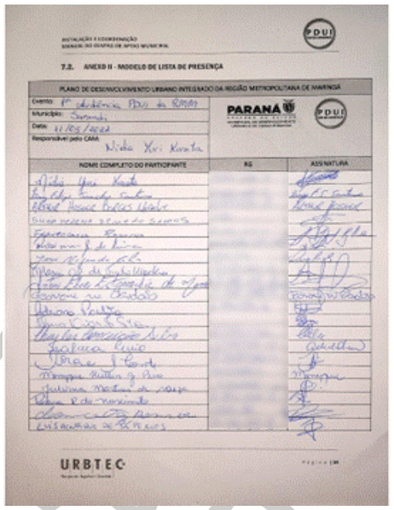


SANTA FÉ

SÃO JORGE DO IVAÍ

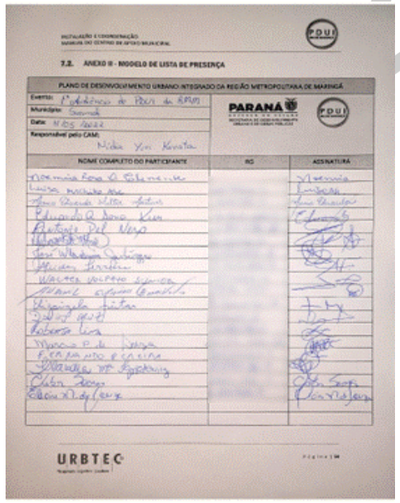
SÃO JORGE DO IVAÍ

SARANDI



VERSÃO PRELIMINAR

SARANDI



7.2. ANEXO II - MODELO DE LISTA DE PRESENÇA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

PARANÁ

NOME COMPLETO DO PARTICIPANTE	RG	ASSINATURA

URBTEC

Fonte: URBTEC™, 2022

VERSÃO PRELIMINAR

REGISTROS FOTOGRÁFICOS

Ângulo

Astorga

Atalaia

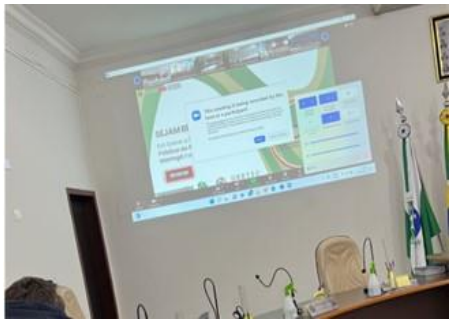
Bom Sucesso

Cambira

Doutor Camargo

VERSÃO PRELIMINAR

Flórida

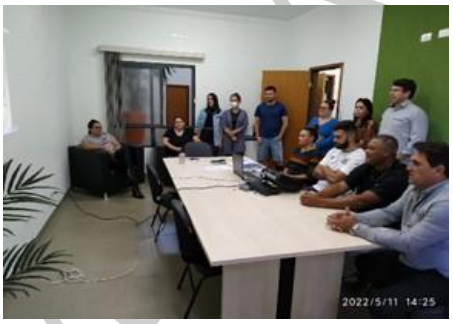


Floraí

Iguaraçu

Itambé

Ivatuba



Lobato

VERSÃO PRELIMINAR

Mandaguaçu

Mandaguari

Marialva

Munhoz De Mello

Nova Esperança

Paiçandu

VERSÃO PRELIMINAR

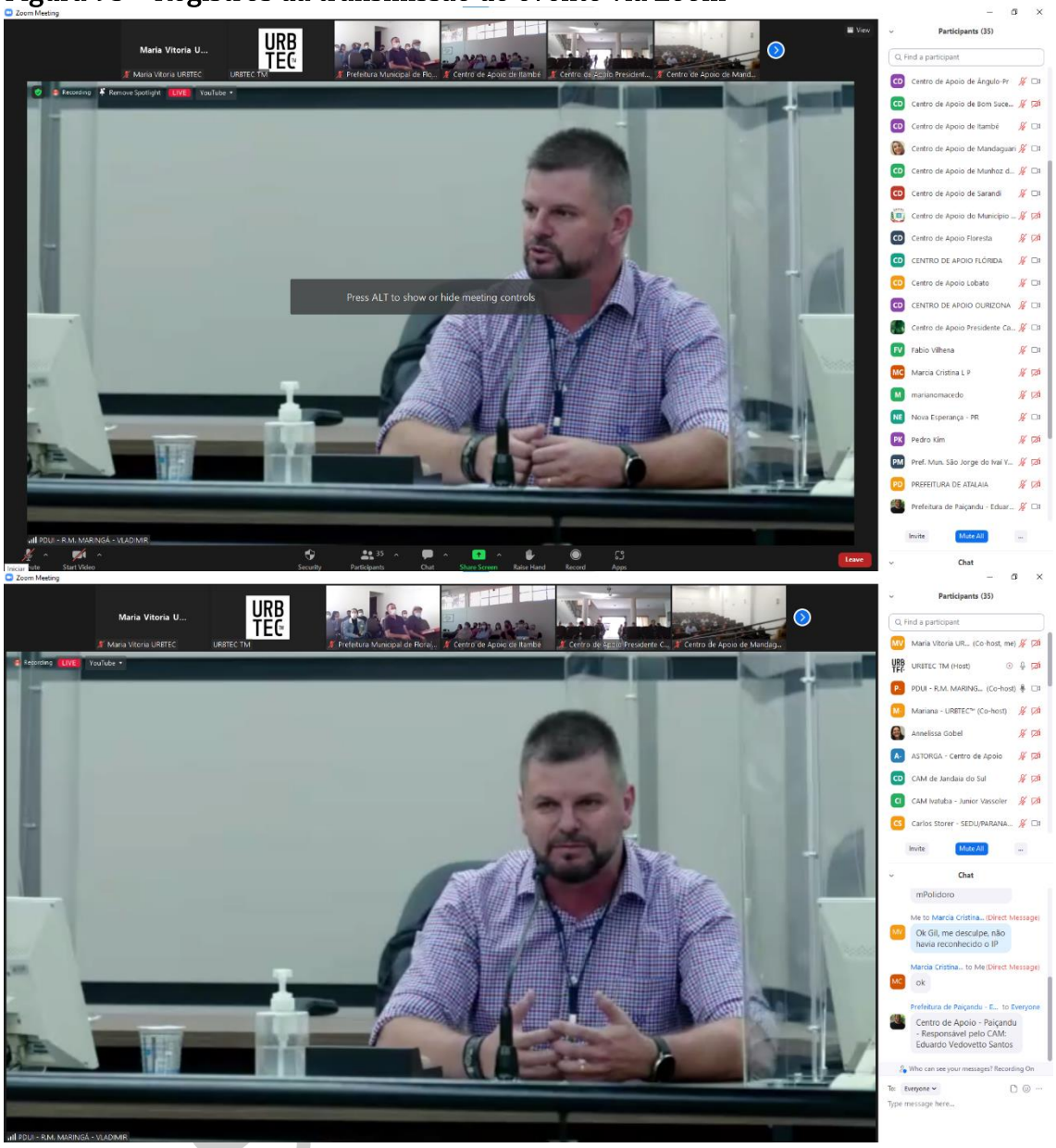
Presidente Castelo Branco

Fonte: URBTEC™, 2022

VERSÃO PRELIMINAR

REGISTROS DA TRANSMISSÃO DO EVENTO VIA ZOOM

Figura 93 – Registros da transmissão do evento via *Zoom*



Fonte: URBTEC™, 2022

27.5. CONTRIBUIÇÕES E RESPOSTAS

As contribuições encaminhadas em até 15 dias após a realização do evento, seja via fichas escritas ou a partir do site do PDUI, conforme discriminado nos Procedimentos Aplicáveis à Primeira Audiência Pública, serão incorporadas e respondidas na presente Ata, após o referido período.

As respostas serão encaminhadas também aos endereços de e-mail fornecidos pelos remetentes de cada contribuição.

A versão final da presente ata será publicada em 5 dias úteis após o encerramento do período de contribuições.

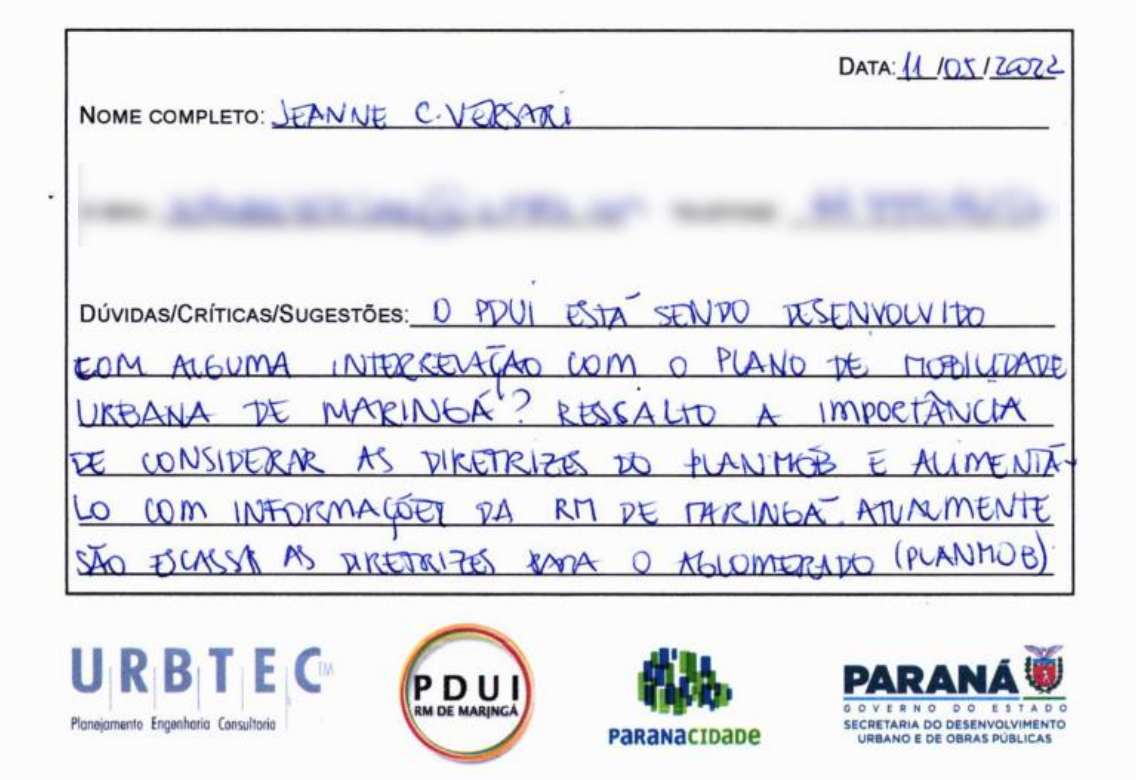
EVENTO NO POLO

CONTRIBUIÇÕES VIA FICHAS ESCRITAS

REMETENTE: JEANNE C. VERSARI

CONTRIBUIÇÃO

Registro da Ficha de Contribuição:


DATA: 11/05/2022

NOME COMPLETO: JEANNE C. VERSARI

DÚVIDAS/CRÍTICAS/SUGESTÕES: O PDUI ESTÁ SENDO DESENVOLVIDO COM ALGUMA INTERRELAÇÃO COM O PLANO DE MOBILIDADE URBANA DE MARINGÁ? RESSALTO A IMPORTÂNCIA DE CONSIDERAR AS DIRETRIZES DO PLANMOB E ALIMENTÁ-LO COM INFORMAÇÕES DA RM DE MARINGÁ. ATUALMENTE SÃO ESCASSAS AS DIRETRIZES PARA O AGLOMERADO (PLANMOB)

URBTEC Planejamento Engenharia Consultoria
PDUI RM DE MARINGÁ
PARANACIDADE
PARANÁ GOVERNO DO ESTADO SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DE OBRAS PÚBLICAS

Transcrição da Ficha de Contribuição:

O PDUI está sendo desenvolvido com alguma interrelação com o Plano de Mobilidade Urbana de Maringá? Ressalto a importância de considerar as diretrizes do PlanMob e alimentá-lo com informações da RM de Maringá. Atualmente são escassas as diretrizes para o aglomerado (PlanMob).

VERSÃO PARA EXAMINAR

RESPOSTA TÉCNICA

Prezada,

Primeiramente, agradecemos por sua contribuição ao Plano de Desenvolvimento Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Maringá!

O PDUI está sendo desenvolvido de forma independente do Plano de Mobilidade de Maringá, sendo o PDUI decorrente da Concorrência Pública 001/2019 promovida pelo Estado do Paraná e o PlanMob decorrente da Concorrência 032/2018, promovida pela Prefeitura Municipal de Maringá.

Visto que o PlanMob de Maringá começou a ser desenvolvido anteriormente, foi possível agregar alguns de seus dados ao Subproduto P3B do PDUI, o qual se refere à FPIC de Mobilidade Metropolitana. Além do acompanhamento dos relatórios técnicos disponibilizados, a equipe técnica de elaboração do PDUI também tem participado dos eventos públicos relativos ao PlanMob e realizou reunião específica para alinhamento entre os planos.

Na elaboração do diagnóstico do Produto 03, dada a diferença de escala de planejamento, foram considerados apenas os fatores diagnosticados pelo PlanMob que possuem relevância metropolitana. Enquanto algumas análises abordam somente o município de Maringá, a Pesquisa de Origem e Destino (OD) realizada junto ao PlanMob, por exemplo, considera também os municípios de Paiçandu e Sarandi. Outras análises consideram também Mandaguaçu e Marialva.

A partir disso, observa-se nos capítulos *2.1. Sistema de Mobilidade Metropolitana* e *2.6. Modais Ativos*, integrando o diagnóstico da FPIC de Mobilidade Metropolitana, algumas análises baseadas nos dados do PlanMob que se mostraram relevantes no contexto metropolitano do PDUI. Tais análises, por sua vez, também fundamentaram as diretrizes propostas no Subproduto P3B.

Dentre as diretrizes elaboradas, a *DIRETRIZ 01: Ordenamento do sistema viário metropolitano e redução de conflitos entre a ocupação urbana e a malha rodoviária*, propõe a determinação de diretrizes de caráter metropolitano para expansão/qualificação do sistema viário urbano existente e a qualificação da infraestrutura de estradas rurais/rodovias existentes que possibilitam o deslocamento intermunicipal na região.

VERSÃO PRELIMINAR

Além desta, a *DIRETRIZ 02: Fomento da utilização do transporte coletivo e da integração entre modais* recomenda ao futuro Ente Metropolitano a elaboração de um plano de transporte coletivo para a RMM, de maneira a estruturar um sistema integrado de transporte na região.

Além dessas e das outras diretrizes da FPIC, o PDUI também apresentará de forma conjunta ao Macrozoneamento Metropolitano Proposto, uma Hierarquia Viária Metropolitana, a qual também levará em consideração as diretrizes viárias existentes na RMM.

Se a senhora se refere a alguma diretriz específica do Plano de Mobilidade de Maringá que considere importante constar no PDUI, fique à vontade para nos indicar.

Lembramos que mais definições a respeito dos processos de cada FPIC e do Modelo de Governança Interfederativa serão tratadas nas próximas etapas do PDUI. Portanto, a convidamos a continuar participando da elaboração do plano!

No mais, agradecemos e nos mantemos à disposição!

VERSÃO PRELIMINAR

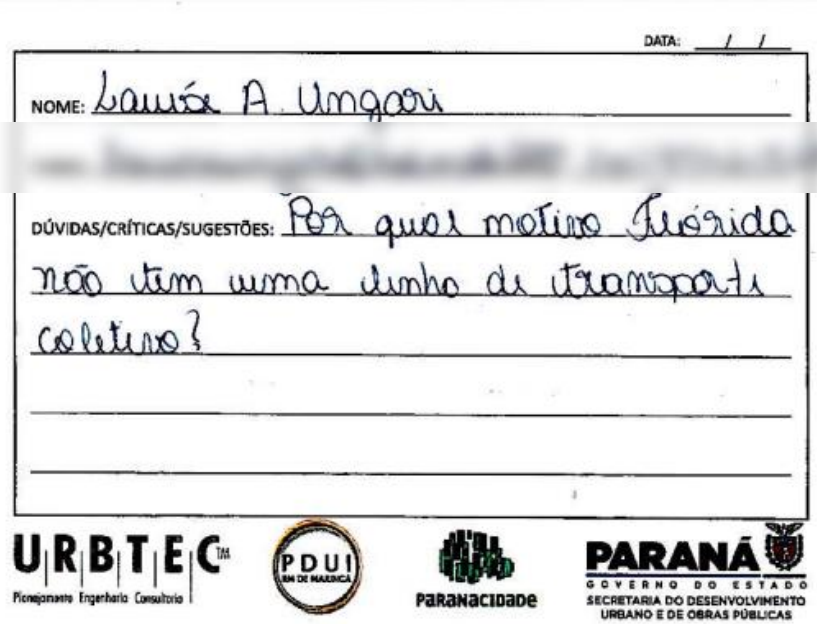
CENTROS DE APOIO MUNICIPAIS

CENTRO DE APOIO MUNICIPAL DE FLÓRIDA

REMETENTE: LAUÍSE A. UNGARI

CONTRIBUIÇÃO

Registro da Ficha de Contribuição:


DATA: / /

NOME: Lauíse A. Ungari

DÚVIDAS/CRÍTICAS/SUGESTÕES: Por qual motivo Flórida não tem uma linha de transporte coletivo?

URBTEC Planejamento Engenharia Consultoria

PDUI RM DE MARINGÁ

Paranacidade

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DE OBRAS PÚBLICAS

Transcrição da Ficha de Contribuição:

Por qual motivo Flórida não tem uma linha de transporte coletivo?

RESPOSTA TÉCNICA

Prezada,

Agradecemos por sua contribuição ao Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Maringá (RMM)!

Na elaboração do produto de diagnóstico e diretrizes para o PDUI da RMM, observou-se que o município de Flórida dispõe, atualmente, apenas de linha intermunicipal. Em relação ao transporte metropolitano, conforme o Regulamento do Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado do

VERSÃO PRELIMINAR

Paraná (2021)[3], o DER pode converter uma linha intermunicipal em característica metropolitana mediante requerimento da transportadora ou ofício.

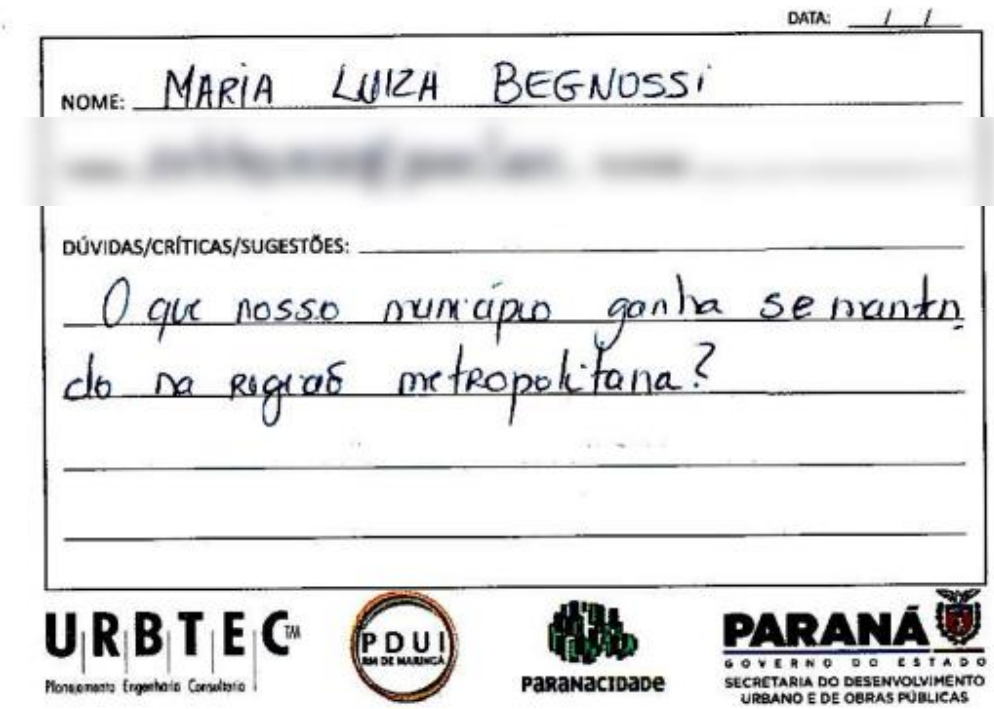
A partir das proposições do PDUI para a área de mobilidade metropolitana, espera-se estruturar o planejamento conjunto do transporte metropolitano, favorecendo a integração dos municípios da região.

Agradecemos e nos mantemos à disposição!

REMETENTE: MARIA LUIZA BEGNOSSI

CONTRIBUIÇÃO

Registro da Ficha de Contribuição:


DATA: / /

NOME: MARIA LUIZA BEGNOSSI

[redacted]

DÚVIDAS/CRÍTICAS/SUGESTÕES:

O que nosso município ganha se mantendo na região metropolitana?

URBTEC Planejamento Engenharia Consultoria

PDUI RM DE MARINGÁ

paranacidade

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DE OBRAS PÚBLICAS

Transcrição da Ficha de Contribuição:

O que nosso município ganha se mantendo na região metropolitana?

[3] Aprovado pelo Decreto Estadual n° 1.821/2000, atualizado em 2021.

VERSÃO PRELIMINAR

RESPOSTA TÉCNICA

Prezada,

Agradecemos por sua contribuição ao Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Maringá (RMM)!

Com a estruturação do ente metropolitano na próxima etapa de elaboração do Plano os ônus e bônus de participação dos municípios na Região Metropolitano serão elucidados em maior detalhe. Por enquanto, é possível considerar alguns benefícios gerais garantidos aos municípios participantes de uma região metropolitana, tais como: Assessoria técnica do Ente Metropolitano; Participação nos Conselhos Metropolitanos; Participação na elaboração dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado da RM; Acesso aos recursos públicos direcionados às regiões metropolitanas. Por outro lado, é possível citar algumas obrigações gerais dos municípios participantes de uma região metropolitana, tais como: Revisar o Plano Diretor Municipal para atender ao disposto no Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da RM; Acatar as decisões do Conselho Metropolitano, inclusive o repasse de competência sobre a gestão dos serviços identificados como Funções Públicas de Interesse Comum – FPICs, podendo incluir questões sobre transporte público, saneamento, uso e ocupação do solo e outras; Contribuir com recursos humanos e materiais para a gestão da RM.

Recomendamos que a senhora siga acompanhando as próximas etapas do Plano em que, conforme mencionado anteriormente, serão detalhados os benefícios e responsabilidades dos municípios ao participar da Região Metropolitana de Maringá.

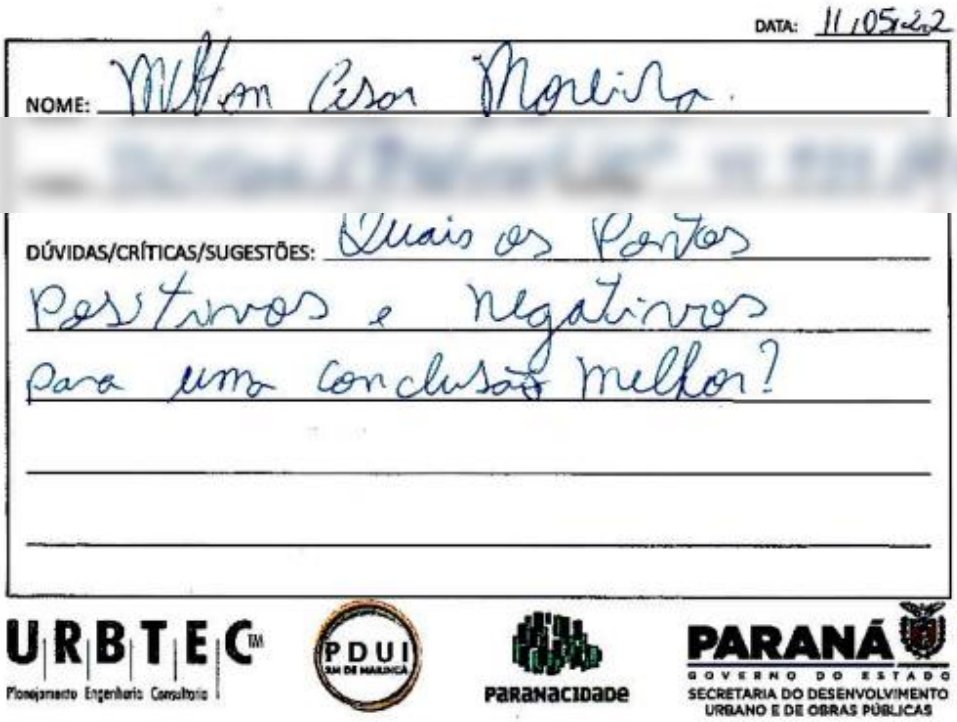
Agradecemos e nos mantemos à disposição!

VERSÃO PRELIMINAR

REMETENTE: MILTON CESAR MOREIRA

CONTRIBUIÇÃO

Registro da Ficha de Contribuição:


DATA: 11/05/22

NOME: Milton Cesar Moreira.

DÚVIDAS/CRÍTICAS/SUGESTÕES: Quais os Pontos Positivos e negativos para uma conclusão melhor?

URBTEC Planejamento Engenharia Consultoria — PDUI RM DE MARINGÁ — Paranacidade — PARANÁ GOVERNO DO ESTADO SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DE OBRAS PÚBLICAS

Transcrição da Ficha de Contribuição:

Quais os pontos positivos e negativos para uma conclusão melhor?

RESPOSTA TÉCNICA

Prezado,

Agradecemos por sua contribuição ao Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Maringá (RMM)!

Com a estruturação do ente metropolitano na próxima etapa de elaboração do Plano os ônus e bônus de participação dos municípios na Região Metropolitano serão elucidados em maior detalhe. Por enquanto, é possível considerar alguns benefícios gerais garantidos aos municípios participantes de uma região metropolitana, tais como: Assessoria técnica do Ente Metropolitano; Participação nos Conselhos Metropolitanos; Participação na elaboração dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado da RM; Acesso aos recursos públicos direcionados às regiões metropolitanas. Por outro lado, é possível citar algumas

VERSÃO P

obrigações gerais dos municípios participantes de uma região metropolitana, tais como: Revisar o Plano Diretor Municipal para atender ao disposto no Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da RM; Acatar as decisões do Conselho Metropolitano, inclusive o repasse de competência sobre a gestão dos serviços identificados como Funções Públicas de Interesse Comum – FPICs, podendo incluir questões sobre transporte público, saneamento, uso e ocupação do solo e outras; Contribuir com recursos humanos e materiais para a gestão da RM.

Recomendamos que o senhor siga acompanhando as próximas etapas do Plano em que, conforme mencionado anteriormente, serão detalhados os benefícios e responsabilidades dos municípios ao participar da Região Metropolitana de Maringá.

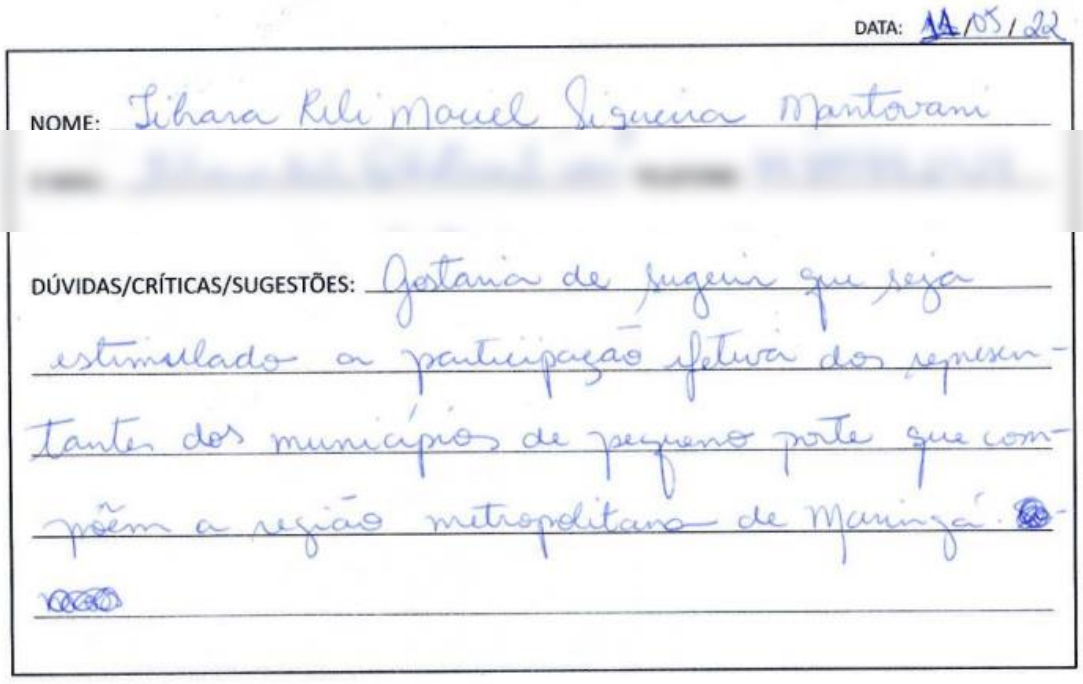
Agradecemos e nos mantemos à disposição!

CENTRO DE APOIO MUNICIPAL DE LOBATO

REMETENTE: TIHARA KELI MACIEL SIQUEIRA MANTOVANI

CONTRIBUIÇÃO

Registro da Ficha de Contribuição:


DATA: 11/05/22

NOME: Tihara Keli Maciel Siqueira Mantovani

DÚVIDAS/CRÍTICAS/SUGESTÕES: Gostaria de sugerir que seja estimulado a participação efetiva dos representantes dos municípios de pequeno porte que compõem a região metropolitana de Maringá.

PRELIMINAR

Transcrição da Ficha de Contribuição:

Gostaria de sugerir que seja estimulado a participação efetiva dos representantes dos municípios de pequeno porte que compõem a Região Metropolitana de Maringá.

RESPOSTA TÉCNICA

Prezada,

Agradecemos por sua contribuição ao Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Maringá (RMM)!

A participação dos municípios no PDUI ocorre primeiramente a partir do envolvimento dos representantes na Equipe de Acompanhamento Municipal (EAM). Os técnicos da EAM são convidados para todos os eventos públicos e são motivados a participar com suas contribuições sugestões e críticas. A atuação do PARANACIDADE e da Casa Civil, nesse sentido, também são essenciais para realizar o contato e mobilizar os municípios da RMM.

Os eventos públicos são a principal forma de exposição dos trabalhos que estão sendo realizados e de recolhimento dessas contribuições trazidas pela população. Nesse sentido, ressaltamos o papel dos Centro de Apoio Municipais (CAMs), propostos com base no Ofício Circular 005/2021 do Ministério Público do Estado do Paraná (CAOP-MAHU), com o objetivo de democratizar o acesso às Audiências Públicas e valorizar a participação de cada município da Região Metropolitana de Maringá.

Ressaltamos que a 1ª Audiência Pública do PDUI da RMM, realizada em 11 de maio de 2022, foi o primeiro evento público do plano. O Plano de Trabalho prevê ainda a realização de mais duas audiências públicas, uma conferência metropolitana e duas oficinas técnicas – todos eventos abertos a serem realizados nas próximas etapas do PDUI.

Evidenciamos também a importância de participação dos municípios de pequeno porte, já que estes por vezes são os mais impactados pelas diretrizes metropolitanas, pelo estabelecimento da governança interfederativa e pelo

VERSÃO PRELIMINAR

pertencimento à região metropolitana em si.

Por esse motivo, se a senhora tiver alguma sugestão específica de estímulo à participação desses municípios, fique à vontade para nos enviar.

Quanto às próximas etapas, continue acompanhando seu e-mail e o site do plano (www.pduimaringa.com.br) para ser informada dos próximos eventos!

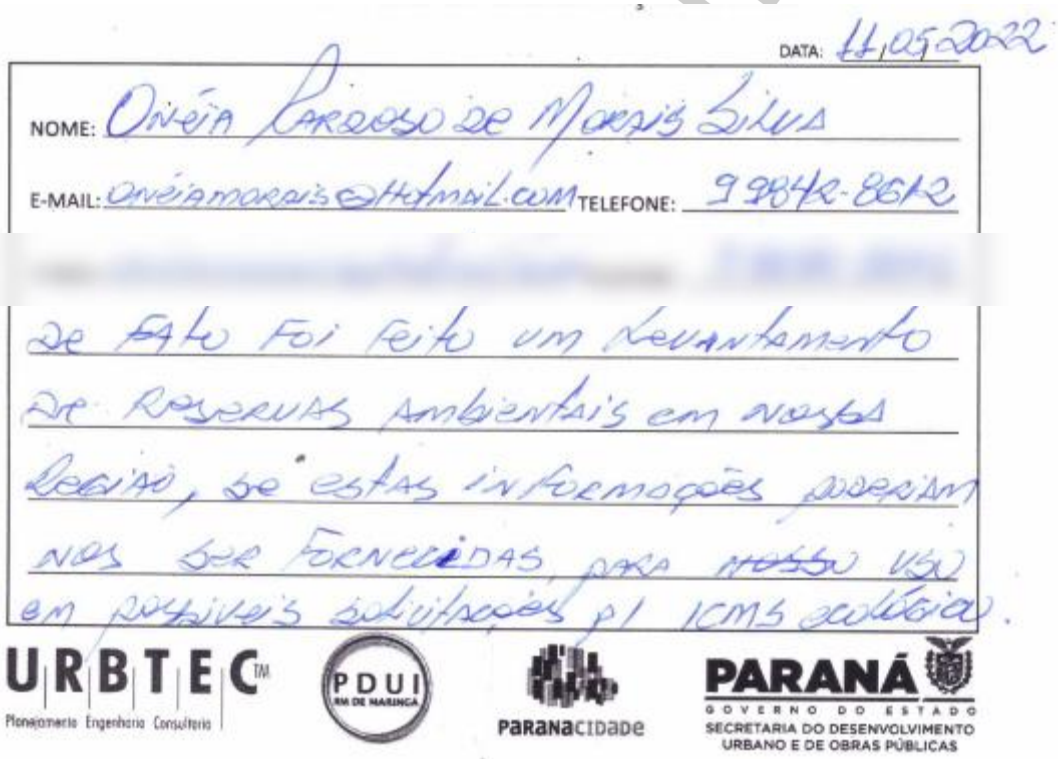
Agradecemos e nos mantemos à disposição!

CENTRO DE APOIO MUNICIPAL DE SANTA FÉ

REMETENTE: ONÉIA CARDOSO DE MORAIS SILVA

CONTRIBUIÇÃO

Registro da Ficha de Contribuição:


DATA: 11/05/2022

NOME: Onéia Cardoso de Morais Silva

E-MAIL: oneiamorais@hotmail.com TELEFONE: 9 9842-8612

De fato foi feito um levantamento de reservas ambientais em nossa região, se estas informações poderiam nos ser fornecidas para uso em possíveis solicitações p/ ICMS ecológico.

URBTEC Planejamento Engenharia Consultoria

PDUI RM DE MARINGÁ

paranacidade

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DE OBRAS PÚBLICAS

Transcrição da Ficha de Contribuição:

Gostaria de saber se de fato foi feito um levantamento de reservas ambientais em nossa região, se estas informações poderiam nos ser fornecidas para uso em possíveis solicitações para ICMS Ecológico.

VERSÃO PRELIMINAR

RESPOSTA TÉCNICA

Prezada,

Os diagnósticos ambientais do PDUI da RMM foram feitos com base em dados secundários, disponibilizados por Fontes oficiais – tais como Secretarias de Estado, Institutos de Pesquisa, entre outros.

Essas informações estão sendo sistematizadas em uma base de dado própria ao PDUI para os 26 (vinte e seis) municípios que compõem a Região Metropolitana atualmente. Os dados serão disponibilizados ao Serviço Social Autônomo PARANACIDADE na conclusão dos trabalhos, podendo ser solicitados pelos municípios.

Agradecemos por sua contribuição ao Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Maringá (RMM)!

VERSÃO PRELIMINAR

CONTRIBUIÇÕES DO MUNICÍPIO POLO

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE MARINGÁ
Diretoria da Presidência do IPPLAM
Av. XV de Novembro, 701, 3º Andar - Bairro Centro, Maringá/PR,
CEP 87013-230 Telefone: (44) 3221-1441

DESPACHO

Processo nº 15.60.00000167/2022.60

Relatório Técnico
Diretoria de Revisão do Plano Diretor do Município de Maringá 2020-2030

Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado – Região Metropolitana de Maringá

Tendo em vista o processo de Revisão do Plano Diretor Municipal da cidade de Maringá em curso, sob responsabilidade deste Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Maringá – IPPLAM, elaborado por equipe técnica municipal constituída via decreto municipal Nº 496/2022, denominada Grupo Gestor de Revisão do Plano Diretor – GG, e os produtos dele decorrentes, tais como estudos técnicos, pesquisas, levantamentos de campo, leituras comunitárias e amplo diagnóstico atualizado do território municipal, e suas interfaces com este Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado – Região Metropolitana de Maringá, apresentamos o relatório a seguir contendo as principais considerações, anseios e questionamentos em relação aos produtos finalizados até o presente momento referentes ao PDUI – Maringá.

1. MOBILIDADE METROPOLITANA:

Os apontamentos deste tema trazem questões do Grupo Gestor e de técnicos da Secretaria de Mobilidade Urbana – SEMOB.

1.1 Contornos Norte, Sul e Sul-Metropolitano

Os contornos rodoviários existentes em Maringá, não só resultam numa barreira física entre Sarandi e Maringá como também lançam todo fluxo "desviado" da malha urbana de Maringá para dentro da área urbana de Sarandi, existe a previsão de um novo Contorno Sul Metropolitano, mas não considera ligação com o contorno norte, nem tampouco uma previsão de novo trajeto para este, considerando as proporções metropolitanas que este tem. O Contorno Norte, já está englobado pela malha urbana de Maringá, sendo que este se tornou uma barreira para o próprio território urbano desta. Não encontramos no trabalho técnico os estudos, análises ou possíveis encaminhamentos para este contorno, com menção da necessidade de uma nova rota mais distante da área urbana consolidada.

Quanto ao Contorno Sul Metropolitano, o mesmo é apresentado como forte vetor de indução de ocupação do solo (p.70 do Relatório da FPIC de Planejamento Territorial e Uso do Solo), no entanto, não foram propostas diretrizes para a ocupação dessa área, uma vez que seu entorno, em grande parte está posto como Macrozona Rural.

> "*forte atrativo para a localização deste tipo de empreendimento, possibilitando ainda mais a concentração dos equipamentos deste porte*" (PDUI, 2022)

A citação acima considera a atração de equipamentos metropolitanos, mas considerando a grande distância que a maior parte do traçado desse contorno se encontra do perímetro urbano, somado ao fato que o mesmo se destinará a, principalmente, retirar o tráfego de caminhões das cidades, que tipo de equipamento desse porte se instalaria no Contorno Sul Metropolitano?

1.2 Transporte Metropolitano

No relatório da FPIC de Mobilidade Metropolitana, não foi abordado sobre a previsão para integração com a rede ferroviária, no caso de concretização do transporte de passageiros nesta, inclusive as instalações do Terminal já têm parte do subsolo executada para atender essa finalidade.

A Figura 23 (página 71) apresenta as linhas do Transporte Coletivo Metropolitano, porém a leitura é difícil devido a escala utilizada, não é possível identificar quais ruas estão sendo utilizadas para esse fim, sendo uma importante informação para auxiliar no planejamento de cada município. Em Maringá pressupõe-se que o transporte metropolitano possui grande capilaridade, mas não é possível ver quais vias o mesmo utiliza, o mesmo acontecendo nos demais municípios.

O relatório informa (p. 83) a existência de convênio firmado pelo DER-PR que permite a integração tarifária do transporte metropolitano com o transporte municipal, mas não deixa claro detalhes que permitam compreender o grau de formalização ou fragilidade deste convênio, tais como: número do convênio, prazo de vigência, data de assinatura, órgão de publicação.

O item 2.2 do PDUI traz que Sarandi tem a BOFF TUR operando o transporte coletivo urbano. Esta informação está correta? Pois os mapas constantes após a página 105 do PDUI trazem muitas vias urbanas de Sarandi servindo ao transporte metropolitano. Como se dá a relação transporte coletivo urbano e o metropolitano em Sarandi e Paiçandu? Qual a interferência dos mesmos na malha urbana de Maringá?

Com relação ao nível de integração entre municípios a partir da FPIC de Mobilidade Metropolitana, verificar se Astorga não seria considerada como 3º nível, devido à integração através da rodovia PR-317.

1.3 Torres de Alta Tensão e Avenidas

Na lei municipal de Parcelamento do Solo de Maringá (LC 889/2011), as redes de alta-tensão que cortam o território municipal constituem importantes condicionantes de sistema viário local, uma vez que, as servidões de passagem constituídas por elementos de infraestrutura deverão ser consolidadas pelas vias de circulação (§1°, art. 8°). Tal condicionante toma proporções metropolitanas para fins de mobilidade, pois perpassam os territórios municipais vizinhos (avenidas das torres).

1.4 Rodovias

Na Figura 01 (p. 26) verificar a extensão da PR 457, pois a mesma não chega até os limites da área urbana de Maringá, verificar a informação que a mesma consta como via pavimentada simples, existem trechos consideráveis não pavimentados.

No item 2.1.3 (p. 48) o trecho urbano da BR-376 que incide sobre o Jardim Olímpico em Maringá apresentou pontos com elevado acúmulo de mortes no período de análise, mas não traz informações suficientes para uma mudança desse cenário, tais como tipo de acidente, de veículo, se pedestres ou ciclistas. Verificar a possibilidade de levantar essas hipóteses, tendo em vista a sobrecarga dessa via no trecho urbano de Maringá e alta demanda metropolitana.

Na Tabela 9 (p. 76) há dúvida na interpretação de quando a cidade é origem ou destino, se na coluna ou na linha, também fica sugerido pela equipe técnica da SEMOB um comparativo com a pesquisa de OD do PlanMob de Maringá, que fez contagens em Sarandi e Paiçandu.

1.5 Ciclovias

Quanto à mobilidade através de ciclos, não houve uma análise sobre a circulação intermunicipal por bicicletas e cruzamento com dados de acidentes ou outros conflitos viários, por exemplo, ou uma análise sobre a proposta de rede cicloviária metropolitana paralela a linha férrea, conforme já abordado pelo Plano

Metrópole Norte e também pelo PlanMob de Sarandi, ou ainda outras possibilidade de conexões metropolitanas viáveis.

Em Maringá existem estudos para revitalizar a ciclovia paralela a Avenida Colombo na saída para Sarandi conectando com a ciclovia existente na via marginal da Avenida Colombo em Sarandi. Esta Ciclovia ligará na Ciclovia da Avenida Horácio Racanello.

2. MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

2.1 Licenciamento de atividades potencialmente incômodas ou poluidoras

Como serão tratados os licenciamentos de atividades localizadas em um município que geram impactos e restrições ao uso e ocupação do solo em outro, por exemplo, aterros sanitários, granjas, pedreiras, entre outros? Serão os licenciamentos dessas atividades objeto de apreciação pelo ente metropolitano? Ou ao menos, pelos municípios envolvidos?

2.2 Aterro sanitário e a gestão de resíduos sólidos

É importante considerar a inserção do aterro sanitário em operação em Maringá, ao Sul do município, como equipamento de porte metropolitano. Muito embora, como exposto pelos técnicos da Urbtec em reunião, este aterro sanitário não seja considerado uma solução a longo prazo para suprir a demanda metropolitana para os resíduos sólidos, este aterro está licenciado e em operação, e atende ao município de Maringá e mais 13 municípios. Reforçamos ainda que, de acordo com a empresa responsável pela operação da atividade, o aterro tem capacidade estimada para receber resíduos por, aproximadamente, 30 anos. Portanto o aterro deve constar no material técnico, e apontada a necessidade de manutenção do mesmo até a viabilização de outra solução neste âmbito.

2.3 Manancial de Abastecimento Público

O município de Maringá possui em sua zona rural uma macrozona destinada à proteção do manancial de abastecimento público, que apresenta restrições quanto ao uso e ocupação do solo. Conforme a lei do Plano Diretor de Maringá (LC nº632/2006):

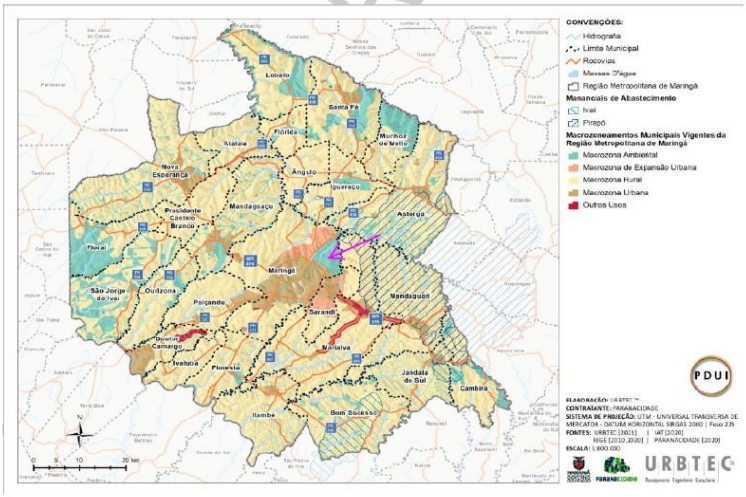
> A Macrozona Rural de Proteção do Manancial tem como objetivo orientar as políticas públicas no sentido de manter características rurais em relação ao uso e intensidade de ocupação do solo: vetar usos e formas de ocupação do solo potencialmente poluidores, em especial os que ameaçam a qualidade dos recursos hídricos; controlar o uso de agroquímicos; controlar, recuperar e preservar as reservas legais, a mata ciliar e a biodiversidade; controlar e garantir a qualidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos.

O diagnóstico atual de revisão do Plano Diretor observou que para manter a captação de água no Rio Pirapó, e preservar a qualidade final da água tratada, quando em episódios de cheia, se faz necessário preservar a bacia do Ribeirão Sarandi, que tem sua foz a montante da barragem da Estação, ribeirão este, que tem também como afluente, o Ribeirão Morangueiro, situado na região nordeste do município. A preservação da área de manancial se faz necessária para futura ampliação do sistema de abastecimento. Além disso, na Macrozona Rural de Proteção do Manancial existem expressivas áreas com remanescentes de vegetação nativa e com declividades elevadas, ressaltando-se a importância de preservação e conservação ambiental da Macrozona.

Portanto, essa área (macrozona) demanda por ordenamento do uso e ocupação do solo visando o controle, a recuperação e a preservação da mata ciliar, da biodiversidade e da quantidade e a qualidade das águas.

No Produto 3 – Diagnóstico, Diretrizes e Propostas Setoriais Metropolitanas Prioritárias do PDUI, destaca-se a Macrozona Rural de Proteção do Manancial: “Observando-se o mosaico do macrozoneamento municipal neste compartimento, verifica-se que apenas o município de Maringá estabeleceu em seu plano diretor macrozona de proteção de manancial” (PDUI, 2022, p. 63). Na Figura 37, do Produto 3 do PDUI, a referida Macrozona Rural de Proteção do Manancial está representada como Macrozona Ambiental.

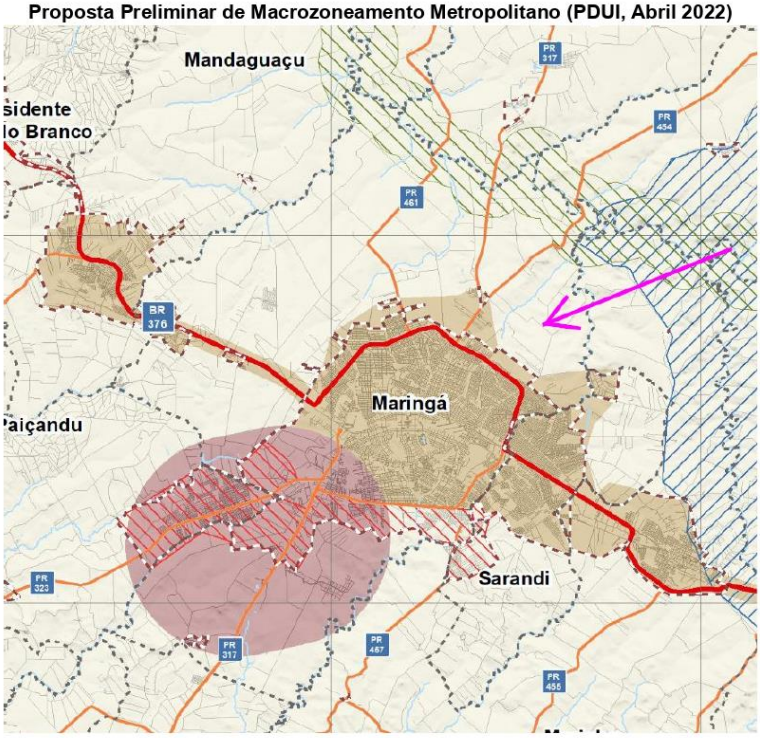
Figura 37 – Macrozoneamento Municipal Vigente da Região Metropolitana de Maringá



Fonte: Produto 3 –Diagnóstico, Diretrizes e Propostas Setoriais Metropolitanas Prioritárias do PDUI, (Abril, 2022).

A referida Macrozona de Proteção de Manancial vigente (Lei 632 do Plano Diretor de Maringá) não está espacializada na Proposta Preliminar de Macrozoneamento Metropolitano do PDUI.

Proposta Preliminar de Macrozoneamento Metropolitano (PDUI, Abril 2022)



Fonte: Produto 3 – Diagnóstico, Diretrizes e Propostas Setoriais Metropolitanas Prioritárias do PDUI, (Abril, 2022, p. 121).

Desta forma, solicita-se a inclusão desta região do território de Maringá (Macrozona de Proteção de Manancial vigente), na proposta Preliminar de Macrozoneamento Metropolitano do PDUI, como Macrozona Rural de Uso Sustentável, a considerar: A Macrozona Rural de Uso Sustentável é caracterizada pela

existência de fragmentos significativos de vegetação nativa, entremeados por atividades agrícolas que protegem e/ou impactam, em graus distintos, a qualidade dos recursos hídricos e da biodiversidade, com características de solo e de relevo que demandam critérios específicos para ocupação, podendo abrigar também atividades turísticas em eixos específicos.

Observou-se também a necessidade de implementação de legislação estadual definindo a área e a proteção ambiental do manancial superficial de abastecimento público de Maringá, considerando os municípios do complexo da bacia do Rio Pirapó.

2.4 Águas Subterrâneas

Quais são as definições acerca da manutenção dos aquíferos e controle das águas subterrâneas, da concessão de outorga para poços tubulares, ou restrições de utilização, entre outros?

3. USO DO SOLO E MACROZONEAMENTO METROPOLITANO

3.1 Macrozonas Industriais

Não foram mapeadas no levantamento (vide Figuras 23 e 24 p. 53 e 55; figura 37 p.83; figura 42 p. 106) as **Macrozonas Industriais e Parques Industriais** de Maringá a exemplo da região oeste, junto à linha férrea e do Parque Industrial Felizardo Meneguetti na região sul, fora do perímetro urbano principal. Também há um Parque de TI, adjacente à Avenida Nildo Ribeiro da Rocha, na região sul da cidade, em processo de licenciamento, que pode ser um vetor de desenvolvimento e atração para a região metropolitana. A produção industrial e a área industrial de Maringá, não foi destaque no relatório, e é notório que existe uma concentração da produção industrial no município e de grande número de empregos gerados por esse setor. Muito embora na Proposta Preliminar de Macrozoneamento Metropolitano (p.121) e texto (p.82) não tenha sido normatizada uma macrozona industrial, entende-se que esta informação é importante para a compreensão da dinâmica da região metropolitana.

3.2 Atividades de Impacto

Apontamos para a necessidade de proposição relacionada à parques industriais ou outras atividades que gerem raios de restrição ou ainda impactos nos municípios vizinhos (como aterros, granjas, pedreiras, composteiras, entre outros) devam sim ter controle por parte do ente metropolitano, ou ainda, licenciamento em toda a área de restrição e impacto, e portanto nos municípios diretamente impactados.

3.3 Zona de Expansão Urbana

Ainda no levantamento do macrozoneamento, discordamos da classificação da Macrozona Rural de Transição de Maringá como uma Zona de Expansão Urbana, visto que sua principal função seria a de exercer um controle à expansão urbana, e não estar destinada a ela. Atualmente, Maringá não possui zonas de expansão urbanas, somente alguns lotes que encontram-se contíguos aos perímetros urbanos que são passíveis de parcelamento do solo nos moldes urbanos.

3.4 Expansão da Mancha Urbana

Na região sul da área urbana de Maringá existem loteamentos nos municípios de Sarandi e Marialva que são acessados somente por Maringá (tríplice fronteira), uma vez que estão distantes dos núcleos urbanos consolidados desses municípios, evidenciando uma expansão desordenada das manchas urbanas desses em direção ao pólo e nas bordas do perímetro de Maringá. Neste caso é importante reforçar a necessidade de planejamento da integração das ligações viárias entre os municípios limítrofes.

3.5 Parcelamento do Solo em áreas limítrofes

Alguma proposição em relação à parcelamento do solo e ocupação das divisas de municípios deve ser prevista, apesar da previsão legal já existir, não é aplicado o licenciamento de parcelamento do solo em ambos os municípios. As condições específicas devem ser abordadas, visto que, como acontece em Maringá, o parcelamento do solo e a tributação acontece em município vizinho, no entanto o acesso principal e utilização dos serviços acontece neste. Essa proposição também favorece a integração entre as ligações viárias em áreas conurbadas ou em processo de conurbação.

3.6 Desenvolvimento Econômico

No âmbito do desenvolvimento econômico, o estudo não aborda o ambiente econômico, além de outras potencialidades da matriz energética. Não possui a demarcação das principais potencialidades do

município de Maringá: a sua centralidade na produção de insumos para a produção agrícola; produção de produtos industrializados; e outros serviços, em especial, o serviço de Saúde, Educação e Crédito.

3.7 Pólo de Saúde

Com relação aos equipamentos e atividades metropolitanas, bem como potencialidades, observamos que não foi abordado pelo trabalho o fato de Maringá atuar como um pólo regional em relação à saúde. Este atendimento regional se dá a partir do Hospital Universitário, Hospital Municipal e dos hospitais particulares, bem como por regiões com forte característica de atendimento de clínicas de diversas especialidades. O atendimento regional de saúde é caracterizado principalmente pelas demandas de alta complexidade. Além disso, está em construção o Hospital da Criança, que reforçará essa característica.

3.8 Contorno Sul Metropolitano

No material foi apontada a potencialidade de equipamentos de grande porte se instalarem no Contorno Sul Metropolitano. No entanto, não foram detalhadas possíveis atividades ou potencialidades apontadas para essa região. Esse detalhamento pode nos auxiliar nas diretrizes de uso do solo para o seu entorno a nível municipal.

3.9 Aeroporto

Quanto à citação do Quadro 3 (p.85) sobre a "desconsideração do plano de desenvolvimento Aeroportuário", entendemos que este não é desconsiderado, visto que as legislações atuais do município definem que o Plano Diretor do Aeroporto deve ser respeitado no licenciamento de edificações e atividades, mas há uma deficiência de regulamentação das restrições, além do fato desse plano não estar articulado nos municípios limítrofes.

Sobre uso e ocupação do solo que possa gerar restrições para as atividades aeroportuárias, entendemos que na área de restrição caberia uma validação de ordem metropolitana para o licenciamento de empreendimentos e edificações.

As mudanças em relação à internacionalização do aeroporto municipal e a atração de novas atividades produtivas para região devem ser observadas, uma vez que deve ocorrer o aumento relativo do setor de logística e setor de armazéns. Há também a possibilidade da interface entre a Ferrovia Norte-Sul e o Aeroporto.

3.10 Presença de Divisas Secas entre Municípios

Levantamos a necessidade de ajustes entre as divisas do município de Maringá com Paiçandu e Floresta, uma vez que algumas dessas áreas estão sendo urbanizadas, o que acentua o conflito territorial. Esse assunto não foi abordado pelo estudo. Sugerimos que o plano possa abordar essa realidade, suas necessidades, procedimentos necessários para que isso ocorra e como o ente metropolitano lidaria com esse tipo de conflito.

3.11 Níveis de Integração da FPIC Uso do Solo

Quanto aos os Níveis de Integração da FPIC Uso do Solo, (Figura 36 – P. 80), questionamos se todos os municípios limítrofes a Maringá não deveriam ser considerados no 1º nível de integração, visto que estes podem licenciar empreendimentos que configurem uma extensão de malha urbana e direcionar a expansão da cidade de Maringá. A exemplo disso, na cidade de Floresta, existem loteamentos surgindo na divisa com Maringá, nas proximidades do núcleo urbano do Distrito de Floriano.

3.12 Diretrizes

No quadro 06, Diretriz 2 (p. 97) foi apontada como oportunidade que "é pouco provável que haja aumento no ritmo de expansão do tecido urbano dos municípios." Questionamos essa posição visto que tem sido observado os aumentos expressivos nas áreas de perímetros urbanos nos municípios da RM, bem como, a tendência contínua de expansão horizontal através de novos loteamentos uni ou bifamiliares em toda a região. No caso de Maringá, já apontamos a expansão desordenada nos municípios limítrofes em direção à divisa com o município, por exemplo. Maringá, especificamente, não expandiu muito horizontalmente nos últimos anos por conta de um forte controle em relação à conservação do limite do perímetro urbano.

3.13 Propostas

No Quadro 11, Diretriz 3 (p. 103) sobre a estratégia da metrópole policêntrica, entendemos ser uma proposta importante, mas apontamos para a possível necessidade de articular ações de integração com a cidade de Maringá, através de políticas que possam de fato viabilizar essa descentralização, visto que as cidades apontadas apresentam inclusive uma tendência de decréscimo populacional nos próximos anos. Apenas nessa região foi identificada potencialidade para implantação de equipamentos urbanos, sociais e oferta de empregos, podendo ser uma nova sub-centralidade?

No mesmo quadro, questionamos a proposição de transferência de potencial construtivo entre municípios, principalmente quanto da aplicação real desse instrumento, visto a imensa diferença no valor da terra e nos agentes imobiliários dentro da região metropolitana.

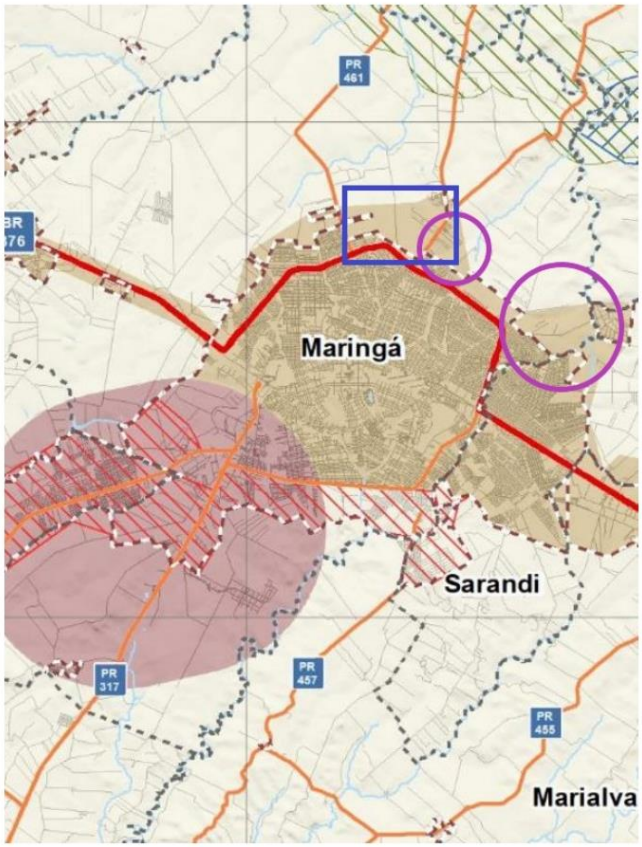
No Quadro 12, Diretriz 04 (p.104) na proposta de plano de capacitação dos recursos humanos, reforçamos este Instituto como um possível agente nesse processo, enquanto Instituto de Pesquisa e Planejamento, principalmente na capacitação de técnicos municipais para que a implementação do PDUI na RM seja facilitada.

3.14 Macrozonas

Quanto ao **Macrozoneamento Metropolitano**, cabe pontuar a necessidade de definir as hierarquias e competências de cada instrumento – o municipal e o metropolitano – a fim de dirimir dúvidas e evitar conflitos relacionados à hierarquia entre eles.

Na proposta, a **Macrozona de Articulação Urbana**, com objetivo de promover a consolidação da cidade, sobrepõe áreas rurais de Maringá que não são áreas que estão definidas como áreas de expansão urbana atualmente, apresentando inclusive uma porção sobre a atual Macrozona de Proteção de Manancial. Este instituto está no início da elaboração do novo Macrozoneamento, onde definirá áreas prioritárias para expansão urbana, que não coincidem totalmente com algumas porções desta macrozona metropolitana, que extrapolam os limites urbanos atuais, principalmente na porção que coincide com nossa Macrozona de Proteção do Manancial da Lei do Plano Diretor vigente (lc 632/2006), da mesma forma, não é prevista expansão tão expressiva na porção norte, vide destaques em roxo e azul, respectivamente, no recorte abaixo.

Recorte da Proposta Preliminar de Macrozoneamento PDUI Maringá



Ademais, nesta macrozona é definido como linha de ação: “promover economias de aglomeração e as vantagens comparativas das vocações econômicas nas diferentes sedes municipais” (p.109), no entanto, as vocações e potencialidades de cada cidade não foram trabalhadas de maneira mais aprofundada nos municípios da RM.

Acerca da **Macrozona de Controle de Ocupação Urbana** verificar a pertinência de ajustar seus limites conforme as limitações do cone de restrição do Aeroporto. Ainda, sobre a sua delimitação, questionamos quais critérios levaram à definir o território urbano na porção sul-sudeste do município com tal restrição, conforme identificado no recorte abaixo, visto que, atualmente é uma área urbana, onde temos grandes glebas ainda não parceladas, com uso do solo previsto para residencial bifamiliar, inclusive com malha urbana parcialmente consolidada, sendo área de importância para urbanização.

Recorte Sul da Proposta Preliminar de Macrozoneamento PDUI Maringá

Como esta macrozona agiria na proteção dos mananciais? Através de densidades médias? Não poderiam ser adicionados outros parâmetros mais qualitativos como, a necessidade de maiores índices de permeabilidade do solo?

3.15 Densidade

Com relação ao adensamento, é muito importante padronizar a unidade de medida, que oscila entre hab./km² e hab./ha. Essa variação confunde o leitor. É importante também que esse plano em sua fase posterior, apresente claramente as definições e as unidades de medida e métodos de cálculo. Entendemos que adotar a densidade demográfica que é estimada (deveria estar mais explícito isso) a partir de uma quantidade de domicílios multiplicada por 4 (quatro) pessoas possa estar bastante distorcida, principalmente a longo prazo.

Uma sugestão simples seria adotar a média de habitantes por domicílio definida pelo IBGE para o município, e de preferência procurar utilizar índices atualizados. No entanto, é complicado adotar essa densidade no caso de leis municipais que não estejam ancoradas em parâmetros de adensamento, tampouco apresentem métodos alinhados para sua mensuração. Ampla literatura acerca do tema aponta para a dificuldade de aplicabilidade de densidades habitacionais ou demográficas na prática do

planejamento e controle da ocupação urbana devido à ausência de um conjunto de definições e parâmetros alinhados para os cálculos.

Gostaríamos de maiores referências sobre os parâmetros de adensamento que estão sendo propostos, avaliando densidades mínimas apontadas, por exemplo. Está disponível no diagnóstico de revisão do plano diretor publicado, o levantamento que realizamos de que áreas urbanizadas com predominância de bifamiliaridade na cidade de Maringá tem densidades brutas de aproximadamente 63 hab./ha.

3.16 Processo de Licenciamento

Aponta-se que "alterações de zonas urbanas, de expansão urbana e de perímetros urbanos deverão ser necessariamente aprovadas de comum acordo entre a entidade metropolitana e o município" (p.108). Há uma preocupação em relação à perda de autonomia municipal e à burocratização de processos que tramitam de forma fluida no município com a aplicação dessa regra.

Tal medida restritiva, no entanto, não é prevista no caso de alterações de legislações municipais que versem sobre parcelamento, uso e ocupação do solo, a fim de verificar a sua conformidade com o PDUI, o que seria de extrema relevância para manter uniformidade das decisões de planejamento e ordenamento territorial metropolitanos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os aspectos observados neste breve relatório, salientamos a relevância do conteúdo e questionamentos aqui elencados, em tempo de os mesmos serem analisados e processados pela equipe técnica de elaboração do PDUI Região Metropolitana de Maringá, oportunizando o aperfeiçoamento da proposta técnica de nível metropolitano, bem como possíveis alterações desta, a fim de minimizar conflitos e ampliar o nível de compatibilidade com o novo ordenamento territorial e diretrizes do Plano Diretor de Maringá em processo de revisão. Além disso, encaminhamos anexo, documento redigido pela empresa Cidade Viva, contratada para a elaboração do Plano de Mobilidade Municipal, quanto ao Produto de Mobilidade Metropolitana.

Nos colocamos à disposição para esclarecimento de quaisquer dúvidas que se façam necessárias.

Maringá, 26 de maio de 2022.

Grupo Gestor de Revisão do Plano Diretor

Documento assinado eletronicamente por **Leticia Leoni Zaguine**, **Arquiteto(a)**, em 27/05/2022, às 17:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001 e Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Laura Granzotto**, **Diretor(a) de Planejamento Urbano**, em 27/05/2022, às 17:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001 e Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Samira Elias Silva**, **Diretor(a) Coordenador(a)**, em 27/05/2022, às 17:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001 e Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Pizzolim Dibieso**, **Coordenador(a) de Serviço**, em 27/05/2022, às 17:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Medida Provisória nº

RESPOSTA TÉCNICA

Curitiba, 28 de junho de 2022

OFÍCIO Nº 11/2022

Resposta ao Ofício nº 148/2022 do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Maringá – IPPLAM

Ilma. Sra. Bruna Barbosa Barroca
Diretora Presidente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Maringá - IPPLAM

Ilma. Sra. Samira Elias Silva
Diretora e Coordenadora da Revisão do Plano Diretor de Maringá 2020 – 2030

Prezadas Senhoras,

Como é de vosso conhecimento, o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Maringá (RMM) está sendo elaborado pelo Serviço Social Autônomo Paranacidade em conjunto com a URBTEC™ – Planejamento, Engenharia e Consultoria, por meio do contrato de prestação de serviços nº 008/2020.

Em relação às considerações encaminhadas pelo Grupo Gestor de Revisão do Plano Diretor de Maringá em razão da realização da Primeira Audiência Pública do PDUI da RMM, nós antecipamos nossos agradecimentos pela participação ativa do Grupo e encaminhamos o parecer técnico em anexo como resposta.

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos.

Cordiais saudações,

Gustavo Taniguchi
Coordenador Executivo da URBTEC™

URBTEC™ Planejamento Engenharia Consultoria

ANEXO I – PARECER TÉCNICO – EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PDUI

Considerando que o PDUI está estruturado em 6 (seis) etapas, a saber:

1. Etapa 01 - Plano de Trabalho e Mobilização.
2. Etapa 02 - Determinação do Recorte Territorial Metropolitano.
3. Etapa 03 - Diagnóstico, Diretrizes e Propostas Setoriais Metropolitanas Prioritárias.
4. Etapa 04 – Definição dos processos relativos às Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) prioritárias.
5. Etapa 05 – Modelo de Governança Interfederativa.
6. Etapa 06 – Relatório das Propostas Consolidadas.

Considerando que, no momento, os trabalhos de revisão do PDUI estão na *Etapa 03 – Diagnóstico, Diretrizes e Propostas Setoriais Metropolitanas Prioritárias*.

Considerando os apontamentos do Grupo Gestor de Revisão do Plano Diretor de Maringá sobre o conteúdo da *Etapa 03 – Diagnóstico, Diretrizes e Propostas Setoriais Metropolitanas Prioritárias* de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Maringá (RMM).

Considerando que as contribuições do Grupo Gestor de Revisão do Plano Diretor de Maringá foram enviadas dentro do âmbito de realização da Primeira Audiência Pública do PDUI da RMM, encaminhadas via Ofício nº 148/2022 pelo IPPLAM.

Considerando que a revisão do Plano Diretor Municipal de Maringá está em curso.

Considerando que o município polo possui papel fundamental nos debates sobre a execução e a gestão das funções públicas de interesse comum (FPICs) da Região Metropolitana.

Apresentamos a seguir o parecer técnico respondendo às colocações feitas pelo Grupo Gestor. No documento que segue são retomados os apontamentos recebidos e as respostas elaboradas pela equipe técnica de elaboração do PDUI da RMM.

MOBILIDADE METROPOLITANA:

1. CONTORNOS NORTE, SUL E SUL-METROPOLITANO

1.1. Contornos Norte, Sul e Sul-Metropolitano

Apontamento do Grupo Gestor:

Os contornos rodoviários existentes em Maringá, não só resultam numa barreira física entre Sarandi e Maringá como também lançam todo fluxo "desviado" da malha urbana de Maringá para dentro da área urbana de Sarandi, existe a previsão de um novo Contorno Sul Metropolitano, mas não considera ligação com o contorno norte, nem tampouco uma previsão de novo trajeto para este, considerando as proporções metropolitanas que este tem. O Contorno Norte, já está englobado pela malha urbana de Maringá, sendo que este se tornou uma barreira para o próprio território urbano desta. Não encontramos no trabalho técnico os estudos, análises ou possíveis encaminhamentos para este contorno, com menção da necessidade de uma nova rota mais distante da área urbana consolidada.

Quanto ao Contorno Sul Metropolitano, o mesmo é apresentado como forte vetor de indução de ocupação do solo (p.70 do Relatório da FPIC de Planejamento Territorial e Uso do Solo), no entanto, não foram propostas diretrizes para a ocupação dessa área, uma vez que seu entorno, em grande parte está posto como Macrozona Rural.

"forte atrativo para a localização deste tipo de empreendimento, possibilitando ainda mais a concentração dos equipamentos deste porte" (PDUI, 2022)

A citação acima considera a atração de equipamentos metropolitanos, mas considerando a grande distância que a maior parte do traçado desse contorno se encontra do perímetro urbano, somado ao fato que o mesmo se destinará a, principalmente, retirar o tráfego de caminhões das cidades, que tipo de equipamento desse porte se instalaria no Contorno Sul Metropolitano?

1.1.1. Resposta:

Em relação ao traçado do contorno rodoviário sul, é importante destacar que até o momento de elaboração do relatório referente à Função Pública de Interesse Comum (FPIC) de Mobilidade Metropolitana, o processo para licitação do contorno rodoviário sul estava suspenso para revisão do traçado.

Nas propostas para o sistema viário metropolitano, cujo detalhamento deve ser apresentado na sequência dos trabalhos de elaboração do PDUI, é prevista a inclusão do contorno sul como via metropolitana e recomendada a implementação de um contorno rodoviário

afastado dos centros urbanos. No referido detalhamento também é proposta implementação de via metropolitana ao norte de Maringá.

Na atualização da proposta do Macrozoneamento Metropolitano, o traçado preliminar dessas diretrizes já é incluso. Também no novo Macrozoneamento Metropolitano é indicada a ocupação controlada do entorno dessas vias.

Os equipamentos metropolitanos mencionados tratam, prioritariamente, de grandes indústrias e polos geradores de emprego para a região. A redação do relatório será adaptada para facilitar a interpretação.

2. Transporte Coletivo

Apontamento do Grupo Gestor:

No relatório da FPIC de Mobilidade Metropolitana, não foi abordado sobre a previsão para integração com a rede ferroviária, no caso de concretização do transporte de passageiros nesta, inclusive as instalações do Terminal já têm parte do subsolo executada para atender essa finalidade.

A Figura 23 (página 71) apresenta as linhas do Transporte Coletivo Metropolitano, porém a leitura é difícil devido a escala utilizada, não é possível identificar quais ruas estão sendo utilizadas para esse fim, sendo uma importante informação para auxiliar no planejamento de cada município. Em Maringá pressupõe-se que o transporte metropolitano possui grande capilaridade, mas não é possível ver quais vias o mesmo utiliza, o mesmo acontecendo nos demais municípios.

O relatório informa (p. 83) a existência de convênio firmado pelo DER-PR que permite a integração tarifária do transporte metropolitano com o transporte municipal, mas não deixa claro detalhes que permitam compreender o grau de formalização ou fragilidade deste convênio, tais como: número do convênio, prazo de vigência, data de assinatura, órgão de publicação.

O item 2.2 do PDUI traz que Sarandi tem a BOFF TUR operando o transporte coletivo urbano. Esta informação está correta? Pois os mapas constantes após a página 105 do PDUI trazem muitas vias urbanas de Sarandi servindo ao transporte metropolitano. Como se dá a relação transporte coletivo urbano e o metropolitano em Sarandi e Paiçandu? Qual a interferência dos mesmos na malha urbana de Maringá?

Com relação ao nível de integração entre municípios a partir da FPIC de Mobilidade Metropolitana, verificar se Astorga não seria considerada como 3º nível, devido à integração através da rodovia PR-317.

2.1. Resposta:

A integração entre os modais é uma das diretrizes definidas para o PDUI da RM de Maringá. No âmbito do Plano são feitas recomendações gerais para o transporte coletivo e é proposta a elaboração de um plano específico de transporte para a região.

Em relação à escala do mapeamento das linhas do transporte coletivo metropolitano, a análise no escopo do PDUI teve por objetivo a compreensão geral da conexão entre os municípios. É importante salientar que a base de dados georreferenciados para o desenvolvimento do PDUI será disponibilizada ao Serviço Social Autônomo Paranacidade ao final dos trabalhos de elaboração do Plano.

A questão relativa aos dados do convênio firmado pelo DER-PR já foi apontada em outra oportunidade, contudo ainda não foi possível obter as informações mencionadas. Há expectativa de que essas informações sejam complementadas na análise institucional a ser realizada na Etapa 04.

Até o momento de elaboração do relatório referente à FPIC de Mobilidade Metropolitana, havia sido identificada apenas uma linha em operação para o transporte municipal urbano de Sarandi e nenhuma linha para o de Paiçandu. A informação sobre a empresa operadora do transporte coletivo municipal de Sarandi e a linha existente provem do relatório *da Fase II – Análise Temática Integrada* da revisão do Plano Diretor Municipal de Sarandi, realizada em 2019.

Conforme apontado em relatório, observa-se a elevada dependência dos municípios da região com o transporte metropolitano para os deslocamentos diários de seus cidadãos. Em que se pese o patamar populacional verificado nos municípios da RMM, esse fato caracteriza uma dinâmica mais ampla de troca, que também irá se relacionar com a distribuição de equipamentos e serviços públicos e privados e postos de emprego na região.

No caso do município de Astorga, o mesmo havia sido classificado no 4º nível de integração por não possuir em seu território uma rodovia de ligação regional duplicada ou em duplicação, como a PR 317. Ademais, Astorga também apresentou um movimento pendular menos expressivo que os demais municípios do 3º nível, como é possível verificar no capítulo de Indicadores de Mobilidade Metropolitana.

Contudo, é importante salientar que a pertinência do município para integração regional, sobretudo com a região de Londrina e com o norte da RMM, é considerada nos cenários para a Mobilidade Metropolitana e nas proposições do PDUI.

3. Torres de Alta Tensão e Avenidas

Apontamento do Grupo Gestor:

Na lei municipal de Parcelamento do Solo de Maringá (LC 889/2011), as redes de alta-tensão que cortam o território municipal constituem importantes condicionantes de sistema viário local, uma vez que, as servidões de passagem constituídas por elementos de infraestrutura deverão ser consolidadas pelas vias de circulação (§1°, art. 8°). Tal condicionante toma proporções metropolitanas para fins de mobilidade, pois perpassam os territórios municipais vizinhos (avenidas das torres).

3.1. Resposta:

A indicação será considerada nas diretrizes para o sistema viário metropolitano, cujo detalhamento deve ser apresentado na sequência do desenvolvimento dos trabalhos de elaboração do PDUI.

4. Rodovias

Apontamento do Grupo Gestor:

Na Figura 01 (p. 26) verificar a extensão da PR 457, pois a mesma não chega até os limites da área urbana de Maringá, verificar a informação que a mesma consta como via pavimentada simples, existem trechos consideráveis não pavimentados.

No item 2.1.3 (p. 48) o trecho urbano da BR-376 que incide sobre o Jardim Olímpico em Maringá apresentou pontos com elevado acúmulo de mortes no período de análise, mas não traz informações suficientes para uma mudança desse cenário, tais como tipo de acidente, de veículo, se pedestres ou ciclistas. Verificar a possibilidade de levantar essas hipóteses, tendo em vista a sobrecarga dessa via no trecho urbano de Maringá e alta demanda metropolitana.

Na Tabela 9 (p. 76) há dúvida na interpretação de quando a cidade é origem ou destino, se na coluna ou na linha, também fica sugerido pela equipe técnica da SEMOB um comparativo com a pesquisa de OD do PlanMob de Maringá, que fez contagens em Sarandi e Paiçandu.

4.1. Resposta:

Em relação à extensão da PR 457, a informação foi revista considerando a base de dados estadual disponível.

O diagnóstico elaborado no âmbito do PDUI apresentou limitações referentes ao uso de dados secundários. Buscou-se complementar a análise solicitada a partir de dados de outras fontes oficiais. Contudo, compreende-se que o grau de detalhamento mencionado não faz parte do escopo do plano.

Em relação aos deslocamentos por transporte coletivo intermunicipal, a tabela foi formatada novamente para facilitar a visualização do dado. Conforme solicitado, foram retomadas as pesquisas de OD do PlanMob de Maringá em contraposição à análise dos deslocamentos por transporte coletivo intermunicipal.

5. Ciclovias

Apontamento do Grupo Gestor:

Quanto à mobilidade através de ciclos, não houve uma análise sobre a circulação intermunicipal por bicicletas e cruzamento com dados de acidentes ou outros conflitos viários, por exemplo, ou uma análise sobre a proposta de rede cicloviária metropolitana paralela a linha férrea, conforme já abordado pelo Plano Metrópole Norte e também pelo PlanMob de Sarandi, ou ainda outras possibilidades de conexões metropolitanas viáveis.

Em Maringá existem estudos para revitalizar a ciclovia paralela a Avenida Colombo na saída para Sarandi conectando com a ciclovia existente na via marginal da Avenida Colombo em Sarandi. Esta Ciclovia ligará na Ciclovia da Avenida Horácio Racanello.

5.1. Resposta:

A definição de vias prioritárias para o deslocamento ativo intermunicipal faz parte das propostas estratégias previstas para o PDUI. Essa questão deverá ser apresentada em maior detalhe na sequência e os apontamentos do Grupo Gestor serão considerados.

6. Avaliação da Equipe do PlanMob

Apontamento:

De maneira geral o documento aborda todos os problemas referentes a Mobilidade na RMM abrindo ótimas alternativas para as propostas e as definições dos processos referentes à FPIC de Mobilidade Metropolitana. No entanto algumas observações precisam ser destacadas para contribuir para o aperfeiçoamento do trabalho.

DIAGNÓSTICO:

- Não foi destacada a existência de uma utilização da modal bicicleta o que pode ser considerada bem significativo entre os municípios de Sarandi e Maringá prejudicando a necessidade de incluir propostas específicas para atender esta utilização;
- Foi pouco destacado no diagnóstico a desconexão viária entre os municípios lindeiros especialmente entre Maringá e Sarandi;
- A qualidade das calçadas não foi avaliada, mas apenas a existência ou não da mesma o que não reflete a realidade e a necessidade de políticas isoladas para o fortalecimento do modo de deslocamento a pé;
- Não foi dado nenhum destaque a grande utilização de deslocamentos feitos através de aplicativos tanto internos aos municípios quanto entre municípios lindeiros que contribuem para a redução do número de passageiros do Transporte Coletivo regular;
- Não foi citada a existência de transporte escolar fretado que leiam estudantes principalmente universitários dos municípios da RMM para a universidades de Maringá.

SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

- Nas matrizes SWOT, nos pontos levantados como "fraquezas" e "ameaças", poderiam ser mais destacados os seguintes itens:
- A alta velocidade praticada pelos veículos na região gerando um volume de acidentes acima da média do estado;
- A falta de gestão compartilhada principalmente no transporte coletivo metropolitano, e o fato da integração tarifária existir principalmente em função da "coincidência" das empresas operadoras municipais e metropolitana pertencerem ao mesmo grupo econômico, e não em função da institucionalização deste procedimento;
- A passagem da via férrea pela área urbanizada de ocupação antiga gerar uma série de problemas principalmente nas travessias irregulares desta;
- A existência das viagens realizadas por aplicativos;
- A desconexão entre a malha viária urbana entre os municípios conurbados especialmente Sarandi e Maringá.

CENÁRIOS

- É importante destacar no cenário Atual/Tendencial e no cenário 1:
- A perda crescente de passageiros do Transporte Coletivo Regular;
- O crescimento do Transporte Individual Motorizado em função da facilidade do acesso ao automóvel e a priorização do modo rodoviário;
- A "precarização" da mão de obra através da terceirização tem gerado uma redução na participação do Vale Transporte nos deslocamentos do Transporte Coletivo e consequentemente uma redução da utilização deste modo de transporte;
- O crescimento da utilização dos deslocamentos através dos aplicativos que são considerados Transporte Individual Motorizado;

- A tendencia de crescimento da utilização de veículos compartilhados carros elétricos e outras possibilidades futuras.

PROPOSTAS

Acrescentar nas Diretrizes e Propostas:

- Institucionalizar a Integração Física e Tarifária entre os Sistemas Municipais e Metropolitanos de Transporte Coletivo para garantir a permanência desta política publica independente da empresa operadora;
- Integrar as ciclovias municipais incentivando com isto uma maior utilização deste modal;
- E destacar a proposta II da Diretriz 5 que propõe a criação de uma Gestão Metropolitana para o Transporte Coletivo entre os municípios.

6.1. Resposta:

Em relação às considerações da equipe responsável pela elaboração do Plano de Mobilidade de Maringá, as mesmas foram incorporadas à última versão do relatório, sobretudo no que diz respeito à síntese do diagnóstico e à complementação das propostas.

No caso do diagnóstico, destaca-se que algumas complementações não poderão ser realizadas em virtude da indisponibilidade de dados secundários para tanto, tal como avaliação da qualidade das calçadas dos municípios ou do número dos deslocamentos por aplicativos de celular para toda a RM. Compreende-se que as informações levantadas até o momento atendem ao escopo do PDUI, o qual irá prever as diretrizes gerais para o posterior detalhamento das políticas setoriais para a região metropolitana.

MEIO AMBIENTE:

1. **Licenciamento de atividades potencialmente incômodas ou poluidoras**

Apontamento do Grupo Gestor:

Como serão tratados os licenciamentos de atividades localizadas em um município que geram impactos e restrições ao uso e ocupação do solo em outro, por exemplo, aterros sanitários, granjas, pedreiras, entre outros? Serão os licenciamentos dessas atividades objeto de apreciação pelo ente metropolitano? Ou ao menos, pelos municípios envolvidos?

1.1. Resposta:

De acordo com a *Diretriz 02 (Proposta) – Melhoria da Eficiência da Gestão Ambiental Metropolitana*, no âmbito de suas respectivas competências legais e institucionais, deverão participar da gestão ambiental no espaço metropolitano daquelas atividades que se caracterizam de abrangência regional ou alcance metropolitano, o IAT, os municípios e o Ente Metropolitano Interfederativo a ser constituído (Anuência Prévia – Lei Federal nº 6.766/1979).

Entende-se por Gestão Ambiental neste caso, o Licenciamento Ambiental, a Outorga do Uso dos Recursos Hídricos, a Fiscalização, o Acompanhamento e o Monitoramento dos processos licenciados e/ou outorgados, de forma integrada e inter-relacionada à Gestão do Uso e da Ocupação do Solo e à Gestão Metropolitana e do Desenvolvimento Regional.

O alcance da participação tanto dos municípios como do Ente Metropolitano deverá ser definido a partir das seguintes Propostas Estratégicas, já elencadas no Diagnóstico do PDUI/RMM:

- Elaboração e Implantação de Estruturação dos Municípios da RMM e do seu Ente Metropolitano visando à Gestão Ambiental Metropolitana.

- Elaboração e Implantação de Programa de Qualificação contínua de técnicos e agentes municipais e do Ente Metropolitano visando à Gestão Ambiental Metropolitana.

- Elaboração e Implantação de Programa de Integração Institucional para a Gestão Ambiental Metropolitana, de forma articulada para com as demais Diretrizes Regionais.

Por fim, quanto aos fluxos processuais para tanto, serão abordados no Produto 04 do PDUI/RMM – Processos de Gestão, em elaboração na forma de Minuta para as devidas discussões, contribuições e ajustes necessários.

2. Aterro sanitário e a gestão de resíduos sólidos

Apontamento do Grupo Gestor:

É importante considerar a inserção do aterro sanitário em operação em Maringá, ao Sul do município, como equipamento de porte metropolitano. Muito embora, como exposto pelos técnicos da Urbtec em reunião, este aterro sanitário não seja considerado uma solução a longo prazo para suprir a demanda metropolitana para os resíduos sólidos, este aterro está licenciado e em operação, e atende ao município de Maringá e mais 13 municípios. Reforçamos ainda que, de acordo com a empresa responsável pela operação da atividade, o aterro tem capacidade estimada para receber resíduos por, aproximadamente, 30 anos. Portanto o aterro deve constar no material técnico, e apontada a necessidade de manutenção do mesmo até a viabilização de outra solução neste âmbito.

2.1. Resposta:

A informação sobre o aterro foi adicionada ao relatório referente à FPIC de Meio Ambiente, conforme solicitado.

É necessário ressaltar que no âmbito da *Diretriz 08 (Proposta) – Regionalização de Prestação de Serviços de Coleta e Tratamento dos Resíduos Sólidos*, existe a Proposta Estratégica de Elaboração do Plano Regional para a Universalização dos Serviços de Coleta e Tratamento de Resíduos Sólidos, de acordo com as metas estabelecidas pela Lei Federal nº 14.026/2020, com a implantação do Sistema Metropolitano Consorciado para a Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos – coleta, transporte, transbordo, reaproveitamento, destinação final e tratamento, sendo que nesta oportunidade será o momento mais adequado para a discussão da arquitetura do sistema e inserção daqueles equipamentos considerados de natureza ou caraterísticas regionais ou metropolitanas em seus projetos.

3. Manancial de Abastecimento Público

Apontamento do Grupo Gestor:

O município de Maringá possui em sua zona rural uma macrozona destinada à proteção do manancial de abastecimento público, que apresenta restrições quanto ao uso e ocupação do solo. Conforme a lei do Plano Diretor de Maringá (LC nº632/2006):

A Macrozona Rural de Proteção do Manancial tem como objetivo orientar as políticas públicas no sentido de manter características rurais em relação ao uso e intensidade de ocupação do solo: vetar usos e formas de ocupação do solo potencialmente poluidores, em especial os que

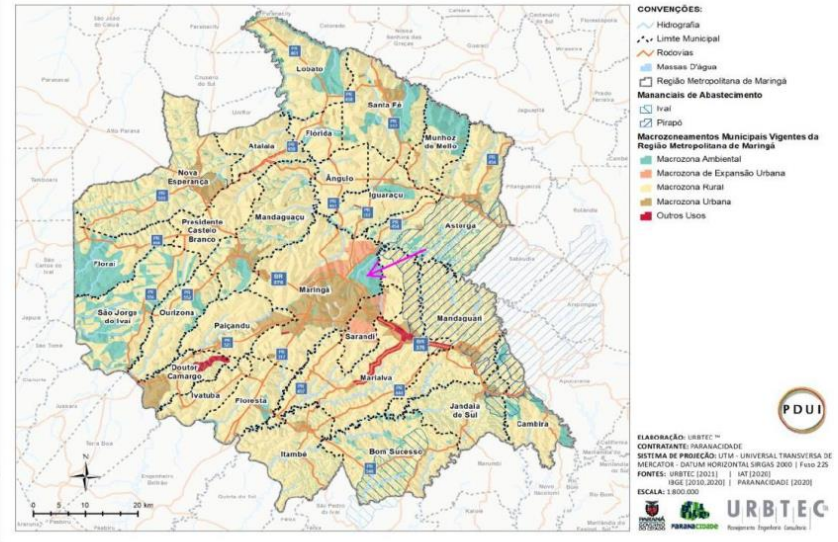
ameaçam a qualidade dos recursos hídricos; controlar o uso de agroquímicos; controlar, recuperar e preservar as reservas legais, a mata ciliar e a biodiversidade; controlar e garantir a qualidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos.

O diagnóstico atual de revisão do Plano Diretor observou que para manter a captação de água no Rio Pirapó, e preservar a qualidade final da água tratada, quando em episódios de cheia, se faz necessário preservar a bacia do Ribeirão Sarandi, que tem sua foz a montante da barragem da Estação, ribeirão este, que tem também como afluente, o Ribeirão Morangueiro, situado na região nordeste do município. A preservação da área de manancial se faz necessária para futura ampliação do sistema de abastecimento. Além disso, na Macrozona Rural de Proteção do Manancial existem expressivas áreas com remanescentes de vegetação nativa e com declividades elevadas, ressaltando-se a importância de preservação e conservação ambiental da Macrozona.

Portanto, essa área (macrozona) demanda por ordenamento do uso e ocupação do solo visando o controle, a recuperação e a preservação da mata ciliar, da biodiversidade e da quantidade e a qualidade das águas.

No Produto 3 – Diagnóstico, Diretrizes e Propostas Setoriais Metropolitanas Prioritárias do PDUI, destaca-se a Macrozona Rural de Proteção do Manancial: "Observando-se o mosaico do macrozoneamento municipal neste compartimento, verifica-se que apenas o município de Maringá estabeleceu em seu plano diretor macrozona de proteção de manancial" (PDUI, 2022, p. 63). Na Figura 37, do Produto 3 do PDUI, a referida Macrozona Rural de Proteção do Manancial está representada como Macrozona Ambiental.

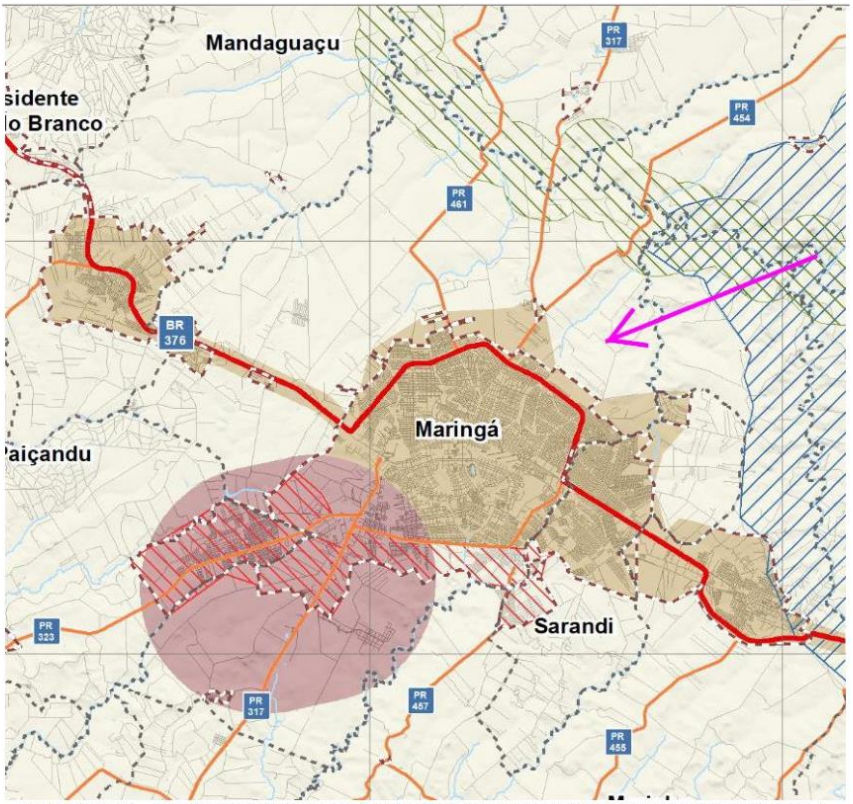
Figura 37 – Macrozoneamento Municipal Vigente da Região Metropolitana de Maringá



Fonte: Produto 3 –Diagnóstico, Diretrizes e Propostas Setoriais Metropolitanas Prioritárias do PDUI, (Abril, 2022).

A referida Macrozona de Proteção de Manancial vigente (Lei 632 do Plano Diretor de Maringá) não está espacializada na Proposta Preliminar de Macrozoneamento Metropolitano do PDUI.

Proposta Preliminar de Macrozoneamento Metropolitano (PDUI, Abril 2022)



Fonte: Produto 3 – Diagnóstico, Diretrizes e Propostas Setoriais Metropolitanas Prioritárias do PDUI, (Abril, 2022, p. 121).

Desta forma, solicita-se a inclusão desta região do território de Maringá (Macrozona de Proteção de Manancial vigente), na proposta Preliminar de Macrozoneamento Metropolitano do PDUI, como Macrozona Rural de Uso Sustentável, a considerar: A Macrozona Rural de Uso Sustentável é caracterizada pela existência de fragmentos significativos de vegetação nativa, entremeados por atividades agrícolas que protegem e/ou impactam, em graus distintos, a qualidade dos recursos hídricos e da biodiversidade, com características de solo e de relevo que demandam critérios específicos para ocupação, podendo abrigar também atividades turísticas em eixos específicos.

Observou-se também a necessidade de implementação de legislação estadual definindo a área e a proteção ambiental do manancial superficial de abastecimento público de Maringá, considerando os municípios do complexo da bacia do Rio Pirapó.

3.1. Resposta:

A proposta de macrozoneamento metropolitano foi adaptada visando atender às demandas colocadas pelo Grupo Gestor, contudo sem especificar uma "Macrozona Rural de Uso Sustentável" no município de Maringá. A área em questão faria parte de uma diretriz mais ampla para ocupação controlada na RM – Macrozona de Ocupação Controlada, cabendo o detalhamento de parâmetros de uso e de ocupação ao Plano Diretor Municipal.

Em relação à necessidade de implementação de legislação estadual, no contexto da Diretriz 04 (Proposta) é prevista a Constituição do Sistema Metropolitano para a Gestão Integrada de Proteção e Manutenção dos Mananciais, existe a Proposta Estratégica de curto prazo de Elaboração de Decreto Estadual que estabeleça as Bacias Hidrográficas que deverão servir como mananciais atuais e futuros de abastecimento público de água potável, determinando os seus limites (inclusive cartograficamente) com vistas a sua gestão e participação dos municípios no rateio do ICMS Ecológico – Fator Mananciais.

4. Águas Subterrâneas

Apontamento do Grupo Gestor:

Quais são as definições acerca da manutenção dos aquíferos e controle das águas subterrâneas, da concessão de outorga para poços tubulares, ou restrições de utilização, entre outros?

4.1. Resposta:

No contexto da *Diretriz 05 (Proposta) – Plena Implementação de Política Estadual dos Recursos Hídricos*, há a Proposta Estratégica de curto prazo, de Elaboração e Implantação de Protocolo para Aperfeiçoamento dos Controles Técnicos e Administrativos para a emissão, o acompanhamento e o monitoramento das Outorgas para o uso dos recursos hídricos (onde as águas subterrâneas também se incluem).

PLANEJAMENTO TERRITORIAL E USO E OCUPAÇÃO DO SOLO:

1. **Macrozonas Industriais**

Apontamento do Grupo Gestor:

Não foram mapeadas no levantamento (vide Figuras 23 e 24 p. 53 e 55; figura 37 p.83; figura 42 p. 106) as Macrozonas Industriais e Parques Industriais de Maringá a exemplo da região oeste, junto à linha férrea e do Parque Industrial Felizardo Meneguetti na região sul, fora do perímetro urbano principal. Também há um Parque de TI, adjacente à Avenida Nildo Ribeiro da Rocha, na região sul da cidade, em processo de licenciamento, que pode ser um vetor de desenvolvimento e atração para a região metropolitana. A produção industrial e a área industrial de Maringá, não foi destaque no relatório, e é notório que existe uma concentração da produção industrial no município e de grande número de empregos gerados por esse setor. Muito embora na Proposta Preliminar de Macrozoneamento Metropolitano (p.121) e texto (p.82) não tenha sido normatizada uma macrozona industrial, entende-se que esta informação é importante para a compreensão da dinâmica da região metropolitana.

1.1. Resposta:

O mapeamento do macrozoneamento municipal vigente foi revisado considerando as áreas industriais presentes no PDM vigente de Maringá. Também foram inclusas menções aos parques industriais citados pelo Instituto.

2. **Atividades de Impacto**

Apontamento do Grupo Gestor:

Apontamos para a necessidade de proposição relacionada à parques industriais ou outras atividades que gerem raios de restrição ou ainda impactos nos municípios vizinhos (como aterros, granjas, pedreiras, composteiras, entre outros) devam sim ter controle por parte do ente metropolitano, ou ainda, licenciamento em toda a área de restrição e impacto, e, portanto nos municípios diretamente impactados.

2.1. Resposta:

Em relação à participação do ente metropolitano no licenciamento e fiscalização de atividades com restrições e impactos em outros municípios, esse tema será abordado em maior detalhe durante a *Etapa 04 – Definição dos processos relativos às Funções Públicas de Interesse*

Comum. Contudo, é importante salientar que nas propostas para FPIC de Meio Ambiente e mesmo na proposta de Macrozoneamento Metropolitano já são previstas diretrizes para essas questões.

3. Zona de Expansão Urbana

Apontamento do Grupo Gestor:

Ainda no levantamento do macrozoneamento, discordamos da classificação da Macrozona Rural de Transição de Maringá como uma Zona de Expansão Urbana, visto que sua principal função seria a de exercer um controle à expansão urbana, e não estar destinada a ela. Atualmente, Maringá não possui zonas de expansão urbanas, somente alguns lotes que encontram-se contíguos aos perímetros urbanos que são passíveis de parcelamento do solo nos moldes urbanos.

3.1. Resposta:

Conforme indicado em relatório, a normalização dos macrozoneamentos tinha por objetivo apresentar um panorama geral das relações entre as diferentes diretrizes municipais, identificando interesses comuns e divergentes em escala regional, bem como os fundamentos do uso do solo praticados na região.

Evidentemente, a diversidade de estratégias adotadas pelos municípios sugere que a normalização terá limitações ao não relacionar todas as especificidades de cada município. No caso da inclusão da "Macrozona Rural de Transição" como "expansão urbana", compreende-se que essa seria uma área com uso e ocupação permitidos, não se encaixando na categoria do meramente "rural".

Conforme determina o artigo 57 da Lei Municipal Complementar n. 623 de 2006 e alterações (Lei que instituí o PDM):

> A delimitação da Macrozona Rural de Transição tem como objetivos orientar as políticas públicas no sentido de:
>
> I - controlar e ordenar o uso e a ocupação do solo em áreas de impacto do meio urbano sobre o meio rural, e vice-versa [...] (MARINGÁ, 2006)

E ainda, conforme consta no Anexo II – Quadro 01 – Parâmetros Urbanísticos Básicos para uso e ocupação do solo nas macrozonas da referida Lei, seriam permitidos usos residenciais, não residencial e misto nessa macrozona.

Assim sendo, a interpretação adotada foi de que seria uma área em que a ocupação seria permitida, ainda que de forma controlada.

4. Expansão da Mancha Urbana

Apontamento do Grupo Gestor:

Na região sul da área urbana de Maringá existem loteamentos nos municípios de Sarandi e Marialva que são acessados somente por Maringá (tríplice fronteira), uma vez que estão distantes dos núcleos urbanos consolidados desses municípios, evidenciando uma expansão desordenada das manchas urbanas desses em direção ao pólo e nas bordas do perímetro de Maringá. Neste caso é importante reforçar a necessidade de planejamento da integração das ligações viárias entre os municípios limítrofes.

4.1. Resposta:

Estamos de acordo com a observação dos técnicos do IPPLAM e salientamos que, conforme previamente informado, as propostas de diretrizes viárias metropolitanas serão apresentadas em maior detalhe na sequência.

5. Parcelamento do Solo em áreas limítrofes

Apontamento do Grupo Gestor:

Alguma proposição em relação à parcelamento do solo e ocupação das divisas de municípios deve ser prevista, apesar da previsão legal já existir, não é aplicado o licenciamento de parcelamento do solo em ambos os municípios. As condições específicas devem ser abordadas, visto que, como acontece em Maringá, o parcelamento do solo e a tributação acontece em município vizinho, no entanto o acesso principal e utilização dos serviços acontece neste. Essa proposição também favorece a integração entre as ligações viárias em áreas conurbadas ou em processo de conurbação.

5.1. Resposta:

Conforme determinado pelo parágrafo único do artigo 13 da Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei Federal nº 6.766/1979), o novo ente metropolitano deverá participar ativamente dos processos de anuência para novos parcelamentos e desmembramentos na RM. É importante salientar que, atualmente, apesar da Coordenação da Região Metropolitana de Maringá (COMEM) estar instituída por lei, a estrutura operacional existente possui limitações que impedem sua plena atuação na gestão metropolitana. Precisamente por esse motivo um dos principais objetivos da elaboração do PDUI trata-se do estabelecimento de um novo modelo de governança interfederativa à luz das disposições contidas no Estatuto da Metrópole (Lei Federal nº 13.089/2015).

A proposição para composição do ente e seu modelo de funcionamento será apresentada em maior detalhe nas próximas etapas de elaboração do plano, a saber: *Etapa 04 – Definição dos processuais relativos às Funções Públicas de Interesse Comum* e *Etapa 05 – Definição do Modelo de Governança Interfederativa Metropolitana.*

6. Desenvolvimento Econômico

Apontamento do Grupo Gestor:

No âmbito do desenvolvimento econômico, o estudo não aborda o ambiente econômico, além de outras potencialidades da matriz energética. Não possui a demarcação das principais potencialidades do município de Maringá: a sua centralidade na produção de insumos para a produção agrícola; produção de produtos industrializados; e outros serviços, em especial, o serviço de Saúde, Educação e Crédito.

6.1. Resposta:

As questões relativas ao desenvolvimento econômico foram abordadas em na caracterização da Região Metropolitana de Maringá a partir da revisão de estudos de referência ainda na *Etapa 02 – Determinação do Recorte Territorial da RM*. A centralidade de Maringá na concentração de serviços públicos e privados é ressaltada no conteúdo produzido na referida etapa.

O relatório completo pode ser consultado no site do plano em: https://www.pduimaringa.com.br/documentos

7. Polo de Saúde

Apontamento do Grupo Gestor:

Com relação aos equipamentos e atividades metropolitanas, bem como potencialidades, observamos que não foi abordado pelo trabalho o fato de Maringá atuar como um polo regional em relação à saúde. Este atendimento regional se dá a partir do Hospital Universitário, Hospital Municipal e dos hospitais particulares, bem como por regiões com forte característica de atendimento de clínicas de diversas especialidades. O atendimento regional de saúde é caracterizado principalmente pelas demandas de alta complexidade. Além disso, está em construção o Hospital da Criança, que reforçará essa característica.

7.1. Resposta:

Em geral, observou-se que Maringá é um polo regional em diversas questões, em que se pese a relevância dos equipamentos de saúde locais. O diagnóstico será complementado, ressaltando essa característica.

8. Contorno Sul Metropolitano

Apontamento do Grupo Gestor:

No material foi apontada a potencialidade de equipamentos de grande porte se instalarem no Contorno Sul Metropolitano. No entanto, não foram detalhadas possíveis atividades ou potencialidades apontadas para essa região. Esse detalhamento pode nos auxiliar nas diretrizes de uso do solo para o seu entorno a nível municipal.

8.1. Resposta:

Os referidos equipamentos dizem respeito a empreendimentos voltados para as atividades industriais, de comércio e serviço de grande porte e de logística (armazéns, pátios). As diretrizes para ocupação do entorno do contorno são apontadas na proposta de macrozoneamento metropolitano e nas diretrizes viárias metropolitanas. Compreende-se que o detalhamento das atividades é uma prerrogativa dos municípios. No caso de Maringá, é possível considerar a inclusão de distritos estratégicos para o desenvolvimento econômico do entorno, integrando as relações sociais inerentes à ocupação urbana das cidades metropolitanas.

O contorno sul possui enorme potencial de agregar com a rapidez necessária os valores positivos da rede de logística que se forma na região a partir da integração dos sistemas aeroportuário, ferroviário (potencializado pela perspectiva de implementação da Ferrovia Norte-Sul), rodoviário (apresentando ligações estruturadas com o Sudoeste – Campo Mourão, Cascavel e Foz do Iguaçu; com o Oeste – Cianorte e Umuarama; com o Noroeste - Nova Esperança, Paranavaí, Mato Grosso do Sul). Esses fatores são vantajosos para a atração de grandes empreendimentos de alcance regional e nacional.

9. Aeroporto

Apontamento do Grupo Gestor:

Quanto à citação do Quadro 3 (p.85) sobre a "desconsideração do plano de desenvolvimento Aeroportuário", entendemos que este não é desconsiderado, visto que as legislações atuais do município definem que o Plano Diretor do Aeroporto deve ser respeitado no licenciamento de edificações e

atividades, mas há uma deficiência de regulamentação das restrições, além do fato desse plano não estar articulado nos municípios limítrofes.

Sobre uso e ocupação do solo que possa gerar restrições para as atividades aeroportuárias, entendemos que na área de restrição caberia uma validação de ordem metropolitana para o licenciamento de empreendimentos e edificações.

As mudanças em relação à internacionalização do aeroporto municipal e a atração de novas atividades produtivas para região devem ser observadas, uma vez que deve ocorrer o aumento relativo do setor de logística e setor de armazéns. Há também a possibilidade da interface entre a Ferrovia Norte-Sul e o Aeroporto.

9.1. **Resposta**:

A "desconsideração do plano de desenvolvimento Aeroportuário" diz respeito a análise geral de todos os municípios sobre os quais incide o Plano da Zona de Proteção do Aeroporto de Maringá, não tratando especificamente de Maringá.

A integração da rede logística da região é considerada nas proposições para o macrozoneamento metropolitano, assim como para a FPIC de Mobilidade Metropolitana. Os processos relativos ao ordenamento do uso e ocupação do solo serão abordados em maior detalhe na Etapa 04 – Definição dos processuais relativos às FPICs prioritárias.

10. Presença de Divisas Secas entre Municípios

Apontamento do Grupo Gestor:

Levantamos a necessidade de ajustes entre as divisas do município de Maringá com Paiçandu e Floresta, uma vez que algumas dessas áreas estão sendo urbanizadas, o que acentua o conflito territorial. Esse assunto não foi abordado pelo estudo. Sugerimos que o plano possa abordar essa realidade, suas necessidades, procedimentos necessários para que isso ocorra e como o ente metropolitano lidaria com esse tipo de conflito.

10.1. **Resposta**:

A questão das divisas foi um tópico comum de debate em diversos municípios, sobretudo na realização das Oficinas Técnicas 01. A problemática será ressaltada também no relatório da FPIC de Planejamento Territorial e Uso e Ocupação do Solo e o seu debate incluso nas próximas etapas de elaboração do plano.

11. Níveis de Integração da FPIC Uso do Solo

Apontamento do Grupo Gestor:

Quanto aos os Níveis de Integração da FPIC Uso do Solo, (Figura 36 – P. 80), questionamos se todos os municípios limítrofes a Maringá não deveriam ser considerados no 1º nível de integração, visto que estes podem licenciar empreendimentos que configurem uma extensão de malha urbana e direcionar a expansão da cidade de Maringá. A exemplo disso, na cidade de Floresta, existem loteamentos surgindo na divisa com Maringá, nas proximidades do núcleo urbano do Distrito de Floriano.

11.1. **Resposta**:

Os níveis de integração buscam espacializar a dinâmica de execução da FPIC de Planejamento Territorial e Uso e Ocupação do Solo atualmente. Nesse sentido, os níveis apenas buscam demonstrar que há uma relação mais forte na execução dessa função pública entre os municípios de Maringá e Sarandi, por exemplo, do que Maringá e Floresta.

Independentemente do nível de integração em que se encontram, todos os municípios da atual RM (dada pela Lei Estadual n. 83/1998) serão considerados nas proposições para a FPIC de Planejamento Territorial e Uso e Ocupação do Solo.

12. Diretrizes

Apontamento do Grupo Gestor:

No quadro 06, Diretriz 2 (p. 97) foi apontada como oportunidade que "é pouco provável que haja aumento no ritmo de expansão do tecido urbano dos municípios." Questionamos essa posição visto que tem sido observado os aumentos expressivos nas áreas de perímetros urbanos nos municípios da RM, bem como, a tendência contínua de expansão horizontal através de novos loteamentos uni ou bifamiliares em toda a região. No caso de Maringá, já apontamos a expansão desordenada nos municípios limítrofes em direção à divisa com o município, por exemplo. Maringá, especificamente, não expandiu muito horizontalmente nos últimos anos por conta de um forte controle em relação à conservação do limite do perímetro urbano.

12.1. **Resposta**:

A expansão do tecido urbano e dos perímetros urbanos foi destacada em outros momentos do relatório. Em relação à oportunidade citada, ressalta-se que foi verificada a tendência de expansão do tecido urbano dos municípios, porém não há indícios de que o ritmo de expansão dos mesmos esteja acelerando.

13. Propostas

Apontamento do Grupo Gestor:

No Quadro 11, Diretriz 3 (p. 103) sobre a estratégia da metrópole policêntrica, entendemos ser uma proposta importante, mas apontamos para a possível necessidade de articular ações de integração com a cidade de Maringá, através de políticas que possam de fato viabilizar essa descentralização, visto que as cidades apontadas apresentam inclusive uma tendência de decréscimo populacional nos próximos anos. Apenas nessa região foi identificada potencialidade para implantação de equipamentos urbanos, sociais e oferta de empregos, podendo ser uma nova sub-centralidade?

No mesmo quadro, questionamos a proposição de transferência de potencial construtivo entre municípios, principalmente quanto da aplicação real desse instrumento, visto a imensa diferença no valor da terra e nos agentes imobiliários dentro da região metropolitana.

No Quadro 12, Diretriz 04 (p.104) na proposta de plano de capacitação dos recursos humanos, reforçamos este Instituto como um possível agente nesse processo, enquanto Instituto de Pesquisa e Planejamento, principalmente na capacitação de técnicos municipais para que a implementação do PDUI na RM seja facilitada.

13.1. Resposta:

A proposta para fortalecimento de uma centralidade nos municípios de Astorga e/ou Iguaraçu está relacionada à presença de equipamentos de importância regional, à localização estratégica das áreas urbanas em relação aos demais municípios da RMM e também da RM de Londrina e às obras previstas e/ou em andamento para a infraestrutura de transportes da região.

A proposição também concorda com as diretrizes gerais fornecidas pelo Plano da Metrópole Paraná Norte (2019).

Isso não significa que demais municípios não possam desenvolver maior centralidade, destacando-se aqui os casos de Jandaia do Sul e Nova Esperança. O REGIC (2018) aponta Maringá com o maior nível hierárquico na rede urbana de Maringá, Capital Regional B, sendo a segunda maior hierarquia as cidades de Jandaia do Sul e de Nova Esperança, ambos Centros de Zona A.

Esclarecemos que a proposta para transferência de potencial construtivo deve ser debatida junto aos técnicos municipais na Etapa 04 de elaboração do Plano, em que são definidos os processos relativos às FPICs prioritárias. É também nessa Etapa, em conjunto com a Etapa 05 – Modelo de Governança Interfederativa, que o papel do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Maringá será evidenciado, assim como dos demais agentes e atores sociais envolvidos no processo de elaboração do PDUI.

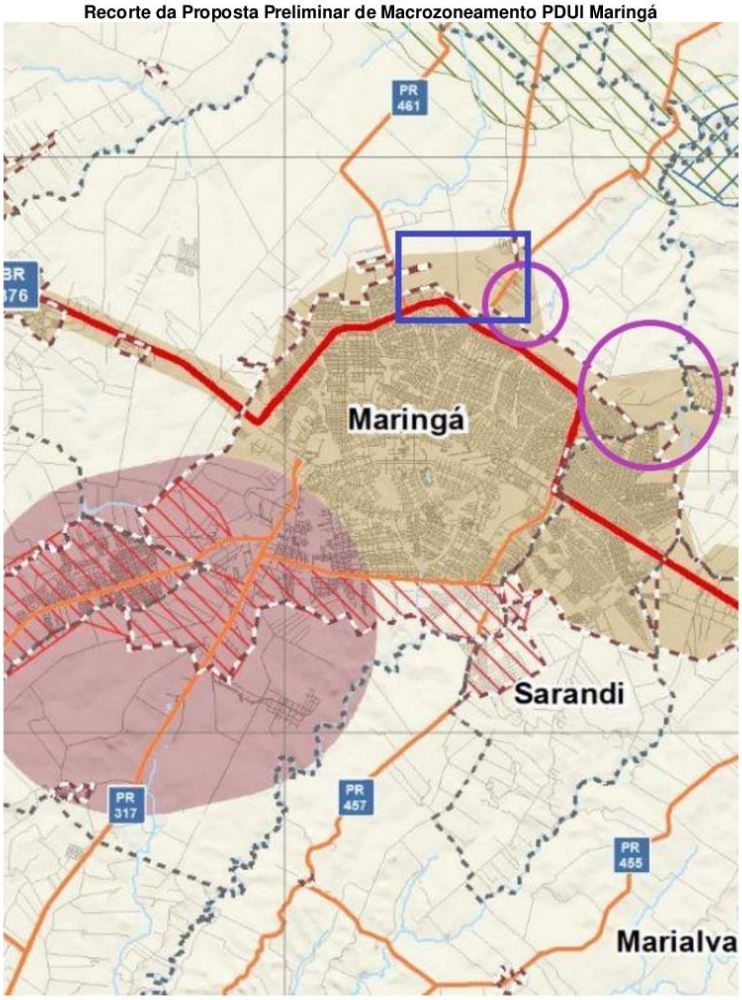
14. Macrozonas

Apontamento do Grupo Gestor:

Quanto ao Macrozoneamento Metropolitano, cabe pontuar a necessidade de definir as hierarquias e competências de cada instrumento – o municipal e o metropolitano – a fim de dirimir dúvidas e evitar conflitos relacionados à hierarquia entre eles.

Na proposta, a Macrozona de Articulação Urbana, com objetivo de promover a consolidação da cidade, sobrepõe áreas rurais de Maringá que não são áreas que estão definidas como áreas de expansão urbana atualmente, apresentando inclusive uma porção sobre a atual Macrozona de Proteção de Manancial. Este instituto está no início da elaboração do novo Macrozoneamento, onde definirá áreas prioritárias para expansão urbana, que não coincidem totalmente com algumas porções desta macrozona metropolitana, que extrapolam os limites urbanos atuais, principalmente na porção que coincide com nossa Macrozona de Proteção do Manancial da Lei do Plano Diretor vigente (lc 632/2006), da mesma forma, não é prevista expansão tão expressiva na porção norte, vide destaques em roxo e azul, respectivamente, no recorte abaixo.

Recorte da Proposta Preliminar de Macrozoneamento PDUI Maringá



Ademais, nesta macrozona é definido como linha de ação: "promover economias de aglomeração e as vantagens comparativas das vocações econômicas nas diferentes sedes municipais" (p.109), no entanto, as vocações e potencialidades de cada cidade não foram trabalhadas de maneira mais aprofundada nos municípios da RM.

Acerca da Macrozona de Controle de Ocupação Urbana verificar a pertinência de ajustar seus limites conforme as limitações do cone de restrição do Aeroporto. Ainda, sobre a sua delimitação, questionamos quais critérios levaram à definir o território urbano na porção sul-sudeste do município com tal restrição, conforme identificado no recorte abaixo, visto que, atualmente é uma área urbana, onde temos grandes glebas ainda não parceladas, com uso do solo previsto para residencial bifamiliar, inclusive com malha urbana parcialmente consolidada, sendo área de importância para urbanização.

Recorte Sul da Proposta Preliminar de Macrozoneamento PDUI Maringá

Como esta macrozona agiria na proteção dos mananciais? Através de densidades médias? Não poderiam ser adicionados outros parâmetros mais qualitativos como, a necessidade de maiores índices de permeabilidade do solo?

14.1. Resposta:

A macrozona de articulação urbana teve seus limites revistos, incidindo apenas sobre o perímetro urbano existente e delimitado pela legislação municipal. A macrozona de controle da ocupação foi adaptada para 'macrozona de ocupação controlada'. Nessa macrozona são inclusas áreas em que é reconhecida a pressão para a expansão urbana, sendo necessário um tratamento diferente da 'macrozona rural' e também com maior controle para a ocupação do solo do que na 'macrozona de articulação urbana'. Os parâmetros específicos para uso e ocupação do solo nessas áreas devem ser estabelecidos nos planos diretores municipais.

15. Densidade

Apontamento do Grupo Gestor:

Com relação ao adensamento, é muito importante padronizar a unidade de medida, que oscila entre hab./km² e hab./ha. Essa variação confunde o leitor. É importante também que esse plano em sua fase posterior, apresente claramente as definições e as unidades de medida e métodos de cálculo. Entendemos que adotar a densidade demográfica que é estimada (deveria estar mais explícito isso) a partir de uma quantidade de domicílios multiplicada por 4 (quatro) pessoas possa estar bastante distorcida, principalmente a longo prazo.

Uma sugestão simples seria adotar a média de habitantes por domicílio definida pelo IBGE para o município, e de preferência procurar utilizar índices atualizados. No entanto, é complicado adotar essa densidade no caso de leis municipais que não estejam ancoradas em parâmetros de adensamento, tampouco apresentem métodos alinhados para sua mensuração. Ampla literatura acerca do tema aponta para a dificuldade de aplicabilidade de densidades habitacionais ou demográficas na prática do planejamento e controle da ocupação urbana devido à ausência de um conjunto de definições e parâmetros alinhados para os cálculos.

Gostaríamos de maiores referências sobre os parâmetros de adensamento que estão sendo propostos, avaliando densidades mínimas apontadas, por exemplo. Está disponível no diagnóstico de revisão do plano diretor publicado, o levantamento que realizamos de que áreas urbanizadas com predominância de bifamiliaridade na cidade de Maringá tem densidades brutas de aproximadamente 63 hab./ha.

15.1. Resposta:

Visando simplificar a compreensão da proposta de macrozoneamento metropolitano, bem como facilitar sua aplicabilidade, as densidades demográficas específicas por macrozona foram retiradas da proposta. Ainda é feita a indicação estratégica da densidade demográfica relativa (baixa, média, alta) prevista para macrozoneamento, porém sem especificar valores.

16. Processo de Licenciamento

Apontamento do Grupo Gestor:

Aponta-se que "alterações de zonas urbanas, de expansão urbana e de perímetros urbanos deverão ser necessariamente aprovadas de comum acordo entre a entidade metropolitana e o município" (p.108). Há uma preocupação em relação à perda de autonomia municipal e à burocratização de processos que tramitam de forma fluida no município com a aplicação dessa regra.

Tal medida restritiva, no entanto, não é prevista no caso de alterações de legislações municipais que versem sobre parcelamento, uso e ocupação do solo, a fim de verificar a sua conformidade com o PDUI, o que seria de extrema relevância para manter uniformidade das decisões de planejamento e ordenamento territorial metropolitanos.

16.1. Resposta:

Destacamos que os processos relativos à gestão das FPICs prioritárias serão detalhados na Etapa 04 de elaboração do PDUI. Contudo, lembramos que existem legislações federais que preveem a participação do ente nos processos de aprovação do parcelamento do solo e a adequação dos planos diretores ao PDUI.

SITE OFICIAL DO PDUI

REMETENTE: ANTONIO APARECIDO FORTUNATO DA SILVA

CONTRIBUIÇÃO

Sugerimos que a Amusep, para a próxima Audiência mobilize ainda mais a participação de todos os municípios. Este é um março primordial para a consolidação da RMM. Precisamos urgente de uma Análise de Conjuntura Social, Econômica de cada município integrante da RMM. Com esses dados definidos em todas as áreas (saúde, educação, comércio, indústria, turismo, agro negócio, etc), será possível traçar metas e diretrizes que nortearão as políticas públicas a serem implantadas na RMM, para o fomento do desenvolvimento local e regional integrado e sustentável... Obrigado.

RESPOSTA TÉCNICA

Prezado,

Primeiramente, agradecemos por sua contribuição ao Plano de Desenvolvimento Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Maringá!

A participação da AMUSEP se faz a partir de sua representação dentro da Equipe de Apoio do PDUI. Verificaremos a possibilidade de colaboração com a associação para a convocação de mais representantes municipais. Destacamos a importância de mobilizações como essa para o fortalecimento da RMM e construção conjunta do plano metropolitano!

Dentro do PDUI, estão sendo desenvolvidos estudos focados nas três Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) priorizadas: Uso do Solo Metropolitano, Mobilidade Metropolitana e Meio Ambiente, conforme estabelecido pelo Termo de Referência. Algumas das questões trazidas pelo senhor estão sendo abordadas dentro dessas três FPICs.

A partir da aprovação do PDUI e instituição do Ente Interfederativo, entretanto, a realização de novos estudos e aprofundamento quanto a outras temáticas como a saúde, educação, economia, entre outros, poderão ser desenvolvidos pelo corpo técnico. A inclusão de novas FPICs, por exemplo, também será possível a partir das revisões do PDUI. Este órgão metropolitano terá um

VERSÃO PRELIMINAR

importante papel na articulação dos municípios para a identificação das demandas da região e na mobilização para atendê-las.

Lembramos que as definições a respeito dos do Modelo de Governança Interfederativa serão desenvolvidas ao longo das próximas etapas do plano. Portanto, contamos com a sua participação e continuamos à disposição!

VERSÃO PRELIMINAR

REMETENTE: MARIA ANTONIA BARROS FREIRE SILVA

CONTRIBUIÇÃO

Elaborar programas de cursos voltados ao empreendedorismo, objetivando a permanência dos jovens na área rural. O estabelecimento de tais programas, em parceria com as universidades, faculdades empresas e governo, seriam ofertados com toda a infraestrutura de espaço, material e humana, presencial ou a distância, haja vista o êxodo dos jovens para as regiões urbanizadas, ficando no campo a mão de obra envelhecida.

RESPOSTA TÉCNICA

Prezada,

Agradecemos pela contribuição ao Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Maringá (RMM)!

A elaboração do PDUI da RMM está de desdobrando a partir das três Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) priorizadas: Uso do Solo Metropolitano, Mobilidade Metropolitana e Meio Ambiente, conforme estabelecido pelo Termo de Referência. Portanto, o diagnóstico, as diretrizes e propostas setoriais metropolitanas prioritárias foram direcionadas a essas temáticas em um primeiro momento.

A partir de sua constituição, o Ente Interfederativo poderá aprofundar as temáticas citadas na contribuição, assim como diversas outras pertinentes ao desenvolvimento regional, inclusive englobando estas com FPIC nas revisões do PDUI. O órgão metropolitano poderá ainda articular as entidades citadas, como instituições de ensino, empresas e o governo estadual para viabilizar a oferta de cursos de empreendedorismo e outros.

Em todo caso, verificaremos com a equipe técnica a possibilidade de inclusão de sua sugestão de forma integrada às três FPICs que estão sendo tratadas no PDUI.

Lembramos também que as definições a respeito do funcionamento do Ente Interfederativo serão desenvolvidas nas próximas etapas do plano. Contamos com a sua participação e nos mantemos à disposição!

VERSÃO PRELIMINAR

REMETENTE: MIKA YADA NOGUCHI

CONTRIBUIÇÃO

Boa tarde. Acompanhei virtualmente a Audiência do PDUI. Os Eixos temáticos Mobilidade, Uso do Solo, Áreas de preservação Ambiental são temas interligadas impossíveis de serem discutidas isoladamente, principalmente qdo se trata de parcelamentos que vem surgindo lindeiros ao município de Maringá, divisas com Marialva, Sarandi, Paiçandu, Floresta em Macrozonas rurais. Medidas legais devem ser adotadas para coibir a surgência de cinturão de cunho urbano, aprovado pelas cidades de menor porte que se aproveitam da infra estrutura da cidade vicinal, aportando como se fossem novos bairros de Maringá. Para ordenamento territorial, não há outro meio se não criarmos LEIS. Obrigada

RESPOSTA TÉCNICA

Prezada,

Primeiramente, agradecemos por sua contribuição ao Plano de Desenvolvimento Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Maringá!

Os loteamentos urbanos das áreas pertencentes aos municípios metropolitanos deverão passar por anuência prévia da autoridade metropolitana, conforme estabelecido pelo Art. 13 da Lei Federal n° 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Já os loteamentos em área rural devem ser licenciados pelo INCRA, enquanto a fiscalização destes cabe à prefeitura municipal.

A partir de sua instituição, o Ente Interfederativo poderá conceder apoio técnico aos municípios nos processos de licenciamento e fiscalização dos loteamentos, evitando situações de ocupações incompatíveis com a área rural.

Ainda, o Macrozoneamento Metropolitano proposto, disponível no Subproduto P3E do PDUI, estabelece diretrizes e parâmetros de ocupação para toda a RMM. Conforme estabelecido pelo Estatuto da Metrópole (Lei Federal 13.089, de 12 de janeiro de 2015) em seu Art. 10, § 3º, os municípios deverão adaptar seus Planos Diretores ao Macrozoneamento Metropolitano a partir da instituição do PDUI.

Nesse sentido, além do auxílio do Ente Interfederativo, o Macrozoneamento

VERSÃO PRELIMINAR

atuará como instrumento essencial para coibir ocupações incoerentes com as diretrizes estabelecidas pelo PDUI.

Agradecemos e nos colocamos à disposição!

REMETENTE: OTÁVIO H. GARCIA DE ALMEIDA

CONTRIBUIÇÃO

Com relação a mobilidade metropolitana, o sistema de transporte seria por meio da empresa vencedora da licitação de transporte público da cidade de Maringá (atual TCCC ou futura vencedora de possível licitação), ou continuaria sendo por meio de empresas privadas que já realizam o serviço de transporte tais como: Garcia, Vichetur, Transline, entre outros?

Com relação as preocupações aventadas nas duas reuniões a respeito de mananciais e zonas de preservação ambiental. O município de Maringá explora de forma direta o Rio Pirapó para abastecer a cidade, os outros municípios exploram de forma indireta o Rio, em seus lençois, poços, córregos ou nascentes e em menor volume. Como ficaria a análise para abastecimento de novos empreendimentos? A análise seria por órgão externo ao ente metropolitano, tal como IAT? Ou, também seria necessário a anuência de uma secretaria ambiental do ente metropolitano?

Com relação a coleta de lixo, reciclagem, locais de transbordo e sistema de esgoto sanitário. Muitas das cidades que participam do Plano possuem aterros pequenos e sem controle técnico, coleta de resíduos recicláveis deficitária e não há rede coletora de esgoto instalada no município. Essa infraestrutura urbana, tão necessária para o desenvolvimento das cidades menores, faria parte do Plano?

Com relação a forma de análise e aprovação de projetos de empreendimentos residenciais, comerciais e industriais; seria de autonomia do município onde será executada a planta a análise e aprovação da mesma ou haverá necessidade de anuência do ente metropolitano para esses projetos de grande porte. Tenho preocupação com relação a tal fato devido a atual obra de duplicação da PR-317 e potencial crescimento do município.

Gostaria de saber qual seria a autonomia da cidade a partir do momento de

VERSÃO PRELIMINAR

adesão a Região Metropolitana? Será determinado o limite para aprovações de leis, ementas, zoneamentos urbanos, leis complementares, entre outros, pelo próprio município e o que dependerá da anuência do ente metropolitano?

RESPOSTA TÉCNICA

Prezado,

Primeiramente, agradecemos por sua contribuição ao Plano de Desenvolvimento Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Maringá!

Com relação ao sistema de transporte metropolitano, a gestão será realizada pelo Ente Interfederativo, a ser estabelecido após a institucionalização do PDUI. Lembramos que as definições dos processuais de cada Função Pública de Interesse Comum (FPIC) e quanto ao Modelo de Governança Interfederativa serão desenvolvidas ao longo das próximas etapas de elaboração do Plano.

Quanto aos mananciais e zonas de preservação ambiental, o licenciamento ambiental para novos empreendimentos continuará sendo feito pelo IAT, enquanto o Ente Interfederativo poderá acompanhar esse processo. Ressaltamos que as áreas de mananciais foram demarcadas no Macrozoneamento Municipal Proposto, o qual pode ser conferido no Subproduto P3E. A partir da instituição do PDUI, os municípios deverão adaptar seus Planos Diretores ao Macrozoneamento Metropolitano, conforme estabelecido pelo Estatuto da Metrópole (Lei Federal 13.089, de 12 de janeiro de 2015) em seu Art. 10, § 3º. Desse modo, as áreas demarcadas como Macrozona de Mananciais deverão respeitar os objetivos e parâmetros estabelecidos pelo PDUI, de forma a garantir a preservação das áreas de abastecimento público.

Quanto aos questionamentos referentes ao sistema de esgotamento sanitário e abastecimento hídrico, ressaltamos que essas temáticas não estão sendo tratadas como FPICs Prioritárias do PDUI da RMM, visto que estas são contempladas a nível estadual pela Lei Complementar nº 237, de 9 de julho de 2021. A legislação mencionada institui as microrregiões dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Essas unidades territoriais, portanto, são a referência para a gestão do saneamento no Estado do Paraná.

VERSÃO PRELIMINAR

Já o manejo de resíduos sólidos da RMM é tratado no PDUI e será gerido pelo Ente Interfederativo a partir de sua instituição. O Subproduto 3C, dedicado à FPIC de Meio Ambiente, apresenta no capítulo *3.3 Resíduos Sólidos* o diagnóstico da temática para a região e no capítulo *4.1 Detalhamento das Propostas*, as diretrizes e propostas para a FPIC. Neste último, o plano propõe em sua Diretriz 05, a regionalização da prestação de serviços de coleta e tratamento dos resíduos sólidos e tem como propostas estratégicas (i) a elaboração de um Plano Metropolitano para a Universalização dos Serviços de Coleta e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, (ii) a elaboração e implantação de Projeto para a Constituição e Implantação do Sistema Metropolitano Consorciado para a Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos, (iii) a elaboração de Projeto para Implantação da Central Regional de Tratamento e de Valorização dos Resíduos Sólidos da RMM e (iv) a elaboração e implantação de Projeto de Encerramento dos Lixões e de Recuperação Ambiental das Áreas Degradadas.

Em relação à análise e aprovação de projetos na RMM, a emissão do alvará prosseguirá sendo uma atribuição municipal. O Ente Interfederativo poderá prestar apoio técnico aos municípios nesse sentido. No caso de grandes empreendimentos, o Ente poderá, ainda, determinar áreas prioritárias para aplicação de instrumentos como Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), entre outros.

Já com relação à aprovação de projetos de loteamento, a Lei Federal n° 6.766, de 19 de dezembro de 1979, a qual dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, determina em seu Art. 13 que o loteamento da área de um município que integra uma região metropolitana, deverá passar por anuência prévia da autoridade metropolitana. Portanto, além da aprovação dos loteamentos pelo município e por outras instâncias que couberem, como ocorre atualmente, será necessário consultar o Ente Interfederativo.

Em geral, conforme preconiza o Estatuto da Metrópole em seu Art. 7°, o órgão metropolitano será responsável pela gestão dos processos relativos às FPICs. No caso do PDUI da RMM, estas funções públicas priorizadas são o Uso do Solo Metropolitano, a Mobilidade Metropolitana e o Meio Ambiente. Quando estabelecido, o ente poderá avaliar e estabelecer processos para outras temáticas a partir da revisão do PDUI.

VERSÃO PRELIMINAR

Lembramos que a governança interfederativa deve respeitar a autonomia de cada ente da Federação, conforme colocado pelo Estatuto da Metrópole em seu Art. 6°. O município é aquele que tem mais conhecimento a respeito de sua própria realidade, mantendo contato direto com suas demandas e necessidades. Portanto, questões que dizem respeito ao município e não atingem os outros municípios metropolitanos continuarão sendo de responsabilidade municipal. Assim como as questões municipais que tenham relevância metropolitana, serão levadas ao Ente Interfederativo.

Destacamos que todos os municípios da RMM integrarão o Ente Interfederativo, viabilizando participação direta e mais efetiva na gestão da região metropolitana. Dessa forma, o Ente permitirá a ação integrada dos municípios, junto ao Estado e a Agência Metropolitana, possibilitando que todos os municípios integrantes exponham melhor suas demandas, em articulação com as entidades pertinentes.

Conforme mencionamos acima, essas definições específicas dos processos de cada FPIC e do Modelo da Governança Interfederativa serão abordadas nas próximas etapas do PDUI. Portanto, convidamos o senhor a continuar participando dos eventos que acontecerão na sequência e acompanhando os relatórios e notícias que serão publicados no site do plano: www.pduimaringa.com.br.

No mais, agradecemos sua contribuição e seguimos à disposição!

VERSÃO PRELIMINAR

REMETENTE: RAIMUNDO FERNANDES DA COSTA

CONTRIBUIÇÃO

Por que Bom Sucesso está fora da mobilidade urbana da região metropolitana de Maringá. Pergunto por que tem circular até Itambé de um lado e de outro até Jandaia e Bom Sucesso nada. Haja visto que tem trabalhadores daqui trabalhando na região inclusive em Maringá.

RESPOSTA TÉCNICA

Prezado,

Agradecemos por sua contribuição ao Plano de Desenvolvimento Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Maringá (RMM)!

Primeiramente, esclarecemos que o município de Bom Sucesso está contemplado dentro da Função Pública de Interesse Comum (FPIC) de Mobilidade Metropolitana. A dinâmica da mobilidade da RMM é determinada pelo conjunto das diversas relações estabelecidas entre seus municípios. Por ser uma dinâmica complexa, foi necessário estabelecer os Níveis de Integração como forma de melhor compreender essas relações, para então definir em qual grau os municípios terão de planejar as ações voltadas à mobilidade em conjunto com os demais.

Para isso, foram definidos cinco critérios: (i) transporte coletivo integrado; (ii) conexão entre as malhas viárias urbanas; (iii) ampliação da infraestrutura regional através de novas obras/projetos; (iv) movimentos pendulares e deslocamentos através do transporte coletivo e (v) presença de infraestrutura viária de conexão regional.

A partir disso, tem-se que, apesar de Bom Sucesso apresentar um número significativo de deslocamentos diários para Maringá, essas médias foram inferiores a outros municípios. A ausência de linhas metropolitanas de transporte coletivo, por exemplo, também foi um indicador que posicionou o município no 5º Nível de Integração.

Entretanto, tal classificação não inibe a necessidade de se estudar e propor melhorias para a mobilidade em toda a região, incluindo os municípios enquadrados em todos os Níveis de Integração.

VERSÃO PRELIMINAR

Como exemplo prático, destacamos que a *DIRETRIZ 02: Fomento da utilização do transporte coletivo e da integração entre modais* da FPIC de Mobilidade Metropolitana propõe que seja elaborado um plano de transporte coletivo, de forma a atualizar dados de deslocamento metropolitano por transporte coletivo e prever outras ações para qualificação do transporte coletivo. Bom Sucesso, assim como todos os municípios da RMM, está considerado nessa proposta estratégica, além de outras.

Ressaltamos também que, após sua instituição, o Ente Interfederativo permitirá a ação integrada dos municípios da Região, junto ao Estado e a Agência Metropolitana, possibilitando que municípios como Bom Sucesso exponham melhor suas demandas, em articulação com as entidades pertinentes.

Lembramos que mais definições a respeito dos processos de cada FPIC e do Modelo de Governança Interfederativa serão elaboradas nas próximas etapas do plano. Portanto, contamos com a sua participação e seguimos à disposição!

VERSÃO PRELIMINAR

REMETENTES: LUANDERSON LUIZ DA SILVA, LUCAS FRANCISCO RODRIGUES TOGNATO, PATRÍCIA SALVADOR CANDIDO, RAFAEL ROSETTO RIBEIRO.

CONTRIBUIÇÃO

Ente-federativo ser formado por técnicos dos municípios da região metropolitana, bem como membros da AMUSEP, além disso é necessário que haja maior participação de vereadores e prefeitos nestas discussões, uma vez que os mesmos são os gestores locais e que apresentam força política para executar as ações propostas neste plano;

Foi observado por exemplo que o município de Mandaguari está inserido em uma região de interesse ambiental, tendo em vista que está dentro da área de manancial compartilhada. É possível observar que as propostas incluem a instalação de unidades de conservação, parques e áreas estratégicas de conservação e preservação. Contudo, não foi apresentado de que maneira se viabilizará tais propostas. O município terá prioridade na captação de recursos financeiros para elaboração e execução de projetos que atendam este interesse? Quem irá elaborar estes projetos os técnicos municipais ou os técnicos do órgão metropolitano? O município terá maior participação na arrecadação do ICMS Ecológico? Quais as facilidades de implantação de pagamento por serviços ambientais – PSA citadas no diagnóstico?;

Instituir um órgão metropolitano (assim como citado no material) no qual será responsável pela capacitação permanente dos técnicos municipais. Visto que é necessária uma equidade na análise dos processos da região metropolitana, exemplo: aprovação de projetos (arquitetônicos, loteamentos, desmembramentos), análise de EIV/RIMA entre outros;

É importante frisar, que o Município de Mandaguari teve o seu Plano Diretor revisado e aprovado em dezembro de 2021 e que nele já consta os cuidados com as áreas de manancial, apresentando no seu macrozoneamento a Zona de Manancial-ZM e no Zoneamento Urbano a Zona de Ocupação Controlada – ZOC, Zona Residencial 3 – ZR3, Zona Comercial 3 – ZC3, Zona de Comércio e Serviço 2 – ZCS2 e a Zona Industrial 1 – ZI1, nas quais apresentam parâmetros mais restritivos de uso e ocupação do solo em razão de estarem em áreas de manancial;

VERSÃO PRELIMINAR

Sugerimos que os próximos eventos sejam realizados presencialmente com a equipe técnica de acompanhamento e os agentes políticos, pois acreditamos que desta maneira irá ocorrer maior integração, fomentando maiores discussões e trocas de experiências. Também sugerimos que se mantenha a transmissão online para aqueles que não puderam participar presencialmente do evento.

RESPOSTA TÉCNICA

Prezados,

Agradecemos por sua contribuição ao Plano de Desenvolvimento Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Maringá (RMM)!

Em relação às solicitações sobre a participação das lideranças políticas no novo ente metropolitano, informamos que a composição do ente será o tema principal da *Etapa 05 – Modelo de Governança Interfederativa*. Em concordância com o apontamento feito, compreende-se que a participação das lideranças políticas locais e regionais é imprescindível para a devida construção da governança metropolitana. Nesse sentido, informamos que são previstos eventos para debate dessas questões nas próximas etapas de desenvolvimento do PDUI.

Ressaltamos ainda que, desde o início do Plano, têm sido realizados esforços para a mobilização e participação das lideranças políticas em todo o processo. Nas Etapas 02 e 03, por exemplo, foram realizados eventos específicos com os prefeitos e vereadores da região, como o Fórum Metropolitano e a Reunião Técnica de Assinatura da Carta de Adesão, entre outros. Para além dos eventos, há também lideranças políticas e membros das Associações de Município participantes das Equipes de Acompanhamento e de Apoio do Plano. Ainda, o site oficial do PDUI possui um canal aberto para envio de contribuições a qualquer momento.

Em relação à viabilidade das propostas apresentadas, os processos e responsáveis pela execução das ações serão indicados na sequência do desenvolvimento do Plano, a partir do detalhamento dos processos referentes às funções públicas de interesse comum (FPICs) priorizadas e proposição da estrutura administrativa do novo ente metropolitano.

Consoante com o previsto no Estatuto da Metrópole, o novo ente metropolitano deverá contar com um fundo para implantação e gestão das FPICs na

VERSÃO PRELIMINAR

RM. O fundo será administrado por uma instância deliberativa, a qual poderá destinar recursos para a elaboração dos projetos de interesse ambiental, conforme compreenda ser uma prioridade para região. O órgão responsável pela execução desses projetos também deverá ser pactuado no âmbito do novo ente metropolitano, em conjunto com os municípios interessados. Entende-se que cada projeto deverá ser avaliado individualmente, sendo que há uma série de nuances a serem consideradas relativas à viabilidade de cada ação e às possibilidades de arranjo financeiros e institucionais entre os interessados.

Em relação ao ICMS Ecológico, a proposta de incremento das áreas verdes está fortemente relacionada ao aumento da participação dos municípios da RM. Ainda, a proposta de demarcação dos mananciais por Decreto visa conferir maior precisão à delimitação dessas áreas, havendo também rebatimentos na participação dos municípios no ICMS Ecológico.

A implementação do instrumento de pagamento por serviços ambientais (PSA) permite a remuneração de agricultores, produtores rurais, povos tradicionais, entre outros pela conservação e/ou restauração de recursos ambientais de interesse comum. Trata-se de mais uma forma de garantir, por exemplo, a conservação das áreas de mananciais para a Região Metropolitana, considerando também os aspectos socioeconômicos envolvidos nessa questão.

Reforçamos que nas próximas etapas do Plano a proposta para o funcionamento e composição do novo ente metropolitano, bem como dos processos para a gestão do território metropolitano deverão ser detalhadas a partir do debate com os diversos atores envolvidos no desenvolvimento do PDUI. Aproveitamos para reforçar a importância da participação também dos técnicos municipais nesse processo, de forma a contribuir com suas dúvidas, críticas e sugestões. Lembramos que a implementação efetiva da Região Metropolitana só será possível a partir do engajamento dos municípios em prol do bem comum da região.

Por fim, no que diz respeito ao formato dos eventos, nós agradecemos a contribuição e iremos considerá-la no planejamento e organização das demais atividades. No mais, agradecemos sua contribuição e seguimos à disposição!

VERSÃO PRELIMINAR

28. REUNIÃO TÉCNICA 07 – WORKSHOP FINAL

Data: 03/06/2022

Horário: 14h00

Local: Evento híbrido

Presencial: Secretaria do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas do Paraná - SEDU/PARANACIDADE

Virtual: Plataforma *Microsoft Teams*

Participantes:

Brunna Barroca, Carlos Augusto Stores, Fernando Caetano Domingues, Geraldo Luiz Farias, Gil Polidoro, Gustavo Taniguchi, Laura Granzzoto, Lissandra Baldissera, Luisa Amorielo, Luiz Hayakawa, Maria Eduarda Dircksen Aguiar, Mariano Macedo, Mayara Azzulin.

Pauta: Encerramento da Etapa 03.

MEMÓRIA DE EVENTO

Geraldo Luiz Farias, gestor do contrato do PDUI da RM de Maringá, deu início a reunião, agradecendo a presença de todos.

Gustavo Taniguchi, diretor da consultoria URBTEC™ deu início à apresentação técnica, contextualizando a pauta da reunião: finalização da Etapa 03.

Afirmou que os principais tópicos a serem tratados se referem ao macrozoneamento metropolitano proposto, e suas alterações perante a versão preliminar, junto à consolidação do recorte metropolitano.

Seguiu apresentando o quantitativo dos eventos realizados na etapa, assim como os subprodutos entregues. Apresentou ainda, a listagem da EAM, validada na Primeira Audiência Pública.

Bruna Barroca, presidente do IPPLAM, informou que foi encaminhado um ofício solicitando a retificação dos integrantes da EA, por parte do município de

VERSÃO PRELIMINAR

Maringá, tendo em vista a saída de um dos representantes.

Taniguchi, em resposta, comenta que o ofício foi recebido e que a listagem será atualizada.

Segue demostrando a proposta consolidada do macrozoneamento metropolitano proposto, explicando suas definições: (1) macrozona, (2) objetivos estratégicos, (3) critérios para sua delimitação territorial, (4) densidade comparativa, (5) sobreposições e funções, (6) processos de gestão implicados.

Farias questiona o objetivo de descentralização dos serviços e equipamentos metropolitanos referente à Macrozona de Estímulo às Novas Centralidades.

Em resposta, Taniguchi contextualiza a pressão e tendência de ocupação ao logo do eixo rodoviário da BR-376 e a relevância de fomentar futuramente uma conexão com a Região Metropolitana de Londrina, a partir dos municípios de Astorga e Iguaraçu.

Luiz Hayakawa, coordenador do PDUI da RM de Maringá, complementa comentando que há uma forte tendência dessa conexão entre as Regiões a partir da porção norte da RMM.

Farias, em seguida, questiona qual a metodologia e o processo de identificação dos objetivos estratégicos.

Em resposta, Taniguchi afirma que tal identificação partiu do diagnóstico, em especial da matriz SWOT.

Em seguida, continua a apresentação do macrozoneamento metropolitano proposto.

Apresenta a metodologia de Consolidação do Recorte Metropolitano, perpassando a síntese territorial elaborada, junto aos resultados parciais de cada FPIC. Demonstra o resultado da metodologia, em que os municípios relevantes para as diretrizes de cada FPIC são considerados. Apresenta o resultado da metodologia, em que se concluí que o recorte territorial da Região Metropolitana de Maringá se mantém inalterado.

Segue demonstrando a gradação dos municípios considerados na

VERSÃO PRELIMINAR

metodologia, a partir do número de diretrizes relevantes a cada FPIC.

Hayakawa complementa que os municípios de Presidente Castelo Branco, Floraí, São Jorge do Ivaí e Ourizona são relevantes para a RMM em especial em função da previsão do Contorno Sul.

Carlos Storer, representante do PARANACIDADE, questiona se o relatório apresenta matrizes demonstrando a metodologia resultante das espacializações do território. Taniguchi afirma que sim.

Fernando Caetano, fiscal do contrato do PDUI, questiona se todos os municípios da RMM são contemplados em ao menos uma FPIC.

Farias questiona por que o recorte se dá pelo critério de municípios contemplados em ao menos uma FPIC e não considerados simultaneamente pelas três.

Taniguchi responde que as FPICs são interdependentes e terão interfaces futuras, portanto se faz necessário considerar essa relação a partir do critério de municípios contemplados em ao menos uma FPIC.

Em complementação, Gil Polidoro, especialista da FPIC de Meio Ambiente, afirma que a temática de Meio Ambiente é chave nesse critério, em especial a partir das delimitações dos mananciais. Comenta que é necessário considerar na RMM a projeção de alterativas hídricas, em função da tendência de escassez de recursos hídricos da Região. Sendo assim, a retirada de municípios da RM limita a oferta de água, tanto para abastecimento público, quanto usos industriais e agrícolas.

Taniguchi ressalta que todos os municípios tem gestões interdependentes em ao menos uma das FPICs prioritárias. Sendo assim, cada FPIC terá processos de gestão diferentes, envolvendo grupos de municípios distintos, a serem incorporados pelo futuro Ente Interfederativo.

Hayakawa comenta que há possibilidade de no futuro o município de Uniflor ser relevante para a RMM, exemplificando os possíveis traçados da Ferrovia Norte-Sul.

Edgar Silvestre, representante do escritório regional do PARANACIDADE em Maringá, comenta a relevância de integração entre as Regiões Metropolitanas de

VERSÃO PRELIMINAR

Maringá, Apucarana e Londrina.

Taniguchi concorda e ressalta a necessidade de considerar a articulação futura dos municípios.

Comenta a diferença entre o recorte concluído no PDUR (PARANÁ, 2017) e o recorte resultante do PDUI, frisando a contemplação das proposições e das necessidades futuras da Região.

Segue apresentando os produtos a serem entregues e os próximos produtos da Etapa 04, que devem compor a 2ª Audiência Pública, junto ao subproduto de consolidação do recorte territorial metropolitano.

Apresenta o cronograma, comentando a intenção de encerrar o PDUI em novembro e esse cenário implica na realização de audiências públicas durante o período eleitoral.

Laura Granzotto, representante do IPPLAM, comenta que o Instituto encaminhou considerações sobre o Produto 03 em compatibilidade do ao Plano Diretor de Maringá. Afirma que é necessária uma resposta sobre essas considerações, para que o Plano possa seguir com as próximas etapas.

Taniguchi agradece o envio e responde que as contribuições foram recebidas e contempladas nas presentes versões do Produto 03. Comenta que está sendo elaborado um ofício resposta acerca das considerações encaminhadas.

Silvestre retoma a metodologia do recorte e comenta que os municípios tem dificuldade de compreender a relevância do PDUI, exemplificando a situação de Nova Esperança, que manifestou interesse de deixar de compor à Região Metropolitana de Maringá.

Questiona se não é possível montar uma estrutura metropolitana mínima na RM para garantir a divulgação efetiva das próximas audiências públicas. Granzotto concorda com a importância dessa possibilidade.

Taniguchi responde que a estrutura do futuro Ente Interfederativo será especificada nas próximas etapas. Questiona ao PARANACIDADE a possibilidade de arcar com uma estrutura de apoio para as audiências públicas.

Caetano ressalta a necessidade de verificar com os municípios se as datas

VERSÃO PRELIMINAR

propostas para as audiências públicas conflitam com outros eventos municipais.

Granzotto responde que verificará essas datas e retorna à validação à equipe.

Farias concorda com essa necessidade de interlocução com os municípios para a validação das datas dos municípios.

Retoma a consideração de Granzotto acerca das contribuições encaminhadas pelo IPPLAM. Solicita o encaminhamento do ofício e de sua resposta ao PARANACIDADE.

Caetano questiona como se deu o processo de contribuições da Primeira Audiência Pública e como o Produto 03 será alterado em função disso. Farias complementa, questionando como se deu o registro dessas contribuições.

Taniguchi responde que o registro completo das participações e contribuições são registrados no Relatório de Atividades da Etapa, assim como na Ata da Primeira Audiência Pública.

Lissandra Baldissera, arquiteta e urbanista da URBTEC™, resume as contribuições recebidas pelo IPPLAM e demais municípios da RM. Afirma que as contribuições cabíveis ao conteúdo do Produto foram contempladas em sua presente versão.

Caetano reforça a necessidade de retomar uma agenda com o IPPLAM, para tratar desse questionamento.

Baldissera reforça que a Ata da Primeira Audiência Pública, contemplando as contribuições recebidas e demais contribuições, já está disponível para consulta no site do PDUI.

Caetano comenta os próximos eventos que envolvem a EAM, como Oficinas Técnicas, podem envolver maiores esforços na motivação de participação dos municípios integrantes da Equipe.

Levanta a possibilidade de ser agendada uma reunião complementar entre os técnicos municipais em junho, para acatar suas participações.

Por fim, comenta que seria interessante nas próximas audiências exibir a imagens dos Centros de Apoio Municipais que participam remotamente do evento.

VERSÃO PRELIMINAR

Farias retoma o cronograma, técnica em 19/07, sugere a possibilidade de sugerindo a realização de uma reunião apresentando os resultados da Primeira Audiência Pública e motivando esses municípios a participarem da oficina.

Taniguchi pondera sobre a possibilidade de realização dessas reuniões

Farias agradece a presença de todos e encerra a reunião.

LISTA DE PRESENÇA

Figura 94 – Lista de Presença Reunião Técnica Complementar 18

PDUI

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

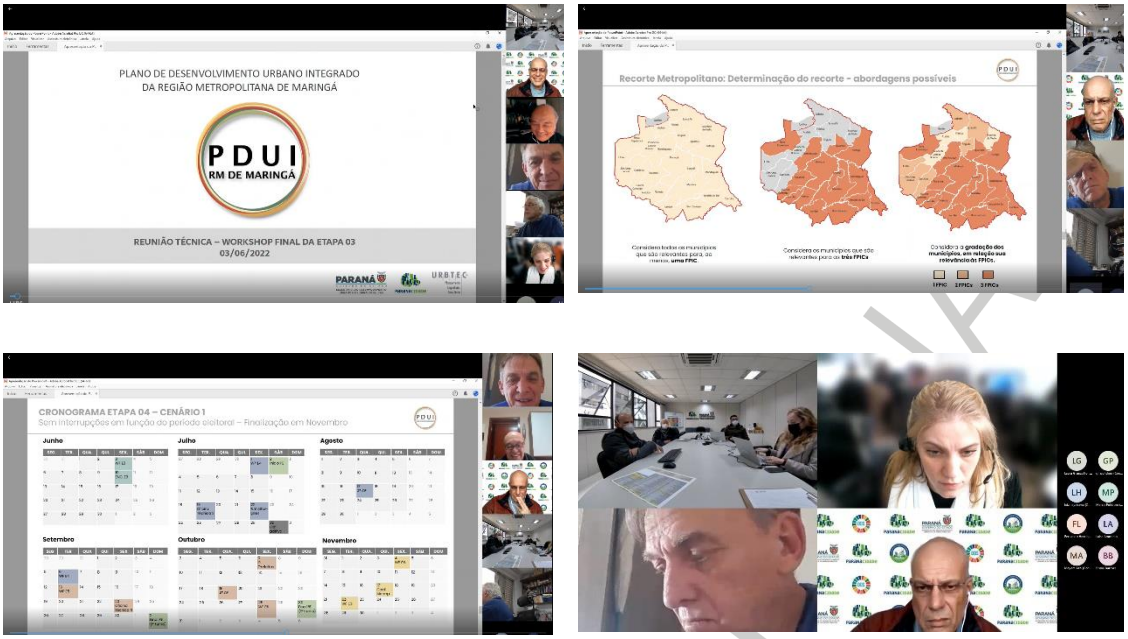
EVENTO: REUNIÃO TÉCNICA 07 - WORKSHOP FINAL - E3 ETAPA: E3 DATA: 03/06/22

NOME	INSTITUIÇÃO / LOCALIDADE	TELEFONE / E-MAIL	ASSINATURA
MARIA EDUARDA AGUIAR			
GUSTAVO TANIGUCHI		3281-1900	
SILVIO A. STORM		3350-3356	
FERNANDO D. CARTAC		3350-3347	

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO PARANACIDADE URBTEC Planejamento Engenharia Consultoria

Fonte: URBTEC™, 2022

Figura 95 - Reunião Técnica 07 **REGISTROS**



Fonte: URBTEC™, 2022

APRESENTAÇÃO

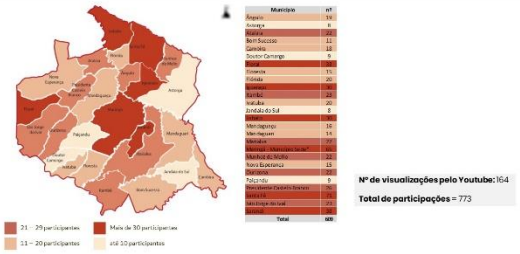
Figura 96 - Apresentação Reunião Técnica 07

PRELIMINAR

EVENTOS REALIZADOS

1.1.1. PARTICIPAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA

EVENTOS REALIZADOS: AUDIÊNCIAS PÚBLICAS



Município	nº
Ângulo	16
Astorga	6
Atalaia	20
Bom Sucesso	11
Califórnia	18
Doutor Camargo	9
Floraí	30
Floresta	15
Florida	20
Guaraci	30
Ibiporã	28
Iguaraçu	20
Jandaia do Sul	8
Lobato	30
Mandaguaçu	16
Mandaguari	14
Maringá	30
Marialva	30
Munhoz de Mello	21
Nova Esperança	15
Ourizona	20
Paiçandu	9
Presidente Castello Branco	30
Santa Fé	30
São Jorge do Ivaí	20
Sarandi	30
Total	469

Nº de visualizações pelo Youtube: 164

Total de participações = 773

1.1.2. COMPOSIÇÃO DA EQUIPE DE ACOMPANHAMENTO MUNICIPAL – VALIDAÇÃO

EQUIPE DE ACOMPANHAMENTO MUNICIPAL

EAM

A EAM foi consolidada na 1ª Audiência Pública, em que foi aberto espaço para os demais interessados se inscreverem.

MUNICÍPIO DE ÂNGULO
DORGETE YEDDA
EDIMILSON MOREIRA
EDSON BIDUTTO
ELIANE APARECIDA DE LIMA
TAÍS ANTONIO DOS SANTOS

MUNICÍPIO DE ASTORGA
ALEXANDRE ORESTES GONÇALVES
ITAMIA MENEGUETTI

MUNICÍPIO DE ATALAIA
EDUARDO BIRCHT BORGES
EDUARDO HENRIQUE MORENO
JOSÉ ANDREY CRISTOVAO
JULIANO SILVA RODRIGUES
PAULO CESAR BRASIL
RENATA VERONA DE PAIVA
ROGERIO CRISTOVAO
ANTONIO VANDERLEI BIER

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO
ANA CAROLINA MENEGUETTI
DIANE LUCIAS DE SOUZA
DANIELE CHRISTYNE PAVIERA
FABIANE R. C. DA SILVA
ISMAEL DE PAULA SILVA
MARCOS AURELIO MENDONÇA
PEDRO GABRIEL SILVA
PEDRO JAIRO DA COSTA MELO
RONEIA A. DE CARVALHO

MUNICÍPIO DE CAMBIRÁ
EDITH ALVES SOARES
JULIO CESAR B. SATTIN
JORGE MARCATO DONATO
JOSÉ ANTONIO DE ALMEIDO
ROMUALDO RODRIGUES

MUNICÍPIO DE DOUTOR CAMARGO
DANIELI CASTILHA DE PONTE
DOUGLAS RIBEIRO DO PRADO
JOSÉ ALBERTO DE MENDONÇA
NAZARENO MARIOTTO
SIDNEY ANTONIO BITI

MUNICÍPIO DE FLORAÍ
ANDREIA TELES DE SOUSA
BRUNA CARLA FERNANDES
CIDCLEI MOTTO
CLEIVALDO A. CORDEIRO DE GANANÇA
MARCOS TULIO CRISTANCHO GIANETI
JOÃO DONIZETE LOMBO
PAULO SERGIO CORTEZ

MUNICÍPIO DE FLORESTA
ADEMIR ELIAS SACRIS
TIAGO DIAS
JANAINE DAIANA CUNHA
JURYSSA RYSSIA PUPO
MARCELA PACCO DE BRITO
RODRIGO CESAR MARAMAQUIN

MUNICÍPIO DE FLÓRIDA
MARIA LUZIA S. P. DE SOUZA

MUNICÍPIO DE IGUARAÇU
ANA PAULA DE OLIVEIRA
ANGELA CAMPOS MENDES
CELSO ROQUE JOSÉ DA SILVA
DIOGENES SOUZA NUNES
HEITOR LOPES CARNEVEZ
OTÁVIO V. DE TAVARES
VINICIUS MENDES PARLADORE

MUNICÍPIO DE ITAMBÉ
MARIANA SIMÕES FARIAS
CARLOS HENRIQUE LEANDRO
HELTON E. DE CAMARGO
LUCIENTINO RIBEIRO
MARIA A. ALVES ROSA

MUNICÍPIO DE IVATUBA
CECI R. PEREIRA DE MELO
FERNANDO DA SILVA
ROBERTO AVANZATO SOVIERO
VALTER VASSOLER JUNIOR

EQUIPE DE ACOMPANHAMENTO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE JANDAIA DO SUL
ELVIS JUNIOR TORTARA
JOSÉ ANTONIO DE LIMA
THAYNÁ VITÓRIA ROCHINI
VITOR A. D'ASS RESENDRO

MUNICÍPIO DE LOBATO
ANA PAULA ANDRIO
DENIO NASCIVET NEVES
DOUGLAS MARTINS
PATRICIA A. FAGUNDES
TIAGO ANTUNES MANTOVANI

MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU
ADALBERTO N. F. DA SILVA
TITTO A. M. DA SILVA
JOÃO RENATO ANTONUCCI
MAURICIO ROBERTO CECILIM

MUNICÍPIO DE MANDAGUARI
DIONE OLIVEIRA GOMES
GILBERTO A. DOMINGUES JR.
JOSÉ ROBERTO DE ARAUJO
RAFAEL ROBERTO RIBEIRO
RONALDO DEO SILVA

MUNICÍPIO DE MARIALVA
PAULO LIMIARE

MUNICÍPIO DE MARINGÁ
ANA LUCIA RODRIGUES
ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA
DIÃO JOSÉ T. DE SOUZA
PAULINA CAMPINA ST. ADOS
RODOLFO VASSOLER DA SILVA
ROGÉRIO YAMAI
SONIA OLIVEIRA TELES FILHO
SERGIO VITRIA RAMOS ***

MUNICÍPIO DE MUNHOZ DE MELLO
LOURDES A. DO PRADO
LUCIANA APARECIDA NEVES
LUIZ MARIA CRESCENTI
MARIS INNES VITARELO

MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA
ALVISIO ROBERTO OSMAR
BRUNA MICHELLE PEREIRA
MICHEL A. DE ABREU GOMES
RODRIGO FERRACO FIGUEIREDO
MARCELA FATORELI SALVATERRA

MUNICÍPIO DE OURIZONA
FABIANE FERRARIZZI
GIOVALDO VARGAS FILHO
RAFAELA DE ALBUQUERQUE FARZIN
ROSA M. DA SILVA MARTINS
ROBERTO VARGO

MUNICÍPIO DE PAIÇANDU
MARIA CATIENE DORNELLES
MARCUS ROGERIO TIAGO SEBIN

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO
ALDAIR OLIVEIRA DA SILVA
CLEMERSON ANTONIO FACCIN
DOMINGOS SÁVIO ZANONI
GERSON OLIVEIRA
IVANDRO MANOEL DIAS SEVERINO
JOSÉ ANTONIO TACITO
LUANNE DO VALE FACCIN
MARCIO ALFREDO MOSER

MUNICÍPIO DE SANTA FÉ
CARLOS ENRIQUE DA SILVA
EDSON LUIZ DE MORAIS
JAIME SERGIO JUNIOR
JOSIA FERNANDES LUCIER
MARIANA ANGELA JIMENES SACARDOUL
RENATA ALVEZ PEREZ

MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO IVAÍ
CINO ENRIQUE JUVENCIO
DENISE CRISTINA QUEIROZ
GEISA DE OLIVEIRA DAMASIA
VALQUIRIA PEREIRA DA SILVA
YOHANA MACEDO

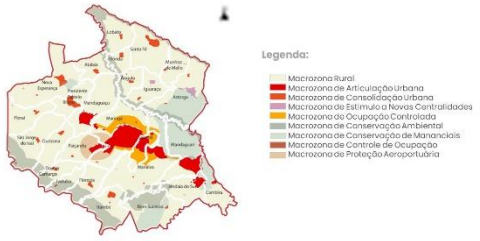
MUNICÍPIO DE SARANDI
EDUARDO APARECIDO SILVA
FABIANO NEVES GONÇALVEZ
MAURICIO ROBERTO DA SILVA
NEIVA YURI KUNIOTA

*** INDICADO APÓS A 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

1.2. ENCERRAMENTO DA ETAPA 03

1.2.1. CONSOLIDAÇÃO DO MACROZONEAMENTO METROPOLITANO

PROPOSTA MACROZONEAMENTO METROPOLITANO



RM DE MARINGÁ: Macrozoneamento Metropolitano

Nome	Objetivos estratégicos	Critérios para definição territorial	Densidade comparativa	Interposições e tensões	Processos implicados
Mz. de Articulação Urbana	• Direcionar as áreas prioritárias para o adensamento urbano • Ampliar as áreas de ocupações urbanas preferencialmente próximas a eixos de alta mobilidade ambiental; • Fortalecer as centralidades dos sedes municipais Sistema de alta capacidade, sendo: viário • Promover economias de aglomeração e as vantagens comparativas decorrentes dos encadeamentos diferenciados municipais	Perímetros urbanos de municípios localizados no eixo multimodal de transporte	Alta	Revisão sobreposição Mz. de Proteção Aeroportuária, Mz. de Conservação de Mananciais e Mz. de Conservação Ambiental As áreas com sobreposição pelos eixos de transportes implicam em maior pressão de gabarito e uso do solo, conforme determinação do PITSA As áreas com sobreposição com eixos de corredores ambientais devem conciliar o desenvolvimento urbano e a preservação dos recursos naturais ali existentes, para tanto se faz necessário o controle da densidade.	• Ampliação Revisão da Etde Interfederativa em processo de parcelamento (nos moldes da LF 6766/79, com adoção pelos): • Garantia de diretrizes à ocupação de gabarito nas áreas de sobreposição a Mz. Aeroportuária • Garantia de aproximamento à situação de infraestrutura urbana mínima • Compatibilização e articulação nas alterações de Saneamento em garantia à execução das infraestruturas necessárias • Definição de densidades máximas nas áreas sobrepostas às mz de caráter ambiental • Adoção de instrumentos urbanísticos: Transferência de Potencial Construtivo entre áreas de conservação ambiental e de ocupação adensamento; Urbanização Consorciada, Direito de Preempção em áreas necessárias à execução de equipamentos e infraestrutura regional
Mz. de Consolidação Urbana	• Reordenar e fortalecer as áreas urbanizadas; • Garantir o aproveitamento da infraestrutura urbana existente	Perímetros urbanos dos demais municípios (a parte daqueles inseridos na Mz de Articulação Urbana)	Média	Revisão sobreposição Mz de Conservação Ambiental As áreas com sobreposição implicam no reforço ao caráter ambiental e devem conciliar o desenvolvimento urbano à conservação dos recursos naturais ali existentes	• Ampliação Revisão da Etde Interfederativa em processo de parcelamento, com atenção sobre: • Garantia de aproximamento à execução de infraestrutura urbana mínima • Compatibilização e articulação com a diferenciação de Saneamento em garantia à execução das infraestruturas necessárias • Aplicação de mecanismos urbanísticos de compensação e mitigação sobre as áreas sobrepostas às com de caráter ambiental • Comunicação e articulação com o IAT em áreas sobrepostas a Mz. de Conservação Ambiental, ou parceria de manutenção dos remanescentes florestais e tentativa de instituição de unidades de Conservação

RM DE MARINGÁ: Macrozoneamento Metropolitano

Nome	Objetivos Estratégicos	Critérios para delimitação territorial	Densidade comparativa	Sobreposições e Funções	Processos Implicados
Mz. de Estímulo ao Novo Centro/Cidade	• Promover o desenvolvimento de infraestrutura, dos serviços e dos equipamentos metropolitanos na direção da região entre Iguaraçu e Astorga • Reduzir a frota no município dos municípios lindeiros (menos 1 hora) • Reduzir as discrepâncias nos acessos e no equilíbrio dentro (menos 1 hora)	Perímetros urbanos dos municípios de Iguaraçu e Astorga	Média - Alta	Recebe sobreposição da Mz. de Conservação e Manutenção. A sobreposição implica na proposição de novo zoneamento e deve garantir a manutenção e qualidade dos recursos hídricos e ambientais.	• Acompanhamento dos processos municipais de revisão de perímetros urbanos • Atuação de instrumentos e parâmetros Perímetro Urbano, Estatuto da Cidade, Plano Diretor Municipal, Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Direito de Preempção, em áreas necessárias à implantação de equipamentos e infraestrutura regional
Mz. de Ocupação Controlada	• Controle da ocupação de borda • Manutenção das condições de infraestrutura de contorno do objeto e prevenção de tráfego urbano em rodovias	• Áreas rurais próximas aos perímetros urbanos com pressão de ocupação e fatores de incidência de parcelamentos irregulares. • Áreas próximas aos contornos rodoviários urbanizáveis.	Média - Baixa	Recebe sobreposição da Mz. de Proteção Aeroportuária. A área com sobreposição pode ser ampliada caso haja maiores restrições de gabarito e uso do solo, conforme delimitações da PBPA	• Garantia de coerência às restrições de gabarito e uso do solo nas áreas de sobreposição a Mz. Aeroportuária • Acompanhamento e fiscalização dos processos de revisão dos Planos Diretores Municipais, na garantia de limitação em zonas de promoção e expansão de perímetros urbanos
Mz. Rural	• Estímulo à manutenção das atividades agropecuárias, produtivas, turísticas e culturais	Área rural definida nos Planos Diretores Municipais	Baixa	Recebe sobreposição da Mz. de Proteção Aeroportuária, Mz. de Conservação e Manutenção e Mz. de Conservação Ambiental. As áreas com sobreposição implicam no reforço da garantia ambiental e devem garantir a manutenção e qualidade dos recursos naturais e hídricos.	• Acompanhamento dos processos municipais de revisão de perímetros urbanos • Acompanhamento dos processos de licenciamento ambiental, junto ao IAP, em áreas com sobreposição à Mz. Estratégica de interesse de Recursos Hídricos, Mz de Conservação Ambiental e Mz. de Planejamento Rural. • Estabelecer critérios na concessão de licenciamentos diretrizes entre os municípios da região

RM DE MARINGÁ: Macrozoneamento Metropolitano

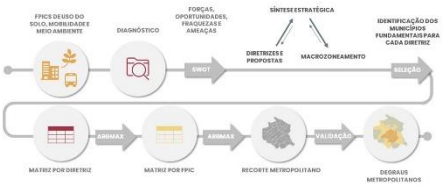
Nome	Objetivos Estratégicos	Critérios para delimitação territorial	Densidade comparativa	Sobreposições e Funções	Processos Implicados
Mz. de Proteção Aeroportuária	• Regulamentar e organizar o uso do solo nas áreas circunvizinhas, em conformidade com o Plano Básico de Proteção do Aeroporto do Maringá – Aeroporto Sílvio Name Júnior, de forma a garantir a segurança operacional das aeronaves e a proteção da comunidade residente	Plano Básico de Proteção do Aeroporto do Maringá – Aeroporto Sílvio Name Júnior	Baixa	Sobrepõe-se à Mz. de Ocupação Controlada, Mz. de Articulação Urbana e Mz. Rural A sobreposição implica na necessidade de compatibilização das edificações com os parâmetros definidos no referido Plano	• Qualquer atividade na Área de Segurança Aeroportuária - ASA, (Art. 2º da Resolução nº 4, de 09 de outubro de 1995 - CONAMA), deverá ser previamente avaliada pela entidade metropolitana.
Mz. de Conservação dos Mananciais	• Promover a conservação dos locais de mananciais de abastecimento público dentro e fora do limite metropolitano.	Áreas de Mananciais (IAT). Abrange os corpos hídricos do lado do Parque de modo que contribuem diretamente para os mananciais. Inclui parcialmente os municípios de Mandaguari, Cambira, Jandaia do Sul, Astorga, Bom Sucesso e Nova Esperança	Baixa	Sobrepõe-se à Mz. de Ocupação Controlada, Mz. de Articulação Urbana, Mz. Rural, Mz. de Conservação Ambiental e Mz. Rural A sobreposição implica na imposição de cuidar ambiental e deve garantir a manutenção e qualidade dos recursos hídricos e ambientais.	• Revisar os limites a partir de estudos específicos, junto ao IAT • Articulação junto ao Estado a demarcação das áreas de mananciais a partir do Decreto Estadual • Pagamento por serviços ambientais • Anuência Prévia do Ente interfederativo em processos de parcelamento, nas áreas sobrepostas às macrozonas urbanas, com atenção sobre: – Adoção de critérios mais restritivos para o licenciamento de atividades e modalidades já aprovadas ou próximo ao limite próximos das áreas de captação • Controle da ocupação, na garantia de usos compatíveis com os objetivos de manutenção • Incentivos para mudanças de usos, no caso de falta de compatibilidade • Garantia de permeabilidade – delimitação de parâmetros claros de permeabilidade a serem estimulados em Planos Diretores Municipais incidentes sobre a macrozona • Aplicação do instrumento de outorga onerosa de compensação e mitigação

RM DE MARINGÁ: Macrozoneamento Metropolitano

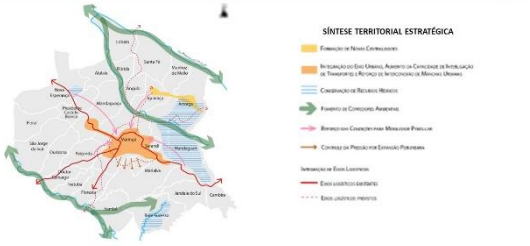
Nome	Objetivos Estratégicos	Critérios para delimitação territorial	Densidade comparativa	Sobreposições e Funções	Processos Implicados
Mz. de Conservação Ambiental	• Proteção dos recursos naturais de importância metropolitana, incluindo matas, solos, paisagem, corpos hídricos, sítios de interesse histórico, científico e cultural. • Manutenção da continuidade dos remanescentes florestais • Prioridade para a instituição de Unidades de Conservação • Controle de parcelamento	Áreas Estratégicas para a Conservação e Restauração da Biodiversidade do Estado do Paraná (AECR) incidentes sobre o limite, conforme as delimitações atribuídas na Resolução Conjunta SEMA- IAP 00/2009. Áreas de entorno dos Rios Pirapó e Bandeirante do Norte	Baixa	Se sobrepõem à Mz. de Conservação dos Mananciais, Mz. de Conservação Urbana e Mz. Rural A sobreposição implica em proposição de cuidar ambiental e deve garantir a manutenção e qualidade dos recursos hídricos ali inclusos.	• Revisar os limites a partir de estudos específicos, junto ao IAT • Articulação junto ao Estado a demarcação das áreas de mananciais a partir do Decreto Estadual • Comunicação e articulação com o IAT na gerência de manutenção dos remanescentes florestais e tentativa de instituição de Unidades de Conservação • Prioridade no licenciamento ambiental, junto ao IAT, conforme Resolução Conjunta SEMA-IAP/SEDS/2009. • Anuência Prévia do Ente Interfederativo em processos de solicitação de áreas sobrepostas à Mz. de Consolidação Urbana. • Acompanhamento dos processos de licenciamento ambiental, junto ao IAT

1.2.2. CONSOLIDAÇÃO DO RECORTE METROPOLITANO

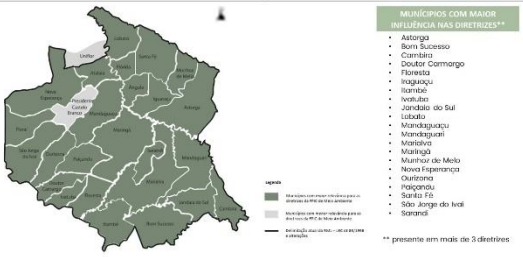
RECORTE METROPOLITANO: MÉTODO PROPOSTO



RECORTE METROPOLITANO



Recorte Metropolitano: Resultados obtidos para FPIC de Meio Ambiente

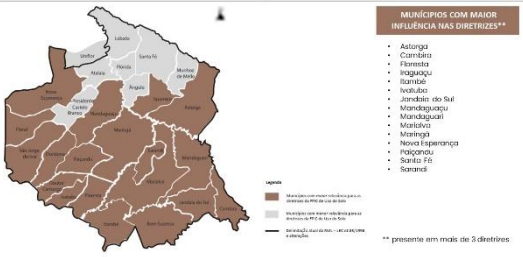


MUNICÍPIOS COM MAIOR INFLUÊNCIA NAS DIRETRIZES**

- Astorga
- Bom Sucesso
- Cambira
- Doutor Camargo
- Floresta
- Iraguaçu
- Itambé
- Ivatuba
- Jandaia do Sul
- Lobato
- Mandaguaçu
- Mandaguari
- Marialva
- Maringá
- Munhoz de Melo
- Nova Esperança
- Ourizona
- Paiçandu
- Santa Fé
- São Jorge do Ivaí
- Sarandi

** presente em mais de 3 diretrizes

Recorte Metropolitano: Resultados obtidos para FPIC de Uso do Solo

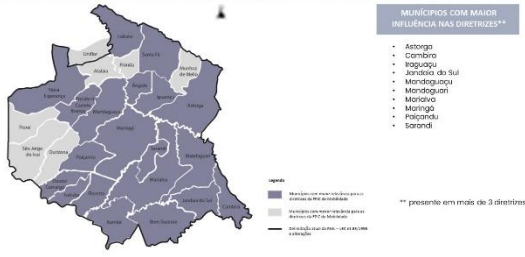


MUNICÍPIOS COM MAIOR INFLUÊNCIA NAS DIRETRIZES**

- Astorga
- Cambira
- Floresta
- Iraguaçu
- Itambé
- Ivatuba
- Jandaia do Sul
- Mandaguaçu
- Mandaguari
- Marialva
- Maringá
- Nova Esperança
- Paiçandu
- Santa Fé
- Sarandi

** presente em mais de 3 diretrizes

Recorte Metropolitano: Resultados obtidos para FPIC de Mobilidade Metropolitana

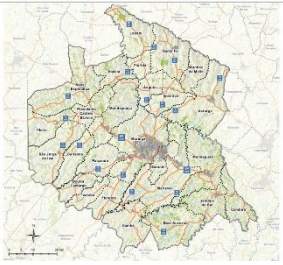


MUNICÍPIOS COM MAIOR INFLUÊNCIA NAS DIRETRIZES**

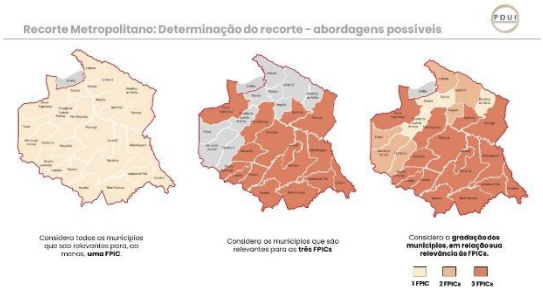
- Astorga
- Cambira
- Iraguaçu
- Jandaia do Sul
- Mandaguaçu
- Mandaguari
- Marialva
- Maringá
- Paiçandu
- Sarandi

** presente em mais de 3 diretrizes

RM DE MARINGÁ: Recorte Metropolitano



A partir da metodologia técnica definida, conclui-se que o presente recorte metropolitano se mantém inalterado.



2 PRÓXIMOS PASSOS

URBTEC™
Engenharia, Planejamento e Consultoria
Av. João Gualberto, 1721
Curitiba/PR - CEP 80030-001
Tel.: (41) 3281-1900
Site: www.urbtec.com.br
E-mail: contato@urbtec.com.br

PDUI RM DE MARINGÁ
www.pduimaringa.com.br

Fonte: URBTEC™, 2022

VERSÃO PRELIMINAR

29. PRÓXIMOS PASSOS

O presente documento trata-se da versão revisada pela Equipe de Supervisão do Plano do *Relatório de Atividades 03*. A consolidação do relatório coincide com o encerramento da *Etapa 03 – Diagnóstico, Diretrizes e Propostas Setoriais Metropolitanas*, sendo que os próximos eventos e atividades de elaboração do Plano serão apresentados nos Relatórios de Atividades 04, 05 e 06.

Cabe destacar que, apesar da divisão dos trabalhos por etapas, o conteúdo do Plano deve ser observado em sua totalidade e possíveis menções ao conteúdo da Etapa 03 ainda poderão ser abordadas nas atividades das próximas fases. Ainda nesse sentido, ressalta-se que há eventos e reuniões referentes à *Etapa 04 - Definição dos Processos de Gestão das FPICs Priorizadas* que foram realizados antes do encerramento da Etapa 03.

Com a finalização da *Etapa 03* de elaboração do PDUI, as atividades de desenvolvimento do Plano terão continuidade nas *Etapa 04* e *Etapa 05 – Modelo de Governança Interfederativa*.

VERSÃO PRELIMINAR